ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLIII Nº 190

Brasília - DF, segunda-feira, 3 de outubro de 2016

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Poder Executivo 1
Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 2
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 3
Ministério da Cultura 5
Ministério da Defesa 7
Ministério da Educação 7
Ministério da Fazenda 18
Ministério da Integração Nacional 26
Ministério da Justiça e Cidadania 26
Ministério da Saúde 31
Ministério das Cidades 53
Ministério das Relações Exteriores 53
Ministério de Minas e Energia 54
Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário 69
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços 73
Ministério do Esporte 74
Ministério do Meio Ambiente 74
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão 76
Ministério do Trabalho 77
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 78
Ministério Público da União 79
Tribunal de Contas da União 80
Poder Legislativo 85
Poder Judiciário 85
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais ... 87

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Julgamentos

REFERENDO NA MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.353 (1)

ORIGEM : ADI - 5353 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. TEORI ZAVASCKI
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, referendou a medida liminar deferida para suspender a eficácia da Lei estadual nº 21.720/2015, do Estado de Minas Gerais, vencido, em parte, o Ministro Marco Aurélio. Falaram: pelo Governador do Estado de Minas Gerais, o Dr. Onofre Alves Batista Júnior; pelo *amicus curiae* Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - CFOAB, o Dr. Oswaldo Pinheiro Ribeiro Júnior; pelo *amicus curiae* Banco Central do Brasil - BACEN, o Dr. Flavio José Roman, Procurador-Geral do Banco Central, e, pelo Ministério Público Federal, o Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 28.09.2016.

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

Atos do Poder Executivo

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 747, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

Altera a Leiº 5.785, de 23 de junho de 1972, para dispor sobre o processo de renovação do prazo das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º A Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga.

§ 1º Caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário.

§ 2º As entidades, com o serviço em funcionamento em caráter precário, mantêm as mesmas condições dele decorrentes.

§ 3º As entidades que não apresentarem pedido de renovação no prazo previsto no **caput** serão notificadas pelo órgão competente do Poder Executivo para que se manifestem no prazo de noventa dias, contado da data da notificação.

§ 4º Na hipótese de não serem observadas as exigências legais e regulamentares afetas à renovação, o órgão competente do Poder Executivo se manifestará pela perempção e a submeterá ao Congresso Nacional, na forma estabelecida no § 2º do art. 223 da Constituição." (NR)

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou postados até a data de publicação desta Medida Provisória serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

Parágrafo único. Também será dado prosseguimento aos processos de renovação de outorga de entidades que, por terem apresentado seus pedidos de renovação intempestivamente, tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação desta Medida Provisória.

Art. 3º As entidades cujas concessões ou permissões se encontrem vencidas e que não tenham apresentado seus pedidos de renovação poderão fazê-lo no prazo de noventa dias, contado da data de publicação desta Medida Provisória, desde que não tenha havido manifestação do Congresso Nacional, na forma estabelecida no § 2º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º O funcionamento do serviço de radiodifusão em caráter precário não obsta as transferências de concessão ou permissão, desde que preenchidos os requisitos legais e regulamentares.

§ 1º A anuência para a transferência direta de concessão ou permissão, no curso do funcionamento do serviço em caráter precário, poderá ser deferida desde que já concluída a instrução do processo de renovação da concessão ou permissão no âmbito do órgão competente do Poder Executivo, devendo ser advertida desta condição a entidade para a qual a outorga será transferida.

§ 2º Autorizada a transferência indireta, a outorgada terá prazo de noventa dias para efetivar a alteração societária e encaminhar os documentos comprobatórios ao órgão competente do Poder Executivo, que fará a devida adequação da instrução do processo de renovação de outorga e notificará o Congresso Nacional.

Art. 5º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de setembro de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

MICHEL TEMER
Gilberto Kassab

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 518, de 30 de setembro de 2016. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.325.

Nº 519, de 30 de setembro de 2016. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 45.

Nº 520, de 30 de setembro de 2016. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 419.

Nº 521, de 30 de setembro de 2016. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento do Mandado de Segurança nº 34.201.

Nº 522, de 30 de setembro de 2016. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CASA CIVIL
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO
E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
EM MINAS GERAIS

RETIFICAÇÃO

Na Portaria/INCRA/SR-06/N° 018, de 30 de setembro de 2003, que criou o Projeto de Assentamento VARGEM FORMOSA, Código SIPRA MG0236000, localizado no município de Jenipapo de Minas/MG, publicada no DOU N° 196, de 09 de outubro de 2003, Seção 1, página 88, e Boletim de Serviço N° 41, de 13 de outubro de 2003, **onde se lê** "... localizado no município de Jenipapo de Minas ...", **leia-se** localizado nos municípios de Jenipapo de Minas e Chapada do Norte.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 17, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhes conferem os arts. 13 e 45 do Anexo I do Decreto nº 8.492, de 13 de julho de 2015, tendo em vista o disposto no Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934, no Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, no Decreto nº 5.759, de 17 de abril de 2006, na Instrução Normativa nº 23, de 2 de agosto de 2004, na Instrução Normativa nº 6, de 16 de maio de 2005, e o que consta do Processo nº 21000.007087/2015-19, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos os requisitos fitossanitários para a importação de produtos da Categoria de Risco Fitossanitário 3, Classe de Risco Fitossanitário 4, e da Categoria de Risco Fitossanitário 4, Classe de Risco Fitossanitário 1, das espécies e origens constantes dos Anexos I e II, respectivamente, desta Instrução Normativa.

Art. 2º As partidas dos produtos especificados no art. 1º desta Instrução Normativa devem estar acompanhadas de Certificado Fitossanitário - CF, emitido pela Organização Nacional de Proteção Fitossanitária - ONPF do país de origem, com as seguintes Declarações Adicionais:

I - para produtos vegetais in natura destinados a consumo, uso direto ou transformação (Categoria de Risco Fitossanitário 3, Classe de Risco Fitossanitário 4), DA1 - O envio se encontra livre da praga Plum Pox Virus (PPV);

II - para plantas ou outros materiais de origem vegetal destinados à propagação ou reprodução, exceto sementes (Categoria de Risco Fitossanitário 4, Classe de Risco Fitossanitário 1), DA7 - Os materiais de propagação foram produzidos em uma área reconhecida pela ONPF do país importador como livre da praga Plum Pox Virus (PPV), de acordo com a NIMF Nº 4 da FAO; ou DA10 - Os materiais de propagação foram produzidos conforme procedimentos de certificação fitossanitária aprovados pela ONPF do país importador para a praga Plum Pox Virus (PPV), utilizando-se indicadores apropriados ou métodos equivalentes, encontrando-se livre da praga Plum Pox Virus (PPV); ou DA13 - Os materiais de propagação são oriundos de plantas mães indexadas livres da praga Plum Pox Virus (PPV); ou DA15 - Os materiais de propagação encontram-se livre da praga Plum Pox Virus (PPV), de acordo com o resultado da análise oficial do laboratório Nº (...).

Art. 3º As partidas especificadas no art. 2º desta Instrução Normativa serão inspecionadas no ponto de ingresso (Inspeção Fitossanitária - IF), podendo ser coletadas amostras para análise fitossanitária em laboratórios oficiais ou credenciados.

Parágrafo único. Os custos do envio das amostras e das análises fitossanitárias serão com ônus para o interessado, que poderá ficar como depositário do restante da partida até a conclusão dos exames e emissão dos respectivos laudos de liberação.

Art. 4º No caso de interceptação de pragas quarentenárias ou sem registro de ocorrência no Brasil, a partida será destruída ou rechaçada.

Parágrafo único. Ocorrendo a interceptação de que trata o caput deste artigo, a ONPF do país de origem será notificada e a ONPF do Brasil poderá suspender as importações até a revisão da Análise de Risco de Pragas.

Art. 5º O produto não será internalizado quando descumprir as exigências estabelecidas nesta Instrução Normativa.

Art. 6º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS EDUARDO PACIFIC RANGEL

ANEXO I

País de Origem	Produto (Categoria 3, Classe 4)	Requisito Fitossanitário
Argentina	Ameixa (Prunus domestica) Cereja (Prunus avium) Cereja Ácida (Prunus cerasus) Damasco (Prunus armeniaca) Pêssego (Prunus pérsica)	DA1
Chile	Ameixa (Prunus domestica) Cereja (Prunus avium) Damasco (Prunus armeniaca) Nectarina (Prunus pérsica var. nucifera) Pêssego (Prunus pérsica)	DA1
Espanha	Ameixa (Prunus domestica) Cereja (Prunus avium) Damasco (Prunus armeniaca) Pêssego (Prunus pérsica)	DA1
EUA	Ameixa (Prunus domestica) Cereja (Prunus avium) Damasco (Prunus armeniaca) Nectarina (Prunus pérsica var. nucipersi ca) Pêssego (Prunus pérsica)	DA1
Irã	Damasco (Prunus armeniaca)	DA1
Israel	Nectarina (Prunus persiva var. nucipersica)	DA1
Itália	Ameixa (Prunus domestica) Nectarina (Prunus pérsica var. nucipersica)	DA1
Portugal	Ameixa (Prunus domestica) Cereja (Prunus avium) Pêssego (Prunus pérsica)	DA1
Turquia	Damasco (Prunus armeniaca)	DA1

ANEXO II

País de Origem	Produto (Categoria 4, Classe 1)	Requisito Fitossanitário
Argentina	Ameixa (Prunus domestica) Cereja (Prunus avium) Cereja Ácida (Prunus cerasus) Damasco (Prunus armeniaca) Pêssego (Prunus pérsica)	DA7 ou DA10 ou DA13 ou DA 15

SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 7,
DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo Decreto nº 8.492, de 13 de julho de 2015, de acordo com o contido no art. 7º da Lei nº 9.362, de 13 de dezembro de 1996, em conformidade com atribuições decorrentes da Portaria MAPA nº 17, de 6 de janeiro de 2006, e com base no volume da cota tarifária de importação de açúcar atribuída pelo Governo dos Estados Unidos da América ao Brasil para embarque no período 2016/2017, e o que consta do Processo no 21000.017199/2016-51, resolve:

Art. 1º Incluir no Anexo da Instrução Normativa SPA/MAPA nº 06, de 14 de setembro de 2016, a Unidade Produtora relacionada abaixo:

Usina	Toneladas Curtas
PERNAMBUCO	
Cia. Agro Industrial de Goiana	4.787,43

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

NERI GELLER

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 395, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

O Superintendente da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Pernambuco, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.676, de 11 de julho de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de julho de 2016 e item XXII, do art. 44, da Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 14 de junho de 2010 e o que consta no Processo SEI nº 21036.001961/2016-70, resolve:

Art.1º- MODIFICAR a área de atuação, do Médico Veterinário RINALDO JOSÉ BEZERRA DE MELO FILHO, CRMV-PE nº 2041, habilitado pela Portaria nº 258 de 28 de setembro de 2011, para a emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA para o trânsito intraestadual e interestadual de aves e ovos férteis com finalidade de produção de carne, ovos e material genético para os municípios de Bezerros, Limoeiro, Carpina, Paudalho, Nazaré da Mata, Lagoa do Carro, Vitória de Santo Antão, Pombos, São Lourenço da Mata e Camaragibe, no Estado de Pernambuco, observando as normas e dispositivos em vigor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor a partir data de sua publicação.

CARLOS ANTÔNIO RIBEIRO RAMALHO JÚNIOR

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 157, DE 26 DE SETEMBRO DE 2016

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 44, do Regimento Interno das SFA, aprovado através da Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14 de junho de 2010, e pela Portaria nº 692, de 2 de maio de 2016, publicada no DOU de 3 de maio de 2016, considerando as informações constantes do processo SFA - ES nº 21018.003305/2016-20 resolve:

Art. 1º Credenciar sob o número 12/2016/ES o(a) Médico(a) Veterinário(a) Áurea Krause, inscrito(a) no CRMV-ES nº 2151, para emissão de Certificados de Inspeção Sanitária - CIS-E para esterco e cama de aviário, nos municípios de Santa Maria de Jetibá no Estado do Espírito Santo para as propriedades relacionadas no processo em referência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIMMY HERLLEN SILVEIRA GOMES BARBOSA

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos
relativos a pessoal da
Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos,
editais, avisos e ineditoriais

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

EIMAR BAZILIO VAZ FILHO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados
para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS
IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 3.578, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, e, tendo em vista o disposto nos itens 34 a 36 da Portaria MCT n° 55, de 14 de março de 1990, resolve:

Art. 1º. Fica prorrogada, pelo período compreendido entre 3 de julho de 2016 a 31 de dezembro de 2017, a autorização concedida pela Portaria nº 651, de 1º de julho de 2014, publicada no DOU de 03 de julho de 2014, prorrogada por mais um ano com a publicação da Portaria nº 472, de 25 de junho de 2015, ao representante da contraparte brasileira, Dr. MARCIEL JOSÉ FERREIRA, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), representando também o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e a Universidade de Campinas (UNICAMP), com vistas a dar continuidade ao projeto de pesquisa científica intitulado "Entendendo a resposta do Metabolismo Fotossintético em Florestas Tropicais à Variação Sazonal do Clima", Processo CNPq nº 001864/2014-9, que vem realizando em cooperação como Dr. DENNIS GENE DYE, contraparte estrangeira, natural dos EUA, representando o U.S Geological Survey, Western Geographic Science Center, a Universidade do Arizona (USA) e a Universidade de Michigan (USA).

Art. 2º. A autorização prevista no art. 1º desta Portaria compreende a participação nos trabalhos de campo dos seguintes pesquisadores estrangeiros:

Pesquisadores	Nacionalidade	Instituição
Dennis Gene Dye	Norte-americana	U.S Geological Survey, Western Geographic Science Center
Marielle Nathasha Smith	Inglesa	University of Arizona, Department of Ecology and Evolutionary Biology / USA
Omar Hisham Aly Rochdy Anan	Egipcia	University of Michigan, Department of Civil and Environmental Engineering / USA [& Environmental Research and Consulting Co.]
Tatiana Fedina	Russa	University of Michigan, Department of Civil and Environmental Engineering & Molecular and Integrated Physiology / USA
Valeriy Ivanov	Russa	University of Michigan, Department of Civil and Environmental Engineering & Molecular and Integrated Physiology / USA
Bradley O'Donnell Christoffersen	Norte-americana	University of Arizona, Department of Ecology na d Evolutionary Biology / USA [& School of Geosciences, University of Edinburgh]
Darin Jay Law	Norte-americana	University of Arizona, School of Natural Resources and the Environment / USA
David Dale Breshears	Norte-americana	University of Arizona, School of Natural Resources and the Environment / USA
David Michael Minor	Norte-americana	Michigan State University, Department of Forestry / USA
Jin Wu	Chinesa	University of Arizona, Department of Ecology and Evolutionary Biology / USA
Joost Lambertus Maria Van Haren	Norte-americana	University of Arizona, Department of Ecology and Evolutionary Biology / USA
Loren Parker Albert	Norte-americana	University of Arizona, Department of Ecology and Evolutionary Biology / USA
Neill Prohaska	Norte-americana	University of Arizona, Department of Ecology and Evolutionary Biology / USA
Scott Reid Saleska	Norte-americana	University of Arizona, Department of Ecology and Evolutionary Biology / USA
Scott Christopher Stark	Norte-americana	Michigan State University, Department of Forestry / USA
Tyeen Colligan Taylor	Norte-americana	University of Arizona, Department of Ecology and Evolutionary Biology / USA
Anthony John Junqueira Garnello	Norte-americana	University of Arizona, Tucson
Elizabeth Ann Agee	Norte-americana	University of Michigan, Department of Civil and Environmental Engineering / USA
Juan Camilo Villegas Palacio	Colombiana	University of Arizona, Tucson
Simone Fatichi	Italiana	ETH Zurich, Institute of Environmental Engineering / Switzerland

Art. 3º. O prazo previsto no art. 1º desta Portaria poderá ser prorrogado, mediante a apresentação, antes de seu término, de pedido específico pelo representante da contraparte brasileira, acompanhado de relatório parcial das atividades realizadas.

Art. 4º. A coleta de material e seu destino ficam vinculados à estrita observância das normas do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, e da Portaria/MCT nº 55, de 14 de março de 1990.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.022, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o disposto no art. 94, § 2º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53900.048896/2015-15, invocando as razões da Nota Técnica nº 4316/2016/SEI-MC, no Parecer nº 567/2016/SEI-MCTIC, da Consultoria Jurídica junto ao MCTIC, resolve:

Art. 1º Autorizar a REDE AUTONOMISTA DE RADIODIFUSÃO LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Osasco, estado de São Paulo, a realizar a transferência indireta da outorga, nos termos da minuta da 14ª alteração contratual da qual resultará, respectivamente, nos seguintes quadros societário e diretivo:

NOME	COTAS	VALOR (R$)
Denise de Freitas Camargo	102.390	102.390,00
Rafael Hornos Camargo	102.390	102.390,00
Celestina Celis Bueno	68.260	68.260,00
TOTAL	273.040	273.040,00

NOME	CARGO
José de Camargo	Diretor Presidente
Denise de Freitas Camargo	Diretor
Rafael Hornos Camargo	Diretor

Parágrafo único. A comprovação do registro a que se refere o caput deverá ser apresentada para aprovação deste Ministério no prazo de até sessenta dias, a contar da data do registro.

Art. 2º A alteração autorizada no art. 1º deverá ser registrada no prazo de até sessenta dias, a contar da publicação desta Portaria.

Art. 3º O Congresso Nacional deverá ser comunicado acerca da aprovação dos atos de alteração societária a que se refere o art 3º, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição da República.

Art. 4º No caso de descumprimento de quaisquer dos prazos previstos nos artigos anteriores, a presente autorização perderá automaticamente sua eficácia.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃO Nº 324, DE 19 DE SETEMBRO DE 2016

Processo nº 53000.038269/2009-71
Recorrente/Interessado: RÁDIO EXCLUSIVA FM LTDA. CNPJ/MF nº 81.670.085/0001-17. Conselheiro Relator: Igor Vilas Boas de Freitas. Fórum Deliberativo: Reunião nº 809, de 15 de setembro de 2016

EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO. PADO. IRREGULARIDADE TÉCNICA. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. AUSÊNCIA DE REGULARIDADE FORMAL. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. 1. Procedimento Administrativo para Descumprimento de Obrigações (Pado) instaurado a partir da constatação de irregularidade técnica. 2. O pedido de reforma deve conter os fundamentos de fato e de direito com vistas a demonstrar os motivos de desacerto da decisão recorrida e preencher o requisito da regularidade formal. 3. A violação ao princípio da dialeticidade, ante a ausência de pertinência entre o que foi decidido e as razões apresentadas em sede de Recurso, faz com que o Recurso não seja admitido. 4. Recurso Administrativo não conhecido.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por maioria de três votos, nos termos da Análise nº 86/2016/SEI/IF (SEI nº 0796092), integrante deste acórdão, não conhecer do Recurso Administrativo interposto pela empresa RÁDIO EXCLUSIVA FM LTDA., por ausência de regularidade formal, em ofensa ao princípio da dialeticidade.

Votou vencido, oralmente, o Conselheiro Otavio Luiz Rodrigues Junior, no sentido de afastar a aplicação do princípio da dialeticidade para que o Recurso seja conhecido, e, quanto ao mérito, acompanhou na íntegra todos os pontos que foram abordados no Voto do Conselheiro Relator pelo não provimento do Recurso.

Participaram da deliberação o Presidente Substituto Igor Vilas Boas de Freitas e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro, Anibal Diniz e Otavio Luiz Rodrigues Junior.

IGOR VILAS BOAS DE FREITAS
Presidente do Conselho
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO N° 1.491, DE 27 DE MAIO DE 2016

Processo nº 53500.005972/2016-91. Expede autorização à SES DTH DO BRASIL LTDA, CNPJ/MF nº 05.413.409/0001-53, para prestar o Serviço Móvel Global por Satélite, de interesse coletivo, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito interior e internacional e tendo como área de prestação do serviço o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 1.993, DE 28 DE JUNHO DE 2016

Processo nº 53500.001643/2016-71. Expede autorização à SUPRI NET SERVICOS E COMERCIO LTDA - ME, CNPJ/MF nº 23.343.927/0001-20, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 2.372, DE 19 DE JULHO DE 2016

Processo nº 53500.018846/2015-16. Expede autorização à Cristina da Silva Barden - ME, CNPJ/MF nº 22.298.329/0001-13, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 2.404, DE 21 DE JULHO DE 2016

Processo nº 53500.006179/2016-18. Expede autorização à LAIZA S. L. DE ALMEIDA - ME, CNPJ/MF nº 22.730.245/0001-07, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 2.608, DE 26 DE JULHO DE 2016

Processo nº 53524.001625/2016-11. Expede autorização à ANDREIA MENDES LIMA RODRIGUES - ME, CNPJ/MF nº 23.802.316/0001-00, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 28 DE JULHO DE 2016

Nº 2.662 - Processo nº 53500.004878/2016-15. Expede autorização à WEDERSON R. DE OLIVEIRA SERVICOS DE COMUNICACAO - ME, CNPJ/MF nº 12.925.371/0001-63, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº 2.672 - Processo nº 53500.208192/2015-11. Expede autorização à H. G. Cunha - ME, CNPJ/MF nº 17.949.185/0001-88, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 2.779, DE 1º DE AGOSTO DE 2016

Processo nº 53500.005821/2016-33. Expede autorização à Santana Pinheiro Ltda - ME, CNPJ/MF nº 20.464.641/0001-04, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 8 DE AGOSTO DE 2016

Nº 2.961 - Processo nº 53504.015915/2015-08. Expede autorização à VC Construções Serviços e Tecnologia Eireli - EPP, CNPJ/MF nº 07.628.309/0001-70, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 2.963 - Processo nº 53500.008206/2016-89. Expede autorização à TELMICRO - TELECOMUNICAÇÕES & MICROINFORMÁTICA LTDA - ME, CNPJ/MF nº 11.163.210/0001-17, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 9 DE AGOSTO DE 2016

Nº 2.994 - Processo nº 53500.008510/2015-45. Expede autorização à LINK NET TELECOMUNICACOES LTDA - ME, CNPJ/MF nº 10.246.104/0001-34, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 2.995 - Processo nº 53563.000098/2016-61. Expede autorização à RMS NET SERVICOS LTDA - ME, CNPJ/MF nº 23.541.452/0001-86, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 10 DE AGOSTO DE 2016

Nº 3.029 - Processo nº 53500.006912/2016-96. Expede autorização à R M DE SOUZA - ME, CNPJ/MF nº 23.377.744/0001-25, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.034 - Processo nº 53528.201219/2015-36. Expede autorização à ALEXANDRO SCHUCK - ME, CNPJ/MF nº 15.358.478/0001-65, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

DESPACHOS DO DIRETOR
Em 2 de setembro de 2016

Nº 1.730 - O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 72, § 1º, inciso V, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e considerando o que consta no processo n.º 53900.026550/2016-47, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da SPRING TELEVISÃO S.A., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, no município de CURITIBA, estado do Paraná, utilizando o canal digital nº 29 (vinte e nove), classe A, nos termos da Nota Técnica nº 22348/2016/SEI-MCTIC.

Em 5 de setembro de 2016

Nº 1.775 - O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 72, § 1º, inciso V, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e considerando o que consta no processo n.º 53900.029570/2015-99, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, no município de BURITIS, estado de Minas Gerais, utilizando o canal digital nº 58 (cinquenta e oito), classe C, nos termos da Nota Técnica nº 22804/2016/SEI-MCTIC.

Em 27 de setembro de 2016

Nº 1.933 - O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, Substituto, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 72, § 1º, inciso V, da Portaria n.º 143, de 9 de março de 2012, e considerando o que consta no processo n.º 53900.050814/2016-83, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da EMPRESA DE COMUNICAÇÃO CORREIO LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Marizópolis-PB, utilizando o canal n.º 217 (duzentos e dezessete), classe C, nos termos da Nota Técnica n.º 25074/2016/SEI-MCTIC.

Em 28 de setembro de 2016

Nº 1.755 - O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 72, § 1º, inciso V, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e considerando o que consta no processo n.º 53900.050653/2016-28, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da TV PORTAL DA AMAZÔNIA LTDA, autorizatáriado Serviço de Retransmissão de Televisão, no município de PONTES E LACERDA, estado de Mato Grosso, utilizando o canal digital nº 50 (cinquenta), classe C, nos termos da Nota Técnica nº 22635/2016/SEI-MCTIC.

AUGUSTO CESAR DA COSTA BARROS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Antecipe o pagamento das matérias e garanta comodidade e o prazo das publicações



O **INCom** dispõe de uma opção a mais para pagamento das publicações no Diário Oficial da União: a compra de crédito para publicação. Semelhante ao conceito "pré-pago", o modelo permite a aquisição antecipada de créditos para utilização em publicações futuras, evitando transtornos na comprovação de pagamento de matérias. O serviço permite, também, reaproveitar créditos provenientes de matérias pagas à vista e, eventualmente, não publicadas. A aquisição e o controle dos créditos são totalmente feitos pelo usuário, de forma simples e segura, por meio de uma nova função integrada ao sistema **INCom.**

Imprensa Nacional - Informações oficiais desde 1808

Mais informações, pelo telefone
(61) 3441-9450

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE

Nº 64-E - O DIRETOR-PRESIDENTE da AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições previstas no art. 13, III do anexo do Decreto nº. 8.283, de 3 de julho de 2014, torna pública as Deliberações de Diretoria Colegiada a seguir:

Art. 1º Aprovar a análise complementar do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

12-0272 - O CASO MOREL

Processo: 01580.019500/2012-46

Proponente: BOSSA NOVA FILMS CRIAÇÕES E PRODUCÕES S/A.

Cidade/UF: Osasco/SP

CNPJ: 07.477.471/0001-34

Valor total aprovado: de R$ 7.767.255,14 para R$ 4.999.805,81

Valor aprovado no art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: de R$ 4.000.000,00 para R$ 1.449.814,81

Banco: 001- agência: 3348-0 conta corrente: 5.516-6

Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.500.000,00 para R$ 500.000,00

Banco: 001- agência: 3348-0 conta corrente: 5.515-8

Valor aprovado no art. 3ºA da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 500.000,00

Banco: 001- agência: 3348-0 conta corrente: 5.947-1

Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 623, realizada em 28/07/2016.

Prazo de captação: 31/12/2016.

Art. 2º Aprovar a análise complementar e alterar o título do projeto audiovisual relacionado abaixo, de COMIDA, DIVERSÃO E ARTE para LUZ, CÂMERA E FOGÃO, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

16-0129 - LUZ, CÂMERA E FOGÃO

Processo: 01416.000167/2016-27

Proponente: Intro Pictures Produções Cinematográficas Ltda.

Cidade/UF: São Paulo / SP

CNPJ: 05.832.663/0001-96

Valor total aprovado: de R$ 1.675.115,00 para R$ 1.525.000,00

Valor aprovado no art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.591.359,25 para R$ 0,00

Valor aprovado no art. 39, inciso X, da MP nº. 2.228-1/01: de R$ 0,00 para R$ 1.448.750,00

Banco: 001- agência: 1270-X conta corrente: 23.761-2

Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 630, realizada em 13/09/2016.

Prazo de captação: 31/12/2017.

Art. 3º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, e suas análises complementares, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

16-0607 - 19º FESTIVAL DE CINEMA BRASILEIRO DE PARIS

Processo: 01416.001275/2016-17

Proponente: Vite Produções LTDA.

Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ

CNPJ: 05.359.610/0001-08

Valor total aprovado: R$ 1.233.617,00

Valor aprovado no art. 18 da Lei nº. 8.313/91: R$ 1.233.617,00

Banco: 001- agência: 0598-3 conta corrente: 43.737-9

Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 629, realizada em 06/09/2016.

Prazo de captação: 31/12/2016.

16-0626 - LEÕES DE PARAISÓPOLIS

Processo: 01416.000784/2016-22

Proponente: Spanda Produções Ltda. ME

Cidade/UF: São Paulo / SP

CNPJ: 14.860.932/0001-19

Valor total aprovado: R$ 315.789,48

Valor aprovado no art. 3ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 300.000,00

Banco: 001- agência: 1270-X conta corrente: 23.764-7

Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 629, realizada em 06/09/2016.

Prazo de captação: 31/12/2019.

16-0609 - NAÇÃO CRIOULA - DESENVOLVIMENTO

Processo: 01416.001437/2016-17

Proponente: CONSPIRAÇÃO FILMES ENTRETENIMENTO 3º MILÊNIO LTDA.

Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ

CNPJ: 09.180.984/0001-04

Valor total aprovado: R$ 316.000,00

Valor aprovado no art. 3ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 300.000,00

Banco: 001- agência: 1769-8 conta corrente: 9.297-5

Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 630, realizada em 13/09/2016.

Prazo de captação: 31/12/2019.

Art. 4º Aprovar o redimensionamento de valores do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

15-0376 - O BRASIL POR ELES - O OLHAR DO MUNDO PARA O ESPORTE BRASILEIRO

Processo: 01580.047733/2015-81

Proponente: Bizum Comunicação Ltda.

Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ

CNPJ: 03.279.751/0001-87

Valor total aprovado: de R$ 2.117.280,80 para R$ 2.556.878,77

Valor aprovado no art. 3ºA da Lei nº. 8.685/93: de R$ 2.000.000,00 para R$ 2.429.034,83

Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 630, realizada em 13/09/2016.

Prazo de captação: 31/12/2018.

Art. 5º As deliberações produzem efeito a partir da data desta publicação.

MANOEL RANGEL

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 602, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)

162368 - APARECEU A MARGARIDA

Rátimbum Produções de Artes Ltda.

CNPJ/CPF: 39.341.953/0001-59

Processo: 01400208293201605

Cidade: Vitória - ES;

Valor Aprovado: R$ 347.610,00

Prazo de Captação: 03/10/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: Circulação do clássico APARECEU A MARGARIDA, de Roberto Athayde, espetáculo para uma atriz, com venda de ingressos a preços, simbólicos , e distribuição ingressos gratuitos, que serão entregues na rede de escolas públicas das cidades por onde passar, promovendo a ida dos alunos ao teatro. O espetáculo, circulará por teatros de grandes cidades do interior do ES e uma cidade internacional: Viana - Cachoeiro de Itapemirim - Guaçuí - Montanha e Saint-Denis , na França, duas apresentações por cidade, totalizando 10apresentações. Num trabalho de fomento e divulgação do fazer teatral , com novas linguagens,, onde no final de cada apresentação, haverá palestra sobre o processo de criação da atriz.

161868 - Circulação infantil A GAIOLA

Tres Ideias e Soluções Culturais

CNPJ/CPF: 11.661.520/0001-61

Processo: 01400203328201610

Cidade: Rio de Janeiro - RJ;

Valor Aprovado: R$ 522.450,00

Prazo de Captação: 03/10/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: O musical infantil inédito "A Gaiola" é uma adaptação do livro de mesmo nome escrito por Adriana Falcão, que foi finalista do Prêmio Jabuti ano de 2014. A história do livro trata o amor entre uma menina e um passarinho que precisam enfrentar a dor da separação. A peça será encenada uma vez que parte da poesia de Adriana será transformada em canções originais. Serão realizadas distribuídas nas cidades de Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo totalizando 32 apresentações.

161165 - Contadores e Ouvidores de Histórias

Centro de Voluntariado de Ribeirão Preto

CNPJ/CPF: 03.136.992/0001-77

Processo: 01400021051201609

Cidade: Ribeirão Preto - SP;

Valor Aprovado: R$ 173.214,40

Prazo de Captação: 03/10/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: O projeto objetiva a promoção de cultura para quem passa parte da rotina em instituições de tratamento e, por isso, tem pouco acesso à vida em comunidade e a intervenções artísticas. A proposta é levar teatro e histórias para crianças. adolescentes e idosos, que estão em hospitais, asilos ou casas de repouso. Como contadores, os voluntários do projeto irão até hospitais e contarão histórias para os jovens ali internados. Nas atividades, haverá sempre a orientação de um professor de teatro, que otimizará o uso das artes cênicas para as intervenções. Como ouvidores, eles irão até instituições de saúde que acolham idosos e farão o trabalho inverso: quem antes apenas contava, agora também passa a ouvir. A estimativa de apresentações é de 1200 no ano, realizadas diariamente, de segunda à sexta-feira, em quartos com público médio de dois pacientes, conforme se detalha no campo DEMOCRATIZAÇÃO DE ACESSO. Logo, o público total, ao longo de um ano de projeto, gira em torno de 2400 crianças, adolescentes e idosos.

161286 - Dia Branco: A Viagem de Rosa-dos-Ventos

CELIA TERPINS 66972680859

CNPJ/CPF: 15.037.602/0001-90

Processo: 01400021271201624

Cidade: São Paulo - SP;

Valor Aprovado: R$ 1.140.740,00

Prazo de Captação: 03/10/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: Dia Branco é um Espetáculo de Teatro Musical, roteiro e músicas escrito por Max Krichanã, brasileiro, produto inédito. Propõe entreter e levar o espectador arefletirsobre a vida e valores como o amor familiar e a solidariedade. Pretende também sensibilizar a plateia para a existência da Talassemia, anemia de origem genética, em parceria com a ABRASTA-Associação Brasileira de Talassemia. Dia Brancofocaliza ainda o senso estético pela apreciação de aspectos da mitologia clássica e da manifestação popular denominada Zambiapunga, ocorrente no litoral da Bahia. As músicas e os diálogos contam essa história que irá emocionar e trazer pontos favoráveis à vida de todos nós. Como produto secundário, propomos gravar um CD com as músicas do espetáculo, que será distribuído às famílias, durante a compra dos ingressos.

161055 - Espetáculo Musical

Marcos Borges de Oliveira

CNPJ/CPF: 920.587.361-68

Processo: 01400007650201610

Cidade: Goianira - GO;

Valor Aprovado: R$ 501.250,00

Prazo de Captação: 03/10/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: Jhony desde criança tinha o sonho bobo de conhecer a neve,ele é orfão de pai e mãe e foi criado por sua avó,e em um belo dia ele levanta e decidi ir atrás desse sonho maluco dele e leva sua melhor amiga Gaby pra essa aventura emocionante. Jhony e Gaby vão atrás do Dono dos Sonhos que é simplimente o senhor que tem o poder de realizar todo e qualquer sonho existente, mas para chegar ate ele nao é nada facil eles terão de passar por muitas coisas e por muitos caminhos,monstros e dragoes sao so o começo dessa jornada facinante. Jhony e gaby passam pelo grande dragão vermelho e pelos mirius os mais terriveis e sanguinarios monstros de todo o mundo e por fim a temida e abominavel Lilite que tem uma beleza envolvente e consegue himpinotizar todo e qualquer homem,mas eles conseguem passar por isso tudo e chegar ao final da historia em um encontro emocionante com o Dono dos Sonhos.

160463 - Liberdade

Pyramo Produções Artísticas LTDA

CNPJ/CPF: 15.017.311/0001-30

Processo: 01400006657201614

Cidade: Rio de Janeiro - RJ;

Valor Aprovado: R$ 655.780,00

Prazo de Captação: 03/10/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: Montagem e circulacão do espetáculo teatral "Nastácia". Texto inédito do dramaturgo brasileiro Pedro Brício, inspirado na obra ?O idiota? de Dostoiéviski. Com direção de Miwa Yanagizawa, a peça contemporânea será montada em Belo Horizonte realizando temporada de apresentações na cidade, além de temporadas no Rio de Janeiro e em São Paulo. Objetivamos realizar 72 apresentações do espetáculo, sendo 24 apresentações em cada cidade.

161852 - MENINOS DE PÉ NO CHÃO

José Carlos Pereira Moraes

CNPJ/CPF: 801.642.691-34

Processo: 01400203235201687

Cidade: Aparecida de Goiânia - GO;

Valor Aprovado: R$ 63.730,00

Prazo de Captação: 03/10/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: Vamos realizar uma grande oficina de capoeira que será realizada em todos os sábado do dia 03 de outubro de 2016, a 28 de maio de 2017, na Praça Céus das Artes Vera Cruz 02, Aparecida de Goiânia Goiás para 150 crianças aula ao ar livre isto acontecera nos sabados. O nosso objetivo com este projeto é leva cultura e entretenimento para a nossa população.

161882 - OITO MULHERES

CHARLOTTE PESQUISA PRODUÇÃO CULTURAL E INFORMÁTICA LTDA ME

CNPJ/CPF: 07.796.445/0001-79

Processo: 01400203481201639

Cidade: Rio de Janeiro - RJ;

Valor Aprovado: R$ 344.665,00

Prazo de Captação: 03/10/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: OITO MULHERES é um projeto que compreende os ensaios, a montagem e uma temporada de estreia da peça teatral homônima, e ainda inédita no Brasil, do dramaturgo francês Robert Thomas, num teatro da cidade do Rio de Janeiro. Com oito atrizes em cena e ficha técnica integralmentecomposta de mulheres, a peça terá um cenário único e conciso e colocará em evidência o trabalho das atrizes desenvolvido com base na técnica russa da Fala Cênica, da qual a diretora artística e preparadora vocal Elena Gaissionok é especialista. Pretende-se realizar uma temporada de estreiadurante dois meses, oito semanas, do ano 2016, totalizando 32 espetáculos, para um público-alvo amplo, composto de mulheres e homens, espectadores e futuros espectadores de teatro da cidade do Rio de Janeiro e da região da baixada fluminense, com idade a partir dos 14 anos.

161209 - Rodeio Artístico de 60 Anos do CTG Pelego Branco - Taquari/RS

Ilsandra Hilgert Fell

CNPJ/CPF: 011.383.620-18

Processo: 01400021098201664

Cidade: Pareci Novo - RS;

Valor Aprovado: R$ 89.546,52

Prazo de Captação: 03/10/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: O Rodeio Artístico de 60 Anos do CTG - Centro de Tradições Gaúchas Pelego Branco da cidade de Taquari/RS irá difundir, regatar e preservar a cultura gaúcha. O CTG Pelego Branco será palco de um final de semana histórico que reunirá entidades de todo o Rio Grande do Sul no intuito de manter viva,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

valorizada e presente a cultura e a história do povo gaúcho, por meio de um Concurso Artístico onde concorrerão: grupos de danças, intérpretes vocais, chuleadores e declamadores nas categorias Mirim, Juvenil eAdulta. Na ocasião, grupos artísticos de diversos Centros de Tradições Gaúchas poderão pôr a prova o trabalho desenvolvido e, os que obtiverem maior destaque e conseqüentemente melhor representarem as raízes da cultura gaúcha, receberão prêmios em dinheiro e troféu. Durante a programação do Rodeio Artístico, também haverá um baile tradicionalista com a apresentação do Grupo Timbre Gaúcho, cujo repertório segue a linha gaúcha tradicional.

161145 - TEM CULPA EU?
PULCIANO NUNES MENNA BARRETO
CNPJ/CPF: 16.870.031/0001-33
Processo: 01400007833201627
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 459.017,00
Prazo de Captação: 03/10/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: - Realização da montagem e temporada do espetáculo humorístico intitulado TEM CULPA EU?, formado por sucessivas esquetes cômicas de autoria própria, funcionando como um agente desopilador, buscando atingir em torno de nove mil setecentos e cinqüenta pessoas em sessenta e três (63) apresentações em dez (10) meses de trabalho, com temporada inicial de dois (02) meses na cidade do Rio de Janeiro, dois (02) meses na cidade de São Paulo e turnê por cinco cidades brasileiras contemplando as cinco (05) regiões do Brasil, sendo vinte e quatro (24) apresentações na cidade do Rio de Janeiro, vinte e quatro (24) apresentações na cidade de São Paulo e quinze (15) na turnê pelas cidades de Cuiabá/MT, Curitiba/PR, João Pessoa/PB, Natal/RN e Porto Velho/RO.

161098 - TERESINA SHOW
ASSOCIAÇÃO CULTURAL JUNINA TERESINA SHOW
CNPJ/CPF: 14.690.147/0001-65
Processo: 01400007759201649
Cidade: Teresina - PI;
Valor Aprovado: R$ 115.150,00
Prazo de Captação: 03/10/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: O Projeto Cultural Teresina Show tem como objetivo a inserção cultural da juventude através de ações e iniciativas de reconhecimento e valorização da cultura junina, do folclore e da história do Piauí, tendo como público-alvo 150 (cento e cinquenta) jovens da cidade de Teresina - PI em situação de vulnerabilidade social. No aspecto cultural, a associação busca-se trabalhar projetos de preservação e resgate da cultura junina do Piauí. O fruto desse trabalho é a produção da Quadrilha Junina Luar do São João, que a cada ano se apresenta nos maiores festivais juninos do Brasil, com alegria e emoção caracteristico das festas de São João. Em 2016, o espetáculo junino "Nordestinos de coração, que povo é esse? É camaleão" será realizado em 10 (dez) apresentações, nos maiores festivais de quadrilhas juninas do Brasil.

162367 - X9 - PAULISTANA - CARNAVAL 2017
Grêmio Recreativo e Cultural Escola de Samba X9 Paulistana
CNPJ/CPF: 46.538.765/0001-80
Processo: 01400208292201652
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 785.500,00
Prazo de Captação: 03/10/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: Produção e realização do desfile da X9 - PAULISTANA no Carnaval de São Paulo, no ano de 2017 , no sambódromo do Anhembi, no dia 26 de fevereiro de 2017 serão distribuídas fantasias para comunidade.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
1511276 - ARTE BOA PRAÇA - quarta edição
Fundação Simão José Silva
CNPJ/CPF: 20.342.044/0001-07
Processo: 01400080105201589
Cidade: Cataguases - MG;
Valor Aprovado: R$ 331.110,00
Prazo de Captação: 03/10/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: O Arte Boa Praça é um projeto que promove ampla difusão e democratização artística e cultural, por ser realizado em praça pública, sem incorrer em qualquer tipo de limitação de idade, gênero ou classe sociocultural para os interessados em dele participar.Garantindo diversidade estilística e qualidade artística nos eventos programados , contará , em sua quarta edição, com oficinas em artes visuais (fotografia e grafite), quatro espetáculos teatrais, um cortejo de palhaços e cinco shows instrumentais.

161335 - Conexão Música do Rio Grande (título provisório)
João Aquino Martins da Silva
CNPJ/CPF: 01.503.172/0001-40
Processo: 01400021340201608
Cidade: Morro Reuter - RS;
Valor Aprovado: R$ 240.255,00
Prazo de Captação: 03/10/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: Conexão Música do Rio Grande é uma série de apresentações gratuitas, que irá percorrer três cidades do Vale do Sinos e Paranhana. Será uma mostra musical com 13 apresentações. Por meio do evento, pretende-se valorizar as expressões artísticas e culturais, assim como incentivar diversos artistas a produzirem e divulgarem seus trabalhos.

161767 - SENTIMENTO DE GAITEIRO
MJ Produtora de Eventos Ltda
CNPJ/CPF: 10.911.103/0001-67
Processo: 01400202851201611
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 312.350,00
Prazo de Captação: 03/10/2016 à 30/12/2016

Resumo do Projeto: Produção e a gravação do DVD "Sentimento de Gaiteiro", idealizados e estrelados pelo acordeonista Beto Caetano, um dos nomes mais representativos da arte gaúcha e da música instrumental rio-grandense. Para gravar o referido DVD, será realizado um grande espetáculo musical, tendo como cenário o CTG Coxilha de Ronda, da cidade de Santiago. Além do artista principal, Beto Caetano, o espetáculo contará com as participações especiais dos também acordeonistas Albino Manique, Luciano Maia e Luiz Carlos Borges, três dos mais conceituados personagens da música regional gaúcha.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
160517 - Circulação da exposição Folclore Digital
YGOR MAROTTA & CIA LTDA - ME
CNPJ/CPF: 13.438.630/0001-94
Processo: 01400006739201651
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 601.940,00
Prazo de Captação: 03/10/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: O projeto realizará a circulação da exposição multimídia Folclore Digital do duo VJ Suave em 3 diferentes cidades brasileiras. A exposição permanecerá por 30 dias em cada cidade aberta à visitação gratuita com monitores orientando o público. Os artistas criadores também realizarão a intervenção urbana "Mais amor por favor" em cada cidade abrangida pelo projeto.

162305 - Viradouro: Avenida de Riquezas Brasileiras
Mosaico Produções
CNPJ/CPF: 16.731.123/0001-32
Processo: 01400208203201678
Cidade: Teresópolis - RJ;
Valor Aprovado: R$ 542.000,00
Prazo de Captação: 03/10/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: O projeto propõe uma exposição que incorpora o universo da Escola de Samba Unidos do Viradouro ao Espaço Cultural Correios de Niterói. A exposição histórico-cenográfica "Viradouro: Avenida de Riquezas Brasileiras" visa manter viva na memória coletiva a importância da cultura carnavalesca para a manutenção da identidade de uma comunidade. Ao celebrar seus 70 anos de história e 20 anos do principal título de Campeã do Grupo Especial até o momento, conquistado em 1997, valoriza-se também a Escola de Samba enquanto patrimônio da cultura nacional. De forma gratuita, oficinas serão ministradas por integrantes da Unidos do Viradouro (Passista, Percussionistas, Mestre Sala e Porta Bandeira), além de bate-papos, música popular e edições com vídeos de seus principais desfiles completam a programação prevista para ocorrer entre os meses de janeiro e março de 2017.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
162061 - Brasil Visto do Céu
Produtora Brasileira de Arte e Cultura Ltda.
CNPJ/CPF: 13.483.286/0001-55
Processo: 01400205924201626
Cidade: Santos - SP;
Valor Aprovado: R$ 254.474,00
Prazo de Captação: 03/10/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: Publicar livro de fotografias que mostrem detalhes das paisagens brasileiras em imagens aéreas. Serão mostradas as diferentes áreas do território nacional de forma a promover reflexões sobre desenvolvimento, ocupação urbana e rural, áreas de preservação e riquezas naturais. Os temas serão acompanhados e definidos por meio de pesquisas histórico-geográficas, dado ao caráter cultural da publicação.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
161144 - Projeto Matriz Serro
Moreira Lima Comercial Ltda.
CNPJ/CPF: 65.182.388/0001-34
Processo: 01400007832201682
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 520.640,00
Prazo de Captação: 03/10/2016 à 30/12/2016

Resumo do Projeto: Este projeto visa realizar no segundo ano consecutivo, com previsão nos dias 14,15 e 16 de outubro de 2016 o Projeto Matriz Serro. O objetivo que este festival cultural, realize nesta cidade de grande beleza histórica e natural, sua segunda edição, com apresentações de teatros, dança, performances artísticas e vários shows musiciais passando por diversos estilos como pop rock, erudito, samba, MPB, enfim, ampliando o acesso da população a diversas e importantes manifestações culturais. serão 3 dias de intensa atividade cultural com programações nos horários diurnos e noturnos, todas com entrada gratuita, e que atendam diversas camadas sociais e a população infato- juvenil, adulta e idosos.

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 601, de 29/09/2016, publicado no D.O.U nº 189 de 30/09/2016, Seção 1, páginas 46 a 49, referente ao projeto Canta Tchê - Pronac: 08 0178 e projeto Música Erudita para Crianças e Adolescentes - Pronac: 02-7066:

Onde se lê: ANEXO IV

Leia-se: ANEXO III

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 93, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL, no uso das atribuições legais que lhe confere a Portaria 1.191, de 21 de junho de 2016, publicada no DOU em 22 de junho de 2016, na Seção 2, em cumprimento ao disposto na Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, alterada pela Lei nº 10.454 de 13 de maio de 2002, e em virtude da Portaria nº 126, de 30 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria n° 057, de 20 de maio de 2016, publicada no DOU em 23 de maio de 2016, na Seção 1, página 92, e a Portaria n° 070, de 12 de julho de 2016, publicada no DOU em 14 de julho de 2016, na Seção 1, página 14.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO ALFREDO BERTINI DE TORRES BANDEIRA

PORTARIA Nº 94, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016

O(A) SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1.191, de 22 de junho de 2016 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO ALFREDO BERTINI DE TORRES BANDEIRA

ANEXO I

ÁREA: 2 AUDIOVISUAL (Artigo 18 , § 1º)
162111 - Casa da Estação - Centro de Memória e Referência Audiovisual
ASSOCIACAO CULTURAL PARA O DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS HUMANAS
CNPJ/CPF: 11.290.496/0001-00
Processo: 01400206647201679
Cidade: Volta Redonda - RJ;
Valor Aprovado: R$ 2.969.123,04
Prazo de Captação: 03/10/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: Melhoria e adequação do Espaço Cultural Antiga Estação Ferroviária do Município de Pinheiral - RJ. O projeto prevê a criação de um centro de memória e referência audiovisual. A edificação é parte importante da história de Pinheiral, principalmente nos áureos temos da cultura do café. Atualmente desativada, a antiga Estação Ferroviária hoje abriga a Biblioteca Municipal. A proposta é realizar algumas melhorias com a adequação, no entanto os traços e características originais da edificação serão preservados. O imóvel da Estação Ferroviária de Pinheiral não é tombado, pois o município não possui Lei de Tombamento, mesmo nestes termos, o projeto enviado pela arquiteta responsável Zaíra Monachese prevê a preservação das características físicas de fachada, assim como a recuperação das esquadrias de madeira, mantendo suas características originais com maior fidelidade.

161324 - Cine e Cultura
Instituto Eco Ambiental e Social - IEAS
CNPJ/CPF: 07.200.091/0001-58
Processo: 01400021316201661
Cidade: Campinas - SP;
Valor Aprovado: R$ 759.429,00
Prazo de Captação: 03/10/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: Realização de trinta e cinco apresentações de cinema, públicas e gratuitas em praças, centros comunitários ou escolas, nas cidades de Mogi Mirim, Jundiaí, Cotia, Suzano, Valinhos, Guarujá, Aparecida todas no estado de São Paulo, sendo apresentado no mínimo 5 audiovisuais por cidade, em uma ou mais seções, conforma a capacidade de publico, no período de janeiro a julho de 2017. Cada cidade ira receber uma oficina com desenvolvimento de curtas metragens pelos alunos exibidos nas apresentações, com apresentação média de 6 títulos por evento, selecionados de produtores brasileiros, juntamente com oficinas de iniciação ao cinema produzindo curtas metragens.

161111 - Cultura Empreendedora (Título Provisório)
Associação Brasileira de Ontopsicologia
CNPJ/CPF: 90.169.418/0001-10
Processo: 01400007786201611
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 336.443,40
Prazo de Captação: 03/10/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: Produção de documentário média metragem de 40 minutos contendo o mapeamento da lógica de líderes culturais brasileiros e de jovens empreendedores atuantes nos campos da arte, cultura, política, economia, ciência, educação e tecnologia. O filme será acompanhado de uma revista/anuário contendo a publicação integral das entrevistas realizadas e textos produzidos em base ao conteúdo captado. O lançamento será realizado no Centro Internacional de Arte e Cultura Humanista Recanto Maestro, em um evento cujo conteúdo será a exibição do filme e palestra de ao menos um dos entrevistados pelo filme. O média metragem será feito em HD e reproduzido em 3 mil DVDs. Todos os produtos culturais terão acesso gratuito.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO
Em 30 de setembro de 2016

Nº 13/GM-MD -
Processo nº 09200.000684/2016-33
Interessado(a)(s):Paula Martins
Assunto: Denegação de Pedido de Acesso à Informação

Processo nº 09200.000684/2016-33. Assunto: Lei de Acesso à Informação - Recurso em 2ª Instância - Denegação de Pedido de Acesso à Informação. Recorrente: Artigo 19 - CNPJ: 10435847/0001-52. Autoridade recorrida: Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. Amparo legal: art. 15 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011; § único do art. 21 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012. Decisão da autoridade ministerial: observado o disposto no parágrafo único do art. 21 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, conheço do recurso e, no mérito, nego-lhe provimento, com fundamento nas informações e razões apresentadas pela autoridade recorrida em 1ª Instância, aplicando ao presente recurso o disposto na Súmula CMRI nº 6/2015. Nos termos do art. 23 do Decreto nº 7.724, de 2012, eventual recurso sobre esta decisão deve ser dirigido Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle, no prazo de 10 dias, a contar desta data. Comunique-se ao recorrente.

RAUL JUNGMANN

COMANDO DA AERONÁUTICA
DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO
INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA

PORTARIAS DE 23 DE SETEMBRO DE 2016

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria nº 7/DGCEA, de 4 de janeiro de 2016, combinada com o previsto no art. 122 do Anexo I a Portaria nº 957/GC3, de 9 de julho de 2015, resolve:

Nº 260/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Auxílios à Navegação Aérea (PZPANA) para o Aeródromo SALGADO FILHO, situado no Município de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul - RS. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Fica revogada a Portaria DECEA nº 22/ICA, de 14 de julho de 2015.

Nº 261/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo AGROPALMA, situado no Município de Tailândia, no Estado do Pará - PA. Processo nº 67210.000766/2013-12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 262/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo AGROPASTORIL BOM PASTOR, situado no Município de Rondonópolis, no Estado do Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.035396/2015-43. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 263/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo ALDEIA, situado no Município de Borba, no Estado do Amazonas - AM. Processo nº 67290.011813/2013-19. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 264/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo SOURE, situado no Município de Soure, no Estado do Pará - PA. Processo nº 67210.021287/2014-11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 265/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo ARARA AZUL, situado no Município de Barão do Melgaço, no Estado do Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.038460/2014-67. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 266/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo COMANDANTE CARLOS INÁCIO AGNES, situado no Município de Davinópolis, no Estado do Maranhão - MA. Processo nº 67210.005868/2013-24. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 267/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo ARIQUEMES, situado no Município de Ariquemes, no Estado de Rondônia - RO. Processo nº 67615.005973/2015-72. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 268/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA CACHOEIRA, situado no Município de Água Clara, no Estado do Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67613.034497/2014-36. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 269/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA SOCOCO, situado no Município de Moju, no Estado do Pará - PA. Processo nº 67210.020083/2016-09. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 270/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA AMÁLIA, situado no Município de Juína, no Estado do Mato Grosso - MT. Processo nº 67280.040208/2013-66. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 271/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA BAHIA - DON BOSCO, situado no Município de Poconé, no Estado do Mato Grosso - MT. Processo nº 67280.040103/2013-15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 272/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA CURITIBA, situado no Município de Comodoro, no Estado do Mato Grosso - MT. Processo nº 67280.005037/2013-29. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 273/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA ESTRELA DO SANGUE, situado no Município de Brasnorte, no Estado do Mato Grosso - MT. Processo nº 67280.001452/2013-11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 274/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA FOGLIATELLI, situado no Município de Sapezal, no Estado do Mato Grosso - MT. Processo nº 67280.002702/2013-22. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 275/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA FURNAS DO SARARÉ, situado no Município de Pontes e Lacerda, no Estado do Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.035435/2015-11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 276/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA MOURÃO, situado no Município de Colniza, no Estado do Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.032946/2015-72. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 277/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA PAU D'ARCO, situado no Município de Redenção, no Estado do Pará - PA. Processo nº 67210.022594/2013-38. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 278/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA PRIMAVERA, situado no Município de Pimenteiras do Oeste, no Estado de Rondônia - RO. Processo nº 67615.032952/2015-20. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 279/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA REUNIDAS, situado no Município de Paranatinga, no Estado do Mato Grosso - MT. Processo nº 67280.040037/2014-56. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 280/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA SANTA LUZIA, situado no Município de Nova Bandeirantes, no Estado do Mato Grosso - MT. Processo nº 67280.040258/2013-43. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 281/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA SÃO JOÃO DO IBIPORÃ, situado no Município de Pontes e Lacerda, no Estado do Mato Grosso - MT. Processo nº 67280.040207/2014-01. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 282/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA SÃO JOSÉ, situado no Município de Sapezal, no Estado do Mato Grosso - MT. Processo nº 67280.040110/2013-17. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 283/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA TAMANDUÁ, situado no Município de Brasnorte, no Estado do Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.005846/2015-73. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 284/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo POSTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL SANTA MARIA, situado no Município de Barão de Melgaço, no Estado do Mato Grosso - MT. Processo nº 67280.001469/2013-61. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 285/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo POSTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL SANTO ANDRÉ, situado no Município de Barão de Melgaço, no Estado do Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.032953/2015-74. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 286/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo POSTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL SÃO JOAQUIM, situado no Município de Barão de Melgaço, no Estado do Mato Grosso - MT. Processo nº 67280.001463/2013-93. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 287/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo POSTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL SÃO LUIS, situado no Município de Barão de Melgaço, no Estado do Mato Grosso - MT. Processo nº 67280.001470/2013-95. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 288/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo SANTA MARIA, situado no Município de Barão de Melgaço, no Estado do Mato Grosso - MT. Processo nº 67280.040417/2013-18. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 289/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo SAVANA, situado no Município de Jaru, no Estado de Rondônia - RO. Processo nº 67615.014757/2015-18. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 290/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo SERRA DA BORDA, situado no Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, no Estado do Mato Grosso - MT. Processo nº 67280.040096/2013-43. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor das Portarias acima e seus anexos constituem arquivos em mídia digital que são disponibilizados no Portal AGA do DECEA na rede mundial de computadores (www.decea.gov.br/aga).

Cel Av GEANDRO LUIZ DE MATTOS

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.093, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

Revoga as Portarias MEC nº 1.094, de 27 de novembro de 2015, e nº 153, nº 154 e nº 155, de 22 de março de 2016.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e em observância à Lei nº 12.801, de 24 de abril de 2013, resolve:

Art. 1º Fica revogada a Portaria MEC nº 1.094, de 27 de novembro de 2015, bem como as Portarias MEC nº 153, nº 154 e nº 155, todas de 22 de março de 2016, relativas ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 1.094, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

Altera dispositivos da Portaria MEC nº 867, de 4 de julho de 2012, que institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e define suas diretrizes gerais; da Portaria MEC nº 1.458, de 14 de dezembro de 2012, que define categorias e parâmetros para a concessão de bolsas de estudo e pesquisa no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, e da Portaria MEC nº 90, de 6 de fevereiro de 2013, que define o valor máximo das bolsas para os profissionais da educação participantes da formação continuada de professores alfabetizadores no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, em observância à Lei nº 12.801, de 24 de abril de 2013, e considerando avaliações do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa, nestas incluídos os registros dos professores no SisPacto, resolve:

Art. 1º Ficam alterados o caput do art. 2º; o caput do art. 3º; o caput do art. 4º; o inciso I do art. 6º; o inciso I do art. 7º; o inciso I do art. 10; as alíneas "a" e "b" do inciso I do art. 10 e o inciso II do art. 10; os incisos IV, V e VII do art. 11; o caput e os incisos I, II e IV do art. 12; os incisos I, IV, V, VII do art. 13; os incisos I e VI do art. 14 e o caput do art. 16 da Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012, do Ministério da Educação - MEC, que passarão a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Ficam instituídas as ações do Pacto, por meio das quais o MEC, em parceria com as instituições formadoras e os sistemas públicos de ensino dos estados, Distrito Federal e municípios, apoiará a alfabetização e o letramento dos estudantes, até o final do 3º ano do ensino fundamental, em escolas rurais e urbanas, e que se caracterizam:" (NR)

"Art. 3º A adesão às ações do programa será formalizada em instrumento próprio a ser disponibilizado pelo MEC." (NR)

"Art. 4º O MEC poderá oferecer apoio técnico e financeiro aos estados, por meio do Plano de Ações Articuladas - PAR, para ações do programa." (NR)

"Art. 6º .....

I - formação continuada;" (NR)

"Art. 7º .....

I - formação, inclusive em serviço, dos professores alfabetizadores e coordenadores pedagógicos das escolas das redes públicas de ensino participantes das ações de alfabetização;" (NR)

"Art. 10.....

I - constituição de Comitês de Gestão Nacional, Estadual e do Distrito Federal, organizados na forma abaixo:

a) Comitê Gestor Nacional: responsável pela coordenação e avaliação em âmbito nacional, presidido pelo Secretário Executivo do Ministério da Educação, com participação dos titulares e suplentes da Secretaria de Educação Básica - SEB, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação - CONSED e da União dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime, bem como de representantes de outros órgãos e entidades que o Comitê julgar conveniente;

b) Comitê Gestor Estadual para a Alfabetização e o Letramento: comitê instituído em cada estado, composto por titulares e suplentes da Secretaria de Estado da Educação, da Undime, representação das instituições formadoras, e representantes de outros órgãos e entidades que o Comitê julgar conveniente; e responsável:

1. por identificar os resultados das escolas da rede da UF na Avaliação Nacional da Alfabetização - ANA, Provinha Brasil, Prova Brasil e outras avaliações conduzidas pelas unidades federadas, municípios ou pelas próprias escolas;

2. pelo estabelecimento de metas de desempenho dos alunos;

3. pelo acompanhamento, pela aprovação e pelo monitoramento das estratégias de gestão dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, denominadas Plano de Gestão, e das ações de apoio didático-pedagógico organizadas pelas instituições formadoras, denominadas Plano de Formação, que integrarão o Plano de Gestão, no seu compromisso solidário de elevar a qualidade do processo de alfabetização e letramento dos estudantes; e

4. por decidir os casos de substituição dos coordenadores estaduais, Undime, regionais e locais.

II - definição e disponibilização, pelo MEC, de um sistema de monitoramento das ações pactuadas, sem prejuízo do uso integrado com ferramentas e protocolos instituídos por estados, municípios e Distrito Federal, com a mesma finalidade;" (NR)

"Art. 11. .....

IV - promover, em parceria com as instituições formadoras, a formação em serviço dos coordenadores estaduais, Undime, regionais e locais, dos orientadores de estudo, dos coordenadores pedagógicos e dos professores nas redes de ensino que aderirem às ações do Pacto, considerando, sempre que possível, unidades escolares como espaços de formação;

V - conceder bolsas de estudo aos coordenadores estaduais, da Undime, regionais e locais do Pacto e aos orientadores de estudo, coordenadores pedagógicos e professores das redes públicas participantes da Formação Continuada;

VII - apoiar a gestão e o monitoramento local das ações aprovadas no Plano de Gestão." (NR)

"Art. 12. Caberá às instituições formadoras:

I - elaborar Plano de Formação e realizar a gestão acadêmica e pedagógica da formação, preferencialmente em serviço, dos professores alfabetizadores, coordenadores pedagógicos, orientadores de estudos e coordenadores estaduais, Undime, regionais e locais, com foco na aprendizagem dos estudantes;

II - selecionar os formadores que ministrarão o curso de formação e incluir professores alfabetizadores da rede pública que já tenham reconhecida experiência e resultados educacionais de elevado padrão no grupo de orientadores de estudos que organizarão o processo de formação dos professores e coordenadores pedagógicos;

.....

IV - certificar os cursistas que tenham concluído a formação em serviço, incluindo na carga horária dessa formação, não somente momentos presenciais, mas atividades mediadas por tecnologias, tais como webconferência e minicursos on-line, e as que o professor desenvolver em sala de aula, a partir de sequências didáticas, metas e prazos acordados com os orientadores de estudos e os professores formadores." (NR)

"Art. 13. .....

I - aderir ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e elaborar, ouvida a seccional da Undime do estado, Plano de Gestão, no qual deverão constar estratégias de monitoramento das ações do Pacto e de avaliação periódica dos estudantes;

.....

IV - instituir e viabilizar o funcionamento do Comitê Gestor Estadual no âmbito do Estado ou Distrito Federal;

V - gerenciar e monitorar a implementação, execução e resultados das ações do Pacto em seu estado;

VII - selecionar orientadores de estudo de sua rede de ensino e custear o seu deslocamento e a sua hospedagem para os eventos de formação;" (NR)

"Art. 14. .....

I - aderir ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, e participar da elaboração do Plano de Gestão, no qual deverão constar estratégias de monitoramento das ações do Pacto e de avaliação periódica dos estudantes;

.....

VI - selecionar orientadores de estudo de sua rede de ensino e custear o seu deslocamento e a sua hospedagem para os eventos de formação;" (NR)

"Art. 16. O Plano de Formação a que se refere o inciso I do art. 12 e o Plano de Gestão de que trata o inciso I do art. 13 deverão ser validados pelo Comitê Gestor Estadual para a Alfabetização e o Letramento." (NR)

Art. 2º Ficam acrescidos os §§ 1º, 2º e 3º ao art. 2º; o parágrafo único ao art. 3º; o inciso III e o parágrafo único ao art. 7º; o parágrafo único ao art. 8º; os incisos V e VI ao art. 9º; o inciso VI e os §§ 1º e 2º ao art. 10; o inciso VIII ao art. 11; os incisos VI, VII, VIII, IX e X ao art. 12 e os incisos XII, XIII e XIV ao art. 13 da Portaria MEC nº 867, de 2012, os quais passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º .....

§ 1º As ações do Pacto terão como foco os estudantes das séries iniciais, cabendo aos professores, coordenadores pedagógicos, gestores escolares, gestores públicos e instituições formadoras uma responsabilidade compartilhada no alcance do direito da criança de, no máximo até os oito anos, escrever, ler com fluência e dominar os fundamentos da Matemática no nível recomendável para sua idade.

§ 2º As ações do Pacto serão conduzidas e monitoradas no âmbito dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, reforçando a responsabilização das redes de ensino pelo desenvolvimento das atividades e resultados do programa.

§ 3º A pactuação referida no parágrafo único do art. 1º é condição para a adesão de estados, Distrito Federal e municípios às ações do Pacto." (NR)

"Art. 3º .....

Parágrafo único. Os entes federados que aderirem ao Pacto na perspectiva de formação em serviço e que desenvolverem programas próprios de alfabetização em seus sistemas de ensino poderão propor a integração das ações e dos materiais de formação." (NR)

"Art. 7º .....

III - formação dos coordenadores estaduais, Undime, regionais e locais participantes das ações de formação em serviço de professores alfabetizadores e coordenadores pedagógicos.

Parágrafo único. A coordenação-geral da formação no âmbito do Pacto poderá ficar a cargo de uma instituição de ensino superior pública ou de centros de formação de professores regularmente instituídos pelas redes de ensino." (NR)

"Art. 8º .....

Parágrafo único. O MEC poderá apoiar financeiramente as instituições formadoras, na produção de recursos educacionais abertos destinados à formação continuada de professores, assim como os sistemas públicos de ensino dos estados e do Distrito Federal, na impressão e distribuição desses recursos didáticos, desde que pré-qualificados, conforme regramento a ser estabelecido pelo próprio MEC." (NR)

"Art. 9º .....

V - avaliações periódicas, aplicadas pelas próprias redes de ensino, a partir de instrumentos padronizados e o registro dos dados sobre a aprendizagem dos alunos em sistema adequado ao monitoramento das ações aprovadas no Plano de Gestão.

VI - avaliação de aprendizagem realizada periodicamente pelas próprias escolas, para orientar ações de apoio e reforço pedagógico aos alunos nas dimensões de Leitura, Escrita e Matemática." (NR)

"Art. 10. .....

VI - fortalecimento das estruturas estaduais e regionais de gestão do programa, bem como de sua capacidade de prestar assistência técnica a redes municipais.

§ 1º Os Comitês Gestores Estaduais e as equipes municipais e estaduais de coordenadores locais, regionais e estaduais representam instância de gestão compartilhada entre estados e municípios, responsáveis pelo estabelecimento de metas a serem alcançadas em cada escola e pelo monitoramento e avaliação das ações voltadas à alfabetização das crianças do 1º ao 3º ano do ensino fundamental.

§ 2º Todos os perfis de coordenadores deverão participar de formação continuada específica com foco em gestão e coordenação de ações desenvolvidas no âmbito do Pacto." (NR)

"Art. 11.....

VIII - apoiar as escolas na organização de ambientes nas salas de aula, biblioteca, corredores e outros espaços comuns, com o propósito de estimular a leitura, a escrita e a consolidação da alfabetização para estudantes das séries iniciais e outros que possam ser beneficiados." (NR)

"Art. 12. .....

VI - mobilizar profissionais da instituição que possam dar respostas concretas a desafios enfrentados pelos professores, tais como especialistas em fonoaudiologia, literatura infantil, iniciação científica, psicologia, teatro, dança, educação física e outros que contribuam para consolidar a alfabetização em uma perspectiva interdisciplinar que traduza a complexidade e a intencionalidade pedagógica desse processo;

VII - apoiar o Comitê Gestor Estadual para a Alfabetização e o Letramento na identificação de escolas capazes de receber os professores, para uma formação continuada próxima do local de trabalho;

VIII - apoiar as escolas na organização de ambientes nas salas de aula, biblioteca, corredores e outros espaços comuns, com o propósito de estimular a leitura, a escrita e a consolidação da alfabetização para estudantes das séries iniciais e outros que possam ser beneficiados;

IX - orientar os professores alfabetizadores na organização do tempo pedagógico, incluindo a leitura como atividade diária, sistemática e impulsionadora de novos conhecimentos; e

X - orientar os professores alfabetizadores para que, além dos materiais impressos e jogos pedagógicos de que dispõem, organizem um atendimento personalizado a cada criança, utilizando, para isso, publicações e vídeos disponíveis na internet, recursos da informática para reprodução de atividades, entre outros, estimulando a criatividade, a autonomia, a sustentabilidade das ações, o cuidado estético e a adoção de altas expectativas a respeito dos estudantes; e

"Art. 13.....

XII - coordenar e monitorar o processo de construção, execução e avaliação do Plano de Gestão do Estado;

XIII - estabelecer metas para cada escola, a partir da análise do boletim da ANA 2014, da Provinha Brasil ou de outros instrumentos de avaliação próprios, buscando que o maior número possível de estudantes termine o 3º ano com fluência na leitura, domínio do Sistema de Escrita Alfabética e dos fundamentos da Matemática, alcançando, pelo menos, o nível 3 da ANA; e

XIV - apoiar a organização de atendimento especial aos estudantes que se encontrem nos níveis 1 e 2 da ANA e a todos que apresentem dificuldades, independentemente de terem realizado a avaliação, buscando a consolidação da alfabetização, quando possível, antes mesmo do 3º ano.

Art. 3º Ficam alterados o caput do art. 1º; o caput do art. 2º; caput e os §§ 1º, 2º e 3º do art. 3º; o caput e os incisos I, II, III, IV, V, VI e VII do art. 4º; o caput, o inciso I e o parágrafo único do art. 5º; o caput, os incisos I e II e os §§1º e 2º do art. 6º; o caput e parágrafo único do art. 7º; o caput e o inciso IV do art. 8º; o caput, o inciso II e os §§ 1º, 2º, 3º e 4º do art. 9º; o inciso II e os §§1º, 2º e 3º do art. 10; e o caput e os §§ 2º e 3º do art. 11 da Portaria MEC nº 1.458, de 14 de dezembro de 2012, que passarão a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º A Formação Continuada ofertada no âmbito do programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa será realizada preferencialmente em serviço, nas escolas com classes de alfabetização, e tem como objetivo apoiar os professores alfabetizadores e coordenadores pedagógicos a planejarem suas ações e adotarem estratégias didático-pedagógicas que permitam aos estudantes de 1º a 3º anos alcançarem os objetivos de aprendizagem estabelecidos para o Ciclo de Alfabetização." (NR)

"Art. 2º A formação continuada orientada para a aprendizagem das crianças será ofertada em serviço, incluindo na carga horária dessa formação não somente momentos presenciais, mas atividades mediadas por tecnologias, tais como webconferência e minicursos on-line, e as que o professor desenvolver em sala de aula com os alunos, a partir de sequências didáticas, metas e prazos acordados com os orientadores de estudos e os professores formadores, com duração mínima a ser definida pelo MEC em Documento Orientador das ações de formação continuada de professores alfabetizadores." (NR)

"Art. 3º A Formação Continuada ofertada por instituições formadoras, quais sejam as instituições de ensino superior ou os centros de formação de professores regularmente instituídos pelas redes de ensino, será ministrada aos coordenadores estaduais, Undime, regionais e locais do Pacto e aos orientadores de estudo, que serão responsáveis pela formação dos professores alfabetizadores e dos coordenadores pedagógicos.

§ 1º Os recursos para realização da Formação Continuada serão alocados diretamente no orçamento das instituições formadoras ou transferidos por meio de descentralizações, convênios ou outras formas de transferência.

§ 2º As instituições formadoras utilizarão os recursos referidos no parágrafo anterior exclusivamente para a implementação das atividades necessárias à Formação Continuada no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, podendo aplicá-los, nas seguintes finalidades: material de consumo, contratação de serviços, apoio técnico e pagamento de diárias e passagens.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

§ 3º A equipe docente das instituições formadoras, os coordenadores estaduais, Undime, regionais e locais das ações do Pacto, os orientadores de estudo, os coordenadores pedagógicos e os professores alfabetizadores, enquanto atuarem na Formação Continuada, poderão receber bolsas, na forma e valores definidos em resolução específica do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE." (NR)

"Art. 4º A Formação Continuada contempla o pagamento de bolsas aos seguintes participantes:

I - coordenador-geral da Formação;

II - coordenador-adjunto da Formação;

III - supervisor;

IV - formador;

V - coordenador estadual e Undime;

VI - coordenador regional das ações do Pacto; e

VII - coordenador local das ações do Pacto;" (NR)

"Art. 5º O coordenador-geral da Formação Continuada deverá ser indicado pelo dirigente máximo da instituição formadora, que o escolherá, prioritariamente, dentre aqueles que atendam aos seguintes requisitos cumulativos:

I - ser professor efetivo da instituição formadora;

.....

Parágrafo único. O coordenador-geral da Formação deverá encaminhar à Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação - SEB-MEC, por intermédio do SisPacto, cópia do instrumento comprobatório da sua designação."(NR)

"Art. 6º O coordenador-adjunto será indicado pelo coordenador-geral da Formação, devendo ser selecionado dentre os que reúnam, no mínimo, os seguintes requisitos cumulativos:

I - ser professor efetivo da instituição formadora;

II - ter experiência na área de formação de professores alfabetizadores e na área de gestão; e

§ 1º A indicação do coordenador-adjunto deverá ser homologada pelo dirigente máximo da instituição formadora.

§ 2º As instituições formadoras poderão indicar dois coordenadores-adjuntos, um para a área de gestão e outro para a área de alfabetização." (NR)

"Art. 7º Os supervisores serão selecionados pelo coordenador-geral da Formação, respeitando-se estritamente os pré-requisitos estabelecidos para a função quanto à formação e à experiência exigidas, dentre candidatos que reúnam, no mínimo, as seguintes características cumulativas:

.....

Parágrafo único. Os supervisores articular-se-ão com a equipe de gestão local e regional para garantir um atendimento integrado aos professores e seus alunos." (NR)

"Art. 8º Os formadores serão selecionados pelo coordenador-geral da Formação, em processo de seleção público e transparente, respeitando-se os pré-requisitos estabelecidos para a função quanto à formação e à experiência exigidas, dentre candidatos que reúnam, no mínimo, três das seguintes características:

.....

IV - possuir titulação de especialização, mestrado ou doutorado em Educação ou estar cursando pós-graduação na área de Educação." (NR)

"Art. 9º Os coordenadores estaduais, regionais e locais do Pacto, indicados pela respectiva Secretaria de Educação, e o coordenador Undime, de livre indicação do presidente da Undime estadual, deverão atender às seguintes características cumulativas:

.....

II - ter experiência na coordenação de projetos ou programas;

.....

§ 1º O previsto no inciso I deste artigo não se aplica obrigatoriamente ao coordenador Undime;

§ 2º O coordenador local deve ser professor efetivo cadastrado no censo escolar disponível no momento da constituição da turma de professores alfabetizadores ou ser servidor da carreira dos profissionais da educação básica instituída no âmbito do estado/município.

§ 3º O coordenador estadual, de livre indicação do Secretário Estadual de Educação, deve ser servidor da carreira dos profissionais da educação básica instituída no âmbito do estado/município.

§ 4º O coordenador regional deve ser servidor efetivo do quadro da Secretaria Estadual de Educação, preferencialmente, vinculado à regional de ensino do estado." (NR)

"Art. 10.....

II - ter participado de programas de formação continuada de professores nos últimos três anos ou ser professor alfabetizador com resultados reconhecidos na escola e na rede de ensino onde atua;

§ 1º Caso na rede de ensino não estejam disponíveis professores que atendam aos requisitos previstos no inciso II, ao realizar a seleção dos orientadores de estudo, a secretaria de educação deverá considerar o currículo, a experiência e a habilidade didática do candidato, sendo que o selecionado deve preencher os seguintes requisitos cumulativos:

.....

§ 2º O profissional que atua na rede de ensino como coordenador pedagógico poderá participar da Formação na condição de orientador de estudos, cumpridos os critérios estabelecidos neste artigo.

§ 3º Os requisitos previstos no caput e nos §§1º e 2º deverão ser documentalmente comprovados pelo(a) orientador(a) de estudo junto ao Comitê Gestor Estadual para a Alfabetização e o Letramento." (NR)

"Art. 11. O orientador de estudo deverá permanecer como professor do quadro efetivo do magistério da rede pública de ensino que o indicou durante toda a realização da Formação Continuada, sob pena de exclusão do curso e devolução do valor relativo às bolsas recebidas.

.....

§ 2º O orientador de estudo somente poderá ser substituído por um professor alfabetizador cursista da formação no âmbito do Programa.

§ 3º Em caso de substituição do orientador de estudo, a instituição formadora realizará a formação necessária para o seu substituto, visando compensar a ausência nos encontros formativos anteriores." (NR)

Art. 4º Ficam acrescidos o parágrafo único e seus incisos I, II e III ao art. 1º; os §§1º, 2º e 3º ao art. 2º; os incisos VIII, IX e X e o parágrafo único ao art. 4º; o parágrafo único ao art. 8º; os incisos VI, VII e VIII e os §§ 5º, 6º e 7º ao art. 9º e os arts. 11-A, 11-B, 11-C, 11-D e 11-E à Portaria MEC nº 1.458, de 2012, os quais passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º .....

Parágrafo único: São públicos-alvo da formação continuada em serviço ofertada:

I - os professores alfabetizadores que atuam no ciclo de alfabetização, incluindo os que atuam em turmas multisseriadas e multietapa;

II - os coordenadores pedagógicos em efetivo exercício no 1º, 2º ou 3º ano ou em turmas multisseriadas ou multietapa; e

III - os coordenadores estaduais, Undime, regionais e locais, responsáveis pela gestão e monitoramento das ações do Pacto em suas redes.

"Art. 2º .....

§ 1º A formação continuada será ofertada em serviço, incluindo na carga horária não somente momentos presenciais, mas atividades mediadas por tecnologias, tais como webconferência e minicursos on-line, e as que o professor desenvolver em sala de aula, a partir de sequências didáticas, metas e prazos acordados com os orientadores e os professores formadores.

§ 2º Para efeito de certificação, deverá ser cumprida a carga horária mínima definida pelo MEC em Documento Orientador das ações de formação continuada de professores alfabetizadores, com formação presencial, atividades em serviço, estudos, elaboração de sequências didáticas, produção de materiais e atividades práticas em sala de aula.

§ 3º A contagem da prática em sala de aula exigirá a observação e a avaliação de coordenadores locais, regionais, professores, supervisores ou orientadores, ou, ainda, na ausência da observação, avaliação de memorial elaborado pelo professor alfabetizador ou de filmagem de sua atuação.

"Art. 4º .....

VIII - orientador de estudo;

IX - coordenador pedagógico; e

X - professor alfabetizador.

Parágrafo único. As bolsas referidas no caput são concedidas pelo MEC e pagas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, nos termos da Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, de acordo com critérios e valores definidos por portaria ministerial, sendo vedado aos participantes do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa o recebimento de outra bolsa de estudo ou pesquisa de outro programa de formação continuada regido pela referida Lei." (NR)

"Art. 8º .....

Paragrafo único. A seleção dos formadores deverá considerar professores das escolas com melhores índices de alfabetização para compor a equipe." (NR)

"Art. 9º .....

VI - ter experiência no ciclo de alfabetização;

VII - ter experiência em gestão e supervisão pedagógicas; e

VIII - conhecer os níveis de proficiência na Avaliação Nacional da Alfabetização - ANA das escolas de sua rede de ensino.

.....

§ 5º O atendimento aos requisitos estabelecidos no caput e nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo é de responsabilidade de cada ente federativo, podendo o MEC, o FNDE ou os órgãos de controle do Governo Federal, a qualquer tempo, solicitar esclarecimentos ou documentos comprobatórios do cumprimento de tais requisitos.

§ 6º Os coordenadores estaduais, Undime, regionais e locais representam a instância de gestão compartilhada (estado e município) responsável pelo diagnóstico das escolas, pelo estabelecimento de metas do nível de habilidades em Leitura, Escrita e Matemática a ser alcançado até o final do ano letivo, pelo acompanhamento da evolução dos alunos e pelo monitoramento e avaliação da formação em serviço dos professores, em parceria com as instituições formadoras.

§ 7º Os coordenadores estaduais, Undime, regionais e locais do Pacto participarão de formação continuada específica com foco em gestão e coordenação de ações desenvolvidas pela rede, visando à melhoria da alfabetização e do letramento dos alunos das séries iniciais do ensino fundamental." (NR)

"Art. 11-A. Considera-se professor alfabetizador, para fins de participação da Formação e recebimento de bolsa de estudo, o profissional que atenda aos seguintes requisitos cumulativos:

I - estar cadastrado no Censo Escolar disponível no momento da constituição da turma de professores alfabetizadores; e

II - estar no exercício da função docente em turmas do 1º, 2º, 3º ano do Ensino Fundamental e/ou nas classes multisseriadas que possuem alunos desses anos.

Parágrafo único. O professor regente em efetivo exercício no 1º, 2º ou 3º ano ou em turmas multisseriadas ou multietapa, que não estiver computado no Censo Escolar disponível no momento da constituição da turma de professores alfabetizadores, poderá participar do programa, porém sem direito a receber bolsa de estudo ou pesquisa." (NR)

"Art. 11-B. Respeitando-se os pré-requisitos estabelecidos para a função quanto à formação e à experiência exigidas, considera-se coordenador pedagógico, para fins de participação na formação e recebimento de bolsa de estudo, o profissional que atenda aos seguintes requisitos cumulativos:

I - estar cadastrado no Censo Escolar disponível no momento da constituição de sua turma da formação;

II - estar no exercício da função de coordenação pedagógica com turmas do 1º, 2º e 3º ano do Ensino Fundamental e/ou nas classes multisseriadas que possuem alunos desses anos;

Parágrafo único. O coordenador pedagógico em efetivo exercício no 1º, 2º ou 3º ano ou em turmas multisseriadas ou multietapa que não estiver computado no Censo Escolar do ano anterior poderá participar da Formação, porém sem direito a receber bolsa de estudo ou pesquisa." (NR)

"Art. 11-C. Os participantes da formação poderão ser substituídos nos seguintes casos:

I - não cumprimento dos requisitos previstos nesta Portaria;

II - por solicitação fundamentada do próprio participante; ou

III - de acordo com decisão fundamentada da Administração Pública.

§ 1º As hipóteses de substituição previstas no caput e nos incisos deste artigo não se aplicam ao professor alfabetizador e ao coordenador pedagógico, que não deverão ser substituídos.

§ 2º O orientador de estudos poderá ser substituído nas hipóteses previstas no caput e nos incisos deste artigo, bem como em decorrência de avaliação insatisfatória pela sua turma de professores alfabetizadores.

§ 3º Os coordenadores estaduais, Undime, regionais e locais serão substituídos por decisão fundamentada do Comitê Gestor Estadual, após processo administrativo em que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 4º Os orientadores de estudo serão substituídos por decisão fundamentada do coordenador local, após processo administrativo em que seja assegurado contraditório e ampla defesa.

§ 5º Recebida denúncia ou identificada irregularidade que justifique a substituição, o participante da formação será notificado para apresentar defesa no prazo de cinco dias." (NR)

"Art. 11-D. É vedada a designação de qualquer dirigente da educação do estado, do Distrito Federal ou do município para atuar em qualquer perfil do programa.

Parágrafo único. Para fins do disposto no caput deste artigo, consideram-se dirigentes da educação do estado, do Distrito Federal ou do município, os secretários estaduais ou municipais de educação, os detentores de cargos públicos eletivos e os diretores escolares." (NR)

"Art. 11-E. O MEC reconhecerá como participante do programa somente quem estiver devidamente cadastrado no SisPacto." (NR)

Art. 5º Fica alterado o art. 1º da Portaria MEC nº 90, de 6 de fevereiro de 2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica definido o valor máximo das bolsas para os profissionais da educação participantes da formação continuada de professores alfabetizadores no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa:

I - duzentos reais mensais para o professor alfabetizador;

II - duzentos reais mensais para o coordenador pedagógico;

III - setecentos e sessenta e cinco reais para o orientador de estudo;

IV - mil e duzentos reais para o coordenador local das ações do pacto;

V - mil e quatrocentos reais para o coordenador regional das ações do Pacto;

VI - dois mil reais para o coordenador estadual e Undime;

VII - mil e cem reais para o formador;

VIII - mil e duzentos reais para o supervisor;

IX - mil e quatrocentos reais para o coordenador-adjunto da Formação; e

X - dois mil reais para o coordenador-geral da Formação."

Art. 5º Ficam acrescidos os §§ 1º, 2º e 3º ao art. 1º da Portaria MEC nº 90, de 2013, os quais passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º .....

§ 1º As bolsas concedidas aos participantes da formação continuada no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa serão pagas diretamente aos bolsistas, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

§ 2º É vedado ao participante do Pacto receber cumulativamente a bolsa de estudo ou pesquisa do Programa e a de outro programa de formação continuada que conceda bolsas com base na Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, cujo pagamento seja executado pelo FNDE.

§ 3º A bolsa será paga durante todo o período efetivo de realização da Formação, podendo ser paga por tempo inferior ou mesmo sofrer interrupção, desde que justificada." (NR)

Art. 6º As Portarias MEC nº 867, de 2012, nº 1.458, de 2012 e nº 90, de 2013, deverão ser publicadas no portal do MEC com o texto compilado de acordo com as alterações introduzidas por este instrumento em até dez dias após a publicação desta Portaria no Diário Oficial da União.

Art. 7º Ficam revogados o parágrafo único do art. 2º, o parágrafo único do art. 7º e as alíneas "c" e "d" do inciso I do art. 10 da Portaria MEC nº 867, de 2012; e os incisos I e II do art. 2º, e o § 1º do art. 11 da Portaria MEC nº 1.458, de 2012.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 2.657, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, usando das atribuições estatutárias, conferidas por Decreto de 27 de junho de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 28 de junho de 2013, resolve:

I - DELEGAR competência à Pró-Reitora de Inovação Tecnológica/PROTEC, para praticar os atos administrativos com assinatura de documentos chamados "Termos de Sigilo e Confidencialidade", referentes à concessão de ativo intangível da Instituição para terceiro a fim de viabilizar sua aplicação no mercado.

II - ESTABELECER como procedimentos para os atos administrativos delegados por esta Portaria, que sejam dirigidos à Pró-Reitora de Inovação Tecnológica e protocolados mediante o SIE.

III - DETERMINAR que a Pró-Reitora de Inovação Tecnológica observe e faça observar as exigências procedimentais e normativas necessárias à legalidade dos atos praticados nesta delegação, sob pena de responsabilidade, isolada ou solidária, por atos omissivos ou comissivos na forma da lei.

IV - VEDAR a subdelegação da competência atribuída por esta Portaria.

V - REVOGAR as disposições em contrário.

MÁRCIA PERALES MENDES SILVA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 897, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

A Pró-Reitora de Administração da Universidade Federal de Ouro Preto, no uso da competência que lhe foi delegada através da Portaria nº 540, de 05/08/1994, considerando o processo UFOP de Seleção Simplificada para contratação de Professor substituto nº 23109.005041/2016-55; resolve:

Art. 1º Homologar o resultado final da Seleção Simplificada de que trata o Edital PROAD nº 078/2016, realizado para a contratação de professor substituto, Área: Direito Ambiental, Direito do Consumidor, Instituições de Direito e Estágio Supervisionado, em que foram aprovados, pela ordem de classificação, os candidatos Bárbara Helen Abreu Valadares, Lucas Augusto Tomé Kannoa Vieira, André Almeida Nelvan, Andiara Cristine Mercini Fausto, Henrique Faria Carvalho Maia e Flávia Coelho Augusto Silva. Art. 2º A seleção de que trata a presente Portaria terá validade de 01 (um) ano, contada a partir da publicação desta no Diário Oficial da União/DOU.

SÍLVIA MARIA DE PAULA ALVES RODRIGUES

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 1.080, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da Instituição, republicado com alterações no Diário Oficial da União do dia 13/07/2016, Seção 1, Págs. 10, 11, e 12, e pelo Decreto de 16 de setembro 2015, publicado no DOU de 17 de setembro de 2015, Seção 2, página 01, e Considerando o artigo 7º, item II, alínea b, da Resolução CONSUP nº 014 de 15 de junho de 2016, resolve:

Art. 1º. CRIAR a Pró-Reitoria de Administração e Planejamento, cargo de direção código CD-02.

Art. 2º. CRIAR a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, cargo de direção código CD-02.

Art. 3º. Extinguir a Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento.

Art. 4º Extinguir a Pró-Reitoria de Administração.

Art. 5º. Determinar que a Diretoria de Gestão de Pessoas adote as providências cabíveis à aplicação desta Portaria.

Art. 6º. Determinar que a presente Portaria seja devidamente Publicada no Boletim de Serviços do IFMG e no Diário Oficial da União.

Art. 7º. Os efeitos desta Portaria retroagem a 13 de julho de 2016.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KLÉBER GONÇALVES GLÓRIA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA CONJUNTA Nº 78, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016

Institui Grupo Interinstitucional para definir proposta de criação e regulamentação do Projeto Instituição Amiga do Empreendedor.

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR do Ministério da Educação e o SECRETÁRIO ESPECIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA da Presidência da República, no uso das atribuições que lhes conferem o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e o Decreto nº 8.579, de 26 de novembro de 2015, alterado pelo Decreto nº 8.589, de 15 de dezembro de 2015, resolvem:

Art. 1º Fica instituído Grupo Interinstitucional para definir proposta de criação e regulamentação do Projeto Instituição Amiga do Empreendedor.

Parágrafo único. A proposta de criação e regulamentação do Projeto de que trata o caput deverá contemplar no mínimo definição quanto às diretrizes didático-pedagógicas, modelo operacional e modelo de governança.

Art. 2º O Grupo Interinstitucional de que trata o artigo 1º desta Portaria será composto por representantes titulares dos órgãos abaixo descritos, bem como pelos respectivos suplentes:

I - 2 representantes da Secretaria de Educação Superior (SESu)

II - 2 representantes da Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa (SEMPE)

III - 1 representante do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)

IV - 1 representante do Conselho Federal de Administração (CFA) e

V - 1 representante do Conselho Federal de Contabilidade (CFC)

VI - 1 representante das Instituições de Educação Superior (IES).

Parágrafo1º Cabe à Secretaria de Educação Superior coordenar o Grupo Interinstitucional.

Parágrafo2º Os órgãos ou instituições referidos nos incisos I ao VI do caput indicarão seus representantes à Secretaria de Educação Superior no prazo de 05 (cinco) dias.

Parágrafo3º Poderão ser convidadas outras instituições públicas ou privadas a participarem das discussões de que trata o caput deste dispositivo.

Art. 3º O Grupo Interinstitucional deverá apresentar, no prazo de 60 (sessenta) dias, proposta de Decreto, criando e regulamentando o Projeto Instituição Amiga do Empreendedor.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO MONTEIRO VIEIRA BRAGA BARONE

JOSÉ RICARDO DE FREITAS MARTINS DA VEIGA

PORTARIA CONJUNTA Nº 79, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

O O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010 e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, com base nas recomendações do Grupo de Apoio Técnico MEC/MCTIC apresentadas na reunião ordinária de 18 de agosto de 2016 e pelos fundamentos da Informação nº 117/2016-CGLNES/GAB/SESu/MEC-cv, resolvem:

Art. 1º. Fica autorizada, pelo período de 01 (um) ano, a Fundação Parque Tecnológico da Paraíba - PaqTcPB, CNPJ nº 09.261.843/0001-16, para atuar como fundação de apoio à Universidade Federal da Paraíba - UFPB, processo nº 23000.012973/2015-81.

Art. 2º. A validade da autorização fica condicionada, nos termos do art. 4º, V, da Portaria Interministerial nº 191/2012, à apresentação, em 60 (sessenta) dias a contar da publicação da presente Portaria, da aprovação da avaliação de desempenho da Fundação pelo órgão colegiado superior da UFPB.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO MONTEIRO VIEIRA BRAGA BARONE

JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE

PORTARIA CONJUNTA Nº 80, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

O O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010 e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, com base nas recomendações do Grupo de Apoio Técnico MEC/MCTIC apresentadas na reunião ordinária de 18 de agosto de 2016 e pelos fundamentos da Informação nº 77/2016-CGLNES/GAB/SESu/MEC-pms, resolvem:

Art. 1º. Fica autorizada, pelo período de 01 (um) ano, a Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais - FUNCATE, CNPJ nº 51.619.104/0001-10, para atuar como fundação de apoio ao Instituto de Estudos Avançados - IEAV, processo nº 23000.031129/2016-31.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO MONTEIRO VIEIRA BRAGA BARONE

JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 574, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista o Decreto n° 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa n° 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, a Portaria Normativa nº 01, de 25 de janeiro de 2013, ambas do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC, listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento dos cursos superiores constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006.

Parágrafo único. A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ofertado nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Nos termos do art. 10, §7º, do Decreto nº 5.773, de 2006, a renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO COSTA ROMÃO

ANEXO

(Renovação de Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201407939	PROCESSOS GERENCIAIS (Tecnológico)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE DE TECNOLOGIA SENAC JARAGUÁ DO SUL	SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC	RUA DOS IMIGRANTES, 310, , VILA RAU, JARAGUÁ DO SUL/SC
2.	200914181	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DE VINHEDO	H. C. ORGANIZACAO EDUCACIONAL	AV. JOÃO PESCARINI, 568, , JARDIM TREVISAN II, VINHEDO/SP
3.	201402656	DIREITO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADES INTEGRADAS PROMOVE DE BRASÍLIA	UNICA EDUCACIONAL	QE 11 ÁREA ESPECIAL C/D, S/N, REGIÃO ADMINISTRATIVA X, GUARÁ I, BRASÍLIA/DF
4.	201349515	HISTÓRIA (Licenciatura)	60 (sessenta)	FACULDADES INTEGRADAS DE CASSILÂNDIA	SOCIEDADE EDUCACIONAL VALE DO APORE LTDA - EPP	AV.PRESIDENTE DUTRA, 1500, , CENTRO, CASSILÂNDIA/MS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

5.	201349397	QUÍMICA (Licenciatura)	100 (cem)	FACULDADE DE EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE	UNIDAS SOCIEDADE DE EDUCACAO E CULTURA LTDA	AVENIDA MACHADINHO, 4.349, SETOR 6, ARIQUEMES/RO
6.	201402877	DIREITO (Bacharelado)	200 (duzentas)	Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul	FADERGS - FACULDADE DE DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	RUA URUGUAI, 330, , CENTRO HISTÓRICO, PORTO ALEGRE/RS
7.	201301723	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (Licenciatura)	87 (oitenta e sete)	FACULDADES INTEGRADAS DO VALE DO RIBEIRA	UNISEPE UNIAO DAS INSTITUICOES DE SERVICO, ENSINO E PESQUISA LTDA	RUA OSCAR YOSHIAKI MAGÁRIO, 185, TÉRREO, JARDIM DAS PALMEIRAS, REGISTRO/SP
8.	201407906	SECRETARIADO EXECUTIVO TRILÍNGUE (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE METROPOLITANA DE MARINGÁ	UNIFAMMA - UNIAO DE FACULDADES METROPOLITANAS DE MARINGA LTDA	AVENIDA MAUÁ, 2854, ZONA 01, MARINGÁ/PR
9.	201349749	FÍSICA (Licenciatura)	100 (cem)	FACULDADE DE EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE	UNIDAS SOCIEDADE DE EDUCACAO E CULTURA LTDA	AVENIDA MACHADINHO, 4.349, SETOR 6, ARIQUEMES/RO
10.	201402486	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE CIDADE LUZ	SOCIEDADE DE ENSINO E CULTURA DE ILHA SOLTEIRA S/S LTDA - ME	ALAMEDA BAHIA, 490D, CENTRO, ILHA SOLTEIRA/SP
11.	201411236	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS GERENCIAIS DE SÃO PAULO	ORGANIZACAO PAULISTANA EDUCACIONAL E CULTURAL	RUA SANTA CRESCÊNCIA, 443, FERREIRA/BUTANTÃ, SÃO PAULO/SP
12.	201408140	GESTÃO FINANCEIRA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE SORRISO	UNIC SORRISO LTDA	AVENIDA NOÊMIA TONELLO DALMOLIN, 2499, , PARQUE UNIVERSITÁRIO, SORRISO/MT
13.	201402514	DIREITO (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DA PARAÍBA	SEDUP-SOCIEDADE EDUCACIONAL DA PARAIBA LTDA - EPP	AVENIDA FLÁVIO RIBEIRO COUTINHO, 805, SHOPPING CENTER MANAÍRA, MANAÍRA, JOÃO PESSOA/PB
14.	201407652	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADES INTEGRADAS PROMOVE DE BRASÍLIA	UNICA EDUCACIONAL	QE 11 ÁREA ESPECIAL C/D, S/N, REGIÃO ADMINISTRATIVA X, GUARÁ I, BRASÍLIA/DF
15.	201402363	DIREITO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE ARNALDO HORÁCIO FERREIRA	SOCIEDADE EDUCACIONAL ARNALDO HORACIO FERREIRA S/C LTDA	RUA PARÁ, 2.280, LOTE 08/B, MIMOSO DO OESTE, LUÍS EDUARDO MAGALHÃES/BA
16.	201417438	DESIGN DE INTERIORES (Tecnológico)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FACULDADE DE SAÚDE, CIÊNCIAS HUMANAS E TECNOLÓGICAS DO PIAUÍ	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR E TECNOLOGICO DO PIAUI LTDA	RUA VITORINO ORTHIGES FERNANDES, 6123, URUGUAI, TERESINA/PI
17.	201407700	MARKETING (Tecnológico)	50 (cinquenta)	FACULDADES INTEGRADAS PROMOVE DE BRASÍLIA	UNICA EDUCACIONAL	QE 11 ÁREA ESPECIAL C/D, S/N, REGIÃO ADMINISTRATIVA X, GUARÁ I, BRASÍLIA/DF
18.	201402612	DIREITO (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE SINERGIA	SINERGIA SISTEMA DE ENSINO LTDA - EPP	AVENIDA PREFEITO CIRINO ADOLFO CABRAL, 199, BEIRA MAR, SÃO PEDRO, NAVEGANTES/SC
19.	201012826	EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)	120 (cento e vinte)	Faculdade Única de Ipatinga	UNICA EDUCACIONAL LTDA	RUA SALERMO, 299, , BETHÂNIA, IPATINGA/MG
20.	200912011	PEDAGOGIA (Licenciatura)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE MAX PLANCK	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE INDAIATUBA LTDA	AVENIDA NOVE DE DEZEMBRO, 460, , JARDIM PEDROSO, INDAIATUBA/SP
21.	201407962	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE ESTÁCIO DO RIO GRANDE DO SUL - ESTÁCIO FARGS	SOCIEDADE EDUCACIONAL DO RIO GRANDE DO SUL	RUA TUPI, 200, , PASSO DA AREIA, PORTO ALEGRE/RS
22.	201301633	COMPUTAÇÃO (Licenciatura)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO TERESA D'ÁVILA	INSTITUTO SANTA TERESA	AVENIDA DOUTOR PEIXOTO DE CASTRO, 539, , CRUZ, LORENA/SP
23.	201009016	DIREITO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE ALDETE MARIA ALVES	INSTITUICAO ITURAMENSE DE ENSINO SUPERIOR	AV. DOMINGOS TEIXEIRA, 664, , RESIDENCIAL RECANTO DOS LAGOS, ITURAMA/MG
24.	201349311	SISTEMAS PARA INTERNET (Tecnológico)	50 (cinquenta)	FACULDADE ANÍSIO TEIXEIRA DE FEIRA DE SANTANA	SOCIEDADE CIENTIFICA E CULTURAL ANISIO TEIXEIRA LTDA	RUA JURACY MAGALHÃES, 222, PRÉDIO, PONTO CENTRAL, FEIRA DE SANTANA/BA
25.	201407933	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	300 (trezentas)	FACULDADE ESTÁCIO DO RIO GRANDE DO SUL - ESTÁCIO FARGS	SOCIEDADE EDUCACIONAL DO RIO GRANDE DO SUL	RUA MAL. FLORIANO PEIXOTO, 626, , CENTRO, PORTO ALEGRE/RS
26.	201410678	GESTÃO DESPORTIVA E DE LAZER (Tecnológico)	300 (trezentas)	FACULDADE DE TECNOLOGIA CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE	SOCIEDADE EDUCACIONAL SOIBRA S/S LTDA	RUA PROFESSOR PEDREIRA DE FREITAS, 401/415, , TATUAPÉ, SÃO PAULO/SP
27.	201402857	DIREITO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE IDEAL	SOCIEDADE EDUCACIONAL IDEAL LTDA	TRAVESSA TUPINAMBÁS, 461, ENTRE AS RUAS MUNDURUCUS E PARIQUIS, BATISTA CAMPOS, BELÉM/PA
28.	201408152	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DOUTOR LEOCÁDIO JOSÉ CORREIA	LAR ESCOLA DOUTOR LEOCADIO JOSE CORREIA	RUA JOSÉ ANTÔNIO LEPREVOST, 331, SANTA CÂNDIDA, CURITIBA/PR
29.	201402883	DIREITO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE CATÓLICA DO TOCANTINS	UNIAO BRASILIENSE DE EDUCACAO E CULTURA	AVENIDA TEOTHONIO SEGURADO, 1402 SUL, CONJUNTO 1, CENTRO, PALMAS/TO
30.	201402344	DIREITO (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FACULDADE DE SAÚDE, CIÊNCIAS HUMANAS E TECNOLÓGICAS DO PIAUÍ	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR E TECNOLOGICO DO PIAUI LTDA	RUA VITORINO ORTHIGES FERNANDES, 6123, URUGUAI, TERESINA/PI
31.	201301560	REDES DE COMPUTADORES (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE TECNOLOGIA DO AMAPÁ	PIRES & CIA LTDA - EPP	RUA PEDRO SIQUEIRA, 333, JARDIM MARCO ZERO, MACAPÁ/AP
32.	201402772	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE PITÁGORAS DE BETIM	PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA	AV. JUSCELINO KUBITSCHEK, 229, , CENTRO, BETIM/MG
33.	201417587	DESIGN DE MODA (Tecnológico)	160 (cento e sessenta)	FACULDADE UNIME DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS	UNIME - UNIAO METROPOLITANA PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO E CULTURA LTDA.	AVENIDA LUÍS TARQUÍNIO PONTES, 600, CENTRO, LAURO DE FREITAS/BA
34.	201408010	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE SÃO FRANCISCO DE JUAZEIRO	SOCIEDADE EDUCACIONAL VALE DO SAO FRANCISCO LTDA - ME	RUA PARAÍSO, 800, , SANTO ANTÔNIO, JUAZEIRO/BA
35.	201301467	EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)	200 (duzentas)	FACULDADE DA CIDADE DE SANTA LUZIA	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SANTA LUZIA - CESSAL	AVENIDA BEIRA RIO, 2000, , DISTRITO INDUSTRIAL III, SANTA LUZIA/MG
36.	201207914	ARTES VISUAIS (Licenciatura)	50 (cinquenta)	FACULDADE MOZARTEUM DE SÃO PAULO	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR MOZARTEUM	RUA NOVA DOS PORTUGUESES, 365, SANTA TEREZINHA, SÃO PAULO/SP
37.	201301679	GEOGRAFIA (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR	ASSOCIACAO UNIVERSITARIA E CULTURAL DA BAHIA	AVENIDA CARDEAL DA SILVA, 205, , FEDERAÇÃO, SALVADOR/BA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

38.	201402615	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DE EXTREMA	SOCIEDADE UNIFICADA DE EDUCACAO DE EXTREMA	ESTRADA MUNICIPAL PEDRO ROSA DA SILVA, S/N, VILA RICA, EXTREMA/MG
39.	201361139	LOGÍSTICA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE TECNOLOGIA SENAC CHAPECÓ	SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC	RUA CASTRO ALVES, 298, , SÃO CRISTÓVÃO, CHAPECÓ/SC
40.	201407946	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE PRUDENTE DE MORAES	FACULDADE DE ITU LTDA	RUA SOROCABA, 936, , VILA SANTA TEREZINHA, ITU/SP
41.	201351865	PEDAGOGIA (Licenciatura)	100 (cem)	Faculdade Presidente Antônio Carlos de Montes Claros	FUNDACAO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS	RUA CORREIA MACHADO, 1025, - DE 646/647 AO FIM, CENTRO, MONTES CLAROS/MG
42.	201402493	DIREITO (Bacharelado)	250 (duzentas e cinquenta)	FACULDADE DE DIREITO DO SUL DE MINAS	FUNDACAO SUL MINEIRA DE ENSINO	AV. DR. JOÃO BERALDO, 1075, , CENTRO, POUSO ALEGRE/MG
43.	201402480	DIREITO (Bacharelado)	250 (duzentas e cinquenta)	FACULDADE DOS GUARARAPES	SOCEC- SOCIEDADE CAPIBARIBE DE EDUCACAO E CULTURA LTDA	RUA COMENDADOR JOSÉ DIDIER, 27, , PIEDADE, JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE
44.	201407866	COMUNICAÇÃO SOCIAL - PUBLICIDADE E PROPAGANDA (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE SÃO FRANCISCO DE JUAZEIRO	SOCIEDADE EDUCACIONAL VALE DO SAO FRANCISCO LTDA - ME	RUA PARAÍSO, 800, , SANTO ANTÔNIO, JUAZEIRO/BA
45.	201349934	REDES DE COMPUTADORES (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE SUMARÉ	INSTITUTO SUMARE DE EDUCACAO SUPERIOR ISES LTDA	RUA CORONEL LUIS BARROSO, 566, , SANTO AMARO, SÃO PAULO/SP
46.	201407984	PUBLICIDADE E PROPAGANDA (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE PRUDENTE DE MORAES	FACULDADE DE ITU LTDA	RUA SOROCABA, 936, , VILA SANTA TEREZINHA, ITU/SP
47.	201411429	MARKETING (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE FARIAS BRITO	ORGANIZACAO EDUCACIONAL FARIAS BRITO LTDA	RUA CASTRO MONTE, 1364, VARJOTA, FORTALEZA/CE
48.	201407728	PROCESSOS GERENCIAIS (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADES INTEGRADAS DO TAPAJÓS	INSTITUTO SANTARENO DE EDUCACAO SUPERIOR	RUA ROSA VERMELHA, 335, AEROPORTO VELHO, SANTARÉM/PA
49.	201351683	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	160 (cento e sessenta)	FACULDADE ANHANGÜERA DE CAMPINAS	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	RUA EMÍLIA STEFANELLI CEREGATTI, S/N, JARDIM MORUMBI, CAMPINAS/SP
50.	201407837	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	800 (oitocentas)	FACULDADE TIJUCUSSU	ORGANIZACAO SULSANCAETANENSE DE EDUCACAO E CULTURA LTDA.	RUA MARTIM FRANCISCO, 488, , SANTA PAULA, SÃO CAETANO DO SUL/SP

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 575, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista o Decreto n° 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa n° 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, a Portaria Normativa nº 01, de 25 de janeiro de 2013, ambas do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC, listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento dos cursos superiores constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006.

Parágrafo único. A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ofertado nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Nos termos do art. 10, §7º, do Decreto nº 5.773, de 2006, a renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO COSTA ROMÃO

ANEXO

(Renovação de Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201408048	PROCESSOS GERENCIAIS (Tecnológico)	50 (cinquenta)	FACULDADE DE TECNOLOGIA SENAC BLUMENAU	SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC	AVENIDA BRASIL, 610, , PONTA AGUDA, BLUMENAU/SC
2.	201410711	PRODUÇÃO PUBLICITÁRIA (Tecnológico)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE DE TECNOLOGIA CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE	SOCIEDADE EDUCACIONAL SOIBRA S/S LTDA	RUA PROFESSOR PEDREIRA DE FREITAS, 401/415, , TATUAPÉ, SÃO PAULO/SP
3.	201407687	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADES INTEGRADAS OLGA METTIG	SOCIEDADE CULTURAL E EDUCACIONAL DA BAHIA LTDA	RUA DA MANGUEIRA, 32, PRÉDIO, NAZARÉ, SALVADOR/BA
4.	201402462	DIREITO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE DINÂMICA DO VALE DO PIRANGA	SESP SOCIEDADE EDUCACIONAL SUPERIOR DE PONTE NOVA LTDA	RUA G, Nº 205, QUADRA E, PARAÍSO, PONTE NOVA/MG
5.	201417569	DESIGN DE MODA (Tecnológico)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FACULDADE DE SAÚDE, CIÊNCIAS HUMANAS E TECNOLÓGICAS DO PIAUÍ	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR E TECNOLOGICO DO PIAUI LTDA	RUA VITORINO ORTHIGES FERNANDES, 6123, URUGUAI, TERESINA/PI
6.	201402499	DIREITO (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	CAMPUS UNIVERSITÁRIO, 6637, BR 364, KM 04, DISTRITO INDUSTRIAL, RIO BRANCO/AC
7.	201106117	DIREITO (Bacharelado)	107 (cento e sete)	FACULDADES INTEGRADAS DO TAPAJÓS	INSTITUTO SANTARENO DE EDUCACAO SUPERIOR	RUA ROSA VERMELHA, 335, AEROPORTO VELHO, SANTARÉM/PA
8.	201348927	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE IBS	IBS BUSINESS SCHOOL DE MINAS GERAIS LTDA	AVENIDA PRUDENTE DE MORAIS, 444, , CIDADE JARDIM, BELO HORIZONTE/MG
9.	201402845	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS	PROMOCAO DO ENSINO DE QUALIDADE S/A	ESTRADA MUNICIPAL UNICAMP, TELEBRÁS, KM 1, S/N, BARÃO GERALDO, CAMPINAS/SP
10.	201015070	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	80 (oitenta)	FACULDADES INTEGRADAS DE TANGARÁ DA SERRA	UNIC EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA VERGILIO FAVETTI, 1200, LETRA S, VILA ALTA, TANGARÁ DA SERRA/MT
11.	201412435	TEOLOGIA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FACULDADE BATISTA DE MINAS GERAIS	JUNTA DE EDUCACAO DA CONVENCAO BATISTA MINEIRA	RUA PONTE NOVA, 665, , FLORESTA, BELO HORIZONTE/MG
12.	201402505	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, GERENCIAIS E EDUCAÇÃO DE SINOP	IUNI UNIC EDUCACIONAL LTDA	AV. BRASILIA, 955, , SETOR INDUSTRIAL, SINOP/MT
13.	201102429	AGRONEGÓCIO (Tecnológico)	160 (cento e sessenta)	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	UNIC EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA VERGÍLIO FAVETTI, 1200, S, VILA ALTA, TANGARÁ DA SERRA/MT
14.	201114521	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADES INTEGRADAS ASMEC	UNISEPE UNIAO DAS INSTITUICOES DE SERVICO, ENSINO E PESQUISA LTDA	AVENIDA PROF. DR. ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO, 100, , JARDIM DOS IPÊS, OURO FINO/MG

15.	201408147	CIÊNCIAS ECONÔMICAS (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE ESAMC CAMPINAS	CENTRO DE ESTUDOS DE ADMINISTRACAO E MARKETING CEAM LTDA	AVENIDA DOUTOR MANOEL AFONSO FERREIRA, 245, , JARDIM PARAÍSO, CAMPINAS/SP
16.	201402861	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE ESTÁCIO DE SÃO LUÍS	UB UNISAOLUIS EDUCACIONAL S.A	RUA GRANDE / OSWALDO CRUZ, 1455, DIAMANTE, SÃO LUÍS/MA
17.	201412623	COMÉRCIO EXTERIOR (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE SÃO VICENTE	UNIAO BRASILEIRA EDUCACIONAL LTDA.	AVENIDA CAPITÃO MOR AGUIAR, 798, , CENTRO, SÃO VICENTE/SP
18.	201402664	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE ESTÁCIO DE SÁ DE CAMPO GRANDE	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA	RUA VENÂNCIO BORGES DO NASCIMENTO, 377, JARDIM TV MORENA, CAMPO GRANDE/MS
19.	201402470	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E AGRÁRIAS DE ITAPEVA	SOCIEDADE CULTURAL E EDUCACIONAL DE ITAPEVA S/S LTDA	RODOVIA FRANCISCO ALVES NEGRÃO (SP 258), KM 285, PILÃO D'ÁGUA, ITAPEVA/SP
20.	201407840	GESTÃO FINANCEIRA (Tecnológico)	195 (cento e noventa e cinco)	FACULDADE SUMARÉ	INSTITUTO SUMARE DE EDUCACAO SUPERIOR ISES LTDA	RUA CORONEL LUIS BARROSO, 566, , SANTO AMARO, SÃO PAULO/SP
21.	201408073	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FACULDADE BARDDAL DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS	SISTEMA BARDDAL DE ENSINO LTDA	AVENIDA MADRE BENVENUTA, 416, , TRINDADE, FLORIANÓPOLIS/SC
22.	201417882	DESIGN DE MODA (Tecnológico)	160 (cento e sessenta)	FACULDADE SENAC PORTO ALEGRE - FSPOA	SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL SENAC AR/RS	RUA CORONEL GENUÍNO, 130, , CENTRO, PORTO ALEGRE/RS
23.	201412678	JORNALISMO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE JOAQUIM NABUCO - PAULISTA	SER EDUCACIONAL S.A.	AVENIDA SENADOR SALGADO FILHO, S/N, , CENTRO, PAULISTA/PE
24.	201402478	DIREITO (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE DE ITAPIRANGA	SEI - SOCIEDADE EDUCACIONAL DE ITAPIRANGA LTDA	RUA CARLOS KUMMER, 100, , UNIVERSITÁRIO, ITAPIRANGA/SC
25.	201417871	DESIGN GRÁFICO (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE TECNOLOGIA SENAC GOIÁS	SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC	AVENIDA INDEPENDÊNCIA, 1002, QD. 942 LT.25, SETOR LESTE VILA NOVA, GOIÂNIA/GO
26.	201301753	PEDAGOGIA (Licenciatura)	100 (cem)	FACULDADE VERDE NORTE	SOCIEDADE EDUCACIONAL VERDE NORTE LTDA - ME	AVENIDA JOSÉ ALVES MIRANDA, 500, , ALTO SÃO JOÃO, MATO VERDE/MG
27.	201407745	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE SANTA AMÉLIA	SOCIEDADE EDUCATIVA E CULTURAL AMELIA S/C LTDA - EPP	RUA BARÃO DO CERRO AZUL, 827, CENTRO, PONTA GROSSA/PR
28.	201402451	DIREITO (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE EDUCACIONAL DE DOIS VIZINHOS	UNISEP-UNIAO DE ENSINO DO SUDOESTE DO PARANA S/C LTDA	AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY, 2.601, , NOSSA SENHORA APARECIDA, DOIS VIZINHOS/PR
29.	201350398	LETRAS - PORTUGUÊS E INGLÊS (Licenciatura)	100 (cem)	FACULDADE DE JUNQUEIRÓPOLIS	UNIAO DAS INSTITUICOES EDUCACIONAIS DA ALTA PAULISTA	RUA PIAUÍ, 801, DISTRITO COMERCIAL E INDUSTRIAL, JUNQUEIRÓPOLIS/SP
30.	201349636	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS DE FEIRA DE SANTANA	INSTITUTO MANTENEDOR DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA LTDA - ME	RUA ARTEMIA PIRES FREITAS, S/N, SIM, FEIRA DE SANTANA/BA
31.	201102643	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	450 (quatrocentas e cinquenta)	FACULDADE CASTRO ALVES	CENTRO UNIVERSITARIO DA BAHIA LTDA	RUA RUBEM BERTA, 138, , PITUBA, SALVADOR/BA
32.	200911974	DIREITO (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	FACULDADES INTEGRADAS DA UNIÃO EDUCACIONAL DO PLANALTO CENTRAL - FACIPLAC	UNIAO EDUCACIONAL DO PLANALTO CENTRAL LTDA	SIGA ÁREA ESPECIAL NO- 02, S/N, REGIÃO ADMINISTRATIVA II, SETOR LESTE GAMA, BRASÍLIA/DF
33.	201417676	PRODUÇÃO PUBLICITÁRIA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE TECNOLOGIA DA PARAÍBA	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DA PARAIBA SOCIEDADE SIMPLES LTDA	BR 230 KM14, S/N, ESTRADA DE CABEDELO, CABEDELO/PB
34.	201349212	SISTEMAS PARA INTERNET (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE EDUCACIONAL DE PONTA GROSSA	UNIAO DE ENSINO UNOPAR LTDA	RUA TIBÚRCIO PEDRO FERREIRA, 55, , CENTRO, PONTA GROSSA/PR
35.	201411561	TEOLOGIA (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR	ASSOCIACAO UNIVERSITARIA E CULTURAL DA BAHIA	AVENIDA CARDEAL DA SILVA, 205, , FEDERAÇÃO, SALVADOR/BA
36.	201417481	COMUNICAÇÃO SOCIAL - RELAÇÕES PÚBLICAS (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE SUL-AMERICANA	UNIAO SUL-AMERICANA DE EDUCACAO LTDA	BR 153, S/N, KM 502, JARDIM DA LUZ, GOIÂNIA/GO
37.	201407612	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	80 (oitenta)	Faculdade Estácio Euro- Panamericana de Humanidades e Tecnologias - Estácio EUROPAN	IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MEDIO E FUNDAMENTAL LTDA.	RUA HOWARD ARCHIBALD ACHESON JUNIOR, 393, JARDIM DA GLÓRIA - GRANJA VIANA, COTIA/SP
38.	201407881	MARKETING (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE DE TECNOLOGIA SENAC DF	SENAC - SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - ADMINIS	QNG ÁREA ESPECIAL, 39, TAGUATINGA NORTE, TAGUATINGA, BRASÍLIA/DF
39.	201402464	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE METROPOLITANA DE MARINGÁ	UNIFAMMA - UNIAO DE FACULDADES METROPOLITANAS DE MARINGA LTDA	AVENIDA MAUÁ, 2854, ZONA 01, MARINGÁ/PR
40.	201407987	DIREITO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DO CENTRO DO PARANÁ	UB - UCP EDUCACIONAL S.A.	AVENIDA UNIVERSITÁRIA, S/N, CANTU, PITANGA/PR
41.	201301439	SISTEMA DE INFORMAÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DA CIDADE DE SANTA LUZIA	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SANTA LUZIA - CESSAL	AVENIDA BEIRA RIO, 2000, , DISTRITO INDUSTRIAL III, SANTA LUZIA/MG
42.	201402740	DIREITO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE SINOP	SOCIEDADE EDUCACIONAL UNIFAS S/C LTDA - ME	AVENIDA MAGDA CASSIA PISSINATTI, 69, RESIDENCIAL FLORENÇA, SINOP/MT
43.	201014515	PEDAGOGIA (Licenciatura)	200 (duzentas)	FACULDADE PITÁGORAS DE UBERLÂNDIA	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	AVENIDA DOS VINHEDOS, 1200, MORADA DA COLINA, UBERLÂNDIA/MG
44.	201402872	DIREITO (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	FACULDADE DAS AMÉRICAS	SOCIEDADE EDUCACIONAL DAS AMERICAS LTDA	RUA AUGUSTA, 973, , CONSOLAÇÃO, SÃO PAULO/SP
45.	201402401	DIREITO (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	Faculdade Estácio do Amapá - Estácio Amapá	IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MEDIO E FUNDAMENTAL LTDA.	RODOVIA JUSCELINO KUBITSCHEK, S/N, KM 01, JARDIM EQUATORIAL, MACAPÁ/AP
46.	201402705	DIREITO (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	FACULDADES OPET	OPET ORGANIZACAO PARANAENSE DE ENSINO TECNICO LTDA	RUA NILO PEÇANHA, 1635, , BOM RETIRO, CURITIBA/PR
47.	201417667	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE INTEGRAÇÃO TIETE	SOCIEDADE EDUCACIONAL SANTO EXPEDITO LTDA. - EPP	RUA SANTA TEREZINHA, 425, BELVEDERE, TIETÊ/SP

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

48.	200913151	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE DE TECNOLOGIA ESTÁCIO DE CURITIBA	IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MEDIO E FUNDAMENTAL LTDA.	AV. SENADOR SOUZA NAVES, 1715, , CRISTO REI, CURITIBA/PR
49.	201407621	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE PANAMERICANA DE JI-PARANÁ	UNIAO DAS ESCOLAS SUPERIORES DE JI-PARANA	ROD 135 KM 01, , ESTRADA NOVA LONDRINA, ZONA RURAL, JI-PARANÁ/RO
50.	201402787	DIREITO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO	SOCIEDADE AMIGOS DA INSTRUCAO DE JATINA - ME	RUA CORONEL TRAPIÁ, 202, , CENTRO, BELÉM DE SÃO FRANCISCO/PE

PORTARIA Nº 576, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista o Decreto n° 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa n° 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, a Portaria Normativa nº 01, de 25 de janeiro de 2013, ambas do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC, listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento dos cursos superiores constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006.

Parágrafo único. A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ofertado nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Nos termos do art. 10, §7º, do Decreto nº 5.773, de 2006, a renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO COSTA ROMÃO

ANEXO

(Renovação de Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201107521	PSICOLOGIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS E PARAMÉDICAS FLUMINENSE	SOCIEDADE EDUCACIONAL FLUMINENSE	RUA PRACINHA WALLACE PAES LEME, 1338, CENTRO, NILÓPOLIS/RJ
2.	201349541	BANCO DE DADOS (Tecnológico)	105 (cento e cinco)	FACULDADE SUMARÉ	INSTITUTO SUMARE DE EDUCACAO SUPERIOR ISES LTDA	RUA CORONEL LUIS BARROSO, 566, , SANTO AMARO, SÃO PAULO/SP
3.	201402796	DIREITO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DE MINAS BH	LAEL VARELLA EDUCACAO E CULTURA LTDA	AVENIDA CRISTIANO MACHADO, 12001, LARANJEIRAS, BELO HORIZONTE/MG
4.	201349082	PEDAGOGIA (Licenciatura)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE DE EDUCAÇÃO DE COLORADO DO OESTE	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE COLORADO D'OESTE CESUC	AVENIDA PAULO DE ASSIS RIBEIRO, 5681, CAIXA POSTAL 21, CENTRO, COLORADO DO OESTE/RO
5.	201352076	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADES INTEGRADAS DO VALE DO RIBEIRA	UNISEPE UNIAO DAS INSTITUICOES DE SERVICO, ENSINO E PESQUISA LTDA	RUA OSCAR YOSHIAKI MAGÁRIO, 185, TÉRREO, JARDIM DAS PALMEIRAS, REGISTRO/SP
6.	201411419	TURISMO (Bacharelado)	110 (cento e dez)	FACULDADES INTEGRADAS OLGA METTIG	SOCIEDADE CULTURAL E EDUCACIONAL DA BAHIA LTDA	RUA DA MANGUEIRA, 32, PRÉDIO, NAZARÉ, SALVADOR/BA
7.	201407808	GESTÃO FINANCEIRA (Tecnológico)	90 (noventa)	FACULDADE SUMARÉ	INSTITUTO SUMARE DE EDUCACAO SUPERIOR ISES LTDA	RUA TUIUTI, 1442, TATUAPÉ, SÃO PAULO/SP
8.	201407803	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE MOZARTEUM DE SÃO PAULO	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR MOZARTEUM	RUA NOVA DOS PORTUGUESES, 365, SANTA TEREZINHA, SÃO PAULO/SP
9.	201301577	PROCESSOS QUÍMICOS (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE TECNOLOGIA TECMED	FARTEC FACULDADE REGIONAL TECMED LTDA - ME	AVENIDA FRANCISCO CHAGAS OLIVEIRA, 791, , CHÁCARA MUNICIPAL, SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP
10.	201117816	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE TIJUCUSSU	ORGANIZACAO SULSANCAETANENSE DE EDUCACAO E CULTURA LTDA.	RUA MARTIM FRANCISCO, 488, , SANTA PAULA, SÃO CAETANO DO SUL/SP
11.	201402455	DIREITO (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE JOAQUIM NABUCO - PAULISTA	SER EDUCACIONAL S.A.	AVENIDA SENADOR SALGADO FILHO, S/N, , CENTRO, PAULISTA/PE
12.	201411647	GESTÃO DE TURISMO (Tecnológico)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE DE TECNOLOGIA CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE	SOCIEDADE EDUCACIONAL SOIBRA S/S LTDA	RUA PROFESSOR PEDREIRA DE FREITAS, 401/415, , TATUAPÉ, SÃO PAULO/SP
13.	201408078	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	800 (oitocentas)	Faculdade Estácio de Curitiba	IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MEDIO E FUNDAMENTAL LTDA.	AV. SENADOR SOUZA NAVES, 1715, , CRISTO REI, CURITIBA/PR
14.	201402628	DIREITO (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FACULDADE METROPOLITANA DE GUARAMIRIM	SOCIEDADE EDUCACIONAL DO VALE DO ITAPOCU S/S LTDA.	RODOVIA BR 280 KM 60, 15885, IMIGRANTES, GUARAMIRIM/SC
15.	201407895	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE SANTA CATARINA	ASSOCIACAO SUL BRASILEIRA DE EDUCACAO E ASSISTENCIA SOCIAL - ASBEAS	ESTRADA DO ARRAIAL, 2740, , TAMARINEIRA, RECIFE/PE
16.	201402779	DIREITO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE DIVINÓPOLIS	SOCIEDADE DOM BOSCO DE EDUCACAO E CULTURA LTDA	PRAÇA DO MERCADO, 191, CENTRO, DIVINÓPOLIS/MG
17.	201350162	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	100 (cem)	Faculdade Anhanguera de Tecnologia de Jundiaí	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	RUA DO RETIRO, 3.000, , RETIRO, JUNDIAÍ/SP
18.	201411579	TEOLOGIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE SÃO BENTO DO RIO DE JANEIRO	MOSTEIRO DE SAO BENTO DO RIO DE JANEIRO	RUA DOM GERARDO, 68, CENTRO, RIO DE JANEIRO/RJ
19.	201402592	DIREITO (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DE SINOP	UNIC EDUCACIONAL LTDA	ESTRADA NANCI, 900, KM 1, EUNICE, SINOP/MT
20.	201410404	PUBLICIDADE E PROPAGANDA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE JOAQUIM NABUCO - PAULISTA	SER EDUCACIONAL S.A.	AVENIDA SENADOR SALGADO FILHO, S/N, , CENTRO, PAULISTA/PE
21.	201408072	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE ANHANGUERA DE GUARULHOS	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	RUA PAPA PIO XII, 291, MACEDO, GUARULHOS/SP
22.	201402482	DIREITO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE MAURICIO DE NASSAU DE NATAL	SOCIEDADE EDUCACIONAL CARVALHO GOMES LTDA	AVENIDA ENGENHEIRO ROBERTO FREIRE, 1.514, ESTRADA DE PONTA NEGRA, CAPIM MACIO, NATAL/RN
23.	201407793	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	300 (trezentas)	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE CAMPINA GRANDE	INSTITUTO CAMPINENSE DE ENSINO SUPERIOR LTDA	RUA PREFEITO ANTÔNIO CARVALHO DE SOUZA, S/N, ESTAÇÃO VELHA, CAMPINA GRANDE/PB

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

24.	201407657	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE METROPOLITANA DA GRANDE FORTALEZA	EMPREENDIMENTO EDUCACIONAL MARACANAU LTDA.	AVENIDA PADRE IBIAPINA, 1243, , JACARECANGA, FORTALEZA/CE
25.	201402846	DIREITO (Bacharelado)	275 (duzentas e setenta e cinco)	FACULDADE DE DIREITO DE ITÚ	OSAC - ORGANIZACAO SOROCABANA DE ASSISTENCIA E CULTURA LTDA.	AVENIDA TIRADENTES, 1817, , PARQUE INDUSTRIAL, ITU/SP
26.	201410278	TURISMO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE JOAQUIM NABUCO - PAULISTA	SER EDUCACIONAL S.A.	AVENIDA SENADOR SALGADO FILHO, S/N, , CENTRO, PAULISTA/PE
27.	201104687	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE GUARAPUAVA	UNIAO DE ENSINO E CULTURA DE GUARAPUAVA LTDA - UNIGUA	RUA NOVO ATENEU, 1015, , JORDÃO, GUARAPUAVA/PR
28.	201348823	MÚSICA (Bacharelado)	30 (trinta)	FACULDADE MOZARTEUM DE SÃO PAULO	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR MOZARTEUM	RUA NOVA DOS PORTUGUESES, 365, SANTA TEREZINHA, SÃO PAULO/SP
29.	201402633	DIREITO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DE GUANAMBI	CESG - CENTRO DE EDUCACAO SUPERIOR DE GUANAMBI LTDA	AVENIDA GOVERNADOR NILO COELHO, 4911, , SÃO SEBASTIÃO, GUANAMBI/BA
30.	201408074	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FACULDADE DE CIÊNCIAS EDUCACIONAIS E SISTEMAS INTEGRADOS	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE IBIPORA	RUA LUDOVICO BRUSCHI, 505, , CENTRO, IBIPORÃ/PR
31.	201408138	JORNALISMO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE PRUDENTE DE MORAES	FACULDADE DE ITU LTDA	RUA SOROCABA, 936, , VILA SANTA TEREZINHA, ITU/SP
32.	201402411	DIREITO (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FACULDADE CATÓLICA DE UBERLÂNDIA	SOCIEDADE MINEIRA DE CULTURA	RUA PADRE PIO, 300, , OSVALDO RESENDE, UBERLÂNDIA/MG
33.	201349740	SISTEMAS PARA INTERNET (Tecnológico)	60 (sessenta)	FACULDADE SUMARÉ	INSTITUTO SUMARE DE EDUCACAO SUPERIOR ISES LTDA	RUA CAPOTE VALENTE, 1121, DE 1025/1026 AO FIM, PINHEIROS, SÃO PAULO/SP
34.	201402616	DIREITO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DE BELÉM	UNEMPE - UNIAO EMPRESARIAL EDUCACIONAL LTDA	TRAVESSA BENJAMIN CONSTANT, 634, , REDUTO, BELÉM/PA
35.	201407930	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	FACULDADE ANGLO	FACULDADE PORTAL DO ENGENHO LTDA	RUA SILVA JARDIM, 1763, , ALTO, PIRACICABA/SP
36.	201402743	DIREITO (Bacharelado)	275 (duzentas e setenta e cinco)	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DE CASCAVEL	UNIAO EDUCACIONAL DE CASCAVEL - UNIVEL LTDA	AVENIDA TITO MUFFATO, 2317, , SANTA CRUZ, CASCAVEL/PR
37.	201349117	MÚSICA (Bacharelado)	30 (trinta)	FACULDADE MOZARTEUM DE SÃO PAULO	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR MOZARTEUM	RUA NOVA DOS PORTUGUESES, 365, SANTA TEREZINHA, SÃO PAULO/SP
38.	201407858	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DO VALE DO ITAPECURÚ	SOCIEDADE EDUCACIONAL CAXIENSE S/C LTDA.	RUA BOM PASTOR, 425, - ATÉ 626/627 , CENTRO, CAXIAS/MA
39.	201349654	PEDAGOGIA (Licenciatura)	100 (cem)	FACULDADE DO SERTÃO	UESSBA UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR DO SERTAO DA BAHIA S/S LTDA - EPP	RUA DR. CLÁUDIO ABÍLIO ARAGÃO, 88, MORADA DO SOL, IRECÊ/BA
40.	201407717	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE BORGES DE MENDONÇA	SISTEMA DE ENSINO BORGES DE MENDONCA LTDA	RUA SANTOS DUMONT, 104, CENTRO, FLORIANÓPOLIS/SC
41.	201348896	PEDAGOGIA (Licenciatura)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE DOUTOR LEOCÁDIO JOSÉ CORREIA	LAR ESCOLA DOUTOR LEOCADIO JOSE CORREIA	RUA JOSÉ ANTÔNIO LEPREVOST, 331, SANTA CÂNDIDA, CURITIBA/PR
42.	201352444	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (Tecnológico)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADES INTEGRADAS SANTA CRUZ DE CURITIBA	UNIAO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA -UNIPEC	RUA PEDRO BONAT, 103, TÉRREO, NOVO MUNDO, CURITIBA/PR
43.	201402335	DIREITO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE ESTÁCIO DO RIO GRANDE DO SUL - ESTÁCIO FARGS	SOCIEDADE EDUCACIONAL DO RIO GRANDE DO SUL	RUA MAL. FLORIANO PEIXOTO, 626, , CENTRO, PORTO ALEGRE/RS
44.	201407630	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE JOAQUIM NABUCO RECIFE	SER EDUCACIONAL S.A.	AV. GUARARAPES, 203, , SANTO ANTÔNIO, RECIFE/PE
45.	201402550	DIREITO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DA SEUNE	SEUNE - SOC DE ENSINO UNIVERSITARIO DO NORDESTE LTDA	AVENIDA DOM ANTÔNIO BRANDÃO, 204, FAROL, MACEIÓ/AL
46.	201407560	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE LEGALE	LEGALE - CURSOS JURIDICOS LTDA - ME	RUA DA CONSOLAÇÃO, 65, SUB-SOLO 1°,2°, 4° E 10° PAVIMENTOS, CENTRO, SÃO PAULO/SP
47.	201402452	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE ROLIM DE MOURA	SOCIEDADE ROLIMOURENSE DE EDUCACAO E CULTURA LTDA	RODOVIA 383, KM 01, SAIDA PARA SANTA LUZIA D`OESTE, ZONA RURAL, ROLIM DE MOURA/RO
48.	2012171132	PEDAGOGIA (Licenciatura)	80 (oitenta)	FACULDADE CENTRAL DE CRISTALINA	SOCIEDADE CENTRAL DE ENSINO SUPERIOR - EPP	RUA GETÚLIO VARGAS, 1.478, CENTRO, CRISTALINA/GO
49.	201301538	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DO CENTRO DO PARANÁ	UB - UCP EDUCACIONAL S.A.	AVENIDA UNIVERSITÁRIA, S/N, CANTU, PITANGA/PR
50.	201417451	HOTELARIA (Tecnológico)	160 (cento e sessenta)	FACULDADE SENAC PORTO ALEGRE - FSPOA	SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL SENAC AR/RS	RUA CORONEL GENUÍNO, 130, , CENTRO, PORTO ALEGRE/RS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 577, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista o Decreto n° 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa n° 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, a Portaria Normativa nº 01, de 25 de janeiro de 2013, ambas do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC, listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento dos cursos superiores constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006.

Parágrafo único. A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ofertado nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Nos termos do art. 10, §7º, do Decreto nº 5.773, de 2006, a renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO COSTA ROMÃO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016100300015

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

(Renovação de Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201349504	ENGENHARIA QUÍMICA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	Faculdade Única de Ipatinga	UNICA EDUCACIONAL LTDA	RUA SALERMO, 299, , BETHÂNIA, IPATINGA/MG
2.	201402761	DIREITO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE SETE DE SETEMBRO	ORGANIZACAO SETE DE SETEMBRO DE CULTURA E ENSINO LTDA	AVENIDA VEREADOR JOSÉ MOREIRA, 1000, CENTRO, PAULO AFONSO/BA
3.	201402869	DIREITO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON	UNIAO RONDONENSE DE ENSINO E CULTURA LTDA	RUA SETE DE SETEMBRO, 2341, ISEPE, CENTRO, MARECHAL CÂNDIDO RONDON/PR
4.	201407740	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE ESTÁCIO DE NATAL	IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MEDIO E FUNDAMENTAL LTDA.	AVENIDA ALMIRANTE ALEXANDRINO DE ALENCAR, 708, ALECRIM, NATAL/RN
5.	201407796	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE METODISTA GRANBERY	INSTITUTO METODISTA GRANBERY	RUA BATISTA DE OLIVEIRA, 1145, , GRANBERY, JUIZ DE FORA/MG
6.	201410706	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FACULDADE JOAQUIM NABUCO DO JANGA	SER EDUCACIONAL S.A.	AVENIDA DOUTOR CLÁUDIO JOSÉ GUEIROS LEITE, 2939, , JANGA, PAULISTA/PE
7.	201352147	REDES DE COMPUTADORES (Tecnológico)	200 (duzentas)	Faculdade Estácio do Pará - Estácio FAP	IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MEDIO E FUNDAMENTAL LTDA.	RUA MUNICIPALIDADE, 839, REDUTO, BELÉM/PA
8.	201402341	DIREITO (Bacharelado)	300 (trezentas)	FACULDADES INTEGRADAS VIANNA JÚNIOR	INSTITUTO VIANNA JUNIOR LTDA	AVENIDA DOS ANDRADAS, 415, CENTRO, JUIZ DE FORA/MG
9.	201407904	GESTÃO FINANCEIRA (Tecnológico)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE DE TECNOLOGIA MACHADO DE ASSIS	SOCIEDADE EDUCACIONAL MACHADO DE ASSIS LTDA - ME	RUA PROFESSOR VALDIR DE JESUS, 99, NOVO MUNDO, CURITIBA/PR
10.	201350031	SISTEMAS PARA INTERNET (Tecnológico)	140 (cento e quarenta)	FACULDADE SUMARÉ	INSTITUTO SUMARE DE EDUCACAO SUPERIOR ISES LTDA	RUA CORONEL LUIS BARROSO, 566, , SANTO AMARO, SÃO PAULO/SP
11.	201402886	DIREITO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE FARIAS BRITO	ORGANIZACAO EDUCACIONAL FARIAS BRITO LTDA	RUA CASTRO MONTE, 1364, VARJOTA, FORTALEZA/CE
12.	201351164	PRODUÇÃO SUCROALCOOLEIRA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE TECNOLOGIA DE PIRACICABA	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E EDUCACIONAL DE PIRACICABA LTDA	RUA SILVA JARDIM, 1763, , CIDADE ALTA, PIRACICABA/SP
13.	201412611	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE FARIAS BRITO	ORGANIZACAO EDUCACIONAL FARIAS BRITO LTDA	RUA CASTRO MONTE, 1364, VARJOTA, FORTALEZA/CE
14.	201349689	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADES INTEGRADAS DO TAPAJÓS	INSTITUTO SANTARENO DE EDUCACAO SUPERIOR	RUA ROSA VERMELHA, 335, AEROPORTO VELHO, SANTARÉM/PA
15.	201407739	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	300 (trezentas)	FACULDADE MADRE THAIS	SOCIEDADE EDUCACIONAL SUL BAHIANA LTDA - EPP	AVENIDA ITABUNA, 1491, CENTRO COMERCIAL GABRIELA CENTER, CENTRO, ILHÉUS/BA
16.	201402477	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE INTEGRAL DIFERENCIAL	INTEGRAL - GRUPO DE ENSINO SUPERIOR DO PIAUI S/C LTDA	RUA VETERINÁRIO BUGYJA BRITO, 1354, , HORTO FLORESTAL, TERESINA/PI
17.	201417574	GASTRONOMIA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE GUAIRACÁ	SESG - SOCIEDADE DE EDUCACAO SUPERIOR GUAIRACA LTDA	RUA XV DE NOVEMBRO, 7.050, CENTRO, GUARAPUAVA/PR
18.	201410472	DESIGN DE MODA (Tecnológico)	200 (duzentas)	Faculdade Estácio do Pará - Estácio FAP	IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MEDIO E FUNDAMENTAL LTDA.	RUA MUNICIPALIDADE, 839, REDUTO, BELÉM/PA
19.	201402507	DIREITO (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS DE PRIMAVERA DO LESTE	UNIC EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA PAULO CEZAR PEREIRA ARANDA, 241, , JARDIM RIVA, PRIMAVERA DO LESTE/MT
20.	201348718	PEDAGOGIA (Licenciatura)	100 (cem)	FACULDADE METROPOLITANA	UNNESA - UNIAO DE ENSINO SUPERIOR DA AMAZONIA OCIDENTAL S/C LTDA - EPP	RUA ARARAS, 241, JARDIM ELDORADO, PORTO VELHO/RO
21.	201412442	TEOLOGIA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	Faculdade de Ciências, Educação e Teologia do Norte do Brasil	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCACAO FACETEN LTDA - ISEF - ME	AVENIDA DOS BANDEIRANTES, 900, PRICUMÃ, BOA VISTA/RR
22.	201411934	DESIGN (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE BOA VIAGEM	FBV - FACULDADE BOA VIAGEM S.A.	AVENIDA JEAN EMILE FAVRE, 422, IMBIRIBEIRA, RECIFE/PE
23.	201402366	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DO MARANHÃO	SOMAR - SOCIEDADE MARANHENSE DE ENSINO SUPERIOR LTDA - ME	RUA TRINTA E OITO, LOTE 03, , BEQUIMÃO, SÃO LUÍS/MA
24.	201402491	DIREITO (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	FACULDADES INTEGRADAS HÉLIO ALONSO	ORGANIZACAO HELIO ALONSO DE EDUCACAO E CULTURA OHAEC	RUA MUNIZ BARRETO, 51, BOTAFOGO, RIO DE JANEIRO/RJ
25.	201410421	DESIGN GRÁFICO (Tecnológico)	180 (cento e oitenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS	FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS EDUCACIONAIS LTDA.	RUA AGOSTINHO RODRIGUES FILHO, 201, VILA CLEMENTINO, SÃO PAULO/SP
26.	201351666	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (Tecnológico)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE DE TECNOLOGIA SENAC GOIÁS	SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC	AVENIDA INDEPENDÊNCIA, 1002, QD. 942 LT.25, SETOR LESTE VILA NOVA, GOIÂNIA/GO
27.	201408106	PROCESSOS GERENCIAIS (Tecnológico)	50 (cinquenta)	FACULDADE DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE	UNIVICOSA - UNIAO DE ENSINO SUPERIOR DE VICOSA LTDA	AVENIDA MARIA DE PAULA SANTANA, 3.815, SILVESTRE, VIÇOSA/MG
28.	201412134	DESIGN GRÁFICO (Tecnológico)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE DE TECNOLOGIA CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE	SOCIEDADE EDUCACIONAL SOIBRA S/S LTDA	RUA PROFESSOR PEDREIRA DE FREITAS, 401/415, , TATUAPÉ, SÃO PAULO/SP
29.	201117173	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DELTA	IUNI EDUCACIONAL - UNIME SALVADOR LTDA	AV. LUIZ VIANA, 3172, , IMBUI, SALVADOR/BA
30.	201407558	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS SOBRAL PINTO	UNIC EDUCACIONAL LTDA	RUA FLORIANO PEIXOTO, 597, , CENTRO, RONDONÓPOLIS/MT
31.	201402458	DIREITO (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADES INTEGRADAS DO VALE DO IGUAÇU	UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR VALE DO IGUACU S.A.	RUA PADRE SAPORITI, 717, RIO DA AREIA, UNIÃO DA VITÓRIA/PR
32.	201301664	PEDAGOGIA (Licenciatura)	100 (cem)	FACULDADE DE EDUCAÇÃO SÃO FRANCISCO	COLEGIO SAO FRANCISCO	RUA ABILIO MONTEIRO, 1751, , ENGENHO, PEDREIRAS/MA
33.	201402726	DIREITO (Bacharelado)	250 (duzentas e cinquenta)	FACULDADE DE DIREITO DO VALE DO RIO DOCE	SOCIEDADE SIMPLES CULTURA E EDUCACAO	RUA ARTUR BERNARDES, 533, PRÉDIO, CENTRO, GOVERNADOR VALADARES/MG
34.	201352292	PEDAGOGIA (Licenciatura)	120 (cento e vinte)	FACULDADE SUMARÉ	INSTITUTO SUMARE DE EDUCACAO SUPERIOR ISES LTDA	RUA CORONEL LUIS BARROSO, 566, , SANTO AMARO, SÃO PAULO/SP

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 578, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista o Decreto n° 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa n° 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, a Instrução Normativa nº 03, de 29 de julho de 2014, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento dos cursos superiores constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006.

Parágrafo único. A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ofertado nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Nos termos do art. 10, §7º, do Decreto nº 5.773, de 2006, a renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO COSTA ROMÃO

ANEXO

(Renovação de Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201361287	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	400 (quatrocentas)	FACULDADE DE TECNOLOGIA DE MACAPÁ	INSTITUTO APOENA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL LTDA. - ME	RUA GENERAL RONDON 209, JULIÃO RAMOS, MACAPÁ/AP
2	201419058	FARMÁCIA (Bacharelado)	100 (cem)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE FOZ DO IGUAÇU	ASSOCIACAO EDUCACIONAL IGUAÇU	AVENIDA PARANÁ 3.695, JARDIM CENTRAL, FOZ DO IGUAÇU/PR
3	201360960	MARKETING (Tecnológico)	100 (cem)	UNIVERSIDADE CAMILO CASTELO BRANCO	CIRCULO DE TRABALHADORES CRISTAOS DO EMBARE	RUA CAROLINA FONSECA, 584, ITAQUERA, SÃO PAULO/SP
4	201360951	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	200 (duzentas)	UNIVERSIDADE CAMILO CASTELO BRANCO	CIRCULO DE TRABALHADORES CRISTAOS DO EMBARE	RUA CAROLINA FONSECA, 584, ITAQUERA, SÃO PAULO/SP
5	201418996	ENFERMAGEM (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE EDUCAÇÃO DE BACABAL - FEBAC	MENEZES & LACERDA LTDA - ME	RUA 12 DE OUTUBRO 377, CENTRO, BACABAL/MA
6	201419070	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DO SUL DO MARANHÃO	UNISULMA- UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR DO SUL DO MARANHAO LTDA - ME	RUA SÃO PEDRO Nº 11, NOVA IMPERATRIZ, IMPERATRIZ/MA
7	201361153	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE CALDAS NOVAS	SOCIEDADE DE ENSINO DE CALDAS NOVAS LTDA - ME	AVENIDA PORTAL DO LAGO, QUADRA 09 01 A 28, LOTEAMENTO PORTAL DO LAGO, Caldas Novas/GO
8	201419045	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE MINEIRENSE	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR REZENDE & POTRICH LTDA - ME	PRAÇA DEPUTADO JOSÉ ALVES DE ASSIS 58, CENTRO, MINEIROS/GO
9	201217134	ENGENHARIA FLORESTAL (Bacharelado)	100 (cem)	UNIÃO LATINO-AMERICANA DE TECNOLOGIA	ULT UNIAO LATINO AMERICANA DE TECNOLOGIA SS LTDA - EPP	RUA SANTA CATARINA 04, CENTRO, JAGUARIAIVA/PR
10	201360947	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	RUA PROTÁSIO ALVES, 50, ALTO PEDREGAL, LAGOA VERMELHA/RS
11	201419101	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	133 (cento e trinta e três)	FACULDADE SALESIANA DOM BOSCO	INSPETORIA SALESIANA MISSIONARIA DA AMAZONIA	AVENIDA EPAMINONDAS 57, CENTRO, MANAUS/AM
12	201361191	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE CAMAQÜENSE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRATIVAS	FUNDACAO DE ENSINO SUPERIOR DA REGIAO CENTRO SUL	AV. CÔNEGO LUIZ WALTER HANQUET, 151 CENTRO, CAMAQUÃ/RS.
13	201361164	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE TERESINA	ASSOCIACAO PIAUIENSE DE ENSINO SUPERIOR LTDA - ME	RUA COELHO DE RESENDE 2119, MARQUÊS DE PARANAGUÁ, TERESINA/PI
14	201361246	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	60 (sessenta)	FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRATIVAS DE CACHOEIRO DO ITAPEMIRIM	FUNDACAO EDUCACIONAL VALE DO ITAPEMIRIM - FEVIT	RODOVIA ENG. FABIANO VIVACQUA - BR 482, KM 05, MORRO GRANDE, CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES
15	201361271	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE DOM BOSCO DE UBIRATÃ	FUNDACAO CULTURAL XINGU	AVENIDA CLODOALDO DE OLIVEIRA 1117, JARDIM SÃO PAULO, UBIRATÃ/PR
16	201361351	GESTÃO COMERCIAL (Tecnológico)	100 (cem)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE ITAPIRA	CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE CAMPINAS	AVENIDA RIO BRANCO 99, CENTRO, ITAPIRA/SP
17	201360905	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	80 (oitenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO NORTE PAULISTA	SOCIEDADE ASSISTENCIAL DE EDUCACAO E CULTURA	RUA IPIRANGA 3460, JARDIM ALTO RIO PRETO, SÃO JOSE DO RIO PRETO/SP
18	201217152	SISTEMA DE INFORMAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE SALESIANA DOM BOSCO DE PIRACICABA	COLEGIO SALESIANO DOM BOSCO	RUA BOA MORTE, 1835, CENTRO, PIRACICABA/SP
19	201217173	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	QS 01 RUA 212 LOTES 11,13 e 15 S/N, REGIÃO ADMINISTRATIVA III, TAGUATINGA, BRASÍLIA/DF
20	201217187	PEDAGOGIA (Licenciatura)	100 (cem)	INSTITUTO SUPERIOR DE TEOLOGIA APLICADA	ASSOCIACAO IGREJA ADVENTISTA MISSIONARIA - AIAMIS	RUA CORONEL ANTÔNIO RODRIGUES MAGALHÃES, Nº 700, SOBRAL/CE
21	201217175	MÚSICA (Licenciatura)	60 (sessenta)	FACULDADE EVANGÉLICA DE SALVADOR	ORDEM INICIATICA DO CRUZEIRO DIVINO	AVENIDA ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, Nº 3749, BAIRRO PITUBA, SALVADOR/BA
22	201217184	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FACULDADE DE PINDAMONHANGABA	FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA VIDA CRISTÃ	ESTRADA RADIALISTA PERCY LACERDA, 1.000, KM 99 SP - RJ, PINHÃO DO BORDA, PINDAMONHANGABA/SP
23	201217192	ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	ÁREA1 - FACULDADE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	CBES - CENTRO BAIANO DE ENSINO SUPERIOR LTDA	AV. LUIS VIANA FILHO, 3172, PARALELA, IMBUÍ, SALVADOR/BA
24	201217145	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	130 (cento e trinta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSIS GURGACZ	FUNDAÇÃO ASSIS GURGACZ	AVENIDA DAS TORRES, Nº 500, LOTEAMENTO FAG, CASCAVEL/PR
25	201217257	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSIS GURGACZ	FUNDAÇÃO ASSIS GURGACZ	AVENIDA DAS TORRES, Nº 500, LOTEAMENTO FAG, CASCAVEL/PR
26	201217239	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE DE ENGENHARIA DA FUNDAÇÃO ARMANDO ALVARES PENTEADO	FUNDACAO ARMANDO ALVARES PENTEADO - FAAP	RUA ALAGOAS, Nº 903, PRÉDIO 03, BAIRRO HIGIENÓPOLIS, SÃO PAULO/ SP
27	201361414	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE ESTÁCIO DE MACAPÁ - ESTÁCIO MACAPÁ	SOCIEDADE EDUCACIONAL DA AMAZÔNIA LTDA.	AVENIDA JOSÉ TUPINAMBÁ DE ALMEIDA 1223, JESUS DE NAZARÉ - MACAPÁ/AP
28	201361386	DIREITO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE ANHANGUERA DO RIO GRANDE	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA RHEINGANTZ 91, PARQUE RESIDENCIAL COELHO, RIO GRANDE/RS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 579, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2013, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, a Portaria Normativa nº 13, de 9 de julho de 2013, e o Edital nº 6, de 23 de dezembro de 2014, ambos do Ministério da Educação, em cumprimento à decisão judicial de 27 de setembro de 2016, emanada no corpo do Processo n° 0001721-07.2015.4.01.4103, que tramita na Vara Única de Vilhena, e considerando o Parecer de Força Executória nº 00220/2016/SEJUR/PU-RO/PGU/AGU, de 28 de setembro de 2016, da Procuradoria da União no Estado de Rondônia, constante do Processo SEI nº 00545.001469/2015-01, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 545, de 26 de setembro de 2016, publicada no DOU de 27 de setembro de 2016, exclusivamente no que tange à divulgação da relação de mantenedoras selecionadas e classificadas no âmbito do Edital nº 6, de 23 de dezembro de 2014, para autorização de funcionamento de cursos de medicina no município de Vilhena/RO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO ELISEU COSTA ROMÃO

Ministério da Fazenda

BANCO CENTRAL DO BRASIL

RESOLUÇÃO Nº 4.522, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016

Autoriza a renegociação de operações de crédito rural de custeio e de investimento destinadas à cultura do café, contratadas por produtores rurais que tiveram prejuízos em decorrência da estiagem e seca em municípios do estado do Espírito Santo.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 29 de setembro de 2016, com base no disposto nos arts. 4º, inciso VI, da Lei nº 4.595, de 1964, 4º e 14 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, e 5º da Lei nº 10.186, de 12 de fevereiro de 2001, resolveu:

Art. 1º Ficam as instituições financeiras autorizadas a renegociar as parcelas e/ou as operações de crédito rural de custeio e de investimento destinadas à cultura de café, em situação de adimplência em 31 de dezembro de 2014, lastreadas com recursos controlados de que trata o Manual de Crédito Rural - MCR 6-1-2, vencidas ou vincendas entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2016, inclusive aquelas prorrogadas por autorização do Conselho Monetário Nacional (CMN), contratadas por produtores rurais de café e por suas cooperativas de produção agropecuária, que tiveram prejuízos em decorrência de seca e estiagem, ocorridas em municípios do estado do Espírito Santo, com decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública, com reconhecimento pelo Ministério da Integração Nacional (MI) a partir de 1º de janeiro de 2014, observadas as seguintes condições:

I - os saldos devedores serão apurados com base nos encargos contratuais de normalidade, excluídos os bônus, rebates e descontos, sem o cômputo de multa, mora ou quaisquer outros encargos por inadimplemento ou honorários advocatícios;

II - prazos:

a) custeio: reembolso em até 5 (cinco) anos, de acordo com o período de obtenção de renda;

b) operações de custeio prorrogadas e de investimento: para até 1 (um) ano, após o vencimento final do contrato, para cada parcela prorrogada;

III - formalização: até 31 de dezembro de 2016.

Parágrafo único. A formalização da renegociação prevista neste artigo deve ser realizada mediante apresentação pelo mutuário de laudo técnico de comprovação das perdas, admitido laudo coletivo.

Art. 2º Para efeito das renegociações previstas neste artigo:

I - as instituições financeiras ficam dispensadas do cumprimento das exigências previstas no MCR 2-6-10, MCR 9-2-4, MCR 10-1-24 e MCR 13-1-4;

II - admite-se, a critério da instituição financeira, a substituição de aditivo contratual por "carimbo texto" para formalização da renegociação.

§ 1º As operações de custeio rural referidas no inciso II, alínea "a", do art. 1º, que tenham sido objeto de cobertura parcial das perdas pelo Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) ou por modalidade de seguro rural, somente podem ser renegociadas mediante a exclusão do valor referente à indenização recebida pelo beneficiário, considerada a receita obtida.

§ 2º Não podem ser objeto da renegociação referida neste artigo as operações de crédito rural contratadas no âmbito do Programa de Sustentação de Investimento (PSI).

Art. 3º O mutuário que renegociar suas dívidas nos termos desta Resolução fica impedido de contratar novo financiamento de investimento com recursos do crédito rural, em todo o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), até que amortize integralmente, no mínimo, as parcelas previstas para o ano subsequente ao da formalização da renegociação, exceto quando o crédito se destinar a projeto de investimento para irrigação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ILAN GOLDFAJN
Presidente do Banco Central do Brasil

RESOLUÇÃO Nº 4.523, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016

Revoga a Resolução nº 2.676, de 21 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a utilização de serviços prestados por entidades que se dediquem à divulgação e negociação no País de ofertas firmes de preços e de negócios praticados nos mercados financeiro e de capitais, bem como de cotações de operações praticadas nesses mercados.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 29 de setembro de 2016, com base no art. 4º, inciso VIII, da referida Lei, e tendo em vista o disposto no art. 1º, parágrafo único, combinado com o art. 14, § 3º, inciso I, da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, resolveu:

Art. 1º Fica revogada a Resolução nº 2.676, de 21 de dezembro de 1999.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ILAN GOLDFAJN
Presidente do Banco Central do Brasil

RESOLUÇÃO Nº 4.524, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016

Dispõe sobre procedimentos contábeis relativos ao reconhecimento dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão de transações em moeda estrangeira e de demonstrações financeiras de investidas no exterior e às operações de hedge de variação cambial de investimentos no exterior.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 29 de setembro de 2016, com base no art. 4º, incisos VIII e XII, da referida Lei, e tendo em vista o disposto no art. 61 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolveu:

CAPÍTULO I

DO OBJETO E DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Art. 1º Esta Resolução estabelece procedimentos contábeis para reconhecimento pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que detenham investimentos no exterior:

I - dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão de transações realizadas em moeda estrangeira por investidas no exterior para as respectivas moedas funcionais;

II - dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão dos saldos das demonstrações financeiras de investidas no exterior das respectivas moedas funcionais para a moeda nacional; e

III - das operações de hedge de variação cambial de investimentos no exterior.

Parágrafo único. Para fins do disposto nesta Resolução, consideram-se:

I - investidas no exterior as dependências e as entidades coligadas ou controladas no exterior; e

II - investimentos no exterior os investimentos em dependências e em participações societárias em entidades coligadas ou controladas no exterior.

CAPÍTULO II

DA MOEDA FUNCIONAL

Art. 2º As instituições mencionadas no art. 1º devem designar a moeda funcional de cada investida no exterior.

§ 1º Para fins do disposto nesta Resolução, considera-se moeda funcional a moeda do ambiente econômico principal no qual a entidade opera, observados, cumulativamente, os seguintes fatores:

I - o ambiente econômico em que a entidade gera e despende caixa;

II - a moeda que mais influencia os preços de venda de produtos e serviços, custos de mão de obra e outros custos para o fornecimento de produtos e serviços;

III - a moeda do país cujos aspectos competitivos e regulatórios mais influenciam na determinação dos preços de venda para seus produtos e serviços;

IV - a moeda por meio da qual são originados os recursos das atividades de financiamento da entidade; e

V - a moeda por meio da qual os recursos gerados pelas atividades operacionais da entidade são usualmente acumulados.

§ 2º Os seguintes fatores adicionais podem ser considerados para definir se a moeda funcional da investida no exterior é a mesma da instituição investidora, caso os fatores estabelecidos no § 1º sejam insuficientes para essa definição:

I - as atividades da investida no exterior são executadas como extensão da instituição investidora, de modo que não é conferido grau significativo de autonomia à entidade no exterior;

II - as transações com a instituição investidora representam uma proporção relevante das atividades da investida no exterior; e

III - os fluxos de caixa advindos das atividades da investida no exterior:

a) afetam diretamente os fluxos de caixa da instituição investidora e estão prontamente disponíveis para remessa para essa instituição; e

b) são suficientes para pagamento de juros e demais compromissos existentes e esperados em título de dívida, independentemente de aportes da instituição investidora.

§ 3º A alteração da moeda funcional da investida no exterior é permitida somente se houver mudança significativa no ambiente econômico principal no qual a entidade opera, considerados os fatores definidos nos §§ 1º e 2º.

§ 4º No caso de alteração da moeda funcional da investida no exterior, na forma do disposto no § 3º, os procedimentos de conversão para a nova moeda funcional devem ser aplicados prospectivamente a partir da data da alteração.

Art. 3º O Banco Central do Brasil poderá determinar a alteração da moeda funcional de investidas no exterior, caso constatada definição inadequada dessa moeda.

Art. 4º A moeda funcional das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que atuam no País deve ser a moeda nacional.

CAPÍTULO III

DA CONVERSÃO DAS TRANSAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

Art. 5º Caso as investidas no exterior realizem transações em moeda diferente de suas respectivas moedas funcionais, as instituições mencionadas no art. 1º devem converter essas transações para as moedas funcionais das investidas no exterior pela taxa de câmbio:

I - da data do respectivo balancete ou balanço da investidora, nas conversões de:

a) itens monetários;

b) ativos e passivos avaliados a valor justo ou a valor de mercado; e

c) itens não classificados como monetários, nas situações em que a moeda funcional da investida no exterior seja igual à moeda nacional; e

II - da data da transação, nos demais casos.

§ 1º Para fins do disposto nesta Resolução, consideram-se itens monetários unidades de moeda mantidas em caixa e ativos e passivos a serem recebidos ou pagos em um número fixo ou determinado de unidades de moeda.

§ 2º Nas conversões de que trata o caput que envolvam a moeda nacional, deve ser utilizada a taxa de câmbio de venda informada pelo Banco Central do Brasil para efeito de balancete ou balanço patrimonial.

§ 3º Os ajustes decorrentes da conversão de que trata o caput devem ser registrados em contrapartida ao resultado do período da investida no exterior.

§ 4º Os ajustes decorrentes da conversão de ganhos ou perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da investida no exterior devem ser registrados nas demonstrações financeiras dessas entidades também como componente destacado do patrimônio líquido.

CAPÍTULO IV

DA CONVERSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Art. 6º Caso a moeda funcional da investida no exterior seja diferente da moeda nacional, as instituições mencionadas no art. 1º devem converter os saldos das demonstrações financeiras dessas entidades, da moeda funcional para a moeda nacional, utilizando a taxa de câmbio de venda informada pelo Banco Central do Brasil para efeito de balancete ou balanço patrimonial, observado que:

I - ativos e passivos devem ser convertidos pela taxa de câmbio da data do respectivo balancete ou balanço da investidora; e

II - receitas e despesas devem ser convertidas pelas taxas de câmbio das datas de ocorrência das transações.

§ 1º Admite-se a utilização da taxa de câmbio média do período para todas as transações, em cada moeda estrangeira, caso a instituição investidora não tenha acesso aos dados necessários para realizar a conversão de receitas e despesas pelas taxas de câmbio das datas de ocorrência das transações.

§ 2º Os ajustes de variação cambial decorrentes do processo de conversão de que trata o caput devem ser registrados nas demonstrações financeiras convertidas da investida no exterior como componente destacado do patrimônio líquido.

CAPÍTULO V

DO RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Art. 7º As instituições mencionadas no art. 1º devem reconhecer o resultado de equivalência patrimonial da investida no exterior, apurado na forma da regulamentação em vigor, da seguinte forma:

I - caso a moeda funcional da investida no exterior seja igual à moeda nacional, o resultado de equivalência patrimonial de que trata o caput deve ser reconhecido no resultado do período; e

II - caso a moeda funcional da investida no exterior seja diferente da moeda nacional, o resultado de equivalência patrimonial de que trata o caput deve ser registrado:

a) no resultado do período, a parcela relativa ao resultado efetivamente auferido pela investida no exterior; e

b) no patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, a parcela relativa aos ajustes de variação cambial decorrentes do processo de conversão.

§ 1º O resultado de equivalência patrimonial de que trata o inciso II do caput deve ser apurado após a conversão das demonstrações financeiras da investida no exterior da respectiva moeda funcional para a moeda nacional.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

§ 2º Os ajustes decorrentes da conversão de ganhos ou perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da entidade investida no exterior devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras da instituição investidora também como componente destacado do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

§ 3º Os valores relativos a ajustes de variação cambial de que trata a alínea "b" do inciso II do caput devem ser transferidos para o resultado do período quando da baixa do respectivo investimento, observado que na baixa parcial deve ser considerada como receita ou despesa do período apenas a variação cambial acumulada proporcional à parcela do investimento baixada.

CAPÍTULO VI

DAS OPERAÇÕES DE HEDGE DE VARIAÇÃO CAMBIAL DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR

Art. 8º As operações com instrumentos financeiros derivativos contratadas especificamente com a finalidade de compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição à variação cambial de investimentos no exterior cuja moeda funcional seja diferente da moeda nacional devem ser registradas de acordo com os procedimentos contábeis definidos na regulamentação em vigor aplicáveis à categoria hedge de fluxo de caixa:

I - para registro da valorização ou desvalorização decorrente de ajustes a valor de mercado; e

II - para definição, apuração e registro da parcela efetiva do hedge.

§ 1º Aplicam-se às operações mencionadas no caput as demais condições estabelecidas na regulamentação em vigor para os instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge, inclusive os requisitos de evidenciação das informações qualitativas e quantitativas.

§ 2º Ativos e passivos financeiros não derivativos podem ser registrados de acordo com o disposto neste artigo, desde que sejam previamente designados como instrumento de hedge para a cobertura de risco cambial de investimentos no exterior.

§ 3º Caso a instituição utilize o procedimento contábil previsto no § 2º, devem ser observados, no que for aplicável, os requisitos de evidenciação mencionados no § 1º.

§ 4º O disposto no inciso I do caput aplica-se aos ativos e passivos mencionados no § 2º somente no que se refere à valorização ou desvalorização provocada pelos efeitos da variação cambial.

§ 5º A parcela efetiva do hedge, registrada em conta destacada do patrimônio líquido, na forma da regulamentação em vigor, deve ser transferida para o resultado do período simultaneamente à baixa total ou parcial do respectivo investimento no exterior.

CAPÍTULO VII

DA EVIDENCIAÇÃO

Art. 9º As instituições mencionadas no art. 1º devem evidenciar em nota explicativa às demonstrações financeiras:

I - o montante relativo a variações cambiais reconhecido no resultado do período;

II - o montante líquido relativo a variações cambiais reconhecido em conta destacada no patrimônio líquido;

III - a conciliação dos montantes relativos a variações cambiais reconhecidos em conta destacada no patrimônio líquido no início e no final do período; e

IV - a moeda funcional de cada investida no exterior.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. As instituições mencionadas no art. 1º devem manter pelo prazo de cinco anos, ou por prazo superior em decorrência de determinação expressa do Banco Central do Brasil, os papéis de trabalho, memórias de cálculo, taxas de câmbio utilizadas, as fontes dessas taxas e os documentos relativos:

I - às conversões de que tratam os arts. 5º e 6º; e

II - às operações com instrumentos financeiros de que trata o art. 8º.

Art. 11. Os procedimentos contábeis estabelecidos por esta Resolução devem ser aplicados pelas instituições mencionadas no art. 1º de forma prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2017.

Art. 12. Fica o Banco Central do Brasil autorizado a adotar as medidas necessárias ao cumprimento desta Resolução.

Art. 13. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Ficam revogadas as Resoluções ns. 4.455, de 17 de dezembro de 2015, e 4.491, de 31 de maio de 2016.

ILAN GOLDFAJN
Presidente do Banco Central do Brasil

RESOLUÇÃO Nº 4.525, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016

Altera a Resolução nº 4.172, de 20 de dezembro de 2012, que dispõe sobre o fornecimento, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, das informações de adimplemento de pessoas naturais e de pessoas jurídicas aos bancos de dados de que trata a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, para formação de histórico de crédito.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 29 de setembro de 2016, com base nos arts. 4º, incisos VI e VIII, da referida Lei, 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009, 12, § 3º, da Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, e 4º do Decreto nº 7.829, de 17 de outubro de 2012, resolveu:

Art. 1º O art. 2º da Resolução nº 4.172, de 20 de dezembro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º .....

Parágrafo único. No caso de banco de dados gerido por grupo de pessoas jurídicas que, conjuntamente, exerçam a atividade de gestor de banco de dados, o valor mencionado no caput deve considerar o somatório dos patrimônios líquidos dessas entidades, descontados eventuais valores relativos a participações societárias entre elas." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ILAN GOLDFAJN
Presidente do Banco Central do Brasil

RESOLUÇÃO Nº 4.526, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016

Altera o Regulamento anexo à Resolução nº 3.932, de 16 de dezembro de 2010, que consolida as normas sobre direcionamento dos recursos captados em depósitos de poupança pelas entidades integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE).

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 29 de setembro de 2016, com base nos arts. 7º do Decreto-Lei nº 2.291, de 21 de novembro de 1986, e 95 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, resolveu:

Art. 1º O art. 2º do Regulamento anexo à Resolução nº 3.932, de 16 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º .....

.....

XXVIII - os valores a que se referem os arts. 1º e 2º desta Resolução, relativos a operações contratadas nas condições do SFH ou lastreadas nessas operações; e

XXIX - os financiamentos para a aquisição de imóveis residenciais novos, com valor de avaliação de até R$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), contratados entre 30 de setembro de 2016 e 30 de setembro de 2017, desde que observadas as demais condições estabelecidas no art. 14 deste Regulamento.

....." (NR)

Art. 2º O Regulamento anexo à Resolução nº 3.932, de 2010, fica acrescido do art. 7º-A, com a seguinte redação:

"Art. 7º-A O valor total das operações de que trata o art. 2º, inciso XXIX, não pode exceder 12,5% (doze inteiros e cinco décimos por cento) do limite previsto no art. 1º, inciso I, alínea "a", deste Regulamento." (NR)

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ILAN GOLDFAJN
Presidente do Banco Central do Brasil

RESOLUÇÃO Nº 4.527, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016

Altera o Regulamento anexo à Resolução nº 3.339, de 26 de janeiro de 2006, que disciplina as operações compromissadas envolvendo títulos de renda fixa.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 29 de setembro de 2016, com base no art. 4º, incisos VI e VIII, da referida Lei, resolveu:

Art. 1º Os arts. 2º e 12 do Regulamento anexo à Resolução nº 3.339, de 26 de janeiro de 2006, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º .....

.....

XXII - obrigações emitidas pela International Finance Corporation (IFC), nos termos da Resolução nº 2.845, de 29 de junho de 2001; e

XXIII - letras de arrendamento mercantil.

....." (NR)

"Art. 12 É vedada a realização, a prorrogação ou a renovação de operações compromissadas com títulos de emissão ou aceite de instituições ligadas, conforme definição constante do art. 1º, § 1º, da Resolução nº 2.107, de 31 de agosto de 1994, ou de instituições integrantes do mesmo conglomerado prudencial, nos termos do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

§ 1º Admite-se, até 31 de dezembro de 2017, a realização, a prorrogação ou a renovação de operações compromissadas com base em títulos cuja emissão ou aceite tenha ocorrido até 29 de setembro de 2016, observadas as seguintes condições:

I - prazo máximo de doze meses; e

II - manutenção do saldo contábil relativo ao total de operações em montante igual ou inferior a 110% (cento e dez por cento) do saldo contábil total apurado na data-base de 31 de agosto de 2016.

§ 2º A partir de 1º maio de 2017, o montante de que trata o inciso II do § 1º será de 50% (cinquenta por cento) do saldo contábil total apurado na data-base de 31 de agosto de 2016.

§ 3º As operações compromissadas de que trata este artigo devem observar as disposições da Resolução nº 2.107, de 1994, e regulamentação posterior." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados o § 4º do art. 2º e os incisos I e II do art. 17 do Regulamento anexo à Resolução nº 3.339, de 26 de janeiro de 2006.

ILAN GOLDFAJN
Presidente do Banco Central do Brasil

RESOLUÇÃO Nº 4.528, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016

Altera as normas do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) e do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária da Agricultura Familiar (Proagro Mais), de que trata o Capítulo 16 (Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - Proagro) do Manual de Crédito Rural (MCR), referentes às alíquotas do adicional e ao percentual de cobertura.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 29 de setembro de 2016, tendo em vista as disposições dos arts. 4º, inciso VI, da referida Lei, 4º e 14 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, 59 e 66-A da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, e 4º do Decreto nº 175, de 10 de julho de 1991, resolveu:

Art. 1º A Seção 3 (Adicional) do Capítulo 16 (Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - Proagro) do Manual de Crédito Rural (MCR) passa a vigorar com as seguintes alterações:

"2 - As alíquotas básicas do adicional para enquadramento de empreendimento no Proagro, a partir de 1º de janeiro de 2017, passarão a ser as seguintes:

a) lavouras irrigadas, inclusive cultivos protegidos: 2%;

b) em empreendimentos em regime de sequeiro:

I - milho (verão) e soja: 4,5%;

II - milho safrinha (2ª safra): 6%;

III - ameixa, maçã, nectarina e pêssego: 6,5%;

IV - cevada e trigo: 6,5%;

V - demais culturas zoneadas: 4%;

VI - demais culturas em áreas não zoneadas para o empreendimento: 5%." (NR)

"2-A - Aplica-se a alíquota de 2% para enquadramento de empreendimento no Proagro e no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária da Agricultura Familiar (Proagro Mais), cultivado em sistema de produção de base agroecológica ou orgânica, ou em transição para sistema de base agroecológica, conforme padronização estabelecida pela SAF/MDA." (NR)

"2-B - As alíquotas para enquadramento de empreendimentos no Proagro Mais, a partir de 1º de janeiro de 2017, passarão a ser as seguintes:

a) lavouras irrigadas, inclusive cultivos protegidos: 2%;

b) em empreendimentos em regime de sequeiro:

I - milho (verão) e soja: 3,5%;

II - milho safrinha (2ª safra): 5%;

III - ameixa, maçã, nectarina e pêssego: 6,5%;

IV - cevada e trigo: 6,5%;

V - demais culturas: 3%;

VI - demais culturas em áreas não zoneadas para o empreendimento: 3%." (NR)

"2-C - As alíquotas básicas do adicional, de que tratam os itens 2, 2-A e 2-B, a partir do ano agrícola 2017/2018:

a) serão objeto de decréscimo de 0,25 ponto percentual por ano agrícola em que o beneficiário tenha formalizado adesão ao Programa e não tenha solicitado cobertura, observado o disposto nos itens 2-D e 2-E;

b) serão objeto de acréscimo de 0,50 ponto percentual por ano agrícola em que o beneficiário tenha formalizado adesão ao Programa e tenha solicitado cobertura, observado o disposto no item 2-D." (NR)

"2-D - Para o cômputo dos anos em que o beneficiário formalizou adesão ao Programa, nos termos do item 2-C, serão considerados os enquadramentos:

a) a partir do ano agrícola 2015/2016, para o Proagro Mais; e

b) a partir do ano agrícola 2016/2017, para o Proagro." (NR)

"2-E - Os decréscimos referidos na alínea "a" do item 2-C não poderão resultar em alíquota inferior a:

a) 1%, para lavouras irrigadas; e

b) 2%, nas lavouras em regime de sequeiro." (NR)

"2-F - As alíquotas a serem aplicadas a cada beneficiário, em face dos decréscimos e acréscimos previstos nos itens 2-C e 2-E, integrarão relação a ser disponibilizada aos agentes do Programa pelo Banco Central do Brasil no início de cada ano agrícola." (NR)

"3 - A alíquota do adicional para o empreendimento enquadrado como atividade não financiada, de que trata o MCR 16-8, é de 6%." (NR)

Art. 2º O item 24 da Seção 5 (Cobertura) do Capítulo 16 do MCR passa a vigorar com a seguinte redação:

"24 - A indenização será de até 100% (cem por cento) do limite de cobertura do Programa para as operações contratadas a partir de 1º de julho de 2017." (NR)

Art. 3º A Seção 10 ("Proagro Mais" - Safras a partir de 1º/7/2015) do Capítulo 16 do MCR passa a vigorar com as seguintes alterações:

"5 - .....

.....

b) .....

I - R$40.000,00 (quarenta mil reais) ou a 3 (três) vezes a soma VF+RP, o que for menor, para empreendimentos de cultura permanente ou olericultura;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

II - R$22.000,00 (vinte e dois mil reais) ou à soma VF+RP, o que for menor, para os demais empreendimentos;

....." (NR)

"8 - O direito ao enquadramento da garantia de renda mínima, por beneficiário e ano agrícola, independentemente da quantidade de empreendimentos amparados, em um ou mais agentes do programa, é de, no máximo:

a) R$40.000,00 (quarenta mil reais) para cultura permanente ou olericultura;

b) R$22.000,00 (vinte e dois mil reais) para as demais culturas." (NR)

"9 - O limite da garantia de renda mínima, por beneficiário e ano agrícola, não poderá ultrapassar R$40.000,00 (quarenta mil reais), no caso de empreendimentos que envolvam, em conjunto, as culturas previstas no item 8, alíneas 'a' e 'b'." (NR)

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2017.

Art. 5º Ficam revogados os itens 21, 22, 23 e 26 da Seção 5 (Cobertura) do Capítulo 16 do MCR.

ILAN GOLDFAJN
Presidente do Banco Central do Brasil

COMITÊ GESTOR DO ESOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 6, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

Dispõe sobre a aprovação de nova versão do Manual de Orientação do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial).

O COMITÊ GESTOR DO eSOCIAL, no uso das atribuições previstas no art. 5º do Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014, resolve:

Art. 1° Aprovar a versão 2.2 do Manual de Orientação do eSocial, disponível no sítio eletrônico do eSocial na Internet, no endereço <http://www.esocial.gov.br>.

Art. 2° Revogar o art. 5º da Resolução nº 1, de 20 de fevereiro de 2015 e a Resolução nº 2, de 3 de julho de 2015, que tratam de aprovação de versão do Manual de Orientação do eSocial e o art. 3º da Resolução nº 1, de 20 de fevereiro de 2015 que trata dos eventos que compõem o eSocial e que passam a obedecer aos formatos, regras e prazos constantes no Leiaute e no Manual de Orientação do eSocial.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CLOVIS BELBUTE PERES
Secretaria da Receita Federal do Brasil

VIVIANE LUCY DE ANDRADE
Caixa Econômica Federal

JANAINA DOS SANTOS DE QUEIROZ
Instituto Nacional do Seguro Social

JARBAS DE ARAUJO FELIX
Ministério da Fazenda

JOSÉ ALBERTO REYNALDO MAIA ALVES FILHO
Ministério do Trabalho

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

RETIFICAÇÕES

No Ato COTEPE/MVA nº 20, de 23 de setembro de 2016, publicado no DOU de 26 de setembro de 2016, Seção 1, páginas 20 e 21:

a) Na tabela I, onde se lê:
"(...)

UF	Gasolina Automotiva Comum e Álcool Anidro		Gasolina Automotiva Premium e Álcool Anidro		Álcool hidratado				Óleo Combustível		Gás Natural Veicular		Lubrificante Derivado de Petróleo Derivado de Petróleo		Lubrificante Não derivado de Petróleo			
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais			Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais		
						Alíquota 7 %	Alíquota 12%	Originado de Importação 4%								Alíquota 7 %	Alíquota 12%	Originado de Importação 4%
*SP	74,98%	133,31%	74,98%	133,31%	17,58%	26,43%	33,61%	22,48%	10,48%	34,73%	-	-	61,31%	96,72%	61,31%	-	73,12%	88,85%

(...)"
leia-se:
"(...)

UF	Gasolina Automotiva Comum e Álcool Anidro		Gasolina Automotiva Premium e Álcool Anidro		Álcool hidratado				Óleo Combustível		Gás Natural Veicular		Lubrificante Derivado de Petróleo Derivado de Petróleo		Lubrificante Não derivado de Petróleo			
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais			Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais		
						Alíquota 7 %	Alíquota 12%	Originado de Importação 4%								Alíquota 7 %	Alíquota 12%	Originado de Importação 4%
*SP	74,98%	133,31%	74,98%	133,31%	17,58%	26,43%	33,61%	22,48%	10,48%	34,73%	-	-	61,31%	96,72%	61,31%	-	73,12%	88,85%
*SE	25,72%	67,63%	25,72%	67,63%	32,84%	69,23%	60,14%	74,69%	21,67%	48,38%	-	-	61,31%	96,72%	61,31%	82,95%	73,11%	88,85%

(...)"
b) Na tabela II, onde se lê:
"(...)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		Óleo Combustível		Gás Natural Veicular	
	Internas	Interes-taduais	Internas	Interes-taduais	Internas	Interes-taduais	Internas	Interes-taduais	Internas	Interes-taduais	Internas	Interes-taduais	Internas	Interes-taduais	Internas	Interes-taduais
*SP	74,98%	133,31%	74,98%	133,31%	33,01%	51,14%	34,15%	52,44%	205,01%	246,60%	90,33%	116,28%	-	-	-	-

(...)"

UF	Lubrificante Derivado de Petróleo		Lubrificante Não derivado de Petróleo				Álcool Hidratado			
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais			Internas	Interestaduais		
				Alíquota 7%	Alíquota 12%	Originado de Importação 4%		Alíquota 7%	Alíquota 12%	Originado de Importação 4%
*SP	61,31%	96,72%	61,31%	-	73,12%	88,85%	29,18%	38,91%	46,80%	34,57%

(...)"
leia-se:
"(...)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		Óleo Combustível		Gás Natural Veicular	
	Internas	Interes-taduais	Internas	Interes-taduais	Internas	Interes-taduais	Internas	Interes-taduais	Internas	Interes-taduais	Internas	Interes-taduais	Internas	Interes-taduais	Internas	Interes-taduais
*SP	74,98%	133,31%	74,98%	133,31%	33,01%	51,14%	34,15%	52,44%	205,01%	246,60%	90,33%	116,28%	-	-	-	-
*SE	72,85%	136,78%	72,85%	136,78%	16,38%	41,93%	16,38%	41,93%	74,75%	113,11%	74,75%	113,11%	21,67%	48,38%	-	-

UF	Lubrificante Derivado de Petróleo		Lubrificante Não derivado de Petróleo				Álcool Hidratado			
	Internas	Interes-taduais	Internas	Interestaduais			Internas	Interestaduais		
				Alíquota 7%	Alíquota 12%	Originado de Importação 4%		Alíquota 7%	Alíquota 12%	Originado de Importação 4%
*SP	61,31%	96,72%	61,31%	-	73,12%	88,85%	29,18%	38,91%	46,80%	34,57%
*SE	61,31%	96,72%	61,31%	82,95%	73,11%	88,85%	-	-	-	-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

(...)"
c) Na tabela XIV, onde se lê:
"(...)

UF	Lubrificantes Derivados de Petróleo		Lubrificantes Não Derivados de Petróleo			
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais		
				7%	12%	Originado de Importação 4%
SP	61,31%	96,72%	61,31%	-	73,12%	88,85%

(...)"
leia-se:
"(...)

UF	Lubrificantes Derivados de Petróleo		Lubrificantes Não Derivados de Petróleo			
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais		
				7%	12%	Originado de Importação 4%
SP	61,31%	96,72%	61,31%	-	73,12%	88,85%
*SE	61,31%	96,72%	61,31%	82,95%	73,11%	

(...)"

Na cláusula primeira do Convênio ICMS 87/16, de 5 de setembro de 2016, publicado no DOU de 8 de setembro de 2016, Seção 1, página 23, onde se lê: "I - ... até 30 de setembro de 2016.", leia-se: "I - ... até 31 de outubro de 2016.".

Na cláusula segunda do Convênio ICMS 109/16, de 23 de setembro de 2016, publicado no DOU de 28 de setembro de 2016, Seção 1, página 66, onde se lê: "... a partir da publicação de sua ratificação.", leia-se: "... a partir de 1º de dezembro de 2016.".

No preâmbulo do Protocolo ICMS 27/16, de 3 de maio de 2016, publicado no DOU de 5 de maio de 2016, Seção 1, página 20, onde se lê: "... Piauí, Rio Grande do Norte, ..."; leia-se: "... Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, ...".

No preâmbulo do Protocolo ICMS 35/16, de 8 de julho de 2016, publicado no DOU de 20 de julho de 2016, Seção 1, página 7, onde se lê: "... Piauí, Rio Grande do Norte, ..."; leia-se: "... Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, ...".

No preâmbulo do Protocolo ICMS 61/16, de 23 de setembro de 2016, publicado no DOU de 28 de setembro de 2016, Seção 1, páginas 72 e 73, onde se lê: "... Piauí, Rio Grande do Sul, ..."; leia-se: "... Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, ...".

No preâmbulo do Protocolo ICMS 63/16, de 23 de setembro de 2016, publicado no DOU de 28 de setembro de 2016, Seção 1, página 73, onde se lê: "... Piauí, Rio Grande do Norte, ..."; leia-se: "... Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, ...".

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.662, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.455, de 6 de março de 2014, que dispõe sobre a incidência do imposto sobre a renda na fonte sobre rendimentos pagos, creditados, empregados, entregues ou remetidos para pessoas jurídicas domiciliadas no exterior nas hipóteses que menciona, e a Instrução Normativa SRF nº 208, de 27 de setembro de 2002, que dispõe sobre a tributação, pelo imposto de renda, dos rendimentos recebidos de fontes situadas no exterior e dos ganhos de capital apurados na alienação de bens e direitos situados no exterior por pessoa física residente no Brasil e dos rendimentos recebidos e dos ganhos de capital apurados no País por pessoa física não-residente no Brasil.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e XXVI do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, no art. 28 da Lei nº 9.249, 26 de dezembro de 1995, no art. 1º da Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, e nos arts. 90 e 106 da Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014, resolve:

Art. 1º Os arts. 1º, 2º, 6º e 23 da Instrução Normativa RFB nº 1.455, de 6 de março de 2014, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Os rendimentos, ganhos de capital e demais proventos pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos a pessoa jurídica domiciliada no exterior por fonte situada no País estão sujeitos à incidência do imposto sobre a renda exclusivamente na fonte à alíquota de 15% (quinze por cento), quando não houver alíquota específica, observadas as disposições previstas nesta Instrução Normativa.

Parágrafo único. Ressalvadas as hipóteses a que se referem os arts. 6º e 9º a 12, os rendimentos decorrentes de qualquer operação em que o beneficiário seja domiciliado em país ou dependência com tributação favorecida a que se refere o art. 24 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, sujeitam-se ao imposto sobre a renda na fonte à alíquota de 25% (vinte e cinco por cento)." (NR)

"Art. 2º Sujeitam-se ao imposto sobre a renda na fonte, à alíquota zero, os rendimentos recebidos de fontes situadas no Brasil, por pessoas jurídicas domiciliadas no exterior, nas hipóteses de pagamento, crédito, emprego, entrega ou remessa de receitas de fretes, afretamentos, aluguéis ou arrendamentos de embarcações marítimas ou fluviais ou de aeronaves estrangeiras ou motores de aeronaves estrangeiros, feitos por empresas, desde que tenham sido aprovados pelas autoridades competentes, bem como os pagamentos de aluguel de contêineres, sobrestadia e outros relativos ao uso de serviços de instalações portuárias.

§ 1º Quando ocorrer execução simultânea do contrato de afretamento ou aluguel de embarcações marítimas e do contrato de prestação de serviço, relacionados à prospecção e exploração de petróleo ou gás natural, celebrados com pessoas jurídicas vinculadas entre si, do valor total dos contratos a parcela relativa ao afretamento ou aluguel não poderá ser superior a:

I - 85% (oitenta e cinco por cento), no caso de embarcações com sistemas flutuantes de produção ou armazenamento e descarga (Floating Production Systems - FPS);

II - 80% (oitenta por cento), no caso de embarcações com sistema do tipo sonda para perfuração, completação e manutenção de poços (navios-sonda e plataformas semissubmersíveis); e

III - 65% (sessenta e cinco por cento), nos demais tipos de embarcações.

§ 2º Para cálculo dos percentuais previstos no § 1º, o contrato celebrado em moeda estrangeira deverá ser convertido para o real à taxa de câmbio da moeda do país de origem, fixada para venda pelo Banco Central do Brasil, correspondente à data da apresentação da proposta pelo fornecedor, que é parte integrante do contrato.

§ 3º Em caso de repactuação ou reajuste dos valores de quaisquer dos contratos, as novas condições deverão ser consideradas para fins de verificação do enquadramento do contrato de afretamento nos limites previstos no § 1º.

§ 4º Para fins de verificação do enquadramento das remessas de afretamento nos limites previstos no § 1º, deverá ser desconsiderado o efeito da variação cambial.

§ 5º A parcela do contrato de afretamento que exceder os limites estabelecidos no § 1º sujeita-se à incidência do imposto sobre a renda na fonte à alíquota de:

I - 25% (vinte e cinco por cento), quando a remessa for destinada a país ou dependência com tributação favorecida, ou quando o arrendante ou locador for beneficiário de regime fiscal privilegiado, nos termos dos arts. 24 e 24-A da Lei nº 9.430, de 1996; ou

II - 15% (quinze por cento), nos demais casos.

§ 6º Para efeitos do disposto no § 1º, será considerada vinculada a pessoa jurídica proprietária da embarcação marítima sediada no exterior e a pessoa jurídica prestadora do serviço quando forem sócias, direta ou indiretamente, em sociedade proprietária dos ativos arrendados ou locados." (NR)

"Art. 6º .....

.....

§ 3º Fica reduzida a zero, em relação aos fatos geradores que ocorrerem até 31 de dezembro de 2022, a alíquota do imposto sobre a renda na fonte incidente nas operações de que trata o caput, na hipótese de pagamento, crédito, entrega, emprego ou remessa, por fonte situada no País, a pessoa jurídica domiciliada no exterior, a título de contraprestação de contrato de arrendamento mercantil, operacional ou financeiro, de aeronave ou dos motores a ela destinados, celebrado por empresa de transporte aéreo público regular, de passageiros ou cargas, até 31 de dezembro de 2019, em conformidade com o disposto no art. 16 da Lei nº 11.371, de 28 de novembro de 2006.

§ 4º O disposto no § 3º não se aplica ao pagamento, crédito, emprego, entrega ou remessa de receitas de aluguel ou arrendamento de aeronaves estrangeiras ou de motores de aeronaves estrangeiros, que deverão observar o disposto no art. 2º." (NR)

"Art. 23. .....

.....

§ 2º Na impossibilidade de comprovação, o custo de aquisição será igual a zero." (NR)

Art. 2º O art. 26 da Instrução Normativa SRF nº 208, de 27 de setembro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 26. .....

.....

§ 4º Na impossibilidade de comprovação, o custo de aquisição será igual a zero.

....." (NR)

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

PORTARIA Nº 1.473, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016

Altera a Portaria RFB nº 268, de 06 de março de 2012, que "Delega e subdelega competência ao Secretário-Adjunto, ao Chefe de Gabinete, aos Subsecretários, aos Coordenadores-Gerais e aos Superintendentes da Secretaria da Receita Federal do Brasil" e revoga a Portaria RFB nº 2323, de 23 de setembro de 2009, que "Delega competência ao Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas".

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos arts. 11 e 12 do Decreto-Lei no 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto no 83.937, de 6 de setembro de 1979, e no art. 12 da Lei no 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º A Portaria RFB nº 268, de 06 de março de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 5º ….....

I - praticar os atos de remoção de ofício e a pedido de que trata a Portaria RFB nº 3.300, de 29 de agosto de 2011, em cumprimento de decisão judicial;

…….....";(NR)

"Art. 7º ….....

…….

III - autorizar a Dispensa de Ponto de servidores das Unidades Centrais para participação em eventos e atividades promovidos por entidades representativas de classe.

IV - praticar os atos de remoção, no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil, dos servidores integrantes da Carreira do Seguro Social, do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda (Pecfaz), do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) e do Plano de Classificação de Cargos (PCC), nos termos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

V - praticar os atos de vacância decorrentes dos casos a que se refere o art. 33 da Lei nº 8112, de 1990.

VI - praticar os atos de remoção a pedido, independentemente do interesse da Administração, a que se referem o art. 4º da Portaria RFB nº 3.300, de 2011." (NR)

Art. 2º A Portaria RFB nº 268, de 2012, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

"Art. 10-A Os atos de remoção decorrentes de nomeações para cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS) e designações para Função Gratificada (FG) são de competência do Secretário da RFB.

Parágrafo único. A conveniência da remoção do servidor será analisada concomitantemente às nomeações ou designações a que se referem o caput, e a solicitação deverá ser instruída com as mi-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

nutas do ato de nomeação/designação e de remoção, histórico de remoções do servidor e, caso haja custo para a Administração, de informação quanto à disponibilidade de recursos orçamentários.

Art. 10-B É competência exclusiva do Secretário da Receita Federal do Brasil a expedição de atos de remoção prevista nos incisos I, II, III e VII do art. 2º e no inciso XIV do art. 3º da Portaria RFB nº 3.300, de 2011, quando envolver servidor da Carreira de Auditoria da Secretaria da Receita Federal do Brasil que esteja em cumprimento de estágio probatório."

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 4º Ficam revogados:

I - Portaria RFB nº 2323, de 23 de setembro de 2009; e

II - incisos II e IV do art. 5º, o inciso II do art. 7º e o § 3º do art. 10 da Portaria RFB nº 268, de 06 de março de 2012.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE JULGAMENTO EM FORTALEZA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 102, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

Cancela a habilitação e a co-habilitação Para Operar o Regime Especial (Reidi), instituído pelos artigos 1º ao 5º Da Lei Nº 11.488, de 2007. Suspensão do PIS/Pasep e da COFINS, das mencionadas empresas.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA-CE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, art. 1º da Portaria DRF/FOR/CE-GABINETE Nº 142, DE 16 DE JULHO DE 2012 (dou DE 17/07/2012) c/c A Portaria SRFB nº 1.751, de 17 de dezembro de 2015(DOU de 18/12/2015, seção 2. Página 24) e considerando o art. 302, incisos VI e IX, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2020 (DOU de 17.5.2012) e tendo em vista o disposto no artigo 12, inciso I, §1º, §2º, §6º e §7º, da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, como também o exposto na informação fiscal e no despacho exarados no Processo Administrativo nº 10380.723.658/2015-12, declara:

Art. 1º Cancelada, a pedido, a habilitação constante do Ato Declaratório Executivo de nº 67, de 16 de agosto de 2011 (publicado no DOU de 23/08/2011, seção 1, páginas 8/9), emitido a favor da empresa EÓLICA ICARAÍ GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A, CNPJ Nº 12.108.854/0001-75, titular do projeto discriminado no Anexo I, localizado no município de Amontada, Estado do Ceará, referente a Portaria (ato autorizativo) MME nº 601, de 30 de junho de 2010 e Portaria nº 184, de 29 de março de 2011 (DOU de 30/03/2011, seção 1, página 117, ambas emitidas pelo Ministro de Minas e Energia, haja vista o encerramento das obras do referido projeto. Fica, igualmente cancelada a co-habilitação vinculada a esse projeto, concedida por meio do Ato Declaratório Executivo (ADE) nº 50, de 3 de setembro de 2012 (DOU: 5/09/2012, seção 1, página 42), a favor de Suzlon Energia Eólica do Brasil Ltda, CNPJ Nº 08.146.882/0001-00, consoante dispõe o art. 12, § 6º, da Instrução Normativa RFB nº 758/2007.

Art. 2º Ficam revogados os efeitos dos Atos Declaratórios Executivos referidos no artigo primeiro deste Ato, pelo que as supracitadas pessoas jurídicas não poderão mais efetuar aquisições e importações ao amparo do REIDI de bens e serviços destinados ao projeto correspondente à habilitação ou à co-habilitação ora canceladas.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação. Cientifique-se a requerente.

EDILBERTO CAVALCANTE PORTO FILHO

SUBSECRETARIA DE ADUANA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 20 DE SETEMBRO DE 2016

Dispõe sobre o encerramento do Processo Aduaneiro de Investigação de Origem de instaurado por meio do ADE Coana nº 14/2016.

O COORDENADOR-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA - SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 129, inciso IV, da Portaria nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos artigos 36, 37 e 39 do LXXVII Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 18 (Regime de Origem do MERCOSUL), internalizado por meio do Decreto nº 8.454, de 20 de maio de 2015, e nos artigos 19 e 20 da Instrução Normativa SRF nº 149, de 27 de março de 2002, declara:

Art. 1º Concluído, com base no Relatório Fiscal Coana/Cotad/Divom nº 01/2016, de 20 de setembro de 2016, o Processo Aduaneiro de Investigação de Origem das mercadorias calçados paraguaios, códigos tarifários (NCM): 6402.19.00 e 6402.99.90, fabricados e exportados para o Brasil nos anos de 2011 a 2012 pela empresa paraguaia Impar Paraguay S.A, instaurado por meio do ADE Coana nº 14, de 24 de maio de 2016.

Art. 2º Desqualificada a origem paraguaia das mercadorias citadas no artigo 1º, abrangendo inclusive as mercadorias amparadas pelos certificados de origem relacionados no Anexo Único, com consequente denegação do tratamento tributário preferencial, por não terem sido apresentadas durante a investigação informação e documentação suficientes que comprovassem o cumprimento dos requisitos de origem previstos para esses produtos, conforme os artigos 34 e 39 do Regime de Origem do MERCOSUL (ROM).

Art. 3º Suspensa a concessão de tratamento tarifário preferencial para futuras importações das mesmas mercadorias, produzidas pela empresa paraguaia citada no artigo 1º, tomando-se como base a prerrogativa prevista no parágrafo 2º do art. 39 do ROM.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RONALDO SALLES FELTRIN CORREA

ANEXO ÚNICO

Relação de Certificados Desqualificados

Ano	C.o.	Exportador
2011	E-0000036924	IMPAR PARAGUAY S.A.
2012	E-0000039275	IMPAR PARAGUAY S.A.
2012	E-0000039269	IMPAR PARAGUAY S.A.
2012	E-0000039953	IMPAR PARAGUAY S.A.
2012	E-0000039951	IMPAR PARAGUAY S.A.
2012	E-0000040836	IMPAR PARAGUAY S.A.
2012	E-0000040841	IMPAR PARAGUAY S.A.

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 82, DE 8 DE JUNHO DE 2016

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ

EMENTA: LOTEAMENTO. PARCERIA. PROPRIETÁRIO DA TERRA. LUCRO PRESUMIDO.

A participação proporcional no preço de venda das unidades imobiliárias do empreendimento, estipulada em contrato de parceria, deverá ser adicionada à receita bruta do proprietário da terra, para fins de apuração do imposto com base no lucro presumido.

O percentual de presunção será também aplicado sobre a participação proporcional nos juros de mora e nas multas por inadimplemento decorrentes da comercialização dos imóveis, desde que apurados por meio de índices ou coeficientes previstos em contrato.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Art. 15 da lei nº 9.249, de 1995; art. 34 da Lei nº 11.196, de 2005; arts. 410 a 414 do Decreto nº 3.000/1999 (RIR/99); e Parecer Normativo CST nº 15/1984.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL

EMENTA: LOTEAMENTO. PARCERIA. PROPRIETÁRIO DA TERRA. LUCRO PRESUMIDO.

A participação proporcional no preço de venda das unidades imobiliárias do empreendimento, estipulada em contrato de parceria, deverá ser adicionada à receita bruta do proprietário da terra, para fins de apuração da contribuição com base no lucro presumido.

O percentual de presunção será também aplicado sobre a participação proporcional nos juros de mora e nas multas por inadimplemento decorrentes da comercialização dos imóveis, desde que apurados por meio de índices ou coeficientes previstos em contrato.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Art. 15 da lei nº 9.249, de 1995; art. 34 da Lei nº 11.196, de 2005; arts. 410 a 414 do Decreto nº 3.000, de 1999 (RIR/99); Parecer Normativo CST nº 15, de 1984; e art. 49 da IN SRF nº 93, de 1997.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

EMENTA: LOTEAMENTO. PARCERIA. PROPRIETÁRIO DA TERRA. REGIME CUMULATIVO.

A participação proporcional no preço de venda das unidades imobiliárias do empreendimento, estipulada em contrato de parceria, deverá ser adicionada à receita bruta do proprietário da terra, para fins de apuração da contribuição.

Os juros de mora e as multas recebidos em decorrência da venda das unidades imobiliárias do empreendimento, mesmo que decorrentes de inadimplemento, compõem a base de cálculo da contribuição no regime de apuração cumulativa.

DISPOSITIVOS LEGAIS: arts. 2º e 3º da Lei nº 9.718/98; art. 8º, II, da Lei nº 10.637, de 2002; arts. 410 a 414 do Decreto nº 3.000, de 1999 (RIR/99); e Parecer Normativo CST nº 15, de 1984.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

EMENTA: LOTEAMENTO. PARCERIA. PROPRIETÁRIO DA TERRA. REGIME CUMULATIVO.

A participação proporcional em preço de venda das unidades imobiliárias do empreendimento, estipulada no contrato de parceria, deverá ser adicionada à receita bruta do proprietário da terra, para fins de apuração da contribuição.

Os juros de mora e as multas recebidos em decorrência da venda das unidades imobiliárias do empreendimento, mesmo que decorrentes de inadimplemento, compõem a base de cálculo da contribuição no regime de apuração cumulativa.

DISPOSITIVOS LEGAIS: arts. 2º e 3º da Lei nº 9.718/98; art. 10, II, da Lei nº 10.833, de 2003; arts. 410 a 414 do Decreto nº 3.000, de 1999 (RIR/99); e Parecer Normativo CST nº 15, de 1984.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 127, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016

Declara a nulidade de atos praticados perante o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1548, de 13 de fevereiro de 2015.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE /MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17/05/2012, e considerando o disposto nos artigos 17, 18 e 19, da Instrução Normativa RFB nº 1548 de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

Art. 1º. Declarar nula as inscrições abaixo:

CPF	NOME	PROCESSO	DATA INSCRIÇÃO
017.628.206-84	OSMAR RODRIGUES MENDES	10680.725.442/2016-80	30/07/2008
017.633.916-71	FILOMENA MARTINS LOPES	13609.721504/2016-35	08/08/2008
017.627.356-52	OTÁVIO ARAÚJO GOMES	10680.725155/2016-70	29/07/2008
017.627.436-71	ELENA SAMPAIO	10680.725444/2016-79	29/07/2008
017.639.566-01	NADIR MARTINS DE SOUZA	13603.722074/2016-29	19/08/2008
017.640.326-40	DUARTE RIBEIRO COSTA	13609.721505/2016-80	20/08/2008
058.991.3286-70	REGINALDO MICERVAL DA ROCHA	10680.725459/2016-37	25/11/2000
116.727.926-30	JOAO CEZÁRIO DA MATA	10680.725458/2016-92	02/06/2009
005.301.145-77	HIGO FERREIRA DE MENEZES	10680.725457/2016-48	02/06/2000

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO JOSÉ DEHON SÃO THIAGO SANTIAGO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

Declara habilitação no regime de suspensão da contribuição para o PIS/PASEP e da Cofins incidentes sobre as receitas de vendas de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, efetuadas a pessoa jurídica preponderantemente exportadora.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 224 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF n.º 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no art. 6º da Instrução Normativa SRF nº 595, de 27 de dezembro de 2005, e o que consta do processo administrativo nº 13642.720097/2016-32, declara:

I - Concedida a habilitação no regime de suspensão da contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre as receitas de vendas de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, adquiridos por pessoa jurídica preponderantemente exportadora, com base no art. 40 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, com a redação conferida pelas alterações posteriores, disciplinado pela Instrução Normativa SRF nº 595, de 27 de dezembro de 2005, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 780, de 06 de novembro de 2007 e pela Instrução Normativa nº 1.424, de 19 de dezembro de 2013, para a empresa LSM BRASIL S. A., CNPJ nº 33.115.726/0001-29, estabelecida na Rodovia BR383, KM 94, S/N, Colonia do Marçal, no município de São João del Rei, Minas Gerais.

II - A presente habilitação poderá ser cancelada a qualquer tempo em caso de inobservância, pela beneficiária, de qualquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

III - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO COUTO SOBRAL

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LIMEIRA
SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

Exclui pessoa jurídica do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LIMEIRA, no uso de suas atribuições, em especial a prevista no inciso XXI do art. 2º da Portaria DRF/Limeira nº 85, de 18 de junho de 2007, e tendo em vista o disposto nos art. 1º, 7º e 12 da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos art. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Fica excluída do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, a pessoa jurídica MARTE INDUSTRIA DE MOBILIARIO EIRELI - EPP, CNPJ nº 03.300.763/0001-46, tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de ciência deste ADE, apresentar recurso administrativo, de acordo com o § 1º do artigo 14 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 03, de 25 de agosto de 2004, dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Limeira, na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Limeira, à Rua Pedro Zaccaria, 444, bairro Jardim Nova Itália, Limeira, São Paulo, CEP 13484-350.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no artigo 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

JOSUÉ LOPES BARREIRA JUNIOR

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo DERAT/São Paulo Nº 140 de 08/07/2015, publicado no DOU de 10/07/2015, Seção 1, página 28, onde se lê: "Nome do Projeto: MODERNIZAÇÃO DA REDE HFC DA CIDADE DE CAMPINAS- 2015-B", leia-se: "Nome do Projeto: PROJETO NET ACESSO NET COAXIAL JOÃO PESSOA HFC-02".

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 162, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016

Declara a baixa de ofício de pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

A DELEGADA SUBSTITUTA DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 306, inciso II , do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, com base na Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e alterações posteriores e nas disposições contidas na Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, que aprova instruções para a prática de atos perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, resolve:

Art. 1º Baixar de ofício a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da pessoa jurídica abaixo relacionada, com fulcro no artigo 49 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 2016:

Empresa:	CNPJ nº:	Processo:
LEB - ASSESSORIA, CONSULTORIA, EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÃO LTDA - ME	01.385.883/0001-68	19515.720477/2016-17

Art. 2º A presente declaração de baixa baseia-se na falta de regularização cadastral, para a qual o contribuinte foi intimado, conforme o Edital de Intimação Eletrônico Nº 001967074, data de publicação 03 de agosto de 2016, constatando-se, assim, a inexistência de fato da mencionada pessoa jurídica, de acordo com os registros contidos no processo administrativo acima mencionado, com efeitos a partir da constituição da empresa, ou seja, 15/08/1996.

Art. 3º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ROSA MARIA SARAIVA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL
INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo nº 13, de 27 de julho de 2016, publicado no D.O.U. nº 189, de 30 de setembro de 2016, Seção 1, página 65:

Onde se lê: 27 de julho de 2016

Leia-se: 27 de setembro de 2016

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 86, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016

Declara baixa de ofício de inscrição no CNPJ.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA - PR, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III do artigo 224, III e IX do artigo 302 e IV do artigo 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203 de 14 de maio de 2012 publicada no DOU de 17 de maio de 2012 e tendo em vista o disposto no artigo 31, § 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, combinado com artigos 80, § 1º, inciso I da Lei nº 9430/1996 com redação dada pela Lei nº 11.941/09, declara:

Artigo 1º. Baixadas as inscrições no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) abaixo identificadas, por inexistência de fato conforme disposto no artigo 29, inciso II da IN RFB nº 1.634/2016 e de acordo com o apurado nos respectivos processos administrativo fiscais.

CONTRIBUINTE	CNPJ	PROCESSO
IMETEC MINERO MECÂNICA LTDA - ME	01.861.945/0001-60	10980.720207/2014-75
ABC CURITIBA IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA - EPP	14.587.697/0001-53	10980.720588/2016-54
ALMIRANTE LOCADORA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME	82.652.900/0001-88	10980.722793/2016-54

ARTHUR CEZAR ROCHA CAZELLA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DO RIO GRANDE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

Prorrogação da habilitação ao regime aduaneiro especial de entreposto aduaneiro de bens destinados à pesquisa e lavra de jazidas de petróleo e gás natural em construção ou conversão no País, contratados por empresas sediadas no exterior.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DO RIO GRANDE, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 10 da IN SRF nº 513, de 17 de fevereiro de 2015, com redação dada pela IN RFB nº 1512, de 07 de novembro de 2014, e tendo em vista o que consta no processo nº 11050.721756/2013-40, declara:

Art. 1º Fica prorrogada, a partir de 22 de setembro de 2016, até 26 de abril de 2017, a habilitação ao regime aduaneiro especial de entreposto aduaneiro aplicado à construção da Unidade Flutuante de Produção, Armazenamento e Transferência de Petróleo (FPSO), identificada como P-74, destinada à pesquisa e lavra de jazidas de petróleo e gás natural, concedido à empresa Estaleiros do Brasil Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 09.628.613/0001-42, localizada na Estrada Pública, s/nº - Bairro Cocuruto, São José do Norte/RS, por meio do ADE SRRF10 nº 3, de 10 de março de 2014, publicado no DOU em 12/03/2014, conforme estabelecido na Subseção 11.3.1.2 do Contrato de Engenharia, Execução e Construção nº 0801.0000155.13.2, com redação dada pelo Aditivo nº 6 ao contrato.

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições do ADE SRRF10 nº 3/2014.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS FREDERICO SCHWOCHOW DE MIRANDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

RETIFICAÇÃO

No art. 1º da Portaria STN nº 540, de 9 de setembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 28 de setembro de 2016, Seção 1, página 77, onde se lê:

Art. 1º Autorizar o resgate antecipado de 3.303.359 (três milhões, trezentos e três mil, trezentos e cinquenta e nove) Certificados Financeiros do Tesouro, série E, subsérie 1 - CFT-E1, no valor de R$ 11.786.381,55 (onze milhões, setecentos e oitenta e seis mil, trezentos e oitenta e um reais e cinquenta e cinco centavos), em favor da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, observadas as seguintes condições:

DATA DE EMISSÃO	DATA DE VENCIMENTO	VALOR NOMINAL ATUALIZADO EM 1/9/2016	QUANTIDADE	VALOR (R$)
1º/1/2006	1º/1/2036	3,567999	884	3.154,11
1º/1/2008	1º/1/2038	3,567999	12.974	46.291,21
1º/1/2009	1º/1/2039	3,567999	23.904	85.289,44
1º/1/2010	1º/1/2040	3,567999	1.404	5.009,47
1º/1/2011	1º/1/2041	3,567999	9.177	32.743,52
1º/1/2012	1º/1/2042	3,567999	46.952	167.524,68
1º/1/2013	1º/1/2043	3,567999	8.130	29.007,83
1º/1/2014	1º/1/2044	3,567999	38.638	137.860,34
1º/1/2015	1º/1/2045	3,567999	144.293	514.837,27
1º/1/2016	1º/1/2046	3,567999	3.016.921	10.764.371,11
TOTAL			3.303.359	11.786.381,55

Leia-se:

Art. 1º Autorizar o resgate antecipado de 3.303.359 (três milhões, trezentos e três mil, trezentos e cinquenta e nove) Certificados Financeiros do Tesouro, série E, subsérie 1 - CFT-E1, no valor de R$ 11.786.381,55 (onze milhões, setecentos e oitenta e seis mil, trezentos e oitenta e um reais e cinquenta e cinco centavos), em favor da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, observadas as seguintes condições:

DATA DE EMISSÃO	DATA DE VENCIMENTO	VALOR NOMINAL ATUALIZADO EM 1/9/2016	QUANTIDADE	VALOR (R$)
1º/1/2005	1º/1/2035	3,567999	884	3.154,11
1º/1/2006	1º/1/2036	3,567999	12.974	46.291,21
1º/1/2008	1º/1/2038	3,567999	23.904	85.289,44
1º/1/2009	1º/1/2039	3,567999	1.404	5.009,47
1º/1/2010	1º/1/2040	3,567999	9.177	32.743,52

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1º/1/2011	1º/1/2041	3,567999	46.952	167.524,68
1º/1/2012	1º/1/2042	3,567999	8.130	29.007,83
1º/1/2013	1º/1/2043	3,567999	38.638	137.860,34
1º/1/2014	1º/1/2044	3,567999	144.293	514.837,27
1º/1/2015	1º/1/2045	3,567999	3.016.921	10.764.371,11
1º/1/2016	1º/1/2046	3,567999	82	292,57
TOTAL			3.303.359	11.786.381,55

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE ANÁLISE TÉCNICA

PORTARIAS DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo Previc nº 003022/3519-79, sob o comando nº 424072191, resolve:

Nº 466 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas para o estatuto do HSBC - Fundo de Pensão que passa a ser denominado MultiBRA Fundo de Pensão, nos termos do supracitado processo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo Previc nº 30000.001505/1988-40, sob o comando nº 424074410, resolve:

Nº 467 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas para o estatuto do HSBC INSTITUIDOR - Fundo Múltiplo que passa a ser denominado MultiBRA INSTITUIDOR - Fundo Múltiplo, nos termos do supracitado processo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

DIRETORIA COLEGIADA

PORTARIA Nº 465, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016

Dispõe sobre a classificação as entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) em perfis, para fins de supervisão no âmbito da PREVIC, a partir do exercício de 2017.

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PREVIC, em sessão ordinária nº 324, realizada em 29 de setembro de 2016, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso X, artigo 2º da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, e o inciso XXIII, artigo 11 do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e fundamentado no artigo 1º, caput, da Resolução nº 13, de 01 de outubro de 2004, no artigo 3º da Recomendação nº 2, de 27 de abril de 2009, ambas do Conselho de Gestão da Previdência Complementar, e no artigo 2º da Instrução nº 20, de 20 de março de 2015, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, decide:

Art. 1º As EFPC, a partir do exercício de 2017, passam a ser classificadas, por meio de perfil, definido segundo o porte, complexidade e riscos inerentes aos planos de benefícios por elas administrados, para fins de supervisão no âmbito da PREVIC, conforme ANEXO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESDRAS ESNARRIAGA JUNIOR
Diretor-Superintendente
Substituto

ANEXO

LISTA DE ENTIDADES EM CADA PERFIL DE RELACIONAMENTO

Perfil I

0009-3	BANESPREV
0318-8	BB PREVIDENCIA
0360-2	BRF PREVIDÊNCIA
0118-4	CAPESESP
0411-4	CARREFOURPREV
0120-8	CBS
0147-9	FORLUZ
0152-3	FUNCEF
0123-9	FUNCESP
0472-4	FUNPRESP-EXE
0474-1	FUNPRESP-JUD
0468-3	GEAPPREVIDÊNCIA
0148-2	HSBC
0077-5	HSBCINSTITUIDOR
0343-8	ICATUFMP
0312-6	IFM
0061-1	ITAU UNIBANCO
0421-7	MONGERAL
0382-5	MULTIPENSIONS
0282-3	MULTIPLA
0225-8	MULTIPREV
0436-8	OABPREV-SP
0065-5	PETROS
0069-1	POSTALIS
0478-6	PREVBAHIA
0476-9	PREVCOM-MG
0475-5	PREVES
0178-1	PREVI/BB
0103-3	PREVIDÊNCIA USIMINAS
0427-9	QUANTA
0086-4	REAL GRANDEZA
0088-1	REFER
0473-8	RJPREV
0479-1	RS-PREV
0251-1	SANTANDERPREVI
0480-1	SCPREV
0442-6	SICOOB PREVI
0096-7	SISTEL
0470-7	SP-PREVCOM
0462-1	SUL PREVIDÊNCIA
0208-3	VALIA
0347-2	VWPP

Perfil II

0242-2	AERUS
0001-4	AGROS
0438-5	ALBAPREV
0453-2	ALEPEPREV
0097-1	ALPAPREV
0004-5	ALPHA
0008-1	BANESES
0011-7	BANRISUL/FBSS
0116-7	CAFBEP
0418-1	CAGEPREV
0117-1	CAPAF
0018-2	CAPEF
0452-9	CASANPREV
0021-1	CELOS
0022-3	CENTRUS
0122-5	CENTRUS/MT
0237-8	CEPLUS
0023-7	CERES
0231-6	CIBRIUS
0024-1	CIFRAO
0025-4	COMPESAPREV
0248-4	CYAMPREV
0454-6	DATUSPREV
0029-9	DERMINAS
0030-9	DESBAN
0031-2	ECONOMUS
0134-5	ELETRA
0108-1	ELETROCEEE
0032-6	ELETROS
0252-5	ELOS
0458-1	EMBRAER PREV
0265-9	FABASA
0136-2	FACEAL
0035-7	FACEB
0137-6	FACEPI
0036-1	FACHESF
0316-1	FAECES
0139-3	FAPA
0038-8	FAPECE
0039-1	FAPES
0420-3	FATL
0047-7	FIOPREV
0145-1	FIPECQ
0150-6	FUCAE
0285-4	FUMPRESC
0050-4	FUNBEP
0151-1	FUNCASAL
0028-5	FUNDACAO COPEL
0026-8	FUNDACAO CORSAN
0223-1	FUNDAÇÃO LIBERTAS
0284-1	FUNDIAGUA
0256-1	FUNEPP
0291-2	FUNSEJEM
0295-7	FUNTERRA
0053-5	FUSAN
0055-2	FUSESC
0155-4	GEIPREV
0230-2	GERDAU
0157-1	IBM
0005-9	INFRAPREV
0159-9	ISBRE
0255-6	METRUS
0168-8	NUCLEOS
0317-4	ODEPREV
0226-1	PARSE
0068-6	PORTUS
0071-3	PRECE
0272-1	PREV PEPSICO
0173-2	PREVBEP
0171-5	PREVDATA
0179-4	PREVI-BANERJ
0355-8	PREVICEL
0185-2	PREVI-GM
0079-2	PREVINORTE
0233-3	PREVSAN
0466-6	RAIZPREV
0089-5	REGIUS
0093-6	SABESPREV
0092-2	SAO FRANCISCO
0201-8	SERGUS
0094-1	SERPROS
0202-1	SIAS
0095-3	SILIUS
0308-5	SUPRE
0099-8	TELOS
0102-1	URANUS
0424-8	VISÃO PREV
0105-1	WEG

Perfil III

0396-2	ABBOTTPREV
0393-1	ABBPREV
0269-3	ABRILPREV
0299-1	ACEPREV
0469-7	ACIPREV
0213-8	AEROS
0003-1	ALCOA PREVI
0457-7	ANABBPREV
0448-8	APCDPREV
0006-2	ARUS
0392-8	AVONPREV

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

0113-6	BANDEPREV
0012-1	BASES
0013-4	BASF PC
0222-7	BCO. SUMITOMO
0380-8	BOMPREV
0334-9	BOTICARIO PREV
0243-6	BP PREV
0216-9	BRASILETROS
0110-5	BRASLIGHT
0114-1	BRASPREV
0345-5	BRISTOL-MYERS
0386-1	BUNGEPREV
0115-3	CABEA
0016-5	CABEC
0017-9	CAEMI
0019-6	CAPOF
0357-5	CARBOPREV
0270-3	CARFEPE
0020-6	CARGILLPREV
0119-8	CASFAM
0210-7	CAVA
0121-1	CELPOS
0437-1	CIASPREV
0124-2	CITIPREVI
0449-1	CNBPREV
0126-1	COMSHELL
0281-1	CP PREV
0129-1	CREDIPREV
0379-8	CRYOVAC
0176-3	DANAPREV
0109-5	DAREXPREV
0131-4	DUPREV
0133-1	EATONPREV
0027-1	ECOS
0305-4	EDS PREV
0444-3	ENERPREV
0033-1	ENERSUL
0304-1	FACOPAC
0037-4	FAELBA
0138-1	FAELCE
0140-3	FAPERS
0235-1	FAPIEB
0040-1	FASC
0143-4	FASCEMAR
0041-5	FASERN
0430-6	FECOMÉRCIO/FPA
0258-7	FFMB
0348-6	FGV-PREVI
0057-1	FIBRA
0338-3	FORD
0049-4	FUCAP
0263-1	FUMAC
0042-9	FUNASA
0364-7	FUND. BRASILSAT
0153-7	FUNDAMBRAS
0422-1	FUNDO PARANA
0377-1	FUNPADEPAR
0229-2	FUNSSEST
0463-5	FUTURA II
0182-1	FUTURA PREV
0268-1	GAROTO
0154-1	GASIUS
0290-9	GEBSA-PREV
0156-8	GOODYEAR
0319-1	GZM PREVI
0352-7	HP PREV
0054-9	IAJA
0367-8	INDUSPREVI
0060-7	INERGUS
0015-1	INSTITUTO AMBEV
0302-3	ITAUSAINDL
0161-2	JOHNSON
0451-5	JUSPREV
0403-9	KPMG PREV
0218-6	KRAFT PREV
0439-9	LANXESSPREV
0303-7	LILLYPREV
0341-1	MAIS VIDA PREV
0165-7	MAPPIN
0330-4	MARCOPREV
0221-3	MAUA PREV
0410-1	MBPREV
0166-1	MENDESPREV
0326-3	MERCAPREV
0167-4	MERCERPREV
0125-6	MM PREV
0381-1	MSD PREV
0465-2	MUTUOPREV
0440-9	OABPREV-GO
0428-2	OABPREV-MG
0450-1	OABPREVNORDESTE
0446-1	OABPREV-PR
0447-4	OABPREV-RJ
0441-2	OABPREV-RS
0423-4	OABPREV-SC
0214-1	ORIUS
0359-2	P&G PREV
0323-2	PEIXOTO
0394-5	PFIZER PREV
0408-7	PLANEJAR
0279-6	PORTOPREV
0388-7	POUPREV
0169-1	PREVCHEVRON
0170-1	PREVCUMMINS
0172-9	PREVDOW
0174-6	PREVEME
0460-4	PREVEME II
0072-7	PREVHAB
0320-1	PREVI - FIERN
0192-4	PREVI - SIEMENS
0181-8	PREVI NOVARTIS
0073-1	PREVIBAYER
0074-4	PREVIBOSCH
0180-4	PREVICAT
0217-2	PREVICOKE
0459-4	PREVIDEXXONMOBIL
0135-9	PREVI-ERICSSON
0409-1	PREVIG
0383-9	PREVIHONDA
0076-1	PREVILLOYDS
0188-3	PREVIM
0309-9	PREVINDUS
0078-9	PREVINOR
0325-1	PREVIP
0215-5	PREVIPLAN
0080-2	PREVIRB
0191-1	PREVISC
0107-8	PREVISCANIA
0082-1	PREVISTIHL
0195-5	PREVMON
0477-2	PREVMUTUA
0196-9	PREVUNIAO
0431-1	PREVUNISUL
0401-1	PREVYASUDA
0199-1	PRHOSPER
0197-2	PROMON
0198-6	PSS
0293-1	RANDONPREV
0353-1	RBS PREV
0087-8	RECKITTPREV
0413-1	REDEPREV
0336-6	ROCHEPREV
0241-9	SANPREV
0091-9	SAO BERNARDO
0200-4	SAO RAFAEL
0354-4	SARAHPREV
0461-8	SBOTPREV
0417-6	SEBRAE PREVIDENCIA
0219-1	SEGURIDADE
0127-3	SOMUPP
0232-1	STEIO
0098-4	SUPREV
0158-5	SYNGENTA PREVI
0292-6	TECHNOS
0340-7	TETRA PAK PREV
0205-2	TEXPREV
0464-9	TOYOTA PREVI
0332-1	TRAMONTINAPREV
0429-6	UASPREV
0206-6	ULTRAPREV
0075-8	UNILEVERPREV
0471-1	UNIMED FUNDO DE PENSÃO
0300-6	UNIPREVI
0207-1	UNISYS-PREVI
0389-1	UTCPREV
0412-8	VBPP
0239-5	VIKINGPREV
0404-2	VOITH PREV
0104-7	VULCAPREV
0375-3	WYETH PREV

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

RESOLUÇÃO Nº 340, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

Altera o art. 11 da Resolução CNSP Nº 336, de 31 de março de 2016.

A SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da atribuição que lhe confere o art. 34, inciso XI, do Decreto nº 60.459, de 13 de março de 1967, e considerando o que consta do Processo CNSP nº 2/2016 e SUSEP nº 15414.605207/2016-56, torna público que o CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS - CNSP, em sessão ordinária realizada em 28 de setembro de 2016, na forma do que estabelece o inciso IV do artigo 32, do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, resolveu:

Art. 1º Esta Resolução altera regra para operação do seguro popular de automóvel, para esclarecer que a permissão do uso de peças oriundas de desmontagem não afasta a possibilidade de utilização de peças de reposição adequadas e novas.

Art. 2º Fica acrescido o Art. 11-A na Resolução CNSP Nº 336, de 31 de março de 2016:

"Art. 11-A. A permissão do uso de peças oriundas de desmontagem não afasta a possibilidade de utilização de peças de reposição novas e que apresentem as mesmas especificações técnicas do fabricante, asseguradas ao destinatário informações claras, suficientes e destacadas acerca da procedência e da adequação do produto.

Parágrafo Único. A Sociedade Seguradora somente poderá utilizar peças de reposição não originais após autorização específica do segurado no momento da contratação."

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

JOAQUIM MENDANHA DE ATAÍDES
Superintendente

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Integração Nacional

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PORTARIA Nº 12, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

A UNIÃO, por intermédio do Ministério da Integração Nacional, neste ato representado pelo Secretário de Desenvolvimento Regional, designado pela Portaria nº 1.257, de 27 de junho de 2016, publicada no D.O.U. de 28 de junho de 2016, consoante delegação de competência conferida pela Portaria MI nº195 de 14 de agosto de 2015, publicada no D.O.U. de 17 de agosto de 2015, resolve:

Art. 1º Aprovar, nos termos do § 1º do art. 3º da Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, o Termo de Compromisso apresentado pelo Município de Morro do Chapéu, cujo objeto é a implantação, recuperação e/ou ampliação de sistemas coletivos de abastecimento de água em comunidades rurais do município.

Art. 2º Deverá a execução do objeto obedecer rigorosamente o Termo de Compromisso e o Plano de Trabalho que o integra.

Art. 3º Os recursos financeiros necessários para a execução do objeto são neste ato, fixados em R$ 303.000,00 (trezentos e três mil reais) à conta das dotações orçamentárias da União e do Município, na forma prevista no Termo de Compromisso.

Art. 4º Os recursos financeiros relativos ao presente exercício correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, no valor de R$ 300.000.00 (trezentos mil reais), conforme Nota de Empenho nº 2016NE000046, de 28 de setembro de 2016, no Programa de Trabalho 18544206912QC0001, Fonte 100, Natureza da Despesa 44.40.42.

Art. 5º A liberação dos recursos da União, somente será efetuada após o atendimento, pelo ente federado das condições estabelecidas na Portaria nº 507, de 29 de agosto de 2012, publicada no D.O.U. de 30 de agosto de 2012, alterada pela Portaria nº 541, de 19 de setembro de 2012.

Art. 6º O prazo de execução do objeto será de 730 (setecentos e trinta) dias, contados a partir da data da publicação no Diário Oficial da União, consoante o estabelecido no respectivo Plano de Trabalho.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARLON CARVALHO CAMBRAIA

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA

PORTARIA Nº 235, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, designado pela Portaria nº 746, de 20 de maio de 2016, publicada no DOU de 23 de maio de 2016, Seção 2, combinada com a delegação de competência conferida pela Portaria n° 195, de 14 de agosto de 2015, publicado no DOU de 17 de agosto de 2015, Seção 1, e tendo em vista as disposições da Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, e ainda, o que consta do Processo nº 59100.000384/2009-21, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria n° 0113, de 23 de dezembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 24 de dezembro de 2009, Seção 1, página 147.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RODRIGO MENDES DE MENDES

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE

RESOLUÇÃO Nº 75, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

Aprova a participação do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO no projeto de titularidade da empresa Companhia Thermas do Rio Quente, CNPJ nº 01.540.533/0001-29, que tem como objetivo a construção de 01 restaurante e ampliação das instalações do Hotel Cristal, no complexo "Rio Quente Resorts", localizado no município de Rio Quente (GO).

O Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - Sudeco, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 17 do Anexo I ao Decreto n.º 8.277, de 27 de junho de 2014, torna público que, em sessão da 11a. Reunião Extraordinária, realizada em 28.09.2016, a Diretoria Colegiada desta Superintendência, resolveu:

Art. 1º - Aprovar, observado o disposto no art. 20, § 2º, e no art. 21, caput e § 2°, do Anexo ao Decreto n.º 8.067, de 14 de agosto de 2013, que aprova o Regulamento do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO, o projeto de construção de 01 restaurante e ampliação das instalações do Hotel Cristal, no complexo "Rio Quente Resorts", localizado no município de Rio Quente (GO), com a participação de recursos do FDCO no valor de até R$ 31.139.636,00 (trinta e um milhões, cento e trinta e nove mil e seiscentos e trinta e seis reais).

Art. 2º - Esclarecer que o referido projeto integra-se aos objetivos de promoção do desenvolvimento includente e sustentável da área de atuação da SUDECO e enquadra-se nas diretrizes, orientações gerais e prioridades espaciais e setoriais para a aplicação dos recursos do FDCO.

Art. 3º - Informar que o Fundo, nesta data, demonstra capacidade de aportar os recursos de acordo com o cronograma físico-financeiro referente ao projeto ora aprovado, conforme Atestado de Disponibilidade Financeira - ADF, requerido pelo caput do art. 21 do Anexo ao Decreto n.º 8.067/2013.

Art. 4º - Ressaltar que o Agente Operador, aprovou sua participação no financiamento do projeto apresentado pela Companhia Thermas do Rio Quente.

Art. 5º - Condicionar a participação do FDCO no Financiamento do Empreendimento:

a) Carência: observar o disposto no Art. 1º, inciso V, da Resolução CMN 4.171, de 20 de dezembro de 2012, quando da contratação da operação;

b) Recursos Próprios: comprovação de, no mínimo, 20% de recursos próprios, conforme determina o Art. 16, do anexo ao Decreto nº 8.067, de 14 de agosto de 2013.

Art. 6º - Comunicar que a empresa beneficiária deverá apresentar ao agente operador as informações e os documentos necessários ao atendimento das condicionantes à celebração do contrato, no prazo estabelecido pelo art. 22 do Anexo ao Decreto n.º 8.067/2013.

Art. 7º - Determinar, observado o disposto no § 3º do art. 21 do Anexo ao Decreto n.º 8.067/2013, a publicação desta Resolução no Diário Oficial da União e a sua disponibilização em meio eletrônico de amplo acesso, para consulta pública.

Art. 8º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CLEBER ÁVILA

Ministério da Justiça e Cidadania

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE-GERAL
Em 30 de setembro de 2016

Nº 1.196 - Ato de Concentração nº 08700.006410/2016-54. Requerentes: Global Participações em Energia S.A, Bolt Projetos e Consultoria de Energia LTDA, Pratica Engenharia LTDA, Ponte Nova Consultoria e Participações LTDA, VG Pedras Participações LTDA, Camaçari RJ Participações S.A. Advogados: Djalma Nunes Fernandes Junior, Pedro Coelho de Souza Monteiro Magalhães, Alexandre Carneiro Rios Macedo e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 1.203 - Ato de Concentração nº 08700.006409/2016-20. Requerentes: Tecnisa S.A., Meyer Joseph Nigri, Sidney Saad Angulo, Mariara Investimentos Imobiliários Ltda.. Advogados: Fabricio Antonio Cardim de Almeida, Ana Paula Paschoalin. Decido pela aprovação, sem restrições.

Nº 1.204 - Ato de Concentração nº 08700.006490/2016-48. Requerentes: Platinum Equity, LLC, Cortes NP Acquisition Corporation, Emerson Electric Co.. Advogados: Francisco Ribeiro Todorov, Adriana Franco Giannini e outros. Decido pela aprovação, sem restrições.

KENYS MENEZES MACHADO
Substituto

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 4.104, DE 2 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/58932 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BRASTURINVEST INVESTIMENTOS TURÍSTICOS, CNPJ nº 03.422.594/0003-89 para atuar no Rio de Janeiro.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.105, DE 2 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/58937 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BRASTURINVEST INVESTIMENTOS TURÍSTICOS, CNPJ nº 03.422.594/0005-40 para atuar no Paraná.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.106, DE 2 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/58944 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BRASTURINVEST INVESTIMENTOS TURÍSTICOS, CNPJ nº 03.422.594/0007-02 para atuar na Bahia.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.108, DE 2 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/58938 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PRAIA DO MARCENEIRO PARTICIPAÇÕES E HOTELARIA LTDA, CNPJ nº 07.849.999/0001-97 para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.133, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/46886 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa POLISERVICE SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 73.946.238/0001-88, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 1905/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.176, DE 8 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/58941 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONVENTO DO CARMO S.A, CNPJ nº 04.354.765/0001-80 para atuar na Bahia.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.289, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/61064 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROVIG FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA, CNPJ nº 57.276.206/0004-09, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

6001 (seis mil e uma) Munições calibre 12

27606 (vinte e sete mil e seiscentas e seis) Espoletas calibre .380

7229 (sete mil e duzentos e vinte e nove) Gramas de pólvora

27464 (vinte e sete mil e quatrocentos e sessenta e quatro) Projéteis calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ALVARÁ Nº 4.347, DE 19 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/53700 - DPF/SJK/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO VILLAGE PAINEIRAS, CNPJ nº 51.624.674/0001-06 para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.377, DE 20 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/51281 - DPF/CAS/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa DECISIVA SEGURANÇA PRIVADA EIRELI - ME, CNPJ nº 10.478.512/0001-11, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2032/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.439, DE 22 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/65567 - DPF/GRA/PR, resolve:

CONCEDER autorização à empresa SCHLLEMER SEGURANÇA LTDA ME, CNPJ nº 04.013.487/0001-06, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (dois) Revólveres calibre 38

24 (vinte e quatro) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.453, DE 23 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/57424 - DPF/CCM/SC, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DA INDÚSTRIA CARBONIFERA DE SANTA CATARINA - SATC, CNPJ nº 83.649.830/0001-71 para atuar em Santa Catarina.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.486, DE 26 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/64380 - DELESP/DREX/SR/DPF/AM, resolve:

CONCEDER autorização à empresa SESP - SERVICOS ESPECIALIZADOS EM SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 06.222.115/0001-07, sediada no Amazonas, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (duas) Pistolas calibre .380

8 (oito) Revólveres calibre 38

90 (noventa) Munições calibre 38

90 (noventa) Munições calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.518, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/67322 - DPF/MGA/PR, resolve:

CONCEDER autorização à empresa INGÁ VIGILANCIA LTDA. - ME, CNPJ nº 14.196.793/0001-70, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (duas) Espingardas calibre 12

28 (vinte e oito) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.523, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/68784 - DPF/JZO/BA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa GMSP VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELI - EPPP, CNPJ nº 23.341.588/0001-42, sediada em Pernambuco, para adquirir:

Da empresa cedente DINAMO VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 70.237.672/0001-09:

9 (nove) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente DINAMO VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 70.237.672/0001-09:

79 (setenta e nove) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.531, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/37437 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PRESERVE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 11.179.264/0002-51, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Transporte de Valores, para atuar na Bahia com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/DPF: nº 1703/2016 (CNPJ nº 11.179.264/0002-51) e nº 1652/2016 (CNPJ nº 11.179.264/0006-85).

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.532, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/61440 - DPF/LDA/PR, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0084-62, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (uma) Espingarda calibre 12

30 (trinta) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.544, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/41024 - DELESP/DREX/SR/DPF/AM, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa CENTURIÃO SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 07.283.885/0010-13, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Amazonas, com Certificado de Segurança nº 2056/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.546, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/55520 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa 7 FACILITIES SERVICOS DE SEGURANCA EIRELI, CNPJ nº 25.159.490/0001-02, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1968/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.549, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/58828 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa GRADCON SEGURANÇA PATRIMONIAL S/C LTDA , CNPJ nº 01.843.064/0001-17, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

7 (sete) Espingardas calibre 12

11 (onze) Revólveres calibre 38

308 (trezentas e oito) Munições calibre 38

300 (trezentas) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.551, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/61967 - DPF/RDO/PA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ATALAIA SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 05.310.848/0002-11, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Pará, com Certificado de Segurança nº 2015/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.552, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/62403 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FORMUSSEG CENTRO DE FORMACAO E RECICLAGEM EM SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 12.829.179/0001-73, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em São Paulo com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/DPF: nº 2080/2016 (CNPJ nº 12.829.179/0001-73) e nº 2081/2016 (CNPJ nº 12.829.179/0002-54).

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.553, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/63865 - DPF/FIG/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa IGUASSEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 07.394.613/0001-08, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 2060/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.554, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/64212 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM SEGURANÇA TIRADENTES S/A, CNPJ nº 03.720.968/0001-80, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 2042/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.557, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/66694 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa SEVMAX VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA - EPP, CNPJ nº 13.416.744/0001-33, sediada na Bahia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

300 (trezentas) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.558, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/67156 - DPF/BRG/MT, resolve:

CONCEDER autorização à empresa AT DE AGUIAR SEGURANÇA PRIVADA EIRELE - ME, CNPJ nº 11.505.840/0001-22, sediada no Mato Grosso, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

10 (dez) Revólveres calibre 38

150 (cento e cinquenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.559, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/67316 - DPF/NIG/RJ, resolve:

CONCEDER autorização à empresa GROUPE PROTECTION SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 21.253.716/0001-70, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4 (quatro) Pistolas calibre .380

8 (oito) Revólveres calibre 38

144 (cento e quarenta e quatro) Munições calibre 38

180 (cento e oitenta) Munições calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.564, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/67751 - DELESP/DREX/SR/DPF/SC, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ONDREPSB SERVIÇO DE GUARDA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 82.949.652/0001-31, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

51 (cinquenta e um) Revólveres calibre 38

1530 (uma mil e quinhentas e trinta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 33.654, DE 24 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08211.300861/2016-97 - SAD/CGCSP/DIREX, resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento concedida à empresa Pressseg Serviços de Segurança Eireli - CNPJ: 08.818.229/0003-01, localizada no Estado de MINAS GERAIS.

CARLOS ROGÉRIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 33.655, DE 24 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08211.300860/2016-42 - SAD/CGCSP/DIREX, resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento concedida à empresa Pressseg Serviços de Segurança Eireli - CNPJ: 08.818.229/0006-54, localizada no Estado de SANTA CATARINA.

CARLOS ROGÉRIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 33.656, DE 24 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08211.300859/2016-18 - SAD/CGCSP/DIREX, resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento concedida à empresa Pressseg Serviços de Segurança Eireli - CNPJ: 08.818.229/0005-73, localizada no Estado do RIO GRANDE DO SUL.

CARLOS ROGÉRIO FERREIRA COTA

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

PORTARIA Nº 785, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do art. 1º da Lei nº 5.371, de 05 de dezembro de 1967, em conformidade com o art. 7º do Decreto nº 1.775, de 08 de janeiro de 1996, combinado com o Decreto nº 7.778, de 27 de julho de 2012, e diante dos relatórios e elementos constantes no Processo nº 08620.002058/85, que trata da "proposta de interdição de área" da Terra Indígena Piripkura, localizada nos municípios de Colniza e Rondolândia, no estado do Mato Grosso, resolve:

Art. 1º Prorrogar, por seis meses, o prazo estabelecido no art. 1º da Portaria nº 1.153, de 30 de setembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União, de 06 de outubro de 2014, Seção 1, página 30, que estabelece a restrição de ingresso, locomoção e permanência de pessoas estranhas aos quadros da Funai, na área de 242.500 e perímetro aproximado de 284 km, denominada Terra Indígena Piripkura, nos municípios de Colniza e Rondolândia, estado de Mato Grosso.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AGOSTINHO DO NASCIMENTO NETTO

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
DIVISÃO DE POLÍTICAS MIGRATÓRIAS

DESPACHOS DO CHEFE

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na Empresa e considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei, DEFIRO os pedidos de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.023757/2016-59 - KEVIN ROGER DELCROS

Processo Nº 08000.023502/2016-96 - JESUS FRANCISCO BARTOLOZZI SUAREZ

Processo Nº 08000.020492/2016-37 - THORSTEN ALBRECHT

Processo Nº 08505.044331/2016-58 - SONGWU XIE, JIAN YU, WENHAO XIE

Processo Nº 08460.008094/2016-25 - THOMAS JACQUES ROBERT CHEYLAN, FREDERIQUE MARIE BEATRIX QUADRI CHEYLAN, CHARLOTTE MARIE FRANCOISE CHEYLAN, THIBAULT MARIE EDOUARD CHEYLAN, INES MARIE CHANTAL CHEYLAN

Processo Nº 08505.034981/2016-95 - ANDREEA ANDRONE HARNAGEA

Processo Nº 08240.003301/2016-40 - TAKASHI OYAMA

Processo Nº 08240.003298/2016-64 - MASAAKI NARITA

Processo Nº 08505034433/2016-65 - CHANDAN GOYAL e NITI BANSAL

Processo Nº 08505.017392/2016-42 - KAZUHIRO HAYASHI, NATSUKO HAYASHI.

Processo Nº 08505.017389/2016-29 - MUTSUMI KANAYAMA, TAKAKO KANAYAMA.

Processo Nº 08505.017034/2016-30 - JEAN CHARLES CHMURA

Processo Nº 08709.014262/2015-81 - TAIKICHI KAGEYAMA

Processo Nº 08505.137352/2015-35 - ANA FILIPA DA ROCHA BOUCAS

Processo Nº 08354.010392/2015-10 - ANDREA IRIONDO BERNABEU

Processo Nº 08102.011473/2015-91 - VANESSA ANDREINA BERTO DE CASTRO

Processo Nº 08505.124678/2015-01 - EROS UBOLDI

Processo Nº 08505.124672/2015-25 - JINLONG JIAN, YING LING

Processo Nº 08354.010114/2015-54 - MARIA DA SAUDADE LOUREIRO DA COSTA

Processo Nº 08505.124712/2015-39 - LUDMILA MOJZISOVA

Processo Nº 08505.124427/2015-18 - NUNO MIGUEL COUTINHO LAMBUZANA, TANIA ISABEL GOMES BERNARDO e RAFAEL BERNARDO COUTINHO.

Processo Nº 08505.081653/2015-05 - LIMING TAN, TIAN TIAN

Processo Nº 08505.106960/2015-06 - TETSURO KOBAYASHI

Processo Nº 08505.015720/2014-12 - CHANGCHENG LI, CHENGZE LI e JIE CHEN

Processo Nº 08505.011395/2014-19 - RUI CARLOS PEREIRA DA COSTA NEVES

Processo Nº 08000.041864/2016-69 - PATRICIA BOO RAMIREZ

Processo Nº 08460.301398/2016-69 - JOSE GREGORIO RODRIGUES FARIA

Processo Nº 08000.041594/2016-96 - PAULO JORGE PEREIRA COMBO

Processo Nº 08000.041573/2016-71 - RUI ARTHUR ALEIXO LOPES SIMOES TINOCO, MARIA JOAO CAETANO SALVADOR SABINO TINOCO, MARGARIDA SALVADOR ALEIXO SABINO TINOCO, MATILDE SALVADOR ALEIXO SABINO TINOCO

Processo Nº 08000.041420/2016-23 - YUXI LIANG

Processo Nº 08000.041419/2016-07 - JESSE WILLIAM MOSIER, JENNIFER THOMPSON

Processo Nº 08000.041363/2016-82 - AGNETE JOHNSGAARD LEWIS, KRISTIAN LEWIS, NIKLAS LEWIS

Processo Nº 08000.041359/2016-14 - LEI WANG, XIANHE SONG, YISHAN WANG

Processo Nº 08000.041357/2016-25 - YINGDUAN WU

Processo Nº 08460.300186/2016-64 - LEE TRIPPET MILLS

Processo Nº 08000.041356/2016-81 - CHANGYUE ZHANG

Processo Nº 08000.041347/2016-90 - WENXIAN LI

Processo Nº 08000.041341/2016-12 - ANLAI JIA, QINGQING SUN, LEYAO JIA

Processo Nº 08000.041338/2016-07 - RUI LIU, YIHANG LIU, QIAO QIAO

Processo Nº 08097.003834/2016-22 - CHUA JIAN SERNG

Processo Nº 08000.041032/2016-42 - KENJI IKEGAMI

Processo Nº 08505.091366/2016-86 - ELEAZAR ENRIQUE GOMEZ RODRIGUEZ

Processo Nº 08000.040944/2016-05 - JOSE LUIS JIMENEZ GONZALEZ, LOURDES MARIA BELLIS GONZALEZ, ANDRES JIMENEZ BELLIS, MARTA JIMENEZ BELLIS

Processo Nº 08000.040881/2016-89 - KARL JOHAN FREDRIK MANKERT

Processo Nº 08000.040857/2016-40 - STANISLAS FRANÇOIS FIESS

Processo Nº 08000.040832/2016-46 - ESTEBAN ALEJANDRO POYER CHAVIEL, SAMANTA EMILIANA POYER TRONCOSO, TAMARA CAROLINA TRONCOSO CASANOVA

Processo Nº 08000.040790/2016-43 - WILLIAM LEONARDO ANTONIO CONTRERAS, LEONARDO JOSE ANTONIO FERNANDEZ, ZONIA DEL CARMEN FERNANDEZ OSORIO, ALEJANDRO JOSE ANTONIO FERNANDEZ

Processo Nº 08000.040672/2016-35 - JONGWON JUNG, YOUNG SHIN PARK, JEEIN JUNG, HYUNWOO JUNG

Processo Nº 08000.015971/2015-51 - VICTOR MANUEL GARCIA LOPEZ, MARIA JESSICA ALBI TEJERO, JULIA GARCIA ALBI

Processo Nº 08000.015902/2015-47 - YUJIN KIM

Processo Nº 08000.015629/2015-51 - FRANCISCO DE SOUSA VIEIRA, MARIA SALOME LOPES DE CASTRO VIEIRA

Processo Nº 08460.005690/2015-72 - SANTE VERDEGIGLIO

Processo Nº 08000.015192/2015-55 - EDUARDO ANTON CENTENO, NANCY MAHFOUD HAWILOU, ORIANA VICTORIA ANTON MAHFOUD, ALEXANDRA ANTON MAHFOUD, DANIELA ANTON MAHFOUD

Processo Nº 08000.014225/2015-40 - THOMAS GEORG HANS OCHS, ANA LUCIA DIAZ ELIZALDE, STEFAN THOMAS GEORG OCHS, ALEXANDER MARIANO OCHS

Processo Nº 08000.013599/2015-48 - KOJI TAKATA, YUMIKO TAKATA, NATSUKI TAKATA

Processo Nº 08000.007323/2015-21 - PEDRO MIGUEL MARQUES TAVARES , MARTA ALEXANDRA DA SILVA DUARTE, MARIA MIGUEL DUARTE TAVARES , LEONOR DUARTE TAVARES

Processo Nº 08505.138161/2014-18 - YONGYONG YU

Processo Nº 08000.004583/2015-44 -ANA ASPIUNZA GARCIA

Processo Nº 08000.003657/2015-25 - CHRISTOPHE GAETAN GHISLAIN MOTTE, ISABELLE LEPOUTRE EP MOTTE

Processo Nº 08505.138792/2014-29 - MAI LAN AMELIE CAPUCINE ANNE MADELEINE NGUYEN DOSSIN

À vista dos novos elementos constantes dos autos, acolho o pedido de reconsideração para tornar insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial de 17/08/2016, Seção 1, pág. 34, e DEFERIR o pedido

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente, nos termos da Lei nº 6.815/80.

Processo Nº 08286.000901/2015-49 - HOMERO JUBILADO CORREIA

À vista dos novos elementos constantes dos autos, acolho o pedido de reconsideração para tornar insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial de 17/08/2016, Seção 1, pág. 34, e DEFERIR o pedido de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente, nos termos da Lei nº 6.815/80.

Processo Nº 08000.008335/2015-72 - ALESSANDRO CAMPANELLI

À vista dos novos elementos constantes dos autos, acolho o pedido de reconsideração para tornar insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial de , Seção 1, pág. 35, e DEFERIR o pedido de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente, nos termos da Lei nº 6.815/80.

Processo Nº 08000.015638/2015-41 - MARIANO FRUTOS GONZALEZ

À vista dos novos elementos constantes dos autos, acolho o pedido de reconsideração para tornar insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial de 12/09/2016, Seção 1, pág. 26, e DEFERIR o pedido de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente, nos termos da Lei nº 6.815/80.

Processo Nº 08000.012336/2015-11 - JAVIER CASTRO URZAIZ

À vista dos novos elementos constantes dos autos, acolho o pedido de reconsideração para tornar insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial de 13/07/2016 , Seção 1, pág. 22, e DEFERIR o pedido de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente, nos termos da Lei nº 6.815/80.

Processo Nº 08460.041318/2013-68 - DANIEL FILIPE MARTINS DO CORTINHAL

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da lei, e considerando a manifestação favorável do Ministério do Trabalho, DEFIRO o Pedido de Mudança de Empregador da Empresa ABB LTDA para a Empresa QUANT MANUTENÇÃO INDUSTRIAL BRASIL LTDA, bem como o pedido de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente.

Processo Nº 08000.012819/2015-16 - JARMO JOHANNES TARKIAINEN

Determino a REPUBLICAÇÃO do Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 16/07/2014, Seção 1, pág. 42, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 fevereiro de 2009.

Processo Nº 08460.020965/2013-36 - STEPHANE FRANÇOIS MARTY

Determino o arquivamento do pedido de republicação, conforme solicitado pela Empresa responsável pela vinda do (a) estrangeiro(a) ao País.

Processo Nº 08460.008347/2014-07 - ALFONSO MARIA SAIZ ARANDA, ADRIANA SAIZ KHALIL AMER, ALFONSO SAIZ KHALIL AMER e MAY EATIDAL KHALIL AMER PLAZA

Determino o arquivamento dos processos diante da solicitação da Empresa responsável pela vinda do (a) estrangeiro(a) ao País, abaixo relacionados:

Processo Nº 08286.003060/2015-21 - DIL MOHAMMAD HOSSAIN

Processo Nº 08505.124556/2015-14 - JOSE LUIS TORRAS e ALEJANDRA AMANDA ZANELLI

Processo Nº 08000.028270/2014-09 - NICHOLAS OSMAN ISMAIL

Processo Nº 08505.109705/2013-45 - LILI FAN

Processo Nº 08460.028162/2013-20 - JULIEN JACQUES ROUX

Processo Nº 08505011359201447 - ADRIAN LUZI VALAR, SIRO NICULIN VALAR, DARIO ANDREA VALAR, GIORGINA LUISA VALAR, CORINNE BRIGITTE VALAR WINISTORFER

Processo Nº 08000.006403/2015-69 - ALESSANDRO PAOLO CHIOVATO

Processo Nº 08000.004059/2015-73 - MIGUEL ANGEL MONTOSA PARRILLA , NOELIA BRAOJOS VIZUETE

Processo Nº 08000.000481/2015-50 - LIFENG YE

Determino o arquivamento dos processos, conforme disposto no art. 40, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista o não cumprimento da(s) exigência(s) formulada(s) por esta Divisão, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.022595/2015-51 - COLTON JEFFERY PRICE

Processo Nº 08000.021901/2015-31 - Gabriel Benjamin Clark

Processo Nº 08000.021903/2015-21 - ALEC TAYLOR COMAN

Processo Nº 08000.011250/2015-71 - ROBERTO ROMO ROCHA, DANIELA ALMANZA CASTILLEJOS, VANESSIA ROMO ALMANZA, RODRIGO ROMO AGUIRRE

Processo Nº 08280.005137/2015-58 - JAIME CASIMIRO MARTINS PINTO

Processo Nº 08270.034083/2014-76 - HEE CHUL KIM

Processo Nº 08505.129921/2013-15 - GONZALO VALSECA RUIZ LARREA , MARIA SOFIA LUCAS GOMEZ , PAULA VALSECA LUCAS, DIEGO VALSECA LUCAS , JAIME VALSECA LUCAS

Processo Nº 08514.001778/2014-61 - RADIM BICISTE

Processo Nº 08505.137820/2014-91 - RICARDO SALAZAR HERNANDEZ , GABRIELA GALVAN SANZ, MATEO SALAZAR GALVAN

Processo Nº 08505.138226/2014-17 - THOMAS MAGALHÃES TEIXEIRA DA MOTA

Processo Nº 08070.005818/2014-19 - RYOHEI SUGIYAMA , OHSUKE SUGIYAMA, HALUTA SUGIYAMA, TSUGUMI SUGIYAMA, KAZUKO SUGIYAMA

Processo Nº 08280.025501/2014-15 - SILVIA TOSO

Processo Nº 08505.110898/2013-87 - SYLWIA SKALIK

Processo Nº 08270.037067/2014-35 - JONGMIN KIM

Considerando o parecer contrário do Ministério do Trabalho, que manifestou pela impossibilidade de nova prorrogação do prazo do contrato de trabalho, nos termos do art. 445 da CLT, e considerando ainda que a empresa chamante reiterou o interesse de somente prorrogar o visto temporário do estrangeiro (2453053), apesar da possibilidade de sua transformação para permanente, INDEFIRO o presente pedido.

Processo Nº 08000.014200/2015-46 - TAKASHI SIGIURA, ATSUKO SUGIURA, SAKAE SUGIURA

INDEFIRO o pedido, tendo em vista que no momento da autuação, o requerente encontrava-se em situação irregular no país, nos termos do artigo 38, da Lei 6.815/80, alterada pela Lei 6.964/81.

Processo Nº 08000.038091/2015-52 - AYDIN AKBUGA

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da lei e, diante da informação do Ministério do Trabalho, DEFIRO os Pedidos de Prorrogação de Estada no País, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.014775/2016-40 - BRIAN BERNARD DAVIDSON, até 22/07/2018.

Processo Nº 08000.005705/2016-09 - OLEKSANDR UZUN, até 07/03/2018.

Processo Nº 08000.038718/2015-75 - MENG ZHAO, até 01/02/2018 Processo Nº 08000.018550/2015-81 - OLORUNFEMI AKINOLA ORISAWAYI, até 11/01/2017.

Processo Nº 08000.018026/2015-19 - DENYS PETROV, até 13/09/2017.

Processo Nº 08000.016353/2015-28 - BIRGER HAGEBERG TISLEVOLL, até 06/11/2017.

Processo Nº 08000.014941/2015-27 - NATALIA NURSKA, até 30/07/2017.

Processo Nº 08000.013644/2015-64 - RAJAN RATTU, até 11/06/2017.

Processo Nº 08000.010295/2015-29 - FLOYD JEROME STINSON, até 30/12/2017.

Processo Nº 08000.001047/2015-97 - JACKSON JALLIN ANAK BUNGKONG, até 20/08/2017.

Diante dos novos elementos constantes dos autos e considerando a manifestação favorável do Ministério do Trabalho, DEFIRO os pedidos de reconsideração, abaixo relacionados; e com efeito, prorrogo o prazo de Estada do estrangeiro no País.

Processo Nº 08000.032211/2015-16 - MARVIN PINGOL VENTURINA, até 23/12/2016.

Processo Nº 08000.014837/2015-32 - MURALEEDHARAN EDOTHAKKIL, até 03/06/2017.

Processo Nº 08000.014129/2015-00 - VIKAS JAIBHAGWAN AGARWAL, até 09/05/2017.

Processo Nº 08000.014127/2015-11 - ABHINAV MEHRA, até 09/05/2017.

Processo Nº 08000.012806/2015-47 - LACHLAN JOHN GRANT,até 30/06/2017.

Processo Nº 08000.013178/2015-17 - FRED JOE FERNANDES, até 25/05/2017.

Processo Nº 08000.009434/2015-71 - FRANKY LUNTUNGAN, até 30/03/2017.

À vista dos novos elementos constantes dos autos, acolho o pedido de reconsideração para tornar insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial de 25/08/2016, Seção 1, pág. 48, e DEFERIR o pedido de prorrogação do prazo de Estada do estrangeiro no País.

Processo Nº 08461.011650/2015-50 - ADAM GAIT até 06/12/2016.

À vista dos novos elementos constantes dos autos, acolho o pedido de reconsideração para tornar insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial de 15 /04 /2016, Seção 1, pág. 31, e DEFERIR o pedido de prorrogação do prazo de Estada do estrangeiro no País.

Processo Nº 08000.038922/2015-96 - MARIO PAULO DE ALMEIDA GALHANO, até 31/03/2017.

À vista dos novos elementos constantes dos autos, acolho o pedido de reconsideração para tornar insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial de 31/03/2016, Seção 1, pág. 41, e DEFERIR o pedido de prorrogação do prazo de Estada do estrangeiro no País.

Processo Nº 08505.082000/2015-35 - LUIS ENRIQUE MENDEZ HENRIQUEZ, até 06/10/2016.

À vista dos novos elementos constantes dos autos, acolho o pedido de reconsideração para tornar insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial de 31/03/2016, Seção 1, pág. 41, e DEFERIR o pedido de prorrogação do prazo de Estada do estrangeiro no País.

Processo Nº 08354.009494/2015-84 - CARL GEORGE UPTON, até 21/11/2016.

À vista dos novos elementos constantes dos autos, acolho o pedido de reconsideração para tornar insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial de 15/04/2016, Seção 1, pág. 31, e DEFERIR o pedido de prorrogação do prazo de Estada do estrangeiro no País.

Processo Nº 08000.035151/2015-85 - JAMES CAMPBELL THOMAS MILLER, até 30/11/2016.

À vista dos novos elementos constantes dos autos, acolho o pedido de reconsideração para tornar insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial de 01/08/2016, Seção 1, pág. 28, e DEFERIR o pedido de prorrogação do prazo de Estada do estrangeiro no País.

Processo Nº 08286.003183/2015-62 - RAJARAM KANNUCHAMY até 30/11/2016.

À vista dos novos elementos constantes dos autos, acolho o pedido de reconsideração para tornar insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial de 11/03/2016, Seção 1, pág. 42, e DEFERIR o pedido de prorrogação do prazo de Estada do estrangeiro no País.

Processo Nº 08000.034135/2015-75 - PABLO PRADO RIVEIRO, até 09/12/2016.

Determino o arquivamento dos processos, por já ter decorrido prazo superior ao da estada solicitada, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.014527/2015-18 - GARY MCCOMBIE

Processo Nº 08000.000102/2014-41 - RHOLEN HERNANDEZ MERCADO

Processo Nº 08000.022547/2015-62 - ABIGAIL ROSE MINER

Processo Nº 08000.022550/2015-86 - AARON ROBERT AUSTAD

Processo Nº 08000.022551/2015-21 - BEAU MICHAEL BLACK

Processo Nº 08000.022554/2015-64 - ZACHARY JOHN BEYLER

Processo Nº 08000.022563/2015-55 - ANDREW DAVID DURHAM

Processo Nº 08000.022566/2015-99 - REGINALD GERALD RADFORF

Processo Nº 08000.022570/2015-57 - REBECA STEPHANNIE VASQUEZ MUNOZ

Processo Nº 08000.022571/2015-00 - LYLE C FALKNER

Processo Nº 08000.022577/2015-79 - JORDIN CLAIRE GARDNER

Processo Nº 08000.022579/2015-68 - PARKER PRATT HAMRICK

Processo Nº 08000.022582/2015-81 - KAY P BROWN

Processo Nº 08000.022583/2015-26 - JOSEPH ANDREW YARRINGTON

Processo Nº 08000.022588/2015-59 - FULULELE DUKE NERIA APO

Processo Nº 08000.022590/2015-28 - LARRY STONE BROWN

Processo Nº 08000.023571/2015-19 - MIRNA JASMIN ORTIZ ESCOBAR

Processo Nº 08000.023573/2015-16 - DAMARY ESTEFANNY GUTIERREZ RIVERA

Processo Nº 08000.023574/2015-52 - CHRISTIAN PARTRIDGE LYMAN

Processo Nº 08000.023576/2015-41 - SKYLER WILLIAM HOLT

Processo Nº 08000.023578/2015-31 - BRANDON GABRIEL HERRERA

Processo Nº 08000.023580/2015-18 - GABRIEL MATTHEW HENDRICKSON

Processo Nº 08000.023581/2015-54 - RONALD NAVARRETE

Processo Nº 08000.023583/2015-43 - ANDRES JOSE AGUILERA

Processo Nº 08000.023584/2015-98 - JULISSA LIZZETH ORDONEZ MATAMOROS

Processo Nº 08000.023585/2015-32 - KYLE CRISENCIO GRAJEDA

Processo Nº 08000.023587/2015-21 - LUKE QUINTIN GARDNER

Processo Nº 08000.023588/2015-76 - MARLYN ANGELINA ALDANA LANDAVERRY

Processo Nº 08000.023589/2015-11 - ROSA MARIA SEMEDO FERNANDES

Processo Nº 08000.023590/2015-45 - CHRISTOPHER ANTON JENSEN

Processo Nº 08000.023591/2015-90 - JACKSON JOSEPH DENYS

Processo Nº 08000.023595/2015-78 - ERIC VINCENT KOCHENDERFER

Processo Nº 08000.023606/2015-10 - JONAH JOSIAS SANDERS

Processo Nº 08000.024277/2015-24 - AARON PAUL KLINE

Processo Nº 08000.024284/2015-26 - SAUL ALVARADO

Processo Nº 08000.024286/2015-15 - CHLOE KATHLEEN ANDERSON

Processo Nº 08000.024288/2015-12 - LARSEN JAY ORCHARD

Processo Nº 08000.024309/2015-91 - KAILAHI CARLOS KAUTAI

Processo Nº 08000.022533/2015-49 - CORBIN HYRUM KING

Processo Nº 08000.022540/2015-41 - TIMOTHY STEVEN BALLARD

Determino o arquivamento dos processos diante da solicitação da Empresa responsável pela vinda do (a) estrangeiro(a) ao País, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.014933/2015-81 - MATTHEW ELSON

Processo Nº 08000.019083/2015-15 - JANUSZ STANISLAW JAROSZYNSKI

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 28/07/2016, Seção 1, pág. 55, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08000.014161/2015-87 - JEFFREY MATTHEW KLISIEWICZ

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 07 de abril de 2016, Seção 1, pág. 45, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo Nº 08000.006273/2016-45 - ALESSANDRO RIZZATI

Considerando a manifestação contrária do Ministério do Trabalho, INDEFIRO os pedidos de prorrogação do prazo de estada no País, Visto Temporário Item V, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.015749/2015-58 - FRANCISCO MARTIREZ BROÑOLA

Processo Nº 08000.014289/2015-41 - EVER FEDERICO FLORENDO

Processo Nº 08000.037426/2014-34 - DANILO BIOCO BALBARINO

Considerando a manifestação favorável do Ministério do Trabalho, nos moldes do art. 64, parágrafo único, do Decreto n° 86.715/81, DEFIRO o pedido de prorrogação de estada no País dos processos abaixo listados:

Processo Nº 46094000170201669;

Processo Nº 47041.003690/2016-10 - ANTHONY SERGE RAYMOND QUILES, até 30/08/2017

Processo Nº 47041.004992/2016-05 - Ronnie Anderson Coutinho, até 04/08/2017

Processo Nº 47041.004995/2016-31 - Javier Alvarez Rodriguez, até 04/09/2017

Processo Nº 47041.005088/2016-17 - Nikhil Shashank Pednekar, até 25/05/2017

Processo Nº 47041.005089/2016-53 - Ramakanta Maharana, até 25/05/2017

Processo Nº 47041.005093/2016-11 - Amit Kumar Bhuker, até 25/05/2017

Processo Nº 47041.005094/2016-66 - Shinoy Kizhakke Parambath, até 25/05/2017

45041.005166/2016-75 - Jostein Ferkingstad, até 15/03/2018

Processo Nº 47041.005256/2016-66 - Richard Arthur Edwards, até 29/11/2017

Processo Nº 47041.005262/2016-13 - AROCKIA MICHEAL SILUVAI MICHAEL, até 27/09/2018

Processo Nº 47041.005263/2016-68 - Ernst Johann Ferrer Taeza, até 04/03/2018

Processo Nº 47041.005268/2016-91 - Jose Glenn Alfaras Benerio, até 04/03/2018

Processo Nº 47041.005270/2016-60 - Sadaf Mahamad Hayat Sangare, até 20/03/2017

Processo Nº 47041.005272/2016-59 - Abdul Muneer Peringady, até 20/03/2017

Processo Nº 47041.005275/2016-92 - Vikash Kumar, até 14/06/2017

Processo Nº 47041.005273/2016-01 - Bryneaf Anthony Almeida, até 20/03/2017

Processo Nº 47041.005277/2016-81 - Atmaram Dhuri, até 14/06/2017

Processo Nº 47041.005312/2016-62 - Deepak Vinayanand Mishra, até 20/03/2017

Processo Nº 47041.005314/2016-51 - Ashok Kumar Ramesh Chandra Choudhary, até 20/03/2017

Processo Nº 47041.005319/2016-84 - Abhay Arun Chavan, até 25/05/2017

Processo Nº 47041.005320/2016-17 - Arvind Birendra Yadav, até 25/05/2017

Processo Nº 47041.005322/2016-06 - Flonny Richard Fernandes, até 14/06/2017

Processo Nº 47041.005323/2016-42 - Dillip Kumar Mallick, até 20/03/2017

Processo Nº 47041.005324/2016-97 - Wasim Abdul Majeed Makhjankakr, até 14/06/2017

Processo Nº 47041.005325/2016-31 - Allwyn Custan Fernandes, até 14/06/2017

Processo Nº 47041.005357/2016-37 - Piotr Krzysztof Skwarek, até 10/08/2018

Processo Nº 47041.005358/2016-81 - Joseph William Simpson, até 10/08/2018

Processo Nº 47041.005359/2016-26 - Richard Benito Van der Broeck, até 10/08/2018

Processo Nº 47041.005361/2016-03 - Daniel Sylwester Golabowski, até 10/08/2018

Processo Nº 47041.005365/2016-83 - Bartlomiej Jerzy Zielinski, até 10/08/2018

Processo Nº 47041.005368/2016-17 - Wojciech Jakub Pawlowski, até 10/08/2018

Processo Nº 47041.005371/2016-31 - MOHAMED RAMADAN ELSAYED M. HEGAZI, até 12/01/2017

Processo Nº 47041.005374/2016-74 - ASHRAF NABIL MOHAMED AHMED, até 12/01/2017

Processo Nº 47041.005375/2016-19 - AHMED HOSNI ELRAWI MOHAMED, até 12/01/2017

Processo Nº 47041.005398/2016-23 - ROBERT MAREK GOGOSZA, até 26/09/2018

Processo Nº 47041.004519/2016-10 - Fernando de la Mora Castellanos, até 28/03/2017

Processo Nº 47041.004694/2016-15 - RENÉ SCHMIDT, até 30/04/2017

Processo Nº 47041.004984/2016-51 - AMELIE ST-AMOUR, até 29/11/2017

Processo Nº 47041.004985/2016-03 - JEAN DE LAFONTAINE, até 15/11/2017

Processo Nº 47041.005049/2016-10 - ELENI ALVANIDOU, até 10/10/2017

Processo Nº 47041.005053/2016-70 - ZHOU JIANWEI, até 10/11/2017

Processo Nº 47041.005290/2016-31 - JUAN GARCIA MORIANO, até 06/05/2017

Processo Nº 47041.005362/2016-40 - WALTER ERTL, até 08/09/2017

Processo Nº 47041.005370/2016-96 - Luigi Aloia, até 16/11/2017

Processo Nº 47041.005372/2016-85 - Ryszard Dampc, até 25/09/2017

Processo Nº 47041.005387/2016-43 - Yu Xinliang, até 10/10/2017

Processo Nº 47041.005402/2016-53 - SYDNEY NOEL FORLEE, até 22/07/2017

Processo Nº 47041.005410/2016-08 - LIAM JAMES ROURKE, até 13/10/2017

Processo Nº 47041.005436/2016-48 - Javier Edito Pons, até 24/09/2017

Processo Nº 47041.005440/2016-14 - Rabindra Suraj, até 30/09/2017

Processo Nº 47041.005442/2016-03 - Waleed Sayed Abdelaziz Abdellah, até 05/10/2017

Processo Nº 47041.005461/2016-21 - JAEHYUB LEE, até 03/10/2017

Processo Nº 47041.005464/2016-65 - CHRISTOPHER MATTHEW HURSTHOUSE, até 22/10/2017

Processo Nº 47041.005467/2016-07 - Michael John Forman, até 11/11/2017

Processo Nº 47041.005504/2016-79 - BERNARDO MORENO MEJIA, até 30/11/2017

Processo Nº 47041.005505/2016-13 - FABIAN RICARDO AMAYA, até 05/01/2018

Processo Nº 47041.005505/2016-13 - ESTEBAN AMAYA SANCHEZ, até 05/01/2018

Processo Nº 47041.005505/2016-13 - GABRIELA AMAYA, até 05/01/2018

Processo Nº 47041.005505/2016-13 - PAOLA CAROLINA AMAYA, até 05/01/2018

Processo Nº 47041.005510/2016-26 - JUANIO AGRAVIADOR OPELARIO, até 07/03/2017

Processo Nº 47041.005512/2016-15 - CHRISTOPHE LEO RAYMOND DECHAINE, até 23/05/2017

Processo Nº 47041.005511/2016-71 - GABRIEL DINESCU, até 07/03/2017

Processo Nº 47041.005513/2016-60 - WILFREDO AMEMITA RONGAVILLA, até 07/03/2017

Processo Nº 47041.005515/2016-59 - OMID FAZELI, até 07/03/2017

Processo Nº 47041.005521/2016-14 - SUNGCHUL LEE, até 22/09/2017

Processo Nº 47041.005564/2016-91 - RUDOLF GROSSSCHAEDL, até 13/10/2017

Processo Nº 47041.005571/2016-93 - HYUNGKI JEON, até 03/10/2017

Processo Nº 47041.005601/2016-61 - SEUNGHEE PARK, até 22/09/2017

Processo Nº 47041.005604/2016-03 - HWASIG KIM, até 22/09/2017

Processo Nº 47041.005397/2016-89 - Mohamadrafic Balabatti, até 28/05/2017

Processo Nº 47041.003956/2016-16 - GIORGIO FRANCESCO TERRACCIANO, até 23/02/2018

Processo Nº 47041.004471/2016-40 - Garry Borromeo Bacho, até 22/09/2018

Processo Nº 47041.004472/2016-94 - Ramier Florida Pontillas, até 23/09/2018

Processo Nº 47041.005219/2016-58 - Rory Clampett, até 16/12/2017

Processo Nº 47041.005258/2016-55 - Jose Heaven Curayag Ebisa, até 04/03/2018

Processo Nº 47041.005260/2016-24 - Romel Leyritana Sampil, até 04/03/2018

Processo Nº 47041.005265/2016-57 - Engelbert Cunado Plenos, até 04/03/2018

Processo Nº 47041.005266/2016-00 - Marlon Albero Macabenta, até 04/03/2018

Processo Nº 47041.005269/2016-35 - Patrick John Pacino Sunglao, até 04/03/2018

Processo Nº 47041.005271/2016-12 - Benjie Isogon Bugna, até 04/03/2018

Processo Nº 47041.005348/2016-46 - Krzysztof Zbigniew Podolak, até 10/08/2018

Processo Nº 47041.005350/2016-15 - IAIN GEOFFREY CHARLES FERGUSON, até 10/08/2018

Processo Nº 47041.005354/2016-01 - Ian Paul Stewart, até 10/08/2018

Processo Nº 47041.005356/2016-92 - Bartosz Wojciech Pluta, até 10/08/2018

Processo Nº 47041.005373/2016-20 - Magdy Elhamy Youssef Elkenawy, até 12/01/2017

Processo Nº 47041.005404/2016-42 - Nauzad Fardoon Dalal, até 28/05/2017

Processo Nº 47041.005405/2016-97 - Pavlo Cheban, até 25/05/2017

Processo Nº 47041.005406/2016-31 - Pratik Pramod Patel, até 20/03/2017

Processo Nº 47041.005407/2016-86 - Richard Arakkel Thommankutty, até 25/05/2017

Processo Nº 47041.005408/2016-21 - Sanjib Dey, até 14/06/2017

Processo Nº 47041.005409/2016-75 - Shankar Ravi, até 28/05/2017

Processo Nº 47041.005411/2016-44 - Sunny Shrikant Naik, até 14/06/2017

Processo Nº 47041.005416/2016-77 - Vijay Kumar Kaharana, até 28/05/2017

Processo Nº 47041.005417/2016-11 - Mazhar Hasan Divekar, até 25/05/2017

Processo Nº 47041.005418/2016-66 - Kuttappa Kongettira Ponnapa, até 14/06/2017

Processo Nº 47041.005423/2016-79 - Meindert de Haan, até 23/01/2018

Processo Nº 47041.005424/2016-13 - Anthony Warner Kroes, até 23/01/2018

Processo Nº 47041.005425/2016-68 - Daniel Van Dijk, até 23/01/2018

Processo Nº 47041.005426/2016-11 - Teun Johan Planteijdt, até 23/1/2018

Processo Nº 47041.005427/2016-57 - Alberto Jr. Evangelista Pilapil, até 23/01/2018

Processo Nº 47041.005429/2016-46 - Teddy Rodel Rada Ranada, até 23/01/2018

Processo Nº 47041.005430/2016-71 - Roberto Adonay Garcia, até 23/01/2018

Processo Nº 47041.005431/2016-15 - Jan Lubbert Bos, até 23/01/2018

Processo Nº 47041.005432/2016-60 - Ricardo Griesdoorn, até 23/01/2018

Processo Nº 47041.005434/2016-59 - Nils Frederik Lunstroot, até 02/06/2018

Processo Nº 47041.005435/2016-01 - Tomas Marcel Henneveld, até 02/06/2018

Processo Nº 47041.005437/2016-92 - Teodorico Jr Zulita Uy, até 04/03/2018

Processo Nº 47041.005447/2016-28 - FRANCISCO JAVIER GALAN NAVEIRO, até 15/10/2016

Processo Nº 47041.005448/2016-72 - JOSE TOMAS GONZALEZ PARADA, até 15/10/2016

Processo Nº 47041.005449/2016-17 - JOSE MANUEL CASTIÑEIRAS SAMPEDRO, até 15/10/2016

Processo Nº 47041.005450/2016-41 - MANUEL FERREIROS VICENTE, até 15/10/2016

Processo Nº 47041.005452/2016-31 - BENITO FIGUEIRA GALBAN, até 15/10/2016

Processo Nº 47041.005453/2016-85 - URIEL LONDOÑO RODRIGUEZ, até 15/10/2016

Processo Nº 47041.005457/2016-63 - KARL JON BREIDASKARD, até 23/02/2018

Processo Nº 47041.005458/2016-16 - CARL-CHRISTIAN MARCKMANN, até 14/07/2018

Processo Nº 47041.005459/2016-52 - SHASHANK MITTAL, até 25/11/2018

Processo Nº 47041.005492/2016-82 - Aamir Parvez Shaikh, até 28/05/2017

Processo Nº 47041.005493/2016-27 - Abdullah Mohammed, até 28/05/2017

Processo Nº 47041.005494/2016-71 - Gennadiy Lukashchuk, até 25/05/2017

Processo Nº 47041.005496/2016-61 - Girishkumar Jerambhai Tandel, até 04/08/2017

Processo Nº 47041.005499/2016-02 - Durbadal Chatterjee, até 04/08/2017

Processo Nº 47041.005506/2016-68 - REYNALDO JUCOM ESCOBARTE, até 08/10/2018

Processo Nº 47041.005508/2016-57 - ARIE LAWRENCE MEIJER, até 16/11/2018

Processo Nº 47041.005509/2016-00 - BOGI OLSEN, até 14/07/2018

Processo Nº 47041.005526/2016-39 - IRRVINNE BEN DHAMI BRUINDERS, até 22/09/2018

Processo Nº 47041.005534/2016-85 - Bas van Bodegom, até 02/06/2018

Processo Nº 47041.005539/2016-16 - Mayur Hirji Devaliya, até 28/05/2017

Processo Nº 47041.005541/2016-87 - Jitendra Singh, até 25/05/2017

Processo Nº 47041.005543/2016-76 - Hrushikesh Ravindra Marchande, até 28/05/2017

Processo Nº 47041.004192/2016-86 - NARITERU ONDA, até 12/08/2017

Processo Nº 47041.004918/2016-81 - FRANCESCO VALDEVIES, até 26/09/2017

Processo Nº 47041.004922/2016-49 - DAVIDE MIRRA, até 13/10/2017

Processo Nº 47041.004926/2016-27 - PAOLO DE QUARTO, até 01/10/2017

Processo Nº 47041.004928/2016-16 - GIUSEPPA LUIGIA MACRI, até 07/10/2017

Processo Nº 47041.005328/2016-75 - Hervé Stéphane Fortrye, até 08/09/2017

Processo Nº 47041.005592/2016-17 - SATHISH SELLAPERUMAL, até 07/03/2017

Processo Nº 47041.005602/2016-14 - BARTOLO ORTOLANO, até 30/09/2017

Processo Nº 47041.005621/2016-32 - ALEKSANDR APEVALOV, até 27/09/2017

Processo Nº 47041.005622/2016-87 - IGOR NESTEROV, até 29/10/2017

Processo Nº 47041.005623/2016-21 - OLEG ZOLOTUKHIN, até 05/11/2017

Processo Nº 47041.005628/2016-54 - FABIO CABERLOTTO, até 29/09/2017

Processo Nº 47041.005629/2016-07 - SEUNGGYU CHOI, até 22/09/2017

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo Nº 47041.005630/2016-23 - JAGYE LEE, até 22/09/2017

Processo Nº 47041.005632/2016-12 - JOONKIL CHOI, até 22/09/2017

Processo Nº 47041.005687/2016-22 - DAVID MALCOM HYLAND, até 03/02/2017

Processo Nº 47041.005690/2016-46 - JESUS III BUSI DUQUE, até 07/03/2017

Processo Nº 47041.005768/2016-22 - SEOK MIN KIM, até 21/09/2017

Processo Nº 47041.005769/2016-77 - SOMIN YUN, até 22/09/2017

Processo Nº 47041.005770/2016-00 - SOYOUL IM, até 22/09/2017

Processo Nº 47041.005787/2016-59 - VENTURA FRANCO CARVALHO NARCISO, até 01/10/2017

Processo Nº 47041.003486/2016-91 - Daniel, Jean MONTERRAIN, até 04/07/2018

Processo Nº 47041.003493/2016-92 - JEAN-FRANÇOIS DRÉVILLON, até 03/07/2018.

JOSE AUGUSTO TOME BORGES
Substituto

DEFIRO os pedidos de prorrogação do prazo de estada no País, abaixo relacionados:

Processo Nº 08280.018851/2016-97 - MARIA MONTSERRAT JUAREZ ESTRADA, até 11/09/2017.

Processo Nº 08280.301734/2016-91 - ODETTE NDUWAYEZU, até 28/10/2017

Processo Nº 08354.300469/2016-13 - FRANCISCA MARISA GOMES CORREIA DA SILVA, até 21/09/2017

Processo Nº 08400.301001/2016-43 - SVETLANA KOLYADA, até 20/09/2017

Processo Nº 08400.301005/2016-21 - ALBERTO DONDI GOMEZ, até 22/09/2017

Processo Nº 08505.075665/2016-73 - PAULO LUIS JUNIOR, até 21/07/2017

Processo Nº 08501.300611/2016-91 - CLETCHE NA FANTCHAM NA, até 22/08/2017.

Determino o arquivamento dos processos, por já ter decorrido prazo(s) superior(s) ao da(s) estada(s) solicitada(s), abaixo relacionados:

Processo Nº 08701.000693/2014-59 - KEVIN REINY ROCHA MOTA

Processo Nº 08460.008622/2014-84 - MARIA MADALENA DE ALMEIDA CARDOSO SA FERNANDES

Processo Nº 08460.008549/2014-41 - NELSON MANUEL FERREIRA ADRIANO

Processo Nº 08000.012354/2014-12 - PATRICK CURTIS MAYOLO

Processo Nº 08460.001471/2014-33 - LUIS TOMAS SOUSA CORDEIRO

Processo Nº 08000.017727/2014-41 - PERRY THOMAS JENNINGS

Processo Nº 08000.012373/2014-49 - RILEY BRENT CHRISTENSEN

Processo Nº 08000.017724/2014-16 - LEIGHANN MARIE LOMONTE

Processo Nº 08000.011713/2014-14 - LILLIAN ALEXANDRA MIESS

Processo Nº 08495.002067/2014-80 - GUILLERMO ANTONIO LUGO SALAZAR

Processo Nº 08492.005579/2014-28 - NELSON DOMINGOS SEBASTIAO

Processo Nº 08270.002693/2014-19 - ADOLFO DANTAS

Processo Nº 08458.000526/2014-37 - SARAH BWAMANA

Processo Nº 08270.008550/2014-11 - ELISSANDRO KELMAN DA COSTA TORRES

Processo Nº 08702.001146/2014-81 - LETICIA DUARTE MARTINEZ

Processo Nº 08390.000669/2014-71 - TIMO JOHANNES BERTHOLD HEIDBRINK

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA
p/ Delegação de Competência

RETIFICAÇÕES

No Diário Oficial da União de 16/09/2016, Seção 1, pág. 24.

Onde se lê - Processo Nº 08505.12474/32015-90 - XIAGYANG KANG, QIWEN LI, XINYU KANG, QUANYU KANG.

Leia-se - Processo Nº 08505.124743/2015-90 - XIANGYANG KANG, QIWEN LI, XINYU KANG, QUANYU KANG.

No Diário Oficial da União de 01/03/2016, Seção 1, pág. 41.

Onde se lê - Processo Nº 08000.038953/2015-47 - ANTONIO J0SE FIGUEIRAL DE SOUSA

Leia-se - Processo Nº 08000.038953/2015-47 - ANTONIO JOSE FIGUEIRAL DE SOUSA

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

DESPACHO DA DIRETORA ADJUNTA
Em 27 de setembro de 2016

Nº 398/COCIND/DPJUS/SNJ -
Processo MJ nº: 08017.000927/2016-48
Filme: "IRMÃ" - Reconsideração
Requerente: SUPO MUNGAM FILMS LTDA - ME
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 anos

A Diretora Adjunta, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve:

Indeferir o pedido de reconsideração do filme, mantendo sua classificação de "não recomendado para menores de 16 anos", alterando o descritor de conteúdo para "por conter: drogas".

ALESSANDRA XAVIER NUNES

Ministério da Saúde

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.076, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora SEDEG Assistência Odontológica Ltda.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI do art. 6º e a alínea "c" do inciso II do art. 86, do Regimento Interno aprovado pela RN 197, de 16 de julho de 2009, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 21 de setembro de 2016, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves constantes do processo administrativo nº 33902.142835/2005-44, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor Presidente, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e III do art. 82 da RN nº 197, de 2009, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica concedido o prazo por até 60 (sessenta) dias para que os beneficiários da operadora SEDEG Assistência Odontológica Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 42.281.006/0001-24, registro ANS nº 40.860-3, exerçam a portabilidade especial de carências para plano individual ou familiar ou coletivo por adesão da escolha desses beneficiários, na forma prevista na Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2008, alterada pela Resolução Normativa nº 252, de 28 de abril de 2011, observadas as seguintes especificidades:

I - a portabilidade especial de carências pode ser exercida por todos os beneficiários da operadora, independentemente do tipo de contratação e da data de assinatura dos contratos;

II - o beneficiário que esteja cumprindo carência ou cobertura parcial temporária na SEDEG Assistência Odontológica Ltda. pode exercer a portabilidade especial de carências sujeitando-se aos respectivos períodos remanescentes;

III - o beneficiário que esteja pagando agravo e que tenha menos de 24 (vinte e quatro) meses de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade especial de carências, podendo optar pelo cumprimento de cobertura parcial temporária referente ao tempo remanescente para completar o referido período de 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo pagamento de agravo a ser negociado com a operadora do plano de destino.

IV - o beneficiário que tenha 24 (vinte e quatro) meses ou mais de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade especial de carências tratada nesse artigo sem o cumprimento de cobertura parcial temporária e sem o pagamento de agravo.

§ 1º Não se aplicam à portabilidade especial de carências tratada nesse artigo os requisitos previstos nos incisos I e II e o disposto nos §§ 2º, 3º e 4º do artigo 3º de Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009.

§ 2º Aplicam-se à portabilidade especial de carências os requisitos previstos nos incisos III, IV e V e o disposto no § 1º do artigo 3º da Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009.

§ 3º Serão consideradas, para fins de compatibilidade dos planos e como parâmetro de comercialização, as Notas Técnicas de Registro de Produto - NTRP, vigentes na data da publicação desta Resolução Operacional.

§ 4º Terá validade de 5 (cinco) dias o relatório que indica o plano de destino extraído do módulo "portabilidade especial" do Guia de Planos do sítio eletrônico da ANS na internet.

§ 5º A comprovação de cumprimento do requisito previsto no inciso I do artigo 3º da Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009, dar-se-á mediante a apresentação de cópia dos comprovantes de pagamento de pelo menos quatro boletos vencidos, referentes ao período dos últimos seis meses.

Art. 2º No caso de o boleto de pagamento englobar o pagamento de mais de um beneficiário de plano individual e/ou familiar, e sendo impossível a discriminação individualizada das contraprestações pecuniárias, considerar-se-á o valor global do boleto para efeito da compatibilidade de produtos da portabilidade extraordinária.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.077, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da Fundação Irmão Diamantino.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV do art. 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, em conformidade com o com o § 7º, do art.7º-A da RN nº 186, de 14 de janeiro de 2014, em reunião ordinária, realizada em 21 de setembro de 2016, considerando o relevante interesse público e o risco de dano irreversível à saúde dos consumidores, adota e o Diretor-Presidente da ANS, determina a publicação da seguinte Resolução Operacional:

Art. 1º Fica concedido o prazo por até 60 (sessenta) dias para que os beneficiários da Fundação Irmão Diamantino, inscrita no CNPJ sob o nº 18.325.880/0001-31, registro ANS nº 41.904-4, exerçam a portabilidade extraordinária de carências para plano individual ou familiar ou coletivo por adesão da escolha desses beneficiários, observadas as seguintes especificidades:

I - a portabilidade extraordinária de carências pode ser exercida por todos os beneficiários da operadora, independentemente do tipo de contratação e da data de assinatura dos contratos;

II - o beneficiário que esteja cumprindo carência ou cobertura parcial temporária na Fundação Irmão Diamantino pode exercer a portabilidade extraordinária de carências sujeitando-se aos respectivos períodos remanescentes;

III - o beneficiário que esteja pagando agravo e que tenha menos de 24 (vinte e quatro) meses de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade extraordinária de carências, podendo optar pelo cumprimento de cobertura parcial temporária referente ao tempo remanescente para completar o referido período de 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo pagamento de agravo a ser negociado com a operadora do plano de destino; e

IV - o beneficiário que tenha 24 (vinte e quatro) meses ou mais de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade extraordinária de carências tratada neste artigo sem o cumprimento de cobertura parcial temporária e sem o pagamento de agravo.

§ 1º Não se aplicam à portabilidade extraordinária de carências tratada neste artigo os requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV e o disposto nos §§ 2º, 3º e 4º todos do artigo 3º da RN nº 186, de 2009.

§ 2º Aplica-se à portabilidade extraordinária de carências o requisito previsto no inciso V do art. 3º da RN nº 186, de 2009.

§ 3º Serão considerados como parâmetros de comercialização as Notas Técnicas de Registro de Produto - NTRP vigentes na data de publicação desta Resolução Operacional.

§ 4º A comprovação da adimplência do beneficiário junto à operadora do plano de origem dar-se-á mediante a apresentação de cópia dos comprovantes de pagamento de pelo menos 4 (quatro) boletos vencidos, referentes ao período dos últimos 6 (seis) meses.

§ 5º O beneficiário da Fundação Irmão Diamantino exercerá a portabilidade extraordinária, observando-se o seguinte:

I - poderá escolher diretamente na operadora de destino plano enquadrado em qualquer faixa de preço; e

II - poderá ser exigido o cumprimento de carência no plano de destino somente para as coberturas não previstas no tipo de plano de origem (sem internação, internação sem obstetrícia, internação com obstetrícia).

§ 6º A operadora de destino deverá:

I - aceitar, após pagamento da primeira mensalidade, imediatamente o consumidor que atender aos requisitos disciplinados nesta RO, não se aplicando o disposto no art. 9º e no § 1º do art. 11 da RN nº 186, de 2009;

II - divulgar em seus postos de venda a listagem dos planos a que se refere o inciso I do § 5º desta Resolução, com os respectivos preços máximos dos produtos; e

III - no caso do beneficiário da Fundação Irmão Diamantino estar internado, a portabilidade extraordinária poderá ser exercida por seu representante legal.

Art. 2º No caso de o boleto de pagamento englobar o pagamento de mais de um beneficiário de plano individual e/ou familiar, e sendo impossível a discriminação individualizada das contraprestações pecuniárias, considera-se o valor global do boleto em relação a cada um dos beneficiários para efeito de exercício da portabilidade extraordinária.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO
Diretor-Presidente

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.078, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da Unimed de Paulo Afonso Cooperativa de Trabalho Médico.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV do art. 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, em conformidade com o com o § 7º, do art.7º-A da RN nº 186, de 14 de janeiro de 2014, em reunião ordinária, realizada em 21 de setembro de 2016, considerando o relevante interesse público e o risco de dano irreversível à saúde dos consumidores, adota e o Diretor-Presidente da ANS, determina a publicação da seguinte Resolução Operacional:

Art. 1º Fica concedido o prazo por até 60 (sessenta) dias para que os beneficiários da Unimed de Paulo Afonso Cooperativa de Trabalho Médico, inscrita no CNPJ sob o nº 01.085.378/0001-06, registro ANS nº 31.250-9, exerçam a portabilidade extraordinária de carências para plano individual ou familiar ou coletivo por adesão da escolha desses beneficiários, observadas as seguintes especificidades:

I - a portabilidade extraordinária de carências pode ser exercida por todos os beneficiários da operadora, independentemente do tipo de contratação e da data de assinatura dos contratos;

II - o beneficiário que esteja cumprindo carência ou cobertura parcial temporária na Unimed de Paulo Afonso Cooperativa de Trabalho Médico pode exercer a portabilidade extraordinária de carências sujeitando-se aos respectivos períodos remanescentes;

III - o beneficiário que esteja pagando agravo e que tenha menos de 24 (vinte e quatro) meses de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade extraordinária de carências, podendo optar pelo cumprimento de cobertura parcial temporária referente ao tempo remanescente para completar o referido período de 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo pagamento de agravo a ser negociado com a operadora do plano de destino; e

IV - o beneficiário que tenha 24 (vinte e quatro) meses ou mais de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade extraordinária de carências tratada neste artigo sem o cumprimento de cobertura parcial temporária e sem o pagamento de agravo.

§ 1º Não se aplicam à portabilidade extraordinária de carências tratada neste artigo os requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV e o disposto nos §§ 2º, 3º e 4º todos do artigo 3º da RN nº 186, de 2009.

§ 2º Aplica-se à portabilidade extraordinária de carências o requisito previsto no inciso V do art. 3º da RN nº 186, de 2009.

§ 3º Serão considerados como parâmetros de comercialização as Notas Técnicas de Registro de Produto - NTRP vigentes na data de publicação desta Resolução Operacional.

§ 4º A comprovação da adimplência do beneficiário junto à operadora do plano de origem dar-se-á mediante a apresentação de cópia dos comprovantes de pagamento de pelo menos 4 (quatro) boletos vencidos, referentes ao período dos últimos 6 (seis) meses.

§ 5º O beneficiário da Unimed de Paulo Afonso Cooperativa de Trabalho Médico exercerá a portabilidade extraordinária, observando-se o seguinte:

I - poderá escolher diretamente na operadora de destino plano enquadrado em qualquer faixa de preço; e

II - poderá ser exigido o cumprimento de carência no plano de destino somente para as coberturas não previstas no tipo de plano de origem (sem internação, internação sem obstetrícia, internação com obstetrícia).

§ 6º A operadora de destino deverá:

I - aceitar, após pagamento da primeira mensalidade, imediatamente o consumidor que atender aos requisitos disciplinados nesta RO, não se aplicando o disposto no art. 9º e no § 1º do art. 11 da RN nº 186, de 2009;

II - divulgar em seus postos de venda a listagem dos planos a que se refere o inciso I do § 5º desta Resolução, com os respectivos preços máximos dos produtos; e

III - no caso do beneficiário da Unimed de Paulo Afonso Cooperativa de Trabalho Médico estar internado, a portabilidade extraordinária poderá ser exercida por seu representante legal.

Art. 2º No caso de o boleto de pagamento englobar o pagamento de mais de um beneficiário de plano individual e/ou familiar, e sendo impossível a discriminação individualizada das contraprestações pecuniárias, considera-se o valor global do boleto em relação a cada um dos beneficiários para efeito de exercício da portabilidade extraordinária.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.079, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

Dispõe sobre o encerramento do Regime de Direção Fiscal com o posterior cancelamento do registro da operadora SB Saúde Ltda.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI do art. 6º e a alínea "c" do inciso II do art. 86, do Regimento Interno aprovado pela RN 197, de 16 de julho de 2009, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 21 de setembro de 2016, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves constantes do processo administrativo nº 33902.366494/2015-72, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e III do art. 82 da RN nº 197, de 2009, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica encerrado o Regime de Direção Fiscal com o posterior cancelamento do registro da operadora SB Saúde Ltda., registro ANS nº 36.046-5, inscrita no CNPJ sob o nº 00.512.543/0001-98.

Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.080, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

Dispõe sobre a instauração do regime de direção fiscal na operadora MULTICLÍNICA Serviços de Saúde Ltda.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI do art. 6º e a alínea "c" do inciso II do art. 86, do Regimento Interno aprovado pela RN 197, de 16 de julho de 2009, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 21 de setembro de 2016, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes dos processos administrativos nº 33902.498804/2011-93, 33902.773123/2013-81 e 33902.000797/2015-25, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente, na forma do disposto nos incisos I e III, do art. 82, da RN 197, de 2009, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica instaurado o Regime de Direção Fiscal na operadora MULTICLÍNICA Serviços de Saúde Ltda., registro ANS nº 35.455-4, inscrita no CNPJ sob o nº 90.403.874/0001-82.

Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO
Diretor-Presidente

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
DIRETORIA DE AUTORIZAÇÃO E REGISTRO SANITÁRIOS
GERÊNCIA DE COSMÉTICOS

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.663, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Gerente de Cosméticos Substituto no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 917, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Indeferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO TAVARES NETO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.664, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Gerente de Cosméticos Substituto no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 917, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Deferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO TAVARES NETO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.665, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Gerente de Cosméticos Substituto no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 917, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Conceder a Revalidação Automática dos processos dos Produtos de Higiene Pessoal, Cosméticos e Perfumes, conforme RDC nº 250/2004, na conformidade da relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO TAVARES NETO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

GERÊNCIA DE SANEANTES

RESOLUÇÃO - RE N° 2.616, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Gerente de Saneantes, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 918, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir as petições dos produtos saneantes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO ALEXANDRE SHAMMASS DE MANCILHA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.617, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Gerente de Saneantes, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 918, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir as petições dos produtos saneantes, conforme relação anexa.

Art. 2º O motivo do indeferimento do processo/petição deverá ser consultado no site:

http://www.anvisa.gov.br.

Art.3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO ALEXANDRE SHAMMASS DE MANCILHA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

GERÊNCIA-GERAL DE ALIMENTOS

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.618, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Alimentos no uso da atribuição que lhe fora conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 919, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.619, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Alimentos no uso da atribuição que lhe fora conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 919, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Indeferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.620, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Alimentos no uso da atribuição que lhe fora conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 919, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Deferir as petições de avaliação relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.621, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Alimentos no uso da atribuição que lhe fora conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 919, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Conceder a revalidação automática do registro dos alimentos sob os números de processos constantes do anexo desta Resolução, nos termos do artigo 3º do Decreto-Lei nº. 986, de 21 de outubro de 1969 e do item 7.1 da Resolução Anvisa nº. 23, de 15 de março de 2000.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 2º A revalidação abrange as petições que ainda não foram objetos de decisão por parte da Anvisa.

Art. 3º A revalidação automática não se aplica às petições de revalidação de registro protocolados fora do prazo estabelecido nos termos do item 7.1 da Resolução Anvisa nº. 23, de 15 de março de 2000.

Art. 4º As petições revalidadas automaticamente serão analisadas, podendo a Administração indeferir o pedido de revalidação e cancelar o registro que tenha sido automaticamente revalidado ou ratificá-lo, deferindo o pedido de revalidação.

Art. 5º Os produtos com registros revalidados podem ser consultados no link: http://www7.anvisa.gov.br/datavisa/Consulta_Produto/consulta_alimento.asp.

Art. 6º Será considerada a data de revalidação do registro contada a partir do final da vigência do período de validade anterior, sem haver interrupção na regularidade do registro.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RETIFICAÇÕES

Na Resolução RE nº 2.006, de 28 de julho de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 146, de 1 de agosto de 2016, na Seção 1, pág. 29, e em Suplementos, página 15, referente ao processo 25351.641002/2015-34,

Onde se lê:
NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES
IRON TASTE FREE
Leia-se:
NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES
IRON TASTE FREE - ITF ALBION

Nas Resoluções RE nº 4.559, de 21 de novembro de 2014 e nº 2.004, de 29 de julho de 2016, publicadas respectivamente no Diário Oficial da União nº 227, de 24 de novembro de 2014, na Seção 1, pág. 240, e em Suplementos, página 40; e no Diário Oficial da União nº 146, de 1 de agosto de 2016, na Seção 1, pág. 29, e em Suplementos, página 13, referente ao processo 25351.667960/2014-93,

Onde se lê:
OLEO DE RIBES NIGRUM COM VITAMINA E EM CAPSULAS
BARUERI/SP
Leia-se:
OLEO DE RIBES NIGRUM COM VITAMINA E EM CAPSULAS
AGUAÍ/SP

GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.633, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 921, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Declarar o cancelamento de registro dos medicamentos similares, genéricos e novos sob os números de processos / números de registro constantes do anexo desta Resolução, conforme solicitado pelas empresas detentoras do registro.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERRARI ANDREOTTI

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.634, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 921, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Conceder a revalidação automática do registro do medicamento específico sob o nº de processo constante do anexo desta Resolução, nos termos do § 6º do art. 12 da Lei nº 6.360, de 1976.

Art. 2º A revalidação abrange o pedido de renovação de registro que já teve manifestação por parte da ANVISA para o quinquênio anterior com decisão de indeferimento e que se encontra com recurso administrativo que aguarda decisão da ANVISA.

Art. 3º A revalidação automática não impedirá a análise do recurso administrativo protocolado contra decisão de indeferimento da renovação anterior, nem a continuidade da análise da petição de renovação de registro requerida.

Parágrafo único. Não constam do anexo desta Resolução os expedientes protocolados fora do prazo estabelecido nos termos da Lei nº 6.360, de 1976.

Art. 4º O medicamento revalidado pode ser consultado, assim como suas apresentações válidas no link: http://www7.anvisa.gov.br/datavisa/Consulta_Produto/consulta_medicamento.asp

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERRARI ANDREOTTI

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.635, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

A Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 921, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Tornar insubsistente a Resolução - RE Nº 2.323, de 14 de agosto de 2015, única e exclusivamente quanto ao CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO - ANVISA para o medicamento ARTRODAR, processo 25000.020815/93-54, referente à empresa TRB Pharma Indústria Química e Farmacêutica Ltda, publicada no Diário Oficial da União nº. 156, de 17 de agosto de 2015, Seção 1, página 40 e Suplemento página 51.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERRARI ANDREOTTI

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.636, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 921, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERRARI ANDREOTTI

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.637, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 921, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Cancelar o registro sanitário de medicamentos e produtos biológicos, ou de apresentações, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERRARI ANDREOTTI

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.638, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 921, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERRARI ANDREOTTI

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.668, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

A Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 921, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Tornar insubsistente a Resolução - RE Nº 2.487, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016, resolução específica publicada para o cancelamento do registro do medicamento Promixin, processo 25351.092292/2005-62, referente à empresa Opem Representação Importadora Exportadora e Distribuidora Ltda, publicada no Diário Oficial da União nº. 180, de 19 de setembro de 2016, Seção 1, página 24 e Suplemento página 18.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERRARI ANDREOTTI

RETIFICAÇÕES

Na Portaria N°. 133, de 12 de fevereiro 1998, publicada no Diário Oficial da União no. 31-E, de 13 de fevereiro de 1998 , Seção 1 Pág. 3, referente ao processo 25000.004852/97-01,

Onde se lê:
ETOSSUXIMIDA (PORT 27/86)
ETOXIN 25000.004852/97-01 1.0118.0141.001-1
50 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 120 ML 02/03
0903019 ANTICONVULSIVANTES 24 MESES
150 REGISTRO DE PRODUTO SIMILAR
Leia-se:
ETOSSUXIMIDA (PORT 27/86)
ETOXIN 25000.004852/97-01 1.0118.0141.001-1
50 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 120 ML + COL 02/03
0903019 ANTICONVULSIVANTES 24 MESES
150 REGISTRO DE PRODUTO SIMILAR

Na Resolução - RE nº 1.156, de 28 de Março de 2014, publicada no Diário Oficial da União no. 61, de 31 de Março de 2014, Seção 1 Pág. 57 e Suplemento Pág. 90, referente ao processo 25351.782433/2011-44,

Onde se lê:
ESTRADIOL HEMIIDRATADO + ACETATO DE NOMEGESTROL
ANTICONCEPCIONAIS
STEZZA 25351.782433/2011-44 04/2019
COMERCIAL 1.0029.0186.001-1 36 Meses
2,5 MG + 1,5 MG COM REV CT BL AL PVC CALEND X 24 + 4 PLACEBO
1460 MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO DE NOVA ASSOCIAÇÃO NO PAÍS
COMERCIAL 1.0029.0186.002-8 36 Meses
2,5 MG + 1,5 MG COM REV CT BL AL PVC CALEND X 72 + 12 PLACEBO
1460 MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO DE NOVA ASSOCIAÇÃO NO PAÍS
Leia-se:
ACETATO DE NOMEGESTROL +ESTRADIOL HEMIIDRATADO
ANTICONCEPCIONAIS
STEZZA 25351.782433/2011-44 04/2019
COMERCIAL 1.0029.0186.001-1 36 Meses
2,5 MG + 1,5 MG COM REV CT BL AL PVC CALEND X 24 + 4 PLACEBO
1460 MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO DE NOVA ASSOCIAÇÃO NO PAÍS
COMERCIAL 1.0029.0186.002-8 36 Meses
2,5 MG + 1,5 MG COM REV CT BL AL PVC CALEND X 72 + 12 PLACEBO
1460 MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO DE NOVA ASSOCIAÇÃO NO PAÍS

Na Resolução - RE nº 136, de 11 de janeiro de 2013, publicada no Diário Oficial da União no. 9 de 14 de janeiro de 2013, Seção 1 Pág. 47 e Suplemento Pág. 4, referente à petição de Renovação do registro do medicamento do processo 25351.017908/00-40,

Onde se lê:
FRESENIUS KABI BRASIL LTDA 253510179080040 G LY C O P H O S 0332745121 out/17
Leia-se:
FRESENIUS KABI BRASIL LTDA 253510179080040 G LY C O P H O S 0332745121 nov/17

Na Resolução - RE nº 1.878, de 26 de Junho de 2015, publicada no Diário Oficial da União no. 121, de 29 de Junho de 2015, Seção 1 Pág. 84 e Suplemento Pág. 93, referente ao processo 25351.711342/2014-11,

Onde se lê:
OLMESARTANA MEDOXOMILA + HIDROCLOROTIAZIDA
ANTI-HIPERTENSIVOS-ASSOCIACOES MEDICAMENTOSAS
Referência - Benicar HCT 25351.711342/2014-11 06/2020
COMERCIAL 1.0043.1136.001-5 24 Meses
20 MG + 12,5 MG COM REV CT BL AL/AL X 10
HOLMES H
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR -
0811402/12-1 - 25351.566463/2012-11)
COMERCIAL 1.0043.1136.002-3 24 Meses
20 MG + 12,5 MG COM REV CT BL AL/AL X 15
HOLMES H
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR -
0811402/12-1 - 25351.566463/2012-11)
COMERCIAL 1.0043.1136.003-1 24 Meses
20 MG + 12,5 MG COM REV CT BL AL/AL X 30
HOLMES H
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR -
0811402/12-1 - 25351.566463/2012-11)
COMERCIAL 1.0043.1136.004-1 24 Meses
20 MG + 12,5 MG COM REV CT BL AL/AL X 60

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

HOLMES H
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR -
0811402/12-1 - 25351.566463/2012-11)
COMERCIAL 1.0043.1136.005-8 24 Meses
20 MG + 12,5 MG COM REV CT BL AL/AL X 90
HOLMES H
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR -
0811402/12-1 - 25351.566463/2012-11)
COMERCIAL 1.0043.1136.006-6 24 Meses
40 MG + 12,5 MG COM REV CT BL AL/AL X 10
HOLMES H
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR -
0811402/12-1 - 25351.566463/2012-11)
COMERCIAL 1.0043.1136.007-4 24 Meses
40 MG + 12,5 MG COM REV CT BL AL/AL X 15
HOLMES H
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR -
0811402/12-1 - 25351.566463/2012-11)
COMERCIAL 1.0043.1136.008-2 24 Meses
40 MG + 12,5 MG COM REV CT BL AL/AL X 30
HOLMES H
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR -
0811402/12-1 - 25351.566463/2012-11)
COMERCIAL 1.0043.1136.009-0 24 Meses
40 MG + 12,5 MG COM REV CT BL AL/AL X 60
HOLMES H
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR -
0811402/12-1 - 25351.566463/2012-11)
COMERCIAL 1.0043.1136.010-4 24 Meses
40 MG + 12,5 MG COM REV CT BL AL/AL X 90
HOLMES H
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR -
0811402/12-1 - 25351.566463/2012-11)
COMERCIAL 1.0043.1136.011-2 24 Meses
40 MG + 25 MG COM REV CT BL AL/AL X 10
HOLMES H
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR -
0811402/12-1 - 25351.566463/2012-11)
COMERCIAL 1.0043.1136.012-0 24 Meses
40 MG + 25 MG COM REV CT BL AL/AL X 15
HOLMES H
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR -
0811402/12-1 - 25351.566463/2012-11)
COMERCIAL 1.0043.1136.013-9 24 Meses
40 MG + 25 MG COM REV CT BL AL/AL X 30
HOLMES H
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR -
0811402/12-1 - 25351.566463/2012-11)
COMERCIAL 1.0043.1136.014-7 24 Meses
40 MG + 25 MG COM REV CT BL AL/AL X 60
HOLMES H
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR -
0811402/12-1 - 25351.566463/2012-11)
COMERCIAL 1.0043.1136.015-5 24 Meses
40 MG + 25 MG COM REV CT BL AL/AL X 90
HOLMES H
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR -
0811402/12-1 - 25351.566463/2012-11)
Leia-se:
OLMESARTANA MEDOXOMILA + HIDROCLOROTIAZIDA
ANTI-HIPERTENSIVOS-ASSOCIACOES MEDICAMENTOSAS
Referência - Benicar HCT 25351.711342/2014-11 06/2020
COMERCIAL 1.0043.1136.001-5 24 Meses
20 MG + 12,5 MG COM REV CT BL AL/AL X 10
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR -
0811402/12-1 - 25351.566463/2012-11)
COMERCIAL 1.0043.1136.002-3 24 Meses
20 MG + 12,5 MG COM REV CT BL AL/AL X 15
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR -
0811402/12-1 - 25351.566463/2012-11)
COMERCIAL 1.0043.1136.003-1 24 Meses
20 MG + 12,5 MG COM REV CT BL AL/AL X 30
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR -
0811402/12-1 - 25351.566463/2012-11)
COMERCIAL 1.0043.1136.004-1 24 Meses
20 MG + 12,5 MG COM REV CT BL AL/AL X 60
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR -
0811402/12-1 - 25351.566463/2012-11)
COMERCIAL 1.0043.1136.005-8 24 Meses
20 MG + 12,5 MG COM REV CT BL AL/AL X 90
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR -
0811402/12-1 - 25351.566463/2012-11)
COMERCIAL 1.0043.1136.006-6 24 Meses
40 MG + 12,5 MG COM REV CT BL AL/AL X 10
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR -
0811402/12-1 - 25351.566463/2012-11)
COMERCIAL 1.0043.1136.007-4 24 Meses
40 MG + 12,5 MG COM REV CT BL AL/AL X 15
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR -
0811402/12-1 - 25351.566463/2012-11)
COMERCIAL 1.0043.1136.008-2 24 Meses
40 MG + 12,5 MG COM REV CT BL AL/AL X 30
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR -
0811402/12-1 - 25351.566463/2012-11)
COMERCIAL 1.0043.1136.009-0 24 Meses
40 MG + 12,5 MG COM REV CT BL AL/AL X 60
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR -
0811402/12-1 - 25351.566463/2012-11)
COMERCIAL 1.0043.1136.010-4 24 Meses
40 MG + 12,5 MG COM REV CT BL AL/AL X 90
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR -
0811402/12-1 - 25351.566463/2012-11)
COMERCIAL 1.0043.1136.011-2 24 Meses
40 MG + 25 MG COM REV CT BL AL/AL X 10
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR -
0811402/12-1 - 25351.566463/2012-11)
COMERCIAL 1.0043.1136.012-0 24 Meses
40 MG + 25 MG COM REV CT BL AL/AL X 15
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR -
0811402/12-1 - 25351.566463/2012-11)
COMERCIAL 1.0043.1136.013-9 24 Meses
40 MG + 25 MG COM REV CT BL AL/AL X 30
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR -
0811402/12-1 - 25351.566463/2012-11)
COMERCIAL 1.0043.1136.014-7 24 Meses
40 MG + 25 MG COM REV CT BL AL/AL X 60
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR -
0811402/12-1 - 25351.566463/2012-11)
COMERCIAL 1.0043.1136.015-5 24 Meses
40 MG + 25 MG COM REV CT BL AL/AL X 90
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR -
0811402/12-1 - 25351.566463/2012-11)

Na Resolução - RE nº 2.020, de 16 de Julho de 2015, publicada no Diário Oficial da União no. 136, de 20 de Julho de 2015, Seção 1 Pág. 53 e Suplemento Pág. 1, referente ao processo 25351.661085/2014-88,
Onde se lê:
MEDLEY INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA 1.00181-4
DICLOFENACO RESINATO
ANTINFLAMATORIOS
Referência - CATAFLAM 25351.018990/00-66 09/2020
COMERCIAL 1.0181.0332.001-4 24 Meses
15 MG/ML SUS OR CT FR PLAS OPC GOT X 20 ML
143 GENÉRICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0181.0332.002-2 24 Meses
15 MG/ML SUS OR CT 25 FR PLAS OPC GOT X 20 ML (EMB HOSP)
143 GENÉRICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0181.0332.003-0 24 Meses
15 MG/ML SUS OR CT 50 FR PLAS OPC GOT X 20 ML (EMB HOSP)
143 GENÉRICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO
Leia-se:
MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA 1.00181-4
DICLOFENACO RESINATO
ANTINFLAMATORIOS
Referência - CATAFLAM 25351.661085/2014-88 09/2020
COMERCIAL 1.8326.0021.001-9 24 Meses
15 MG/ML SUS OR CT FR PLAS OPC GOT X 20 ML
143 GENÉRICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.8326.0021.002-7 24 Meses
15 MG/ML SUS OR CT 25 FR PLAS OPC GOT X 20 ML (EMB HOSP)
143 GENÉRICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.8326.0021.003-5 24 Meses
15 MG/ML SUS OR CT 50 FR PLAS OPC GOT X 20 ML (EMB HOSP)
143 GENÉRICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO

Na Resolução - RE nº 2.127, de 4 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União no. 215 de 6 de novembro de 2002, Seção 1 Pág. 62, referente à petição de Registro de medicamento do processo 25351.017908/00-40,
Onde se lê:
FRESENIUS KABI BRASIL LTDA 1.00041-0
AMINOACIDOS E ANALOGOS
0108057 PRODUTOS PARA DIETAS ESPECIAIS
KETOSTERIL 25000.012992/94-75 11/2006
Comercial 1.0041.9923.004-6 36 MESES
TABLETE CX CT BL AL PLAS INC X 20
106 REGISTRO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
190 RETIFICACAO DE PUBLICAÇÃO DE REGISTRO
GLICEROFOSFATO DE SODIO
0111041 NUTRIENTES PARENTERAIS
GLYCOPHOS 25351.017908/00-40 10/2007
Restrito a Hospitais 1.0041.9937.001-8 24 MESES
216 MG/ML SOL INJ CT 10 FR AMP PLAS X 20 ML (REST HOSP)
175 REGISTRO DE MEDICAMENTO NOVO
Leia-se:
FRESENIUS KABI BRASIL LTDA 1.00041-0
AMINOACIDOS E ANALOGOS
0108057 PRODUTOS PARA DIETAS ESPECIAIS
KETOSTERIL 25000.012992/94-75 11/2006
Comercial 1.0041.9923.004-6 36 MESES
TABLETE CX CT BL AL PLAS INC X 20
106 REGISTRO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
190 RETIFICACAO DE PUBLICAÇÃO DE REGISTRO
GLICEROFOSFATO DE SODIO
0111041 NUTRIENTES PARENTERAIS
GLYCOPHOS 25351.017908/00-40 11/2007
Restrito a Hospitais 1.0041.9937.001-8 24 MESES
216 MG/ML SOL INJ CT 10 FR AMP PLAS X 20 ML (REST HOSP)
175 REGISTRO DE MEDICAMENTO NOVO

Na Resolução - RE nº 2.955, de 8 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União no. 131 de 11 de julho de 2011, Seção 1 Pág. 106 e Suplemento Pág. 58, referente à petição de Inclusão de nova apresentação do processo 25351.017908/00-40,
Onde se lê:
FRESENIUS KABI BRASIL LTDA 1.00041-0
PROPOFOL
ANESTESICOS GERAIS INJETAVEIS
FRESOFOL 25000.022300/99-11 07/2010
RESTRITO A HOSPITAIS 1.0041.9932.007-1 24 Meses
10 MG/ML EMU INJ CT 1 AMP VD INC X 20 ML
FRESOFOL 1%
10223 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DE PRODUTO ESTÉRIL
RESTRITO A HOSPITAIS 1.0041.9932.008-8 24 Meses
20 MG/ML EMU INJ CT 1 FA VD INC X 50 ML
FRESOFOL 2%
10223 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
DE PRODUTO ESTÉRIL
GLICEROFOSFATO DE SÓDIO
NUTRIENTES PARENTERAIS
GLYCOPHOS 25351.017908/00-40 10/2012
RESTRITO A HOSPITAIS 1.0041.9937.002-6 24 Meses
216 MG/ML SOL INJ CT FR AMP PLAS X 20 ML
Não informado
10220 ESPECÍFICO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO
COMERCIAL DE PRODUTO ESTÉRIL
Leia-se:
FRESENIUS KABI BRASIL LTDA 1.00041-0
PROPOFOL
ANESTESICOS GERAIS INJETAVEIS
FRESOFOL 25000.022300/99-11 07/2010
RESTRITO A HOSPITAIS 1.0041.9932.007-1 24 Meses
10 MG/ML EMU INJ CT 1 AMP VD INC X 20 ML
FRESOFOL 1%
10223 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
DE PRODUTO ESTÉRIL
RESTRITO A HOSPITAIS 1.0041.9932.008-8 24 Meses
20 MG/ML EMU INJ CT 1 FA VD INC X 50 ML
FRESOFOL 2%
10223 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
DE PRODUTO ESTÉRIL
GLICEROFOSFATO DE SÓDIO
NUTRIENTES PARENTERAIS
GLYCOPHOS 25351.017908/00-40 11/2012
RESTRITO A HOSPITAIS 1.0041.9937.002-6 24 Meses
216 MG/ML SOL INJ CT FR AMP PLAS X 20 ML
Não informado
10220 ESPECÍFICO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO
COMERCIAL DE PRODUTO ESTÉRIL

Na Resolução - RE nº 3.241, de 22 de agosto de 2014, publicada no Diário Oficial da União no. 162 de 25 de agosto de 2014, Seção 1 Pág. 66 e Suplemento Pág. 34, referente à petição de Ampliação do prazo de validade do processo 25351.017908/00-40,
Onde se lê:
FRESENIUS KABI BRASIL LTDA 1.00041-0
GLICEROFOSFATO DE SÓDIO
NUTRIENTES PARENTERAIS
GLYCOPHOS 25351.017908/00-40 10/2017
RESTRITO A HOSPITAIS 1.0041.9937.001-8 24 Meses
216 MG/ML SOL INJ CT 10 FR AMP PLAS X 20 ML
Não informado
10216 ESPECÍFICO - AMPLIAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE
RESTRITO A HOSPITAIS 1.0041.9937.002-6 24 Meses
216 MG/ML SOL INJ CT FR AMP PLAS X 20 ML
Não informado
10216 ESPECÍFICO - AMPLIAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE
Leia-se:
FRESENIUS KABI BRASIL LTDA 1.00041-0
GLICEROFOSFATO DE SÓDIO
NUTRIENTES PARENTERAIS
GLYCOPHOS 25351.017908/00-40 11/2017
RESTRITO A HOSPITAIS 1.0041.9937.001-8 24 Meses
216 MG/ML SOL INJ CT 10 FR AMP PLAS X 20 ML
Não informado
10216 ESPECÍFICO - AMPLIAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE
RESTRITO A HOSPITAIS 1.0041.9937.002-6 24 Meses
216 MG/ML SOL INJ CT FR AMP PLAS X 20 ML
Não informado
10216 ESPECÍFICO - AMPLIAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE

Na Resolução - RE nº 3.268, de 28 de agosto de 2014, publicada no Diário Oficial da União no. 167 de 1 de setembro de 2014, Seção 1 Pág. 39 e Suplemento Pág. 1, referente à petição de Alteração dos cuidados de conservação do medicamento do processo 25351.017908/00-40,
Onde se lê:
FRESENIUS KABI BRASIL LTDA 1.00041-0
GLICEROFOSFATO DE SÓDIO
NUTRIENTES PARENTERAIS
GLYCOPHOS 25351.017908/00-40 10/2017
RESTRITO A HOSPITAIS 1.0041.9937.001-8 24 Meses
216 MG/ML SOL INJ CT 10 FR AMP PLAS X 20 ML
Não informado
1657 ESPECÍFICO - ALTERAÇÃO NOS CUIDADOS DE CONS E RVA Ç Ã O
RESTRITO A HOSPITAIS 1.0041.9937.002-6 24 Meses
216 MG/ML SOL INJ CT FR AMP PLAS X 20 ML
Não informado
1657 ESPECÍFICO - ALTERAÇÃO NOS CUIDADOS DE CONS ERVAÇÃO
Leia-se:
FRESENIUS KABI BRASIL LTDA 1.00041-0
GLICEROFOSFATO DE SÓDIO
NUTRIENTES PARENTERAIS
GLYCOPHOS 25351.017908/00-40 11/2017
RESTRITO A HOSPITAIS 1.0041.9937.001-8 24 Meses
216 MG/ML SOL INJ CT 10 FR AMP PLAS X 20 ML
Não informado
1657 ESPECÍFICO - ALTERAÇÃO NOS CUIDADOS DE CONS E RVA Ç Ã O
RESTRITO A HOSPITAIS 1.0041.9937.002-6 24 Meses
216 MG/ML SOL INJ CT FR AMP PLAS X 20 ML
Não informado
1657 ESPECÍFICO - ALTERAÇÃO NOS CUIDADOS DE CONS ERVAÇÃO

Na Resolução - RE nº 391, de 14 de fevereiro de 2008, publicada no Diário Oficial da União no. 32 de 18 de fevereiro de 2008, Seção 1 Pág. 33 e Suplemento Pág. 6, referente à petição de Renovação do registro do medicamento do processo 25351.017908/00-40,
Onde se lê:
FRESENIUS KABI BRASIL LTDA 1.00041-0
GLICEROFOSFATO DE SÓDIO
NUTRIENTES PARENTERAIS
GLYCOPHOS 25351.017908/00-40 10/2012
RESTRITO A HOSPITAIS 1.0041.9937.001-8 24 MESES
216 MG/ML SOL INJ CT 10 FR AMP PLAS X 20 ML
1584 ESPECÍFICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO
- SOLUÇÃO PARENTERAL.
Leia-se:
FRESENIUS KABI BRASIL LTDA 1.00041-0
GLICEROFOSFATO DE SÓDIO
NUTRIENTES PARENTERAIS
GLYCOPHOS 25351.017908/00-40 11/2012
RESTRITO A HOSPITAIS 1.0041.9937.001-8 24 MESES
216 MG/ML SOL INJ CT 10 FR AMP PLAS X 20 ML
1584 ESPECÍFICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO
- SOLUÇÃO PARENTERAL.

Na resolução - RE nº 1.500, de 15 de Maio de 2015, publicada no Diário Oficial da União no. 92, de 18 de Maio de 2015, Seção 1 Pág. 46 e Suplemento Pág. 04, referente ao processo 25351.693624/2014-70.
Onde se lê:
COMERCIAL 1.8326.0126.010-9 24 Meses
3,125 MG COM CT BL AL/AL X 60 (EMB HOSP)
Não informado
1959 GENERICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)
Leia-se:
COMERCIAL 1.8326.0126.010-9 24 Meses
3,125 MG COM CT BL AL/AL X 60
Não informado
1959 GENERICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA)

Na resolução - RE nº 1.788, de 19 de Junho de 2015, publicada no Diário Oficial da União no. 116, de 22 de Junho de 2015, Seção 1 Pág. 84 e Suplemento Pág. 190, referente ao processo 25351.266832/2004-70.
Onde se lê:

Empresa	Processo	Nome do Produto	Expediente	Vencimento do Registro
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
GERMED FARMACEUTICA LTDA	25351266832200470	acetonida de triancinolona + sulfato de neomicina + gramicidina + nistatina	0988488142	06/2020

Leia-se:

Empresa	Processo	Nome do Produto	Expediente	Vencimento do Registro
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
GERMED FARMACEUTICA LTDA	25351266832200470	triancinolona acetonida + sulfato de neomicina + gramicidina + nistatina	0988488142	05/2020

Na resolução - RE nº 2.496, de 03 de Setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União no. 171, de 08 de Setembro de 2015, Seção 1 Pág. 46 e Suplemento Pág. 62, referente ao processo 25000.013550/97-25.
Onde se lê:
ASSISTENCIA A SAUDE 1.0298.0213.003-1 24 Meses
50 MG/ML SOL INJ CX 25 AMP VD TRANS X 2 ML
NP
1989 SIMILAR - ALTERAÇÃO DE NOME COMERCIAL
1.0298.0213.005-8 24 Meses
50 MG/ML SOL INJ CX 36 AMP VD TRANS X 2 ML (EMB HOSP)
NP
1989 SIMILAR - ALTERAÇÃO DE NOME COMERCIAL
Leia-se:
RESTRITO A HOSPITAIS 1.0298.0213.003-1 24 Meses
50 MG/ML SOL INJ IM/IV CX 25 AMP VD TRANS X 2 ML
KETAMIN NP
1989 SIMILAR - ALTERAÇÃO DE NOME COMERCIAL
RESTRITO A HOSPITAIS 1.0298.0213.005-8 24 Meses
50 MG/ML SOL INJ IM/IV CX 36 AMP VD TRANS X 2 ML (EMB HOSP)
KETAMIN NP
1989 SIMILAR - ALTERAÇÃO DE NOME COMERCIAL

Na resolução - RE nº 2.576, de 23 de setembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 185, de 26 de setembro de 2016, Seção 1 Pag. 41 e Suplemento Pag. 19, referente ao processo nº 25351.558925/2013-19.
Onde se lê:
(...)
INOVELON 25351.558925/2013-19 09/2021
MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO ELETRÔNICO DE MEDICAMENTO
NOVO 0800466/13-6
1.7310.0005.001-6 3624 MESES
200 MG COM REV CT BL AL AL X 10
1.7310.0005.002-4 3624 MESES
200 MG COM REV CT BL AL AL X 20
1.7310.0005.003-2 3624 MESES
200 MG COM REV CT BL AL AL X 30
1.7310.0005.004-0 3624 MESES
400 MG COM REV CT BL AL AL X 10
1.7310.0005.005-9 3624 MESES
400 MG COM REV CT BL AL AL X 20
1.7310.0005.006-7 3624 MESES
400 MG COM REV CT BL AL AL X 30
(...)
Leia-se:
(...)
INOVELON 25351.558925/2013-19 09/2021
MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO ELETRÔNICO DE MEDICAMENTO
NOVO 0800466/13-6
1.7310.0005.001-6 36 MESES
200 MG COM REV CT BL AL AL X 10
1.7310.0005.002-4 36 MESES
200 MG COM REV CT BL AL AL X 20
1.7310.0005.003-2 36 MESES
200 MG COM REV CT BL AL AL X 30
1.7310.0005.004-0 36 MESES
400 MG COM REV CT BL AL AL X 10
1.7310.0005.005-9 36 MESES
400 MG COM REV CT BL AL AL X 20
1.7310.0005.006-7 36 MESES
400 MG COM REV CT BL AL AL X 30
(...)

Na resolução - RE nº 2.806, de 02 de Outubro de 2015, publicada no Diário Oficial da União no. 190, de 05 de Outubro de 2015, Seção 1 Pág. 681 e Suplemento Pág. 56, referente ao processo 25000.013550/97-25.
Onde se lê:
1.0298.0213.006-6 24 Meses
50 MG/ML SOL INJ CX 5 FA VD AMB X 10 ML (REST. HOSP.)
NP
1980 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVO ACONDICIONAMENTO.
1.0298.0213.007-4 24 Meses
50 MG/ML SOL INJ CX 25 AMP VD AMB X 2 ML
KETAMIN
1980 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVO ACONDICIONAMENTO.
1.0298.0213.008-2 24 Meses
50 MG/ML SOL INJ CX 50 FA VD AMB X 10 ML (REST.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

HOSP.)
NP
1980 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVO ACONDICIONAMENTO.
1.0298.0213.009-0 24 Meses
50 MG/ML SOL INJ CX 36 AMP VD AMB X 2 ML (EMB
HOSP)
KETAMIN
1980 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVO ACONDICIONAMENTO.
1.0298.0213.010-4 24 Meses
50 MG/ML SOL INJ CX 25 FA VD AMB X 10 ML (EMB
HOSP)
NP
1980 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVO ACONDICIONAMENTO.
Leia-se:
RESTRITO A HOSPITAIS 1.0298.0213.006-6 24 Meses
50 MG/ML SOL INJ IM/IV CX 5 FA VD AMB X 10 ML
KETAMIN
1980 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVO ACONDICIONAMENTO.
RESTRITO A HOSPITAIS 1.0298.0213.007-4 24 Meses
50 MG/ML SOL INJ IM/IV CX 25 AMP VD AMB X 2 ML
KETAMIN NP
1980 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVO ACONDICIONAMENTO.
RESTRITO A HOSPITAIS 1.0298.0213.008-2 24 Meses
50 MG/ML SOL INJ IM/IV CX 50 FA VD AMB X 10 ML (EMB HOSP)
KETAMIN
1980 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVO ACONDICIONAMENTO.
RESTRITO A HOSPITAIS 1.0298.0213.009-0 24 Meses
50 MG/ML SOL INJ IM/IV CX 36 AMP VD AMB X 2 ML (EMB HOSP)
KETAMIN NP
1980 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVO ACONDICIONAMENTO.
RESTRITO A HOSPITAIS 1.0298.0213.010-4 24 Meses
50 MG/ML SOL INJ IM/IV CX 25 FA VD AMB X 10 ML (EMB HOSP)
KETAMIN
1980 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVO ACONDICIONAMENTO.

Na resolução - RE nº 4.219, de 24 de Outubro de 2014, publicada no Diário Oficial da União no. 207, de 27 de Outubro de 2014, Seção 1 Pág. 31 e Suplemento Pág. 02, referente ao processo 25351.674980/2010-62.
Onde se lê:
TERPINEOL + EUCALIPTOL + MENTOL
ANTITUSSIGENOS-ASSOCIACOES MEDICAMENTOSAS
BROMIL 25351.674980/2010-62 08/2015
COMERCIAL 1.0235.1107.001-7 24 Meses
0,16 MG/ ML + 0,123 MG/ ML + 0,00016 ML/ML XPE INF CT FR
VD AMB X 120 ML
Não informado
1438 MEDICAMENTO NOVO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA
DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)
MENTOL + EUCALIPTOL + TERPINEOL
ANTITUSSIGENOS-ASSOCIACOES MEDICAMENTOSAS
BROMIL 25351.674980/2010-62 08/2015
COMERCIAL 1.0235.1107.002-5 24 Meses
0,16 MG/ML . 0,123 MG/ML + 0,00016 ML/ML XPE INF CT FR
VD AMB X 150 ML
Não informado
1438 MEDICAMENTO NOVO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA
DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)
MENTOL + TERPINEOL + EUCALIPTOL
ANTITUSSIGENOS-ASSOCIACOES MEDICAMENTOSAS
BROMIL 25351.674980/2010-62 08/2015
COMERCIAL 1.0235.1107.003-3 24 Meses
0,16 MG/ML + 0,123 MG/ML + 0,00016 ML/ML XPE ADU CT FR
VD AMB X 120 ML
Não informado
1438 MEDICAMENTO NOVO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA
DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.0235.1107.004-1 24 Meses
0,16 MG/ML + 0,123 MG/ML + 0,00016 ML/ML XPE ADU CT FR
VD AMB X 150 ML
Não informado
1438 MEDICAMENTO NOVO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA
DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)
EUCALIPTOL + MENTOL + TERPINEOL
ANTITUSSIGENOS-ASSOCIACOES MEDICAMENTOSAS
BROMIL 25351.674980/2010-62 08/2015
COMERCIAL 1.0235.1107.005-1 24 Meses
0,16 MG/ML + 0,123 MG/ML + 0,00016 ML/ML XPE ADU CT FR
VD AMB X 200 ML
Não informado
1438 MEDICAMENTO NOVO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA
DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.0235.1107.006-8 24 Meses
0,16 MG/ML + 0,123 MG/ML + 0,00016 ML/ML XPE ADU CT FR
VD AMB X 250 ML
Não informado
1438 MEDICAMENTO NOVO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA
DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)
Leia-se:
MENTOL + EUCALIPTOL + TERPINEOL
ANTITUSSIGENOS-ASSOCIACOES MEDICAMENTOSAS
BROMIL 25351.674980/2010-62 08/2015
COMERCIAL 1.0235.1107.001-7 24 Meses
0,16 MG/ML + 0,16 MCL/ML + 0,16 MCL/ML XPE INF CT FR
VD AMB X 120 ML
Não informado
1438 MEDICAMENTO NOVO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA
DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.0235.1107.002-5 24 Meses
0,16 MG/ML + 0,16 MCL/ML + 0,16 MCL/ML XPE INF CT FR
VD AMB X 150 ML
Não informado
1438 MEDICAMENTO NOVO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA
DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.0235.1107.003-3 24 Meses
0,16 MG/ML + 0,16 MCL/ML + 0,16 MCL/ML XPE ADU CT FR
VD AMB X 120 ML
Não informado
1438 MEDICAMENTO NOVO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA
DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.0235.1107.004-1 24 Meses
0,16 MG/ML + 0,16 MCL/ML + 0,16 MCL/ML XPE ADU CT FR
VD AMB X 150 ML
Não informado
1438 MEDICAMENTO NOVO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA
DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.0235.1107.005-1 24 Meses
0,16 MG/ML + 0,16 MCL/ML + 0,16 MCL/ML XPE ADU CT FR
VD AMB X 200 ML
Não informado
1438 MEDICAMENTO NOVO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA
DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.0235.1107.006-8 24 Meses
0,16 MG/ML + 0,16 MCL/ML + 0,16 MCL/ML XPE ADU CT FR
VD AMB X 250 ML
Não informado
1438 MEDICAMENTO NOVO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA
DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.0235.1107.007-6 24 Meses
0,16 MG/ML + 0,16 MCL/ML + 0,16 MCL/ML XPE INF CT FR
VD AMB X 150 ML + COP
Não informado
1438 MEDICAMENTO NOVO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA
DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.0235.1107.008-4 24 Meses
0,16 MG/ML + 0,16 MCL/ML + 0,16 MCL/ML XPE ADU CT FR
VD AMB X 120 ML + COP
Não informado
1438 MEDICAMENTO NOVO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA
DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.0235.1107.009-2 24 Meses
0,16 MG/ML + 0,16 MCL/ML + 0,16 MCL/ML XPE ADU CT FR
VD AMB X 150 ML + COP
Não informado
1438 MEDICAMENTO NOVO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA
DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.0235.1107.010-6 24 Meses
0,16 MG/ML + 0,16 MCL/ML + 0,16 MCL/ML XPE INF CT FR
VD AMB X 120 ML + COP
Não informado
1438 MEDICAMENTO NOVO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA
DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.0235.1107.011-4 24 Meses
0,16 MG/ML + 0,16 MCL/ML + 0,16 MCL/ML XPE ADU CT FR
VD AMB X 200 ML + COP
Não informado
1438 MEDICAMENTO NOVO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA
DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.0235.1107.012-2 24 Meses
0,16 MG/ML + 0,16 MCL/ML + 0,16 MCL/ML XPE ADU CT FR
VD AMB X 250 ML + COP
Não informado
1438 MEDICAMENTO NOVO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA
DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)

Na resolução - RE nº 503, de 13 de Fevereiro de 2015, publicada no Diário Oficial da União no. 32, de 18 de Fevereiro de 2015, Seção 1 Pág. 40 e Suplemento Pág. 04, referente ao processo 25000.008465/90-32.
Onde se lê:
COMERCIAL 1.0068.0046.012-4 24 Meses
300 MG COM REV CT BL AL PLAS INC X 10
Não informado
10131 MEDICAMENTO NOVO - ALTERAÇÃO DE LOCAL DE
EMBALAGEM SECUNDÁRIA
10139 MEDICAMENTO NOVO - ALTERAÇÃO DE LOCAL DE
EMBALAGEM PRIMÁRIA
COMERCIAL 1.0068.0046.013-2 24 Meses
300 MG COM REV CT BL AL PLAS INC X 20
Não informado
10131 MEDICAMENTO NOVO - ALTERAÇÃO DE LOCAL DE
EMBALAGEM SECUNDÁRIA
10139 MEDICAMENTO NOVO - ALTERAÇÃO DE LOCAL DE
EMBALAGEM PRIMÁRIA
COMERCIAL 1.0068.0046.014-0 24 Meses
300 MG COM REV CT BL AL PLAS INC X 30
Não informado
10131 MEDICAMENTO NOVO - ALTERAÇÃO DE LOCAL DE
EMBALAGEM SECUNDÁRIA
10139 MEDICAMENTO NOVO - ALTERAÇÃO DE LOCAL DE
EMBALAGEM PRIMÁRIA
COMERCIAL 1.0068.0046.015-9 24 Meses
300 MG COM REV CT BL AL PLAS INC X 60
Não informado
10131 MEDICAMENTO NOVO - ALTERAÇÃO DE LOCAL DE
EMBALAGEM SECUNDÁRIA
10139 MEDICAMENTO NOVO - ALTERAÇÃO DE LOCAL DE
EMBALAGEM PRIMÁRIA
COMERCIAL 1.0068.0046.016-7 24 Meses
600 MG COM REV CT BL AL PLAS INC X 10
Não informado
10131 MEDICAMENTO NOVO - ALTERAÇÃO DE LOCAL DE
EMBALAGEM SECUNDÁRIA
10139 MEDICAMENTO NOVO - ALTERAÇÃO DE LOCAL DE
EMBALAGEM PRIMÁRIA
COMERCIAL 1.0068.0046.017-5 24 Meses
600 MG COM REV CT BL AL PLAS INC X 20
Não informado
10131 MEDICAMENTO NOVO - ALTERAÇÃO DE LOCAL DE
EMBALAGEM SECUNDÁRIA
10139 MEDICAMENTO NOVO - ALTERAÇÃO DE LOCAL DE
EMBALAGEM PRIMÁRIA
COMERCIAL 1.0068.0046.018-3 24 Meses
600 MG COM REV CT BL AL PLAS INC X 30
Não informado
10131 MEDICAMENTO NOVO - ALTERAÇÃO DE LOCAL DE

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

EMBALAGEM SECUNDÁRIA
10139 MEDICAMENTO NOVO - ALTERAÇÃO DE LOCAL DE
EMBALAGEM PRIMÁRIA
COMERCIAL 1.0068.0046.019-1 24 Meses
600 MG COM REV CT BL AL PLAS INC X 60
Não informado
10131 MEDICAMENTO NOVO - ALTERAÇÃO DE LOCAL DE
EMBALAGEM SECUNDÁRIA
10139 MEDICAMENTO NOVO - ALTERAÇÃO DE LOCAL DE
EMBALAGEM PRIMÁRIA
Leia-se:
COMERCIAL 1.0068.0046.012-4 36 Meses
300 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 10
Não informado
10131 MEDICAMENTO NOVO - ALTERAÇÃO DE LOCAL DE
EMBALAGEM SECUNDÁRIA
10139 MEDICAMENTO NOVO - ALTERAÇÃO DE LOCAL DE
EMBALAGEM PRIMÁRIA
COMERCIAL 1.0068.0046.013-2 36 Meses
300 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 20
Não informado
10131 MEDICAMENTO NOVO - ALTERAÇÃO DE LOCAL DE
EMBALAGEM SECUNDÁRIA
10139 MEDICAMENTO NOVO - ALTERAÇÃO DE LOCAL DE
EMBALAGEM PRIMÁRIA
COMERCIAL 1.0068.0046.014-0 36 Meses
300 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30
Não informado
10131 MEDICAMENTO NOVO - ALTERAÇÃO DE LOCAL DE
EMBALAGEM SECUNDÁRIA
10139 MEDICAMENTO NOVO - ALTERAÇÃO DE LOCAL DE
EMBALAGEM PRIMÁRIA
COMERCIAL 1.0068.0046.015-9 36 Meses
300 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 60
Não informado
10131 MEDICAMENTO NOVO - ALTERAÇÃO DE LOCAL DE
EMBALAGEM SECUNDÁRIA
10139 MEDICAMENTO NOVO - ALTERAÇÃO DE LOCAL DE
EMBALAGEM PRIMÁRIA
COMERCIAL 1.0068.0046.016-7 36 Meses
600 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 10
Não informado
10131 MEDICAMENTO NOVO - ALTERAÇÃO DE LOCAL DE
EMBALAGEM SECUNDÁRIA
10139 MEDICAMENTO NOVO - ALTERAÇÃO DE LOCAL DE
EMBALAGEM PRIMÁRIA
COMERCIAL 1.0068.0046.017-5 36 Meses
600 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 20
Não informado
10131 MEDICAMENTO NOVO - ALTERAÇÃO DE LOCAL DE
EMBALAGEM SECUNDÁRIA
10139 MEDICAMENTO NOVO - ALTERAÇÃO DE LOCAL DE
EMBALAGEM PRIMÁRIA
COMERCIAL 1.0068.0046.018-3 36 Meses
600 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30
Não informado
10131 MEDICAMENTO NOVO - ALTERAÇÃO DE LOCAL DE
EMBALAGEM SECUNDÁRIA
10139 MEDICAMENTO NOVO - ALTERAÇÃO DE LOCAL DE
EMBALAGEM PRIMÁRIA
COMERCIAL 1.0068.0046.019-1 36 Meses
600 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 60
Não informado
10131 MEDICAMENTO NOVO - ALTERAÇÃO DE LOCAL DE
EMBALAGEM SECUNDÁRIA
10139 MEDICAMENTO NOVO - ALTERAÇÃO DE LOCAL DE
EMBALAGEM PRIMÁRIA

Na resolução - RE nº 505, de 14 de Fevereiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União no. 33, de 17 de Fevereiro de 2014, Seção 1 Pág. 55 e Suplemento Pág. 39, referente ao processo 25351.055320/2010-25.

Onde se lê:
COMERCIAL 1.6773.0401.001-6 24 Meses
50 MG/ML PO SUS OR CT FR PLAS OPC X 60 ML + CP MED
Não informado
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.6773.0401.002-4 24 Meses
50 MG/ML PO SUS OR CT 50 FR PLAS OPC X 60 ML + 50 CP MED (EMB. HOSP.)
Não informado
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
Leia-se:
COMERCIAL 1.6773.0401.001-6 24 Meses
50 MG/ML PO SUS OR CT FR PLAS OPC X 70 ML + COP
Não informado
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.6773.0401.002-4 24 Meses
50 MG/ML PO SUS OR CT 50 FR PLAS OPC X 70 ML + 50 COP (EMB. HOSP.)
Não informado
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO

Na resolução - RE nº 5.959, de 22 de Dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União no. 247, de 27 de Dezembro de 2010, Seção 1 Pág. 91 e Suplemento Pág. 03, referente ao processo 25351.644357/2009-96.

Onde se lê:
1.7817.0060.001-5 24 Meses
375 MG/ML + 12,5 MG/ML + 12,5 MG/ML SOL INJ CX 100 AMP
VD AMB X 2 ML
Não informado
1999 SIMILAR - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)
(...)
COMERCIAL 1.7817.0060.003-1 24 Meses
375 MG/ML + 12,5 MG/ML + 12,5 MG/ML SOL INJ CX 50 AMP
VD AMB X 2 ML
Não informado
1999 SIMILAR - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.7817.0060.004-1 24 Meses
500 MG + 5 MG + 10 MG COM CT 25 BL AL PLAS AMB X 4
Não informado
1999 SIMILAR - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)
Leia-se:
1.7817.0060.001-5 24 Meses
375 MG/ML + 12,5 MG/ML + 12,5 MG/ML SOL INJ CX 100 AMP
VD AMB X 2 ML (EMB HOSP)
Não informado
1999 SIMILAR - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)
(...)
COMERCIAL 1.7817.0060.003-1 24 Meses
375 MG/ML + 12,5 MG/ML + 12,5 MG/ML SOL INJ CX 50 AMP
VD AMB X 2 ML (EMB HOSP)
Não informado
1999 SIMILAR - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)
COMERCIAL 1.7817.0060.004-1 24 Meses
500 MG + 5 MG + 10 MG COM CT BL AL PLAS AMB X 100
Não informado
1999 SIMILAR - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA)

Na resolução - RE nº 704, de 06 de Março de 2015, publicada no Diário Oficial da União no. 45, de 09 de Março de 2015, Seção 1 Pág. 46 e Suplemento Pág. 02, referente ao processo 25351.530325/2008-29.

Onde se lê:
1.4381.0134.004-2 24 Meses
100 MG/G GEL VAG CT 50 BG AL X 50 G + 500 APLIC
Não informado
1413 GENERICO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
1.4381.0134.005-0 24 Meses
100 MG/G GEL VAG CT 60 BG AL X 50 G + 600 APLIC
Não informado
1413 GENERICO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
1.4381.0134.006-9 24 Meses
100 MG/G GEL VAG CT 100 BG AL X 50 G + 1000 APLIC
Não informado
1413 GENERICO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
Leia-se:
COMERCIAL 1.4381.0134.004-2 24 Meses
100 MG/G GEL VAG CX 50 BG AL X 50 G + 500 APLIC (EMB HOSP)
Não informado
1413 GENERICO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.4381.0134.005-0 24 Meses
100 MG/G GEL VAG CX 60 BG AL X 50 G + 600 APLIC (EMB HOSP)
Não informado
1413 GENERICO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL
COMERCIAL 1.4381.0134.006-9 24 Meses
100 MG/G GEL VAG CX 100 BG AL X 50 G + 1000 APLIC (EMB HOSP)
Não informado
1413 GENERICO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL

GERÊNCIA-GERAL DE TOXICOLOGIA

RESOLUÇÃO-RE N° 2.622, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Toxicologia substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 920, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar, no âmbito da Anvisa, a avaliação de resíduos dos produtos agrotóxicos, componentes e afins, conforme relação anexa.

Art. 2º A publicação do extrato desta avaliação de resíduos não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MEIRUZE SOUSA FREITAS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE N° 2.623, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Toxicologia substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 920, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Reprovar, após decisão da Diretoria Colegiada, os atos de avaliação toxicológica de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MEIRUZE SOUSA FREITAS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE N° 2.624, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Toxicologia substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 920, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Reprovar os atos de avaliação toxicológica de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise. Ressalte-se que o início da análise decorreu de cumprimento à decisão judicial proferida nos autos da ação ordinária nº 0049919-16.2016.4.01.3400 que determinou que a Anvisa procedesse a avaliação toxicológica do produto HUCK 250 SC.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MEIRUZE SOUSA FREITAS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE N° 2.625, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Toxicologia substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 920, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MEIRUZE SOUSA FREITAS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE N° 2.626, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Toxicologia substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 920, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Publicar a desistência a pedido dos expedientes de agrotóxicos e afins, sob o nº. de expedientes constantes do anexo desta Resolução, nos termos do Art. 51 da Lei nº. 9.784 de 1999.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MEIRUZE SOUSA FREITAS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE N° 2.627, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Toxicologia substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 920, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Reprovar a avaliação toxicológica preliminar para fins de Registro Especial Temporário (RET).

Art. 2º A publicação do extrato desta avaliação toxicológica preliminar não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MEIRUZE SOUSA FREITAS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE N° 2.628, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016(*)

A Gerente-Geral de Toxicologia substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 920, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar a avaliação toxicológica preliminar para fins de Registro Especial Temporário (RET).

Art. 2º A publicação do extrato desta avaliação toxicológica preliminar não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MEIRUZE SOUSA FREITAS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

DIRETORIA COLEGIADA

ARESTO Nº 669, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Extraordinária - RExtra nº 06/2016, realizada em 06/09/2016, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR
Diretor-Presidente

ANEXO

Recorrente: FORTVITTA SUPLEMENTOS LTDA ME
CNPJ: 95.387.866/0001-03
Processo nº: 25351.451654/2015-63
Expediente nº: 1213131/16-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 053/2016 - Corea.

Recorrente: GENOVE BRASIL - COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA
CNPJ: 08.851.083/0001-34
Processo nº: 25351.478056/2015-45
Expediente nº: 1138843/16-9
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 049/2016 - Corea.

Recorrente: GENOVE BRASIL - COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA
CNPJ: 08.851.083/0001-34
Processo nº: 25351.478061/2015-21
Expediente nº: 1138890/16-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 050/2016 - Corea.

Recorrente: GENOVE BRASIL - COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA
CNPJ: 08.851.083/0001-34
Processo nº: 25351.478065/2015-38
Expediente nº: 1093525/15-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 048/2016 - Corea.

Recorrente: POWER SANTISTA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA EPP
CNPJ: 05.459.555/0001-10
Processo nº: 25351.070111/2015-18
Expediente nº: 1259054/16-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 058/2016 - Corea.

Recorrente: VB IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA EPP
CNPJ: 06.169.208/0001-15
Processo nº: 25351.336282/2015-66
Expediente nº: 1200416/16-2
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 052/2016 - Corea.

ARESTO N° 670, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, por meio de Circuito Deliberativo, CD_DN 629/ 2016, de 12 de setembro de 2016, com fundamento no art. 15, VI, da Lei 9782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no artigo 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 61, de 3 de fevereiro de 2016, e, em conformidade com a RDC n.º25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR
Diretor-Presidente

ANEXO

Recorrente: Lavrita Engenharia Consultoria e Equipamentos Industriais Ltda.
CNPJ: 46.954.004/0001-00
Processo nº.: 25351.227364/2011-67
Expediente n.º: 655203/11-0
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER dos recursos, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer n° 35/2016- GGGAF/ DIGES/ANVISA.

Recorrente: Farmácia T.J.C. Ltda ME
CNPJ: 11.726.933/0001-87
Processo nº.: 25351.199173/2013-19
Expediente n.º: 0794064/13-5
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER dos recursos, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer n° 60/2016- GGGAF/ DIGES/ANVISA.

Recorrente: Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S/A
CNPJ: 45.453.214/0020-14
Processo nº.: 25351.421291/2014-87
Expediente n.º: 0910186/14-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER dos recursos, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer n° 71/2016- GGGAF/ DIGES/ANVISA.

DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIOS

RESOLUÇÃO - RE N° 2.639, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.640, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.641, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.642, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.643, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes do anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RESOLUÇÃO - RE N° 2.644, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.645, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.646, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º. Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.647, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para as Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.648, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.649, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.650, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.651, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016 e,

considerando a decisão proferida nos autos do processo administrativo sanitário nº 25351.364784/2015-13, resolve:

Art. 1º. Cancelar a Autorização de Funcionamento da Empresa constante no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.652, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem preconizados em legislação vigente, para a área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.653, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Produtos para a Saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.654, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

Considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas Fabricação, ou o descumprimento dos procedimentos de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde da(s) empresa(s) constante(s) no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.655, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Insumos Farmacêuticos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.656, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem preconizados em legislação vigente, para a área de Insumos Farmacêuticos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem de Insumos Farmacêuticos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.657, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

Considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação, ou o descumprimento dos procedimentos de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Indeferir o Pedido de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos da(s) empresa(s) constante(s) no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.658, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.659, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 43, da Resolução RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.660, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.661, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) Empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.662, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, IV e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

Considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos, ou o descumprimento dos procedimentos de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Indeferir o(s) Pedido(s) de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos da(s) empresa(s) constante(s) no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.666, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Art.151, inciso III, e o Art.54, inciso I, parágrafo 1° do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016,e ainda amparado pela Resolução nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.667, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Art.151, inciso III, e o Art.54, inciso I, parágrafo 1° do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016,e ainda amparado pela Resolução nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Deferir pleito de alteração de endereço de Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE N° 2.669, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016,

considerando o art. 7º, XV e o art. 8º, § 1º, II da Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando os limites de contaminantes inorgânicos previsto o Anexo do Decreto nº 55871, de 26 de março de 1965;

considerando o art. 1º da Lei 10674, de 16 de maio de 2003;

considerando os itens 6.4.1 e 6.5.1 da Resolução RDC nº 259, de 20 de setembro de 2002;

considerando o item 3.4.1.1 da Resolução RDC nº 360, de 23 de dezembro de 2003;

considerando a Resolução RDC nº 24, de 08 de junho de 2015;

considerando o Laudo de Análise Fiscal nº 198.1P/2016, emitido pelo Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN/SC, cujo resultado apresentou-se insatisfatório nos ensaios de análise de rotulagem e contaminantes inorgânicos devido à quantidade de cádmio (2,21 mg/kg) acima do limite máximo de tolerância (1,00 mg/kg);

considerando o Ofício nº 2062/16- DVS/SVS-SC, que informou ser Laudo de Análise Fiscal nº 198.1P/2016 conclusivo e motivou abertura de processo administrativo no estado, resolve:

Art. 1º Determinar a proibição da distribuição e comercialização, em todo território nacional, do lote (não informado), validade: 18/12/2017, do produto Alga Marinha Desidratada, nome comercial Yaki Sushi Nori, marca: FUKUMATSU, importado por Comércio de Produtos Alimentícios Fukumatsu Ltda. (CNPJ: 06.035.198/0001-25), situado à Rua Santa Catarina, 240, conj. 604 Centro- São Caetano do Sul/SP.

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado do produto descrito no art. 1º .

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO-RE N° 2.670, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016,

considerando o art. 7º, XV e o art. 8º, § 1º, II da Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando os limites de contaminantes inorgânicos previsto o Anexo do Decreto nº 55871, de 26 de março de 1965;

considerando o item 3.4.1.1 da Resolução RDC nº 360, de 23 de dezembro de 2003;

considerando os itens 6.5.1 e 6.6.2 da RDC nº 259, de 20 de setembro de 2002;

considerando a Resolução RDC nº 24, de 08 de junho de 2015;

considerando o Laudo de Análise Fiscal nº 218.1P/2016, emitido pelo Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN/SC, cujo resultado apresentou-se insatisfatório nos ensaios de rotulagem e contaminantes inorgânicos devido à quantidade de cádmio (2,70 mg/kg) acima do limite máximo de tolerância (1,00 mg/kg);

considerando o Ofício nº 2062/16- DVS/SVS-SC, que informou ser Laudo de Análise Fiscal nº 218.1P/2016 conclusivo e motivou abertura de processo administrativo no estado de Santa Catarina, resolve:

Art. 1º Determinar a proibição da distribuição e comercialização, em todo território nacional, do Lote (não informado), Validade: 21/12/2017, produto Alga Marinha (Yakinori), marca: SUKINA, importado e distribuído Hanaro Comercial Importadora e Exportadora Ltda. (CNPJ: 74.631.037/0001-54), situado Rua Doutor Silva Leme, 194, bairro Belenzinho - São Paulo/SP.

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado dos produtos descritos no art. 1º.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO-RE N° 2.671, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016,

considerando o art. 7º, XV e o art. 8º, § 1º, II da Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando os limites de contaminantes inorgânicos previsto o Anexo do Decreto nº 55871, de 26 de março de 1965;

considerando os itens 3.4.1.1 e 3.4.5 da Resolução RDC nº. 360, de 23 de dezembro de 2003;

considerando o item 6.5.1 da Resolução RDC nº. 259, de 20 de setembro de 2002;

considerando a Resolução RDC nº 24, de 08 de junho de 2015;

considerando o Laudos de Análise Fiscal nº 201.1P/2016 e nº 217.1P/2016, emitidos pelo Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN/SC, cujo resultado a apresentou-se insatisfatórios nos ensaios na análise rotulagem e contaminantes inorgânicos devido à quantidade de cádmio (1,61 mg/kg e 2,13 mg/kg) acima do limite máximo de tolerância (1,00 mg/kg),

considerando o Ofício nº 2062/16- DVS/SVS-SC, que informou que os Laudos de Análise Fiscal nº 201.1P/2016 e nº 217.1P/2016 são conclusivos e motivaram a abertura de processo administrativo no estado, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Determinar a proibição da distribuição e comercialização, em todo território nacional, dos produtos listados no Anexo, importado por Oriental Brasil Ind. e Com. de Alimentos Ltda (CNPJ: 10.997.322/0001-00), situado Rua Doralice Ramos Pinho, 933, bairro Barreiros - São José/SC.

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado dos produtos descritos no art. 1º.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

ANEXO

Laudo de Análise	Teor de cádmio (mg/Kg)	Produto	Marca	Lote	Fabricação	Validade
201.1P	1,61	Alga Marinha Desidratada	Oriental Brasil	Não Informado	10/2015	10/2017
217.1P	2,13	Alga Marinha Desidratada	Oriental Brasil	Não Informado	12/2015	12/2017

RESOLUÇÃO-RE N° 2.672, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016,

considerando o art. 7º, XV e o art. 8º, § 1º, II da Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando os limites de contaminantes inorgânicos previsto o Anexo do Decreto nº 55871, de 26 de março de 1965;

considerando o item 3.4.1.1 da Resolução RDC nº 360, de 23 de dezembro de 2003;

considerando o item 6.5.1 da Resolução RDC nº 259, de 20 de setembro de 2002;

considerando a Resolução RDC nº 24, de 08 de junho de 2015;

considerando o Laudo de Análise Fiscal nº 200.1P/2016, emitido pelo Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN/SC, cujo resultado a apresentou-se insatisfatório nos ensaios de análise de rotulagem e contaminantes inorgânicos devido à quantidade de cádmio (2,38 mg/kg) acima do limite máximo de tolerância (1,00 mg/kg);

considerando o Ofício nº 2062/16- DVS/SVS-SC, que informou ser Laudo de Análise Fiscal nº 200.1P/2016 conclusivo e motivou abertura de processo administrativo no estado, resolve:

Art. 1º Determinar a proibição da distribuição e comercialização, em todo território nacional, do lote (não informado), fabricação: 30/03/2015, validade: 30/05/2017, do produto Alga Marinha Desidratada, marca: JiaZhiWelFood, importado por Mercearia e Bomboniere Towa Ltda. (CNPJ: 60.397.198/0001-25), situado Praça da Liberdade , 113, bairro liberdade - São Paulo/SP.

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado dos produtos descritos no art. 1º.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO-RE N° 2.673, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016,

considerando o art. 7º, XV e o art. 8º, § 1º, II da Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando os limites de contaminantes inorgânicos previsto no Anexo do Decreto nº 55871, de 26 de março de 1965;

considerando o item 3.4.1.1 da Resolução RDC nº 360, de 23 de dezembro de 2003;

considerando o item 6.5.1 da Resolução RDC nº 259, de 20 de setembro de 2002;

considerando a Resolução RDC nº 24, de 08 de junho de 2015;

considerando o Laudo de Análise Fiscal nº 219.1P/2016 emitido pelo Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN/SC, cujo resultado a apresentou-se insatisfatório nos ensaios de análise de rotulagem e contaminantes inorgânicos devido à quantidade de cádmio (2,00 mg/kg) acima do limite máximo de tolerância (1,00 mg/kg);

considerando o Ofício nº 2062/16 - DVS/SVS-SC, que informou ser Laudo de Análise Fiscal nº 219.1P/2016 conclusivo e motivou abertura de processo administrativo no estado, resolve:

Art. 1º Determinar a proibição da distribuição e comercialização, em todo território nacional, do lote (não informado), validade: 25/03/2017, do produto Alga Marinha Yakinori, marca: EDOMAE YAKINORI, distribuído por Sidchen Comercial Importadora Ltda. (CNPJ: 52.693.942/0001-04), situado Rua Rodolfo Miranda, 237, São Paulo/SP.

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado dos produtos descritos no art. 1º.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.674, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016,

considerando os arts. 21, 23 e 56 do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de1969;

considerando o inciso XXVI do art. 7º e o inciso II do § 1º do art. 8º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando o art. 45 da Lei nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999;

considerando o item 3.1, alíneas a, b, f da Resolução - RDC n° 259, de 20 de setembro de 2002, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida acauteladora, a suspensão de todas as propagandas e publicidades que atribuam propriedades de saúde, terapêuticas ou funcionais não autorizadas - tais como "é essencial para produção de insulina" e "ajuda o corpo a emagrecer" - ao Suplemento Vitamínico Mineral, da marca MODULARE/PICOLINATO DE CROMO, distribuído e divulgado pela empresa MAFI DISTRIBUIDORA LTDA (CNPJ 12.105.165/0001-07) - sito à Av. Alberto Bins, 658, sala 502 - Centro Histórico, Porto Alegre/RS.

Art. 2º A determinação prevista no Art. 1º não se restringe ao produto citado.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.675, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016;

considerando os art. 2º, I e XIV e arts. 21, 22, 23 e 56 do Decreto - Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969;

considerando o art. 7º, XXVI e o art. 8º, § 1º, II da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando o art. 45 da Lei nº 9.784 , de 29 de janeiro de 1999;

considerando o item 10.1 da Portaria SVS/MS nº 32, de 13 de janeiro de 1998;

considerando os itens 4.2 e 4.3 da Resolução -RDC nº 16, de 30 de abril de 1999;

considerando a veiculação de propagandas irregulares referentes aos produtos: Suplemento Vitamínico e Mineral, OPTIMEMORY, 60 cápsulas e Novo Alimento (Guaraná, Açaí, Manna - Cubiu, Vitaminas e Minerais), OPTIMEMORY, 60 cápsulas, por meio de sítios eletrônicos, contendo alegações terapêuticas e medicamentosas, não permitidas em alimentos, tais como: "aumento constante do foco; controle da inteligência emocional; aumento da capacidade de memorização e aumento das habilidades cognitivas" em http://www.scite.pro.br/optimemory-memoria-foco ; "aumenta a fluidez cerebral, estimula concentração, regulariza o funcionamento da memória e cognição, aumenta a capacidade de aprendizado e potencializa as demais funções cerebrais" em https://www.opti-memory.com.br/v10/lp10.aspx#, e "eleva a capacidade de memória" em http://geniusxfunciona.com/opti-memory/ , resolve:

Art. 1º Determinar, como medida acauteladora, a suspensão de todas as propagandas que atribuam alegações terapêuticas e medicamentosas não permitidas para os produtos: Suplemento Vitamínico e Mineral, OPTIMEMORY, 60 cápsulas e Novo Alimento, OPTIMEMORY, 60 cápsulas, nos sites: http://www.scite.pro.br/optimemory-memoria-foco e https://www.opti-memory.com.br/v10/lp10.aspx# e http://geniusxfunciona.com/opti-memory/.

Art. 2º Essa determinação se aplica a todo sítio eletrônico que atribua ao citado produto alegações referentes ao desempenho cerebral do ser humano.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO-RE N° 2.676, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016,

considerando o art. 28 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977;

considerando o art. 53 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999;

considerando que o Relatório de Inspeção realizada na empresa pela Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul - Vigilância Sanitária - 18ª Coordenadoria Regional de Saúde, no dia 30 de junho de 2016, atesta que a empresa encontra-se apta ao funcionamento.

considerando o Oficio nº 104/2016-AS/VISA de 06 de setembro de 2016,enviado pela Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul -Vigilância Sanitária - 18ª Coordenadoria Regional de Saúde que informa sobre a decisão judicial emitida pelo poder judiciário de Estado do Rio Grande do Sul, a qual revoga a medida cautelar de suspensão das atividades da empresa Elizete Lummertz Borges, resolve:

Art. 1° Revogar a Resolução-RE nº 3.363, de 4 de dezembro de 2015 publicada no D.O.U. nº 233 de 7 de dezembro de 2015, Seção 1, fl 49, que havia proibido a fabricação, a distribuição e a comercialização em todo território nacional, de todos os lotes do produto PALMITO EM CONSERVA, marca CONSERVAS SERRA AZUL, fabricado por Elizete Lummertz Borges (CNPJ: 94.423.787/0001-48), situada a Rua Jorge Jacob Borges, 8, Centro, Morrinhos do Sul/RS. CEP: 95577-000

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO-RE N° 2.677, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016,

considerando o art. 28 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977;

considerando o art. 53 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999;

considerando que o Relatório de Inspeção realizada na empresa pela Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul - Vigilância Sanitária - 18ª Coordenadoria Regional de Saúde, no dia 30 de junho de 2016, atesta que a empresa encontra-se apta para produzir conservas vegetais e palmitos.

considerando o Oficio nº 104/2016-AS/VISA de 06 de setembro de 2016,enviado pela Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul -Vigilância Sanitária - 18ª Coordenadoria Regional de Saúde que informa sobre a decisão judicial emitida pelo poder judiciário de Estado do Rio Grande do Sul a qual revoga a medida cautelar de suspensão das atividades da empresa Celso Alvino Mansan, resolve:

Art. 1° Revogar a Resolução-RE nº 3.364, de 4 de dezembro de 2015 publicada no D.O.U. nº 233 de 7 de dezembro de 2015, Seção 1, fl 50, que havia proibido a fabricação, a distribuição e a comercialização em todo território nacional, de todos os lotes do produto PALMITO EM CONSERVA, marca CONSERVAS MANZAN, fabricado por Celso Alvino Mansan (CNPJ: 07.104.348/0001-78), situada a Av. General Osório, 1146, Centro, Maquine/RS. CEP: 95530-000

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RETIFICAÇÕES

Na Resolução - RE n° 2.360, de 1º de setembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União n° 171, de 05 de setembro de 2016, Seção 1, pág. 56, Suplemento, págs. 40 e 42,

Onde se lê:

EMPRESA: JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA

ENDEREÇO: AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHEK, Nº 2041, ANDARES 8º E 9º COMPLEXO JK. BLOCO B

BAIRRO: VILA NOVA CONCEIÇÃO CEP: 04543011 - SÃO PAULO/SP

CNPJ: 54.516.661/0001-01

PROCESSO: 25351.012683/2003-40

AUTORIZ/MS: 591363625X79 (8.01459-0)

AT I V I D A D E / C L A S S E:

ARMAZENAR: CORRELATO

DISTRIBUIR: CORRELATO

EMBALAR: CORRELATO

EXPEDIR: CORRELATO

EXPORTAR: CORRELATO

FABRICAR: CORRELATO

IMPORTAR: CORRELATO

REEMBALAR: CORRELATO

TRANSPORTAR: CORRELATO

Leia-se:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

EMPRESA: JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, Nº 2041, ANDARES 8º E 9º COMPLEXO JK. BLOCO B
BAIRRO: VILA NOVA CONCEIÇÃO CEP: 04543011 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 54.516.661/0001-01
PROCESSO: 25351.012683/2003-40
AUTORIZ/MS: 591363625X79 (8.01459-0)
AT I V I D A D E / C L A S S E :
ARMAZENAR: CORRELATO
DISTRIBUIR: CORRELATO
EMBALAR: CORRELATO
EXPEDIR: CORRELATO
EXPORTAR: CORRELATO
FABRICAR: CORRELATO
IMPORTAR: CORRELATO
REEMBALAR: CORRELATO
TRANSPORTAR: CORRELATO

Na Resolução - RE n° 4.466, de 29 de novembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União n° 233, de 2 de dezembro de 2013, Seção 1 pág. 40 Suplemento págs. 94 e 109,
Onde se lê:
EMPRESA: FARMACIA GARDINI LTDA ME
ENDEREÇO: RUA GETULIO VARGAS, N° 199
BAIRRO: CENTRO CEP: 89600000 - JOAÇABA/SC
CNPJ: 00.944.610/0001-43
PROCESSO: 25351.635203/2013-95
AUTORIZ/MS: 7.01186-8
ATIVIDADE/CLASSE:
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL: -
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS MAGISTRAIS: -
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS OFICINAIS: -
Leia-se:
EMPRESA: FARMACIA GARDINI LTDA ME
ENDEREÇO: AV XV DE NOVEMBRO NUMERO 214 SALA 05
BAIRRO: CENTRO CEP: 89600000 - JOAÇABA/SC
CNPJ: 00.944.610/0001-43
PROCESSO: 25351.635203/2013-95
AUTORIZ/MS: 7.01186-8
ATIVIDADE/CLASSE:
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL: -
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS MAGISTRAIS: -
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS OFICINAIS: -

Na Resolução RE nº 4.934, de 24 de dezembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 251, de 29 de dezembro de 2014, seção 1, página 28 e em suplemento da seção 1, página 112, referente à certificação da empresa Laboratórios IMA S.A.I.C., solicitada pela Nutriex Importação e Exportação de Produtos Nutricionais e Farmoquímicos Ltda., CNPJ nº 06.172.459/0001-59, publicada por renovação automática, conforme expedientes nº 0568339/14-4 e 2241694/16-3,
Onde se lê:
Laboratório IMA S.A.I.C.
Palpa 2870, Ciudad Autónoma de Buenos Aires.
Produtos estéreis: soluções parenterais de pequeno volume (com preparação asséptica) e pós liofilizados.
Leia-se:
Laboratórios IMA S.A.I.C.
Palpa 2862, Ciudad Autónoma de Buenos Aires.
Produtos estéreis: soluções parenterais de pequeno volume (com preparação asséptica).

Na Resolução - RE N°. 704, de 23 de abril de 2003, publicada no Diário Oficial da União N°. 79, de 25 de abril de 2003, Seção 1 pág. 57,
Onde se lê:
EMPRESA : MINISTÉRIO DA MARINHA - LABORTÓRIO FARMACÊUTICO DA MARINHA
AUTORIZ/MS : 1.20377.7
C.N.P.J. : 00.394.502/0071-57 PROCESSO : 25000.001043/9730-
END. : AV. DOM HÉLDER CÂMARA, 315 BAIRRO : BENFICA
MUNICÍPIO : RIO DE JANEIRO UF : RJ CEP : 20911290
TELEFONE : (21) 3860-7013
ÁREA: MEDICAMENTO ESPECIAL
ATIVIDADE/CLASSE ARMAZENAR MEDICAMENTO
DISTRIBUIR MEDICAMENTO
EMBALAR MEDICAMENTO
EXPORTAR MEDICAMENTO
FABRICAR MEDICAMENTO
IMPORTAR MEDICAMENTO
PRODUZIR MEDICAMENTO
REEMBALAR MEDICAMENTO
TRANSPORTAR MEDICAMENTO
Leia-se:
EMPRESA:MINISTÉRIO DA MARINHA - LABORTÓRIO FARMACÊUTICO DA MARINHA
AUTORIZ/MS : 1.20377.7
C.N.P.J. : 00.394.502/0071-57 PROCESSO : 25000.001043/9730-
END. : AV. DOM HÉLDER CÂMARA, 315 BAIRRO : BENFICA
MUNICÍPIO : RIO DE JANEIRO UF : RJ CEP : 20911291
TELEFONE : (21) 3860-7013
ÁREA: MEDICAMENTO ESPECIAL
ATIVIDADE/CLASSE ARMAZENAR MEDICAMENTO
DISTRIBUIR MEDICAMENTO
EMBALAR MEDICAMENTO
EXPORTAR MEDICAMENTO
FABRICAR MEDICAMENTO
IMPORTAR MEDICAMENTO
PRODUZIR MEDICAMENTO
REEMBALAR MEDICAMENTO
TRANSPORTAR MEDICAMENTO

Na Resolução RE nº 2.378, de 02 de setembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 171, de 05 de setembro de 2016, Seção I, pág. 57, e em Suplemento da Seção I, pág. 61 e 62, referente à certificação da empresa Lifetech Scientific (Shenzhen) Co. Ltd., solicitada pela VR Medical Importadora e Distribuidora de Produtos Médicos Ltda, CNPJ n.º 04.718.143/0001-94, conforme expedientes nº 0817789/12-9 e nº 2267826/16-3.
Onde se lê:
Materiais de uso médico da classe III, fabricados na planta acima mencionada, enquadrados nas classes de risco conforme regras de classificação definidas na Resolução RDC nº 185, de 22 de outubro de 2001.
Leia-se:
Materiais de uso médico da classe IV, fabricados na planta acima mencionada, enquadrados nas classes de risco conforme regras de classificação definidas na Resolução RDC nº 185, de 22 de outubro de 2001.

DIRETORIA DE REGULAÇÃO SANITÁRIA
GERÊNCIA-GERAL DE TECNOLOGIA DE PRODUTOS PARA SAÚDE

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.629, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.387, de 8 de julho de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:
Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.
Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.630, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.387, de 8 de julho de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:
Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.
Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.631, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.387, de 8 de julho de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:
Art. 1° Indeferir as petições relacionadas à Gerência Geral de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.
Art. 2° O motivo do indeferimento do processo/petição deverá ser consultado no site: http://www.anvisa.gov.br.
Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.632, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.387, de 8 de julho de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:
Art. 1° Conceder a Transferência de Titularidade de Registro ou Cadastro e por consequente, cancelar o Registro ou Cadastro dos Produtos para Saúde na conformidade da relação anexa.
Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RETIFICAÇÕES

Na Resolução - RE n° 2.691, de 22 de junho de 2012, publicada em DOU nº 121 de 25 de junho de 2012, Seção 1, página 46 e em suplemento, página 32.
Onde se lê:
POLITEC IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA 1.01780-1
Curativo 25000.017928/97-04
...
CLASSE : II 10178010046
80012 - Revalidação de Cadastro de FAMÍLIA de Material de Uso Médico.
Leia-se:
POLITEC IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA 1.01780-1
Curativo 25000.017928/97-04
...
CLASSE : III 10178010046
8032 - Revalidação de Registro de Família de Material de Uso Médico.

Na Resolução - RE n° 3.392, de 16 de julho de 2010, publicada em DOU nº 136 de 19 de julho de 2010, Seção 1, página 58 e em suplemento, página 72.
Onde se lê:
PRISMA INSTRUMENTOS ODONTOLÓGICOS LTDA - ME 8.02435-2
...
Cabo para Espelho 25351.292023/2005-02
...
8032 - Revalidação de Registro de FAMÍLIA de Material de Uso Médico
...
Porta Matriz Odontológico 25351.293763/2005-58
...
8032 - Revalidação de Registro de FAMÍLIA de Material de Uso Médico
Leia-se:
PRISMA INSTRUMENTOS ODONTOLÓGICOS LTDA - ME 8.02435-2
...
Cabo para Espelho 25351.292023/2005-02
...
80012- Revalidação de Cadastro de Família de Material de uso Médico.
...
Porta Matriz Odontológico 25351.293763/2005-58
...
80012 - Revalidação de Cadastro de FAMÍLIA de material de Uso Médico.

Na Resolução - RE n° 3.487, de 23 de julho de 2010, publicada em DOU nº 141 de 26 de julho de 2010, Seção 1, página 32 e em suplemento, página 74.
Onde se lê:
PRISMA INSTRUMENTOS ODONTOLÓGICOS LTDA - ME 8.02435-2
Instrumentos Auxiliares na Pratica Odontologica 25351.293935/2005-93
...
8033 - Revalidação de Registro de MATERIAL de Uso Médico
Espelho Bucal 25351.294024/2005-83
...
8033 - Revalidação de Registro de MATERIAL de Uso Médico
Leia-se:
PRISMA INSTRUMENTOS ODONTOLÓGICOS LTDA - ME 8.02435-2
Instrumentos Auxiliares na Pratica Odontologica 25351.293935/2005-93
...
8035 - Revalidação de Cadastramento (Isenção) de MATERIAL de Uso Médico
Espelho Bucal 25351.294024/2005-83
...
8035 - Revalidação de Cadastramento (Isenção) de MATERIAL de Uso Médico

Na Resolução - RE n° 4.344, de 17 de setembro de 2010, publicada em DOU nº 181 de 21 de setembro de 2010, Seção 1, página 55 e em suplemento, página 102.
Onde se lê:
CREMER S/A 8.02452-1
Ataduras 25351.227410/2005-60
...
8032 - Revalidação de Registro de FAMÍLIA de Material de Uso Médico

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Leia-se:
CREMER S/A 8.02452-1
Ataduras 25351.227410/2005-60
...
80012 - Revalidação de Cadastro de FAMÍLIA de Material de Uso Médico

Na Resolução - RE n° 5.689, de 16 de dezembro de 2011, publicada em DOU nº 242 de 19 de dezembro de 2011, Seção 1, página 688 e em suplemento, página 69.
Onde se lê:
Intermedic Technology Importação e Exportação Ltda 8.00941-7
Kit Instrumental 25351.487600/2006-15
...
CLASSE : I 80094170019
8035 - Revalidação de Cadastramento (Isenção) de MATERIAL de Uso Médico.
Leia-se:
Intermedic Technology Importação e Exportação Ltda 8.00941-7
Kit Instrumental 25351.487600/2006-15
...
CLASSE : I 80094170019
80125 - Revalidação de Cadastro de Conjunto de Material de Uso Médico

Na Resolução - RE n° 5.883, de 29 de dezembro de 2011, publicada em DOU nº 1 de 2 de janeiro de 2012, Seção 1, página 61 e em suplemento, página 29.
Onde se lê:
VR MEDICAL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA 8.01025-1
Manipulador uterino 25351.327153/2010-96
...
8027 - Registro de Famílias de Material de Uso Médico IMPORTADO
Leia-se:
VR MEDICAL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA 8.01025-1
Manipulador uterino 25351.327153/2010-96
...
80007 - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico IMPORTADO.

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 1.295, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva Coronariana (UCO) na Santa Casa de Ourinhos - Associação da Santa Casa de Misericórdia de Ourinhos de Ourinhos (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,
Considerando a Portaria nº 3432/GM/MS, de 12 de agosto de 1998, que estabelece critérios de classificação e cadastramento para as Unidades de Tratamento Intensivo;
Considerando a Portaria nº 2.994/GM/MS, de 13 de dezembro de 2011, que aprova a linha de cuidado do Infarto agudo do miocárdio e o protocolo de síndromes coronarianas; e
Considerando a solicitação do respectivo Estado, resolve:
Art. 1º Fica habilitado o número de leitos da Unidade de Terapia Intensiva Coronariana - UCO, dos hospitais a seguir relacionados:
SÃO PAULO

CNES	Hospital	Nº leitos
4049020	Santa Casa de Ourinhos - Associação da Santa Casa de Misericórdia de Ourinhos - Ourinhos/SP	
26.08		02

Art. 2º A referida unidade poderá ser submetida à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria nº 2.994/GM/MS, de 13 de dezembro de 2011, terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.296, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

Reclassifica leitos da Unidade de Tratamento Intensivo - UTI Tipo I da Santa Casa de Presidente Venceslau - Irmandade da Santa Casa de Presidente Venceslau/SP.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,
Considerando a Portaria nº 3.432/GM/MS, de 12 de agosto de 1998, que estabelece critérios de classificação e cadastramento para as Unidades de Tratamento Intensivo;
Considerando a Portaria nº 598/GM/MS, de 23 de março de 2006, que define o fluxo para credenciamento de leitos de Unidade de Tratamento Intensivo, e
Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar - DAHU/SAS/MS, resolve:
Art. 1º Fica reclassificado, para tipo II, o número de leitos da Unidade de Tratamento Intensivo - UTI Tipo I, do hospital a seguir relacionado:

CNES	Hospital	Nº leitos
2078139	Santa Casa de Presidente Venceslau - Irmandade da Santa Casa de Presidente Venceslau/SP	
26.01 Adulto		04

Art. 2º A referida unidade poderá ser submetida à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria nº 3.432/GM/MS, de 12 de agosto de 1998, terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.297, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

Altera o número de leitos da Unidade de Tratamento Intensivo - UTI Adulto Tipo II do Hospital Santa Casa de Vitória - Irmandade da Santa Casa de Misericórdia - Vitória/ES.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,
Considerando a Portaria nº 2.395/GM/MS, de 11 de outubro de 2011, que organiza o Componente Hospitalar da Rede de Atenção às Urgências no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);
Considerando a Portaria nº 3.432/GM/MS, de 12 de agosto de 1998, que estabelece critérios de classificação e cadastramento para as Unidades de Tratamento Intensivo;
Considerando a Portaria nº 598/GM/MS, de 23 de março de 2006, que define o fluxo para credenciamento de leitos de Unidade de Tratamento Intensivo;
Considerando o Plano de Ação Regional do respectivo Estado, e
Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar - DAHU/SAS/MS, resolve:
Art. 1º Fica alterado, no âmbito das Redes de Atenção às Urgências, o número de leitos da Unidade de Tratamento Intensivo - UTI Adulto Tipo II do hospital a seguir relacionado:

CNES	Hospital	Nº leitos
0011746	Hospital Santa Casa de Vitória - Irmandade da Santa Casa de Misericórdia - Vitória/ES	
26.01		10

Art. 2º A referida unidade poderá ser submetida à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria nº 3.432/GM/MS, de 12 de agosto de 1998, terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.298, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

Altera o número de leitos da Unidade de Tratamento Intensivo - UTI da Santa Casa Sorocaba - Prefeitura Municipal de Sorocaba - Sorocaba/SP.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,
Considerando a Portaria nº 3.432/GM/MS, de 12 de agosto de 1998, que estabelece critérios de classificação e cadastramento para as Unidades de Tratamento Intensivo;
Considerando a Portaria nº 598/GM/MS, de 23 de março de 2006, que define o fluxo para credenciamento de leitos de Unidade de Tratamento Intensivo; e
Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar - DAHU/SAS/MS, resolve:
Art. 1º Fica alterado o número de leitos da Unidade de Tratamento Intensivo - UTI, Tipo II, do hospital a seguir relacionado:

CNES	Hospital	Nº leitos
2708779	Santa Casa Sorocaba - Prefeitura Municipal de Sorocaba - Sorocaba/SP	
26.01 Adulto		20

Art. 2º A referida unidade poderá ser submetida à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria nº 3.432/GM/MS, de 12 de agosto de 1998, terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.299, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

Altera o número de leitos da Unidade de Tratamento Intensivo - UTI Adulto Tipo II da Associação Humanitária Beneficente do Recife - Recife/PE.

A Secretária de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,
Considerando a Portaria nº 2.395/GM/MS, de 11 de outubro de 2011, que organiza o Componente Hospitalar da Rede de Atenção às Urgências no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);
Considerando a Portaria nº 3.432/GM/MS, de 12 de agosto de 1998, que estabelece critérios de classificação e cadastramento para as Unidades de Tratamento Intensivo;
Considerando a Portaria nº 598/GM/MS, de 23 de março de 2006, que define o fluxo para credenciamento de leitos de Unidade de Tratamento Intensivo;
Considerando o Plano de Ação Regional do respectivo Estado, e
Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar - DAHU/SAS/MS, resolve:
Art. 1º Fica alterado, no âmbito das Redes de Atenção às Urgências, o número de leitos da Unidade de Tratamento Intensivo - UTI Adulto Tipo II do hospital a seguir relacionado:

CNES	Hospital	Nº leitos
6633064	CHS Nossa Senhora das Graças - Associação Humanitária Beneficente do Recife - Recife/PE	
26.01		50

Art. 2º A referida unidade poderá ser submetida à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria nº 3.432/GM/MS, de 12 de agosto de 1998, terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.300, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

Altera o número de leitos da Unidade de Tratamento Intensivo - UTI Tipo II do Hospital Martagão Gesteira do Município de Salvador (BA).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,
Considerando a Portaria nº 3.432/GM/MS, de 12 de agosto de 1998, que estabelece critérios de classificação e cadastramento para as Unidades de Tratamento Intensivo;
Considerando a Portaria nº 598/GM/MS, de 23 de março de 2006, que define o fluxo para credenciamento de leitos de Unidade de Tratamento Intensivo, e
Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar - DAHU/SAS/MS, resolve:
Art. 1º Fica alterado o número de leitos da Unidade de Tratamento Intensivo - UTI Tipo II do hospital a seguir relacionado:

CNES	Hospital	Nº leitos
0004278	Hospital Martagão Gesteira - Liga Alvaro Bahia Contra Mortalidade Infantil - Salvador/BA	
26.03 Pediátrica		10

Art. 2º A referida unidade poderá ser submetidas à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria nº 3.432/GM/MS, de 12 de agosto de 1998, terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1301, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

Altera o número de leitos da Unidade de Tratamento Intensivo - UTI Tipo II da Santa Casa de Misericórdia Nossa Senhora do Patrocínio - Patrocínio (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,
Considerando a Portaria nº 3.432/GM/MS, de 12 de agosto de 1998, que estabelece critérios de classificação e cadastramento para as Unidades de Tratamento Intensivo;
Considerando a Portaria nº 2.283/GM/MS, de 10 de outubro de 2008, que habilitou leitos de UTI Adulto para a Santa Casa de Misericórdia Nossa Senhora do Patrocínio; e
Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar - DAHU/SAS/MS, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Fica alterado o número de leitos da Unidade de Tratamento Intensivo - UTI Tipo II do hospital a seguir relacionado:

CNES	Hospital	Nº leitos	Proposta SAIPS
2209195	Santa Casa de Misericórdia Nossa Senhora do Patrocínio - Irmandade Nossa Senhora do Patrocínio - Patrocínio/MG		
26.01 Adulto		18	8262

Art. 2º A referida unidade poderá ser submetida à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria nº 3.432/GM/MS, de 12 de agosto de 1998, terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1302, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

Habilita o número de leitos da Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal Convencional - UCINCo da Santa Casa de Rio Claro - Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Rio Claro - Rio Claro (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 930/GM/MS, de 10 de maio de 2012, que define os critérios de classificação e habilitação de leitos de Unidades Neonatal; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar - DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o número de leitos da Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal Convencional - UCINCo do hospital a seguir relacionados:

CNES	Hospital	Nº leitos
2082888	Santa Casa de Rio Claro - Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Rio Claro - Rio Claro/SP	
28.02		05

Art. 2º A referida unidade poderá ser submetidas à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS, e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria nº 930/GM/MS, de 10 de maio de 2012, terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.303, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

Habilita Serviços Hospitalares de Referência para atenção às pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades de saúde decorrentes do uso de álcool, crack e outras drogas.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando as diretrizes e orientações contidas na Portaria nº 3.088/GM/MS, de 23 de dezembro de 2011, que institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades de saúde decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde;

Considerando que a Portaria nº 148/GM/MS, de 31 de janeiro de 2012, que define as normas de funcionamento e habilitação do Serviço Hospitalar de Referência para atenção a pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades de saúde decorrentes do uso de álcool, crack e outras drogas, do Componente Hospitalar da Rede de Atenção Psicossocial, e institui incentivos financeiros de investimento e de custeio;

Considerando a Portaria nº 349/GM/MS, de 29 de fevereiro de 2012, que altera e acresce dispositivo à Portaria n° 148/GM/MS, de 31 de janeiro de 2012.

Considerando a Portaria nº 1.615/GM/MS, de 26 de julho de 2012, que altera o item II do artigo 9º e os artigos 12º e 13º da Portaria nº 148/GM/MS, de 31 de janeiro de 2012;

Considerando a Portaria nº 130/GM/MS, de 26 de janeiro de 2012, que redefine o Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e Outras Drogas 24h (CAPS AD III);

Considerando a Portaria nº 1.600/GM/MS, de 07 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 2.395GM/MS, de 11 de outubro de 2011, que organiza o componente hospitalar da Rede de Atenção às Urgências, no âmbito do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria nº 953/SAS/MS, de 12 de setembro de 2012, que inclui na tabela de habilitação do SCNES a habilitação 0636 - Serviço Hospitalar de Referência para atenção às pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades de saúde decorrentes do uso de álcool, crack e outras drogas e inclui procedimentos na Tabela de Procedimentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do SUS, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados os Serviços Hospitalares de Referência para atenção às pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades de saúde decorrentes do uso de álcool, crack e outras drogas, descritos no anexo a esta Portaria, para realizar os procedimentos específicos previstos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

ANEXO

FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

UF	Município	IBGE	Nº Leitos	Razão Social	CNES	Gestão	Habilitação
MG	Águas Formosas	310090	02	Hospital São Vicente De Paulo	2183803	Municipal	0636
MG	Capelinha	310000	01	Fundação Hospitalar São Vicente de Paulo	2135124	Estadual	0636
MG	Padre Paraíso	314630	01	Hospital Nossa Senhora Mãe da Igreja	2208083	Municipal	0636

PORTARIA Nº 1.304, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

Habilita Serviços Hospitalares de Referência para atenção às pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades de saúde decorrentes do uso de álcool, crack e outras drogas.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando as diretrizes e orientações contidas na Portaria nº 3.088/GM/MS, de 23 de dezembro de 2011, que institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades de saúde decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde;

Considerando as diretrizes e orientações contidas na Portaria nº 148/GM/MS, de 31 de janeiro de 2012, que define as normas de funcionamento e habilitação do Serviço Hospitalar de Referência para atenção às pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades de saúde decorrentes do uso de álcool, crack e outras drogas, do componente hospitalar da Rede de Atenção Psicossocial, e institui incentivos financeiros de investimento e custeio.

Considerando que a Portaria nº 148/GM/MS, de 31 de janeiro de 2012, que normatiza o funcionamento do componente hospitalar da RAPS por meio da implantação de leitos de saúde mental em Hospitais Gerais, leito tipo 87- Leito de Saúde Mental;

Considerando a Portaria nº 349/GM/MS, de 29 de fevereiro de 2012, que altera e acresce dispositivo à Portaria nº 148/GM/MS, de 31 de janeiro de 2012;

Considerando a Portaria nº 1.615/GM/MS, de 26 de julho de 2012, que altera o item II do artigo 9º e os artigos 12º e 13º da Portaria nº 148/GM/MS, de 31 de janeiro de 2012;

Considerando a Portaria nº 130/GM/MS, de 26 de janeiro de 2012, que redefine o Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e Outras Drogas 24h (CAPS AD III);

Considerando a Portaria nº 1.600/GM/MS, de 07 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 2.395/GM/MS, de 11 de outubro de 2011, que organiza o componente hospitalar da Rede de Atenção às Urgências, no âmbito do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria nº 953/SAS/MS, de 12 de setembro de 2012, que inclui na tabela de habilitação do SCNES a habilitação 0636 - Serviço Hospitalar de Referência para atenção às pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades de saúde decorrentes do uso de álcool, crack e outras drogas e inclui procedimentos na Tabela de Procedimentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do SUS, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados os Serviços Hospitalares de Referência para atenção às pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades de saúde decorrentes do uso de álcool, crack e outras drogas, descritos nos anexos a esta Portaria, para realizar os procedimentos específicos previstos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SUS):

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

ANEXO

FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

UF	Município	IBGE	Nº Leitos	Razão Social	CNES	Gestão	Habilitação
MG	Poté	310000	01	Hospital São Vicente de Paulo de Pote	2178990	Estadual	0636
MG	Itambacuri	313270	02	Associação Hospitalar Nossa Senhora dos Anjos	2185563	Municipal	0636

PORTARIA Nº 1.305, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

Habilita Serviços Hospitalares de Referência para atenção às pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades de saúde decorrentes do uso de álcool, crack e outras drogas.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando as diretrizes e orientações contidas na Portaria nº 3.088/GM/MS, de 23 de dezembro de 2011, que institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades de saúde decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde;

Considerando as diretrizes e orientações contidas na Portaria nº 148/GM/MS, de 31 de janeiro de 2012, que define as normas de funcionamento e habilitação do Serviço Hospitalar de Referência para atenção às pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades de saúde decorrentes do uso de álcool, crack e outras drogas, do componente hospitalar da Rede de Atenção Psicossocial, e institui incentivos financeiros de investimento e custeio.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando que a Portaria nº 148/GM/MS, de 31 de janeiro de 2012, que normatiza o funcionamento do componente hospitalar da RAPS por meio da implantação de leitos de saúde mental em Hospitais Gerais, leito tipo 87- Leito de Saúde Mental;

Considerando a Portaria nº 349/GM/MS, de 29 de fevereiro de 2012, que altera e acresce dispositivo à Portaria nº 148/GM/MS, de 31 de janeiro de 2012;

Considerando a Portaria nº 1615/GM/MS, de 26 de julho de 2012, que altera o item II do artigo 9º e os artigos 12º e 13º da Portaria nº 148/GM/MS, de 31 de janeiro de 2012;

Considerando a Portaria nº 130/GM/MS, de 26 de janeiro de 2012, que redefine o Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e Outras Drogas 24h (CAPS AD III);

Considerando a Portaria nº 1.600/GM/MS, de 07 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 2.395/GM/MS, de 11 de outubro de 2011, que organiza o componente hospitalar da Rede de Atenção às Urgências, no âmbito do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 953/SAS/MS, de 12 de setembro de 2012, que inclui na tabela de habilitação do SCNES a habilitação 0636 - Serviço Hospitalar de Referência para atenção às pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades de saúde decorrentes do uso de álcool, crack e outras drogas e inclui procedimentos na Tabela de Procedimentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do SUS, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados os Serviços Hospitalares de Referência para atenção às pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades de saúde decorrentes do uso de álcool, crack e outras drogas, descritos nos anexos a esta Portaria, para realizar os procedimentos específicos previstos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SUS):

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

ANEXO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UF	Município	IBGE	Nº Leitos	Razão Social	CNES	Gestão	Habilitação
PE	Recife	261160	14	ASSOCIACAO EVANGELICA BENEFICIENTE DE PERNAMBUCO	2752808	Municipal	0636
PE	Recife	261160	10	FUNDAÇÃO PROFESSOR MARTINIANO FERNANDES IMIP HOSPITALAR	2752743	Municipal	0636

PORTARIA Nº 1.309, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016

Habilita a Santa Casa de Rio Claro como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional Enteral e Parenteral.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 343/GM/MS, de 07 de março de 2005, que institui mecanismos para a organização e implantação de Unidades de Assistência e Centros de Referência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS;

Considerando a Portaria nº 120/SAS/MS, de 14 de abril de 2009, que aprova as Normas de Classificação, Credenciamento e Habilitação dos Serviços de Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional no âmbito do SUS;

Considerando a manifestação favorável da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e aprovação no âmbito da Comissão Intergestores Bipartite do Estado, por meio do ofício CIB/SP nº 77/2015, datado de 25/11/2015; e

Considerando a avaliação da Secretaria de Atenção à Saúde - Departamento de Atenção Especializada e Temática - Coordenação-Geral de Média e Alta Complexidade, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o estabelecimento a seguir descrito, como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional Enteral e Parenteral:

Nome fantasia/ Razão Social/Município	CNES	CNPJ
Santa Casa de Rio Claro / Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Rio Claro / Secretaria Do Estado Da Saúde/ São Paulo	2082888	56.384.183/0001-40

Art. 2º O custeio do impacto financeiro gerado por esta habilitação correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde. Os recursos serão alocados ao teto de Média e Alta Complexidade do Estado de acordo com o vínculo do estabelecimento e a modalidade de gestão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.310, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016

Habilita a Santa Casa de Mococa(SP) como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional Enteral e Parenteral.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 343/GM/MS, de 07 de março de 2005, que institui mecanismos para a organização e implantação de Unidades de Assistência e Centros de Referência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS;

Considerando a Portaria nº 120/SAS/MS, de 14 de abril de 2009, que aprova as Normas de Classificação, Credenciamento e Habilitação dos Serviços de Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional no âmbito do SUS;

Considerando a manifestação favorável da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e aprovação no âmbito da Comissão Intergestores Bipartite do Estado, por meio do ofício CIB/SP nº 77/2015, datado de 25 de novembro de 2015; e

Considerando a avaliação da Coordenação-Geral de Média e Alta Complexidade/Departamento de Atenção Especializada e Temática/Secretaria de Atenção à Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o estabelecimento a seguir descrito, como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional Enteral e Parenteral:

Nome fantasia/ Razão Social/Município	CNES	CNPJ
Santa Casa de Mococa/ Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mococa/ Secretaria do Estado da Saúde/São Paulo	2705222	52.505.153/0001-94

Art. 2º O custeio do impacto financeiro gerado por esta habilitação correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde. Os recursos serão alocados ao teto de Média e Alta Complexidade do Estado de acordo com o vínculo do estabelecimento e a modalidade de gestão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.311, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

Torna o município de Campo Grande/MS apto a receber os incentivos financeiros destinados ao custeio mensal dos serviços de Oficina Ortopédica Itinerante Terrestre para manutenção e adaptação de órteses, próteses e materiais especiais.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 793/GM/MS, de 24 de abril de 2012, que institui a Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria nº 835/GM/MS, de 25 de abril de 2012, que institui incentivos financeiros de investimentos e de custeio para o Componente da Atenção Especializada da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência;

Considerando a Portaria nº 971/SAS/MS, de 13 de setembro de 2012, que adequa o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) e inclui Procedimentos de Manutenção e Adaptação de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) da Tabela de Procedimentos do SUS;

Considerando a Portaria nº 1.297/SAS/MS, de 22 de novembro de 2012, que inclui incentivos para as Oficinas Ortopédicas na Tabela de Incentivos Redes no SCNES;

Considerando a Portaria nº 492/SAS/MS, de 30 de abril de 2013, que readequa o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES);

Considerando a Portaria nº 2.617/GM/MS, de 1º de novembro de 2013, que estabelece prazo para o pagamento dos incentivos financeiros aos estabelecimentos de saúde que prestam serviços deforma complementar ao Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 281/GM/MS, de 27 de fevereiro de 2014, que institui o Sistema de Apoio à Implementação de Políticas em Saúde (SAIPS) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando o Extrato de Doação nº 589/2015, de 1º de setembro de 2015, no qual a Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande/MS é donatária da Oficina Ortopédica Itinerante Terrestre visando à implantação e/ou implementação da Rede Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do SUS; e

Considerando a necessidade de identificar no SCNES os estabelecimentos participantes da Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência que farão jus ao incentivo de oficinas ortopédicas, resolve:

Art. 1º Fica apto a receber o incentivo financeiro destinado ao custeio mensal dos serviços de Oficina Ortopédica Itinerante Terrestre para manutenção e adaptação de órteses, próteses e materiais especiais, o estabelecimento a seguir relacionado.

UF	MUNICIPIO	CNES	ESTABELECIMENTO
MS	Campo Grande	9030131	OFICINA ORTOPÉDICA ITINERANTE TERRESTRE - 82.35

Art. 2° Fica determinado que a habilitação listada no art. 1º será monitorada e caso apresente irregularidade na prestação dos serviços, os gestores responsáveis pelos estabelecimentos serão notificados, ficando a cargo da Coordenação Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência (CGSPD/DAPES/SAS/MS) a análise sobre a continuidade ou não da habilitação.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria correrão por conta do Orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Plano Orçamentário 0006 -Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade/ Viver sem Limites, dos Estados e Municípios.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.324, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016

Habilita, no âmbito da Rede Cegonha, o Centro de Parto Normal - CPN na Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1.459/GM/MS, de 24 de junho de 2011, que institui a Rede Cegonha;

Considerando a Portaria nº 650/GM/MS, de 5 de outubro de 2011, que dispõe sobre os Planos de Ação regional e municipal da Rede Cegonha;

Considerando a Portaria nº 11/GM/MS, de 7 de janeiro de 2015, que estabelece diretrizes para implantação e habilitação de Centro de Parto Normal (CPN), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 1.358/GM/MS, de 2 de julho de 2012, que aprova Etapa II do Plano de Ação da Rede Cegonha do Estado do Pará e aloca recursos financeiros para sua implementação; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação Geral da Saúde das Mulheres/DAPES/SAS/MS, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Fica habilitado, no âmbito da Rede Cegonha, o seguinte Centro de Parto Normal abaixo relacionado:

UF	MUNICÍPIO	CPN PERTENCENTE AO HOSPITAL:	CNPJ	GESTÃO	CNES	TIPO CPN
PA	Belém	Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará	04929345/0001-85	Municipal	2752700	CPNi tipo II com 5 quartos PPP

Art. 2º O Ministério da Saúde acompanhará as informações sobre as ações executadas pelo Centro de Parto Normal, podendo suspender a habilitação do CPN a qualquer momento, caso constatado o não cumprimento dos requisitos de constituição e habilitação estabelecidos na Portaria nº 11/GM/MS, de 7 de janeiro de 2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.325, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016

Habilita a Fundação PIO XII, como Serviço de Referência para Diagnóstico de Câncer de Mama (SDM).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº. 483/GM/MS, de 1º de abril de 2014, que redefine a Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e estabelece diretrizes para a organização das suas linhas de cuidado;

Considerando a Portaria nº. 189/GM/MS, de 31 de janeiro 2014, que institui o Serviço de Referência para Diagnóstico e Tratamento de Lesões Precursoras do Câncer do Colo de Útero (SRC), o Serviço de Referência para Diagnóstico de Câncer de Mama (SDM) e os respectivos incentivos financeiros de custeio e de investimento para a sua implantação; e

Considerando a avaliação da Coordenação-Geral de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas, do Departamento de Atenção Especializada e Temática e da Secretaria de Atenção à Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o estabelecimento de saúde a seguir informado, como Serviço de Referência para Diagnóstico de Câncer de Mama (SDM), Código de Habilitação 17.20.

ESTADO	MUNICIPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	PORTE POPULACIONAL
SP	Fernandópolis	FUNDAÇÃO PIO XII	7451229	300.000 a 499.999

Art. 2º O custeio do incentivo financeiro gerado por esta habilitação correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde. Os recursos serão alocados no teto de Média e Alta Complexidade do Estado ou Município, de acordo com o vínculo da unidade e modalidade da gestão. Os recursos serão disponibilizados pelo Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 (PO - 0008 - Controle do Câncer).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.326, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016

Habilita a Santa Casa de Araraquara - SP como Serviço de Referência para Diagnóstico de Câncer de Mama (SDM).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº. 483/GM/MS, de 1º de abril de 2014, que redefine a Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e estabelece diretrizes para a organização das suas linhas de cuidado;

Considerando a Portaria nº. 189/GM/MS, de 31 de janeiro 2014, que institui o Serviço de Referência para Diagnóstico e Tratamento de Lesões Precursoras do Câncer do Colo de Útero (SRC), o Serviço de Referência para Diagnóstico de Câncer de Mama (SDM) e os respectivos incentivos financeiros de custeio e de investimento para a sua implantação; e

Considerando a avaliação da Coordenação-Geral de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas, do Departamento de Atenção Especializada e Temática e da Secretaria de Atenção à Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o estabelecimento de saúde abaixo informado, como Serviço de Referência para Diagnóstico de Câncer de Mama (SDM), Código de Habilitação 17.19.

ESTADO	MUNICIPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	PORTE POPULACIONAL
SP	Araraquara	SANTA CASA DE ARARAQUARA	2082527	acima 500.000 habitantes

Art. 2º O custeio do incentivo financeiro gerado por esta habilitação correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde. Os recursos serão alocados no teto de Média e Alta Complexidade do Estado ou Município, de acordo com o vínculo da unidade e modalidade da gestão. Os recursos serão disponibilizados pelo Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 (PO - 0008 - Controle do Câncer).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.328, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016

Habilita Centro Especializado em Reabilitação (CER) e encerra a habilitação de Centro de Referência de Reabilitação em Medicina física; Centro de Reabilitação Física - Nível Intermediário e Centro de Reabilitação Auditiva na Alta Complexidade.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 793/GM/MS, de 24 de abril de 2012, que institui a Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria nº 835/GM/MS, de 25 de abril de 2012, que institui incentivos financeiros de investimentos e de custeio para o Componente da Atenção Especializada da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência;

Considerando a Portaria nº 971/SAS/MS, de 13 de setembro de 2012, que adequa o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) e inclui Procedimentos de Manutenção e Adaptação de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) da Tabela de Procedimentos do SUS;

Considerando a Portaria 492/SAS/MS, de 30 de abril de 2013, que readéqua o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES);

Considerando a Portaria nº 281/GM/MS, de 27 de fevereiro de 2014, que institui o Sistema de Apoio à Implementação de Políticas em Saúde (SAIPS) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 790/SAS/MS, de 1º de setembro de 2014, que inclui regra contratual na tabela de Regras Contratuais do CNES;

Considerando a manifestação favorável do Grupo Condutor Estadual e a aprovação da habilitação na Comissão Intergestores Bipartite (CIB); e

Considerando a avaliação técnica realizada pela Coordenação Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Centro Especializado em Reabilitação (CER) descrito no anexo I desta Portaria, para realizar serviço de reabilitação previsto na Portaria n° 793/GM/MS, de 24 de abril de 2012.

Art. 2° A habilitação listada no Art 1º será monitorada e caso apresente irregularidades na prestação dos serviços, o gestor responsável pelo estabelecimento será notificado, ficando a cargo da Coordenação Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência (CGSPD/DAPES/SAS/MS) a análise sobre a continuidade ou não da habilitação.

Art. 3º Fica encerrada a habilitação de modalidade única 22.01 - CENTRO DE REFERÊNCIADE REABILITAÇÃO EM MEDICINA FÍSICA; 22.02 - CENTRO DE REABILITAÇÃO FÍSICA - NIVEL INTERMEDIÁRIO e 22.05 - CENTRO DE REABILITAÇÃO AUDITIVA NA ALTA COMPLEXIDADE, uma vez que o serviço será habilitado com o código 22.08 - CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO (CER) - MODALIDADE FÍSICA e 22.10 - CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO (CER) - MODALIDADE AUDITIVA conforme descrito no Anexo II a esta Portaria.

Art. 4° O recurso orçamentário, objeto desta Portaria correrá por conta do Orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Plano Orçamentário 0006 -Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade/ Viver sem Limites.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

ANEXO I

UF	Município	Nome do Estabelecimento	CNES	Tipo	Modalidades	Código de Habilitação	Número da Proposta SAIPS/Ano
PE	Recife	Instituto de Medicina Integral Prof. Fernando Figueira - IMIP	0000434	CER IV	Auditiva, Visual, Física e Intelectual	22.08; 22.09; 22.10; 22.11	11644

ANEXO II

UF	Município	Estabelecimento	CNES	Códigos da Habilitação a serem suspensos
PE	Recife	Instituto de Medicina Integral Prof Fernando Figueira - IMIP	0000434	22.01; 22.02 e 22.05

PORTARIA Nº 1.329, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016

Habilita o Hospital Santo Antônio/Real e Benemérita Associação Portuguesa de Beneficência/São Paulo Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional Enteral/Parenteral.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 343/GM/MS, de 07 de março de 2005, que institui mecanismos para a organização e implantação de Unidades de Assistência e Centros de Referência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS;

Considerando a Portaria nº 120/SAS/MS, de 14 de abril de 2009, que aprova as Normas de Classificação, Credenciamento e Habilitação dos Serviços de Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional no âmbito do SUS e Parâmetros para composição de Teto financeiro em Terapia Nutricional (Anexo IV) a serem incorporados ao Teto Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para o custeio da Terapia Nutricional;

Considerando a manifestação favorável da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e aprovação no âmbito da Comissão Intergestores Bipartite do Estado, por meio da Deliberação CIB nº 03/2015, datado de 27 de janeiro de 2015; e

Considerando a avaliação da Secretaria de Atenção à Saúde - Departamento de Atenção Especializada e Temática - Coordenação-Geral de Média e Alta Complexidade, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o estabelecimento a seguir descrito, como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional Enteral/Parenteral:

Nome fantasia/ Razão Social/Município	CNES	CNPJ
Hospital Santo Antônio/ Real e Benemérita Associação Portuguesa de Beneficência/São Paulo.	6984649	61.599.908/0031-73

Art. 2º O custeio do impacto financeiro gerado por esta habilitação correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde. Os recursos serão alocados ao teto de Média e Alta Complexidade do Estado de acordo com o vínculo do estabelecimento e a modalidade de gestão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.330, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016

Habilita Centros Especializados em Reabilitação (CER).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 793/GM/MS, de 24 de abril de 2012, que institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria nº 835/GM/MS, de 25 de abril de 2012, que institui incentivos financeiros de investimentos e de custeio para o Componente Atenção Especializada da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência;

Considerando a Portaria nº 971/SAS/MS, de 13 de setembro de 2012, que adequa o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) e inclui Procedimentos de Manutenção e Adaptação de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) da Tabela de Procedimentos do SUS;

Considerando a Portaria 492/SAS/MS, de 30 de abril de 2013, que readéqua o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES);

Considerando a Portaria nº 281/GM/MS, de 27 de fevereiro de 2014, que institui o Sistema de Apoio à Implementação de Políticas em Saúde (SAIPS) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 790/SAS/MS, de 1º de setembro de 2014, que Inclui regra contratual na tabela de Regras Contratuais do CNES;

Considerando a manifestação favorável do Grupo Condutor Estadual e a aprovação da habilitação na Comissão Intergestora Bipartite (CIB); e

Considerando a avaliação técnica realizada pela Coordenação Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Ficam habilitados os Centros Especializados em Reabilitação (CER) descritos nesta Portaria, para realizar serviço de reabilitação previsto na Portaria n° 793/GM/MS, de 24 de abril de 2012:

UF	Município	Nome do Estabelecimento	CNES	Tipo	Modalidades	Código de Habilitação	Número da Proposta SAIPS/Ano
RJ	Barra do Piraí	Associação Pestalozzi Barra do Piraí	2287897	CER II	Intelectual e Física	22.08; 22.09	11441
RJ	Maricá	APAE Maricá	7685203	CER III	Auditiva, Física e Intelectual	22.08; 22.09; 22.10	11527

Art. 2° Fica determinado que as habilitações listadas no art. 1º serão monitoradas e caso apresentem irregularidades na prestação dos serviços, os gestores responsáveis pelos estabelecimentos serão notificados, ficando a cargo da Coordenação Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência (CGSPD/DAPES/SAS/MS) a análise sobre a continuidade ou não das habilitações.

Art. 3° Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria correrão por conta do Orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Plano Orçamentário 0006 -Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade/ Viver sem Limites.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.331, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016

Habilita o número de leitos da Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal Convencional - UCINCo do Hospital e Maternidade Celso Pierro - Campinas (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 930/GM/MS, de 10 de maio de 2012, que define os critérios de classificação e habilitação de leitos de Unidade Neonatal; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar - DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o número de leitos da Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal Convencional - UCINCo do hospital a seguir relacionado:

CNES	Hospital	Nº leitos
2082128	Hospital e Maternidade Celso Pierro - Sociedade Campineira de Educação e Instrução - Campinas/SP	
28.02 UCINCo		04

Art. 2º A referida unidade poderá ser submetida à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS, e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria nº 930/GM/MS, de 10 de maio de 2012, terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.333, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016

Habilita leitos da Unidade de Tratamento Intensivo - UTI Tipo II do Hospital São José - Associação Congregação de Santa Catarina - Teresópolis/RJ.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 3.432/GM/MS, de 12 de agosto de 1998, que estabelece critérios de classificação e cadastramento para as Unidades de Tratamento Intensivo;

Considerando a Portaria nº 598/GM/MS, de 23 de março de 2006, que define o fluxo para credenciamento de leitos de Unidade de Tratamento Intensivo; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar - DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica alterado o número de leitos da Unidade de Tratamento Intensivo - UTI Tipo II, do hospital a seguir relacionado:

CNES	Hospital	Nº leitos
2292386	Hospital São José - Associação Congregação de Santa Catarina - Teresópolis/RJ	
26.01 Adulto		13

Art. 2º As referidas unidades poderão ser submetidas à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria nº 3.432/GM/MS, de 12 de agosto de 1998, terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.339, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

Altera o número de leitos da Unidade de Tratamento Intensivo - UTI do Hospital Nossa Senhora das Graças - Sete Lagoas/MG.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 2.395/GM/MS, de 11 de outubro de 2011, que organiza o Componente Hospitalar da Rede de Atenção às Urgências no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 3.432/GM/MS, de 12 de agosto de 1998, que estabelece critérios de classificação e cadastramento para as Unidades de Tratamento Intensivo;

Considerando a Portaria nº 598/GM/MS, de 23 de março de 2006, que define o fluxo para credenciamento de leitos de Unidade de Tratamento Intensivo;

Considerando o Plano de Ação Regional do respectivo Estado, e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar - DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica alterado, no âmbito das Redes de Atenção às Urgências, o número de leitos da Unidade de Tratamento Intensivo - UTI do Hospital a seguir relacionado:

CNES	Hospital	Nº leitos
2206528	Hospital Nossa Senhora das Graças - Sete Lagoas/MG	
26.01 Adulto		12

Art. 2º A referida unidade poderá ser submetida à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria nº 3432/GM/MS, de 12 de agosto de 1998, terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.340, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

Concede autorização e renovação de autorização a estabelecimentos e equipes de saúde para retirada e transplante de órgãos.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do Sistema Nacional de Transplantes (SNT), e tudo no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

RIM: 24.08

RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT: 2 01 99 RS 16
II - denominação: Hospital de Caridade de Ijuí
III - CNPJ: 90.730.508/0001-38
IV - CNES: 2261057
V - endereço: Avenida David José Martins, nº 152, Bairro: Centro, Ijuí/RS, CEP: 98.700-000.

Art. 2º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

MATO GROSSO DO SUL

I - Nº do SNT: 2 11 02 MS 01
II - denominação: Instituto de Olhos de Três Lagoas
III - CNPJ: 02.413.389/0001-22
IV - CNES: 3132196
V - endereço: Rua Alfredo Justino, nº 425, Bairro: Centro, Três Lagoas/MS, CEP: 79.601-110.

I - Nº do SNT: 2 11 04 MS 03
II - denominação: Hospital São Julião
III - CNPJ: 03.273.885/0001-90
IV - CNES: 0009733
V - endereço: Rua Lino Villachá, nº 1.250, Bairro: Nova Lima, Campo Grande/MS, CEP: 79.017-200.

I - Nº do SNT: 2 11 14 MS 01
II - denominação: Hospital de Olhos de Mato Grosso do Sul
III - CNPJ: 01.979.805/0001-91
IV - CNES: 3311511
V - endereço: Avenida Afonso Pena, nº 3.190, Bairro: Centro, Campo Grande/MS, CEP: 79.002-075.

MINAS GERAIS

I - Nº do SNT: 2 11 02 MG 22
II - denominação: Hospital de Olhos de Governador Valadares
III - CNPJ: 02.753.750/0001-60
IV - CNES: 3004376
V - endereço: Rua Olegário Maciel, nº 915, Bairro: Esplanada, Governador Valadares/MG, CEP: 35.010-200.

PARANÁ

I - Nº do SNT: 2 11 00 PR 11
II - denominação: Hospital Universitário Regional de Maringá
III - CNPJ: 79.151.312/0001-56
IV - CNES: 2587335
V - endereço: Avenida Mandacaru, nº 1.590, Bairro: Mandacaru, Maringá/PR, CEP: 87.013-240.

RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT: 2 11 02 RS 02
II - denominação: Hospital de Caridade Ijuí
III - CNPJ: 90.730.508/0001-38
IV - CNES: 2261057
V - endereço: Avenida David José Martins, nº 152, Bairro: Centro, Ijuí/RS, CEP: 98.700-000.

SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 2 11 02 SP 28
II - denominação: Hospital Nove de Julho
III - CNPJ: 60.884.855/0003-16
IV - CNES: 2079089
V - endereço: Rua Peixoto Gomide, nº 625, Bairro: Cerqueira César, São Paulo/SP, CEP: 01.409-902.

Art. 3º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido músculo esquelético ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

TECIDO MÚSCULO ESQUELÉTICO: 24.22

SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 2 12 10 SP 16
II - denominação: Hospital Nove de Julho
III - CNPJ: 60.884.855/0003-16
IV - CNES: 2079089
V - endereço: Rua Peixoto Gomide, nº 625, Bairro: Cerqueira César, São Paulo/SP, CEP: 01.409-902.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 4º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico e alogênico aparentado ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01
MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO APARENTADO: 24.02
SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 2 21 03 SP 08
II - denominação: Hospital Santa Cruz
III - CNPJ: 60.552.098/0001-11
IV - CNES: 2082624
V - endereço: Rua Santa Cruz, nº 398, Bairro: Vila Clementino, São Paulo/SP, CEP: 04.122-000.

Art. 5º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01
SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 2 21 14 SP 20
II - denominação: Hospital das Clínicas de Botucatu
III - CNPJ: 12.474.705/0001-20
IV - CNES: 2748223
V - endereço: Distrito de Rubião Junior, s/nº, Bairro: Rubião Junior, Botucatu/SP, CEP: 18.618-970.

Art. 6º Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano à equipe de saúde a seguir identificada:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07
MATO GROSSO DO SUL

I - Nº do SNT 1 11 16 MS 01
II - responsável técnico: Gabriela Pilau de Abreu, oftalmologista, CRM 8733.

Art. 7º Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico e alogênico aparentado à equipe de saúde a seguir identificada:

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01
MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO APARENTADO: 24.02
SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 1 21 16 SP 49
II - responsável técnico: Denize Gonsalez, hematologista, CRM 62701;
III - membro: Karin Zattar Cecyn, hematologista e hemoterapeuta, CRM 61440.

Art. 8º Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico à equipe de saúde a seguir identificada:

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01
SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 1 21 16 SP 50
II - responsável técnico: André Luis Gervatoski Lourenço, hematologista e hemoterapeuta, CRM 88074;
III - membro: Carlos Henrique Rodrigues Kruzich, hematologista e hemoterapeuta, CRM 112539;
IV - membro: Camila Almeida do Amaral Kruzich, hematologista e hemoterapeuta, CRM 170850;
V - membro: Gustavo Quirino Scanhola, hematologista e hemoterapeuta, CRM 133834.

Art. 9º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim à equipe de saúde a seguir identificada:

RIM: 24.08
RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT 1 01 02 RS 06
II - responsável técnico: Douglas Prestes Uggeri, nefrologista, CRM 29849;
III - membro: Ana Lúcia Belmonte Caetano, cirurgiã geral e vascular, CRM 16456;
IV - membro: Ana Lúcia Chaves dos Santos Doile, nefrologista, CRM 32857;
V - membro: Antônio Carlos Casco da Silva, cirurgião vascular, CRM 6991;
VI - membro: Fábio Goulart da Silva, angiologista e cirurgião vascular, CRM 25988;
VII - membro: Gilnei Kruger Penno, urologista, CRM 21392;
VIII - membro: Maria Leocádia Bernardes Amaral Padilha, nefrologista, CRM 15394;
IX - membro: Marlo José Kohn Junior, anestesiologista, CRM 13653;
X - membro: Mauro Antônio Massafra, cirurgião geral e urologista, CRM 12332;
XI - membro: Olvânia Basso Oliveira, nefrologista, CRM 10867;
XII - membro: Sidney Cesar Dambroz, anestesiologista, CRM 10851;
XIII - membro: Victor Luiz Schwengber, urologista, CRM 12982;
XIV - membro: Vinícius Correa Pires, cirurgião vascular, CRM 28082;
XV - membro: Antônio Luiz Guimarães Junior, anestesiologista, CRM 35501;
XVI - membro: Kelly Gehlen Mattei, cirurgiã geral e vascular, CRM 34217;
XVII - membro: Milton Klein Junior, anestesiologista, CRM 34523.

Art. 10 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de coração à equipe de saúde a seguir identificada:

CORAÇÃO: 24.11
SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 03 12 SP 31
II - responsável técnico: Noedir Antônio Groppo Stolf, cirurgião cardíaco, CRM 12073;
III - membro: Lucas Regatieri Barbieri, cirurgião cardíaca, CRM 115345;
IV - membro: Rosa Maria da Costa Simões, cardiologista, CRM 45776;
V - membro: Francisco Diniz Affonso da Costa, cirurgião cardíaco, CRM 8448;
VI - membro: Alexandre de Oliveira, cirurgião torácico, CRM 82598;
VII - membro: Ronaldo Honorato Barros dos Santos, cirurgião cardíaco, CRM 78748;
VIII - membro: Ernani Atie Xavier de Brito, anestesiologista, CRM 99784;
IX - membro: João Fernando de Andrade Meira, anestesiologista, CRM 97974.

Art. 11 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano às equipes de saúde a seguir identificadas:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07
MATO GROSSO DO SUL

I - Nº do SNT 1 11 10 MS 01
II - responsável técnico: Marcos Rogério Mistro Piccinin, oftalmologista, CRM 3765.

I - Nº do SNT 1 11 12 MS 01
II - responsável técnico: Camila Karim Nakase Yamasato Tamashiro, oftalmologista, CRM 4889.

I - Nº do SNT 1 11 14 MS 03
II - responsável técnico: Antônio Eduardo Pereira, oftalmologista, CRM 3231.

I - Nº do SNT 1 11 14 MS 02
II - responsável técnico: Ana Claudia Alves Pereira, oftalmologista, CRM 3312.

PARANÁ

I - Nº do SNT 1 11 12 PR 10
II - responsável técnico: Ricardo Eizi Tokunaga, oftalmologista, CRM 22355;
III - membro: Laurinda Meneguette, oftalmologista, CRM 26676.

RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT 1 11 02 RS 05
II - responsável técnico: Ronaldo Ferretti, oftalmologista, CRM 22945;
III - membro: Luciana Frizon, oftalmologista, CRM 31239;
IV - membro: Marlo José Kohn Junior, oftalmologista, CRM 13653;
V - membro: Sidney Cesar Dambroz, oftalmologista, CRM 10851.

SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 11 02 SP 97
II - responsável técnico: Luciane Bertolini de Andrade, oftalmologista, CRM 103125.

I - Nº do SNT 1 11 12 SP 41
II - responsável técnico: Fabrício Witzel de Medeiros, oftalmologista, CRM 100692.

Art. 12 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico, alogênico aparentado e não aparentado à equipe de saúde a seguir identificada:

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01
MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO APARENTADO: 24.02
MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO NÃO APARENTADO: 24.03
SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 1 21 14 SP 58
II - responsável técnico: Vanderson Geraldo Rocha, hematologista, CRM 144445;
III - membro: Erick Menezes Xavier, hematologista, CRM 142596;
IV - membro: Jayr Schmidt Filho, hematologista, CRM 127063;
V - membro: Lívia Caroline Barbosa Mariano, hematologista, CRM 135006;
VI - membro: Luciana Tomanik Cardozo de Mello Tucunduva, hematologista, CRM 121958;
VII - membro: Marina de Mattos Nascimento, hematologista, CRM 131649;
VIII - membro: Marina Fonseca Dias dos Santos, hematologista, CRM 121846;
IX - membro: Thales Dalessandro Meneguin Pereira, hematologista, CRM 112136;

Art. 13º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico e alogênico aparentado à equipe de saúde a seguir identificada:

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01
MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO APARENTADO: 24.02
MINAS GERAIS

I - Nº do SNT: 1 21 14 MG 12
II - responsável técnico: Guilherme Campos Muzzi, hematologista e hemoterapeuta, CRM 41162;
III - membro: André Lima Costa, hematologista e hemoterapeuta, CRM 43846;
IV - membro: Patrícia Fischer Cruz, hematologista e hemoterapeuta, CRM 24672;
V - membro: Priscila Arcebispo Léo, hematologista e hemoterapeuta, CRM 39882.

Art. 14 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico à equipe de saúde a seguir identificada:

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01
SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 1 21 14 SP 60
II - responsável técnico: Rafael Dezen Gaiolla, hematologista e hemoterapeuta, CRM 102592;
III - membro: Adriana Valente Fadel, hematologista e hemoterapeuta, CRM 129130;
IV - membro: Lucas Oliveira Cantadori, hematologista e hemoterapeuta, CRM 134571.

Art. 15 As autorizações e renovações de autorizações concedidas por meio desta Portaria - para equipes especializadas e estabelecimentos de saúde - terão validade de dois anos a contar desta publicação, em conformidade com o estabelecido nos §§ 5º, 6º, 7º e 8º do art. 8º do Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, e na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009.

Art. 16 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.341, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

Concede renovação de autorização a Banco de Tecido Ocular Humano

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997 e na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009;

Considerando a Resolução - RDC/ANVISA nº 55, de 11 de dezembro de 2015 bem como a licença de funcionamento expedida pela Vigilância Sanitária local; e

Considerando a avaliação da Secretaria de Estado de Saúde bem como a análise técnica da Secretaria de Atenção à Saúde, resolve:

Art. 1º Fica concedida renovação de aautorização ao Banco de Tecido Ocular Humano do estabelecimento de saúde a seguir identificado:

BANCO DE TECIDO OCULAR HUMANO: 24.13
PARAÍBA

I - Nº do SNT 3 51 09 PB 01
II - Denominação: Hospital Estadual de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena
III - CNPJ: 08.778.268/0037-71
IV - CNES: 2593262
V - Endereço: Rua Orestes Lisboa, s/nº, Bairro: Centro, João Pessoa/PB, CEP: 58.031-090.

Art. 2º A renovação de autorização concedida por meio desta Portaria terá validade de dois anos a contar desta publicação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 1.342, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016

Renova a autorização e a habilitação de estabelecimento de saúde para realização dos exames de histocompatibilidade.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1.312/GM/MS, de 30 de novembro de 2000, que estabelece as normas de cadastramento dos Laboratórios de Histocompatibilidade;

Considerando a Portaria nº 1.313/GM/MS, de 30 de novembro de 2000, que define os laboratórios que poderão ser cadastrados para realização dos exames de histocompatibilidade;

Considerando a Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que define em seu Anexo XVII o Regulamento Técnico dos Laboratórios de Histocompatibilidade e Imunogenética - LHI;

Considerando a Portaria nº 844/GM/MS, de 02 de maio de 2012, que estabelece a manutenção regulada do número de doadores no Registro Brasileiro de Doadores Voluntários de Medula Óssea (REDOME) e que define em seu art. 4º que todos os laboratórios de Imunologia e Histocompatibilidade autorizados pela CGSNT/DAET/SAS/MS deverão realizar recadastramento junto à referida Coordenação-Geral; e

Considerando a análise favorável da Secretaria de Estado da Saúde, em cujo âmbito de atuação se encontra o estabelecimento de saúde, resolve:

Art. 1º Fica renovada a autorização e habilitação do estabelecimento de saúde a seguir, para realização dos exames de histocompatibilidade Tipo II, relacionados na Portaria nº 1.314/GM/MS, de 30 de novembro de 2000.

CÓDIGO: 24.18 - Exames de histocompatibilidade por meio de sorologia e/ou biologia molecular - Tipo II

PARANÁ

RAZÃO SOCIAL	
Laboratório de Imunogenética do Hospital de Clínicas da UFPR	CNPJ: 75.095.679/0002-20 CNES: 2384299

Art. 2º Fica recadastrado o estabelecimento de saúde abaixo relacionado, para realização do exame de histocompatibilidade relativo à identificação de doador voluntário de medula óssea - 05.01.01.005-0 - Identificação de doador não aparentado de células-tronco hematopoéticas 1ª fase (por doador tipado).

CÓDIGO: 24.25 - Cadastramento de doadores voluntários de medula óssea e outros precursores hematopoéticos.

PARANÁ

RAZÃO SOCIAL	
Laboratório de Imunogenética do Hospital de Clínicas da UFPR	CNPJ: 75.095.679/0002-20 CNES: 2384299

Art. 3º As renovações de autorização e os recadastramentos concedidos por meio desta Portaria terão validade de dois anos, renováveis por períodos iguais e sucessivos, em conformidade com o estabelecido na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.343, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

Substitui responsável técnico de equipe de transplante

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do Sistema Nacional de Transplantes (SNT), e a manifestação favorável dos respectivos gestores estaduais de saúde, resolve:

Art. 1º Fica substituído o responsável técnico, Marco Antônio Rey de Faria, oftalmologista, CRM 1079, constante na Portaria nº 77, de 22 de janeiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 16, de 25 de janeiro de 2016, Seção 1, página 36, conforme nº de SNT 1 11 15 RN 02, e nomeado como responsável técnico pela equipe, Ana Cláudia Medeiros Amorim Garcia, oftalmologista, CRM 6063.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

PORTARIA Nº 502, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

Divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 55, do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, decide:

Art. 1º Conceder, com base nos respectivos processos administrativos, registro único para o exercício da medicina, no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil, aos médicos intercambistas indicados na lista constante do Anexo desta Portaria, bem como determinar a expedição das respectivas carteiras de identificação, posto terem atendido a todos os requisitos legais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.133910/2016-74	ABEL ERNESTO MATOS CASTILLO	4301317	RS	NOVO HAMBURGO
25000.133911/2016-19	ADISLEIDI DIMA FABRE	3300558	RJ	RIO DE JANEIRO
25000.133914/2016-52	ADONIS GONZALEZ BRINGUEZ	5300086	DF	BRASILIA
25000.130676/2016-23	ADRIAN ORTEGA GONZALEZ	1500874	PA	ALMEIRIM
25000.130678/2016-12	ADRIAN REYES MESA	1300634	AM	ENVIRA
25000.134374/2016-24	AGUSTIN MEDINA PEREZ	3502584	SP	SANTO ANDRE
25000.130684/2016-70	ALEADNA SILVERA FUENTES	1700170	TO	ARAGUATINS
25000.134384/2016-60	ALEANNIS MORA DIAZ	3502582	SP	SANTO ANDRE
25000.130687/2016-11	ALEIDA PETRA OLIVA QUINTERO	3502545	SP	MAUA
25000.134391/2016-61	ALEIDA URGELLES SIERRA	3502587	SP	SANTOS
25000.130690/2016-27	ALEJANDRO DUQUE MARTINEZ	1300635	AM	NOVO AIRAO
25000.130694/2016-13	ALEJANDRO PORTAL VENCE	2600712	PE	RECIFE
25000.134399/2016-28	ALEM ALEXANDER BRIOSO LEON	1400178	RR	CANTA
25000.130696/2016-02	ALEXANDER CASTILLO MOMPIE	2100808	MA	PEDRO DO ROSARIO
25000.130698/2016-93	ALICIA PEREZ REYES	3101279	MG	IPATINGA
25000.130700/2016-24	AMARILYS MARIN ESTRADA	4301301	RS	CANOAS
25000.130702/2016-13	ANA BEATRIZ DIAZ GARCIA	2600713	PE	RECIFE
25000.134404/2016-01	ANA ROSA IGLESIAS PEREZ	3502528	SP	SAO PAULO
25000.130706/2016-00	ANALY CABRERA GONZALEZ	1500878	PA	CAPITAO POCO
25000.130707/2016-46	ANELEY ESTRADA PEREZ	4301316	RS	CANOAS
25000.130710/2016-60	ANNELIS LOPEZ SARDINAS	4301309	RS	CANOAS
25000.134410/2016-50	ANNIE RAMIREZ OQUENDO	3502585	SP	SAO PAULO
25000.130711/2016-12	ARAMINTA LOPEZ BARROSO	2100802	MA	SANTA INES
25000.134428/2016-51	ARIAGNA GUTIERREZ GONZALEZ	3502601	SP	SAO PAULO
25000.134429/2016-04	ARIANNA GONZALEZ LANTIGUA	4301321	RS	CARAA
25000.134432/2016-10	ARIANNA RODRIGUEZ HEREDIA	3502581	SP	SAO PAULO
25000.134436/2016-06	ARIANNA SANCHEZ FAJARDO	3502586	SP	SAO PAULO
25000.134440/2016-66	ARIATNE PILOTO VASALLO	3502577	SP	SAO PAULO
25000.134451/2016-46	ARIENNA MATEO SABORIT	3300560	RJ	RIO DE JANEIRO
25000.134467/2016-59	ARISLEYDA WONG JIMENEZ	3200365	ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
25000.130712/2016-59	ARLETHY ORTIZ MASO	4100977	PR	ASSAI
25000.130713/2016-01	AVILIO ABEL ESCALA LLORET	5000235	MS	AQUIDAUANA
25000.130714/2016-48	AYLIN TORRES CUTINO	3502544	SP	MAUA
25000.134474/2016-51	AYNED LEYVA HERNANDEZ	3300562	RJ	RIO DE JANEIRO
25000.130716/2016-37	AYSLANDYS MATOS MORA	2200347	PI	AVELINO LOPES
25000.130717/2016-81	AZAHARIS MESA GALVES	3502548	SP	ADOLFO
25000.130718/2016-26	BARBARA DAGMARA HIDALGO ALMENARES	2901397	BA	TEIXEIRA DE FREITAS
25000.130719/2016-71	BEATRIZ BORNOT SANTIAGUEZ	3101283	MG	UBERLANDIA
25000.134479/2016-83	BETANIA LISBEHT CASANOVA AROCHE	3300561	RJ	RIO DE JANEIRO
25000.130720/2016-03	CAMIRCHE FUENTES ALVAREZ	3502531	SP	LIMEIRA
25000.134483/2016-41	CARLOS ALVAREZ LOPEZ	1300627	AM	JURUA
25000.130722/2016-94	CARLOS MORALES GONZALEZ	3502525	SP	ITAQUAQUECETUBA
25000.134489/2016-19	CARLOS ROMERO AZAHAREZ	1300641	AM	JURUA
25000.134491/2016-98	CESAR PEREZ GONZALEZ	4100991	PR	CURITIBA
25000.130725/2016-28	CLARA ELENA LAZO VALDES	2100807	MA	SANTA INES
25000.134495/2016-76	COLUMBIA TERESA JUSTINIANI FRESNEDA	3502598	SP	SANTO ANDRE
25000.134499/2016-54	DAGMARIS FROMETA LOPEZ	3300569	RJ	RIO DE JANEIRO
25000.134508/2016-15	DANAY DELAHANTY CARRERA	3502558	SP	CAMPINAS
25000.134536/2016-24	DANIEL GARCIA BARBAN	4100988	PR	FOZ DO IGUACU
25000.134537/2016-79	DANIELLYS SILVIA CAMACHO MONTOYA	3101294	MG	JUIZ DE FORA
25000.134540/2016-92	DARIANA YASELL ARADAVIN SUAREZ	4100992	PR	FOZ DO IGUACU

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

25000.134542/2016-81	DARIEN ALVELO FROMETA	2901426	BA	CORONEL JOAO SA
25000.134549/2016-01	DAVID MOREAUX ALONSO	2901425	BA	NOVO TRIUNFO
25000.130727/2016-17	DAYAISI MIRABAL ARANDA	4100979	PR	TOLEDO
25000.130728/2016-61	DAYAMY NUNEZ CHAVECO	4301299	RS	ENCRUZILHADA DO SUL
25000.134552/2016-17	DAYANA LOPEZ PEREZ	3101300	MG	PONTE NOVA
25000.130729/2016-14	DAYLIN RAMOS MASSANA	1700168	TO	PALMAS
25000.134558/2016-94	DAYSI BATLLE HERRERA	3502597	SP	SAO PAULO
25000.134564/2016-41	DELMIS LEGRA CINTRA	2300858	CE	ITAPAGE
25000.134568/2016-20	DELVIS ALVAREZ RAMIREZ	3502612	SP	CARAPICUIBA
25000.134571/2016-43	DIAMELA ALBANES MONTALVO	3502592	SP	CAMPINAS
25000.134575/2016-21	DUNIA CARMENATY PELEGRIN	3502603	SP	CASTILHO
25000.131724/2016-09	EBERT EUSEBIO LEON MARTINEZ	1200206	AC	RIO BRANCO
25000.131756/2016-04	EDUARDO ALONSO ROMO	1600177	AP	PEDRA BRANCA DO AMAPARI
25000.134983/2016-83	EDUVEL CARRASCO CONTRERAS	2300857	CE	UMIRIM
25000.134996/2016-52	EILEEN ANDRADE RODRIGUEZ	4301320	RS	PORTO ALEGRE
25000.131761/2016-17	ELIA MARIA FLOIRIAN MATAMOROS	3101280	MG	ALEM PARAIBA
25000.131763/2016-06	ELIANE CABRISAS LOPEZ	1500873	PA	PARAUAPEBAS
25000.135002/2016-15	ELIZA DE LAS MERCEDES FAJARDO LOPEZ	2200349	PI	SÃO RAIMUNDO NONATO
25000.131764/2016-42	ENRIQUE MARINO MAGDARIAGA	2100797	MA	LAGO DO JUNCO
25000.135005/2016-59	ENRIQUE NOA LOBAINA	3101296	MG	CORINTO
25000.131770/2016-08	ERNESTO OSVALDO VIDAL GONZALEZ	3502621	SP	ITAQUAQUECETUBA
25000.135012/2016-51	ESNEY GARCIA CASO	2100810	MA	BARRA DO CORDA
25000.132147/2016-64	ESTHER BARRERA GUERRA	3502589	SP	MONTE MOR
25000.132149/2016-53	ESTRELLA AQUINO MILIAN	4301313	RS	VIAMAO
25000.132151/2016-22	FANIET MENA NUNEZ	1500875	PA	MAGALHAES BARATA
25000.132153/2016-11	FELIX ROLANDO LEON LOPEZ	2700230	AL	OURO BRANCO
25000.132154/2016-66	FIDEL FERNANDEZ PEREZ	2901410	BA	FEIRA DE SANTANA
25000.135018/2016-28	FRANCISCO CAMPANA GRACIAL	2200343	PI	PICOS
25000.135021/2016-41	FRANCISCO GABRIEL MAROTO ENRIQUE	3101291	MG	JUIZ DE FORA
25000.135211/2016-69	GAYLENS SANCHEZ PENA	3502615	SP	PILAR DO SUL
25000.132157/2016-08	GEORGIA TORRES GUTIERREZ	2901394	BA	FEIRA DE SANTANA
25000.135212/2016-11	GISELA GLADYS ANAYA ACUNA	3502532	SP	PILAR DO SUL
25000.135216/2016-91	GLADYS MENA DIAZ	3502594	SP	SAO PAULO
25000.135218/2016-81	GLOALSI STREET SERRANO	3502617	SP	SAO PAULO
25000.135222/2016-49	GLORIA ESTHER LOBAINA LLIBRE	3300554	RJ	RIO DE JANEIRO
25000.132160/2016-13	GRETEL LISET PEREZ MORA	4100986	PR	URAI
25000.132162/2016-11	GRETTER HERNANDEZ ABREU	3101289	MG	PRADOS
25000.135229/2016-61	GRISEL ROJAS GUTIERREZ	4301322	RS	TAQUARA
25000.135235/2016-18	HECTOR DIAZ VIZCAINO	3502524	SP	SAO PAULO
25000.132163/2016-57	HERMELIA MONTALVO GARCIA	1700167	TO	PALMAS
25000.135246/2016-06	HUMBERTO MARTINEZ GUERRA	2100809	MA	CONCEICAO DO LAGO-ACU
25000.135249/2016-31	IBRAHIM MONTESINO MORERA	2100811	MA	SITIO NOVO
25000.132166/2016-91	IDAGLIS CHACON RODRIGUEZ	4100985	PR	CAMPO MOURAO
25000.132167/2016-35	IDALMIS BOADA ARTEAGA	4100976	PR	CORNELIO PROCOPIO
25000.135254/2016-44	IDALMIS ENEDINA GARCIA LEON	2200344	PI	PICOS
25000.132168/2016-80	IDELISA VELAZQUEZ TORNES	4200502	SC	BENEDITO NOVO
25000.132169/2016-24	IDONY MUSTELIER MARTINEZ	3502530	SP	FERNANDOPOLIS
25000.132170/2016-59	ILIANA DE LA CARIDAD CALDERON MORALES	2901403	BA	FEIRA DE SANTANA
25000.135257/2016-88	INDIRA OCHOA OLLER	4100990	PR	CURITIBA
25000.132171/2016-01	IRAIDA ALDANA TAMAYO	4100989	PR	DOIS VIZINHOS
25000.135259/2016-77	IRANDY DIAZ PADRON	4200505	SC	RIO FORTUNA
25000.135282/2016-61	ISIED LOSADA QUINTANA	3502595	SP	SAO PAULO
25000.135284/2016-51	ISIS DIHIGO CALZADILLA	3502593	SP	SAO PAULO
25000.132173/2016-92	ISMELIO YUNIER AGRENOT CABRERA	1500877	PA	JURUTI
25000.135306/2016-82	ISMELIS ALDAMA HERNANDEZ	3502550	SP	SAO BERNARDO DO CAMPO
25000.135308/2016-71	IVIA ANDREA PAREDES GARAY	4100980	PR	FOZ DO IGUACU
25000.135310/2016-41	JACQUELINE PEREZ CAIRO	3300564	RJ	RIO DE JANEIRO
25000.132190/2016-20	JANET HERNANDEZ FLORES	3101293	MG	SANTOS DUMONT
25000.132191/2016-74	JANET QUINONEZ RECIO	3101292	MG	SAO JOAO DEL REI
25000.132194/2016-16	JANY CATRIZ PETINY GARCIA	3101277	MG	SAO JOSE DA VARGINHA
25000.132199/2016-31	JORGE ALBERTO DIAZ DIAZ	3502533	SP	LIMEIRA
25000.135314/2016-29	JORGE ALVAREZ MESA	3502580	SP	SAO BERNARDO DO CAMPO
25000.132202/2016-16	JORGE LUIS NOGUERA GARCES	2100796	MA	PORTO RICO DO MARANHAO
25000.132203/2016-61	JOSE ANTONIO MORA MONTOYA	1300632	AM	RIO PRETO DA EVA
25000.132206/2016-02	JOSE ANTONIO NODA AYALA	2400274	RN	ACU
25000.132208/2016-93	JOSE ANTONIO SANCHEZ CONTINO	3502576	SP	IRACEMAPOLIS
25000.132210/2016-62	JOSE EUGENIO CORDERO CLARK	3502529	SP	ITATIBA
25000.135315/2016-73	JOSE GABRIEL GONZALES MORET	3300563	RJ	RIO DE JANEIRO
25000.132212/2016-51	JOSE LUIS PEREZ ARCO	1600180	AP	LARANJAL DO JARI
25000.132213/2016-04	JUAN ANTONIO REYNA ACUNA	3502541	SP	SOROCABA
25000.132214/2016-41	JUAN CARLOS MARTIN GARCIA	1200205	AC	RIO BRANCO
25000.132215/2016-95	JUAN LUIS PEREZ JORGE	2700232	AL	SAO SEBASTIAO
25000.132216/2016-30	JUDITH GONZALEZ TORRES	4100987	PR	CONTENDA
25000.132218/2016-29	JULIO CESAR ANDRES CONCEPCION	4200500	SC	CALMON
25000.132219/2016-73	KATHERYNE MANRESA JINORIA	4301303	RS	IMIGRANTE
25000.132220/2016-06	KATIA GONZALEZ GOLIAT	3101288	MG	SENADOR FIRMINO
25000.132222/2016-97	KEDIR RAMON UGARTE PUPO	2901422	BA	TEIXEIRA DE FREITAS
25000.135317/2016-62	KENIA BRIZUELA VALDIVIA	3200366	ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
25000.135321/2016-21	KENIA MARIA GOMEZ HERNANDEZ	5300084	DF	BRASILIA
25000.135323/2016-10	KENIA PROENZA NEGRET	5300085	DF	BRASILIA
25000.135325/2016-17	KETY GAMEZ MATOS	3300545	RJ	RIO DE JANEIRO
25000.135327/2016-06	KIRENIA GONZALEZ GOMEZ	3300550	RJ	RIO DE JANEIRO
25000.135329/2016-97	LAISBETH VALDERA GUTIERREZ	3300551	RJ	RIO DE JANEIRO
25000.132223/2016-31	LAZARA NUEVA PARADA	3502571	SP	GUARULHOS
25000.132227/2016-10	LAZARO DELGADO GARCIA	4200501	SC	CACADOR
25000.132228/2016-64	LEIDYS LAURA VALENCIANO GONZALEZ	2100805	MA	MIRADOR
25000.132229/2016-17	LEIYANIS GALANO BERTRAN	2800170	SE	CARIRA
25000.135332/2016-19	LENI SOFIA SERRANO ROMERO	3502591	SP	CAMPINAS
25000.132230/2016-33	LENIA PORTAL QUIROGA	1600178	AP	MACAPA
25000.135335/2016-44	LENIA RODRIGUEZ PEREZ	3300556	RJ	RIO DE JANEIRO
25000.135477/2016-10	LEOIRDO CALA ISALGUE	1200207	AC	MANCIO LIMA
25000.132232/2016-22	LETICIA HERRERA MORALES	3200363	ES	ARACRUZ
25000.132233/2016-77	LEYMIS RAMIREZ MONTANO	1500872	PA	SANTA CRUZ DO ARARI
25000.135478/2016-56	LEYSI LEYVA DIAZ	3300557	RJ	RIO DE JANEIRO
25000.132234/2016-11	LIANNE ALVAREZ GARCIA	5200439	GO	ANICUNS
25000.135514/2016-8	LIANNE MARTINEZ QUINTANA	5300089	DF	BRASILIA
25000.132621/2016-58	LIBAN COLON DIAZ	3502540	SP	OSASCO
25000.135546/2016-87	LIEN RUIZ VARELA	5300088	DF	BRASILIA
25000.132623/2016-47	LIENZAN LAURENCIO AZAHARES	3101284	MG	GOVERNADOR VALADARES
25000.135549/2016-11	LILIANA REYES MAGANA	3502610	SP	CAMPINAS
25000.135553/2016-89	LILIANNE NOLAZCO MOYA	3502611	SP	SAO PAULO
25000.132626/2016-81	LILIBET LARAINE CRUZ GUTIERREZ	2400271	RN	NATAL
25000.132627/2016-25	LILICET MORALES MARTIN	1600179	AP	MACAPA
25000.135555/2016-78	LIRIBET PENA LORA	3502607	SP	SAO PAULO
25000.135559/2016-56	LISANDRA CRUZ PORTALES	3300568	RJ	RIO DE JANEIRO
25000.132629/2016-14	LISANDRA GUTIERREZ DE LA ROSA	4301306	RS	JACUIZINHO
25000.135566/2016-58	LISANDRA LEYVA LASSERRA	3502588	SP	CAMPINAS
25000.132631/2016-93	LISANDRA PENA PROENZA	5200438	GO	BRAZABRANTES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

25000.132634/2016-27	LISBETH SANCHEZ CARRERA	2700231	AL	GIRAU DO PONCIANO
25000.132636/2016-16	LIUBIS RODRIGUEZ LEACHMAN	2600711	PE	CARNAIBA
25000.135568/2016-47	LIUDMILA SOLIS PENA	3300547	RJ	RIO DE JANEIRO
25000.135572/2016-13	LIVANDER DIAZ SANTIESTEBAN	2600716	PE	DSEI PERNAMBUCO
25000.132640/2016-84	LOURDES TERESA LAY PLASENCIA	3502559	SP	SOROCABA
25000.132644/2016-62	LUIS ENRIQUE BERMUDEZ CASTILLO	2901393	BA	ITIUBA
25000.132645/2016-15	LUISA MARIA VEGA TRUJILLO	2901400	BA	OLIVEIRA DOS BREJINHOS
25000.132647/2016-04	MAGALYS NAVARRO RUIZ	3502554	SP	SOROCABA
25000.132650/2016-10	MAIDA RUBIO JANEZ	2300849	CE	FORTALEZA
25000.132652/2016-17	MAIDELINE ALMAGUER OQUENDO	2100795	MA	PEDRO DO ROSARIO
25000.132653/2016-53	MAIKEL ACOSTA LOPEZ	5000237	MS	PONTA PORA
25000.132655/2016-42	MAIKEL DIAZ MARTINEZ	2200346	PI	CURIMATA
25000.132658/2016-86	MAILIN SAHILIS GRANA SANCHEZ	3101287	MG	VIRGEM DA LAPA
25000.135576/2016-93	MANUEL ANGEL RAMOS GUERRA	1100297	PI	SAO RAIMUNDO NONATO
25000.132659/2016-21	MANUEL HERNANDEZ MARRERO	2100794	MA	BURITICUPU
25000.132661/2016-08	MARBELIS ZALAZAR GONZALEZ	2901412	BA	QUIJINGUE
25000.132663/2016-99	MARGARITA CESAR SANCHEZ	2300854	CE	FORTALEZA
25000.132666/2016-22	MARIA AGUSTINA RIVERA RODRIGUEZ	3502543	SP	OSASCO
25000.132670/2016-91	MARIA ANDREA DIEGUEZ AVID	3502569	SP	OSASCO
25000.132672/2016-80	MARIA DE LOS ANGELES GARCIA NAPOLES	2901421	BA	QUIJINGUE
25000.132673/2016-24	MARIA DE LOS ANGELES VEITIA MACHADO	3502574	SP	MATAO
25000.132675/2016-13	MARIA EUGENIA FERNANDEZ MARTIN	3200362	ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
25000.135584/2016-30	MARIA LUISA GUZMAN DELGADO	3502573	SP	SANTOS
25000.135588/2016-18	MARIA TERESA NORAT GUARDIA	3502526	SP	SAO CARLOS
25000.132678/2016-57	MARIAM DE LA CARIDAD SUAREZ PAULA	2901417	BA	REMANSO
25000.135590/2016-97	MARIELIS ISABEL FONSECA RONDON	3502560	SP	CAMPINAS
25000.132680/2016-26	MARIO ALEJANDRO CACERES MIRANDA	5000238	MS	ANTONIO JOAO
25000.132701/2016-11	MARISELA LIMA RODRIGUEZ	2300850	CE	IBIAPINA
25000.135594/2016-75	MARISOL CABRERA RODRIGUEZ	3502562	SP	SAO PAULO
25000.135597/2016-17	MARISOL RAMOS PEREZ	4100978	PR	CURITIBA
25000.132703/2016-01	MARITZA DE LA CARIDAD PRIETO TORRES	2300856	CE	LIMOEIRO DO NORTE
25000.132702/2016-58	MARITZA MARTINEZ PEREZ	5200436	GO	VALPARAISO DE GOIAS
25000.132704/2016-47	MARIULY MORFA SARMIENTO	4100984	PR	DOIS VIZINHOS
25000.132820/2016-66	MARLENE OTANO ALVAREZ	3502567	SP	LIMEIRA
25000.132822/2016-55	MARTA MARTELL BORRELL	2901395	BA	ITIUBA
25000.132825/2016-99	MATILDE GISELA PARADA TOLEDO	3502563	SP	JACAREI
25000.132826/2016-33	MAXIMA JUANA OLIVA MACHADO	3502572	SP	JACAREI
25000.132828/2016-22	MAYDELKIS FERRER GUZMAN	2901416	BA	JACOBINA
25000.132832/2016-91	MAYELIN NAPOLES CABRERA	2901392	BA	MACAJUBA
25000.132840/2016-37	MAYLIN MORRELL GIRON	2600710	PE	VENTUROSA
25000.132835/2016-24	MAYLIN ELIZABETH SIMONO FIGUEROA	2901402	BA	MARACAS
25000.135599/2016-06	MAYLIN VICTORIA JIMENEZ RUIZ	5300081	DF	BRASILIA
25000.132842/2016-26	MAYRET MORALES MARTINEZ	2600707	PE	PAULISTA
25000.132844/2016-15	MELISA CASTRO DOMINGUEZ	2300855	CE	FORTALEZA
25000.135604/2016-72	MIDIALA GUERRA PIMIENTA	3300565	RJ	RIO DE JANEIRO
25000.135670/2016-42	MIGUEL ANGEL SAGARRA ELIAS	2600714	PE	CAPOEIRAS
25000.132847/2016-59	MILADYS DIAZ CARRAZANA	1300628	AM	MANAUS
25000.132850/2016-72	MILEIDY HERNANDEZ MOREJON	2901406	BA	MEDEIROS NETO
25000.135672/2016-31	MIRNA JUDITH RONDON DINZA	3502583	SP	SAO BERNARDO DO CAMPO
25000.132852/2016-61	MIRNA SANCHEZ ROSABAL	2901420	BA	ADUSTINA
25000.132854/2016-51	MIRTHA LAGO TRABA	2600708	PE	PAULISTA
25000.132855/2016-03	MIRTHA LISSETE RUIZ CABRERA	2500228	PB	SERRA GRANDE
25000.132859/2016-83	MOISES ROJAS GONZALEZ	3101278	MG	IPATINGA
25000.132860/2016-16	NALTI SUAREZ PONCE	4301293	RS	NOVA PALMA
25000.132861/2016-52	NEIDY ZOILA FERRER DELA	3502538	SP	JANDIRA
25000.135675/2016-75	NIOLA FERRALES BICET	3300553	RJ	NOVA FRIBURGO
25000.132863/2016-41	NIURKA MADRAZO GUTIERREZ	3502570	SP	GUARULHOS
25000.132866/2016-85	NIURVELIS TORRES GALAN	2901399	BA	ANDORINHA
25000.132871/2016-98	NOELSY RODRIGUEZ PERALTA	2100804	MA	SANTA RITA
25000.135680/2016-88	NORMA DE LAS NIEVES GONZALEZ GONZALEZ	3300555	RJ	PARAIBA DO SUL
25000.135683/2016-11	NORMA MARIA CASTILLO RUIZ	3300566	RJ	NITEROI
25000.132876/2016-11	ODALIS LADRON DE GUEVARA LOPEZ	3502565	SP	PONGAI
25000.132880/2016-89	ODALYS DEL ROSARIO AGUILERA BERTOT	3502539	SP	ARACATUBA
25000.132878/2016-18	ODALYS GUERRA MARRERO	2100806	MA	URBANO SANTOS
25000.135685/2016-19	ODALYS SAGARRA CARRACEDO	3300559	RJ	RIO DE JANEIRO
25000.132885/2016-10	ODELAYSIS MILIAN PARDO	2901401	BA	BARRA DA ESTIVA
25000.132889/2016-90	ODISLAY CAMBAS MOYA	2901415	BA	CAIRU
25000.132891/2016-69	ODISNEY GARCIA MORERA	1300636	AM	MANAUS
25000.135688/2016-44	OLEGARIO RUBEN SANCHEZ REAL	2200345	PI	CANAVIEIRA
25000.132894/2016-01	ORIENNIS RODRIGUEZ MONTOYA	5200437	GO	BURITI DE GOIAS
25000.135697/2016-35	ORLANDO MIGUEL LICEA ESTRADA	3502609	SP	SAO BERNARDO DO CAMPO
25000.132895/2016-47	ORVENCIO CUEVA SEGURA	1500876	PA	MONTE ALEGRE
25000.132899/2016-25	OSBEL VILLA CABRERA	1300626	AM	FONTE BOA
25000.135698/2016-80	OSCAR DIAZ RODRIGUEZ	3502606	SP	CAMPINAS
25000.135704/2016-07	OSCAR MELIAN GINARTE	1500879	PA	SANTA CRUZ DO ARARI
25000.135710/2016-56	OSCAR NUNEZ RODRIGUEZ	3101295	MG	BELO HORIZONTE
25000.135720/2016-91	OSLEYDI MARTINEZ VALDES	3502552	SP	CAMPINAS
25000.132900/2016-11	OSMAYDIS DE LA PENA ORTIZ	5100275	MT	NOVA XAVANTINA
25000.132902/2016-19	OSVALDO RONDON ALVAREZ	4301300	RS	HULHA NEGRA
25000.132905/2016-44	PATRICIA DEL ROSARIO SERRANO RICARDO	4301305	RS	SANTA MARIA
25000.135723/2016-25	PATRICIA YAMINA FERNANDEZ MARTINEZ	3502578	SP	CAMPINAS
25000.132908/2016-88	PAVEL CUELLAR MONTEJO	1300629	AM	ENVIRA
25000.135725/2016-14	PEDRO ALFONSO MATOS	1600181	AP	VITORIA DO JARI
25000.135727/2016-11	PEDRO ANGEL POEY NUNEZ	4301319	RS	PORTO ALEGRE
25000.135730/2016-27	PEDRO MANUEL GONZALEZ AVID	2600709	PE	DSEI PERNAMBUCO
25000.132910/2016-57	RAFAEL LOPETEGUI MARTINEZ	3502579	SP	ARACATUBA
25000.135731/2016-71	RAFAEL MATOS POLANCO	3101298	MG	CONTAGEM
25000.132916/2016-24	RAISA SOCARRAS ALADRO	4301308	RS	GRAVATAI
25000.132919/2016-68	RAMON TAMAYO FONSECA	2100799	MA	LAGO DO JUNCO
25000.135734/2016-13	RAQUEL ISAAC ALMENARES	3300552	RJ	RIO DE JANEIRO
25000.133278/2016-69	RAQUEL LEYVA CARRASCO	3502551	SP	RIBEIRAO PIRES
25000.133281/2016-82	RAUL ABELARDO COSSIO PLACERES	1300633	AM	FONTE BOA
25000.133283/2016-71	RAYMAR MOLINA VEGA	3101282	MG	UBERLANDIA
25000.133287/2016-50	RAYTE CRUZ ACOSTA	2100803	MA	MIRINZAL
25000.133289/2016-49	REINALDO MANCEBO PIEDRA	1400177	RR	CARACARAI
25000.135736/2016-02	REINALDO REYES SANCHES	1300640	AM	CODAJAS
25000.135738/2016-93	REINEL GONZALEZ DELGADO	3101290	MG	RIBEIRAO DAS NEVES
25000.133295/2016-04	ROSA BLANCA GARCIA VARGAS	3502568	SP	JANDIRA
25000.133297/2016-95	ROSA MARIA CABRERA REYES	4301312	RS	VIAMAO
25000.133302/2016-60	ROSALEYDY DIAZ MADERA	4100982	PR	DOIS VIZINHOS
25000.135742/2016-51	ROSANA JAIME INFANTE	4301307	RS	PORTO ALEGRE
25000.133304/2016-59	RUVILEYNIS FAY KINDELAN	2500229	PB	CUITE
25000.133315/2016-39	SANDRA DE LA CARIDAD PEREZ GOMEZ	4100983	PR	GRANDES RIOS
25000.133310/2016-14	SANDRA GARCIA NUNEZ	4301298	RS	CARAA
25000.133316/2016-83	SANDRA MARIA VELAZQUEZ SERRANO	2500230	PB	AREIA
25000.135755/2016-21	SANDRO AMARO CASTELLANOS	1300642	AM	MANAQUIRI
25000.133319/2016-17	SARA PAVON PEREZ	5200443	GO	COCALZINHO DE GOIAS
25000.135756/2016-75	SARAY PEREZ HECTOR	3502622	SP	CAMPINAS

EXEMPLAR DO ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

25000.133324/2016-20	SICILIA INDIRA MARQUEZ SARDINA	2901413	BA	NOVA CANAA
25000.133327/2016-63	SIRLEY LORENZO DUENAS	4301310	RS	SANTA MARIA
25000.135757/2016-10	SIRSI GUILARTE DIAZ	3502602	SP	GUARULHOS
25000.133331/2016-21	SOLEISA REYES REINALDO	5200442	GO	NIQUELANDIA
25000.133336/2016-54	SONIA CARIDAD MENDOZA ACOSTA	3502566	SP	BRODOWSKI
25000.133340/2016-12	TAY RODRIGUEZ LUGONES	3502547	SP	ITAPECERICA DA SERRA
25000.133346/2016-90	TERESA ELVIRA PIEDRA RUIZ	3502557	SP	RIO GRANDE DA SERRA
25000.133348/2016-89	VERONICA DEL CARMEN CARRENO ODUARDO	2901404	BA	SAO DESIDERIO
25000.135760/2016-33	VILIER RABI MARTINEZ	3101276	MG	DIVINOPOLIS
25000.133353/2016-91	WILFREDO MORENO PROENZA	3502542	SP	BRODOWSKI
25000.133355/2016-81	WILFREDO PEREZ GONZALEZ	4200499	SC	TIMBO GRANDE
25000.135761/2016-88	WILLIAM LUIS CRUZ ABRAHANTES	3101297	MG	SERRANOPOLIS DE MINAS
25000.135762/2016-22	XIOMARA FERNADEZ GONZALES	3502614	SP	SAO PAULO
25000.133356/2016-25	YADIRA GAMBOA GONZALEZ	3502553	SP	MATAO
25000.133366/2016-61	YADIRA PALACIO GOMEZ	3502555	SP	OSASCO
25000.133360/2016-93	YADIRA PINO MORALES	4301295	RS	DOM FELICIANO
25000.133368/2016-50	YADIRA YISEL RODRIGUEZ BORREGO	4301311	RS	NONOAI
25000.133370/2016-29	YAGNAY SUAREZ RODRIGUEZ	2100792	MA	PINDARE-MIRIM
25000.133373/2016-62	YAIMA COY TORRENTE	2200342	PI	BARRAS
25000.133375/2016-51	YAIMARA AGUILA GARRIDO	2901396	BA	CICERO DANTAS
25000.135764/2016-11	YAIMARELIS PICO CARELA	3502613	SP	BAURU
25000.133378/2016-95	YAIMI GONZALEZ HIDALGO	4301302	RS	SANTA MARIA
25000.133381/2016-17	YAINE MONTERO MOLINA	2901423	BA	DIAS D'AVILA
25000.133387/2016-86	YAINET BLANCO BETANCOURT	2300852	CE	QUIXERAMOBIM
25000.133388/2016-21	YAKELIN CHOY MARINO	2901414	BA	TUCANO
25000.135766/2016-19	YAKELIN IPARRAGUIRRE CAMINO	3502600	SP	BAURU
25000.133392/2016-99	YALILI VIRGEN FONSECA MENESES	3502549	SP	EMBU-GUACU
25000.133396/2016-77	YALINA DESPAIGNE RODRIGUEZ	2300853	CE	SOBRAL
25000.135768/2016-08	YAMILA FUNDORA RODRIGUEZ	4301296	RS	PORTO ALEGRE
25000.133398/2016-66	YAMILA HERNANDEZ VALDEZ	2300851	CE	TIANGUA
25000.135770/2016-79	YAMILE GARCIA CASTILLO	4100981	PR	CURITIBA
25000.133400/2016-05	YAMILE GUTIERREZ BEOVIDES	2901418	BA	TEOLANDIA
25000.133413/2016-76	YAMILKA PENA REYES	3502527	SP	SAO PAULO
25000.133418/2016-07	YAMILKA SANTANA CABRERA	3502620	SP	SUZANO
25000.135774/2016-57	YAMIRKA RODRIGUEZ TORRES	3502535	SP	SAO PAULO
25000.133422/2016-67	YANAXIS BATISTA FROMETA	2901408	BA	MORRO DO CHAPEU
25000.135777/2016-91	YANCENIS CORREA NOA	3502616	SP	SAO PAULO
25000.133426/2016-45	YANELA ALMEIDA GONZALEZ	3502556	SP	EMBU-GUACU
25000.133428/2016-34	YANELIS NUNEZ GOMEZ	3502546	SP	OSASCO
25000.133444/2016-27	YANET ARMAS ACOSTA	2100798	MA	ARAME
25000.135781/2016-59	YANET GONZALEZ DELGADO	4200504	SC	BARRA VELHA
25000.133431/2016-58	YANET LAURENCIO SOSA	2400272	RN	JOAO CAMARA
25000.133437/2016-25	YANET PINEIRO HERNANDEZ	2100800	MA	ARAME
25000.133449/2016-50	YANETSIS DIAZ DIAZ	3502536	SP	PIRACICABA
25000.133455/2016-15	YANISE DE LA CRUZ PUPO	2901424	BA	CENTRAL
25000.133458/2016-41	YAQUELIN FEIJOO FELICIANO	3502561	SP	GUARULHOS
25000.133463/2016-53	YARENIS ALMAGUER MORALES	2400270	RN	ACU
25000.135783/2016-48	YARIBEL LICORT PITA	3502564	SP	SANTO ANDRE
25000.133465/2016-42	YARIBEY PARRA BLAS	3200359	ES	SAO MATEUS
25000.133467/2016-31	YARISBEY PEREZ ARMENTEROS	2901411	BA	CANARANA
25000.133468/2016-86	YASENIA FABRE GARCIA	2901407	BA	CARDEAL DA SILVA
25000.133474/2016-33	YASNAY ROMAN CORDERO	5200441	GO	NOVA GLORIA
25000.135786/2016-81	YAUMEL PEREZ CARBALLO	5300082	DF	BRASILIA
25000.135790/2016-40	YEIDIS DELFINO FROMETA	3502618	SP	SAO PAULO
25000.133475/2016-88	YEISY ANDRES LOPEZ GARCIA	5000236	MS	CORUMBA
25000.133479/2016-66	YELAYNE MORELL PEREZ	2901398	BA	ITAGUACU DA BAHIA
25000.133482/2016-80	YELENIS SOTOLONGO ALFONSO	3300549	RJ	SAO JOAO DE MERITI
25000.135792/2016-39	YENIRENIA GUERRA PENA	4301318	RS	PORTO ALEGRE
25000.133484/2016-79	YENISEL BLANCO RIVERO	2901405	BA	CASTRO ALVES
25000.133487/2016-11	YENISLEIDY PLASENCIA LORENZO	3300548	RJ	DUQUE DE CAXIAS
25000.133488/2016-57	YENISLEY RAMIREZ ALVAREZ	3200360	ES	BOA ESPERANCA
25000.135794/2016-28	YHONDER LEBRUN ACOSTA	3101299	MG	CATUTI
25000.135797/2016-61	YINET RODRIGUEZ FAVIER	2901427	BA	APORA
25000.135799/2016-51	YIREISIS TAMAYO LOPEZ	3502596	SP	SAO PAULO
25000.133491/2016-71	YISEL WILLIAMS ALEXANDER	3200361	ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
25000.133496/2016-01	YOANDRI ORTEGA MOLINA	1100296	RO	JI-PARANA
25000.133504/2016-10	YOANDRIS ROMERO ZAMORA	1300639	AM	URUCURITUBA
25000.133507/2016-45	YOANDY RODRIGUEZ VIERA	1300630	AM	MANACAPURU
25000.133508/2016-90	YOANYS REGALON NOGUEIRA	2100791	MA	ZE DOCA
25000.135800/2016-47	YODENIS ARMELA MARTINEZ	3502619	SP	SAO PAULO
25000.135806/2016-14	YOLAINE TOLEDO MOREJON	3502590	SP	SAO PAULO
25000.135807/2016-69	YOLEYNIS GALIANA LOPEZ	3200364	ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
25000.135809/2016-58	YORDANKA RAMOS MORENO	3502608	SP	SAO PAULO
25000.135810/2016-82	YORDY COLUMBIE GARBEY	3101301	MG	LIBERDADE
25000.133510/2016-69	YOSBEL HERNANDEZ MARTINEZ	1300631	AM	MANACAPURU
25000.133514/2016-47	YOSDAN SURI GARCIA	2400273	RN	NATAL
25000.133517/2016-81	YOSLEIBIS FERRIOL ROSALES	2100801	MA	SANTA HELENA
25000.133519/2016-70	YOSMEL ALVAREZ GONZALEZ	1700169	TO	MAURILANDIA DO TOCANTINS
25000.133521/2016-49	YOSVANY MORALES CABRERA	1300637	AM	ITACOATIARA
25000.133523/2016-38	YUCET MACIA ZABALA	4200503	SC	PINHEIRO PRETO
25000.133526/2016-71	YUDEISY MORALES GIBERT	2901409	BA	MEDEIROS NETO
25000.135812/2016-71	YUDEL RAMIREZ NUNEZ	2200348	PI	REGENERAÇÃO
25000.133529/2016-13	YUDELKIS CISNERO SUAREZ	4301297	RS	PANTANO GRANDE
25000.135813/2016-16	YUDENIA RUIZ ZAMORA	3101281	MG	BERIZAL
25000.135815/2016-13	YUDISEL TATIANA REMON PEREZ	3101285	AC	MANCIO LIMA
25000.135817/2016-02	YUDISLEIDY LABANINO CHARADAN	3300567	RJ	RIO DE JANEIRO
25000.133530/2016-30	YUDIT MEDINA PEDRAZA	4301294	RS	NONOAI
25000.133531/2016-84	YULEIMYS CANTERO GOMEZ	2901419	BA	MIGUEL CALMON
25000.135818/2016-49	YULEYDIS COSS RAMIREZ	3502534	SP	BAURU
25000.133533/2016-73	YULIET OSORIO REYES	5300083	DF	BRASILIA
25000.133537/2016-51	YUNAISY AVILA EXPOSITO	2100793	MA	BURITICUPU
25000.133538/2016-04	YUNEISY CISCAL LETTER	2800169	SE	SIMAO DIAS
25000.133539/2016-41	YUNIA ACOSTA GARCIA	4301315	RS	SANTO ANTONIO DA PATRULHA
25000.135820/2016-18	YUNIELY MORE VAZQUEZ	3300546	RJ	RIO DE JANEIRO
25000.135821/2016-62	YUNIER GONZALEZ IGLESIAS	2600715	PE	CAPOEIRAS
25000.135823/2016-51	YUNIER RIOS PAZ	3502599	SP	BAURU
25000.135825/2016-41	YURI RODRIGUEZ SANCHEZ	5300087	DF	BRASILIA
25000.135830/2016-53	YURIANNY RODRIGUEZ ALFARO	3502605	SP	SAO VICENTE
25000.133541/2016-10	YURIEN AMADOR ROJAS	1300638	AM	JURUA
25000.133542/2016-64	YURILEYDIS ZAPATA SABUQUE	3101286	MG	VARJAO DE MINAS
25000.133543/2016-17	YUSIMIR GARCIA VEGA	3101302	MG	GOVERNADOR VALADARES
25000.133544/2016-53	YUSIMY QUINTERO EXPOSITO	3502575	SP	SALTO
25000.133546/2016-42	YUSNEIRIS OLIVAREZ ESCOBAR	4301304	RS	CACHOEIRINHA
25000.133547/2016-97	YUSNIER KEILER HERNANDEZ RIVERO	1100295	RO	ROLIM DE MOURA
25000.133904/2016-17	ZAIDEL BARRERA RODRIGUEZ	3502604	SP	SANTOS
25000.133548/2016-31	ZORAIDA CUELLAR PORTAL	3502537	SP	SALTO DE PIRAPORA
25000.133549/2016-86	ZULANI CRUZ AROCHA	4301314	RS	BAGE
25000.133551/2016-55	ZUNIESKY HERNANDEZ DELGADO	5200440	GO	PIRES DO RIO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério das Cidades

GABINETE DO MINISTRO

RETIFICAÇÃO

Nos itens 4.1 e 4.3.1, Anexo III, da Instrução Normativa nº 22, de 14 de dezembro de 2015, com a redação alterada pelo art. 1º da Instrução Normativa nº 25, de 28 de setembro de 2016, do Ministério das Cidades, publicada no Diário Oficial da União de 29 de setembro de 2016, Seção 1, págs. 701/702, onde se lê: "R$ 1.600,01 (um mil, oitocentos reais e um centavo)" e "R$ 15.000,00 (quinze mil e quinhentos reais)", leia-se: "R$ 1.600,01 (um mil, seiscentos reais e um centavo)" e "R$ 15.000,00 (quinze mil reais)".

Ministério das Relações Exteriores

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DAS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR
DEPARTAMENTO DE IMIGRAÇÃO E ASSUNTOS JURÍDICOS
DIVISÃO DE ATOS INTERNACIONAIS

PROGRAMA EXECUTIVO AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRINCÍPE PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE - FASE II"

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe

(doravante denominados "Partes"),

Considerando que suas relações de cooperação têm sido fortalecidas ao amparo do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe, assinado em Brasília, em 26 de junho de 1984;

Considerando o desejo mútuo de promover a cooperação para o desenvolvimento, com base no benefício mútuo e na reciprocidade; e

Considerando que a cooperação técnica na área de educação e segurança alimentar se reveste de especial interesse para as Partes,

Acordaram o seguinte:

Artigo I

1.O presente Programa Executivo tem por objeto a implementação do projeto "Implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar em São Tomé e Príncipe - Fase II" (doravante denominado "Projeto"), cuja finalidade é:

a) realizar avaliação nutricional dos alunos das escolas-piloto e pesquisa acerca do perfil da alimentação escolar em São Tomé e Príncipe;

b) desenvolver e implementar hortas escolares e capacitar atores com o kit "Educando com a Horta Escolar;

c) divulgar as atividades do projeto para disseminação de bons hábitos alimentares e de higiene, promovendo a participação da comunidade escolar;

d) efetivar ações de capacitação, planejamento e acompanhamento;

e) aprovisionar a manutenção, por dois anos, da Coordenação e Comissão de Seguimento, Avaliação e Execução do Projeto Implementação do Programa de Alimentação Escolar nos sete Distritos da Ilha de São Tomé e na Região Autônoma do Príncipe; e

f) efetuar a adequação dos ambientes para confecção das refeições servidas aos escolares, a melhoria dos utensílios de cozinha e das merendeiras.

2. O Projeto contemplará os objetivos, as atividades e os resultados alcançados no âmbito do presente Programa Executivo.

3. O Projeto será aprovado e firmado pelas instituições coordenadoras e executoras.

Artigo II

1. O Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério de Relações Exteriores (ABC/MRE) como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Programa Executivo; e

b) o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) / Coordenação-Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar (CGPAE) e a Universidade Federal da Bahia -UFBA como instituições responsáveis pela execução das atividades decorrentes deste Programa Executivo.

2. O Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe designa:

a) o Ministério dos Negócios Estrangeiros, Comunidades e Cooperação como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Programa Executivo; e

b) o Ministério da Educação e Cultura como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes do presente Programa Executivo.

Artigo III

1. Ao Governo da República Federativa do Brasil, cabe:

a) designar e enviar técnicos para desenvolver em São Tomé e Príncipe as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

b) apoiar técnicos santomenses no Brasil para serem capacitados nos centros brasileiros de excelência;

c) disponibilizar a infraestrutura para a realização dos treinamentos no Brasil; e

d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

2. Ao Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe, cabe:

a) designar técnicos santomenses para receber treinamento no Brasil;

b) disponibilizar instalações e infraestrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

c) garantir a utilização de equipamentos no âmbito do Projeto;

d) apoiar os técnicos enviados pelo Governo brasileiro, mediante o fornecimento de todas as informações necessárias à execução do Projeto;

e) garantir a manutenção dos vencimentos e demais vantagens do cargo ou função dos técnicos santomenses que estiverem envolvidos no Projeto;

f) tomar as providências para que as ações desenvolvidas pelos técnicos enviados pelo Governo brasileiro tenham continuidade; e

g) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

3. O presente Programa Executivo não implica qualquer compromisso de transferência de recursos financeiros de uma Parte à outra ou qualquer atividade gravosa a seus patrimônios nacionais.

Artigo IV

Para a execução das atividades previstas no Projeto, as Partes poderão dispor de recursos de instituições públicas e privadas, de organizações não-governamentais, de organismos internacionais, de agências de cooperação técnica, de fundos e de programas regionais e internacionais.

Artigo V

Todas as atividades mencionadas neste Programa Executivo estarão sujeitas às leis e aos regulamentos em vigor na República Federativa do Brasil e na República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Artigo VI

1. As instituições executoras elaborarão relatórios sobre os resultados obtidos no contexto do Projeto, os quais serão encaminhados e avaliados pelas instituições coordenadoras.

2. Os documentos resultantes das atividades desenvolvidas no contexto do Projeto serão de propriedade conjunta das Partes. Em caso de publicação, deverão as Partes ser prévia e formalmente consultadas, bem como mencionadas no documento objeto de publicação.

Artigo VII

O presente Programa Executivo entrará em vigor na data de sua assinatura e terá vigência de dois (2) anos, sendo renovado automaticamente, por iguais períodos sucessivos, até o cumprimento de seu objeto, salvo manifestação contrária de qualquer das Partes.

Artigo VIII

1. O presente Programa Executivo poderá ser emendado a qualquer momento, por consentimento mútuo das Partes, por via diplomática.

2. Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou implementação deste Programa Executivo será resolvida por negociação direta das Partes, por via diplomática.

Artigo IX

Qualquer das Partes poderá, a qualquer momento, notificar a outra, por via diplomática, de sua decisão de denunciar o presente Programa Executivo. A denúncia surtirá efeito seis (6) meses após a data da notificação e não afetará as atividades em execução, salvo se acordado em contrário pelas Partes.

Artigo X

No que se refere às questões não previstas no presente Programa Executivo, aplicar-se-ão as disposições do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Feito em São Tomé, em 4 de março de 2010, em dois exemplares originais, em português.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ARTHUR V. C. MEYER
Embaixador do Brasil em São Tomé e Príncipe

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

ELSA PINTO
Ministra da Defesa Nacional em substituição do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "IV RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE"

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe

(doravante denominados "Partes"),

Considerando que as relações de cooperação técnica têm sido fortalecidas ao amparo do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe, assinado em Brasília, em 26 de junho de 1984;

Considerando o desejo mútuo de promover a cooperação técnica para o desenvolvimento, com base no benefício mútuo e na reciprocidade; e

Considerando que a cooperação técnica na área de desenvolvimento socioeconômico reveste-se de especial interesse para as Partes,

Ajustam o seguinte:

Artigo I

1. O presente Ajuste Complementar tem por objeto a implementação do Projeto "IV Recenseamento da População e Habitação de São Tomé e Príncipe" (doravante denominado "Projeto"), cuja finalidade é apoiar o Governo santomense na realização do IV Recenseamento Geral da População e Habitação de São Tomé e Príncipe.

2. O Projeto contemplará os objetivos, as atividades e os resultados a serem alcançados no âmbito do presente Ajuste Complementar.

3. O Projeto será aprovado e assinado pelas instituições coordenadoras e executoras.

Artigo II

1. O Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério de Relações Exteriores (ABC/MRE) como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar.

2. O Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe designa:

a) O Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades e o Ministério das Finanças e Cooperação como instituições responsáveis pela coordenação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) O Instituto Nacional de Estatística (INE) do Ministério do Plano e Desenvolvimento como instituição responsável pela implementação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar.

Artigo III

1. Ao Governo da República Federativa do Brasil, cabe:

a) designar e enviar técnicos para desenvolver em São Tomé e Príncipe as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

b) apoiar a realização das atividades a serem desenvolvidas em São Tomé e Príncipe;

c) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

2. Ao Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe, cabe:

a) designar profissionais santomenses para receber treinamento no Brasil e em São Tomé e Príncipe;

b) disponibilizar instalações e infraestrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

c) apoiar os técnicos enviados pelo Governo brasileiro, mediante o fornecimento de todas as informações necessárias à execução do Projeto;

d) garantir a manutenção dos vencimentos e demais vantagens do cargo ou função dos técnicos santomenses que estiverem envolvidos no Projeto;

e) tomar as providências para que as ações desenvolvidas pelos técnicos enviados pelo Governo brasileiro tenham continuidade; e

f) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

3. O presente Ajuste Complementar não implica qualquer compromisso de transferência de recursos financeiros de uma Parte à outra ou qualquer atividade gravosa a seus patrimônios nacionais.

Artigo IV

Para a execução das atividades previstas no Projeto, as Partes poderão dispor de recursos de instituições públicas e privadas, de organizações não-governamentais, de organismos internacionais, de agências de cooperação técnica, de fundos e de programas regionais e internacionais.

Artigo V

Todas as atividades mencionadas neste Ajuste Complementar estarão sujeitas às leis e aos regulamentos em vigor na República Federativa do Brasil e na República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Artigo VI

1. As instituições executoras elaborarão relatórios sobre os resultados obtidos no contexto do Projeto, os quais serão encaminhados e avaliados pelas instituições coordenadoras.

2. Os documentos resultantes das atividades desenvolvidas no contexto do Projeto serão de propriedade conjunta das Partes. Em caso de publicação, deverão as Partes ser prévia e formalmente consultadas, bem como mencionadas no documento objeto de publicação.

Artigo VII

O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data de sua assinatura e terá vigência de dois (2) anos, sendo renovado, automaticamente, por períodos sucessivos de dois anos, até o cumprimento de seu objeto.

Artigo VIII

1. O presente Ajuste Complementar poderá ser emendado a qualquer momento, com consentimento mútuo das Partes, por via diplomática.

2. Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou à implementação deste Ajuste Complementar será resolvida por negociação direta entre as Partes, por via diplomática.

Artigo IX

Qualquer das Partes poderá, a qualquer momento, notificar a outra, por via diplomática, de sua decisão de denunciar o presente Ajuste Complementar. A denúncia surtirá efeito seis (6) meses após a data da notificação e não afetará as atividades em execução, salvo se acordado em contrário pelas Partes.

Artigo X

No que se refere às questões não previstas no presente Ajuste Complementar, aplicar-se-ão as disposições do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe, assinado em Brasília, em 26 de junho de 1984.

Feito em São Tomé, em 1º de agosto de 2011, em dois exemplares originais, em português.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

EMBAIXADOR DO BRASIL EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE
Arthur Vivacqua Correa Meyer

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE
Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades
Manuel Salvador dos Ramos

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.050, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48000.001450/1993-46. Interessado: Hidroelétrica Altoé Ltda. Objeto: Revoga a Autorização da Pequena Central Hidrelétrica Altoé II, outorgada à Hidroelétrica Altoé Ltda. por meio da Resolução n° 181, de 1º de junho de 2000, localizada no município de Cerejeiras, estado de Rondônia. A íntegra desta Resolução consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.053, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 00000.701762/1983-73. Interessado: Specht Produtos Alimentícios Ltda. Objeto: Extingue a concessão referente à UHE Rio do Peixe, cadastrada sob o CEG nº CGH.PH.SC.002354-0.01, localizada no município de Joaçaba, estado de Santa Catarina. A íntegra desta Resolução consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.057, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.004337/2016-57. Interessada: Rio Grande Energia S.A. Objeto: (i) declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, as áreas de terra necessárias à passagem da Linha de Distribuição 69 kV Caxias 6 - Caxias 7. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.058, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.003763/2016-73. Interessada: Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT Objeto: (i) autorizar a Interessada a realizar reforços na seguinte instalação sob sua responsabilidade: Subestação Garibaldi; (ii) estabelecer o valor da parcela adicional de Receita Anual Permitida - RAP correspondente, conforme Anexo I; e (iii) estabelecer o cronograma de execução, conforme Anexo II. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
Em 27 de setembro de 2016

Nº 2.569 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo n. 48500.003867/2016-88, decide: (i) negar provimento ao pedido formulado pela Santo Antônio Energia S.A. - SAESA para que toda a energia produzida pelas unidades geradoras em operação em teste da UHE Santo Antônio, no período anterior a julho de 2014, fosse recontabilizada e valorada ao Preço de Liquidação das Diferenças - PLD em seu favor; (ii) convalidar o Despacho n. 2.922, de 30/7/2014, cujos efeitos valem a partir da data de sua publicação no D.O.U. de 31/7/2014, seção 1, p. 106, v. 151, n. 145.

27 DE SETEMBRO DE 2016
Nº 2.570 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo n. 48500.005996/2013-68, decide, de ofício, retificar o Despacho n. 4.141, de 14/10/2014, publicado no D.O.U. de 24/10/2014, seção 1, p. 65, v. 151, n. 206, cujo item (i) passa a vigorar com a seguinte redação: (i) autorizar a redução contratual proporcional dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs da UTE Candiota III com as distribuidoras contratantes do Leilão 1/2005, no montante total de 65 MW médios a partir de 1º/1/2018, com a consequente redução da Receita Fixa para R$ 243.814.772,00/ano, devidamente atualizada.

Nº 2.571 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.005779/2013-78, decide conhecer e negar provimento ao Recurso Administrativo interposto pela Transmissora Sul Brasil de Energia LTDA. - TESB em face do Auto de Infração 1.016/2015, lavrado pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF, que aplicou penalidade de multa no valor R$ 97.029,86 (noventa e sete mil, vinte e nove reais e oitenta e seis centavos), em decorrência da transferência de controle societário da concessionária sem a anuência prévia da ANEEL.

Nº 2.572 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.001674-2015-10, decide conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Elektro Eletricidade e Serviços S.A em face do Auto de Infração 1.027/2015, lavrado pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF, que aplicou penalidade de advertência em decorrência do descumprimento de Procedimento de Comercialização da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, ao amparo do inc. XX, do art. 7º, da Resolução Normativa 63/2004 e, no mérito, dar-lhe provimento.

Nº 2.574 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta dos Processos 48500.000498/2011-67, 48500.002596/2012-10 e 48500.002599/2012-53, decide conhecer dos Pedidos de Reconsideração interpostos pelas empresas Caiçara do Norte 1 Geradora de Energia S.A., Caiçara do Norte 2 Geradora de Energia S.A. e Miassaba 4 Geradora de Energia Eólica S.A. em face das Resoluções Autorizativas 5.865/2016, 5.866/2016 e 5.867/2016 e dos Despachos 1.441/2016, 1.442/2016 e 1.468/2016, para, no mérito, negar-lhes provimento.

Nº 2.575 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo 48500.006819/2005-27, decide conhecer do Pedido de Reconsideração interposto pela Energética Santa Helena S.A. em face do Despacho 1.846/2016, que negou provimento aos pedidos apresentados pela Recorrente para dispensar a assinatura dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs, resultantes do Leilão 6/2013 (A-5), e deu outras providências, para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 2.584 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.006700/2010-83, decide conhecer do recurso administrativo interposto pela Companhia Energética do Ceará - Coelce em face do Auto de Infração 097/2012, de 14 de agosto de 2012, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, reduzindo a penalidade de multa para R$ 11.187.929,39 (onze milhões, cento e oitenta e sete mil, novecentos e vinte e nove reais e trinta e nove centavos), valor este que deverá ser recolhido em conformidade com a legislação.

Nº 2.585 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.005114/2010-11, decide por deferir parcialmente o Requerimento Administrativo interposto pela Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras, em face do Despacho 1.208, de 10/5/2016, para, no mérito, reformar os itens "ii.b" e "ii.c" do Despacho 1.208/2016, que passam a ter a seguinte redação:

ii.b) devolver o valor de R$1.924.188.432,99 - montante histórico referente à amortização de financiamentos não transferidos pela Eletrobras à RGR, apurados no período de 1998 a 2011 - aplicando a atualização monetária baseada nos termos do parágrafo único do art. 21-A da Lei 12.783/2013, com redação pela Lei 13.299/2016, a partir de janeiro de 2017, em parcelas mensais.

ii.c) devolver o valor de R$113.576.621,62 - montante histórico referente à apropriação da Eletrobras de encargos financeiros da RGR (juros de mora, multas e comissão de reserva de crédito), apurados no período de 1998 a 2011 - aplicando a atualização monetária baseada nos termos do parágrafo único do art. 21-A da Lei 12.783/2013, com redação pela Lei 13.299/2016, a partir de janeiro de 2017, em parcelas mensais.

ROMEU DONIZETE RUFINO

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 27 de setembro de 2016

Nº 2.593 - Processo nº 48500.005705/2009-55. Interessado: Centrais elétricas do Norte do Brasil; Prefeitura Municipal de Santarém e Prefeitura Municipal de Mojuí dos Campos. Decisão: Homologar os coeficientes de distribuição da Usina Hidrelétrica Curuá-Una, para fins de distribuição dos recursos da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica, conforme Tabelas 1 e2 do Anexo. A íntegra deste Despacho consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca

Nº 2.594 - Processo nº 48500.004022/2011-03. Interessado: Engie Brasil Energia S.A. Decisão: homologar novos parâmetros da UHE Salto Santiago, por Unidade Geradora (UG), situada no rio Iguaçu, Município de Saudade do Iguaçu, no Estado do Paraná, de titularidade da empresa Engie Brasil Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.474.103/0001-19. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 28 de setembro de 2016

Nº 2.597 - Processo nº 48500.005838/2010-65. Interessados: Energyx Geração de Energia Ltda. Decisão: (i) Estabelecer prazo de 180 dias para que a empresa Energyx Geração de Energia Ltda. proceda a reavaliação dos Estudos de Inventário do rio Chopim, no trecho localizado a montante do reservatório da PCH Alto Chopim, tendo em vista a aplicação da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a manifestação apresentada por esta mesma empresa por meio do documento apresentado à esta agência sob o nº 48524.010116/2016-00-2. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 28 de setembro de 2016

Nº 2.602 - Processo nº: 48500.001297/2016-91. Interessada: Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. Decisão: Conhecer do recurso administrativo apresentado por Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. e, no mérito, negar-lhe provimento. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

IVO SECHI NAZARENO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 30 de setembro de 2016

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes nos despachos abaixo para início de operação em teste a partir do dia 1º de outubro de 2016.

Nº 2.628 - Processo nº 48500.001809/2011-13. Interessados: Cooperzem Cooperativa de Geração de Energia e desenvolvimento - Cooperzem Geração. Usina: PCH Volta Grande. Unidades Geradoras: UG1 e UG2, de 1.565 kW cada uma, totalizando 3.130 kW de capacidade instalada. Localização: Municípios de São Bonifácio e São Martinho, Estado do Santa Catarina.

Nº 2.629 - Processo nº 48500.004383/2014-94. Interessados: Testa Branca I Energia S.A. Usina: EOL Testa Branca I. Unidade Geradora: UG1 de 2.200 kW. Localização: Município de Ilha Grande, Estado do Piauí.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 2.630 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução Normativa ANEEL nº 583, de 22 de outubro de 2013, e com base no processo 48500.000641/2015-44, resolve liberar as unidades geradoras das usinas termelétricas listadas a seguir, de titularidade do Consórcio Novo Horizonte Geração de Energia, para início da operação comercial a partir do dia 1º de outubro de 2016, quando a energia produzida pelas unidades geradoras deverá estar disponível ao sistema.

UTE - UF	Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG	Unidades Geradoras - UGs
CNH Buritis - RO	UTE.PE.RO.032286-5.01	18 UGs de 1.000 kW, totalizando 18.000 kW
CNH Cujubim - RO	UTE.PE.RO.032290-3.01	12 UGs de 1.000 kW, totalizando 12.000 kW
CNH Machadinho - RO	UTE.PE.RO.032291-1.01	15 UGs de 1.000 kW, totalizando 15.000 kW
CNH Izidolândia - RO	UTE.PE.RO.032299-7.01	2 UGs de 440 kW, totalizando 880 kW

Nº 2.631- Processo nº 48500.001608/2014-51. Interessado: São Benedito Energias Renováveis S.A. Decisão: Liberar as unidades geradoras para início da operação comercial a partir de 1º de outubro de 2016. Usina: EOL Ventos de São Benedito. Unidades Geradoras: UG1 e UG7, de 2.100 kW cada, totalizando 4.200 kW de capacidade instalada. Localização: Município de São Miguel do Gostoso, Estado do Rio Grande do Norte. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

RETIFICAÇÕES

No Despacho nº 2.589, de 27 de setembro de 2016, publicado no DOU nº 187, de 28 de setembro de 2016, página 91, seção 1, onde se lê "Unidades Geradoras: UG1 e UG16", leia-se "Unidades Geradoras: UG1 a UG16".

No Despacho nº 2.590, de 27 de setembro de 2016, publicado no DOU nº 187, de 28 de setembro de 2016, página 91, seção 1, onde se lê "Unidades Geradoras: UG1 e UG15", leia-se "Unidades Geradoras: UG1 a UG15".

No Despacho nº 2.591, de 27 de setembro de 2016, publicado no DOU nº 187, de 28 de setembro de 2016, página 91, seção 1, onde se lê "Unidades Geradoras: UG1 e UG16", leia-se "Unidades Geradoras: UG1 a UG16".

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE
Em 29 de setembro de 2016

Nº 2.620 - Processo nº: 48500.003786/2016-88. Interessada: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - Eletropaulo. Decisão: anuir à celebração do Contrato nº 4610002552 para execução de serviços técnicos e comerciais entre a Interessada (Contratante) e a AES Serviços TC Ltda. (Contratada). A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em: www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 30 de setembro de 2016

Nº 2.633 - Processo nº 48500.004622/2016-78. Interessada: Odoyá Transmissora de Energia S.A. Decisão: anuir ao pedido de alteração do Estatuto Social da Interessada. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em: www.aneel.gov.br/biblioteca.

TICIANA FREITAS DE SOUSA

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TARIFÁRIA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 30 de setembro de 2016

Nº 2.626 - Processo: 48500.001063/2016-44. Interessados: Concessionárias de Distribuição e Consumidores do Sistema Interligado Nacional. Decisão: Fixar os créditos e débitos da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias, para fins da Liquidação das operações do mercado de curto prazo junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, da competência de agosto de 2016, nos termos do Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, aprovado pela Resolução Normativa nº 700, de 26 de janeiro de 2016.

A íntegra deste Despacho estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 2.627 - Processo: 48500.005567/2015-52. Interessados: agentes de distribuição de energia elétrica com aniversário contratual no mês de setembro de 2016, bem como os que tiveram prorrogação tarifária em decorrência de alteração de data contratual. Decisão: fixar a Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE aos interessados. A íntegra deste Despacho estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 2.632 - Processo: 48500.005750/2015-58. Interessados: Concessionárias e Permissionárias de Distribuição e Consumidores do Sistema Interligado Nacional. Decisão: Fixar a bandeira tarifária verde com vigência no mês de outubro de 2016, nos termos do Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, aprovado pela Resolução Normativa nº 700, de 26 de janeiro de 2016. A íntegra deste Despacho estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO TARIFÁRIA SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais delegadas pelo Despacho nº 1.576, de 14 de junho de 2016, resolve:

Nº 2.634 - Processo: nº 48500.00.004711/2016-14. Interessados: Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres - Abrace, concessionárias e permissionárias de distribuição, unidades consumidoras alcançadas pela decisão liminar concedida nos autos do Processo Judicial nº 0028882-30.2016.4.01.3400/2ª Vara Federal, Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, usuários e agentes do Setor. Objeto: Cumprimento da decisão de antecipação de tutela de que trata o Processo Judicial nº 0028882-30.2016.4.01.3400/2ª Vara Federal com a publicação das respectivas tarifas de uso dos sistemas de distribuição e transmissão TUSD e TUST, e outras providências. A íntegra deste Despacho e de seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

CLÁUDIO ELIAS CARVALHO

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 30 de setembro de 2016

Nº 2.616 - Processos nº 48500.000532/2014-46. Interessados: Vendedores do 2º Leilão de Fontes Alternativas - LFA, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Usuários de energia. Decisão: Determinar à CCEE que, na Liquidação Financeira Relativa à Contratação de Energia Elétrica no Ambiente Regulado, utilize o acrônimo ENF-DTF para as usinas do 2º LFA, 3º ano de apuração, cuja janela de entrega encerrou-se em 31 de agosto de 2016. A íntegra deste Despacho está nos autos e no sítio www.aneel.gov.br.

JÚLIO CÉSAR REZENDE FERRAZ

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 30 de setembro de 2016

Nº 1.157 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, e com base no art. 25, inciso II, alíneas 'd' e 'e', da Resolução ANP n° 08/2007, e no que consta no Processo Administrativo n° 48610.007998/2013-44, torna pública a revogação da Autorização n° 369/2007, publicada no Diário Oficial da União em 30/10/2007, para o exercício da atividade de transportador revendedor retalhista concedida à sociedade POXTO - ENTREGA EXPRESSA DE COMBUSTÍVEL LTDA., inscrita no CNPJ sob o n° 04.983.216/0001-75, localizada na Rua do Areal, n° 614, Parque Pereque - Angra dos Reis-RJ, CEP 23900-000. Revogam-se as disposições em contrário.

FRANCISCO NELSON CASTRO NEVES

DIRETORIA I
SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS

DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE
Em 30 de setembro de 2016

A SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E DE QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 61, de 18 de março de 2015, e com base no disposto na Resolução ANP nº 22/14, de 11 de abril de 2014, concede o registro do(s) produto(s) abaixo, das empresas relacionadas:

Nº1159	MOLECULAR BRASIL LTDA. - CNPJ nº 03.122.996/0001-04					
Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto		Registro Produto
48600.001992/2016 - 25	GET OIL HDD PLUS	SAE 15W40	API CH4	ÓLEO LUBRIFICANTE		17700
Nº1160	PETRONAS LUBRIFICANTES S.A. - CNPJ nº 03.613.421/0001-86					
Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto		Registro Produto
48600.002474/2016 - 29	PETRONAS HYDRAULIC PLUS	ISO 32	. EATON 03-401-2010, CINCINNATI P-68, P-69, P-70, PARKER DENISON HF-0, HF-1, HF-2, BOSCH REXROTH RDE 90235, EATON E-FDGN-TB002-E, DIN 51524 PART II, ISO 11158 HM	ÓLEO LUBRIFICANTE		17699
48600.002473/2016 - 84	PETRONAS HYDRAULIC PLUS	ISO 46	. EATON 03-401-2010, CINCINNATI P-68, P-69, P-70, PARKER DENISON HF-0, HF-1, HF-2, BOSCH REXROTH RDE 90235, EATON E-FDGN-TB002-E, DIN 51524 PART II, ISO 11158 HM	ÓLEO LUBRIFICANTE		17699
48600.002472/2016 - 30	PETRONAS HYDRAULIC ZF	ISO 68	. DIN 51524 PART II, DENISON HF-0, HF-1, HF-2, EATON BROCHURE 03.401-2010, ISO 11158 HM, FIVES CINCINNATI P-68, P-69, P-70	ÓLEO LUBRIFICANTE		17698
Nº1161	WILHELM DO BRASIL LTDA - CNPJ nº 13.709.133/0001-83					
Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto		Registro Produto
48600.001894/2016 - 98	DIENITRO			ADITIVO PARA COMBUSTÍVEL AUTOMOTIVO		793

ROSÂNGELA MOREIRA DO ARAUJO

SECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHOS DO SECRETÁRIO EXECUTIVO
Em 30 de setembro de 2016

O SECRETÁRIO EXECUTIVO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 857, de 21 de setembro de 2016, resolveu:

Nº 1158 - Aprovar, conforme a Resolução de Diretoria nº 742 de 21 de setembro de 2016, o Plano de Desenvolvimento do Campo de Gavião Caboclo (Contrato de Concessão nº 48610.001415/2008-12), operado pela Parnaíba Gás Natural S.A. (PGN), determinando que se cumpram as exigências constantes na Nota Técnica nº 177/2016/SDP.

LEONARDO MONTEIRO CALDAS

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

SUPERINTENDÊNCIA NO AMAPÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 48/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Amapá Metals Corporation Ltda - 858021/11 - A.I. 19/16, 858046/13 - A.I. 26/16
Amazon Green Work - 858087/13 - A.I. 28/16
Celio José Dos Santos - 858029/11 - A.I. 20/16
Global Import Serviços, Locação e Comercio Ltda - 858015/15 - A.I. 29/16, 858015/15 - A.I. 18/16
Roberto Salvador Flores - 858153/11 - A.I. 22/16, 858153/11 - A.I. 23/16
Silva & Mossato Ltda Epp - 858149/12 - A.I. 25/16
Vanessa Souza Segato - 858085/11 - A.I. 21/16

GEORGE MORAIS DE SOUZA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO AMAZONAS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 70/2016

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Titular: Thiago Costa Neves Silva Cpf/cnpj :758.022.602-20 - Processo minerário: 880409/07 - Processo de cobrança: 980201/16 Valor: R$.7.886,41

FERNANDO LOPES BURGOS

SUPERINTENDÊNCIA NO MARANHÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 68/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Iluka Brasil Mineracao LTDA. - 806110/12 - A.I. 504/16, 806113/12 - A.I. 505/16, 806115/12 - A.I. 506/16, 806124/12 - A.I. 507/16, 806126/12 - A.I. 508/16, 806128/12 - A.I. 509/16, 806129/12 - A.I. 510/16, 806131/12 - A.I. 511/16, 806132/12 - A.I. 512/16, 806133/12 - A.I. 513/16, 806140/12 - A.I. 514/16, 806151/12 - A.I. 515/16, 806152/12 - A.I. 516/16
Ivonise da Silva Costa - 806124/14 - A.I. 517/16
Maura Jorge Alves de Melo Ribeiro - 806234/14 - A.I. 518/16

RELAÇÃO Nº 69/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Abf Geologia, Manutenção e Sondagens LTDA. - 806131/14
Adiel Barreto Lucena Junior - 806073/13
Antonio de Brito Filho - 806238/12, 806239/12, 806250/12, 806260/12, 806057/12
Atlantico Empreendimentos de Mineração e Transportes Ltda me - 806078/13
Bioenergy Geradora de Energia S.A. - 806269/12, 806271/12, 806273/12, 806274/12, 806276/12, 806278/12, 806279/12, 806280/12, 806281/12, 806282/12, 806283/12, 806284/12
Cerâmica Bloco Forte Ltda - 806316/11
Ceramica Rio Negro Ltda - 806145/14
Construtora Construeng Ltda - 806240/14, 806011/15
Dagoberto Antonio Faedo - 806015/14
Ecology Pesquisas Minerais Ltda - 806181/12, 806182/12, 806183/12, 806184/12, 806185/12, 806186/12, 806188/12, 806189/12, 806192/12, 806196/12, 806197/12, 806198/12, 806221/12, 806228/12, 806230/12
Ejovel Contrução, Engenharia e Serviços Ltda - 806641/11, 806424/11
Francisco Ferdinan Lima - 806102/14
g & w Geotécnica e Minérios Ltda - 806593/11
Genielzio Messias Pereira - 806037/15
Gilda Pires Pinto Leite - 806216/14
Gmc Gloria Materiais de Construção LTDA. Epp - 806049/14
Gustavo Ribeiro Artiaga Gomes - 806040/15
Indústria e Cerâmica Nossa Senhora do Rosário Ltda - 806146/15
Jefferson Moura Matos Leite - 806131/10
José de Arimatéia Ramos Oliveira - 806035/15
Lêdo Barros de Oliveira - 806065/13
Luis Carlos Barros Cunha - 806129/14, 806132/14
Lupama Comercio e Construções Ltda - 806159/15
M.c.pavelich Extração e Britamento de Pedras - 806155/15, 806118/14
Manancial Mineração e Empreendimentos Agrícolas LTDA. - 806053/16
Marcelo Ivan Kirschnick - 806137/15
Mineração João Vaz Sobrinho LTDA. - 806172/14
Nilton Cesar Moraes - 806017/15
Nilton Sézar Ferreira Barros - 806097/14
Nortplan Construtora e Incorporadora - 806083/15
p g m Mineração e Participacoes Ltda - 806100/11, 806101/11
Paulo Emanoel Vilela - 806091/15
Pedreira Porto Franco Ltda - 806142/15
pg Mineração e Engenharia Ltda - 806036/15, 806119/14, 806144/14

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Raimundo Nonato de Sousa - 806075/15
Reginaldo Antonio Rugolo - 806170/15
Rio Grande Mineral Mineração e Participações Ltda - 806289/12
Samuel Carvalho Tomaz - 806256/11, 806279/11
Timing Informatica Pesquisa e Mineracao Ltda - 806212/11, 806213/11
União Pesquisas Minerais Ltda - 806015/11, 806016/11, 806017/11, 806018/11, 806027/11, 806054/11, 806115/11, 806120/11, 806121/11, 806122/11, 806126/11, 806127/11, 806130/11, 806131/11, 806162/11
Vicenza Mineração e Participações s a. - 806648/11
Victor Orlando Martins Costa Rodrigues - 806066/15
Vtech Empreendimentos Minerais Ltda - 806452/11, 806453/11, 806454/11, 806455/11, 806456/11, 806457/11, 806458/11, 806460/11, 806461/11, 806462/11
Werson Cesar Pereira - 806054/12

RELAÇÃO Nº 70/2016

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)
806.737/2010-CERÂMICA PRINCESA LTDA- AI N°421/2016
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
806.117/2009-FORMEX-FORNECEDORA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E REPRESENTAÇÃO LTDA-AI N°460/2016
806.236/2009-DÊNIO DA ROCHA LIMA-AI N°482/2016
806.251/2009-JOSE JOSIAS LUCENA FERREIRA-AI N°484/2016
806.021/2010-FRANCINETE SOUSA VIDAL-AI N°442/2016
806.151/2010-PEDREIRA PORTO FRANCO LTDA-AI N°427/2016
806.152/2010-CBEMI CONSTRUTORA BRASILEIRA E MINERADORA LTDA-AI N°434/2016
806.159/2010-LOGUIMINAS SERVIÇOS E MINERAÇÃO LTDA-AI N°423/2016
806.417/2010-UNIÃO MINERAÇÃO LTDA-AI N°433/2016
806.421/2010-UNIÃO MINERAÇÃO LTDA-AI N°432/2016
806.422/2010-UNIÃO MINERAÇÃO LTDA-AI N°438/2016
806.663/2010-SM INDUSTRIA DE MINERIOS DO BRASIL LTDA-AI N°420/2016
806.686/2010-INDUSTRIA DE GESSOS ESPECIAIS LTDA-AI N°470/2016
806.719/2010-J FERNANDO TAJRA REIS-AI N°437/2016
806.726/2010-LIMA E CAVALCANTI LTDA-AI N°483/2016
806.731/2010-ENOCH SOARES DE ALENCAR JUNIOR-AI N°472/2016
806.738/2010-CERÂMICA PRINCESA LTDA-AI N°422/2016
806.739/2010-JOSIAS INOJOSA DE OLIVEIRA FILHO-AI N°441/2016
806.068/2011-MUTANTE CONSTRUÇÕES LTDA-AI N°475/2016
806.105/2011-JOSE HENRIQUE NAZARENO RODRIGUES-AI N°431/2016
806.138/2011-NILDO PEREIRA DA ENCARNAÇÃO-AI N°458/2016
806.144/2011-NILDO PEREIRA DA ENCARNAÇÃO-AI N°457/2016
806.204/2011-JOSE HENRIQUE NAZARENO RODRIGUES-AI N°467/2016
806.248/2011-FORMEX-FORNECEDORA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E REPRESENTAÇÃO LTDA-AI N°459/2016
806.258/2011-CERAMICA BARRO DURO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-AI N°468/2016
806.293/2011-TERRA RICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALCÁRIOS E FERTILIZANTES DE SOLO LTDA.-AI N°471/2016
806.306/2011-GEOACTIVA GESTÃO MINERAL E PLANEJAMENTO AMBIENTAL LTDA-AI N°428/2016
806.315/2011-CERAMICA FORTES LTDA-AI N°469/2016
806.318/2011-BARRO FORTE INDÚSTRIA DE CERÂMICA LTDA-AI N°461/2016
806.326/2011-M.C.PAVELICH EXTRAÇÃO E BRITAMENTO DE PEDRAS-AI N°451/2016
806.376/2011-JOANA AVELINO DE GÓES VIEIRA-AI N°456/2011
806.421/2011-BARRO FORTE INDÚSTRIA DE CERÂMICA LTDA-AI N°430/2016
806.422/2011-BARRO FORTE INDÚSTRIA DE CERÂMICA LTDA-AI N°462/2016
806.427/2011-ANTONIO DE BRITO FILHO-AI N°453/2016
806.428/2011-ANTONIO DE BRITO FILHO-AI N°454/2016
806.431/2011-E. A. DE OLIVEIRA - MINÉRIO-AI N°466/2016
806.434/2011-BARRO FORTE INDÚSTRIA DE CERÂMICA LTDA-AI N°463/2016
806.616/2011-PECUÁRIA SERRAMAR LTDA-AI N°473/2016
806.659/2011-MINERAÇÃO VALE DO ARAGUAIA LTDA.-AI N°417/2016
806.674/2011-MINERAÇÃO VALE DO ARAGUAIA LTDA.-AI N°435/2016
806.029/2012-FERNANDO ANTÔNIO LEITÃO CAVALCANTE-AI N°477/2016
806.047/2012-ZELINDO SONEGO-AI N°479/2016
806.053/2012-PEDRO ÁLVARO ALVES DE SOUSA-AI N°439/2016
806.055/2012-CONSTRUTORA MONTE BELO LTDA-AI N°476/2016
806.195/2012-JOANA AVELINO DE GÓES VIEIRA-AI N°455/2016
806.213/2012-ANTONIO DE BRITO FILHO-AI N°426/2016
806.248/2012-INDUSTRIAL BOM GOSTO COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO DE BEBIDAS LTDA-AI N°480/2016
806.348/2012-PERSEVERANÇA MINERAÇÃO E EMPREENDIMENTOS LTDA-AI N°440/2016
806.361/2012-PAVOTEC PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA-AI N°481/2016
806.392/2012-GUSTAVO DE Q. COSTA-AI N°474/2016
806.394/2012-M. DO E. S. S. DE ALCÂNTARA FILHA COMERCIO-AI N°425/2016
806.019/2013-EDILSON BASTOS VERAS-AI N°424/2016
806.036/2013-M.C.PAVELICH EXTRAÇÃO E BRITAMENTO DE PEDRAS-AI N°452/2016
806.072/2013-FLUXUS ENGENHARIA LTDA.-AI N°429/2016
806.084/2013-ICAL INDÚSTRIA DE CALCINAÇÃO LTDA.-AI N°478/2016
806.087/2013-MANANCIAL MINERAÇÃO E EMPREENDIMENTOS AGRÍCOLAS LTDA.-AI N°418/2016
806.133/2013-CERÂMICA BREJO LTDA-AI N°436/2016
806.266/2013-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A.-AI N°443/2016
806.268/2013-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A.-AI N°444/2016
806.096/2014-FABIO AGUIAR FONSECA-AI N°419/2016

RELAÇÃO Nº 71/2016

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
806.101/2009-ANTONIO DE BRITO FILHO-AI N°493/2016
806.230/2009-JOSÉ DE RIBAMAR MARIANO RODRIGUES-AI N°494/2016
806.231/2009-MUSA MINERAL LTDA-AI N°488/2016
806.148/2010-MLT MINERADORA LOCADORA E TRANSPORTADORA LTDA-AI N°500/2016
806.160/2010-LOGUIMINAS SERVIÇOS E MINERAÇÃO LTDA-AI N°495/2016
806.443/2010-GEOACTIVA GESTÃO MINERAL E PLANEJAMENTO AMBIENTAL LTDA-AI N°497/2016
806.692/2010-ATIAIA ENERGIA S.A.-AI N°496/2016
806.261/2011-CBEMI CONSTRUTORA BRASILEIRA E MINERADORA LTDA-AI N°502/2016
806.433/2011-NICOLAU JORGE ELIAS WAQUIM TERCEIRO-AI N°490/2016
806.450/2011-FERNANDO DE FREITAS BORGES-AI N°501/2016
806.606/2011-MINERAÇÃO VALE DO ARAGUAIA LTDA.-AI N°503/2016
806.303/2012-CARLOS ALBERTO ARAGAO ADLER-AI N°489/2016
806.337/2012-SERRÃO E MOREIRA LTDA.-AI N°492/2016
806.400/2012-CORTEZ ENGENHARIA LTDA-AI N°498/2016
806.140/2013-MANOEL NUNES RIBEIRO FILHO-AI N°499/2016
806.257/2013-GEOBEM - CONSULTORIA E PROJETOS LTDA-AI N°487/2016
806.038/2014-ZELINDO SONEGO-AI N°486/2016
806.085/2014-VOTORANTIM CIMENTOS S A-AI N°485/2016
806.135/2014-JORGE LUIZ DOS SANTOS-AI N°491/2016

ARNALDO MARTINHO COSTA DA COSTA

SUPERINTENDÊNCIA NA PARAÍBA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 145/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Brasil Nordeste Negocios e Participações ss Ltda - 846320/11 - A.I. 223/16

RELAÇÃO Nº 146/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (2.25)
Braex Brasil Exploração Mineral Ltda - 846107/13
Felipe Marsicano Franca - 846174/13
Francisco Ferreira de Souza - 846139/13, 846138/13
Liliane da Fonseca Lima Rocha - 846137/12
Minegran Minerais e Granitos do Nordeste LTDA. - 846233/11

RELAÇÃO Nº 148/2016

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Evilásio de Araújo Souto - 846176/13 - Not.295/2016 - R$ 3.215,99

EDUARDO SÉRGIO COLAÇO

SUPERINTENDÊNCIA EM RORAIMA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 32/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Antonio Vieira Silva - 884071/12
Edner Rocha de Oliveira - 884032/13

EUGÊNIO PACCELI TAVARES

SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

PORTARIA Nº 278, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 861.162/2009, resolve:

Art. 1° Outorgar à Pilar de Goiás Desenvolvimento Mineral S.A., concessão para lavrar Minério de Ouro, no Município de Guarinos, Estado de Goiás, numa área de 617,33 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 14°45'32,962"S/49°40'52,930"W; 14°45'41,427"S/49°40'52,930"W; 14°45'41,427"S/49°40'44,116"W; 14°45'50,507"S/49°40'44,116"W; 14°45'50,507"S/49°40'33,706"W; 14°46'02,709"S/49°40'33,706"W; 14°46'02,709"S/49°40'26,640"W; 14°46'15,533"S/49°40'26,640"W; 14°46'15,533"S/49°40'14,588"W; 14°46'29,798"S/49°40'14,588"W; 14°46'29,798"S/49°40'07,535"W; 14°46'41,232"S/49°40'07,535"W; 14°46'41,232"S/49°40'00,106"W; 14°47'41,892"S/49°40'00,106"W; 14°47'41,892"S/49°41'02,971"W; 14°47'41,918"S/49°41'02,971"W; 14°47'41,918"S/49°41'03,269"W; 14°47'46,892"S/49°41'03,269"W; 14°47'46,892"S/49°41'06,713"W; 14°45'32,962"S/49°41'06,713"W; 14°45'32,962"S/49°40'52,930"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 14°45'32,962"S e Long. 49°40'52,930"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 260,2m-S; 263,6m-E; 279,1m-S; 311,3m-E; 375,0m-S; 211,3m-E; 394,1m-S; 360,4m-E; 438,4m-S; 210,9m-E; 351,4m-S; 222,2m-E; 1864,4m-S; 1880,0m-W; 0,8m-S; 8,9m-W; 152,9m-S; 103,0m-W; 4116,4m-N; 412,2m-E.

Parágrafo único. A outorga objeto desta Portaria fica condicionada à anuência de seu Titular a Termo de Compromisso, na forma do Anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

ANEXO

TERMO DE COMPROMISSO

A empresa Pilar de Goiás Desenvolvimento Mineral S.A., interessada na outorga da concessão para Minério de Ouro, no Município de Guarinos, Estado de Goiás, numa área de 617,33 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 14°45'32,962"S/49°40'52,930"W; 14°45'41,427"S/49°40'52,930"W; 14°45'41,427"S/49°40'44,116"W; 14°45'50,507"S/49°40'44,116"W; 14°45'50,507"S/49°40'33,706"W; 14°46'02,709"S/49°40'33,706"W; 14°46'02,709"S/49°40'26,640"W; 14°46'15,533"S/49°40'26,640"W; 14°46'15,533"S/49°40'14,588"W; 14°46'29,798"S/49°40'14,588"W; 14°46'29,798"S/49°40'07,535"W; 14°46'41,232"S/49°40'07,535"W; 14°46'41,232"S/49°40'00,106"W; 14°47'41,892"S/49°40'00,106"W; 14°47'41,892"S/49°41'02,971"W; 14°47'41,918"S/49°41'02,971"W; 14°47'41,918"S/49°41'03,269"W; 14°47'46,892"S/49°41'03,269"W; 14°47'46,892"S/49°41'06,713"W; 14°45'32,962"S/49°41'06,713"W; 14°45'32,962"S/49°40'52,930"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

14°45'32,962"S e Long. 49°40'52,930"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 260,2m-S; 263,6m-E; 279,1m-S; 311,3m-E; 375,0m-S; 211,3m-E; 394,1m-S; 360,4m-E; 438,4m-S; 210,9m-E; 351,4m-S; 222,2m-E; 1864,4m-S; 1880,0m-W; 0,8m-S; 8,9m-W; 152,9m-S; 103,0m-W; 4116,4m-N; 412,2m-E, conforme consta do Processo DNPM nº 861.162/2009, firma, como condição de eficácia para a outorga a ser concedida, o presente Termo de Compromisso no sentido de desempenhar suas atividades em conformidade com a legislação setorial, observando especialmente o seguinte:

I) A outorga de concessão de lavra fica condicionada à reserva lavrável de 1.685.000 toneladas de minério bruto (ROM) e à produção anual média de 337.000 toneladas (ROM), conforme informações do Plano de Aproveitamento Econômico da Jazida, aprovado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM;

II) Qualquer alteração de especificações e metas do Plano de Aproveitamento Econômico da jazida ficarão submetidos à avaliação e à aprovação do DNPM, para, posteriormente, serem objeto de nova Portaria Ministerial autorizando sua efetiva implementação;

III) O titular da outorga deve iniciar os trabalhos previstos no plano de lavra no prazo de seis meses, contados da data da publicação da Portaria Ministerial de Concessão, sob pena de caracterização de abandono formal da jazida. Após iniciados os trabalhos de lavra, estes não poderão ser interrompidos por mais de seis meses consecutivos, nos termos do art. 49 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967; e

IV) A outorga de concessão de lavra e sua exploração pelo respectivo titular devem atender às condições estabelecidas por lei ou regulamentação setorial superveniente.

_____

Assinatura, nome e cpf do representante da empresa

PORTARIA Nº 279, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 890.144/1988, resolve:

Art. 1° Outorgar à DELTA MINERAÇÃO LTDA, concessão para lavrar GRANITO, no(s) Município(s) de COLATINA/ES, numa área de 287,80ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 19°35'54,519"S/40°30'01,705"W; 19°35'54,519"S/40°30'57,185"W; 19°35'03,743"S/40°30'57,185"W; 19°35'03,744"S/40°29'53,408"W; 19°34'46,969"S/40°29'53,407"W; 19°34'46,970"S/40°29'33,260"W; 19°35'05,732"S/40°29'33,260"W; 19°35'05,732"S/40°30'01,705"W; 19°35'54,519"S/40°30'01,705"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 19°35'54,519"S e Long. 40°30'01,705"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 1616,8m-W; 1561,3m-N; 1858,7m-E; 515,8m-N; 587,2m-E; 576,9m-S; 829,0m-W; 1500,2m-S.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 280, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 821.516/1987, resolve:

Art. 1° Outorgar à HOLCIM (BRASIL) S A, concessão para lavrar GRANITO, no(s) Município(s) de MAIRIPORÃ/SP, numa área de 48,61ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 23°20'17,784"S/46°35'11,090"W; 23°20'17,784"S/46°35'09,330"W; 23°20'21,035"S/46°35'09,330"W; 23°20'21,035"S/46°35'01,585"W; 23°20'22,985"S/46°35'01,585"W; 23°20'22,985"S/46°34'59,825"W; 23°20'24,935"S/46°34'59,825"W; 23°20'24,935"S/46°34'58,065"W; 23°20'26,886"S/46°34'58,064"W; 23°20'26,886"S/46°34'56,304"W; 23°20'38,425"S/46°34'56,304"W; 23°20'38,425"S/46°34'52,784"W; 23°20'48,502"S/46°34'52,783"W; 23°20'48,502"S/46°34'54,543"W; 23°20'50,128"S/46°34'54,543"W; 23°20'50,128"S/46°34'56,304"W; 23°20'51,753"S/46°34'56,304"W; 23°20'51,753"S/46°34'58,064"W; 23°20'53,378"S/46°34'58,064"W; 23°20'53,378"S/46°35'01,584"W; 23°20'55,654"S/46°35'01,584"W; 23°20'55,654"S/46°35'19,187"W; 23°20'54,028"S/46°35'19,187"W; 23°20'54,028"S/46°35'20,947"W; 23°20'50,778"S/46°35'20,947"W; 23°20'50,778"S/46°35'22,707"W; 23°20'47,527"S/46°35'22,707"W; 23°20'47,527"S/46°35'24,468"W; 23°20'44,276"S/46°35'24,467"W; 23°20'44,276"S/46°35'26,228"W; 23°20'41,026"S/46°35'26,228"W; 23°20'41,026"S/46°35'27,988"W; 23°20'37,775"S/46°35'27,988"W; 23°20'37,775"S/46°35'29,748"W; 23°20'32,412"S/46°35'29,748"W; 23°20'32,412"S/46°35'25,523"W; 23°20'34,362"S/46°35'25,523"W; 23°20'34,362"S/46°35'23,763"W; 23°20'36,313"S/46°35'23,763"W; 23°20'36,313"S/46°35'22,003"W; 23°20'38,263"S/46°35'22,003"W; 23°20'38,263"S/46°35'20,243"W; 23°20'40,213"S/46°35'20,243"W; 23°20'40,213"S/46°35'18,483"W; 23°20'42,164"S/46°35'18,483"W; 23°20'42,164"S/46°35'16,722"W; 23°20'44,114"S/46°35'16,722"W; 23°20'44,114"S/46°35'14,962"W; 23°20'46,064"S/46°35'14,962"W; 23°20'46,064"S/46°35'13,202"W; 23°20'48,015"S/46°35'13,202"W; 23°20'48,015"S/46°35'11,442"W; 23°20'49,965"S/46°35'11,442"W; 23°20'49,965"S/46°35'07,921"W; 23°20'48,567"S/46°35'07,921"W; 23°20'48,567"S/46°35'06,161"W; 23°20'47,170"S/46°35'06,161"W; 23°20'47,170"S/46°35'04,401"W; 23°20'45,772"S/46°35'04,401"W; 23°20'45,772"S/46°35'02,641"W; 23°20'44,374"S/46°35'02,641"W; 23°20'44,374"S/46°35'00,880"W; 23°20'42,976"S/46°35'00,880"W; 23°20'42,976"S/46°34'59,120"W; 23°20'38,425"S/46°34'59,120"W; 23°20'38,426"S/46°35'01,233"W; 23°20'36,475"S/46°35'01,233"W; 23°20'36,475"S/46°35'02,993"W; 23°20'34,525"S/46°35'02,993"W; 23°20'34,525"S/46°35'04,753"W; 23°20'32,574"S/46°35'04,753"W; 23°20'32,574"S/46°35'06,513"W; 23°20'30,624"S/46°35'06,513"W; 23°20'30,624"S/46°35'08,273"W; 23°20'28,674"S/46°35'08,273"W; 23°20'28,674"S/46°35'10,034"W; 23°20'26,723"S/46°35'10,034"W; 23°20'26,723"S/46°35'11,090"W; 23°20'17,784"S/46°35'11,090"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 1323,0m, no rumo verdadeiro de 41°40'00"639 SW, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 23°19'45,659"S e Long. 46°34'40,128"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 50,0m-E; 100,0m-S; 220,0m-E; 60,0m-S; 50,0m-E; 60,0m-S; 50,0m-E; 60,0m-S; 50,0m-E; 355,0m-S; 100,0m-E; 310,0m-S; 50,0m-W; 50,0m-S; 50,0m-W; 50,0m-S; 50,0m-W; 50,0m-S; 100,0m-W; 70,0m-S; 500,0m-W; 50,0m-N; 50,0m-W; 100,0m-N; 50,0m-W; 100,0m-N; 50,0m-W; 100,0m-N; 50,0m-W; 100,0m-N; 50,0m-W; 100,0m-N; 50,0m-W; 165,0m-N; 120,0m-E; 60,0m-S; 50,0m-E; 60,0m-S; 50,0m-E; 60,0m-S; 50,0m-E; 60,0m-S; 50,0m-E; 60,0m-S; 50,0m-E; 60,0m-S; 50,0m-E; 60,0m-S; 50,0m-E; 60,0m-S; 50,0m-E; 60,0m-S; 100,0m-E; 43,0m-N; 50,0m-E; 43,0m-N; 50,0m-E; 43,0m-N; 50,0m-E; 43,0m-N; 50,0m-E; 43,0m-N; 50,0m-E; 140,0m-N; 60,0m-W; 60,0m-N; 50,0m-W; 60,0m-N; 50,0m-W; 60,0m-N; 50,0m-W; 60,0m-N; 50,0m-W; 60,0m-N; 50,0m-W; 60,0m-N; 30,0m-W; 275,0m-N.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 281, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 815.350/1996, resolve:

Art. 1° Outorgar à PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA, concessão para lavrar BASALTO, no(s) Município(s) de GUATAMBU/SC, numa área de 17,20ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 27°05'34,217"S/52°48'01,044"W; 27°05'34,216"S/52°48'16,653"W; 27°05'21,220"S/52°48'16,652"W; 27°05'21,221"S/52°48'01,044"W; 27°05'34,217"S/52°48'01,044"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 525,0m, no rumo verdadeiro de 84°52'59"152 NW, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 27°05'35,738"S e Long. 52°47'42,062"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 430,0m-W; 400,0m-N; 430,0m-E; 400,0m-S.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 282, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 896.390/1999, resolve:

Art. 1° Outorgar à GRANGOLD GRANITOS LTDA. EPP, concessão para lavrar GRANITO, no(s) Município(s) de VILA PAVÃO/ES, numa área de 150,55ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 18°37'23,798"S/40°42'43,970"W; 18°38'18,068"S/40°42'43,970"W; 18°38'18,068"S/40°42'39,330"W; 18°37'59,363"S/40°42'39,331"W; 18°37'59,363"S/40°42'16,681"W; 18°36'56,757"S/40°42'16,683"W; 18°36'56,758"S/40°42'42,954"W; 18°36'59,406"S/40°42'42,954"W; 18°36'59,406"S/40°42'42,203"W; 18°37'01,780"S/40°42'42,203"W; 18°37'01,780"S/40°42'41,896"W; 18°37'05,228"S/40°42'41,896"W; 18°37'05,228"S/40°42'41,282"W; 18°37'06,854"S/40°42'41,282"W; 18°37'06,854"S/40°42'40,600"W; 18°37'08,480"S/40°42'40,600"W; 18°37'08,480"S/40°42'39,918"W; 18°37'10,109"S/40°42'39,918"W; 18°37'10,109"S/40°42'39,235"W; 18°37'11,735"S/40°42'39,235"W; 18°37'11,735"S/40°42'38,553"W; 18°37'13,361"S/40°42'38,553"W; 18°37'13,361"S/40°42'37,871"W; 18°37'14,988"S/40°42'37,871"W; 18°37'14,988"S/40°42'37,188"W; 18°37'16,611"S/40°42'37,188"W; 18°37'16,611"S/40°42'36,506"W; 18°37'17,586"S/40°42'36,506"W; 18°37'17,586"S/40°42'35,994"W; 18°37'23,798"S/40°42'35,994"W; 18°37'23,798"S/40°42'43,970"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 3987,0m, no rumo verdadeiro de 78°23'00"442 NE, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 18°37'49,923"S e Long. 40°44'57,200"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 1668,6m-S; 136,0m-E; 575,1m-N; 663,9m-E; 1924,9m-N; 770,1m-W; 81,4m-S; 22,0m-E; 73,0m-S; 9,0m-E; 106,0m-S; 18,0m-E; 50,0m-S; 20,0m-E; 50,0m-S; 20,0m-E; 50,1m-S; 20,0m-E; 50,0m-S; 20,0m-E; 50,0m-S; 20,0m-E; 50,0m-S; 20,0m-E; 50,0m-S; 20,0m-E; 49,9m-S; 20,0m-E; 30,0m-S; 15,0m-E; 191,0m-S; 233,8m-W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 283, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 860.807/2008, resolve:

Art. 1° Outorgar à DIVINO CARLOS MARQUES FERNANDES, concessão para lavrar AREIA, no(s) Município(s) de GOIÁS/GO, ITAPIRAPUÃ/GO, numa área de 50,00ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 15°40'52,944"S/50°36'45,015"W; 15°40'52,944"S/50°36'41,699"W; 15°40'55,866"S/50°36'41,699"W; 15°40'55,866"S/50°36'40,895"W; 15°41'03,737"S/50°36'40,895"W; 15°41'03,737"S/50°36'41,647"W; 15°41'08,034"S/50°36'41,647"W; 15°41'08,034"S/50°36'42,764"W; 15°41'09,566"S/50°36'42,764"W; 15°41'09,566"S/50°36'44,169"W; 15°41'11,074"S/50°36'44,169"W; 15°41'11,074"S/50°36'47,585"W; 15°41'12,388"S/50°36'47,585"W; 15°41'12,388"S/50°36'51,954"W; 15°41'11,058"S/50°36'51,954"W; 15°41'11,058"S/50°36'54,634"W; 15°41'10,120"S/50°36'54,634"W; 15°41'10,120"S/50°36'57,941"W; 15°41'07,157"S/50°36'57,941"W; 15°41'07,157"S/50°37'01,686"W; 15°41'05,979"S/50°37'01,686"W; 15°41'05,979"S/50°37'02,605"W; 15°41'05,664"S/50°37'02,605"W; 15°41'05,664"S/50°37'03,800"W; 15°41'05,539"S/50°37'03,800"W; 15°41'05,539"S/50°37'04,365"W; 15°41'05,349"S/50°37'04,365"W; 15°41'05,349"S/50°37'06,164"W; 15°41'05,687"S/50°37'06,164"W; 15°41'05,687"S/50°37'07,126"W; 15°41'06,155"S/50°37'07,126"W; 15°41'06,155"S/50°37'07,715"W; 15°41'07,157"S/50°37'07,715"W; 15°41'07,157"S/50°37'08,918"W; 15°41'08,186"S/50°37'08,918"W; 15°41'08,186"S/50°37'10,853"W; 15°41'09,151"S/50°37'10,853"W; 15°41'09,151"S/50°37'16,175"W; 15°41'11,823"S/50°37'16,175"W; 15°41'11,823"S/50°37'17,364"W; 15°41'10,970"S/50°37'17,364"W; 15°41'10,970"S/50°37'20,246"W; 15°41'09,825"S/50°37'20,246"W; 15°41'09,825"S/50°37'23,310"W; 15°41'08,035"S/50°37'23,310"W; 15°41'08,035"S/50°37'25,426"W; 15°41'07,044"S/50°37'25,426"W; 15°41'07,044"S/50°37'26,946"W; 15°41'06,008"S/50°37'26,946"W; 15°41'06,008"S/50°37'39,586"W; 15°41'07,336"S/50°37'39,586"W; 15°41'07,336"S/50°37'41,047"W; 15°41'08,311"S/50°37'41,047"W; 15°41'08,311"S/50°37'42,250"W; 15°41'10,288"S/50°37'42,250"W; 15°41'10,288"S/50°37'43,391"W; 15°41'14,485"S/50°37'43,391"W; 15°41'14,485"S/50°37'42,411"W; 15°41'16,541"S/50°37'42,411"W; 15°41'16,541"S/50°37'41,398"W; 15°41'20,404"S/50°37'41,398"W; 15°41'20,404"S/50°37'40,298"W; 15°41'25,121"S/50°37'40,298"W; 15°41'25,121"S/50°37'38,944"W; 15°41'28,120"S/50°37'38,944"W; 15°41'28,120"S/50°37'36,642"W; 15°41'30,479"S/50°37'36,642"W; 15°41'30,479"S/50°37'33,451"W; 15°41'32,197"S/50°37'33,451"W; 15°41'32,197"S/50°37'30,259"W; 15°41'33,914"S/50°37'30,259"W; 15°41'33,914"S/50°37'25,718"W; 15°41'35,432"S/50°37'25,718"W; 15°41'35,432"S/50°37'19,389"W; 15°41'36,807"S/50°37'19,389"W; 15°41'36,807"S/50°37'17,864"W; 15°41'38,555"S/50°37'17,864"W; 15°41'38,555"S/50°37'15,907"W; 15°41'40,610"S/50°37'15,907"W; 15°41'40,610"S/50°37'14,354"W; 15°41'41,744"S/50°37'14,354"W; 15°41'41,744"S/50°37'10,938"W; 15°41'40,573"S/50°37'10,938"W; 15°41'40,573"S/50°37'08,786"W; 15°41'39,094"S/50°37'08,786"W; 15°41'39,094"S/50°37'06,289"W; 15°41'38,086"S/50°37'06,289"W; 15°41'38,086"S/50°37'02,269"W; 15°41'37,369"S/50°37'02,269"W; 15°41'37,369"S/50°36'49,640"W; 15°41'42,815"S/50°36'49,640"W; 15°41'42,814"S/50°37'02,586"W; 15°41'43,343"S/50°37'02,586"W; 15°41'43,343"S/50°37'04,336"W; 15°41'44,239"S/50°37'04,336"W; 15°41'44,239"S/50°37'06,317"W; 15°41'45,409"S/50°37'06,317"W; 15°41'45,409"S/50°37'08,243"W; 15°41'45,969"S/50°37'08,243"W; 15°41'45,969"S/50°37'17,354"W; 15°41'44,874"S/50°37'17,354"W; 15°41'44,874"S/50°37'18,361"W; 15°41'43,651"S/50°37'18,361"W; 15°41'43,651"S/50°37'19,598"W; 15°41'42,624"S/50°37'19,598"W; 15°41'42,624"S/50°37'21,036"W; 15°41'40,264"S/50°37'21,036"W; 15°41'40,264"S/50°37'22,161"W; 15°41'38,791"S/50°37'22,161"W; 15°41'38,791"S/50°37'24,151"W; 15°41'38,013"S/50°37'24,151"W; 15°41'38,013"S/50°37'30,529"W; 15°41'36,799"S/50°37'30,529"W; 15°41'36,799"S/50°37'32,571"W; 15°41'35,411"S/50°37'32,571"W; 15°41'35,411"S/50°37'34,906"W; 15°41'34,407"S/50°37'34,906"W; 15°41'34,407"S/50°37'37,291"W; 15°41'33,076"S/50°37'37,291"W; 15°41'33,076"S/50°37'39,017"W; 15°41'31,967"S/50°37'39,017"W; 15°41'31,967"S/50°37'40,168"W; 15°41'30,856"S/50°37'40,168"W; 15°41'30,856"S/50°37'41,491"W; 15°41'27,739"S/50°37'41,491"W; 15°41'27,739"S/50°37'42,792"W; 15°41'25,378"S/50°37'42,792"W; 15°41'25,378"S/50°37'43,571"W; 15°41'23,176"S/50°37'43,571"W; 15°41'23,176"S/50°37'44,352"W; 15°41'19,701"S/50°37'44,352"W; 15°41'19,701"S/50°37'45,364"W; 15°41'16,555"S/50°37'45,364"W; 15°41'16,555"S/50°37'46,040"W; 15°41'07,539"S/50°37'46,040"W; 15°41'07,539"S/50°37'45,071"W; 15°41'06,147"S/50°37'45,071"W; 15°41'06,147"S/50°37'44,126"W; 15°41'05,088"S/50°37'44,126"W; 15°41'05,088"S/50°37'42,892"W; 15°41'03,974"S/50°37'42,892"W; 15°41'03,974"S/50°37'41,630"W; 15°41'03,277"S/50°37'41,630"W; 15°41'03,277"S/50°37'40,111"W; 15°41'05,357"S/50°37'40,111"W; 15°41'05,357"S/50°37'26,331"W;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

15°41'03,595"S/50°37'26,331"W; 15°41'03,595"S/50°37'23,372"W; 15°41'04,899"S/50°37'23,372"W; 15°41'04,899"S/50°37'20,701"W; 15°41'06,526"S/50°37'20,701"W; 15°41'06,526"S/50°37'17,595"W; 15°41'07,264"S/50°37'17,595"W; 15°41'07,264"S/50°37'16,023"W; 15°41'08,499"S/50°37'16,023"W; 15°41'08,499"S/50°37'11,526"W; 15°41'07,536"S/50°37'11,526"W; 15°41'07,536"S/50°37'09,591"W; 15°41'06,486"S/50°37'09,591"W; 15°41'06,486"S/50°37'08,374"W; 15°41'03,934"S/50°37'08,374"W; 15°41'03,934"S/50°37'06,836"W; 15°41'03,039"S/50°37'06,836"W; 15°41'03,039"S/50°37'03,605"W; 15°41'03,769"S/50°37'03,605"W; 15°41'03,769"S/50°37'01,081"W; 15°41'06,486"S/50°37'01,081"W; 15°41'06,486"S/50°36'57,401"W; 15°41'04,040"S/50°36'57,401"W; 15°41'04,040"S/50°36'55,110"W; 15°41'05,665"S/50°36'55,110"W; 15°41'05,665"S/50°36'52,125"W; 15°41'07,468"S/50°36'52,125"W; 15°41'07,468"S/50°36'50,369"W; 15°41'08,632"S/50°36'50,369"W; 15°41'08,632"S/50°36'46,892"W; 15°41'07,709"S/50°36'46,892"W; 15°41'07,709"S/50°36'45,601"W; 15°41'06,205"S/50°36'45,601"W; 15°41'06,205"S/50°36'44,398"W; 15°40'55,378"S/50°36'44,398"W; 15°40'55,378"S/50°36'45,015"W; 15°40'52,944"S/50°36'45,015"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 15°40'52,944"S e Long. 50°36'45,015"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 98,8m-E; 89,8m-S; 23,9m-E; 241,9m-S; 22,4m-W; 132,1m-S; 33,3m-W; 47,1m-S; 41,8m-W; 46,4m-S; 101,7m-W; 40,4m-S; 130,1m-W; 40,9m-N; 79,8m-W; 28,8m-N; 98,5m-W; 91,1m-N; 111,5m-W; 36,2m-N; 27,4m-W; 9,7m-N; 35,6m-W; 3,8m-N; 16,8m-W; 5,8m-N; 53,5m-W; 10,4m-S; 28,7m-W; 14,4m-S; 17,5m-W; 30,8m-S; 35,8m-W; 31,6m-S; 57,6m-W; 29,7m-S; 158,5m-W; 82,1m-S; 35,4m-W; 26,2m-N; 85,8m-W; 35,2m-N; 91,2m-W; 55,0m-N; 63,0m-W; 30,5m-N; 45,3m-W; 31,9m-N; 376,4m-W; 40,8m-S; 43,5m-W; 30,0m-S; 35,8m-W; 60,8m-S; 34,0m-W; 129,0m-S; 29,2m-E; 63,2m-S; 30,2m-E; 118,7m-S; 32,8m-E; 145,0m-S; 40,3m-E; 92,2m-S; 68,6m-E; 72,5m-S; 95,0m-E; 52,8m-S; 95,1m-E; 52,8m-S; 135,2m-E; 46,7m-S; 188,5m-E; 42,3m-S; 45,4m-E; 53,7m-S; 58,3m-E; 63,2m-S; 46,3m-E; 34,9m-S; 101,7m-E; 36,0m-N; 64,1m-E; 45,5m-N; 74,4m-E; 31,0m-N; 119,7m-E; 22,0m-N; 376,0m-E; 167,4m-S; 385,5m-W; 16,3m-S; 52,1m-W; 27,5m-S; 59,0m-W; 36,0m-S; 57,4m-W; 17,2m-S; 271,3m-W; 33,7m-N; 30,0m-W; 37,6m-N; 36,8m-W; 31,6m-N; 42,8m-W; 72,5m-N; 33,5m-W; 45,3m-N; 59,3m-W; 23,9m-N; 189,9m-W; 37,3m-N; 60,8m-W; 42,7m-N; 69,5m-W; 30,9m-N; 71,0m-W; 40,9m-N; 51,4m-W; 34,1m-N; 34,3m-W; 34,2m-N; 39,4m-W; 95,8m-N; 38,7m-W; 72,6m-N; 23,2m-W; 67,7m-N; 23,3m-W; 106,8m-N; 30,1m-W; 96,7m-N; 20,1m-W; 277,1m-N; 28,9m-E; 42,8m-N; 28,1m-E; 32,6m-N; 36,8m-E; 34,2m-N; 37,6m-E; 21,4m-N; 45,2m-E; 63,9m-S; 410,3m-E; 54,2m-N; 88,1m-E; 40,1m-S; 79,5m-E; 50,0m-S; 92,5m-E; 22,7m-S; 46,8m-E; 38,0m-S; 133,9m-E; 29,6m-N; 57,6m-E; 32,3m-N; 36,2m-E; 78,4m-N; 45,8m-E; 27,5m-N; 96,2m-E; 22,4m-S; 75,2m-E; 83,5m-S; 109,6m-E; 75,2m-N; 68,2m-E; 50,0m-S; 88,9m-E; 55,4m-S; 52,3m-E; 35,8m-S; 103,5m-E; 28,4m-N; 38,4m-E; 46,2m-N; 35,8m-E; 332,8m-N; 18,4m-W; 74,8m-N.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 284, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 820.253/1992, resolve:

Art. 1° Outorgar à MINERAÇÃO ÁGUA VERMELHA LTDA., concessão para lavrar AREIA, no(s) Município(s) de FRUTAL/MG, ORINDIÚVA/SP, numa área de 18,00ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 20°09'04,424"S/49°18'03,601"W; 20°08'50,767"S/49°18'03,601"W; 20°08'50,767"S/49°18'05,667"W; 20°08'36,458"S/49°18'05,667"W; 20°08'36,458"S/49°18'07,733"W; 20°08'33,206"S/49°18'07,733"W; 20°08'33,207"S/49°17'59,469"W; 20°08'50,116"S/49°17'59,469"W; 20°08'50,116"S/49°17'57,403"W; 20°09'04,424"S/49°17'57,403"W; 20°09'04,424"S/49°18'03,601"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 277,0m, no rumo verdadeiro de 06°11'59"442 NW, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 20°09'13,379"S e Long. 49°18'02,571"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 420,0m-N; 60,0m-W; 440,0m-N; 60,0m-W; 100,0m-N; 240,0m-E; 520,0m-S; 60,0m-E; 440,0m-S; 180,0m-W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 285, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 886.160/2009, resolve:

Art. 1° Outorgar à METALMIG MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, concessão para lavrar CASSITERITA, no(s) Município(s) de CAMPO NOVO DE RONDÔNIA/RO, numa área de 7.923,26ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 10°31'55,146"S/63°44'42,631"W; 10°33'00,239"S/63°44'42,627"W; 10°33'00,217"S/63°42'10,466"W; 10°33'45,197"S/63°42'10,484"W; 10°33'45,201"S/63°41'58,158"W; 10°33'49,035"S/63°41'58,157"W; 10°33'49,007"S/63°40'15,359"W; 10°37'33,060"S/63°40'15,426"W; 10°40'03,289"S/63°40'15,471"W; 10°40'03,308"S/63°41'21,880"W; 10°36'31,757"S/63°41'21,934"W; 10°36'31,787"S/63°44'09,713"W; 10°35'20,185"S/63°44'09,720"W; 10°35'20,191"S/63°46'04,856"W; 10°33'42,552"S/63°46'04,856"W; 10°33'42,551"S/63°46'54,196"W; 10°31'55,148"S/63°46'54,191"W; 10°31'55,146"S/63°44'42,631"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 10°31'55,146"S e Long. 63°44'42,631"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 2000,0m-S; 4624,6m-E; 1382,0m-S; 374,6m-E; 117,8m-S; 3124,2m-E; 6884,2m-S; 4615,9m-S; 2018,9m-W; 6500,0m-N; 5101,6m-W; 2200,0m-N; 3501,1m-W; 3000,0m-N; 1500,5m-W; 3300,0m-N; 3998,7m-E.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 286, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 860.158/2009, resolve:

Art. 1° Outorgar à F. G. MINERAÇÃO E TRANSPORTE LTDA ME, concessão para lavrar AREIA, no(s) Município(s) de SILVÂNIA/GO, numa área de 6,45ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 16°32'28,858"S/48°35'20,536"W; 16°32'28,858"S/48°35'21,111"W; 16°32'27,550"S/48°35'21,111"W; 16°32'27,550"S/48°35'20,530"W; 16°32'26,983"S/48°35'20,530"W; 16°32'26,983"S/48°35'19,779"W; 16°32'26,379"S/48°35'19,779"W; 16°32'26,379"S/48°35'19,215"W; 16°32'25,690"S/48°35'19,215"W; 16°32'25,690"S/48°35'18,671"W; 16°32'24,834"S/48°35'18,671"W; 16°32'24,834"S/48°35'18,231"W; 16°32'23,848"S/48°35'18,231"W; 16°32'23,848"S/48°35'17,526"W; 16°32'22,229"S/48°35'17,526"W; 16°32'22,229"S/48°35'19,233"W; 16°32'23,461"S/48°35'19,233"W; 16°32'23,461"S/48°35'19,720"W; 16°32'24,624"S/48°35'19,720"W; 16°32'24,624"S/48°35'20,269"W; 16°32'25,286"S/48°35'20,269"W; 16°32'25,286"S/48°35'20,911"W; 16°32'25,815"S/48°35'20,911"W; 16°32'25,815"S/48°35'21,480"W; 16°32'26,458"S/48°35'21,480"W; 16°32'26,458"S/48°35'21,987"W; 16°32'23,931"S/48°35'21,987"W; 16°32'23,931"S/48°35'24,438"W; 16°32'26,523"S/48°35'24,438"W; 16°32'26,523"S/48°35'25,866"W; 16°32'25,835"S/48°35'25,866"W; 16°32'25,835"S/48°35'26,256"W; 16°32'25,230"S/48°35'26,256"W; 16°32'25,230"S/48°35'26,555"W; 16°32'24,710"S/48°35'26,555"W; 16°32'24,710"S/48°35'26,942"W; 16°32'24,256"S/48°35'26,942"W; 16°32'24,256"S/48°35'29,867"W; 16°32'25,285"S/48°35'29,867"W; 16°32'25,285"S/48°35'31,079"W; 16°32'24,875"S/48°35'31,079"W; 16°32'24,875"S/48°35'32,852"W; 16°32'24,498"S/48°35'32,852"W; 16°32'24,498"S/48°35'33,632"W; 16°32'23,689"S/48°35'33,632"W; 16°32'23,689"S/48°35'34,109"W; 16°32'22,432"S/48°35'34,109"W; 16°32'22,432"S/48°35'34,558"W; 16°32'20,929"S/48°35'34,558"W; 16°32'20,929"S/48°35'37,295"W; 16°32'20,382"S/48°35'37,295"W; 16°32'20,382"S/48°35'38,178"W; 16°32'19,789"S/48°35'38,178"W; 16°32'19,789"S/48°35'40,469"W; 16°32'21,457"S/48°35'40,469"W; 16°32'21,457"S/48°35'39,210"W; 16°32'21,789"S/48°35'39,210"W; 16°32'21,789"S/48°35'39,738"W; 16°32'22,180"S/48°35'39,738"W; 16°32'22,180"S/48°35'40,035"W; 16°32'24,337"S/48°35'40,035"W; 16°32'24,337"S/48°35'37,245"W; 16°32'23,548"S/48°35'37,245"W; 16°32'23,548"S/48°35'36,869"W; 16°32'22,816"S/48°35'36,869"W; 16°32'22,816"S/48°35'36,621"W; 16°32'22,307"S/48°35'36,621"W; 16°32'22,307"S/48°35'35,832"W; 16°32'23,445"S/48°35'35,832"W; 16°32'23,445"S/48°35'35,517"W; 16°32'24,937"S/48°35'35,517"W; 16°32'24,937"S/48°35'35,020"W; 16°32'25,947"S/48°35'35,020"W; 16°32'25,947"S/48°35'34,296"W; 16°32'26,267"S/48°35'34,296"W; 16°32'26,267"S/48°35'33,695"W; 16°32'26,578"S/48°35'33,695"W; 16°32'26,578"S/48°35'31,034"W; 16°32'27,100"S/48°35'31,034"W; 16°32'27,100"S/48°35'28,618"W; 16°32'25,926"S/48°35'28,618"W; 16°32'25,926"S/48°35'27,882"W; 16°32'27,302"S/48°35'27,882"W; 16°32'27,302"S/48°35'27,351"W; 16°32'28,000"S/48°35'27,351"W; 16°32'28,000"S/48°35'26,918"W; 16°32'28,575"S/48°35'26,918"W; 16°32'28,575"S/48°35'26,057"W; 16°32'28,846"S/48°35'26,057"W; 16°32'28,846"S/48°35'24,194"W; 16°32'28,097"S/48°35'24,194"W; 16°32'28,097"S/48°35'23,646"W; 16°32'27,653"S/48°35'23,646"W; 16°32'27,653"S/48°35'23,147"W; 16°32'29,567"S/48°35'23,147"W; 16°32'29,567"S/48°35'22,638"W; 16°32'30,175"S/48°35'22,638"W; 16°32'30,175"S/48°35'22,194"W; 16°32'30,772"S/48°35'22,194"W; 16°32'30,772"S/48°35'20,536"W; 16°32'28,858"S/48°35'20,536"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 16°32'28,858"S e Long. 48°35'20,536"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 17,1m-W; 40,2m-N; 17,2m-E; 17,4m-N; 22,3m-E; 18,6m-N; 16,7m-E; 21,2m-N; 16,1m-E; 26,3m-N; 13,1m-E; 30,3m-N; 20,9m-E; 49,8m-N; 50,6m-W; 37,9m-S; 14,4m-W; 35,8m-S; 16,3m-W; 20,4m-S; 19,0m-W; 16,3m-S; 16,9m-W; 19,8m-S; 15,0m-W; 77,7m-N; 72,7m-W; 79,7m-S; 42,3m-W; 21,2m-N; 11,6m-W; 18,6m-N; 8,9m-W; 16,0m-N; 11,5m-W; 14,0m-N; 86,7m-W; 31,6m-S; 35,9m-W; 12,6m-N; 52,6m-W; 11,6m-N; 23,1m-W; 24,9m-N; 14,1m-W; 38,6m-N; 13,3m-W; 46,2m-N; 81,2m-W; 16,8m-N; 26,2m-W; 18,2m-N; 67,9m-W; 51,3m-S; 37,3m-E; 10,2m-S; 15,7m-W; 12,0m-S; 8,8m-W; 66,3m-S; 82,7m-E; 24,3m-N; 11,2m-E; 22,5m-N; 7,4m-E; 15,6m-N; 23,4m-E; 35,0m-S; 9,3m-E; 45,9m-S; 14,7m-E; 31,1m-S; 21,5m-E; 9,8m-S; 17,8m-E; 9,6m-S; 78,9m-E; 16,1m-S; 71,6m-E; 36,1m-N; 21,8m-E; 42,3m-S; 15,7m-E; 21,5m-S; 12,8m-E; 17,7m-S; 25,5m-E; 8,3m-S; 55,2m-E; 23,0m-N; 16,3m-E; 13,7m-N; 14,8m-E; 58,8m-S; 15,1m-E; 18,7m-S; 13,2m-E; 18,4m-S; 49,2m-E; 58,8m-N.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 287, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 820.191/2012, resolve:

Art. 1° Outorgar à NOVA GNAISSE BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA, concessão para lavrar DIABÁSIO, no(s) Município(s) de MOGI GUAÇU/SP, numa área de 50,00ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 22°19'33,741"S/46°54'06,399"W; 22°19'33,741"S/46°53'44,559"W; 22°19'59,749"S/46°53'44,558"W; 22°19'59,749"S/46°54'06,399"W; 22°19'33,741"S/46°54'06,399"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 22°19'33,741"S e Long. 46°54'06,399"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 625,0m-E; 800,0m-S; 625,0m-W; 800,0m-N.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 288, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 815.250/1987, resolve:

Art. 1° Outorgar à INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA., concessão para lavrar CASCALHO, no(s) Município(s) de GUARAMIRIM/SC, JARAGUÁ DO SUL/SC, numa área de 50,00ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 26°29'00,818"S/49°00'55,776"W; 26°29'04,392"S/49°00'55,776"W; 26°29'03,580"S/49°01'01,012"W; 26°29'02,442"S/49°01'05,706"W; 26°29'02,442"S/49°01'07,511"W; 26°29'04,393"S/49°01'12,205"W; 26°29'07,642"S/49°01'15,003"W; 26°29'09,267"S/49°01'20,871"W; 26°29'12,515"S/49°01'27,551"W; 26°29'14,789"S/49°01'32,786"W; 26°29'17,226"S/49°01'40,370"W; 26°29'18,850"S/49°01'43,259"W; 26°29'18,850"S/49°01'45,967"W; 26°29'19,175"S/49°01'45,967"W; 26°29'19,336"S/49°01'53,730"W; 26°29'11,212"S/49°02'01,492"W; 26°29'11,212"S/49°02'02,395"W; 26°29'11,050"S/49°02'02,395"W; 26°29'11,050"S/49°02'03,478"W; 26°29'10,887"S/49°02'03,478"W; 26°29'10,887"S/49°02'05,464"W; 26°29'10,725"S/49°02'05,464"W; 26°29'10,724"S/49°02'08,713"W; 26°29'11,373"S/49°02'11,422"W; 26°29'11,373"S/49°02'13,949"W; 26°29'11,210"S/49°02'15,574"W; 26°29'09,261"S/49°02'17,018"W; 26°29'07,798"S/49°02'17,920"W; 26°29'06,823"S/49°02'20,628"W; 26°29'06,659"S/49°02'29,294"W; 26°29'06,333"S/49°02'32,905"W; 26°29'03,733"S/49°02'37,237"W; 26°29'01,945"S/49°02'40,667"W; 26°29'00,157"S/49°02'46,082"W; 26°28'59,994"S/49°02'47,346"W; 26°28'59,994"S/49°02'49,693"W; 26°29'01,455"S/49°02'53,485"W; 26°29'02,917"S/49°02'56,193"W; 26°29'10,388"S/49°03'05,222"W; 26°29'13,635"S/49°03'11,271"W; 26°29'14,772"S/49°03'13,980"W; 26°29'15,583"S/49°03'16,959"W; 26°29'15,583"S/49°03'18,403"W; 26°29'14,608"S/49°03'19,847"W; 26°29'14,445"S/49°03'20,750"W; 26°29'14,444"S/49°03'23,097"W; 26°29'15,742"S/49°03'29,597"W; 26°29'16,716"S/49°03'31,222"W; 26°29'16,878"S/49°03'32,666"W; 26°29'17,041"S/49°03'32,666"W; 26°29'17,040"S/49°03'33,749"W; 26°29'15,740"S/49°03'37,179"W; 26°29'15,251"S/49°03'39,526"W; 26°29'15,251"S/49°03'40,609"W; 26°29'15,414"S/49°03'40,610"W; 26°29'15,412"S/49°03'44,401"W; 26°29'14,112"S/49°03'48,011"W; 26°29'14,111"S/49°03'49,997"W; 26°29'14,598"S/49°03'51,261"W; 26°29'14,597"S/49°03'53,969"W; 26°29'12,811"S/49°03'51,802"W; 26°29'11,998"S/49°03'51,440"W; 26°29'11,024"S/49°03'51,530"W; 26°29'09,723"S/49°03'53,786"W; 26°29'09,723"S/49°03'54,328"W; 26°29'07,936"S/49°03'54,327"W; 26°29'07,936"S/49°03'52,883"W; 26°29'10,376"S/49°03'46,565"W; 26°29'11,839"S/49°03'40,969"W; 26°29'13,466"S/49°03'36,547"W; 26°29'14,116"S/49°03'33,929"W; 26°29'14,117"S/49°03'32,485"W; 26°29'13,630"S/49°03'31,401"W; 26°29'13,305"S/49°03'29,235"W; 26°29'12,494"S/49°03'27,971"W; 26°29'11,844"S/49°03'27,610"W; 26°29'10,545"S/49°03'24,359"W;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

26°29'10,547"S/49°03'16,777"W; 26°29'10,873"S/49°03'13,708"W; 26°29'09,574"S/49°03'10,638"W; 26°29'09,574"S/49°03'10,096"W; 26°29'03,727"S/49°03'04,678"W; 26°29'02,753"S/49°03'02,692"W; 26°29'02,429"S/49°03'00,345"W; 26°29'01,454"S/49°02'58,901"W; 26°28'57,719"S/49°02'51,678"W; 26°28'57,557"S/49°02'51,678"W; 26°28'57,232"S/49°02'50,234"W; 26°28'57,232"S/49°02'48,970"W; 26°28'58,533"S/49°02'44,999"W; 26°28'58,533"S/49°02'43,554"W; 26°28'59,833"S/49°02'41,208"W; 26°28'59,996"S/49°02'40,395"W; 26°29'00,809"S/49°02'38,139"W; 26°29'01,134"S/49°02'38,139"W; 26°29'03,897"S/49°02'31,821"W; 26°29'04,547"S/49°02'29,113"W; 26°29'04,548"S/49°02'26,044"W; 26°29'04,385"S/49°02'26,044"W; 26°29'04,385"S/49°02'25,322"W; 26°29'04,224"S/49°02'20,628"W; 26°29'05,361"S/49°02'17,559"W; 26°29'06,011"S/49°02'16,476"W; 26°29'06,499"S/49°02'16,115"W; 26°29'07,636"S/49°02'14,851"W; 26°29'08,612"S/49°02'11,963"W; 26°29'09,100"S/49°02'06,367"W; 26°29'09,100"S/49°02'02,034"W; 26°29'09,588"S/49°02'00,048"W; 26°29'10,319"S/49°01'59,507"W; 26°29'10,400"S/49°01'58,784"W; 26°29'10,888"S/49°01'57,701"W; 26°29'12,025"S/49°01'56,799"W; 26°29'13,162"S/49°01'56,257"W; 26°29'13,487"S/49°01'55,716"W; 26°29'14,462"S/49°01'55,355"W; 26°29'16,574"S/49°01'53,008"W; 26°29'16,575"S/49°01'49,578"W; 26°29'15,275"S/49°01'43,981"W; 26°29'14,626"S/49°01'41,273"W; 26°29'11,377"S/49°01'33,870"W; 26°29'02,931"S/49°01'16,718"W; 26°29'01,957"S/49°01'12,205"W; 26°29'00,982"S/49°01'09,677"W; 26°29'00,251"S/49°01'08,594"W; 26°29'00,170"S/49°01'07,330"W; 26°29'00,982"S/49°01'03,358"W; 26°29'00,982"S/49°01'01,012"W; 26°29'01,957"S/49°00'56,318"W; 26°29'00,820"S/49°00'56,859"W; 26°29'00,818"S/49°00'55,776"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 47,0m, no rumo verdadeiro de 19°31'59"128 SE, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 26°28'59,379"S e Long. 49°00'56,344"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 110,0m-SW 00°00'00"000; 147,1m-NW 80°13'03"335; 134,6m-NW 74°55'53"443; 50,0m-SW 90°00'00"000; 143,2m-SW 65°12'31"139; 126,5m-SW 37°46'32"464; 170,0m-SW 72°53'50"176; 210,3m-SW 61°36'25"130; 161,0m-SW 64°13'56"388; 223,0m-SW 70°20'40"634; 94,3m-SW 57°59'40"620; 75,0m-SW 90°00'00"000; 10,0m-SW 00°00'00"000; 215,1m-SW 88°40'04"009; 329,7m-NW 40°41'43"912; 25,0m-SW 90°00'00"000; 5,0m-NE 00°00'00"000; 30,0m-SW 90°00'00"000; 5,0m-NE 00°00'00"000; 55,0m-SW 90°00'00"000; 5,0m-NE 00°00'00"000; 90,0m-SW 90°00'00"000; 77,6m-SW 75°04'06"898; 70,0m-SW 90°00'00"000; 45,3m-NW 83°39'35"310; 72,1m-NW 33°41'24"243; 51,5m-NW 29°03'16"575; 80,8m-NW 68°11'31"218; 240,1m-NW 88°48'23"438; 100,5m-NW 84°17'21"865; 144,2m-NW 56°18'35"757; 109,8m-NW 59°55'53"102; 159,8m-NW 69°51'49"308; 35,4m-NW 81°52'19"880; 65,0m-SW 90°00'00"000; 114,2m-SW 66°48'05"074; 87,5m-SW 59°02'10"476; 339,7m-SW 47°23'09"399; 195,1m-SW 59°09'43"805; 82,8m-SW 64°58'59"183; 86,2m-SW 73°08'22"825; 40,0m-SW 90°00'00"000; 50,0m-NW 53°07'48"368; 25,5m-NW 78°41'40"104; 65,0m-SW 90°00'00"000; 184,4m-SW 77°28'27"212; 54,1m-SW 56°18'14"598; 40,3m-SW 82°52'29"941; 5,0m-SW 00°00'00"000; 30,0m-SW 90°00'00"000; 103,1m-NW 67°10'06"610; 66,7m-NW 77°00'19"380; 30,0m-SW 90°00'00"000; 5,0m-SW 00°00'00"000; 105,0m-SW 90°00'00"000; 107,7m-NW 68°11'47"813; 55,0m-SW 90°00'00"000; 38,1m-SW 66°48'05"074; 75,0m-SW 90°00'00"000; 81,4m-NE 47°29'05"265; 26,9m-NE 21°48'05"074; 30,1m-NW 04°45'49"110; 74,2m-NW 57°22'59"155; 15,0m-SW 90°00'00"000; 55,0m-NE 00°00'00"000; 40,0m-NE 90°00'00"000; 190,4m-SE 66°48'10"765; 161,4m-SE 73°48'26"585; 132,3m-SE 67°47'47"477; 75,2m-SE 74°34'40"219; 40,0m-NE 90°00'00"000; 33,5m-NE 63°26'05"816; 60,8m-NE 80°32'21"214; 43,0m-NE 54°27'16"481; 22,4m-NE 26°33'54"184; 98,5m-NE 66°02'15"040; 210,0m-SE 89°59'50"178; 85,6m-SE 83°17'24"587; 93,9m-NE 64°47'55"955; 15,0m-NE 90°00'00"000; 234,3m-NE 39°48'20"056; 62,7m-NE 61°23'22"345; 65,8m-NE 81°15'13"816; 50,0m-NE 53°07'48"368; 230,7m-NE 60°05'56"203; 5,0m-NE 00°00'00"000; 41,2m-NE 75°58'38"059; 35,0m-NE 90°00'00"000; 117,1m-SE 70°01'00"817; 40,0m-NE 90°00'00"000; 76,3m-SE 58°23'32"992; 23,1m-SE 77°28'16"292; 67,3m-SE 68°11'54"926; 10,0m-SW 00°00'00"000; 194,6m-SE 64°05'36"571; 77,6m-SE 75°04'32"575; 85,0m-NE 90°00'00"000; 5,0m-NE 00°00'00"000; 20,0m-NE 90°00'00"000; 130,1m-NE 87°47'50"647; 91,9m-SE 67°37'11"514; 36,1m-SE 56°18'35"757; 18,0m-SE 33°40'20"806; 49,5m-SE 45°00'29"462; 85,4m-SE 69°26'38"237; 155,7m-SE 84°28'19"580; 120,0m-NE 90°00'00"000; 57,0m-SE 74°44'32"051; 27,0m-SE 33°41'24"243; 20,2m-SE 82°52'42"628; 33,5m-SE 63°26'05"816; 43,0m-SE 35°32'04"487; 38,1m-SE 23°11'54"926; 18,0m-SE 56°18'35"757; 31,6m-SE 18°26'05"816; 91,9m-SE 45°00'15"868; 95,0m-NE 90°00'00"000; 160,1m-NE 75°31'46"941; 77,6m-NE 75°04'06"898; 228,1m-NE 63°59'56"083; 541,5m-NE 61°18'26"856; 128,6m-NE 76°30'15"360; 76,2m-NE 66°48'15"742; 37,5m-NE 53°07'48"368; 35,1m-NE 85°54'51"780; 112,8m-SE 77°11'26"812; 65,0m-NE 90°00'00"000; 133,4m-SE 77°00'19"380; 38,1m-NW 23°11'54"926; 30,0m-NE 89°53'07"333.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 289, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 826.216/2000, resolve:

Art. 1° Outorgar à ELOISA DOROTI NUNES DALMINA ME, concessão para lavrar BASALTO, no(s) Município(s) de MARECHAL CÂNDIDO RONDON/PR, numa área de 50,00ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 24°31'08,641"S/54°04'21,157"W; 24°30'55,640"S/54°04'21,156"W; 24°30'55,640"S/54°04'14,052"W; 24°30'49,140"S/54°04'14,052"W; 24°30'49,140"S/54°04'06,947"W; 24°30'42,640"S/54°04'06,948"W; 24°30'42,639"S/54°03'56,291"W; 24°30'49,140"S/54°03'56,291"W; 24°30'49,139"S/54°03'49,186"W; 24°31'02,140"S/54°03'49,185"W; 24°31'02,140"S/54°03'59,842"W; 24°31'08,640"S/54°03'59,842"W; 24°31'08,641"S/54°04'21,157"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 300,0m, no rumo verdadeiro de 00°00'00"766 NE, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 24°31'18,391"S e Long. 54°04'21,157"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 400,0m-N; 200,0m-E; 200,0m-N; 200,0m-E; 200,0m-N; 300,0m-E; 200,0m-S; 200,0m-E; 400,0m-S; 300,0m-W; 200,0m-S; 600,0m-W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 290, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 800.003/2007, resolve:

Art. 1° Outorgar à PEDRALEZA PEDREIRA FORTALEZA LTDA., concessão para lavrar GRANITO, no(s) Município(s) de ITAITINGA/CE, numa área de 7,53ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 03°57'54,263"S/38°31'50,762"W; 03°57'56,216"S/38°31'50,762"W; 03°57'56,216"S/38°31'51,086"W; 03°57'58,501"S/38°31'51,086"W; 03°57'58,501"S/38°31'51,410"W; 03°57'57,977"S/38°31'51,410"W; 03°57'57,977"S/38°31'53,874"W; 03°57'57,652"S/38°31'53,874"W; 03°57'57,652"S/38°31'55,780"W; 03°57'57,316"S/38°31'55,780"W; 03°57'57,316"S/38°31'57,725"W; 03°57'56,991"S/38°31'57,725"W; 03°57'56,991"S/38°31'59,670"W; 03°57'56,665"S/38°31'59,670"W; 03°57'56,665"S/38°32'01,615"W; 03°57'56,177"S/38°32'01,615"W; 03°57'56,177"S/38°32'03,560"W; 03°57'55,851"S/38°32'03,560"W; 03°57'55,851"S/38°32'05,505"W; 03°57'55,526"S/38°32'05,505"W; 03°57'55,526"S/38°32'07,450"W; 03°57'55,037"S/38°32'07,450"W; 03°57'55,037"S/38°32'09,395"W; 03°57'54,712"S/38°32'09,395"W; 03°57'54,712"S/38°32'11,340"W; 03°57'54,386"S/38°32'11,340"W; 03°57'54,386"S/38°32'12,312"W; 03°57'54,061"S/38°32'12,312"W; 03°57'54,061"S/38°32'12,481"W; 03°57'52,316"S/38°32'12,481"W; 03°57'52,316"S/38°32'12,157"W; 03°57'51,014"S/38°32'12,157"W; 03°57'51,014"S/38°32'10,860"W; 03°57'51,336"S/38°32'10,860"W; 03°57'51,336"S/38°32'08,591"W; 03°57'51,661"S/38°32'08,591"W; 03°57'51,661"S/38°32'06,646"W; 03°57'51,987"S/38°32'06,646"W; 03°57'51,987"S/38°32'04,701"W; 03°57'52,313"S/38°32'04,701"W; 03°57'52,313"S/38°32'02,756"W; 03°57'52,638"S/38°32'02,756"W; 03°57'52,638"S/38°32'00,811"W; 03°57'52,964"S/38°32'00,811"W; 03°57'52,964"S/38°31'58,866"W; 03°57'53,289"S/38°31'58,866"W; 03°57'53,289"S/38°31'56,921"W; 03°57'53,615"S/38°31'56,921"W; 03°57'53,615"S/38°31'54,976"W; 03°57'53,940"S/38°31'54,976"W; 03°57'53,940"S/38°31'53,031"W; 03°57'54,266"S/38°31'53,031"W; 03°57'54,263"S/38°31'50,762"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 03°57'54,263"S e Long. 38°31'50,762"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 60,0m-S; 10,0m-W; 70,2m-S; 10,0m-W; 16,1m-N; 76,0m-W; 10,0m-N; 58,8m-W; 10,3m-N; 60,0m-W; 10,0m-N; 60,0m-W; 10,0m-N; 60,0m-W; 15,0m-N; 60,0m-W; 10,0m-N; 60,0m-W; 10,0m-N; 60,0m-W; 15,0m-N; 60,0m-W; 10,0m-N; 60,0m-W; 10,0m-N; 30,0m-W; 10,0m-N; 5,2m-W; 53,6m-N; 10,0m-E; 40,0m-N; 40,0m-E; 9,9m-S; 70,0m-E; 10,0m-S; 60,0m-E; 10,0m-S; 60,0m-E; 10,0m-S; 60,0m-E; 10,0m-S; 60,0m-E; 10,0m-S; 60,0m-E; 10,0m-S; 60,0m-E; 10,0m-S; 60,0m-E; 10,0m-S; 60,0m-E; 10,0m-S; 70,0m-E.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 291, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 826.360/2010, resolve:

Art. 1° Outorgar à AREAL COSTA LTDA, concessão para lavrar AREIA, no(s) Município(s) de CONTENDA/PR, numa área de 23,76ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 25°35'46,473"S/49°33'30,482"W; 25°35'49,711"S/49°33'30,482"W; 25°35'49,711"S/49°33'26,646"W; 25°35'53,566"S/49°33'26,646"W; 25°35'53,566"S/49°33'26,826"W; 25°36'05,104"S/49°33'26,826"W; 25°36'05,104"S/49°33'27,625"W; 25°36'07,722"S/49°33'27,625"W; 25°36'07,722"S/49°33'22,443"W; 25°36'07,444"S/49°33'22,443"W; 25°36'07,444"S/49°33'17,598"W; 25°36'05,902"S/49°33'17,598"W; 25°36'05,902"S/49°33'17,325"W; 25°36'02,872"S/49°33'17,325"W; 25°36'02,872"S/49°33'17,089"W; 25°36'01,970"S/49°33'17,089"W; 25°36'01,970"S/49°33'16,383"W; 25°36'02,253"S/49°33'16,383"W; 25°36'02,253"S/49°33'15,877"W; 25°36'02,536"S/49°33'15,877"W; 25°36'02,536"S/49°33'15,338"W; 25°36'02,784"S/49°33'15,338"W; 25°36'02,784"S/49°33'14,830"W; 25°36'03,084"S/49°33'14,830"W; 25°36'03,084"S/49°33'14,318"W; 25°36'03,366"S/49°33'14,318"W; 25°36'03,366"S/49°33'13,796"W; 25°36'03,615"S/49°33'13,796"W; 25°36'03,615"S/49°33'13,367"W; 25°36'03,846"S/49°33'13,367"W; 25°36'03,846"S/49°33'12,888"W; 25°36'04,069"S/49°33'12,888"W; 25°36'04,069"S/49°33'12,494"W; 25°36'04,317"S/49°33'12,494"W; 25°36'04,317"S/49°33'12,023"W; 25°36'04,540"S/49°33'12,023"W; 25°36'04,540"S/49°33'11,654"W; 25°36'04,857"S/49°33'11,654"W; 25°36'04,857"S/49°33'10,935"W; 25°36'04,035"S/49°33'10,935"W; 25°36'04,035"S/49°33'10,789"W; 25°36'03,444"S/49°33'10,789"W; 25°36'03,444"S/49°33'10,626"W; 25°36'02,407"S/49°33'10,626"W; 25°36'02,407"S/49°33'10,438"W; 25°36'01,489"S/49°33'10,438"W; 25°36'01,489"S/49°33'07,596"W; 25°36'09,914"S/49°33'07,596"W; 25°36'09,914"S/49°33'33,805"W; 25°35'59,470"S/49°33'33,805"W; 25°35'59,470"S/49°33'36,462"W; 25°35'46,473"S/49°33'36,462"W; 25°35'46,473"S/49°33'30,482"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 25°35'46,473"S e Long. 49°33'30,482"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 99,6m-S; 107,0m-E; 118,6m-S; 5,0m-W; 355,1m-S; 22,3m-W; 80,6m-S; 144,6m-E; 8,6m-N; 135,2m-E; 47,5m-N; 7,6m-E; 93,2m-N; 6,6m-E; 27,8m-N; 19,7m-E; 8,7m-S; 14,1m-E; 8,7m-S; 15,0m-E; 7,6m-S; 14,2m-E; 9,2m-S; 14,3m-E; 8,7m-S; 14,6m-E; 7,7m-S; 12,0m-E; 7,1m-S; 13,4m-E; 6,9m-S; 11,0m-E; 7,6m-S; 13,2m-E; 6,9m-S; 10,3m-E; 9,8m-S; 20,1m-E; 25,3m-N; 4,1m-E; 18,2m-N; 4,6m-E; 31,9m-N; 5,3m-E; 28,3m-N; 79,3m-E; 259,3m-S; 731,3m-W; 321,4m-N; 74,1m-W; 400,0m-N; 166,9m-E.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 292, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 831.898/1990, resolve:

Art. 1° Outorgar à ERG MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA, concessão para lavrar SAPONITO, no(s) Município(s) de SANTA BÁRBARA DO TUGÚRIO/MG, numa área de 989,50ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 21°13'55,562"S/43°31'13,164"W; 21°13'16,545"S/43°31'13,164"W; 21°13'16,542"S/43°32'10,380"W; 21°13'23,045"S/43°32'10,381"W; 21°13'23,016"S/43°34'29,089"W; 21°14'44,302"S/43°34'29,119"W; 21°14'44,318"S/43°33'31,893"W; 21°14'08,552"S/43°33'31,884"W; 21°14'08,568"S/43°31'27,036"W; 21°13'55,562"S/43°31'27,035"W; 21°13'55,562"S/43°31'13,164"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 1266,0m, no rumo verdadeiro de 71°09'59"440 NW, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 21°14'08,852"S e Long. 43°30'31,610"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 1200,0m-N; 1650,0m-W; 200,0m-S; 4000,0m-W; 2500,0m-S; 1650,0m-E; 1100,0m-N; 3600,0m-E; 400,0m-N; 400,0m-E.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 293, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 815.324/2003, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1° Outorgar à VITORETI COMERCIO DE AREIA LTDA ME, concessão para lavrar AREIA, no(s) Município(s) de JAGUARUNA/SC, LAGUNA/SC, numa área de 25,55ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 28°36'46,281"S/48°51'28,968"W; 28°36'46,282"S/48°51'46,393"W; 28°36'28,753"S/48°51'46,393"W; 28°36'28,753"S/48°51'34,145"W; 28°36'28,753"S/48°51'28,968"W; 28°36'46,281"S/48°51'28,968"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 28°36'46,281"S e Long. 48°51'28,968"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 473,4m-W; 539,6m-N; 332,8m-E; 140,7m-E; 539,6m-S.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 294, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 803.632/1973, resolve:

Art. 1° Outorgar à MARMORARIA ÁGUA VERDE LTDA, concessão para lavrar DIORITO, no(s) Município(s) de BENEDITO NOVO/SC, numa área de 332,00ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 26°46'20,355"S/49°22'18,682"W; 26°46'20,353"S/49°23'02,119"W; 26°46'00,858"S/49°23'02,117"W; 26°46'00,855"S/49°23'27,454"W; 26°45'05,620"S/49°23'27,445"W; 26°45'05,624"S/49°22'44,015"W; 26°45'34,866"S/49°22'44,017"W; 26°45'34,867"S/49°22'18,682"W; 26°46'20,355"S/49°22'18,682"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 620,0m, no rumo verdadeiro de 52°59'59"198 NW, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 26°46'32,478"S e Long. 49°22'00,759"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 1200,0m-W; 600,0m-N; 700,0m-W; 1700,0m-N; 1200,0m-E; 900,0m-S; 700,0m-E; 1400,0m-S.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 295, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 878.101/2014, resolve:

Art. 1° Outorgar à MULTI MINERAÇÃO E COMPOSTAGEM LTDA ME, concessão para lavrar AREIA, no(s) Município(s) de ESTÂNCIA/SE, numa área de 49,37ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 11°22'54,691"S/37°21'29,026"W; 11°22'54,691"S/37°21'04,099"W; 11°23'12,500"S/37°21'04,099"W; 11°23'12,500"S/37°21'39,424"W; 11°23'04,226"S/37°21'39,424"W; 11°23'04,226"S/37°21'29,026"W; 11°22'54,691"S/37°21'29,026"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 11°22'54,691"S e Long. 37°21'29,026"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 755,7m-E; 547,2m-S; 1071,0m-W; 254,2m-N; 315,3m-E; 293,0m-N.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 296, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 890.253/2001, resolve:

Art. 1° Outorgar à MINERAÇÃO SANTA LUZIA DE MACAÉ LTDA, concessão para lavrar ÁGUA MINERAL, no(s) Município(s) de MACAÉ/RJ, numa área de 46,36ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 22°22'48,622"S/41°57'59,129"W; 22°23'04,862"S/41°57'59,130"W; 22°23'04,862"S/41°58'06,115"W; 22°23'09,987"S/41°58'06,115"W; 22°23'09,987"S/41°58'18,380"W; 22°23'08,258"S/41°58'18,380"W; 22°23'01,717"S/41°58'18,380"W; 22°22'55,138"S/41°58'18,380"W; 22°22'55,138"S/41°58'17,841"W; 22°22'55,180"S/41°58'17,841"W; 22°22'55,180"S/41°58'03,858"W; 22°22'55,138"S/41°58'03,858"W; 22°22'55,138"S/41°58'03,841"W; 22°22'55,180"S/41°58'03,841"W; 22°22'55,180"S/41°58'02,687"W; 22°22'55,138"S/41°58'02,687"W; 22°22'55,138"S/41°58'02,648"W; 22°22'42,176"S/41°58'02,647"W; 22°22'42,175"S/41°57'46,363"W; 22°22'42,136"S/41°57'46,363"W; 22°22'42,136"S/41°57'36,429"W; 22°22'29,134"S/41°57'36,429"W; 22°22'29,134"S/41°57'31,191"W; 22°22'45,374"S/41°57'31,191"W; 22°22'45,374"S/41°57'36,429"W; 22°22'48,622"S/41°57'36,429"W; 22°22'48,622"S/41°57'59,129"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 22°22'48,622"S e Long. 41°57'59,129"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 499,6m-S; 199,8m-W; 157,6m-S; 350,9m-W; 53,2m-N; 201,2m-N; 202,4m-N; 15,4m-E; 1,3m-S; 400,0m-E; 1,3m-N; 0,5m-E; 1,3m-S; 33,0m-E; 1,3m-N; 1,1m-E; 398,7m-N; 465,9m-E; 1,2m-N; 284,2m-E; 399,9m-N; 149,9m-E; 499,6m-S; 149,8m-W; 99,9m-S; 649,4m-W.

Art. 2º Fica estabelecida a área de proteção desta Fonte, com extensão de 79,66 ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 22°22'37,251"S/41°57'25,324"W; 22°22'40,177"S/41°57'25,324"W; 22°22'40,177"S/41°57'27,072"W; 22°22'42,127"S/41°57'27,072"W; 22°22'42,127"S/41°57'28,121"W; 22°22'44,078"S/41°57'28,121"W; 22°22'44,078"S/41°57'28,820"W; 22°22'47,004"S/41°57'28,820"W; 22°22'47,004"S/41°57'30,917"W; 22°22'45,378"S/41°57'30,917"W; 22°22'45,378"S/41°57'32,665"W; 22°22'43,103"S/41°57'32,665"W; 22°22'43,103"S/41°57'36,860"W; 22°22'45,703"S/41°57'36,860"W; 22°22'45,703"S/41°57'40,355"W; 22°22'48,954"S/41°57'40,356"W; 22°22'48,954"S/41°57'44,550"W; 22°22'51,880"S/41°57'44,550"W; 22°22'51,880"S/41°57'48,745"W; 22°22'55,131"S/41°57'48,745"W; 22°22'55,131"S/41°57'52,940"W; 22°22'58,707"S/41°57'52,941"W; 22°22'58,707"S/41°57'57,835"W; 22°23'02,608"S/41°57'57,835"W; 22°23'02,607"S/41°58'02,729"W; 22°23'06,834"S/41°58'02,729"W; 22°23'06,833"S/41°58'07,274"W; 22°23'10,735"S/41°58'07,274"W; 22°23'10,734"S/41°58'10,770"W; 22°23'16,586"S/41°58'10,770"W; 22°23'16,586"S/41°58'14,266"W; 22°23'21,137"S/41°58'14,267"W; 22°23'21,136"S/41°58'23,007"W; 22°23'23,087"S/41°58'23,007"W; 22°23'23,087"S/41°58'27,551"W; 22°23'10,083"S/41°58'27,550"W; 22°23'10,083"S/41°58'24,229"W; 22°23'03,906"S/41°58'24,228"W; 22°23'03,906"S/41°58'19,684"W; 22°22'59,680"S/41°58'19,683"W; 22°22'59,681"S/41°58'13,740"W; 22°22'55,129"S/41°58'13,740"W; 22°22'55,130"S/41°58'08,147"W; 22°22'53,179"S/41°58'08,147"W; 22°22'53,179"S/41°58'04,651"W; 22°22'51,229"S/41°58'04,651"W; 22°22'51,229"S/41°58'01,155"W; 22°22'48,303"S/41°58'01,155"W; 22°22'48,303"S/41°57'58,883"W; 22°22'47,003"S/41°57'58,882"W; 22°22'47,003"S/41°57'56,610"W; 22°22'43,752"S/41°57'56,610"W; 22°22'43,752"S/41°57'53,639"W; 22°22'42,452"S/41°57'53,639"W; 22°22'42,452"S/41°57'50,667"W; 22°22'40,501"S/41°57'50,667"W; 22°22'40,501"S/41°57'47,906"W; 22°22'38,551"S/41°57'47,906"W; 22°22'38,551"S/41°57'43,676"W; 22°22'35,625"S/41°57'43,676"W; 22°22'35,625"S/41°57'41,229"W; 22°22'34,000"S/41°57'41,229"W; 22°22'34,000"S/41°57'38,782"W; 22°22'31,074"S/41°57'38,782"W; 22°22'31,074"S/41°57'32,840"W; 22°22'32,699"S/41°57'32,840"W; 22°22'32,700"S/41°57'29,868"W; 22°22'34,000"S/41°57'29,868"W; 22°22'34,000"S/41°57'28,121"W; 22°22'35,625"S/41°57'28,121"W; 22°22'35,625"S/41°57'26,373"W; 22°22'37,251"S/41°57'26,373"W; 22°22'37,251"S/41°57'25,324"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 7648,0m, no rumo verdadeiro de 69°50'00"554 SW, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 22°21'11,588"S e Long. 41°53'14,371"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 90,0m-S; 50,0m-W; 60,0m-S; 30,0m-W; 60,0m-S; 20,0m-W; 90,0m-S; 60,0m-W; 50,0m-N; 50,0m-W; 70,0m-N; 120,0m-W; 80,0m-S; 100,0m-W; 100,0m-S; 120,0m-W; 90,0m-S; 120,0m-W; 100,0m-S; 120,0m-W; 110,0m-S; 140,0m-W; 120,0m-S; 140,0m-W; 130,0m-S; 130,0m-W; 120,0m-S; 100,0m-W; 180,0m-S; 100,0m-W; 140,0m-S; 250,0m-W; 60,0m-S; 130,0m-W; 400,0m-N; 95,0m-E; 190,0m-N; 130,0m-E; 130,0m-N; 170,0m-E; 140,0m-N; 160,0m-E; 60,0m-N; 100,0m-E; 60,0m-N; 100,0m-E; 90,0m-N; 65,0m-E; 40,0m-N; 65,0m-E; 100,0m-N; 85,0m-E; 40,0m-N; 85,0m-E; 60,0m-N; 79,0m-E; 60,0m-N; 121,0m-E; 90,0m-N; 70,0m-E; 50,0m-N; 70,0m-E; 90,0m-N; 170,0m-E; 50,0m-S; 85,0m-E; 40,0m-S; 50,0m-E; 50,0m-S; 50,0m-E; 50,0m-S; 30,0m-E.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 297, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 815.251/1998, resolve:

Art. 1° Outorgar à JUNCKES MINERAÇÃO E TRANSPORTE LTDA EPP, concessão para lavrar AREIA, no(s) Município(s) de TIJUCAS/SC, numa área de 28,46ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 27°15'49,160"S/48°39'49,559"W; 27°15'54,683"S/48°39'49,558"W; 27°15'54,683"S/48°39'33,744"W; 27°16'07,232"S/48°39'33,743"W; 27°16'07,232"S/48°39'33,788"W; 27°16'16,060"S/48°39'33,788"W; 27°16'16,061"S/48°39'43,922"W; 27°16'05,340"S/48°39'43,923"W; 27°16'05,340"S/48°39'41,196"W; 27°16'02,091"S/48°39'41,196"W; 27°16'02,091"S/48°39'39,378"W; 27°16'00,466"S/48°39'39,378"W; 27°16'00,466"S/48°39'37,560"W; 27°15'58,842"S/48°39'37,561"W; 27°15'58,842"S/48°39'35,743"W; 27°15'57,217"S/48°39'35,743"W; 27°15'57,217"S/48°39'33,925"W; 27°15'54,780"S/48°39'33,925"W; 27°15'54,780"S/48°39'49,377"W; 27°15'55,560"S/48°39'49,376"W; 27°15'55,560"S/48°39'52,103"W; 27°15'57,184"S/48°39'52,103"W; 27°15'57,185"S/48°39'53,921"W; 27°16'00,433"S/48°39'53,921"W; 27°16'00,434"S/48°40'07,373"W; 27°15'49,160"S/48°40'07,373"W; 27°15'49,160"S/48°39'49,559"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 27°15'49,160"S e Long. 48°39'49,559"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 170,0m-S; 435,0m-E; 386,3m-S; 1,2m-W; 271,7m-S; 278,7m-W; 330,0m-N; 75,0m-E; 100,0m-N; 50,0m-E; 50,0m-N; 50,0m-E; 50,0m-N; 50,0m-E; 50,0m-N; 50,0m-E; 75,0m-N; 425,0m-W; 24,0m-S; 75,0m-W; 50,0m-S; 50,0m-W; 100,0m-S; 370,0m-W; 347,0m-N; 490,0m-E.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 298, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 803.074/2002, resolve:

Art. 1° Outorgar à MINERADORA DE CALCÁRIO ANTÔNIO ALMEIDA LTDA, concessão para lavrar CALCÁRIO DOLOMÍTICO, no(s) Município(s) de ANTÔNIO ALMEIDA/PI, numa área de 40,15ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 07°10'10,006"S/44°10'20,759"W; 07°10'13,116"S/44°10'20,759"W; 07°10'13,116"S/44°09'56,560"W; 07°10'26,285"S/44°09'56,560"W; 07°10'26,285"S/44°10'29,153"W; 07°10'14,088"S/44°10'29,153"W; 07°10'14,088"S/44°10'21,959"W; 07°10'14,078"S/44°10'21,959"W; 07°10'14,078"S/44°10'21,954"W; 07°10'10,006"S/44°10'21,954"W; 07°10'10,006"S/44°10'20,759"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 07°10'10,006"S e Long. 44°10'20,759"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 95,5m-S; 742,5m-E; 404,6m-S; 1000,0m-W; 374,7m-N; 220,7m-E; 0,3m-N; 0,2m-E; 125,1m-N; 36,7m-E.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 299, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 821.092/1998, resolve:

Art. 1° Outorgar à ROHRER & ZERAIK LTDA -ME., concessão para lavrar ÁGUA MINERAL, no(s) Município(s) de RIBEIRÃO BONITO/SP, numa área de 50,00ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 22°03'04,119"S/48°10'52,868"W; 22°03'04,118"S/48°11'27,744"W; 22°02'47,862"S/48°11'27,742"W; 22°02'47,863"S/48°10'52,868"W; 22°03'04,119"S/48°10'52,868"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 1317,0m, no rumo verdadeiro de 19°43'59"378 NW, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 22°03'44,422"S e Long. 48°10'37,360"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 1000,0m-W; 500,0m-N; 1000,0m-E; 500,0m-S.

Art. 2º Fica estabelecida a área de proteção desta Fonte, com extensão de 40 ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 22°03'34,889"S/48°11'03,321"W; 22°03'34,889"S/48°11'17,272"W; 22°03'12,131"S/48°11'17,271"W; 22°03'12,131"S/48°11'13,783"W; 22°02'59,126"S/48°11'13,783"W; 22°02'59,127"S/48°11'03,321"W; 22°03'34,889"S/48°11'03,321"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 800,0m, no rumo verdadeiro de 68°29'59"344 NW, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 22°03'44,422"S e Long. 48°10'37,360"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 400,0m-W; 700,0m-N; 100,0m-E; 400,0m-N; 300,0m-E; 1100,0m-S.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 300, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 815.098/2005, resolve:

Art. 1° Outorgar à MARIA DE FATIMA BITENCOURT CANDIDO ME, concessão para lavrar AREIA, no(s) Município(s) de LAGUNA/SC, numa área de 44,23ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 28°26'40,647"S/48°48'55,331"W; 28°26'39,672"S/48°48'55,331"W; 28°26'39,672"S/48°48'53,861"W; 28°26'38,698"S/48°48'53,861"W; 28°26'38,698"S/48°48'52,023"W; 28°26'37,724"S/48°48'52,023"W; 28°26'37,724"S/48°48'49,818"W; 28°26'36,750"S/48°48'49,818"W; 28°26'36,750"S/48°48'47,981"W; 28°26'32,854"S/48°48'47,981"W; 28°26'32,854"S/48°48'38,058"W; 28°26'15,966"S/48°48'38,058"W; 28°26'15,966"S/48°48'34,383"W; 28°26'12,719"S/48°48'34,383"W; 28°26'12,719"S/48°48'31,443"W; 28°26'09,471"S/48°48'31,443"W; 28°26'09,471"S/48°48'28,503"W; 28°26'05,574"S/48°48'28,503"W; 28°26'05,574"S/48°48'18,309"W; 28°26'26,684"S/48°48'18,310"W; 28°26'26,684"S/48°48'36,684"W; 28°26'40,649"S/48°48'36,684"W; 28°26'40,649"S/48°48'44,401"W; 28°26'43,084"S/48°48'44,401"W; 28°26'43,084"S/48°48'46,239"W; 28°26'44,058"S/48°48'46,239"W; 28°26'44,058"S/48°48'48,076"W; 28°26'45,032"S/48°48'48,076"W; 28°26'45,032"S/48°48'49,363"W; 28°26'46,006"S/48°48'49,363"W; 28°26'46,006"S/48°48'50,465"W; 28°26'46,980"S/48°48'50,465"W; 28°26'46,980"S/48°48'51,568"W; 28°26'47,955"S/48°48'51,568"W; 28°26'47,955"S/48°48'52,670"W; 28°26'49,253"S/48°48'52,670"W; 28°26'49,253"S/48°48'56,067"W; 28°26'40,647"S/48°48'56,067"W; 28°26'40,647"S/48°48'55,331"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 28°26'40,647"S e Long. 48°48'55,331"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 30,0m-N; 40,0m-E; 30,0m-N; 50,0m-E; 30,0m-N; 60,0m-E; 30,0m-N; 50,0m-E; 119,9m-N; 270,0m-E; 519,9m-N; 100,0m-E; 100,0m-N; 80,0m-E; 100,0m-N; 80,0m-E; 120,0m-N; 277,4m-E; 649,9m-S; 500,0m-W; 429,9m-S; 210,0m-W; 75,0m-S; 50,0m-W; 30,0m-S; 50,0m-W; 30,0m-S; 35,0m-W; 30,0m-S; 30,0m-W; 30,0m-S; 30,0m-W; 30,0m-S; 30,0m-W; 40,0m-S; 92,4m-W; 264,9m-N; 20,0m-E.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 301, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 848.180/2010, resolve:

Art. 1° Outorgar à LIMESTONE MARMORES DO BRASIL LTDA, concessão para lavrar CALCÁRIO, no(s) Município(s) de FELIPE GUERRA/RN, numa área de 976,58ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 05°31'05,214"S/37°37'15,203"W; 05°31'13,694"S/37°37'15,203"W; 05°32'42,878"S/37°37'15,203"W; 05°32'42,878"S/37°37'25,235"W; 05°32'41,234"S/37°37'25,236"W; 05°32'41,231"S/37°37'25,238"W; 05°32'41,231"S/37°38'51,338"W; 05°32'42,880"S/37°38'51,338"W; 05°32'42,880"S/37°39'02,417"W; 05°32'17,120"S/37°39'02,417"W; 05°31'15,115"S/37°39'02,417"W; 05°31'05,214"S/37°39'02,417"W; 05°31'05,214"S/37°37'22,602"W; 05°31'05,214"S/37°37'15,203"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 05°31'05,214"S e Long. 37°37'15,203"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 260,5m-SE 00°00'07"919; 2739,6m-SW 00°00'00"000; 308,8m-SW 89°59'53"320; 50,5m-NW 00°01'21"689; 0,1m-NW 30°57'49"524; 2650,0m-SW 89°59'54"552; 50,7m-SW 00°00'00"000; 341,0m-SW 89°59'47"903; 791,3m-NW 00°00'07"820; 1904,7m-NW 00°00'09"747; 304,1m-NW 00°00'13"564; 3072,3m-NE 89°59'54"629; 227,7m-NE 89°59'50"943.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 302, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 820.332/2010, resolve:

Art. 1° Outorgar à CONSMAR EXTRAÇÃO, COMÉRCIO E TRANSPORTE DE MINÉRIOS LTDA., concessão para lavrar GRANITO, no(s) Município(s) de ATIBAIA/SP, numa área de 50,00ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 23°04'06,099"S/46°33'45,700"W; 23°04'08,007"S/46°33'45,700"W; 23°04'08,007"S/46°33'42,160"W; 23°04'10,707"S/46°33'42,160"W; 23°04'10,707"S/46°33'35,194"W; 23°04'12,807"S/46°33'35,194"W; 23°04'12,807"S/46°33'27,136"W; 23°04'16,389"S/46°33'27,136"W; 23°04'16,389"S/46°33'19,426"W; 23°04'19,839"S/46°33'19,426"W; 23°04'19,839"S/46°33'12,124"W; 23°04'23,127"S/46°33'12,124"W; 23°04'23,127"S/46°33'06,988"W; 23°04'27,030"S/46°33'06,988"W; 23°04'27,030"S/46°33'22,240"W; 23°04'34,484"S/46°33'22,240"W; 23°04'34,484"S/46°33'29,576"W; 23°04'27,303"S/46°33'29,576"W; 23°04'27,303"S/46°33'34,024"W; 23°04'22,623"S/46°33'34,024"W; 23°04'22,623"S/46°33'49,744"W; 23°04'19,929"S/46°33'49,744"W; 23°04'19,929"S/46°33'53,788"W; 23°04'07,821"S/46°33'53,788"W; 23°04'07,821"S/46°33'50,086"W; 23°04'06,099"S/46°33'50,086"W; 23°04'06,099"S/46°33'45,700"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 23°04'06,099"S e Long. 46°33'45,700"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 58,7m-S; 100,8m-E; 83,1m-S; 198,3m-E; 64,6m-S; 229,4m-E; 110,2m-S; 219,5m-E; 106,1m-S; 207,8m-E; 101,2m-S; 146,2m-E; 120,1m-S; 434,1m-W; 229,3m-S; 208,8m-W; 220,9m-N; 126,6m-W; 144,0m-N; 447,5m-W; 82,9m-N; 115,1m-W; 372,5m-N; 105,4m-E; 53,0m-N; 124,8m-E.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 303, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 820.187/2005, resolve:

Art. 1° Outorgar à JORGE BOBATTO JUNIOR ME, concessão para lavrar ARGILA, no(s) Município(s) de PANORAMA/SP, numa área de 49,95ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 21°26'54,617"S/51°54'32,722"W; 21°26'54,617"S/51°54'30,291"W; 21°26'55,268"S/51°54'30,291"W; 21°26'55,268"S/51°54'29,249"W; 21°26'55,918"S/51°54'29,249"W; 21°26'55,918"S/51°54'27,860"W; 21°26'56,568"S/51°54'27,860"W; 21°26'56,568"S/51°54'26,471"W; 21°26'57,218"S/51°54'26,471"W; 21°26'57,218"S/51°54'25,429"W; 21°26'57,869"S/51°54'25,429"W; 21°26'57,869"S/51°54'24,040"W; 21°26'58,519"S/51°54'24,040"W; 21°26'58,519"S/51°54'22,650"W; 21°26'59,169"S/51°54'22,650"W; 21°26'59,169"S/51°54'21,261"W; 21°26'59,820"S/51°54'21,261"W; 21°26'59,819"S/51°54'20,219"W; 21°27'00,470"S/51°54'20,219"W; 21°27'00,470"S/51°54'19,177"W; 21°27'01,120"S/51°54'19,177"W; 21°27'01,120"S/51°54'18,135"W; 21°27'05,022"S/51°54'18,135"W; 21°27'05,022"S/51°54'18,830"W; 21°27'07,623"S/51°54'18,830"W; 21°27'07,623"S/51°54'19,525"W; 21°27'10,224"S/51°54'19,524"W; 21°27'10,224"S/51°54'20,219"W; 21°27'13,475"S/51°54'20,219"W; 21°27'13,475"S/51°54'20,914"W; 21°27'16,076"S/51°54'20,914"W; 21°27'16,076"S/51°54'21,608"W; 21°27'18,677"S/51°54'21,608"W; 21°27'18,677"S/51°54'22,303"W; 21°27'21,929"S/51°54'22,303"W; 21°27'21,929"S/51°54'21,261"W; 21°27'22,579"S/51°54'21,261"W; 21°27'22,579"S/51°54'19,872"W; 21°27'23,229"S/51°54'19,871"W; 21°27'23,229"S/51°54'18,830"W; 21°27'23,880"S/51°54'18,830"W; 21°27'23,879"S/51°54'17,440"W; 21°27'24,530"S/51°54'17,440"W; 21°27'24,530"S/51°54'16,051"W; 21°27'25,180"S/51°54'16,051"W; 21°27'25,180"S/51°54'15,009"W; 21°27'25,830"S/51°54'15,009"W; 21°27'25,830"S/51°54'13,620"W; 21°27'26,480"S/51°54'13,620"W; 21°27'26,480"S/51°54'12,578"W; 21°27'27,131"S/51°54'12,578"W; 21°27'27,131"S/51°54'11,188"W; 21°27'27,781"S/51°54'11,188"W; 21°27'27,781"S/51°54'10,146"W; 21°27'28,431"S/51°54'10,146"W; 21°27'28,431"S/51°54'08,757"W; 21°27'29,081"S/51°54'08,757"W; 21°27'29,081"S/51°54'07,715"W; 21°27'29,732"S/51°54'07,715"W; 21°27'29,732"S/51°54'06,673"W; 21°27'30,382"S/51°54'06,673"W; 21°27'30,382"S/51°54'05,978"W; 21°27'32,983"S/51°54'05,978"W; 21°27'32,983"S/51°54'10,841"W; 21°27'32,333"S/51°54'10,841"W; 21°27'32,333"S/51°54'12,230"W; 21°27'31,683"S/51°54'12,230"W; 21°27'31,683"S/51°54'13,619"W; 21°27'31,032"S/51°54'13,619"W; 21°27'31,032"S/51°54'15,009"W; 21°27'30,382"S/51°54'15,009"W; 21°27'30,382"S/51°54'16,398"W; 21°27'29,732"S/51°54'16,398"W; 21°27'29,732"S/51°54'17,787"W; 21°27'29,082"S/51°54'17,787"W; 21°27'29,082"S/51°54'19,177"W; 21°27'28,431"S/51°54'19,177"W; 21°27'28,431"S/51°54'20,566"W; 21°27'27,781"S/51°54'20,566"W; 21°27'27,781"S/51°54'21,955"W; 21°27'27,131"S/51°54'21,955"W; 21°27'27,131"S/51°54'23,345"W; 21°27'26,481"S/51°54'23,345"W; 21°27'26,481"S/51°54'24,387"W; 21°27'25,830"S/51°54'24,387"W; 21°27'25,830"S/51°54'26,123"W; 21°27'25,180"S/51°54'26,123"W; 21°27'25,180"S/51°54'27,513"W; 21°27'24,530"S/51°54'27,513"W; 21°27'24,530"S/51°54'28,554"W; 21°27'23,880"S/51°54'28,554"W; 21°27'23,880"S/51°54'29,944"W; 21°27'23,229"S/51°54'29,944"W; 21°27'23,229"S/51°54'31,333"W; 21°27'22,579"S/51°54'31,333"W; 21°27'22,579"S/51°54'32,722"W; 21°27'21,929"S/51°54'32,722"W; 21°27'21,929"S/51°54'34,112"W; 21°27'21,279"S/51°54'34,112"W; 21°27'21,279"S/51°54'35,501"W; 21°27'20,628"S/51°54'35,501"W; 21°27'20,628"S/51°54'36,890"W; 21°27'19,978"S/51°54'36,890"W; 21°27'19,978"S/51°54'38,279"W; 21°27'19,328"S/51°54'38,279"W; 21°27'19,328"S/51°54'39,669"W; 21°27'18,677"S/51°54'39,669"W; 21°27'18,677"S/51°54'41,058"W; 21°27'18,027"S/51°54'41,058"W; 21°27'18,027"S/51°54'42,794"W; 21°27'16,076"S/51°54'42,794"W; 21°27'16,076"S/51°54'42,100"W; 21°27'14,125"S/51°54'42,100"W; 21°27'14,125"S/51°54'41,058"W; 21°27'11,524"S/51°54'41,058"W; 21°27'11,524"S/51°54'40,016"W; 21°27'09,574"S/51°54'40,016"W; 21°27'09,574"S/51°54'38,974"W; 21°27'07,298"S/51°54'38,974"W; 21°27'07,298"S/51°54'37,932"W; 21°27'05,672"S/51°54'37,932"W; 21°27'05,672"S/51°54'36,890"W; 21°27'03,071"S/51°54'36,890"W; 21°27'03,071"S/51°54'35,848"W; 21°27'00,470"S/51°54'35,848"W; 21°27'00,470"S/51°54'34,806"W; 21°26'58,844"S/51°54'34,806"W; 21°26'58,844"S/51°54'33,764"W; 21°26'56,243"S/51°54'33,764"W; 21°26'56,243"S/51°54'32,722"W; 21°26'54,617"S/51°54'32,722"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 2269,0m, no rumo verdadeiro de 15°37'59"355 SE, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 21°25'43,573"S e Long. 51°54'53,958"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 70,0m-E; 20,0m-S; 30,0m-E; 20,0m-S; 40,0m-E; 20,0m-S; 40,0m-E; 20,0m-S; 30,0m-E; 20,0m-S; 40,0m-E; 20,0m-S; 40,0m-E; 20,0m-S; 40,0m-E; 20,0m-S; 30,0m-E; 20,0m-S; 30,0m-E; 120,0m-S; 20,0m-W; 80,0m-S; 20,0m-W; 80,0m-S; 20,0m-W; 100,0m-S; 20,0m-W; 80,0m-S; 20,0m-W; 80,0m-S; 20,0m-W; 100,0m-S; 30,0m-E; 20,0m-S; 40,0m-E; 20,0m-S; 30,0m-E; 20,0m-S; 40,0m-E; 20,0m-S; 40,0m-E; 20,0m-S; 30,0m-E; 20,0m-S; 40,0m-E; 20,0m-S; 30,0m-E; 20,0m-S; 40,0m-E; 20,0m-S; 30,0m-E; 20,0m-S; 30,0m-E; 20,0m-S; 20,0m-E; 80,0m-S; 140,0m-W; 20,0m-N; 40,0m-W; 20,0m-N; 40,0m-W; 20,0m-N; 40,0m-W; 20,0m-N; 40,0m-W; 20,0m-N; 40,0m-W; 20,0m-N; 40,0m-W; 20,0m-N; 40,0m-W; 20,0m-N; 40,0m-W; 20,0m-N; 40,0m-W; 20,0m-N; 30,0m-W; 20,0m-N; 50,0m-W; 20,0m-N; 40,0m-W; 20,0m-N; 30,0m-W; 20,0m-N; 40,0m-W; 20,0m-N; 40,0m-W; 20,0m-N; 40,0m-W; 20,0m-N; 40,0m-W; 20,0m-N; 40,0m-W; 20,0m-N; 40,0m-W; 20,0m-N; 40,0m-W; 20,0m-N; 40,0m-W; 20,0m-N; 50,0m-W; 60,0m-N; 20,0m-E; 60,0m-N; 30,0m-E; 80,0m-N; 30,0m-E; 60,0m-N; 30,0m-E; 70,0m-N; 30,0m-E; 50,0m-N; 30,0m-E; 80,0m-N; 30,0m-E; 80,0m-N; 30,0m-E; 50,0m-N; 30,0m-E; 80,0m-N; 30,0m-E; 50,0m-N.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 304, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 820.114/2003, resolve:

Art. 1° Outorgar à PEDRO BIAZZO FILHO ME, concessão para lavrar AREIA, no(s) Município(s) de AGUAÍ/SP, CASA BRANCA/SP, numa área de 31,64ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 21°59'22,548"S/47°02'12,572"W; 21°59'22,548"S/47°02'11,321"W; 21°59'22,861"S/47°02'11,321"W; 21°59'22,861"S/47°02'11,178"W; 21°59'24,167"S/47°02'11,178"W; 21°59'24,167"S/47°02'09,435"W; 21°59'27,419"S/47°02'09,435"W; 21°59'27,419"S/47°02'04,206"W; 21°59'45,297"S/47°02'04,205"W; 21°59'45,297"S/47°02'11,178"W; 21°59'51,799"S/47°02'11,178"W; 21°59'51,799"S/47°02'09,435"W; 21°59'50,177"S/47°02'09,435"W; 21°59'50,177"S/47°02'05,948"W; 21°59'48,551"S/47°02'05,948"W; 21°59'48,551"S/47°02'04,205"W; 21°59'46,925"S/47°02'04,205"W; 21°59'46,925"S/47°01'53,747"W; 21°59'53,424"S/47°01'53,747"W; 21°59'53,424"S/47°01'56,187"W; 21°59'55,050"S/47°01'56,187"W; 21°59'55,050"S/47°01'57,930"W; 21°59'56,679"S/47°01'57,930"W; 21°59'56,679"S/47°01'59,673"W; 21°59'58,304"S/47°01'59,673"W; 21°59'58,304"S/47°02'01,416"W; 22°00'00,909"S/47°02'01,416"W; 22°00'00,909"S/47°02'06,646"W; 21°59'58,308"S/47°02'06,646"W; 21°59'58,308"S/47°02'05,600"W; 21°59'56,682"S/47°02'05,600"W; 21°59'56,682"S/47°02'03,857"W; 21°59'55,704"S/47°02'03,857"W; 21°59'55,704"S/47°02'02,113"W; 21°59'54,728"S/47°02'02,113"W; 21°59'54,728"S/47°02'00,370"W; 21°59'51,477"S/47°02'00,370"W; 21°59'51,477"S/47°02'03,857"W; 21°59'53,099"S/47°02'03,857"W; 21°59'53,099"S/47°02'07,343"W; 21°59'54,725"S/47°02'07,343"W; 21°59'54,725"S/47°02'09,086"W; 21°59'56,354"S/47°02'09,086"W; 21°59'56,354"S/47°02'16,058"W; 21°59'41,727"S/47°02'16,058"W; 21°59'41,727"S/47°02'12,572"W; 21°59'22,548"S/47°02'12,572"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 1511,0m, no rumo verdadeiro de 19°27'59"382 SE, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 21°58'36,232"S e Long. 47°02'30,126"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 35,9m-E; 9,6m-S; 4,1m-E; 40,2m-S; 50,0m-E; 100,0m-S; 150,0m-E; 549,9m-S; 200,0m-W; 200,0m-S; 50,0m-E; 49,9m-N; 100,0m-E; 50,0m-N; 50,0m-E; 50,0m-N; 300,0m-E; 199,9m-S; 70,0m-W; 50,0m-S; 50,0m-W; 50,1m-S; 50,0m-W; 50,0m-S; 50,0m-W; 80,1m-S; 150,0m-W; 80,0m-N; 30,0m-E; 50,0m-N; 50,0m-E; 30,1m-N; 50,0m-E; 30,0m-N; 50,0m-E; 100,0m-N; 100,0m-W; 49,9m-S; 100,0m-W; 50,0m-S; 50,0m-W; 50,1m-S; 200,0m-W; 449,9m-N; 100,0m-E; 589,9m-N.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 305, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016.

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 826.472/2005, resolve:

Art. 1° Outorgar à LUIZ GUARAGNI & CIA. LTDA., concessão para lavrar BASALTO, no(s) Município(s) de QUATRO PONTES/PR, numa área de 1,80ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 24°32'13,257"S/53°59'44,487"W; 24°32'09,360"S/53°59'44,487"W; 24°32'09,360"S/53°59'39,162"W; 24°32'13,257"S/53°59'39,162"W; 24°32'13,257"S/53°59'44,487"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 24°32'13,257"S e Long. 53°59'44,487"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 119,9m-N; 149,9m-E; 119,9m-S; 149,9m-W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 306, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 861.554/2011, resolve:

Art. 1° Outorgar à DRAGA CORUMBÁ LTDA ME, concessão para lavrar AREIA, no(s) Município(s) de CALDAS NOVAS/GO, IPAMERI/GO, numa área de 50,00ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 17°42'14,213"S/48°28'02,482"W; 17°42'02,828"S/48°28'02,482"W; 17°42'02,828"S/48°27'59,938"W; 17°42'00,389"S/48°27'59,938"W; 17°42'00,389"S/48°27'55,696"W; 17°41'56,325"S/48°27'55,696"W; 17°41'56,326"S/48°27'42,969"W; 17°41'59,579"S/48°27'42,969"W; 17°41'59,579"S/48°27'38,727"W; 17°42'02,015"S/48°27'38,727"W; 17°42'02,015"S/48°27'30,243"W; 17°41'56,322"S/48°27'30,243"W; 17°41'56,322"S/48°27'31,431"W; 17°41'48,193"S/48°27'31,431"W; 17°41'48,193"S/48°27'25,683"W; 17°41'55,644"S/48°27'25,683"W; 17°41'55,644"S/48°27'25,154"W; 17°42'01,204"S/48°27'25,154"W; 17°42'01,204"S/48°27'26,001"W; 17°42'06,083"S/48°27'26,001"W; 17°42'06,083"S/48°27'30,243"W; 17°42'08,520"S/48°27'30,243"W; 17°42'08,520"S/48°27'46,364"W; 17°41'59,579"S/48°27'46,363"W; 17°41'59,579"S/48°27'52,303"W; 17°42'05,271"S/48°27'52,303"W; 17°42'05,271"S/48°27'58,241"W; 17°42'12,590"S/48°27'58,241"W; 17°42'12,590"S/48°27'56,544"W; 17°42'19,095"S/48°27'56,544"W; 17°42'19,095"S/48°27'53,999"W; 17°42'23,161"S/48°27'53,999"W; 17°42'23,161"S/48°27'51,454"W; 17°42'27,227"S/48°27'51,454"W; 17°42'27,227"S/48°27'38,727"W; 17°42'31,292"S/48°27'38,727"W; 17°42'31,292"S/48°27'33,638"W; 17°42'39,421"S/48°27'33,638"W; 17°42'39,421"S/48°27'38,727"W; 17°42'35,355"S/48°27'38,727"W; 17°42'35,355"S/48°27'44,666"W; 17°42'32,916"S/48°27'44,666"W; 17°42'32,916"S/48°27'53,150"W; 17°42'28,850"S/48°27'53,150"W; 17°42'28,850"S/48°27'55,696"W; 17°42'25,597"S/48°27'55,696"W; 17°42'25,597"S/48°27'58,241"W; 17°42'20,718"S/48°27'58,241"W; 17°42'20,718"S/48°28'00,786"W; 17°42'14,213"S/48°28'00,786"W; 17°42'14,213"S/48°28'02,482"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 17°42'14,213"S e Long. 48°28'02,482"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 350,0m-N; 75,0m-E; 75,0m-N; 125,0m-E; 124,9m-N; 375,0m-E; 100,0m-S; 125,0m-E; 74,9m-S; 250,0m-E; 175,0m-N; 35,0m-W; 249,9m-N; 169,4m-E; 229,1m-S; 15,6m-E; 170,9m-S; 25,0m-W; 150,0m-S; 125,0m-W; 74,9m-S; 475,0m-W; 274,9m-N; 175,0m-W; 175,0m-S; 175,0m-W; 225,0m-S; 50,0m-E; 200,0m-S; 75,0m-E; 125,0m-S; 75,0m-E; 125,0m-S; 375,0m-E; 125,0m-S; 149,9m-E; 249,9m-S; 149,9m-W; 125,0m-N; 175,0m-W; 75,0m-N; 250,0m-W; 125,0m-N; 75,0m-W; 100,0m-N; 75,0m-W; 150,0m-N; 75,0m-W; 200,0m-N; 50,0m-W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 307, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 860.363/2007, resolve:

Art. 1° Outorgar à ARM NAKAGAVA LTDA ME, concessão para lavrar AREIA, no(s) Município(s) de NIQUELÂNDIA/GO, VILA PROPÍCIO/GO, numa área de 48,69ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 14°58'37,695"S/48°38'39,020"W; 14°58'37,681"S/48°38'50,050"W; 14°58'46,604"S/48°38'50,050"W; 14°58'46,604"S/48°39'00,047"W; 14°58'38,761"S/48°39'00,047"W; 14°58'38,761"S/48°38'57,349"W; 14°58'36,736"S/48°38'57,349"W; 14°58'36,736"S/48°38'54,783"W; 14°58'35,155"S/48°38'54,783"W; 14°58'35,155"S/48°38'43,292"W; 14°58'30,370"S/48°38'43,292"W; 14°58'30,370"S/48°38'37,125"W; 14°58'27,814"S/48°38'37,125"W; 14°58'27,814"S/48°38'33,403"W; 14°58'24,672"S/48°38'33,403"W; 14°58'24,672"S/48°38'30,358"W; 14°58'20,167"S/48°38'30,358"W; 14°58'20,167"S/48°38'27,304"W; 14°58'09,312"S/48°38'27,304"W; 14°58'09,312"S/48°38'31,289"W; 14°58'05,753"S/48°38'31,289"W; 14°58'05,754"S/48°38'50,262"W; 14°58'08,429"S/48°38'50,262"W; 14°58'08,429"S/48°38'59,485"W; 14°57'42,758"S/48°38'59,485"W; 14°57'42,758"S/48°39'02,967"W; 14°57'33,986"S/48°39'02,967"W; 14°57'33,986"S/48°38'55,784"W; 14°58'01,934"S/48°38'55,784"W; 14°58'01,938"S/48°38'32,214"W; 14°58'00,970"S/48°38'32,214"W; 14°58'00,970"S/48°38'25,833"W; 14°58'21,382"S/48°38'25,833"W; 14°58'21,382"S/48°38'28,988"W; 14°58'31,141"S/48°38'28,988"W; 14°58'31,141"S/48°38'39,020"W; 14°58'37,695"S/48°38'39,020"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 14°58'37,695"S e Long. 48°38'39,020"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 329,6m-W; 274,2m-S; 298,7m-W; 241,1m-N; 80,6m-E; 62,2m-N; 76,7m-E; 48,6m-N; 343,3m-E; 147,1m-N; 184,3m-E; 78,6m-N; 111,2m-E; 96,6m-N; 91,0m-E; 138,5m-N; 91,3m-E; 333,7m-N; 119,1m-W; 109,4m-N; 566,9m-W; 82,2m-S; 275,6m-W; 789,1m-N; 104,1m-W; 269,6m-N; 214,6m-E; 859,0m-S; 704,3m-E; 29,8m-N; 190,7m-E; 627,4m-S; 94,3m-W; 299,9m-S; 299,7m-W; 201,4m-S.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 308, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 861.270/2011, resolve:

Art. 1° Outorgar à SYLVIO ROBERTO PEREIRA BARBOSA EIRELI ME, concessão para lavrar AREIA, no(s) Município(s) de CORUMBÁ DE GOIÁS/GO, numa área de 42,39ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 15°58'19,251"S/48°26'04,668"W; 15°58'19,251"S/48°26'22,558"W; 15°58'13,491"S/48°26'22,558"W; 15°58'13,491"S/48°26'26,648"W; 15°57'57,081"S/48°26'26,648"W; 15°57'57,081"S/48°26'04,668"W; 15°58'19,251"S/48°26'04,668"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 15°58'19,251"S e Long. 48°26'04,668"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 532,0m-W; 177,1m-N; 121,6m-W; 504,4m-N; 653,6m-E; 681,5m-S.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 309, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 803.280/1978, resolve:

Art. 1° Outorgar à SB EXTRAÇÃO E COMERCIO DE ARGILA LTDA EPP, concessão para lavrar ARGILA, no(s) Município(s) de AGUAÍ/SP, numa área de 20,80ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 22°03'09,065"S/47°00'30,050"W; 22°03'09,065"S/47°00'28,306"W; 22°03'28,247"S/47°00'28,306"W; 22°03'28,247"S/47°00'26,214"W; 22°03'33,123"S/47°00'26,214"W; 22°03'33,123"S/47°00'48,326"W; 22°03'31,042"S/47°00'48,326"W; 22°03'31,042"S/47°00'46,094"W; 22°03'27,401"S/47°00'46,094"W; 22°03'27,401"S/47°00'41,281"W; 22°03'21,809"S/47°00'41,280"W; 22°03'21,809"S/47°00'35,630"W; 22°03'17,420"S/47°00'35,630"W; 22°03'17,420"S/47°00'30,050"W; 22°03'09,065"S/47°00'30,050"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 2451,0m, no rumo verdadeiro de 70°41'59"390 SE, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 22°02'42,733"S e Long. 47°01'50,726"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 50,0m-E; 590,0m-S; 60,0m-E; 150,0m-S; 634,0m-W; 64,0m-N; 64,0m-E; 112,0m-N; 138,0m-E; 172,0m-N; 162,0m-E; 135,0m-N; 160,0m-E; 257,0m-N.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 310, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 820.450/2002, resolve:

Art. 1° Outorgar à ROGÉRIO MAZIERO ME, concessão para lavrar AREIA, ARGILA, no(s) Município(s) de RINCÃO/SP, numa área de 30,84ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 21°31'28,515"S/48°02'06,198"W; 21°31'28,515"S/48°02'01,681"W; 21°31'37,619"S/48°02'01,681"W; 21°31'37,618"S/48°02'19,055"W; 21°31'40,057"S/48°02'19,055"W; 21°31'40,057"S/48°02'20,792"W; 21°31'42,495"S/48°02'20,792"W; 21°31'42,495"S/48°02'22,530"W; 21°31'45,096"S/48°02'22,530"W; 21°31'45,096"S/48°02'24,267"W; 21°31'48,349"S/48°02'24,267"W; 21°31'48,349"S/48°02'26,352"W; 21°31'51,925"S/48°02'26,352"W; 21°31'51,925"S/48°02'28,785"W; 21°31'56,152"S/48°02'28,785"W; 21°31'56,152"S/48°02'31,913"W; 21°32'00,541"S/48°02'31,913"W; 21°32'00,541"S/48°02'34,519"W; 21°32'04,605"S/48°02'34,519"W; 21°32'04,605"S/48°02'46,682"W; 21°32'01,516"S/48°02'46,682"W; 21°32'01,516"S/48°02'44,423"W; 21°31'58,752"S/48°02'44,423"W; 21°31'58,752"S/48°02'41,990"W; 21°31'56,475"S/48°02'41,990"W; 21°31'56,476"S/48°02'39,731"W; 21°31'53,874"S/48°02'39,731"W; 21°31'53,875"S/48°02'37,125"W; 21°31'51,273"S/48°02'37,125"W; 21°31'51,273"S/48°02'34,519"W; 21°31'48,510"S/48°02'34,519"W; 21°31'48,510"S/48°02'31,565"W; 21°31'45,421"S/48°02'31,565"W; 21°31'45,421"S/48°02'28,958"W; 21°31'42,658"S/48°02'28,958"W; 21°31'42,658"S/48°02'26,352"W; 21°31'40,545"S/48°02'26,352"W; 21°31'40,545"S/48°02'24,267"W; 21°31'38,594"S/48°02'24,267"W; 21°31'38,594"S/48°02'22,530"W; 21°31'36,643"S/48°02'22,530"W; 21°31'36,643"S/48°02'21,140"W; 21°31'34,042"S/48°02'21,140"W; 21°31'34,042"S/48°02'16,796"W; 21°31'32,742"S/48°02'16,796"W; 21°31'32,742"S/48°02'11,931"W; 21°31'31,116"S/48°02'11,931"W; 21°31'31,116"S/48°02'06,198"W; 21°31'28,515"S/48°02'06,198"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 21°31'28,515"S e Long. 48°02'06,198"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 130,0m-E; 280,0m-S; 500,0m-W; 75,0m-S; 50,0m-W; 75,0m-S; 50,0m-W; 80,0m-S; 50,0m-W; 100,0m-S; 60,0m-W; 110,0m-S; 70,0m-W; 130,0m-S; 90,0m-W; 135,0m-S; 75,0m-W; 125,0m-S; 350,0m-W; 95,0m-N; 65,0m-E; 85,0m-N; 70,0m-E; 70,0m-N; 65,0m-E; 80,0m-N; 75,0m-E; 80,0m-N; 75,0m-E; 85,0m-N; 85,0m-E; 95,0m-N; 75,0m-E; 85,0m-N; 75,0m-E; 65,0m-N; 60,0m-E; 60,0m-N; 50,0m-E; 60,0m-N; 40,0m-E; 80,0m-N; 125,0m-E; 40,0m-N; 140,0m-E; 50,0m-N; 165,0m-E; 80,0m-N.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 311, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 820.312/2006, resolve:

Art. 1° Outorgar à PORTO DE AREIA DO LAGO LTDA. ME, concessão para lavrar AREIA, no(s) Município(s) de ROSANA/SP, numa área de 49,86ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 22°20'04,588"S/52°43'22,383"W; 22°20'04,588"S/52°43'20,229"W; 22°20'02,800"S/52°43'20,229"W; 22°20'02,800"S/52°43'17,109"W; 22°20'00,796"S/52°43'17,109"W; 22°20'00,796"S/52°43'14,547"W; 22°19'58,678"S/52°43'14,547"W; 22°19'58,678"S/52°43'11,649"W; 22°19'56,674"S/52°43'11,649"W; 22°19'56,674"S/52°43'08,979"W; 22°19'54,892"S/52°43'08,978"W; 22°19'54,892"S/52°43'06,638"W; 22°19'53,104"S/52°43'06,638"W; 22°19'53,104"S/52°43'04,562"W; 22°19'51,400"S/52°43'04,562"W; 22°19'51,400"S/52°43'02,258"W; 22°19'49,774"S/52°43'02,258"W; 22°19'49,774"S/52°43'00,038"W; 22°19'47,980"S/52°43'00,038"W; 22°19'47,980"S/52°42'57,818"W; 22°19'46,360"S/52°42'57,818"W; 22°19'46,360"S/52°42'55,508"W; 22°19'44,650"S/52°42'55,508"W; 22°19'44,650"S/52°42'53,036"W; 22°19'42,940"S/52°42'53,036"W; 22°19'42,940"S/52°42'50,300"W; 22°19'41,320"S/52°42'50,300"W; 22°19'41,320"S/52°42'38,432"W; 22°19'47,212"S/52°42'38,432"W; 22°19'47,212"S/52°42'41,678"W; 22°19'49,348"S/52°42'41,678"W; 22°19'49,348"S/52°42'44,666"W; 22°19'51,484"S/52°42'44,666"W; 22°19'51,484"S/52°42'47,738"W; 22°19'53,620"S/52°42'47,738"W; 22°19'53,620"S/52°42'50,474"W; 22°19'55,414"S/52°42'50,474"W; 22°19'55,414"S/52°42'53,378"W; 22°19'57,376"S/52°42'53,378"W; 22°19'57,376"S/52°42'56,450"W; 22°19'59,428"S/52°42'56,450"W; 22°19'59,428"S/52°42'59,012"W; 22°20'01,816"S/52°42'59,012"W; 22°20'01,816"S/52°43'02,084"W; 22°20'04,294"S/52°43'02,084"W;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

22°20'04,294"S/52°43'04,905"W; 22°20'07,540"S/52°43'04,905"W; 22°20'07,540"S/52°43'07,551"W; 22°20'11,212"S/52°43'07,551"W; 22°20'11,212"S/52°43'10,371"W; 22°20'14,626"S/52°43'10,371"W; 22°20'14,626"S/52°43'13,191"W; 22°20'18,538"S/52°43'13,191"W; 22°20'18,538"S/52°43'22,383"W; 22°20'04,588"S/52°43'22,383"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 22°20'04,588"S e Long. 52°43'22,383"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 61,6m-E; 55,0m-N; 89,3m-E; 61,6m-N; 73,3m-E; 65,2m-N; 82,9m-E; 61,7m-N; 76,4m-E; 54,8m-N; 67,0m-E; 55,0m-N; 59,4m-E; 52,4m-N; 65,9m-E; 50,0m-N; 63,5m-E; 55,2m-N; 63,5m-E; 49,8m-N; 66,1m-E; 52,6m-N; 70,7m-E; 52,6m-N; 78,3m-E; 49,8m-N; 339,6m-E; 181,2m-S; 92,9m-W; 65,7m-S; 85,5m-W; 65,7m-S; 87,9m-W; 65,7m-S; 78,3m-W; 55,2m-S; 83,1m-W; 60,4m-S; 87,9m-W; 63,1m-S; 73,3m-W; 73,5m-S; 87,9m-W; 76,2m-S; 80,7m-W; 99,8m-S; 75,7m-W; 113,0m-S; 80,7m-W; 105,0m-S; 80,7m-W; 120,3m-S; 263,0m-W; 429,1m-N.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 312, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 826.239/2005, resolve:

Art. 1° Outorgar à G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA, concessão para lavrar AREIA, no(s) Município(s) de PONTA GROSSA/PR, numa área de 2,49ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 25°11'39,744"S/50°07'52,635"W; 25°11'35,289"S/50°07'52,635"W; 25°11'35,289"S/50°07'49,356"W; 25°11'38,535"S/50°07'49,356"W; 25°11'38,535"S/50°07'45,784"W; 25°11'40,134"S/50°07'45,784"W; 25°11'40,134"S/50°07'48,042"W; 25°11'42,991"S/50°07'48,042"W; 25°11'42,991"S/50°07'50,849"W; 25°11'39,744"S/50°07'50,849"W; 25°11'39,744"S/50°07'52,635"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 2287,0m, no rumo verdadeiro de 73°45'00"745 NE, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 25°12'00,547"S e Long. 50°09'11,058"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 137,1m-N; 91,8m-E; 99,9m-S; 100,0m-E; 49,2m-S; 63,2m-W; 87,9m-S; 78,6m-W; 99,9m-N; 50,0m-W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 313, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 890.293/2005, resolve:

Art. 1° Outorgar à COMERCIAL KOHLER LTDA, concessão para lavrar ÁGUA MINERAL, no(s) Município(s) de DUQUE DE CAXIAS/RJ, numa área de 2,42ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 22°34'37,699"S/43°16'14,837"W; 22°34'33,569"S/43°16'14,837"W; 22°34'33,569"S/43°16'08,167"W; 22°34'37,699"S/43°16'08,167"W; 22°34'37,699"S/43°16'14,837"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 22°34'37,699"S e Long. 43°16'14,837"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 127,0m-N; 190,5m-E; 127,0m-S; 190,5m-W.

Art. 2º Fica estabelecida a área de proteção desta Fonte, com extensão de 7,39 ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 22°34'37,699"S/43°16'14,937"W; 22°34'29,929"S/43°16'14,937"W; 22°34'29,929"S/43°16'04,117"W; 22°34'37,699"S/43°16'04,117"W; 22°34'37,699"S/43°16'14,937"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 22°34'37,699"S e Long. 43°16'14,937"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 239,0m-N; 309,1m-E; 239,0m-S; 309,1m-W.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 314, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 860.359/2010, resolve:

Art. 1° Outorgar à CALCARIO NORTE SUL LTDA, concessão para lavrar CALCÁRIO DOLOMÍTICO, no(s) Município(s) de CAMPINORTE/GO, numa área de 46,31ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 14°04'43,334"S/48°57'44,891"W; 14°04'32,274"S/48°57'44,891"W; 14°04'32,274"S/48°57'04,998"W; 14°04'28,682"S/48°57'04,998"W; 14°04'28,682"S/48°56'53,363"W; 14°04'31,836"S/48°56'53,363"W; 14°04'31,836"S/48°56'49,335"W; 14°04'38,959"S/48°56'49,335"W; 14°04'38,959"S/48°57'24,930"W; 14°04'43,334"S/48°57'24,930"W; 14°04'43,334"S/48°57'44,891"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 14°04'43,334"S e Long. 48°57'44,891"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 339,9m-N; 1196,8m-E; 110,4m-N; 349,1m-E; 96,9m-S; 120,8m-E; 218,9m-S; 1067,8m-W; 134,5m-S; 598,8m-W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 315, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 820.975/1987, resolve:

Art. 1° Outorgar à TERRA MATER PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA., concessão para lavrar CAULIM, no(s) Município(s) de SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR, numa área de 614,37ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 25°40'31,523"S/49°07'09,006"W; 25°40'31,523"S/49°07'01,834"W; 25°40'25,057"S/49°07'01,834"W; 25°40'25,057"S/49°06'47,463"W; 25°40'31,556"S/49°06'47,463"W; 25°40'31,556"S/49°06'40,319"W; 25°40'18,558"S/49°06'40,319"W; 25°40'18,558"S/49°06'33,148"W; 25°40'12,059"S/49°06'33,148"W; 25°40'12,059"S/49°06'40,319"W; 25°39'59,061"S/49°06'40,319"W; 25°39'59,061"S/49°06'33,148"W; 25°39'52,562"S/49°06'33,148"W; 25°39'52,562"S/49°06'40,319"W; 25°39'46,064"S/49°06'40,319"W; 25°39'46,064"S/49°06'47,490"W; 25°39'52,562"S/49°06'47,490"W; 25°39'52,562"S/49°07'01,832"W; 25°39'59,061"S/49°07'01,832"W; 25°39'59,061"S/49°06'54,661"W; 25°40'12,059"S/49°06'54,661"W; 25°40'12,059"S/49°06'47,491"W; 25°40'18,558"S/49°06'47,491"W; 25°40'18,558"S/49°07'09,005"W; 25°39'52,562"S/49°07'09,005"W; 25°39'52,562"S/49°07'16,174"W; 25°39'26,566"S/49°07'16,174"W; 25°39'26,566"S/49°07'09,001"W; 25°39'20,067"S/49°07'09,001"W; 25°39'20,067"S/49°07'01,830"W; 25°38'54,072"S/49°07'01,830"W; 25°38'54,072"S/49°07'08,999"W; 25°38'41,074"S/49°07'08,999"W; 25°38'41,074"S/49°07'01,791"W; 25°38'54,072"S/49°07'01,792"W; 25°38'54,072"S/49°06'54,658"W; 25°39'00,571"S/49°06'54,658"W; 25°39'00,571"S/49°06'47,488"W; 25°38'54,072"S/49°06'47,488"W; 25°38'54,072"S/49°06'40,318"W; 25°38'47,573"S/49°06'40,318"W; 25°38'47,573"S/49°06'33,148"W; 25°38'41,075"S/49°06'33,148"W; 25°38'41,075"S/49°06'25,978"W; 25°38'34,576"S/49°06'25,978"W; 25°38'34,576"S/49°06'54,657"W; 25°38'28,076"S/49°06'54,657"W; 25°38'28,076"S/49°07'01,826"W; 25°38'15,078"S/49°07'01,826"W; 25°38'15,078"S/49°06'11,640"W; 25°38'41,074"S/49°06'11,640"W; 25°38'41,074"S/49°06'25,943"W; 25°38'54,072"S/49°06'25,943"W; 25°38'54,072"S/49°06'08,638"W; 25°38'47,573"S/49°06'08,638"W; 25°38'47,573"S/49°06'04,469"W; 25°39'07,069"S/49°06'04,469"W; 25°39'07,069"S/49°06'11,638"W; 25°39'20,067"S/49°06'11,638"W; 25°39'20,067"S/49°05'50,126"W; 25°39'13,567"S/49°05'50,126"W; 25°39'13,567"S/49°05'35,786"W; 25°39'33,062"S/49°05'35,786"W; 25°39'33,062"S/49°05'42,954"W; 25°39'39,562"S/49°05'42,954"W; 25°39'39,562"S/49°06'04,465"W; 25°39'46,062"S/49°06'04,465"W; 25°39'46,062"S/49°05'50,123"W; 25°39'52,560"S/49°05'50,123"W; 25°39'52,560"S/49°05'35,780"W; 25°39'59,057"S/49°05'35,780"W; 25°39'59,057"S/49°06'25,976"W; 25°40'38,054"S/49°06'25,977"W; 25°40'38,054"S/49°06'33,148"W; 25°40'44,553"S/49°06'33,148"W; 25°40'44,553"S/49°06'47,491"W; 25°40'31,556"S/49°06'47,491"W; 25°40'31,556"S/49°07'01,834"W; 25°40'44,553"S/49°07'01,834"W; 25°40'44,553"S/49°07'09,006"W; 25°40'31,523"S/49°07'09,006"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 25°40'31,523"S e Long. 49°07'09,006"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 200,0m-E; 199,0m-N; 400,8m-E; 200,0m-S; 199,2m-E; 400,0m-N; 200,0m-E; 200,0m-N; 200,0m-W; 400,0m-N; 200,0m-E; 200,0m-N; 200,0m-W; 200,0m-N; 200,0m-W; 200,0m-S; 400,0m-W; 200,0m-S; 200,0m-E; 400,0m-S; 200,0m-E; 200,0m-S; 600,0m-W; 800,0m-N; 200,0m-W; 800,0m-N; 200,1m-E; 200,0m-N; 200,0m-E; 799,9m-N; 200,0m-W; 400,0m-N; 201,0m-E; 400,0m-S; 199,0m-E; 200,0m-S; 200,0m-E; 200,0m-N; 200,0m-E; 200,0m-N; 200,0m-E; 200,0m-N; 200,0m-E; 200,0m-N; 800,0m-W; 200,0m-N; 200,0m-W; 400,0m-N; 1399,9m-E; 800,0m-S; 399,0m-W; 400,0m-S; 482,7m-E; 200,0m-N; 116,3m-E; 600,0m-S; 200,0m-W; 400,0m-S; 600,0m-E; 200,0m-N; 400,0m-E; 599,9m-S; 199,9m-W; 200,0m-S; 600,0m-W; 200,0m-S; 400,0m-E; 200,0m-S; 400,0m-E; 199,9m-S; 1400,0m-W; 1200,1m-S; 200,0m-W; 200,0m-S; 400,0m-W; 400,0m-N; 400,0m-W; 400,0m-S; 200,0m-W; 401,0m-N.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 316, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 886.207/2001, resolve:

Art. 1° Outorgar à CORREA & REZENDE LTDA. ME, concessão para lavrar GRANITO, no(s) Município(s) de PORTO VELHO/RO, numa área de 32,53ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 08°53'02,601"S/63°49'54,065"W; 08°53'02,601"S/63°50'15,361"W; 08°52'46,328"S/63°50'15,361"W; 08°52'46,328"S/63°49'54,065"W; 08°53'02,601"S/63°49'54,065"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 08°53'02,601"S e Long. 63°49'54,065"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 650,7m-W; 500,0m-N; 650,7m-E; 500,0m-S.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 317, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 806.120/2010, resolve:

Art. 1° Outorgar à MINERAÇÃO VALE DO ARAGUAIA LTDA., concessão para lavrar CALCÁRIO, no(s) Município(s) de BALSAS/MA, numa área de 105,00ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 07°28'41,221"S/45°51'03,327"W; 07°29'38,186"S/45°51'03,327"W; 07°29'38,186"S/45°51'22,897"W; 07°28'41,221"S/45°51'22,896"W; 07°28'41,221"S/45°51'03,327"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 07°28'41,221"S e Long. 45°51'03,327"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 1750,0m-S; 600,0m-W; 1750,0m-N; 600,0m-E.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 318, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 806.118/2010, resolve:

Art. 1° Outorgar à MINERAÇÃO VALE DO ARAGUAIA LTDA., concessão para lavrar CALCÁRIO, no(s) Município(s) de BALSAS/MA, numa área de 375,00ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 07°27'20,586"S/45°51'23,318"W; 07°28'41,965"S/45°51'23,318"W; 07°28'41,964"S/45°52'12,241"W; 07°27'20,584"S/45°52'12,237"W; 07°27'20,586"S/45°51'23,318"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 07°27'20,586"S e Long. 45°51'23,318"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 2500,0m-S; 1500,0m-W; 2500,0m-N; 1500,0m-E.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 319, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 848.194/2009, resolve:

Art. 1° Outorgar à P J DE CARVALHO POLI, concessão para lavrar XISTO, no(s) Município(s) de CURRAIS NOVOS/RN, LAGOA NOVA/RN, numa área de 945,69ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 06°08'03,541"S/36°28'51,191"W; 06°09'40,346"S/36°28'51,191"W; 06°09'40,346"S/36°30'34,628"W; 06°08'03,541"S/36°30'34,628"W; 06°08'03,541"S/36°28'51,191"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 06°08'03,541"S e Long. 36°28'51,191"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 2973,7m-S; 3180,2m-W; 2973,7m-N; 3180,2m-E.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 320, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 860.440/2003, resolve:

Art. 1° Outorgar à PEDREIRA ANHANGUERA S.A. - EMPRESA DE MINERAÇÃO, concessão para lavrar GRANITO, no(s) Município(s) de GOIANIRA/GO, numa área de 17,50ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 16°27'52,812"S/49°28'48,799"W; 16°28'00,945"S/49°28'48,799"W; 16°28'00,945"S/49°29'12,398"W; 16°27'52,812"S/49°29'12,398"W; 16°27'52,812"S/49°28'48,799"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 16°27'52,812"S e Long. 49°28'48,799"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 250,0m-S; 700,0m-W; 250,0m-N; 700,0m-E.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 321, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 896.294/2014, resolve:

Art. 1° Outorgar à MINERAÇÃO COMETA LTDA ME, concessão para lavrar GNAISSE, no(s) Município(s) de VILA PAVÃO/ES, numa área de 113,51ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 18°37'59,224"S/40°42'06,365"W; 18°37'59,224"S/40°42'39,345"W; 18°38'40,833"S/40°42'39,345"W; 18°38'40,833"S/40°42'15,943"W; 18°38'29,064"S/40°42'15,943"W; 18°38'29,064"S/40°42'06,365"W; 18°37'59,224"S/40°42'06,365"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 18°37'59,224"S e Long. 40°42'06,365"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 966,7m-W; 1279,3m-S; 685,9m-E; 361,9m-N; 280,7m-E; 917,5m-N.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 322, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 848.239/2003, resolve:

Art. 1° Fica retificada a concessão de lavra outorgada no processo DNPM nº 848.239/2003, de que é titular P J DE CARVALHO POLI, a qual passa a ter a seguinte redação:

"Fica outorgada à P J DE CARVALHO POLI, concessão para lavrar GRANITO, no(s) Município(s) de CURRAIS NOVOS/RN, numa área de 726,47ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 06°15'41,020"S/36°20'09,897"W; 06°15'41,020"S/36°18'48,566"W; 06°16'59,144"S/36°18'48,566"W; 06°16'59,144"S/36°19'08,086"W; 06°17'08,914"S/36°19'08,086"W; 06°17'08,914"S/36°19'30,266"W; 06°17'18,534"S/36°19'30,266"W; 06°17'18,534"S/36°19'39,826"W; 06°17'24,774"S/36°19'39,826"W; 06°17'24,774"S/36°19'53,126"W; 06°17'34,744"S/36°19'53,126"W; 06°17'34,744"S/36°20'09,897"W; 06°15'41,020"S/36°20'09,897"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 06°15'41,020"S e Long. 36°20'09,897"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 2500,0m-E; 2399,9m-S; 600,0m-W; 300,1m-S; 681,8m-W; 295,5m-S; 293,9m-W; 191,7m-S; 408,8m-W; 306,3m-S; 515,5m-W; 3493,5m-N.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.95)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 323, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 810.645/2004, resolve:

Art. 1° Fica retificada a concessão de lavra outorgada no processo DNPM nº 810.645/2004, de que é titular MARCO AURÉLIO AMARAL, a qual passa a ter a seguinte redação:

"Fica outorgada à MARCO AURÉLIO AMARAL, concessão para lavrar AREIA, no(s) Município(s) de ARROIO GRANDE/RS, CAPÃO DO LEÃO/RS, numa área de 6,73ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 31°54'01,230"S/52°39'31,765"W; 31°54'01,230"S/52°39'26,301"W; 31°54'00,817"S/52°39'26,301"W; 31°54'00,817"S/52°39'21,726"W; 31°54'00,582"S/52°39'21,726"W; 31°54'00,582"S/52°39'10,820"W; 31°54'02,594"S/52°39'10,820"W; 31°54'02,594"S/52°39'11,871"W; 31°54'03,559"S/52°39'11,871"W; 31°54'03,559"S/52°39'12,456"W; 31°54'04,036"S/52°39'12,456"W; 31°54'04,036"S/52°39'13,226"W; 31°54'04,514"S/52°39'13,226"W; 31°54'04,514"S/52°39'13,995"W; 31°54'04,824"S/52°39'13,995"W; 31°54'04,824"S/52°39'15,897"W; 31°54'04,478"S/52°39'15,897"W; 31°54'04,478"S/52°39'17,033"W; 31°54'04,125"S/52°39'17,033"W; 31°54'04,125"S/52°39'19,691"W; 31°54'03,778"S/52°39'19,691"W; 31°54'03,778"S/52°39'20,827"W; 31°54'03,434"S/52°39'20,827"W; 31°54'03,434"S/52°39'22,731"W; 31°54'03,744"S/52°39'22,731"W; 31°54'03,744"S/52°39'23,116"W; 31°54'04,064"S/52°39'23,116"W; 31°54'04,064"S/52°39'23,503"W; 31°54'04,379"S/52°39'23,503"W; 31°54'04,379"S/52°39'24,264"W; 31°54'04,044"S/52°39'24,264"W; 31°54'04,044"S/52°39'25,216"W; 31°54'04,360"S/52°39'25,216"W; 31°54'04,360"S/52°39'25,601"W; 31°54'04,680"S/52°39'25,601"W; 31°54'04,680"S/52°39'25,987"W; 31°54'04,832"S/52°39'25,987"W; 31°54'04,832"S/52°39'27,131"W; 31°54'04,979"S/52°39'27,131"W; 31°54'04,979"S/52°39'28,277"W; 31°54'05,128"S/52°39'28,277"W; 31°54'05,128"S/52°39'29,421"W; 31°54'05,264"S/52°39'29,421"W; 31°54'05,264"S/52°39'32,084"W; 31°54'05,070"S/52°39'32,084"W; 31°54'05,070"S/52°39'34,370"W; 31°54'05,376"S/52°39'34,370"W; 31°54'05,376"S/52°39'34,758"W; 31°54'05,860"S/52°39'34,758"W; 31°54'05,860"S/52°39'35,146"W; 31°54'06,341"S/52°39'35,146"W; 31°54'06,341"S/52°39'35,668"W; 31°54'02,972"S/52°39'35,668"W; 31°54'02,972"S/52°39'31,765"W; 31°54'01,230"S/52°39'31,765"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 31°54'01,230"S e Long. 52°39'31,765"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 143,6m-E; 12,7m-N; 120,2m-E; 7,2m-N; 286,6m-E; 62,0m-S; 27,6m-W; 29,7m-S; 15,4m-W; 14,7m-S; 20,2m-W; 14,7m-S; 20,2m-W; 9,6m-S; 50,0m-W; 10,7m-N; 29,9m-W; 10,9m-N; 69,8m-W; 10,7m-N; 29,9m-W; 10,6m-N; 50,0m-W; 9,5m-S; 10,1m-W; 9,9m-S; 10,2m-W; 9,7m-S; 20,0m-W; 10,3m-N; 25,0m-W; 9,7m-S; 10,1m-W; 9,9m-S; 10,2m-W; 4,7m-S; 30,1m-W; 4,5m-S; 30,1m-W; 4,6m-S; 30,1m-W; 4,2m-S; 70,0m-W; 6,0m-N; 60,1m-W; 9,4m-S; 10,2m-W; 14,9m-S; 10,2m-W; 14,8m-S; 13,7m-W; 103,8m-N; 102,6m-E; 53,7m-N.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.95)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 324, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 004.708/1961, resolve:

Art. 1° Fica retificada a concessão de lavra outorgada no processo DNPM nº 004.708/1961, de que é titular CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO, a qual passa a ter a seguinte redação:

"Fica outorgada à CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO, concessão para lavrar GIPSITA, no(s) Município(s) de OURICURI/PE, numa área de 81,56ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 07°43'24,963"S/40°11'30,522"W; 07°43'13,098"S/40°11'43,063"W; 07°43'04,433"S/40°11'30,335"W; 07°43'08,245"S/40°11'27,691"W; 07°43'05,141"S/40°11'23,195"W; 07°43'08,966"S/40°11'24,454"W; 07°43'08,184"S/40°11'30,933"W; 07°43'17,540"S/40°11'34,011"W; 07°43'18,322"S/40°11'27,531"W; 07°43'11,088"S/40°11'25,151"W; 07°42'40,623"S/40°10'41,018"W; 07°42'37,525"S/40°10'43,167"W; 07°42'24,976"S/40°10'24,989"W; 07°42'37,842"S/40°10'22,294"W; 07°43'24,963"S/40°11'30,522"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 1195,3m, no rumo verdadeiro de 48°28'00"171 SW, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 07°42'59,164"S e Long. 40°11'01,321"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 529,7m-NW 46°30'58"498; 472,2m-NE 55°41'01"103; 142,4m-SE 34°40'55"832; 167,5m-NE 55°18'57"157; 123,7m-SW 18°10'05"863; 200,0m-NW 83°05'57"123; 302,5m-SW 18°09'53"394; 200,0m-SE 83°06'07"362; 233,9m-NE 18°10'03"728; 1644,7m-NE 55°18'59"169; 115,7m-NW 34°40'58"588; 677,4m-NE 55°19'00"967; 403,8m-SE 11°48'02"942; 2543,0m-SW 55°18'14"369.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.95)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 325, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 860.434/2001, resolve:

Art. 1° Fica retificada a concessão de lavra outorgada no processo DNPM nº 860.434/2001, de que é titular EBCBM LTDA., a qual passa a ter a seguinte redação:

"Fica outorgada à EBCBM LTDA., concessão para lavrar AREIA, no(s) Município(s) de INDIARA/GO, JANDAIA/GO, numa área de 18,19ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 17°11'35,491"S/50°06'23,568"W; 17°11'41,971"S/50°06'23,568"W; 17°11'41,971"S/50°06'23,463"W; 17°11'41,997"S/50°06'23,463"W; 17°11'41,997"S/50°06'20,079"W; 17°11'41,971"S/50°06'20,079"W; 17°11'41,971"S/50°06'16,800"W; 17°11'53,352"S/50°06'16,800"W; 17°11'53,352"S/50°06'20,169"W; 17°11'53,356"S/50°06'20,169"W; 17°11'53,356"S/50°06'20,184"W; 17°11'56,605"S/50°06'20,184"W; 17°11'56,605"S/50°06'21,861"W; 17°11'56,609"S/50°06'21,861"W; 17°11'56,609"S/50°06'21,876"W; 17°12'03,115"S/50°06'21,877"W; 17°12'03,115"S/50°06'20,184"W; 17°12'04,741"S/50°06'20,184"W; 17°12'04,741"S/50°06'18,492"W; 17°12'07,994"S/50°06'18,492"W; 17°12'07,994"S/50°06'15,108"W; 17°12'29,138"S/50°06'15,108"W; 17°12'29,138"S/50°06'13,416"W; 17°12'35,644"S/50°06'13,416"W; 17°12'35,644"S/50°06'11,724"W; 17°12'42,963"S/50°06'11,724"W; 17°12'42,963"S/50°06'18,493"W; 17°12'34,017"S/50°06'18,493"W; 17°12'34,017"S/50°06'23,569"W; 17°12'30,764"S/50°06'23,569"W; 17°12'30,764"S/50°06'25,262"W; 17°12'16,126"S/50°06'25,261"W; 17°12'16,126"S/50°06'23,569"W; 17°12'09,620"S/50°06'23,569"W; 17°12'09,620"S/50°06'25,261"W; 17°12'06,368"S/50°06'25,261"W; 17°12'06,368"S/50°06'26,953"W; 17°12'03,115"S/50°06'26,953"W; 17°12'03,115"S/50°06'28,645"W; 17°11'59,056"S/50°06'28,645"W; 17°11'59,056"S/50°06'28,617"W; 17°12'03,065"S/50°06'28,617"W; 17°12'03,065"S/50°06'26,915"W; 17°12'06,313"S/50°06'26,915"W; 17°12'06,313"S/50°06'25,211"W; 17°12'09,581"S/50°06'25,211"W; 17°12'09,581"S/50°06'23,508"W; 17°12'16,201"S/50°06'23,508"W; 17°12'16,201"S/50°06'25,252"W; 17°12'20,829"S/50°06'25,252"W; 17°12'20,829"S/50°06'15,145"W; 17°12'08,023"S/50°06'15,145"W; 17°12'08,023"S/50°06'18,537"W; 17°12'04,775"S/50°06'18,537"W; 17°12'04,775"S/50°06'20,240"W; 17°12'03,141"S/50°06'20,240"W; 17°12'03,141"S/50°06'21,929"W; 17°11'56,563"S/50°06'21,929"W; 17°11'56,563"S/50°06'20,226"W; 17°11'53,308"S/50°06'20,226"W; 17°11'53,308"S/50°06'16,848"W; 17°11'42,033"S/50°06'16,847"W; 17°11'42,033"S/50°06'23,618"W; 17°11'35,544"S/50°06'23,618"W; 17°11'35,544"S/50°06'28,603"W; 17°11'43,544"S/50°06'28,603"W; 17°11'43,544"S/50°06'25,211"W; 17°11'55,038"S/50°06'25,211"W; 17°11'55,038"S/50°06'28,617"W; 17°11'59,046"S/50°06'28,617"W; 17°11'59,046"S/50°06'28,645"W; 17°11'54,982"S/50°06'28,645"W; 17°11'54,982"S/50°06'25,261"W; 17°11'43,597"S/50°06'25,261"W; 17°11'43,597"S/50°06'28,645"W; 17°11'35,465"S/50°06'28,645"W; 17°11'35,465"S/50°06'25,155"W; 17°11'35,491"S/50°06'25,155"W; 17°11'35,491"S/50°06'23,568"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 17°11'35,491"S e Long. 50°06'23,568"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 199,2m-S; 3,1m-E; 0,8m-S; 100,0m-E; 0,8m-N; 96,9m-E; 349,9m-S; 99,6m-W; 0,1m-S; 0,5m-W; 99,9m-S; 49,6m-W; 0,1m-S; 0,5m-W; 200,0m-S; 50,0m-E; 50,0m-S; 50,0m-E; 100,0m-S; 100,0m-E; 650,0m-S; 50,0m-E; 200,0m-S; 50,0m-E; 225,0m-S; 200,0m-W; 275,0m-N; 150,0m-W; 100,0m-N; 50,0m-W; 450,0m-N; 50,0m-E; 200,0m-N; 50,0m-W; 100,0m-N; 50,0m-W; 100,0m-N;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

50,0m-W; 124,8m-N; 0,8m-E; 123,2m-S; 50,3m-E; 99,9m-S; 50,4m-E; 100,5m-S; 50,3m-E; 203,5m-S; 51,5m-W; 142,3m-S; 298,6m-E; 393,7m-N; 100,2m-W; 99,9m-N; 50,3m-W; 50,2m-N; 49,9m-W; 202,2m-N; 50,3m-E; 100,1m-N; 99,8m-E; 346,6m-N; 200,1m-W; 199,5m-N; 147,3m-W; 245,9m-S; 100,2m-E; 353,4m-S; 100,6m-W; 123,2m-S; 0,8m-W; 124,9m-N; 100,0m-E; 350,0m-N; 100,0m-W; 250,0m-N; 103,1m-E; 0,8m-S; 46,9m-E.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.95)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 326, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 810.075/1992, resolve:

Art. 1° Fica retificada a concessão de lavra outorgada no processo DNPM nº 810.075/1992, de que é titular COESUL CONSTRUTORA EXTREMO SUL LTDA, a qual passa a ter a seguinte redação:

"Fica outorgada à COESUL CONSTRUTORA EXTREMO SUL LTDA, concessão para lavrar BASALTO P/ BRITA, no(s) Município(s) de TRIUNFO/RS, numa área de 366,80ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 29°41'02,128"S/51°39'24,803"W; 29°41'18,370"S/51°39'24,803"W; 29°41'18,370"S/51°38'29,011"W; 29°42'18,876"S/51°38'29,011"W; 29°42'18,876"S/51°38'51,968"W; 29°42'10,338"S/51°38'51,968"W; 29°42'10,338"S/51°38'45,845"W; 29°42'10,224"S/51°38'45,845"W; 29°42'10,224"S/51°38'45,883"W; 29°42'10,029"S/51°38'45,883"W; 29°42'10,029"S/51°38'45,920"W; 29°42'09,834"S/51°38'45,920"W; 29°42'09,834"S/51°38'45,976"W; 29°42'09,640"S/51°38'45,976"W; 29°42'09,640"S/51°38'46,013"W; 29°42'08,016"S/51°38'46,013"W; 29°42'08,016"S/51°38'45,976"W; 29°42'07,041"S/51°38'45,976"W; 29°42'07,041"S/51°38'45,937"W; 29°42'05,418"S/51°38'45,937"W; 29°42'05,418"S/51°38'45,900"W; 29°42'04,541"S/51°38'45,900"W; 29°42'04,541"S/51°38'45,956"W; 29°42'04,378"S/51°38'45,956"W; 29°42'04,378"S/51°38'46,012"W; 29°42'04,216"S/51°38'46,012"W; 29°42'04,216"S/51°38'46,068"W; 29°42'04,054"S/51°38'46,068"W; 29°42'04,054"S/51°38'46,123"W; 29°42'03,891"S/51°38'46,123"W; 29°42'03,891"S/51°38'46,179"W; 29°42'03,729"S/51°38'46,179"W; 29°42'03,729"S/51°38'46,235"W; 29°42'03,566"S/51°38'46,235"W; 29°42'03,566"S/51°38'46,291"W; 29°42'03,372"S/51°38'46,291"W; 29°42'03,372"S/51°38'46,365"W; 29°42'03,112"S/51°38'46,365"W; 29°42'03,112"S/51°38'46,440"W; 29°42'02,754"S/51°38'46,440"W; 29°42'02,754"S/51°38'46,495"W; 29°42'02,365"S/51°38'46,495"W; 29°42'02,365"S/51°38'46,551"W; 29°42'01,975"S/51°38'46,551"W; 29°42'01,975"S/51°38'46,607"W; 29°42'01,585"S/51°38'46,607"W; 29°42'01,585"S/51°38'46,663"W; 29°42'01,228"S/51°38'46,663"W; 29°42'01,228"S/51°38'46,719"W; 29°42'00,871"S/51°38'46,719"W; 29°42'00,871"S/51°38'46,644"W; 29°42'00,773"S/51°38'46,644"W; 29°42'00,773"S/51°38'46,588"W; 29°42'00,676"S/51°38'46,588"W; 29°42'00,676"S/51°38'46,533"W; 29°42'00,579"S/51°38'46,533"W; 29°42'00,579"S/51°38'46,477"W; 29°42'00,481"S/51°38'46,477"W; 29°42'00,481"S/51°38'46,421"W; 29°42'00,384"S/51°38'46,421"W; 29°42'00,384"S/51°38'46,365"W; 29°42'00,286"S/51°38'46,365"W; 29°42'00,286"S/51°38'46,309"W; 29°42'00,189"S/51°38'46,309"W; 29°42'00,189"S/51°38'46,254"W; 29°42'00,091"S/51°38'46,254"W; 29°42'00,091"S/51°38'46,198"W; 29°41'59,994"S/51°38'46,198"W; 29°41'59,994"S/51°38'46,142"W; 29°41'59,896"S/51°38'46,142"W; 29°41'59,896"S/51°38'46,086"W; 29°41'59,783"S/51°38'46,086"W; 29°41'59,783"S/51°38'46,030"W; 29°41'59,669"S/51°38'46,030"W; 29°41'59,669"S/51°38'45,975"W; 29°41'59,572"S/51°38'45,975"W; 29°41'59,572"S/51°38'45,919"W; 29°41'59,474"S/51°38'45,919"W; 29°41'59,474"S/51°38'45,863"W; 29°41'59,377"S/51°38'45,863"W; 29°41'59,377"S/51°38'45,807"W; 29°41'59,279"S/51°38'45,807"W; 29°41'59,279"S/51°38'45,751"W; 29°41'59,182"S/51°38'45,751"W; 29°41'59,182"S/51°38'45,696"W; 29°41'59,085"S/51°38'45,696"W; 29°41'59,085"S/51°38'45,640"W; 29°41'58,987"S/51°38'45,640"W; 29°41'58,987"S/51°38'45,584"W; 29°41'58,890"S/51°38'45,584"W; 29°41'58,890"S/51°38'45,528"W; 29°41'58,792"S/51°38'45,528"W; 29°41'58,792"S/51°38'45,472"W; 29°41'58,695"S/51°38'45,472"W; 29°41'58,695"S/51°38'45,417"W; 29°41'58,597"S/51°38'45,417"W; 29°41'58,597"S/51°38'45,361"W; 29°41'58,500"S/51°38'45,361"W; 29°41'58,500"S/51°38'45,305"W; 29°41'58,403"S/51°38'45,305"W; 29°41'58,403"S/51°38'45,249"W; 29°41'58,305"S/51°38'45,249"W; 29°41'58,305"S/51°38'45,193"W; 29°41'58,208"S/51°38'45,193"W; 29°41'58,208"S/51°38'45,138"W; 29°41'58,110"S/51°38'45,138"W; 29°41'58,110"S/51°38'45,082"W; 29°41'58,013"S/51°38'45,082"W; 29°41'58,013"S/51°38'45,026"W; 29°41'57,899"S/51°38'45,026"W; 29°41'57,899"S/51°38'44,970"W; 29°41'57,737"S/51°38'44,970"W; 29°41'57,737"S/51°38'44,914"W; 29°41'57,607"S/51°38'44,914"W; 29°41'57,607"S/51°38'44,859"W; 29°41'57,477"S/51°38'44,859"W; 29°41'57,477"S/51°38'44,821"W; 29°41'57,347"S/51°38'44,821"W; 29°41'57,347"S/51°38'58,100"W; 29°41'57,790"S/51°38'58,100"W; 29°41'57,790"S/51°38'58,044"W; 29°41'57,953"S/51°38'58,044"W; 29°41'57,953"S/51°38'57,988"W; 29°41'58,115"S/51°38'57,988"W; 29°41'58,115"S/51°38'57,932"W; 29°41'58,326"S/51°38'57,932"W; 29°41'58,326"S/51°38'57,876"W; 29°41'58,521"S/51°38'57,876"W; 29°41'58,521"S/51°38'57,821"W; 29°41'58,716"S/51°38'57,821"W; 29°41'58,716"S/51°38'57,765"W; 29°41'58,894"S/51°38'57,765"W; 29°41'58,894"S/51°38'57,709"W; 29°41'59,089"S/51°38'57,709"W; 29°41'59,089"S/51°38'57,653"W; 29°41'59,284"S/51°38'57,653"W; 29°41'59,284"S/51°38'57,597"W; 29°41'59,479"S/51°38'57,597"W; 29°41'59,479"S/51°38'57,542"W; 29°41'59,609"S/51°38'57,542"W; 29°41'59,609"S/51°38'57,486"W; 29°41'59,739"S/51°38'57,486"W; 29°41'59,739"S/51°38'57,430"W; 29°41'59,869"S/51°38'57,430"W; 29°41'59,869"S/51°38'57,393"W; 29°41'59,999"S/51°38'57,393"W; 29°41'59,999"S/51°38'57,337"W; 29°42'00,128"S/51°38'57,337"W; 29°42'00,128"S/51°38'57,281"W; 29°42'00,258"S/51°38'57,281"W; 29°42'00,258"S/51°38'57,225"W; 29°42'00,388"S/51°38'57,225"W; 29°42'00,388"S/51°38'57,170"W; 29°42'00,518"S/51°38'57,170"W; 29°42'00,518"S/51°38'57,114"W; 29°42'00,648"S/51°38'57,114"W; 29°42'00,648"S/51°38'57,058"W; 29°42'00,778"S/51°38'57,058"W; 29°42'00,778"S/51°38'57,002"W; 29°42'00,908"S/51°38'57,002"W; 29°42'00,908"S/51°38'56,946"W; 29°42'01,053"S/51°38'56,946"W; 29°42'01,053"S/51°38'56,909"W; 29°42'01,152"S/51°38'56,909"W; 29°42'01,152"S/51°38'56,835"W; 29°42'01,298"S/51°38'56,835"W; 29°42'01,298"S/51°38'56,790"W; 29°42'01,428"S/51°38'56,790"W; 29°42'01,428"S/51°38'56,734"W; 29°42'01,557"S/51°38'56,734"W; 29°42'01,557"S/51°38'56,679"W; 29°42'01,687"S/51°38'56,679"W; 29°42'01,687"S/51°38'56,623"W; 29°42'01,817"S/51°38'56,623"W; 29°42'01,817"S/51°38'56,567"W; 29°42'01,963"S/51°38'56,567"W; 29°42'01,963"S/51°38'56,511"W; 29°42'02,093"S/51°38'56,511"W; 29°42'02,093"S/51°38'56,455"W; 29°42'02,223"S/51°38'56,455"W; 29°42'02,223"S/51°38'56,400"W; 29°42'02,369"S/51°38'56,400"W; 29°42'02,369"S/51°38'56,344"W; 29°42'02,499"S/51°38'56,344"W; 29°42'02,499"S/51°38'56,307"W; 29°42'02,629"S/51°38'56,307"W; 29°42'02,629"S/51°38'56,441"W; 29°42'02,678"S/51°38'56,441"W; 29°42'02,678"S/51°38'56,574"W; 29°42'02,727"S/51°38'56,574"W; 29°42'02,727"S/51°38'56,716"W; 29°42'02,775"S/51°38'56,716"W; 29°42'02,775"S/51°38'56,865"W; 29°42'02,824"S/51°38'56,865"W; 29°42'02,824"S/51°38'57,013"W; 29°42'02,873"S/51°38'57,013"W; 29°42'02,873"S/51°38'57,162"W; 29°42'02,922"S/51°38'57,162"W; 29°42'02,922"S/51°38'57,311"W; 29°42'02,970"S/51°38'57,311"W; 29°42'02,970"S/51°38'57,460"W; 29°42'03,019"S/51°38'57,460"W; 29°42'03,019"S/51°38'57,601"W; 29°42'03,068"S/51°38'57,601"W; 29°42'03,068"S/51°38'57,742"W; 29°42'03,116"S/51°38'57,742"W; 29°42'03,116"S/51°38'57,873"W; 29°42'03,165"S/51°38'57,873"W; 29°42'03,165"S/51°38'58,003"W; 29°42'03,188"S/51°38'58,003"W; 29°42'03,188"S/51°38'58,101"W; 29°42'10,070"S/51°38'58,101"W; 29°42'10,338"S/51°38'58,101"W; 29°42'10,338"S/51°38'51,978"W; 29°42'18,876"S/51°38'51,978"W; 29°42'18,876"S/51°39'24,801"W; 29°41'34,603"S/51°39'24,801"W; 29°41'34,603"S/51°40'01,996"W; 29°41'02,128"S/51°40'01,996"W; 29°41'02,128"S/51°39'24,803"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 29°41'02,128"S e Long. 51°39'24,803"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 500,1m-S; 1499,9m-E; 1863,0m-S; 617,1m-W; 262,9m-N; 164,6m-E; 3,5m-N; 1,0m-W; 6,0m-N; 1,0m-W; 6,0m-N; 1,5m-W; 6,0m-N; 1,0m-W; 50,0m-N; 1,0m-E; 30,0m-N; 1,1m-E; 50,0m-N; 1,0m-E; 27,0m-N; 1,5m-W; 5,0m-N; 1,5m-W; 5,0m-N; 1,5m-W; 5,0m-N; 1,5m-W; 5,0m-N; 1,5m-W; 5,0m-N; 1,5m-W; 6,0m-N; 2,0m-W; 8,0m-N; 2,0m-W; 11,0m-N; 1,5m-W; 12,0m-N; 1,5m-W; 12,0m-N; 1,5m-W; 12,0m-N; 1,5m-W; 11,0m-N; 1,5m-W; 11,0m-N; 2,0m-E; 3,0m-N; 1,5m-E; 3,0m-N; 1,5m-E; 3,0m-N; 1,5m-E; 3,0m-N; 1,5m-E; 3,0m-N; 1,5m-E; 3,0m-N; 1,5m-E; 3,0m-N; 1,5m-E; 3,0m-N; 1,5m-E; 3,5m-N; 1,5m-E; 3,5m-N; 1,5m-E; 3,0m-N; 1,5m-E; 3,0m-N; 1,5m-E; 3,0m-N; 1,5m-E; 3,0m-N; 1,5m-E; 3,0m-N; 1,5m-E; 3,0m-N; 1,5m-E; 3,0m-N; 1,5m-E; 3,0m-N; 1,5m-E; 3,0m-N; 1,5m-E; 3,0m-N; 1,5m-E; 3,0m-N; 1,5m-E; 3,5m-N; 1,5m-E; 5,0m-N; 1,5m-E; 4,0m-N; 1,5m-E; 4,0m-N; 1,0m-E; 4,0m-N; 357,0m-W; 13,6m-S; 1,5m-E; 5,0m-S; 1,5m-E; 5,0m-S; 1,5m-E; 6,5m-S; 1,5m-E; 6,0m-S; 1,5m-E; 6,0m-S; 1,5m-E; 5,5m-S; 1,5m-E; 6,0m-S; 1,5m-E; 6,0m-S; 1,5m-E; 6,0m-S; 1,5m-E; 4,0m-S; 1,5m-E; 4,0m-S; 1,5m-E; 4,0m-S; 1,0m-E; 4,0m-S; 1,5m-E; 4,0m-S; 1,5m-E; 4,0m-S; 1,5m-E; 4,0m-S; 1,5m-E; 4,5m-S; 1,0m-E; 3,1m-S; 2,0m-E; 4,5m-S; 1,2m-E; 4,0m-S; 1,5m-E; 4,0m-S; 1,5m-E; 4,0m-S; 1,5m-E; 4,0m-S; 1,5m-E; 4,5m-S; 1,5m-E; 4,0m-S; 1,5m-E; 4,0m-S; 1,5m-E; 4,5m-S; 1,5m-E; 4,0m-S; 1,0m-E; 4,0m-S; 3,6m-W; 1,5m-S; 3,6m-W; 1,5m-S; 3,8m-W; 1,5m-S; 4,0m-W; 1,5m-S; 4,0m-W; 1,5m-S; 4,0m-W; 1,5m-S; 4,0m-W; 1,5m-S; 4,0m-W; 1,5m-S; 3,8m-W; 1,5m-S; 3,8m-W; 1,5m-S; 3,5m-W; 1,5m-S; 3,5m-W; 0,7m-S; 2,6m-W; 211,9m-S; 8,3m-S; 164,6m-E; 262,9m-S; 882,4m-W; 1363,2m-N; 1000,0m-W; 999,9m-N; 999,9m-E.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.95)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 327, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 007.589/1945, resolve:

Art. 1° Fica retificada a concessão de lavra outorgada no processo DNPM nº 007.589/1945, de que é titular ÁGUAS MINERAIS SARANDI LTDA, a qual passa a ter a seguinte redação:

"Fica outorgada à ÁGUAS MINERAIS SARANDI LTDA, concessão para lavrar ÁGUA MINERAL, no(s) Município(s) de BARRA FUNDA/RS, numa área de 9,35ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 27°55'28,185"S/53°02'08,874"W; 27°55'31,770"S/53°02'04,758"W; 27°55'41,564"S/53°02'09,753"W; 27°55'39,670"S/53°02'21,890"W; 27°55'28,185"S/53°02'08,874"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 27°55'28,185"S e Long. 53°02'08,874"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 157,6m-SE 45°33'37"241; 331,0m-SW 24°22'11"074; 336,9m-NW 80°02'08"023; 501,6m-NE 45°11'14"541.

Art. 2º Fica estabelecida a área de proteção desta Fonte, com extensão de 400 ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 27°56'02,113"S/53°02'48,295"W; 27°54'57,142"S/53°02'48,295"W; 27°54'57,137"S/53°01'35,153"W; 27°56'02,108"S/53°01'35,141"W; 27°56'02,113"S/53°02'48,295"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 1200,0m, no rumo verdadeiro de 05°59'59"124 SE, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 27°55'23,344"S e Long. 53°02'52,883"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 2000,0m-N; 2000,0m-E; 2000,0m-S; 2000,0m-W.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.95)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 328, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 804.148/1969, resolve:

Art. 1° Fica retificada a concessão de lavra outorgada no processo DNPM nº 804.148/1969, de que é titular EMPRESA DE MINERAÇÃO CREMASCO LTDA EPP, a qual passa a ter a seguinte redação:

"Fica outorgada à EMPRESA DE MINERAÇÃO CREMASCO LTDA EPP, concessão para lavrar ÁGUA MINERAL, no(s) Município(s) de LINDÓIA/SP, numa área de 26,16ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 22°31'29,606"S/46°39'51,708"W; 22°31'29,606"S/46°40'00,456"W; 22°31'31,556"S/46°40'00,456"W; 22°31'31,556"S/46°40'05,705"W; 22°31'33,832"S/46°40'05,705"W; 22°31'33,832"S/46°40'10,604"W; 22°31'48,461"S/46°40'10,605"W; 22°31'48,461"S/46°39'58,007"W; 22°31'45,860"S/46°39'58,007"W; 22°31'45,860"S/46°39'55,208"W; 22°31'42,610"S/46°39'55,208"W; 22°31'42,610"S/46°39'51,708"W; 22°31'29,606"S/46°39'51,708"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 1580,0m, no rumo verdadeiro de 67°15'00"615 SW, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 22°31'09,745"S e Long. 46°39'00,721"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 250,0m-W; 60,0m-S; 150,0m-W; 70,0m-S; 140,0m-W; 450,0m-S; 360,0m-E; 80,0m-N; 80,0m-E; 100,0m-N; 100,0m-E; 400,0m-N.

Art. 2º Fica estabelecida a área de proteção desta Fonte, com extensão de 17,6 ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 22°31'34,806"S/46°39'56,863"W; 22°31'49,110"S/46°39'56,863"W; 22°31'49,110"S/46°40'10,861"W; 22°31'34,806"S/46°40'10,860"W; 22°31'34,806"S/46°39'56,863"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 1780,0m, no rumo verdadeiro de 64°20'00"631 SW, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 22°31'09,745"S e Long. 46°39'00,721"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 440,0m-S; 400,0m-W; 440,0m-N; 400,0m-E.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.95)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 329, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 890.263/2004, resolve:

Art. 1° Outorgar à BERRO BRASIL MINERAÇÃO E AGRONEGOCIOS LTDA ME, concessão para lavrar ÁGUA MINERAL, no(s) Município(s) de SILVA JARDIM/RJ, numa área de 49,50ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 22°38'01,745"S/42°27'49,930"W; 22°37'48,741"S/42°27'49,930"W; 22°37'48,741"S/42°27'54,307"W; 22°37'35,738"S/42°27'54,307"W; 22°37'35,738"S/42°27'44,677"W; 22°37'40,614"S/42°27'44,677"W; 22°37'40,614"S/42°27'27,167"W; 22°38'01,745"S/42°27'27,167"W; 22°38'01,745"S/42°27'49,930"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 500,0m, no rumo verdadeiro de 39°29'59"424 NW, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 22°38'14,288"S e Long. 42°27'38,792"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 400,0m-N; 125,0m-W; 400,0m-N; 275,0m-E; 150,0m-S; 500,0m-E; 650,0m-S; 650,0m-W.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 2º Fica estabelecida a área de proteção desta Fonte, com extensão de 63,18 ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 22°37'36,388"S/42°27'44,677"W; 22°38'01,744"S/42°27'44,677"W; 22°38'01,745"S/42°27'16,312"W; 22°37'36,388"S/42°27'16,312"W; 22°37'36,388"S/42°27'44,677"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 22°37'36,388"S e Long. 42°27'44,677"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 780,0m-S; 810,0m-E; 780,0m-N; 810,0m-W.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 330, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 820.335/2005, resolve:

Art. 1° Outorgar à EXTRAÇÃO DE ARGILA SÃO LUIZ LTDA ME, concessão para lavrar ARGILA, no(s) Município(s) de CORUMBATAÍ/SP, numa área de 46,74ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 22°15'55,791"S/47°37'31,477"W; 22°15'55,791"S/47°37'16,457"W; 22°16'05,544"S/47°37'16,456"W; 22°16'05,544"S/47°37'11,217"W; 22°16'25,700"S/47°37'11,216"W; 22°16'25,700"S/47°37'03,881"W; 22°16'29,926"S/47°37'03,881"W; 22°16'29,927"S/47°37'24,141"W; 22°16'17,248"S/47°37'24,141"W; 22°16'17,248"S/47°37'26,587"W; 22°16'07,495"S/47°37'26,586"W; 22°16'07,495"S/47°37'31,477"W; 22°15'55,791"S/47°37'31,477"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 22°15'55,791"S e Long. 47°37'31,477"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 430,0m-E; 300,0m-S; 150,0m-E; 620,0m-S; 210,0m-E; 130,0m-S; 580,0m-W; 390,0m-N; 70,0m-W; 300,0m-N; 140,0m-W; 360,0m-N.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 331, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 820.781/2006, resolve:

Art. 1° Outorgar à MARCELLO NOGUEIRA FILHO EPP, concessão para lavrar ÁGUA MINERAL, no(s) Município(s) de SANTA GERTRUDES/SP, numa área de 21,20ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 22°29'53,355"S/47°31'41,224"W; 22°29'56,074"S/47°31'41,225"W; 22°29'56,074"S/47°31'35,770"W; 22°30'07,984"S/47°31'35,770"W; 22°30'07,984"S/47°31'53,264"W; 22°29'53,355"S/47°31'53,263"W; 22°29'53,355"S/47°31'41,224"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 22°29'53,355"S e Long. 47°31'41,224"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 83,7m-S; 155,9m-E; 366,4m-S; 500,0m-W; 450,0m-N; 344,1m-E.

Art. 2º Fica estabelecida a área de proteção desta Fonte, com extensão de 15 ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 22°30'06,256"S/47°31'34,087"W; 22°30'06,255"S/47°31'51,580"W; 22°29'56,502"S/47°31'51,580"W; 22°29'56,503"S/47°31'34,087"W; 22°30'06,256"S/47°31'34,087"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 2348,0m, no rumo verdadeiro de 34°55'59"368 NW, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 22°31'08,836"S e Long. 47°30'47,046"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 500,0m-W; 300,0m-N; 500,0m-E; 300,0m-S.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 332, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 826.104/1999, resolve:

Art. 1° Outorgar à L.A. COMÉRCIO E EXTRAÇÃO E AREIA ARAUCÁRIA LTDA, concessão para lavrar AREIA, no(s) Município(s) de ARAUCÁRIA/PR, numa área de 8,68ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 25°36'10,254"S/49°30'43,238"W; 25°36'11,713"S/49°30'44,375"W; 25°36'11,066"S/49°30'48,871"W; 25°36'11,824"S/49°30'50,374"W; 25°36'12,220"S/49°30'51,357"W; 25°36'14,361"S/49°30'50,752"W; 25°36'16,120"S/49°30'48,404"W; 25°36'16,564"S/49°30'43,771"W; 25°36'17,969"S/49°30'42,178"W; 25°36'20,210"S/49°30'42,086"W; 25°36'25,676"S/49°30'43,940"W; 25°36'29,035"S/49°30'42,948"W; 25°36'30,835"S/49°30'41,031"W; 25°36'31,800"S/49°30'38,330"W; 25°36'32,230"S/49°30'33,479"W; 25°36'31,151"S/49°30'27,650"W; 25°36'29,436"S/49°30'24,949"W; 25°36'27,721"S/49°30'24,178"W; 25°36'26,604"S/49°30'24,417"W; 25°36'26,097"S/49°30'25,022"W; 25°36'25,275"S/49°30'32,385"W; 25°36'23,304"S/49°30'35,544"W; 25°36'20,363"S/49°30'37,151"W; 25°36'17,088"S/49°30'37,712"W; 25°36'16,978"S/49°30'36,933"W; 25°36'18,969"S/49°30'36,592"W; 25°36'22,696"S/49°30'34,556"W; 25°36'23,451"S/49°30'33,346"W; 25°36'23,471"S/49°30'33,346"W; 25°36'23,666"S/49°30'33,059"W; 25°36'23,666"S/49°30'33,001"W; 25°36'24,244"S/49°30'32,076"W; 25°36'25,081"S/49°30'24,570"W; 25°36'25,743"S/49°30'23,781"W; 25°36'27,944"S/49°30'23,310"W; 25°36'30,803"S/49°30'24,595"W; 25°36'32,574"S/49°30'27,384"W; 25°36'33,646"S/49°30'33,178"W; 25°36'33,661"S/49°30'37,645"W; 25°36'32,088"S/49°30'42,047"W; 25°36'30,148"S/49°30'44,114"W; 25°36'26,884"S/49°30'45,078"W; 25°36'20,951"S/49°30'43,065"W; 25°36'19,100"S/49°30'43,141"W; 25°36'18,240"S/49°30'44,118"W; 25°36'17,802"S/49°30'48,680"W; 25°36'15,525"S/49°30'51,718"W; 25°36'13,322"S/49°30'52,341"W; 25°36'10,781"S/49°30'50,972"W; 25°36'09,803"S/49°30'49,030"W; 25°36'10,348"S/49°30'45,243"W; 25°36'09,631"S/49°30'44,684"W; 25°36'07,692"S/49°30'45,513"W; 25°36'04,495"S/49°30'48,982"W; 25°36'03,811"S/49°30'48,215"W; 25°36'07,193"S/49°30'44,546"W; 25°36'10,254"S/49°30'43,238"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 25°36'10,254"S e Long. 49°30'43,238"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 55,0m-SW 35°14'40"653; 127,0m-NW 80°58'49"675; 48,0m-SW 60°56'10"038; 30,0m-SW 66°01'26"170; 68,0m-SE 14°21'55"005; 85,0m-SE 50°25'38"831; 130,0m-SE 83°58'06"190; 62,0m-SE 45°47'49"831; 69,0m-SE 02°08'04"630; 176,0m-SW 17°06'09"824; 107,0m-SE 15°00'13"874; 77,0m-SE 43°59'41"690; 81,0m-SE 68°29'57"708; 136,0m-SE 84°25'02"165; 166,0m-NE 78°28'12"261; 92,0m-NE 54°59'55"666; 57,0m-NE 22°10'08"774; 35,0m-NW 10°58'10"619; 23,0m-NW 47°15'19"464; 207,0m-NW 82°58'56"790; 107,0m-NW 55°27'48"046; 101,0m-NW 26°20'57"898; 102,0m-NW 08°49'53"677; 22,0m-NE 81°09'45"936; 62,0m-SE 08°49'54"740; 128,0m-SE 26°20'55"857; 41,0m-SE 55°27'53"436; 0,6m-SW 00°00'00"000; 10,0m-SE 53°07'48"368; 1,6m-NE 90°00'00"000; 31,4m-SE 55°28'24"939; 211,0m-SE 82°58'55"519; 30,0m-SE 47°15'21"826; 69,0m-SE 10°57'41"135; 95,0m-SW 22°09'51"398; 95,0m-SW 55°00'00"268; 165,0m-SW 78°28'00"115; 124,7m-SW 89°47'35"365; 132,0m-NW 68°30'00"123; 83,0m-NW 43°59'39"841; 104,0m-NW 15°00'08"628; 191,0m-NE 17°05'57"121; 57,0m-NW 02°07'53"449; 38,0m-NW 45°47'58"998; 128,0m-NW 83°57'49"736; 110,0m-NW 50°25'59"426; 70,0m-NW 14°21'35"439; 87,0m-NE 26°01'54"955; 62,0m-NE 60°56'01"417; 107,0m-SE 80°58'59"203; 27,0m-NE 35°14'38"792; 64,0m-NW 21°10'34"828; 138,0m-NW 44°31'59"478; 30,0m-NE 45°27'33"195; 146,0m-SE 44°31'51"717; 101,0m-SE 21°11'10"235.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 333, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 867.066/2005, resolve:

Art. 1° Outorgar à ÁGUAS LEBRINHA LTDA, concessão para lavrar ÁGUA MINERAL, no(s) Município(s) de IPIRANGA DO NORTE/MT, numa área de 50,00ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 12°15'07,500"S/56°19'47,404"W; 12°15'33,534"S/56°19'47,404"W; 12°15'33,534"S/56°20'08,084"W; 12°15'07,500"S/56°20'08,084"W; 12°15'07,500"S/56°19'47,404"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 17523,0m, no rumo verdadeiro de 55°07'00"371 SW, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 12°09'41,487"S e Long. 56°11'51,780"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 800,0m-S; 625,0m-W; 800,0m-N; 625,0m-E.

Art. 2º Fica estabelecida a área de proteção desta Fonte, com extensão de 645,45 ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 12°15'41,214"S/56°20'30,360"W; 12°15'41,214"S/56°20'16,012"W; 12°15'46,032"S/56°20'16,012"W; 12°15'46,032"S/56°20'04,126"W; 12°15'49,780"S/56°20'04,126"W; 12°15'49,780"S/56°19'35,430"W; 12°15'38,430"S/56°19'35,430"W; 12°15'38,430"S/56°19'32,226"W; 12°15'30,660"S/56°19'32,226"W; 12°15'30,660"S/56°19'06,079"W; 12°15'25,229"S/56°19'06,079"W; 12°15'25,229"S/56°18'50,643"W; 12°14'45,783"S/56°18'50,643"W; 12°14'45,783"S/56°18'57,505"W; 12°14'28,001"S/56°18'57,505"W; 12°14'28,001"S/56°20'30,360"W; 12°15'41,214"S/56°20'30,360"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 12°15'41,214"S e Long. 56°20'30,360"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 433,6m-E; 148,1m-S; 359,2m-E; 115,2m-S; 867,3m-E; 348,8m-N; 96,8m-E; 238,8m-N; 790,2m-E; 166,9m-N; 466,5m-E; 1212,1m-N; 207,4m-W; 546,4m-N; 2806,3m-W; 2249,8m-S.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 334, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 826.869/2001, resolve:

Art. 1° Outorgar à L.A. COMÉRCIO E EXTRAÇÃO E AREIA ARAUCÁRIA LTDA, concessão para lavrar AREIA, no(s) Município(s) de ARAUCÁRIA/PR, numa área de 23,45ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 25°35'27,520"S/49°27'56,472"W; 25°35'28,062"S/49°27'53,377"W; 25°35'27,062"S/49°27'53,377"W; 25°35'27,061"S/49°27'52,808"W; 25°35'27,545"S/49°27'52,808"W; 25°35'27,545"S/49°27'51,912"W; 25°35'28,520"S/49°27'51,912"W; 25°35'28,520"S/49°27'51,016"W; 25°35'29,333"S/49°27'51,016"W; 25°35'29,333"S/49°27'50,120"W; 25°35'30,632"S/49°27'50,120"W; 25°35'30,632"S/49°27'49,225"W; 25°35'31,607"S/49°27'49,225"W; 25°35'31,607"S/49°27'48,329"W; 25°35'32,420"S/49°27'48,329"W; 25°35'32,420"S/49°27'47,433"W; 25°35'32,907"S/49°27'47,433"W; 25°35'32,907"S/49°27'46,537"W; 25°35'33,395"S/49°27'46,537"W; 25°35'33,395"S/49°27'42,953"W; 25°35'30,961"S/49°27'42,953"W; 25°35'30,961"S/49°27'42,058"W; 25°35'29,336"S/49°27'42,058"W; 25°35'29,336"S/49°27'48,329"W; 25°35'28,523"S/49°27'48,329"W; 25°35'28,523"S/49°27'49,225"W; 25°35'26,899"S/49°27'49,225"W; 25°35'26,899"S/49°27'50,120"W; 25°35'25,115"S/49°27'50,120"W; 25°35'25,115"S/49°27'48,654"W; 25°35'27,032"S/49°27'48,654"W; 25°35'27,032"S/49°27'45,946"W; 25°35'26,044"S/49°27'44,901"W; 25°35'26,031"S/49°27'44,825"W; 25°35'28,013"S/49°27'41,536"W; 25°35'25,410"S/49°27'41,536"W; 25°35'25,410"S/49°27'34,321"W; 25°35'25,114"S/49°27'34,321"W; 25°35'25,113"S/49°27'18,181"W; 25°35'25,584"S/49°27'18,181"W; 25°35'25,585"S/49°27'25,319"W; 25°35'28,263"S/49°27'25,319"W; 25°35'28,419"S/49°27'25,038"W; 25°35'27,313"S/49°27'18,429"W; 25°35'27,320"S/49°27'18,326"W; 25°35'28,425"S/49°27'18,082"W; 25°35'29,627"S/49°27'24,755"W; 25°35'29,640"S/49°27'25,347"W; 25°35'32,195"S/49°27'25,347"W; 25°35'32,195"S/49°27'30,149"W; 25°35'35,370"S/49°27'30,149"W; 25°35'35,370"S/49°27'36,313"W; 25°35'36,904"S/49°27'40,138"W; 25°35'37,320"S/49°27'45,941"W; 25°35'37,291"S/49°27'46,184"W; 25°35'36,023"S/49°27'48,669"W; 25°35'35,763"S/49°27'49,105"W; 25°35'30,593"S/49°27'51,216"W; 25°35'30,431"S/49°27'51,522"W; 25°35'29,455"S/49°27'53,910"W; 25°35'28,650"S/49°27'55,958"W; 25°35'29,105"S/49°27'57,259"W; 25°35'29,332"S/49°27'57,293"W; 25°35'29,560"S/49°27'57,268"W; 25°35'36,807"S/49°27'51,358"W; 25°35'40,082"S/49°27'51,358"W; 25°35'42,812"S/49°27'53,600"W; 25°35'44,115"S/49°27'57,033"W; 25°35'44,157"S/49°27'57,294"W; 25°35'44,089"S/49°27'57,758"W; 25°35'43,670"S/49°27'59,950"W; 25°35'43,601"S/49°28'00,122"W; 25°35'43,345"S/49°28'00,496"W; 25°35'40,287"S/49°28'04,470"W; 25°35'40,189"S/49°28'04,410"W; 25°35'39,445"S/49°28'03,732"W; 25°35'39,445"S/49°28'03,695"W; 25°35'42,168"S/49°28'00,066"W; 25°35'42,721"S/49°27'57,194"W; 25°35'42,695"S/49°27'56,903"W; 25°35'41,911"S/49°27'54,868"W; 25°35'39,705"S/49°27'53,054"W; 25°35'39,475"S/49°27'52,942"W; 25°35'35,936"S/49°27'53,036"W; 25°35'35,806"S/49°27'53,092"W; 25°35'30,119"S/49°27'58,629"W; 25°35'28,202"S/49°27'58,397"W; 25°35'27,520"S/49°27'56,472"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 4,0m, no rumo verdadeiro de 63°06'58"145 SW, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 25°35'27,461"S e Long. 49°27'56,344"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 88,0m-SE 79°03'15"084; 30,8m-NE 00°00'00"000; 15,9m-NE 90°00'00"000; 14,9m-SW 00°00'00"000; 25,0m-NE 90°00'00"000; 30,0m-SW 00°00'00"000; 25,0m-NE 90°00'00"000; 25,0m-SW 00°00'00"000; 25,0m-NE 90°00'00"000; 40,0m-SW 00°00'00"000; 25,0m-NE 90°00'00"000; 30,0m-SW 00°00'00"000; 25,0m-NE 90°00'00"000; 25,0m-SW 00°00'00"000; 25,0m-NE 90°00'00"000; 15,0m-SW 00°00'00"000; 25,0m-NE 90°00'00"000; 15,0m-SW 00°00'00"000; 100,0m-NE 90°00'00"000; 74,9m-NE 00°00'00"000; 25,0m-NE 90°00'00"000; 50,0m-NE 00°00'00"000; 175,0m-SW 90°00'00"000; 25,0m-NE 00°00'00"000; 25,0m-SW 90°00'00"000; 50,0m-NE 00°00'00"000; 25,0m-SW 90°00'00"000; 54,9m-NE 00°00'00"000; 40,9m-NE 90°00'00"000; 59,0m-SW 00°00'00"000; 75,6m-NE 90°00'00"000; 42,1m-NE 43°47'50"980; 2,2m-NE 79°18'54"315; 110,2m-SE 56°23'36"820; 80,1m-NE 00°00'00"000; 201,4m-NE 90°00'00"000; 9,1m-NE 00°00'00"000; 450,4m-NE 90°00'00"000; 14,5m-SW 00°00'00"000; 199,2m-SW 90°00'00"000; 82,4m-SW 00°00'00"000; 9,2m-SE 58°33'20"430; 187,6m-NE 79°33'20"896; 2,9m-SE 85°59'59"331; 34,7m-SE 11°18'35"757; 189,9m-SW 78°45'44"178; 16,5m-SW 88°36'49"690; 78,6m-SW 00°00'00"000; 134,0m-SW 90°00'00"000; 97,7m-SW 00°00'00"000; 172,0m-NW 89°59'48"008; 116,7m-SW 66°08'42"640; 162,4m-SW 85°28'49"321;

EXEMPLAR DISPONIBILIZADO PELA IMPRENSA NACIONAL

6,8m-NW 82°26'18"858; 79,6m-NW 60°39'18"679; 14,6m-NW 56°40'51"294; 169,7m-NW 20°19'05"135; 9,9m-NW 59°35'35"766; 73,1m-NW 65°45'35"083; 62,3m-NW 66°33'00"753; 38,9m-SW 68°54'15"562; 7,1m-SW 07°43'43"093; 7,0m-SE 05°32'54"479; 277,4m-SE 36°29'05"408; 100,8m-SW 00°00'00"000; 104,8m-SW 36°40'42"444; 103,8m-SW 67°16'49"364; 7,4m-SW 79°53'20"148; 13,1m-NW 80°44'45"127; 62,5m-NW 78°06'08"549; 5,2m-NW 66°10'56"112; 13,1m-NW 52°56'15"996; 145,4m-NW 49°40'56"787; 3,4m-NE 29°14'55"775; 29,7m-NE 39°34'42"290; 1,0m-NE 90°00'00"000; 131,5m-SE 50°23'33"194; 81,9m-SE 78°01'24"430; 8,2m-NE 84°22'48"471; 61,7m-NE 66°59'47"459; 84,7m-NE 36°41'52"878; 7,8m-NE 23°53'14"874; 108,9m-NW 01°23'00"450; 4,3m-NW 21°18'20"821; 233,5m-NW 41°26'30"279; 59,4m-NE 06°15'29"188; 57,7m-NE 68°39'41"582.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

PORTARIA Nº 335, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 432, de 9 de agosto de 2016, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 826.637/2001, resolve:

Art. 1º Outorgar à L.A. COMÉRCIO E EXTRAÇÃO E AREIA ARAUCÁRIA LTDA, concessão para lavrar AREIA, no(s) Município(s) de ARAUCÁRIA/PR, numa área de 7,02ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long):

25°36'19,273"S/49°30'28,640"W; 25°36'19,110"S/49°30'28,640"W; 25°36'19,110"S/49°30'28,927"W; 25°36'18,948"S/49°30'28,927"W; 25°36'18,948"S/49°30'29,214"W; 25°36'18,786"S/49°30'29,214"W; 25°36'18,786"S/49°30'29,500"W; 25°36'18,656"S/49°30'29,500"W; 25°36'18,656"S/49°30'29,787"W; 25°36'18,493"S/49°30'29,787"W; 25°36'18,493"S/49°30'30,074"W; 25°36'18,331"S/49°30'30,074"W; 25°36'18,331"S/49°30'30,360"W; 25°36'18,168"S/49°30'30,360"W; 25°36'18,168"S/49°30'30,647"W; 25°36'18,038"S/49°30'30,647"W; 25°36'18,038"S/49°30'30,934"W; 25°36'17,876"S/49°30'30,934"W; 25°36'17,876"S/49°30'31,221"W; 25°36'17,713"S/49°30'31,221"W; 25°36'17,713"S/49°30'31,507"W; 25°36'17,583"S/49°30'31,507"W; 25°36'17,583"S/49°30'31,794"W; 25°36'17,421"S/49°30'31,794"W; 25°36'17,421"S/49°30'32,081"W; 25°36'17,258"S/49°30'32,081"W; 25°36'17,258"S/49°30'32,367"W; 25°36'17,096"S/49°30'32,367"W; 25°36'17,096"S/49°30'32,654"W; 25°36'16,901"S/49°30'32,654"W; 25°36'16,901"S/49°30'34,446"W; 25°36'16,251"S/49°30'34,446"W; 25°36'16,251"S/49°30'33,801"W; 25°36'16,153"S/49°30'33,801"W; 25°36'16,153"S/49°30'33,263"W; 25°36'16,248"S/49°30'33,263"W; 25°36'16,248"S/49°30'32,905"W; 25°36'16,475"S/49°30'32,905"W; 25°36'16,475"S/49°30'32,547"W; 25°36'16,637"S/49°30'32,547"W; 25°36'16,638"S/49°30'32,188"W; 25°36'16,865"S/49°30'32,188"W; 25°36'16,865"S/49°30'31,830"W; 25°36'17,027"S/49°30'31,830"W; 25°36'17,027"S/49°30'31,471"W; 25°36'17,255"S/49°30'31,471"W; 25°36'17,255"S/49°30'31,113"W; 25°36'17,417"S/49°30'31,113"W; 25°36'17,417"S/49°30'30,755"W; 25°36'17,580"S/49°30'30,755"W; 25°36'17,580"S/49°30'30,396"W; 25°36'17,807"S/49°30'30,396"W; 25°36'17,807"S/49°30'30,038"W; 25°36'17,970"S/49°30'30,038"W; 25°36'17,970"S/49°30'29,680"W; 25°36'18,197"S/49°30'29,680"W; 25°36'18,197"S/49°30'29,321"W; 25°36'18,360"S/49°30'29,321"W; 25°36'18,360"S/49°30'28,963"W; 25°36'18,587"S/49°30'28,963"W; 25°36'18,587"S/49°30'28,604"W; 25°36'18,750"S/49°30'28,604"W; 25°36'18,750"S/49°30'28,246"W; 25°36'18,977"S/49°30'28,246"W; 25°36'18,977"S/49°30'27,888"W; 25°36'19,140"S/49°30'27,888"W; 25°36'19,140"S/49°30'27,529"W; 25°36'19,270"S/49°30'27,529"W; 25°36'19,270"S/49°30'26,992"W; 25°36'19,400"S/49°30'26,992"W; 25°36'19,400"S/49°30'26,454"W; 25°36'19,497"S/49°30'26,454"W; 25°36'19,497"S/49°30'24,662"W; 25°36'19,403"S/49°30'24,662"W; 25°36'19,403"S/49°30'23,587"W; 25°36'19,240"S/49°30'23,587"W; 25°36'19,240"S/49°30'22,691"W; 25°36'18,980"S/49°30'22,691"W; 25°36'18,980"S/49°30'22,153"W; 25°36'18,656"S/49°30'22,153"W; 25°36'18,656"S/49°30'21,616"W; 25°36'18,681"S/49°30'21,616"W; 25°36'18,331"S/49°30'21,078"W; 25°36'18,006"S/49°30'21,078"W; 25°36'18,006"S/49°30'20,541"W; 25°36'17,681"S/49°30'20,541"W; 25°36'17,681"S/49°30'20,003"W; 25°36'17,356"S/49°30'20,003"W; 25°36'17,356"S/49°30'19,573"W; 25°36'17,031"S/49°30'19,573"W; 25°36'17,031"S/49°30'19,035"W; 25°36'16,706"S/49°30'19,035"W; 25°36'16,706"S/49°30'18,498"W; 25°36'16,381"S/49°30'18,498"W; 25°36'16,381"S/49°30'17,960"W; 25°36'16,056"S/49°30'17,960"W; 25°36'16,056"S/49°30'17,423"W; 25°36'15,731"S/49°30'17,423"W; 25°36'15,731"S/49°30'16,885"W; 25°36'15,406"S/49°30'16,885"W; 25°36'15,406"S/49°30'16,348"W; 25°36'15,081"S/49°30'16,348"W; 25°36'15,081"S/49°30'14,627"W; 25°36'15,338"S/49°30'14,627"W; 25°36'15,337"S/49°30'12,835"W; 25°36'16,377"S/49°30'12,835"W; 25°36'16,377"S/49°30'12,405"W; 25°36'16,507"S/49°30'12,405"W; 25°36'16,507"S/49°30'11,509"W; 25°36'17,222"S/49°30'11,509"W; 25°36'17,225"S/49°30'11,330"W; 25°36'17,352"S/49°30'11,330"W; 25°36'17,352"S/49°30'10,972"W; 25°36'17,482"S/49°30'10,972"W; 25°36'17,482"S/49°30'10,613"W; 25°36'17,612"S/49°30'10,613"W; 25°36'17,612"S/49°30'10,255"W; 25°36'17,742"S/49°30'10,255"W; 25°36'17,742"S/49°30'09,897"W; 25°36'17,872"S/49°30'09,897"W; 25°36'17,872"S/49°30'09,538"W; 25°36'18,035"S/49°30'09,538"W; 25°36'18,035"S/49°30'09,180"W; 25°36'18,165"S/49°30'09,180"W; 25°36'18,165"S/49°30'08,821"W; 25°36'18,295"S/49°30'08,821"W; 25°36'18,295"S/49°30'08,463"W; 25°36'18,425"S/49°30'08,463"W; 25°36'18,424"S/49°30'08,105"W; 25°36'18,554"S/49°30'08,105"W; 25°36'18,554"S/49°30'07,755"W; 25°36'18,717"S/49°30'07,746"W; 25°36'18,717"S/49°30'07,388"W; 25°36'18,847"S/49°30'07,388"W; 25°36'03,961"S/49°29'43,378"W; 25°36'05,586"S/49°29'43,378"W; 25°36'18,847"S/49°30'07,029"W; 25°36'19,009"S/49°30'07,029"W; 25°36'05,586"S/49°29'43,593"W; 25°36'06,561"S/49°29'43,593"W; 25°36'19,009"S/49°30'06,671"W; 25°36'19,139"S/49°30'06,671"W; 25°36'06,561"S/49°29'43,879"W; 25°36'06,886"S/49°29'43,879"W; 25°36'19,139"S/49°30'06,313"W; 25°36'19,269"S/49°30'06,313"W; 25°36'06,886"S/49°29'44,094"W; 25°36'07,211"S/49°29'44,094"W; 25°36'19,269"S/49°30'05,954"W; 25°36'19,399"S/49°30'05,954"W; 25°36'07,211"S/49°29'44,381"W; 25°36'07,536"S/49°29'44,381"W; 25°36'19,399"S/49°30'05,596"W; 25°36'19,562"S/49°30'05,596"W; 25°36'07,536"S/49°29'44,668"W; 25°36'07,698"S/49°29'44,668"W; 25°36'19,562"S/49°30'05,237"W; 25°36'19,724"S/49°30'05,237"W; 25°36'07,698"S/49°29'45,205"W; 25°36'07,861"S/49°29'45,205"W; 25°36'19,724"S/49°30'04,709"W; 25°36'19,951"S/49°30'04,700"W; 25°36'07,861"S/49°29'45,743"W; 25°36'08,023"S/49°29'45,743"W; 25°36'19,951"S/49°30'04,162"W; 25°36'20,179"S/49°30'04,162"W; 25°36'08,023"S/49°29'46,280"W; 25°36'08,186"S/49°29'46,280"W; 25°36'20,179"S/49°30'03,625"W; 25°36'20,341"S/49°30'03,625"W; 25°36'08,186"S/49°29'47,351"W; 25°36'08,027"S/49°29'47,356"W; 25°36'20,341"S/49°30'03,102"W; 25°36'20,503"S/49°30'03,087"W; 25°36'08,027"S/49°29'47,893"W; 25°36'07,864"S/49°29'47,893"W; 25°36'20,503"S/49°30'00,578"W; 25°36'20,181"S/49°30'00,578"W; 25°36'07,864"S/49°29'48,252"W; 25°36'07,767"S/49°29'48,252"W; 25°36'20,181"S/49°29'58,787"W; 25°36'19,856"S/49°29'58,787"W; 25°36'07,767"S/49°29'48,610"W; 25°36'07,669"S/49°29'48,610"W; 25°36'19,856"S/49°29'58,249"W; 25°36'19,531"S/49°29'58,249"W; 25°36'07,669"S/49°29'48,968"W; 25°36'07,572"S/49°29'48,968"W; 25°36'19,531"S/49°29'57,604"W; 25°36'19,206"S/49°29'57,604"W; 25°36'07,572"S/49°29'49,327"W; 25°36'07,247"S/49°29'49,327"W; 25°36'19,206"S/49°29'57,066"W; 25°36'18,881"S/49°29'57,066"W; 25°36'07,247"S/49°29'49,685"W; 25°36'06,987"S/49°29'49,685"W; 25°36'18,881"S/49°29'56,529"W; 25°36'18,556"S/49°29'56,529"W; 25°36'06,987"S/49°29'50,044"W; 25°36'06,662"S/49°29'50,044"W; 25°36'18,556"S/49°29'55,991"W; 25°36'18,231"S/49°29'55,991"W; 25°36'06,662"S/49°29'50,402"W; 25°36'06,402"S/49°29'50,402"W; 25°36'18,231"S/49°29'55,346"W; 25°36'17,906"S/49°29'55,346"W; 25°36'06,402"S/49°29'50,760"W; 25°36'06,077"S/49°29'50,760"W; 25°36'17,906"S/49°29'54,809"W; 25°36'17,581"S/49°29'54,809"W; 25°36'06,077"S/49°29'51,119"W; 25°36'05,752"S/49°29'51,119"W; 25°36'17,581"S/49°29'54,522"W; 25°36'17,094"S/49°29'54,522"W; 25°36'05,752"S/49°29'51,477"W; 25°36'05,492"S/49°29'51,477"W; 25°36'17,094"S/49°29'54,235"W; 25°36'16,606"S/49°29'54,235"W; 25°36'05,492"S/49°29'51,836"W; 25°36'05,167"S/49°29'51,836"W; 25°36'16,606"S/49°29'53,949"W; 25°36'16,119"S/49°29'53,949"W; 25°36'05,167"S/49°29'52,194"W; 25°36'04,907"S/49°29'52,194"W; 25°36'16,119"S/49°29'53,662"W; 25°36'15,631"S/49°29'53,662"W; 25°36'04,907"S/49°29'52,552"W; 25°36'04,680"S/49°29'52,552"W; 25°36'15,631"S/49°29'53,375"W; 25°36'15,144"S/49°29'53,375"W; 25°36'04,680"S/49°29'53,627"W; 25°36'05,002"S/49°29'53,627"W; 25°36'15,144"S/49°29'53,017"W; 25°36'12,219"S/49°29'53,017"W; 25°36'05,002"S/49°29'54,165"W; 25°36'06,627"S/49°29'54,165"W; 25°36'12,216"S/49°29'53,196"W; 25°36'11,569"S/49°29'53,196"W; 25°36'06,627"S/49°29'53,950"W; 25°36'07,439"S/49°29'53,950"W; 25°36'11,569"S/49°29'53,555"W; 25°36'10,757"S/49°29'53,555"W; 25°36'07,439"S/49°29'53,591"W; 25°36'08,154"S/49°29'53,591"W; 25°36'10,757"S/49°29'53,913"W; 25°36'09,945"S/49°29'53,913"W; 25°36'08,154"S/49°29'53,233"W; 25°36'08,869"S/49°29'53,233"W; 25°36'09,945"S/49°29'54,272"W; 25°36'09,295"S/49°29'54,272"W; 25°36'08,869"S/49°29'52,875"W; 25°36'09,584"S/49°29'52,874"W; 25°36'09,295"S/49°29'54,630"W; 25°36'08,645"S/49°29'54,630"W; 25°36'09,584"S/49°29'52,516"W; 25°36'10,234"S/49°29'52,516"W; 25°36'08,629"S/49°29'54,983"W; 25°36'07,832"S/49°29'54,983"W; 25°36'10,234"S/49°29'52,158"W; 25°36'11,046"S/49°29'52,158"W; 25°36'07,832"S/49°29'55,347"W; 25°36'06,533"S/49°29'55,347"W; 25°36'11,046"S/49°29'51,799"W; 25°36'12,183"S/49°29'51,799"W; 25°36'06,529"S/49°29'55,168"W; 25°36'05,883"S/49°29'55,168"W; 25°36'12,186"S/49°29'51,620"W; 25°36'15,433"S/49°29'51,620"W; 25°36'05,879"S/49°29'54,964"W; 25°36'05,233"S/49°29'54,964"W; 25°36'15,433"S/49°29'51,906"W; 25°36'15,920"S/49°29'51,906"W; 25°36'05,229"S/49°29'54,809"W; 25°36'04,758"S/49°29'54,810"W; 25°36'15,920"S/49°29'52,193"W; 25°36'16,408"S/49°29'52,193"W; 25°36'04,742"S/49°29'54,666"W; 25°36'04,424"S/49°29'54,666"W; 25°36'16,408"S/49°29'52,551"W; 25°36'16,895"S/49°29'52,551"W; 25°36'04,417"S/49°29'54,308"W; 25°36'04,261"S/49°29'54,308"W; 25°36'16,895"S/49°29'52,838"W; 25°36'17,382"S/49°29'52,838"W; 25°36'04,261"S/49°29'53,770"W; 25°36'04,095"S/49°29'53,770"W; 25°36'17,382"S/49°29'53,125"W; 25°36'17,870"S/49°29'53,125"W; 25°36'04,095"S/49°29'53,412"W; 25°36'03,933"S/49°29'53,412"W; 25°36'17,870"S/49°29'53,411"W; 25°36'18,357"S/49°29'53,411"W; 25°36'03,933"S/49°29'52,982"W; 25°36'03,770"S/49°29'52,982"W; 25°36'18,357"S/49°29'53,770"W; 25°36'18,845"S/49°29'53,770"W; 25°36'03,770"S/49°29'52,444"W; 25°36'03,929"S/49°29'52,444"W; 25°36'18,845"S/49°29'54,307"W; 25°36'19,170"S/49°29'54,307"W; 25°36'03,933"S/49°29'52,265"W; 25°36'04,254"S/49°29'52,265"W; 25°36'19,170"S/49°29'54,845"W; 25°36'19,495"S/49°29'54,845"W; 25°36'04,254"S/49°29'51,907"W; 25°36'04,514"S/49°29'51,907"W; 25°36'19,495"S/49°29'55,562"W; 25°36'19,820"S/49°29'55,562"W; 25°36'04,514"S/49°29'51,548"W; 25°36'04,839"S/49°29'51,548"W; 25°36'19,820"S/49°29'56,099"W; 25°36'20,145"S/49°29'56,099"W; 25°36'04,839"S/49°29'51,190"W; 25°36'05,099"S/49°29'51,190"W; 25°36'20,145"S/49°29'56,637"W; 25°36'20,470"S/49°29'56,637"W; 25°36'05,099"S/49°29'50,832"W; 25°36'05,424"S/49°29'50,832"W; 25°36'20,470"S/49°29'57,174"W; 25°36'20,795"S/49°29'57,174"W; 25°36'05,424"S/49°29'50,473"W; 25°36'05,749"S/49°29'50,473"W; 25°36'20,795"S/49°29'57,819"W; 25°36'21,120"S/49°29'57,819"W; 25°36'05,749"S/49°29'50,115"W; 25°36'06,009"S/49°29'50,115"W; 25°36'21,120"S/49°29'58,895"W; 25°36'21,282"S/49°29'58,895"W; 25°36'06,009"S/49°29'49,756"W; 25°36'06,334"S/49°29'49,756"W; 25°36'21,282"S/49°30'00,328"W; 25°36'21,484"S/49°30'00,328"W; 25°36'06,334"S/49°29'49,398"W; 25°36'06,594"S/49°29'49,398"W; 25°36'21,484"S/49°30'02,120"W; 25°36'21,286"S/49°30'02,120"W; 25°36'06,594"S/49°29'49,040"W; 25°36'06,919"S/49°29'49,040"W; 25°36'21,286"S/49°30'02,658"W; 25°36'21,058"S/49°30'02,658"W; 25°36'06,919"S/49°29'48,681"W; 25°36'07,179"S/49°29'48,681"W; 25°36'21,058"S/49°30'03,195"W; 25°36'20,863"S/49°30'03,195"W; 25°36'07,179"S/49°29'48,323"W; 25°36'07,341"S/49°29'48,323"W; 25°36'20,863"S/49°30'03,733"W; 25°36'20,668"S/49°30'03,733"W; 25°36'07,341"S/49°29'47,785"W; 25°36'07,439"S/49°29'47,785"W; 25°36'20,668"S/49°30'04,270"W; 25°36'20,441"S/49°30'04,270"W; 25°36'07,439"S/49°29'46,710"W; 25°36'07,247"S/49°29'46,710"W; 25°36'20,441"S/49°30'04,808"W; 25°36'20,246"S/49°30'04,808"W; 25°36'07,247"S/49°29'45,993"W; 25°36'06,922"S/49°29'45,993"W; 25°36'20,246"S/49°30'05,346"W; 25°36'20,051"S/49°30'05,346"W; 25°36'06,922"S/49°29'45,635"W; 25°36'06,434"S/49°29'45,635"W; 25°36'20,051"S/49°30'05,883"W; 25°36'19,824"S/49°30'05,883"W; 25°36'06,434"S/49°29'45,277"W; 25°36'05,947"S/49°29'45,277"W; 25°36'19,824"S/49°30'06,421"W; 25°36'19,629"S/49°30'06,421"W; 25°36'05,947"S/49°29'44,990"W; 25°36'05,622"S/49°29'44,990"W; 25°36'19,629"S/49°30'06,958"W; 25°36'19,401"S/49°30'06,958"W; 25°36'04,013"S/49°29'44,632"W; 25°36'19,401"S/49°30'07,496"W; 25°36'19,206"S/49°30'07,496"W; 25°36'03,994"S/49°29'44,345"W; 25°36'02,697"S/49°29'44,345"W; 25°36'19,206"S/49°30'08,034"W; 25°36'19,011"S/49°30'08,034"W; 25°36'02,694"S/49°29'44,166"W; 25°36'01,397"S/49°29'44,166"W; 25°36'19,011"S/49°30'08,571"W; 25°36'18,784"S/49°30'08,571"W; 25°36'01,394"S/49°29'43,987"W; 25°35'59,773"S/49°29'43,987"W; 25°36'18,784"S/49°30'09,109"W; 25°36'18,589"S/49°30'09,109"W; 25°35'59,769"S/49°29'43,808"W; 25°35'58,798"S/49°29'43,808"W; 25°36'18,589"S/49°30'09,646"W; 25°36'18,394"S/49°30'09,646"W; 25°35'58,794"S/49°29'43,629"W; 25°35'58,473"S/49°29'43,629"W; 25°36'18,394"S/49°30'10,184"W; 25°36'18,166"S/49°30'10,184"W; 25°35'58,473"S/49°29'43,343"W; 25°35'58,148"S/49°29'43,343"W; 25°36'18,166"S/49°30'10,722"W; 25°36'17,972"S/49°30'10,722"W; 25°35'58,148"S/49°29'43,092"W; 25°35'57,823"S/49°29'43,092"W; 25°36'17,972"S/49°30'11,259"W; 25°36'17,777"S/49°30'11,259"W; 25°35'57,823"S/49°29'42,841"W; 25°35'57,498"S/49°29'42,841"W; 25°36'17,777"S/49°30'11,797"W; 25°36'17,549"S/49°30'11,797"W; 25°35'57,498"S/49°29'42,590"W; 25°35'57,173"S/49°29'42,590"W; 25°36'17,549"S/49°30'12,334"W; 25°36'17,354"S/49°30'12,334"W; 25°35'57,173"S/49°29'42,339"W; 25°35'56,854"S/49°29'42,339"W; 25°36'17,354"S/49°30'12,872"W; 25°36'17,127"S/49°30'12,872"W; 25°35'56,845"S/49°29'42,053"W; 25°35'56,523"S/49°29'42,053"W; 25°36'17,127"S/49°30'13,409"W; 25°36'16,867"S/49°30'13,409"W; 25°35'56,523"S/49°29'41,802"W; 25°35'56,198"S/49°29'41,802"W; 25°36'16,867"S/49°30'15,201"W; 25°36'16,737"S/49°30'15,201"W; 25°35'56,198"S/49°29'41,515"W; 25°35'55,873"S/49°29'41,515"W; 25°36'16,737"S/49°30'16,635"W; 25°36'16,896"S/49°30'16,635"W; 25°35'55,873"S/49°29'41,264"W; 25°35'55,548"S/49°29'41,264"W; 25°36'16,896"S/49°30'17,173"W; 25°36'17,221"S/49°30'17,173"W; 25°35'55,548"S/49°29'40,978"W; 25°35'55,223"S/49°29'40,978"W; 25°36'17,221"S/49°30'17,710"W; 25°36'17,546"S/49°30'17,710"W; 25°35'55,223"S/49°29'40,727"W; 25°35'54,898"S/49°29'40,727"W; 25°36'17,546"S/49°30'18,248"W; 25°36'17,871"S/49°30'18,248"W; 25°35'54,898"S/49°29'40,476"W; 25°35'54,573"S/49°29'40,476"W; 25°36'17,871"S/49°30'18,785"W; 25°36'18,196"S/49°30'18,785"W; 25°35'54,573"S/49°29'40,225"W; 25°35'54,251"S/49°29'40,225"W; 25°36'18,196"S/49°30'19,323"W; 25°36'18,521"S/49°30'19,323"W; 25°35'54,245"S/49°29'39,975"W; 25°35'53,926"S/49°29'39,964"W; 25°36'18,521"S/49°30'19,860"W; 25°36'18,846"S/49°30'19,860"W; 25°35'53,919"S/49°29'39,724"W; 25°35'53,614"S/49°29'39,711"W; 25°36'18,846"S/49°30'20,398"W; 25°36'19,171"S/49°30'20,398"W; 25°35'53,598"S/49°29'39,079"W; 25°35'53,822"S/49°29'39,079"W; 25°36'19,171"S/49°30'20,936"W; 25°36'19,496"S/49°30'20,936"W; 25°35'53,822"S/49°29'38,720"W; 25°35'54,212"S/49°29'38,720"W; 25°36'19,496"S/49°30'21,473"W; 25°36'19,821"S/49°30'21,473"W; 25°35'54,212"S/49°29'38,971"W; 25°35'54,537"S/49°29'38,971"W; 25°36'19,821"S/49°30'21,831"W; 25°36'19,983"S/49°30'21,831"W; 25°35'54,537"S/49°29'39,258"W; 25°35'54,862"S/49°29'39,258"W; 25°36'19,983"S/49°30'22,548"W; 25°36'20,081"S/49°30'22,548"W; 25°35'54,862"S/49°29'39,509"W; 25°35'55,187"S/49°29'39,509"W; 25°36'20,081"S/49°30'23,444"W; 25°36'20,178"S/49°30'23,444"W; 25°35'55,187"S/49°29'39,759"W; 25°35'55,512"S/49°29'39,759"W; 25°36'20,178"S/49°30'24,161"W; 25°36'20,308"S/49°30'24,161"W; 25°35'55,512"S/49°29'40,046"W; 25°35'55,837"S/49°29'40,046"W; 25°36'20,308"S/49°30'24,304"W; 25°36'20,181"S/49°30'24,304"W; 25°35'55,837"S/49°29'40,333"W; 25°35'56,162"S/49°29'40,333"W; 25°36'20,181"S/49°30'24,842"W; 25°36'20,084"S/49°30'24,842"W; 25°35'56,162"S/49°29'40,619"W; 25°35'56,487"S/49°29'40,619"W; 25°36'20,084"S/49°30'25,380"W; 25°36'19,987"S/49°30'25,380"W; 25°35'56,490"S/49°29'40,799"W; 25°35'56,812"S/49°29'40,799"W; 25°36'19,987"S/49°30'25,917"W; 25°36'19,889"S/49°30'25,917"W; 25°35'56,812"S/49°29'41,157"W; 25°35'57,137"S/49°29'41,157"W; 25°36'19,889"S/49°30'26,455"W; 25°36'19,792"S/49°30'26,455"W; 25°35'57,140"S/49°29'41,336"W; 25°35'57,462"S/49°29'41,336"W; 25°36'19,792"S/49°30'26,992"W; 25°36'19,694"S/49°30'26,992"W; 25°35'57,462"S/49°29'41,694"W; 25°35'57,787"S/49°29'41,694"W; 25°36'19,694"S/49°30'27,530"W; 25°36'19,564"S/49°30'27,530"W; 25°35'57,790"S/49°29'41,873"W; 25°35'58,112"S/49°29'41,873"W; 25°36'19,564"S/49°30'28,067"W; 25°36'19,402"S/49°30'28,067"W; 25°35'58,112"S/49°29'42,232"W; 25°35'58,437"S/49°29'42,232"W; 25°36'19,402"S/49°30'28,354"W; 25°36'19,272"S/49°30'28,354"W; 25°35'58,437"S/49°29'42,518"W; 25°35'59,412"S/49°29'42,518"W; 25°36'19,273"S/49°30'28,640"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 505,0m, no rumo verdadeiro de 28°45'00"762 NE, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 25°36'33,661"S e Long. 49°30'37,345"W e os lados

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016100300068

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 5,0m-NE 00°00'00"000; 8,0m-SW 90°00'00"000; 5,0m-NE 00°00'00"000; 8,0m-SW 90°00'00"000; 5,0m-NE 00°00'00"000; 8,0m-SW 90°00'00"000; 4,0m-NE 00°00'00"000; 8,0m-SW 90°00'00"000; 5,0m-NE 00°00'00"000; 8,0m-SW 90°00'00"000; 5,0m-NE 00°00'00"000; 8,0m-SW 90°00'00"000; 5,0m-NE 00°00'00"000; 8,0m-SW 90°00'00"000; 4,0m-NE 00°00'00"000; 8,0m-SW 90°00'00"000; 5,0m-NE 00°00'00"000; 8,0m-SW 90°00'00"000; 5,0m-NE 00°00'00"000; 8,0m-SW 90°00'00"000; 4,0m-NE 00°00'00"000; 8,0m-SW 90°00'00"000; 5,0m-NE 00°00'00"000; 8,0m-SW 90°00'00"000; 5,0m-NE 00°00'00"000; 8,0m-SW 90°00'00"000; 5,0m-NE 00°00'00"000; 8,0m-SW 90°00'00"000; 6,0m-NE 00°00'00"000; 50,0m-SW 90°00'00"000; 20,0m-NE 00°00'00"000; 18,0m-NE 90°00'00"000; 3,0m-NE 00°00'00"000; 15,0m-NE 90°00'00"000; 2,9m-SW 00°00'00"000; 10,0m-NE 90°00'00"000; 7,0m-SW 00°00'00"000; 10,0m-NE 90°00'00"000; 5,0m-SW 00°00'00"000; 10,0m-NE 90°00'00"000; 7,0m-SW 00°00'00"000; 10,0m-NE 90°00'00"000; 5,0m-SW 00°00'00"000; 10,0m-NE 90°00'00"000; 7,0m-SW 00°00'00"000; 10,0m-NE 90°00'00"000; 5,0m-SW 00°00'00"000; 10,0m-NE 90°00'00"000; 5,0m-SW 00°00'00"000; 10,0m-NE 90°00'00"000; 7,0m-SW 00°00'00"000; 10,0m-NE 90°00'00"000; 5,0m-SW 00°00'00"000; 10,0m-NE 90°00'00"000; 7,0m-SW 00°00'00"000; 10,0m-NE 90°00'00"000; 5,0m-SW 00°00'00"000; 10,0m-NE 90°00'00"000; 7,0m-SW 00°00'00"000; 10,0m-NE 90°00'00"000; 5,0m-SW 00°00'00"000; 10,0m-NE 90°00'00"000; 7,0m-SW 00°00'00"000; 10,0m-NE 90°00'00"000; 5,0m-SW 00°00'00"000; 10,0m-NE 90°00'00"000; 4,0m-SW 00°00'00"000; 15,0m-NE 90°00'00"000; 4,0m-SW 00°00'00"000; 15,0m-NE 90°00'00"000; 3,0m-SW 00°00'00"000; 50,0m-NE 90°00'00"000; 2,9m-NE 00°00'00"000; 30,0m-NE 90°00'00"000; 5,0m-NE 00°00'00"000; 25,0m-NE 90°00'00"000; 8,0m-NE 00°00'00"000; 15,0m-NE 90°00'00"000; 10,0m-NE 00°00'00"000; 15,0m-NE 90°00'00"000; 10,0m-NE 00°00'00"000; 15,0m-NE 90°00'00"000; 10,0m-NE 00°00'00"000; 15,0m-NE 90°00'00"000; 10,0m-NE 00°00'00"000; 15,0m-NE 90°00'00"000; 10,0m-NE 00°00'00"000; 12,0m-NE 90°00'00"000; 10,0m-NE 00°00'00"000; 15,0m-NE 90°00'00"000; 10,0m-NE 00°00'00"000; 15,0m-NE 90°00'00"000; 10,0m-NE 00°00'00"000; 15,0m-NE 90°00'00"000; 10,0m-NE 00°00'00"000; 15,0m-NE 90°00'00"000; 10,0m-NE 00°00'00"000; 15,0m-NE 90°00'00"000; 10,0m-NE 00°00'00"000; 15,0m-NE 90°00'00"000; 10,0m-NE 00°00'00"000; 48,0m-NE 90°00'00"000; 7,9m-SW 00°00'00"000; 50,0m-NE 90°00'00"000; 32,0m-SW 00°00'00"000; 12,0m-NE 90°00'00"000; 4,0m-SW 00°00'00"000; 25,0m-NE 90°00'00"000; 22,0m-SW 00°00'00"000; 5,0m-SE 88°51'15"254; 3,9m-SW 00°00'00"000; 10,0m-NE 90°00'00"000; 4,0m-SW 00°00'00"000; 10,0m-NE 90°00'00"000; 4,0m-SW 00°00'00"000; 10,0m-NE 90°00'00"000; 4,0m-SW 00°00'00"000; 10,0m-NE 90°00'00"000; 4,0m-SW 00°00'00"000; 10,0m-NE 90°00'00"000; 5,0m-SW 00°00'00"000; 10,0m-NE 90°00'00"000; 4,0m-SW 00°00'00"000; 10,0m-NE 90°00'00"000; 4,0m-SW 00°00'00"000; 10,0m-NE 90°00'00"000; 4,0m-SW 00°00'00"000; 10,0m-NE 90°00'00"000; 4,0m-SW 00°00'00"000; 9,8m-NE 90°00'00"000; 5,0m-SE 02°44'53"117; 10,0m-NE 90°00'00"000; 4,0m-SW 00°00'00"000; 10,0m-NE 90°00'00"000; 5,0m-SW 00°00'00"000; 10,0m-NE 90°00'00"000; 4,0m-SW 00°00'00"000; 10,0m-NE 90°00'00"000; 4,0m-SW 00°00'00"000; 10,0m-NE 90°00'00"000; 4,0m-SW 00°00'00"000; 10,0m-NE 90°00'00"000; 5,0m-SW 00°00'00"000; 10,0m-NE 90°00'00"000; 5,0m-SW 00°00'00"000; 14,7m-NE 90°00'00"000; 7,0m-SE 02°07'48"689; 15,0m-NE 90°00'00"000; 7,0m-SW 00°00'00"000; 15,0m-NE 90°00'00"000; 5,0m-SW 00°00'00"000; 14,6m-NE 90°00'00"000; 5,0m-SE 04°42'23"428; 70,0m-NE 90°00'00"000; 9,9m-NE 00°00'00"000; 50,0m-NE 90°00'00"000; 10,0m-NE 00°00'00"000; 15,0m-SE 89°57'42"490; 10,0m-NE 00°00'00"000; 18,0m-NE 89°58'05"408; 10,0m-NE 00°00'00"000; 15,0m-NE 90°00'00"000; 10,0m-NE 00°00'00"000; 15,0m-NE 90°00'00"000; 10,0m-NE 00°00'00"000; 15,0m-NE 90°00'00"000; 10,0m-NE 00°00'00"000; 18,0m-NE 90°00'00"000; 10,0m-NE 00°00'00"000; 15,0m-NE 90°00'00"000; 10,0m-NE 00°00'00"000; 8,0m-NE 90°00'00"000; 15,0m-NE 00°00'00"000; 8,0m-NE 90°00'00"000; 15,0m-NE 00°00'00"000; 8,0m-NE 90°00'00"000; 15,0m-NE 00°00'00"000; 8,0m-NE 90°00'00"000; 15,0m-NE 00°00'00"000; 8,0m-NE 90°00'00"000; 15,0m-NE 00°00'00"000; 10,0m-NE 90°00'00"000; 90,0m-NE 00°00'00"000; 5,0m-NW 88°58'07"634; 19,9m-NE 00°00'00"000; 10,0m-SW 90°00'00"000; 25,0m-NE 00°00'00"000; 10,0m-SW 90°00'00"000; 25,0m-NE 00°00'00"000; 10,0m-SW 90°00'00"000; 20,0m-NE 00°00'00"000; 10,0m-SW 90°00'00"000; 20,0m-NE 00°00'00"000; 9,9m-NW 87°05'38"684; 24,5m-NE 00°00'00"000; 10,2m-SW 90°00'00"000; 40,0m-NE 00°00'00"000; 5,0m-NE 88°51'15"254; 19,9m-NE 00°00'00"000; 5,7m-NE 88°59'41"690; 19,9m-NE 00°00'00"000; 4,3m-NE 88°40'04"009; 14,5m-NE 00°00'00"000; 4,0m-NE 82°52'29"941; 9,8m-NE 00°00'00"000; 10,0m-NE 88°51'15"254; 4,8m-NE 00°00'00"000; 15,0m-NE 90°00'00"000; 5,1m-NE 00°00'00"000; 10,0m-NE 90°00'00"000; 5,0m-NE 00°00'00"000; 12,0m-NE 90°00'00"000; 5,0m-NE 00°00'00"000; 15,0m-NE 90°00'00"000; 4,9m-SW 00°00'00"000; 5,0m-SE 88°51'15"254; 9,9m-SW 00°00'00"000; 10,0m-NE 90°00'00"000; 8,0m-SW 00°00'00"000; 10,0m-NE 90°00'00"000; 10,0m-SW 00°00'00"000; 10,0m-NE 90°00'00"000; 8,0m-SW 00°00'00"000; 10,0m-NE 90°00'00"000; 10,0m-SW 00°00'00"000; 10,0m-NE 90°00'00"000; 10,0m-SW 00°00'00"000; 10,0m-NE 90°00'00"000; 8,0m-SW 00°00'00"000; 10,0m-NE 90°00'00"000; 10,0m-SW 00°00'00"000; 10,0m-NE 90°00'00"000; 8,0m-SW 00°00'00"000; 10,0m-NE 90°00'00"000; 10,0m-SW 00°00'00"000; 10,0m-NE 90°00'00"000; 8,0m-SW 00°00'00"000; 10,0m-NE 90°00'00"000; 5,0m-SW 00°00'00"000; 15,0m-NE 90°00'00"000; 3,0m-SW 00°00'00"000; 30,0m-NE 90°00'00"000; 5,9m-NE 00°00'00"000; 20,0m-NE 90°00'00"000; 10,0m-NE 00°00'00"000; 10,0m-NE 90°00'00"000; 15,0m-NE 00°00'00"000; 10,0m-NE 90°00'00"000; 15,0m-NE 00°00'00"000; 8,0m-NE 90°00'00"000; 10,0m-NE 00°00'00"000; 10,0m-NE 90°00'00"000; 49,5m-NE 00°00'00"000; 8,0m-NE 85°42'19"795; 39,9m-NE 00°00'00"000; 5,0m-NE 88°51'15"254; 39,9m-NE 00°00'00"000; 5,0m-NE 88°51'15"254; 49,9m-NE 00°00'00"000; 5,0m-NE 88°51'15"254; 29,9m-NE 00°00'00"000; 5,0m-NE 88°51'15"254; 9,9m-NE 00°00'00"000; 8,0m-NE 90°00'00"000; 10,0m-NE 00°00'00"000; 7,0m-NE 90°00'00"000; 10,0m-NE 00°00'00"000; 7,0m-NE 90°00'00"000; 10,0m-NE 00°00'00"000; 7,0m-NE 90°00'00"000; 10,0m-NE 00°00'00"000; 7,0m-NE 90°00'00"000; 9,8m-NE 00°00'00"000; 8,0m-NE 87°50'59"025; 9,9m-NE 00°00'00"000; 7,0m-NE 90°00'00"000; 10,0m-NE 00°00'00"000; 8,0m-NE 90°00'00"000; 10,0m-NE 00°00'00"000; 7,0m-NE 90°00'00"000; 10,0m-NE 00°00'00"000; 8,0m-NE 90°00'00"000; 10,0m-NE 00°00'00"000; 7,0m-NE 90°00'00"000; 10,0m-NE 00°00'00"000; 7,0m-NE 90°00'00"000; 10,0m-NE 00°00'00"000; 7,0m-NE 90°00'00"000; 9,9m-NE 00°00'00"000; 7,0m-NE 88°21'48"323; 9,8m-NE 01°48'35"884; 6,7m-NE 88°17'15"474; 9,4m-NE 02°15'14"745; 17,6m-NE 88°22'31"743; 6,9m-SW 00°00'00"000; 10,0m-NE 90°00'00"000; 12,0m-SW 00°00'00"000; 7,0m-SW 90°00'00"000; 10,0m-SW 00°00'00"000; 8,0m-SW 90°00'00"000; 10,0m-SW 00°00'00"000; 7,0m-SW 90°00'00"000; 10,0m-SW 00°00'00"000; 7,0m-SW 90°00'00"000; 10,0m-SW 00°00'00"000; 8,0m-SW 90°00'00"000; 10,0m-SW 00°00'00"000; 8,0m-SW 90°00'00"000; 10,0m-SW 00°00'00"000; 8,0m-SW 90°00'00"000; 10,0m-SW 00°00'00"000; 5,0m-SW 88°51'15"254; 9,9m-SW 00°00'00"000; 10,0m-SW 90°00'00"000; 10,0m-SW 00°00'00"000; 5,0m-SW 88°51'15"254; 9,9m-SW 00°00'00"000; 10,0m-SW 90°00'00"000; 10,0m-SW 00°00'00"000; 5,0m-SW 88°51'15"254; 9,9m-SW 00°00'00"000; 10,0m-SW 90°00'00"000; 10,0m-SW 00°00'00"000; 8,0m-SW 90°00'00"000; 30,0m-SW 00°00'00"000; 6,0m-SW 90°00'00"000; 50,0m-SW 00°00'00"000; 6,0m-SW 90°00'00"000; 50,0m-SW 00°00'00"000; 6,0m-SW 90°00'00"000; 40,0m-SW 00°00'00"000; 6,0m-SW 90°00'00"000; 50,0m-SW 00°00'00"000; 6,0m-SW 90°00'00"000; 30,0m-SW 00°00'00"000; 8,0m-SW 90°00'00"000; 10,0m-SW 00°00'00"000; 6,0m-SW 90°00'00"000; 10,0m-SW 00°00'00"000; 8,0m-SW 90°00'00"000; 10,0m-SW 00°00'00"000; 8,0m-SW 90°00'00"000; 5,0m-SW 00°00'00"000; 15,0m-SW 90°00'00"000; 5,0m-SW 00°00'00"000; 15,0m-SW 90°00'00"000; 5,0m-SW 00°00'00"000; 15,0m-SW 90°00'00"000; 5,0m-SW 00°00'00"000; 29,9m-SW 90°00'00"000; 4,9m-NW 01°38'11"677; 15,0m-SW 90°00'00"000; 5,0m-NE 00°00'00"000; 10,0m-SW 90°00'00"000; 3,0m-NE 00°00'00"000; 10,0m-SW 90°00'00"000; 3,0m-NE 00°00'00"000; 10,0m-SW 90°00'00"000; 3,0m-NE 00°00'00"000; 10,0m-SW 90°00'00"000; 10,0m-NE 00°00'00"000; 10,0m-SW 90°00'00"000; 8,0m-NE 00°00'00"000; 10,0m-SW 90°00'00"000; 10,0m-NE 00°00'00"000; 10,0m-SW 90°00'00"000; 8,0m-NE 00°00'00"000; 10,0m-SW 90°00'00"000; 10,0m-NE 00°00'00"000; 10,0m-SW 90°00'00"000; 10,0m-NE 00°00'00"000; 10,0m-SW 90°00'00"000; 8,0m-NE 00°00'00"000; 10,0m-SW 90°00'00"000; 10,0m-NE 00°00'00"000; 10,0m-SW 90°00'00"000; 8,0m-NE 00°00'00"000; 10,0m-SW 90°00'00"000; 7,0m-NE 00°00'00"000; 30,0m-SW 90°00'00"000; 9,9m-SW 00°00'00"000; 15,0m-SW 90°00'00"000; 50,0m-SW 00°00'00"000; 6,0m-NE 90°00'00"000; 25,0m-SW 00°00'00"000; 10,0m-NE 90°00'00"000; 22,0m-SW 00°00'00"000; 10,0m-NE 90°00'00"000; 22,0m-SW 00°00'00"000; 10,0m-NE 90°00'00"000; 22,0m-SW 00°00'00"000; 10,0m-NE 90°00'00"000; 20,0m-SW 00°00'00"000; 10,0m-NE 90°00'00"000; 25,0m-SW 00°00'00"000; 10,0m-NE 90°00'00"000; 35,0m-SW 00°00'00"000; 5,0m-SE 88°58'07"634; 99,9m-SW 00°00'00"000; 8,0m-SW 90°00'00"000; 15,0m-SW 00°00'00"000; 8,0m-SW 90°00'00"000; 15,0m-SW 00°00'00"000; 10,0m-SW 90°00'00"000; 15,0m-SW 00°00'00"000; 8,0m-SW 90°00'00"000; 15,0m-SW 00°00'00"000; 8,0m-SW 90°00'00"000; 15,0m-SW 00°00'00"000; 8,0m-SW 90°00'00"000; 15,0m-SW 00°00'00"000; 10,0m-SW 90°00'00"000; 15,0m-SW 00°00'00"000; 15,0m-SW 90°00'00"000; 10,0m-SW 00°00'00"000; 15,0m-SW 90°00'00"000; 10,0m-SW 00°00'00"000; 20,0m-SW 90°00'00"000; 10,0m-SW 00°00'00"000; 15,0m-SW 90°00'00"000; 10,0m-SW 00°00'00"000; 15,0m-SW 90°00'00"000; 10,0m-SW 00°00'00"000; 15,0m-SW 90°00'00"000; 10,0m-SW 00°00'00"000; 18,0m-SW 90°00'00"000; 10,0m-SW 00°00'00"000; 30,0m-SW 90°00'00"000; 5,0m-SW 00°00'00"000; 40,0m-SW 90°00'00"000; 6,2m-SW 00°00'00"000; 50,0m-SW 90°00'00"000; 6,1m-NE 00°00'00"000; 15,0m-SW 90°00'00"000; 7,0m-NE 00°00'00"000; 15,0m-SW 90°00'00"000; 6,0m-NE 00°00'00"000; 15,0m-SW 90°00'00"000; 6,0m-NE 00°00'00"000; 15,0m-SW 90°00'00"000; 7,0m-NE 00°00'00"000; 15,0m-SW 90°00'00"000; 6,0m-NE 00°00'00"000; 15,0m-SW 90°00'00"000; 6,0m-NE 00°00'00"000; 15,0m-SW 90°00'00"000; 7,0m-NE 00°00'00"000; 15,0m-SW 90°00'00"000; 6,0m-NE 00°00'00"000; 15,0m-SW 90°00'00"000; 7,0m-NE 00°00'00"000; 15,0m-SW 90°00'00"000; 6,0m-NE 00°00'00"000; 15,0m-SW 90°00'00"000; 6,0m-NE 00°00'00"000; 15,0m-SW 90°00'00"000; 7,0m-NE 00°00'00"000; 15,0m-SW 90°00'00"000; 6,0m-NE 00°00'00"000; 15,0m-SW 90°00'00"000; 6,0m-NE 00°00'00"000; 15,0m-SW 90°00'00"000; 7,0m-NE 00°00'00"000; 15,0m-SW 90°00'00"000; 6,0m-NE 00°00'00"000; 15,0m-SW 90°00'00"000; 6,0m-NE 00°00'00"000; 15,0m-SW 90°00'00"000; 7,0m-NE 00°00'00"000; 15,0m-SW 90°00'00"000; 6,0m-NE 00°00'00"000; 15,0m-SW 90°00'00"000; 7,0m-NE 00°00'00"000; 15,0m-SW 90°00'00"000; 8,0m-NE 00°00'00"000; 50,0m-SW 90°00'00"000; 4,0m-NE 00°00'00"000; 40,0m-SW 90°00'00"000; 4,9m-SW 00°00'00"000; 15,0m-SW 90°00'00"000; 10,0m-SW 00°00'00"000; 15,0m-SW 90°00'00"000; 10,0m-SW 00°00'00"000; 15,0m-SW 90°00'00"000; 10,0m-SW 00°00'00"000; 15,0m-SW 90°00'00"000; 10,0m-SW 00°00'00"000; 15,0m-SW 90°00'00"000; 10,0m-SW 00°00'00"000; 15,0m-SW 90°00'00"000; 10,0m-SW 00°00'00"000; 15,0m-SW 90°00'00"000; 10,0m-SW 00°00'00"000; 15,0m-SW 90°00'00"000; 10,0m-SW 00°00'00"000; 15,0m-SW 90°00'00"000; 10,0m-SW 00°00'00"000; 10,0m-SW 90°00'00"000; 5,0m-SW 00°00'00"000; 20,0m-SW 90°00'00"000; 3,0m-SW 00°00'00"000; 25,0m-SW 90°00'00"000; 3,0m-SW 00°00'00"000; 20,0m-SW 90°00'00"000; 4,0m-SW 00°00'00"000; 4,0m-SW 90°00'00"000; 3,9m-NE 00°00'00"000; 15,0m-SW 90°00'00"000; 3,0m-NE 00°00'00"000; 15,0m-SW 90°00'00"000; 3,0m-NE 00°00'00"000; 15,0m-SW 90°00'00"000; 3,0m-NE 00°00'00"000; 15,0m-SW 90°00'00"000; 3,0m-NE 00°00'00"000; 15,0m-SW 90°00'00"000; 3,0m-NE 00°00'00"000; 15,0m-SW 90°00'00"000; 4,0m-NE 00°00'00"000; 15,0m-SW 90°00'00"000; 5,0m-NE 00°00'00"000; 8,0m-SW 90°00'00"000; 4,0m-NE 00°00'00"000; 8,0m-SW 89°42'46"100.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
DIRETORIA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA

DESPACHO DA DIRETORA
Em 30 de setembro de 2016

Nº 227 - PROCESSO Nº 35000.002438/1989-85. ASSUNTO: Apuração e cobrança administrativa de valores referentes às taxas condominiais do imóvel funcional residencial situado na AOS 4, Bloco D, Apto 508, Área Octogonal, Brasília/DF. INTERESSADO: Coordenação-Geral de Engenharia e Patrimônio Imobiliário/Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística/INSS. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 18, Inc. XI, constante no Anexo I, Capítulo IV, Seção IV, do Decreto nº 7.556, de 24 de agosto de 2011; Art. 54, Inc. XI, do Regimento Interno do INSS, aprovado pela Portaria MPS nº 296, de 09 de novembro de 2009 e Instrução Normativa nº 74/PRES/INSS, de 03 de outubro de 2014, alterada pela Instrução Normativa nº 82, de 26 de novembro de 2015.

DECISÃO: 1. Considerando os despachos do Serviço de Administração dos Imóveis Funcionais, às fls. 271/272, da Divisão de Patrimônio Imobiliário, às fls. 274, da Coordenação de Engenharia e Patrimônio Imobiliário/Coordenação-Geral de Engenharia e Patrimônio Imobiliário, às fls. 275 e, de acordo com as competências atribuídas na forma da fundamentação legal acima exposta, AUTORIZO a abertura de Processo Administrativo de Apuração e Cobrança - PAAC, referentes a débitos de taxas condominiais do imóvel funcional residencial situado na AOS 4, Bloco D, Apto 508, Área Octogonal, Brasília/DF, na forma dos procedimentos administrativos estabelecidos na Instrução Normativa PRES/INSS nº 74/2014, alterada pela Instrução Normativa PRES/INSS nº 82/2015. 2. Publique-se. 3. À Coordenação-Geral de Engenharia e Patrimônio Imobiliário, para adoção das providências pertinentes.

MANUELLA ANDRADE PEREIRA DE SOUZA SILVA
Substituta

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PORTARIA Nº 103, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria MDS nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes nos pareceres técnicos dos processos abaixo indicados, resolve:

Art. 1º Deferir as concessões de certificação de entidade beneficente de assistência social das seguintes entidades por atenderem os requisitos legais constantes na Lei nº 12.101/2009, com validade de três anos a partir da publicação desta portaria no D.O.U., nos termos do art. 5º, do Decreto nº 8.242/2014, dispostas por nome da entidade, CNPJ, município/UF, nº do processo e número do parecer técnico:

1)INSTITUIÇÃO CIDADE DOS MENINOS MARIA IMACULADA, 15.542.175/0001-06, SANTO ANDRE/PB, 71000.058837/2014-08, 41176.

2)LAR DOS IDOSOS DR. ANTONIO ANADÃO, 51.882.124/0001-89, SAO SEBASTIAO DA GRAMA/SP, 71000.066286/2016-18, 50053.

Art. 2º Pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/2009.

Art. 3º Cientifique-se a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 104, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria MDS nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes nos pareceres técnicos dos processos abaixo indicados, resolve:

Art. 1º Deferir as renovações de certificação de entidade beneficente de assistência social das seguintes entidades por atenderem os requisitos legais constantes na Lei nº 12.101/2009, dispostas por nome da entidade, CNPJ, município/UF, nº do processo, número do parecer técnico e período de validade de certificação:

1)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ESTRELA, 89.071.732/0001-86, ESTRELA/RS, 71000.054914/2016-12, 49873, de 27/09/2016 a 26/09/2021.

2)ASSOCIAÇÃO ALIANÇA PELA VIDA, 60.737.178/0001-41, SAO PAULO/SP, 71000.067410/2014-92, 42800, de 24/12/2014 a 23/12/2017.

3)ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIÊNTES FÍSICOS DO ESTADO DE GOIÁS, 02.917.870/0001-55, GOIANIA/GO, 71000.130301/2015-08, 49419, de 19/01/2016 a 18/01/2019.

4)VILA DOS MENINOS SAGRADA FAMÍLIA, 45.525.979/0001-50, BOTUCATU/SP, 71000.001682/2016-91, 49757, de 07/03/2016 a 06/03/2021.

5)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE ALPESTRE, 02.836.517/0001-40, ALPESTRE/RS, 71000.054693/2016-74, 49988, de 19/07/2016 a 18/07/2021.

6)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ARIQUEMES, 04.900.106/0001-00, ARIQUEMES/RO, 71000.002646/2016-45, 50137, de 20/07/2016 a 19/07/2021.

7)SBA - SOCIEDADE BENEFICENTE DE ANCHIETA, 28.676.005/0001-58, RIO DE JANEIRO/RJ, 71000.066268/2016-28, 50071, de 29/07/2016 a 28/07/2019.

8)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JEQUERI - APAE DE JEQUERI, 16.878.977/0001-46, JEQUERI/MG, 71000.002645/2016-09, 50172, de 18/07/2016 a 17/07/2021.

9)SOCIEDADE AMIGA DOS POBRES ALBERGUE NOTURNO, 58.259.433/0001-46, SANTOS/SP, 71000.001256/2016-58, de 23/12/2016 a 22/12/2021.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/2009.

Art. 3º Cientifique-se a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 105, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria MDS nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes nos pareceres técnicos dos processos abaixo indicados, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social das seguintes entidades, por contrariarem requisitos legais constantes na Lei nº 12.101/2009:

1)ASSOCIAÇAO AMIGOS DA SANTA CASA DE BOM DESPACHO, CNPJ 14.647.992/0001-58, BOM DESPACHO/MG, processo nº 71000.001370/2015-05, parecer técnico nº 47229/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s).

2)SOMADENA - SOCIEDADE MARANHENSE DE DEFESA A NATUREZA, CNPJ 69.402.576/0001-81, SAO LUIS/MA, processo nº 71000.096284/2015-64, parecer técnico nº 48846/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atua no âmbito da assistência social.

3)GAPEB - GRUPO ASSISTENCIAL PROFESSOR EURIPEDES BARSANULPHO, CNPJ 04.775.187/0001-56, RIO DE JANEIRO/RJ, processo nº 71000.066382/2016-58, parecer técnico nº 50006/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s).

4)PATRONATO AGRÍCOLA E PROFISSIONAL SÃO JOSÉ, CNPJ 89.428.775/0001-76, ERECHIM/RS, processo nº 71000.066138/2016-95, parecer técnico nº 50152/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atua no âmbito da assistência social.

5)FUNDAÇÃO CULTURA ARTISTICA DE LONDRINA - FUNCART, CNPJ 81.884.439/0001-26, LONDRINA/PR, processo nº 71000.066080/2016-80, parecer técnico nº 50181/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou gratuidade nas ofertas.

Art. 2º Indeferir o pedido de renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social das seguintes entidades, por contrariarem requisitos legais constantes na Lei nº 12.101/2009:

1)INSTITUIÇÃO BENEFICENTE "SOCORRISTAS CRISTÃS", CNPJ 43.266.378/0001-44, AMERICANA/SP, processo nº 71000.020360/2011-37, parecer técnico nº 45302/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atua no âmbito da assistência social.

2)ASAS DE SOCORRO, CNPJ 01.052.752/0001-69, ANAPOLIS/GO, processo nº 71000.141768/2014-94, parecer técnico nº 42694/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atua preponderantemente no âmbito da assistência social.

3)OBRAS SOCIAIS DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA BOA VIAGEM, CNPJ 20.468.260/0001-01, ITABIRITO/MG, processo nº 71000.052475/2015-14, parecer técnico nº 47655/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

4)LAMARA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA AO DEFICIENTE VISUAL, CNPJ 67.640.441/0001-29, SAO PAULO/SP, processo nº 71000.134305/2014-76, parecer técnico nº 46943/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atua preponderantemente no âmbito da assistência social.

5)ASSOCIAÇÃO LAR DOS VELHOS ANTÔNIO E JACINTA SCHUWARTZ VIEIRA, CNPJ 30.397.921/0001-09, PORCIUNCULA/RJ, processo nº 71000.054713/2016-15, parecer técnico nº 50033/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou gratuidade nas ofertas.

6)SOCIEDADE BATISTA DE BENEFICÊNCIA TABEA, CNPJ 91.986.125/0001-98, IJUI/RS, processo nº 71000.066007/2016-16, parecer técnico nº 50207/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou gratuidade nas ofertas.

Art. 3º Abrir prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta publicação, para que a entidade apresente recurso contra a decisão, sem efeito suspensivo.

Art. 4º Cientifique-se a Secretaria da Receita Federal do Brasil acerca dos indeferimentos relacionados no art. 2º.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 106, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 1107/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.003445/2015-84, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.003445/2015-84.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria 40/2016, item 54, de 03/06/2016, publicada no DOU de 06/06/2016, que indeferiu o pedido de concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social.

Art. 3º Deferir a concessão de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pelo Conselho Central de Piumhi da Sociedade São Vicente de Paulo, CNPJ: 20.922.696/0001-10, Piumhi/MG, com validade de 03 (três) anos, a contar da data de publicação no Diário Oficial da União da presente Portaria, nos termos do artigo 5° do Decreto n° 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 40/2016, item 75, de 03/06/2016, DOU de 06/06/2016.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 107, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 1183/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.020721/2012-26, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.020721/2012-26.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria nº 40/2016, art. 1º, item 9 de 03/06/2016, publicada no DOU de 06/06/2016, que indeferiu o pedido de concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social.

Art. 3º Deferir a concessão de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pelo Lar Torres de Melo, CNPJ: 07.344.393/0001-08, Fortaleza/CE, com validade de 03 (três) anos, a contar da data da publicação no Diário Oficial da União da presente Portaria, nos termos do artigo 5º do Decreto nº 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 40/2016, art. 1°, item 9 de 03/06/2016, DOU de 06/06/2016.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 108, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 1130/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.025081/2012-41, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.025081/2012-41.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria 40/2016, art. 1°, item 10, de 03/06/2016, publicada no DOU de 06/06/2016, que indeferiu o pedido de concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social.

Art. 3º Deferir a concessão de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela Associação de Amparo ao Idoso Padre Olmiro Hartmann, CNPJ: 10.898.012/0001-39, Santo Antônio das Missões/RS, com validade de 03 (três) anos, a contar da data de publicação no Diário Oficial da União da presente Portaria, nos termos do artigo 5° do Decreto n° 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 40/2016, art. 1°, item 10, de 03/06/2016, DOU de 06/06/2016.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 109, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 1176/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDSA, exarado nos autos do Processo nº 71000.037532/2009-97, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.037532/2009-97.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria nº 333, art. 1º, de 06/06/2012, publicada no DOU de 11/06/2012, que indeferiu o pedido de renovação da certificação de entidades beneficentes de assistência social.

Art. 3º Deferir a renovação de certificação de entidades beneficentes de assistência social requerida pela Associação Maringá Apoiando a Recuperação de Vidas - MAREV, CNPJ: 01.914.458/0001-19, Maringá/PR, com validade de 5 (cinco) anos, de 10/02/2010 a 09/02/2015, nos termos do § 3º do art. 3º do Decreto nº 2.536/98 e do parágrafo único, do art. 38-A, da Lei nº 12.101/2009.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 333, art. 1º, de 06/06/2012, DOU de 11/06/2012.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 110, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 1098/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.042907/2015-89, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.042907/2015-89.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria 40/2016, item 19, de 03/06/2016, publicada no DOU de 06/06/2016, que indeferiu o pedido de renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 3º Deferir a renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela Associação de Pais e Amigos do Excepcional Gota de Orgulho, CNPJ: 25.103.904/0001-73, Goiânia/GO, com validade de 05 (cinco) anos, de 22/03/2015 a 21/03/2020, nos termos do artigo 5° do Decreto n° 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 40/2016, item 19, de 03/06/2016, DOU de 06/06/2016.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 111, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 1133/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.070232/2015-68, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.070232/2015-68.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria 40/2016, Art. 2°, item 9, de 03/06/2016, publicada no DOU de 06/06/2016, que indeferiu o pedido de renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social.

Art. 3º Deferir a renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Matipó, CNPJ: 26.220.376/0001-03, Matipó/MG, com validade de 05 (cinco) anos, de 21/08/2015 a 20/08/2020, nos termos do artigo 5° do Decreto n° 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 40/2016, Art. 2°, item 9, de 03/06/2016, DOU de 06/06/2016.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 112, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 1041/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDSA, exarado nos autos do Processo nº 71000.076920/2015-31, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.076920/2015-31.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria nº 15/2016, art. 2º, item 08, de 04/03/2016, publicada no DOU de 08/03/2016, que indeferiu o pedido de renovação da certificação das entidades beneficentes de assistência social.

Art. 3º Deferir a renovação de certificação das entidades beneficentes de assistência social requerida pelo Lar da Criança Vicentina de Paulo Afonso, CNPJ: 13.453.006/0001-66, Paulo Afonso/BA, com validade de 05 (cinco) anos, de 24/07/2015 a 23/07/2020, nos termos do artigo 5º do Decreto nº 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 15/2016, art. 2º, item 08, de 04/03/2016, publicada no DOU de 08/03/2016.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 113, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 1112/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.077235/2015-22, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.077235/2015-22.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria 40/2016, art.1°, item 76, de 03/06/2016, publicada no DOU de 06/06/2016, que indeferiu o pedido de concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social.

Art. 3º Deferir a concessão de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Itamarandiba, CNPJ: 06.172.012/0001-80, Itamarandiba/MG, com validade de 03 (três) anos, a contar da data de publicação no Diário Oficial da União da presente Portaria, nos termos do artigo 5° do Decreto n° 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 40/2016, art.1°, item 76, de 03/06/2016, DOU de 06/06/2016.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 114, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 1181/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDSA, exarado nos autos do Processo nº 71000.085407/2011-16, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.085407/2011-16.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria 63/2016, art 2°, item 2, de 29/07/2016, publicada no DOU de 02/08/2016, que indeferiu o pedido de renovação da certificação de entidades beneficentes de assistência social.

Art. 3º Deferir a renovação de certificação de entidades beneficentes de assistência social requerida pela Instituição Beneficente Israelita Tem Yad, CNPJ: 69.127.793/0001-00, São Paulo/SP, com validade de 05 (cinco) anos, de 10/11/2011 a 09/11/2016, nos termos do artigo 38-A da Lei nº 12.868/2013.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidades beneficentes de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 63/2016, art. 2°, item 2, de 29/07/2016, DOU de 02/08/2016.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 115, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 1158/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDSA, exarado nos autos do Processo nº 71000.086343/2014-13, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.086343/2014-13.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria 32/2016, art. 2º, item 16, de 10/05/2016, publicada no DOU de 11/05/2016, que indeferiu o pedido de renovação da certificação das entidades beneficentes de assistência social.

Art. 3º Deferir a renovação de certificação das entidades beneficentes de assistência social requerida pelo Lar São Vicente de Paulo de Potirendaba, CNPJ: 53.211.744/0001-11, Potirendaba/SP, com validade de 05 (cinco) anos, de 16/12/2014 a 15/12/2019, nos termos do artigo 5º do Decreto nº 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº Portaria 32/2016, art. 2º, item 16, de 10/05/2016, DOU de 11/05/2016.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 116, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 1040/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDSA, exarado nos autos do Processo nº 71000.098324/2014-21, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.098324/2014-21.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria nº 15/2016, art. 1º, item 66, de 04/03/2016, publicada no DOU de 08/03/2016, que indeferiu o pedido de concessão da certificação das entidades beneficentes de assistência social.

Art. 3º Deferir a concessão de certificação das entidades beneficentes de assistência social requerida pela Vila Beato Contardo Ferrini - Obra Unida à Sociedade São Vicente de Paulo, CNPJ: 45.244.290/0001-57, Bebedouro/SP, com validade de 03 (três) anos, a contar da data da publicação no Diário Oficial da União da presente Portaria, nos termos do artigo 5º do Decreto nº 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 15/2016, art. 1º, item 66, de 04/03/2016, publicada no DOU de 08/03/2016.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 117, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 1126/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.098749/2013-50, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.098749/2013-50.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria 40/2016, art. 1º, item 67, de 03/06/2016, publicada no DOU de 06/06/2016, que indeferiu o pedido de concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social.

Art. 3º Deferir a concessão de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela Associação Maria da Conceição - ASMAC, CNPJ: 33.522.996/0001-54, Gama/DF, com validade de 03 (três) anos, a contar da data de publicação no Diário Oficial da União da presente Portaria, nos termos do artigo 5° do Decreto n° 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 40/2016, art. 1º, item 67, de 03/06/2016, DOU de 06/06/2016.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 118, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 1139/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.114660/2012-67, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.114660/2012-67.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria 04/2016, art. 1º, item 64, de 29/01/2016, publicada no DOU de 02/02/2016, que indeferiu o pedido de concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social.

Art. 3º Deferir a concessão de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela Ação Social Recomeçar - REC, CNPJ 06.092.014/0001-69, Samambaia/DF, com validade de 03 (três) anos, a contar da data de publicação no Diário Oficial da União da presente Portaria, nos termos do artigo 5° do Decreto n° 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 04/2016, art. 1º, item 64, de 29/01/2016, DOU de 02/02/2016.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 119, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 1072/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.123749/2012-14, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.123749/2012-14.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 24/2016, item 43 de 30/03/2016, publicada no DOU de 06/04/2016, que indeferiu o pedido de concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social.

Art. 3º Deferir a concessão de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pelo Lar Vicentino de Ubatuba, CNPJ: 45.086.170/0001-79, Ubatuba/SP, com validade de 03 (três) anos, a contar da data da publicação no Diário Oficial da União da presente Portaria, nos termos do artigo 5º do Decreto nº 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 24/2016 item 43 de 30/03/2016, DOU de 06/04/2016.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 120, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 1125/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDSA, exarado nos autos do Processo nº 71000.126435/2012-73, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.126435/2012-73.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria 24/2016, art. 1º, item 46, de 30/03/2016, publicada no DOU de 06/04/2016, que indeferiu o pedido de concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social.

Art. 3º Deferir a concessão de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Goioxim, CNPJ: 04.678.919/0001-90, Goioxim/PR, com validade de 03 (três) anos, a contar da data de publicação no Diário Oficial da União da presente Portaria, nos termos do artigo 5° do Decreto n° 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 24/2016, art. 1º, item 46, de 30/03/2016, DOU de 06/04/2016.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 121, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 1106/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.140373/2010-41, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.140373/2010-41.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria 32/2016, item 25, de 10/05/2016, publicada no DOU de 11/05/2016, que indeferiu o pedido de renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social.

Art. 3º Deferir a renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela Associação de Auxílio à Velhice Desamparada, CNPJ: 32.355.893/0001-84, Valença/RJ, com validade de 05 (cinco) anos, de 30/06/2011 a 29/06/2016, nos termos do artigo 38-A da Lei nº 12.868/2013.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 32/2016, item 25, de 10/05/2016, DOU de 11/05/2016.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 122, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 1148/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDSA, exarado nos autos do Processo nº 71000.038280/2010-57, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.038280/2010-57.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria nº 32/2016, art. 2º, item 2 de 10/05/2016, publicada no DOU de 11/05/2016, que indeferiu o pedido de renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social.

Art. 3º Deferir a renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela Associação Limeirense de Combate ao Câncer, CNPJ: 01.181.142/0001-65, Limeira/SP, com validade de 05 (cinco) anos, de 26/03/2010 a 25/03/2015, nos termos do artigo 38-A da Lei 12.868/2013.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 32/2016, art. 2º, item 2, de 10/05/2016, DOU de 11/05/2016.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 123, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 1063/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDSA, exarado nos autos do Processo nº 71000.039802/2013-81, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.039802/2013-81.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria nº 24/2016, item 48, de 30/03/2016, publicada no DOU de 06/04/2016, que indeferiu o pedido de concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social.

Art. 3º Deferir a concessão de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela Associação dos Hemofílicos de Alagoas, CNPJ: 09.315.920/0001-73, Maceió/AL, com validade de 03 (três) anos, a contar da data de publicação no Diário Oficial da União da presente Portaria, nos termos do artigo 5° do Decreto n° 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 24/2016, item 48, de 30/03/2016, DOU de 06/04/2016.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 124, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 1060/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71010.000680/2013-13, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71010.000680/2013-13.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 24/2016, item 50 de 30/03/2016, publicada no DOU de 06/04/2016, que indeferiu o pedido de concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social.

Art. 3º Deferir a concessão de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Aragarças, CNPJ: 33.577.677/0001-46, Aragarças/GO, com validade de 03 (três) anos, a contar da data da publicação no Diário Oficial da União da presente Portaria, nos termos do artigo 5º do Decreto nº 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 24/2016 item 50 de 30/03/2016, DOU de 06/04/2016.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 125, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 1132/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71010.000967/2012-62, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71010.000967/2012-62.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria nº 40/2016, art. 1º, item 7, de 03/06/2016, publicada no DOU de 06/06/2016, que indeferiu o pedido de concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social.

Art. 3º Deferir a concessão de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela Assistência Social e Cultural da Assembléia de Deus, CNPJ: 44.569.606/0001-18, Tupã/SP, com validade de 03 (três) anos, a contar da data da publicação no Diário Oficial da União da presente Portaria, nos termos do artigo 5º do Decreto nº 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 40/2016, art. 1º, item 7, de 03/06/2016, DOU de 06/06/2016.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 126, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 1059/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDSA, exarado nos autos do Processo nº 71010.001250/2012-38, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71010.001250/2012-38.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 24/2016, art. 2º, item 17 de 30/03/2016, publicada no DOU de 06/04/2016, que indeferiu o pedido de renovação da certificação das entidades beneficentes de assistência social.

Art. 3º Deferir a renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Janiópolis, CNPJ: 02.582.685/0001-57, Janiópolis/PR, com validade de 03 (três) anos, de 08/02/2013 a 07/02/2016, nos termos do artigo 5º do Decreto nº 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 24/2016, art. 2º, item 17 de 30/03/2016, DOU de 06/04/2016.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 127, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 1104/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71010.003893/2010-54, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71010.003893/2010-54.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria 32/2016, item 32 de 10/05/2016, publicada no DOU de 11/05/2016, que indeferiu o pedido de renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social.

Art. 3º Deferir a renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pelo Asilo São Vicente de Paulo, CNPJ: 21.422.811/0001-50, Campestre/MG, com validade de 05 (cinco) anos, período de 30/10/2010 a 29/10/2015, nos termos do artigo 5º, §1º do Decreto nº 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 32/2016, item 32 de 10/05/2016, DOU de 11/05/2016.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 128, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso 1094/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.070461/2015-82, resolve:

Art. 1º Não conhecer o recurso interposto, nos autos do processo nº 71000.070461/2015-82, considerando a intempestividade do requerimento.

Art. 2º Manter a decisão proferida por meio da Portaria SNAS/MDS nº 32 item 15, de 10/05/2016, publicada no Diário Oficial da União de 11/05/2016 que indeferiu a Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social à Associação Santa Rita de Cássia, CNPJ 51.875.466/0001-71, com sede em Capivari/SP.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 129, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso 1121/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.070464/2015-16, resolve:

Art. 1º Não conhecer o recurso interposto, nos autos do processo nº 71000.070464/2015-16, considerando a intempestividade do requerimento.

Art. 2º Manter a decisão proferida por meio da Portaria SNAS/MDS nº 40, art 1°, item 73, de 03/06/2016, publicada no Diário Oficial da União de 06/06/2016 que indeferiu a Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social à Sociedade Espírita Discípulos de Jesus, CNPJ 12.181.244/0001-05, com sede em Maceió/AL.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 130, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso 1117/2016/CGCEB/DRSP/ SNAS/MDSA, exarado nos autos do Processo nº 71000.124966/2015-74, resolve:

Art. 1º Não conhecer o recurso interposto, nos autos do processo nº 71000.124966/2015-74, considerando a intempestividade do requerimento.

Art. 2º Manter a decisão proferida por meio da Portaria nº 40/2016, art. 1º, item 83 de 03/06/2016, publicada no Diário Oficial da União de 06/06/2016 que indeferiu a concessão da Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social à Organização Educacional Irmãs Sacramentinas, CNPJ 86.441.953/0001-00, com sede em Tubarão/SC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 131, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso 1099/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.052703/2015-56, resolve:

Art. 1º Não conhecer o recurso interposto, nos autos do processo nº 71000.052703/2015-56, considerando a intempestividade do requerimento.

Art. 2º Manter a decisão proferida por meio da Portaria SNAS/MDS nº 24 item 68, de 30/03/2016, publicada no Diário Oficial da União de 06/04/2016 que indeferiu a Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social à Associação Beneficente Tida Faria, CNPJ 04.955.315/0001-43, com sede em Itaperuna/RJ.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 132, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando a sentença transitada em julgado prolatada nos autos da Ação Popular nº 5024490-43.2010.404.7100/RS, que versa sobre pedido de anulação da renovação de certificação concedida nos autos do Processo nº 44006.001778/2001-41, resolve:

Art. 1º Anular a Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social deferida ao Clube Naval, CNPJ 33.868.654/0001-90, em grau de reconsideração e em conformidade com o artigo 39 da Medida Provisória nº 446/2008, pelo triênio de 12/06/2001 a 11/06/2004, em razão da determinação judicial prolatada nos autos da Ação Popular nº 5024490-43.2010.404.7100/RS, a fim de considerar indeferido o processo nº 44006.001778/2001-41.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 133, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 1062/2016/CGCEB/DRSP/ SNAS/MDSA, exarado nos autos do Processo nº 71000.111575/2010-85,

Art. 1º Anular a Portaria nº 34, de 28/04/2016, publicada no D.O.U. de 11/05/2016, referente à Associação Casa da Esperança de Cubatão, CNPJ 51.642.098/0001-11, Cubatão/SP, em razão da revisão administrativa que comprova a tempestividade do requerimento.

Art. 2º Anular a Portaria nº 87 de 26/08/2016, Art. 1º, item 24, publicada no DOU de 01/09/2016, em razão de publicação indevida.

Art. 3º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.111575/2010-85.

Art. 4º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria nº 15/2016 art. 2º item 13 de 04/03/2016, publicada no DOU de 08/03/2016, que indeferiu o pedido de renovação da certificação das entidades beneficentes de assistência social.

Art. 5º Deferir a renovação de certificação das entidades beneficentes de assistência social requerida pela Associação Casa da Esperança de Cubatão, CNPJ: 51.642.098/0001-11, com validade de 05 (cinco) anos, de 15/09/2010 a 14/09/2015, nos termos do artigo 5º do Decreto nº 8.242/2014.

Art. 6º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 7º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Fica revogada a Portaria nº 15/2016 art. 2º item 13 de 04/03/2016, publicada no DOU de 08/03/2016.

MARIA DO CARMO BRANDT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 134, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010 e na Nota Técnica nº 140940/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDSA, resolve:

Art. 1º Anular a Portaria nº 04/2016, art. 1º item 79 de 29/01/2016, publicada no D.O.U. de 02/02/2016, referente à Fundo de Apoio à Família e à Infância da Criança Carente - FAFIC, CNPJ 05.930.591/0001-10, Surubim/PE, em razão da alteração de competência para julgamento do processo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 135, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010 e na Nota Técnica nº 142043/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDSA, resolve:

Art. 1º Anular a Portaria nº 24/2016 item 54 de 30/03/2016, publicada no D.O.U. de 06/04/2016, referente à União Beneficente dos Moradores do Bairro João Paulo, CNPJ 07.484.686/0001-82, São Luís/MA, em razão da alteração de competência para julgamento do processo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 136, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010 e no Despacho nº 078/2016/CGCEB/DRSP/SNAS/MDSA, resolve:

Art. 1º Anular a Portaria SNAS nº 227 de 14/11/2014, DOU de 17/11/2014, referente à Fundação Pavel, CNPJ 04.089.250/0001-09, Barão de Grajaú/MA, em razão da alteração de competência para julgamento do processo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria Inmetro nº 340, de 1º de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 02 de agosto de 2016, seção 01, página 51, onde se lê:

Art. 4º Determinar que, até o prazo fixado no art. 1º desta Portaria...

Leia-se:

Art. 4º Determinar que, até o prazo fixado no art. 2º desta Portaria...

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 59, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, SUBSTITUTO, DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, em consonância com o disposto no Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994 e o contido no Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, especialmente o previsto nos arts. 5º e 112, e tendo em vista o constante no Processo MDIC/SECEX nº 52272.001170/2015-08, decide prorrogar por até dois meses, a partir de 8 de outubro de 2016, o prazo para conclusão da revisão do direito antidumping aplicado sobre as importações brasileiras de resina de polipropileno, comumente classificadas nos itens 3902.10.20 e 3902.30.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, originárias dos Estados Unidos da América, iniciada por intermédio da Circular SECEX nº 78, de 7 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 8 de dezembro de 2015.

ABRÃO MIGUEL ÁRABE NETO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 463, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 203, de 10 de dezembro de 2012, do Conselho de Administração da SUFRAMA, em seus Artigos 13 e 32, e os termos da Nota Técnica nº 7/2016-SPR/CGPRI, de 21 de setembro de 2016, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA, resolve:

Art. 1º APROVAR a inclusão do produto APARELHO RECEPTOR DE TELEVISÃO, SEM DISPOSITIVO DE VISUALIZAÇÃO, PRÓPRIO PARA REPRODUÇÃO A PARTIR DA INTERNET - (código Suframa: 1994) na linha de produção aprovada pela Portaria Suframa n° 256/2011, referente à empresa TECHNICOLOR BRASIL MÍDIA E ENTRETENIMENTO LTDA., CNPJ: 02.773.531/0001-42, Inscrição Suframa: 20.0821.01-6, na forma da Nota Técnica nº 7/2016-SPR/CGPRI, para o gozo dos incentivos previstos nos Artigos 7º e 9º do Decreto-Lei n° 288, de 28 de fevereiro de 1967, e legislações posteriores.

Art. 2º DEFINIR que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação do produto constante no Art. 1º da presente Portaria, será de 88% (oitenta e oito por cento), conforme § 4º, do Art. 7º, do Decreto-Lei nº 288/67, com redação dada pela Lei nº 8.387/91.

Art. 3º FIXAR os limites de importação de insumos para fabricação do produto constante no Art. 1º da presente Portaria, os quais deverão ser remanejados do produto receptor de sinal de televisão via satélite com gravador-reprodutor videofônico digital incorporado (código Suframa: 1864) - produto aprovado pela Portaria Suframa nº 256/2011, em:

Discriminação	Valor em US$ 1,00		
	1º ANO	2º ANO	3º ANO
Aparelho receptor de televisão, sem dispositivo de visualização, próprio para reprodução a partir da internet	2,192,385	3,222,973	3,545,271

Art. 4º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento, quando da fabricação do produto constante no Art. 1º da presente Portaria, do Processo Produtivo Básico definido na Portarias Interministeriais nº 322-MDIC/MCTI, de 31 de dezembro de 2014, e nº 375-MDIC/MCTI, de 1º de dezembro de 2015;

II - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio Ambiente, conforme disciplina a Legislação no âmbito Federal, Estadual e Municipal;

III - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

IV - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 203-CAS, de 10 de dezembro de 2012, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REBECCA MARTINS GARCIA

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 949, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 02/08/2016 e 15/09/2016.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 232, de 8 de julho de 2016, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 02/08/2016 e 15/09/2016.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CÂNDIDO DA SILVA MURICY
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58000.001421/2015-22
Proponente: Grêmio Osasco Audax Esporte Clube
Título: GO Audax Futebol de Amputados
Registro: 02SP053962009
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 55.295.604/0002-85
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 1.479.939,30
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0637 DV: 8 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 93381-3
Período de Captação até: 14/09/2017

2 - Processo: 58000.010430/2016-95
Proponente: Federação de Ciclismo do Estado do Rio de Janeiro
Título: Passeio Ciclístico Ponte Rio - Niterói (Bike Tour ECOPONTE)
Registro: 02RJ010672007
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 29.510.575/0001-36
Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ
Valor aprovado para captação: R$ 241.408,05
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1251 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 41548-0
Período de Captação até: 15/11/2016

3 - Processo: 58701.002764/2015-15
Proponente: Instituto Superar
Título: Nadando Contra Corrente 2016
Registro: 02RJ032742008
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 08.986.683/0001-00
Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ
Valor aprovado para captação: R$ 535.436,64
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2909 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 47575-0
Período de Captação até: 02/08/2017

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 91, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016

Atualizar os valores dos preços dos ingressos de acesso e serviços nas unidades de conservação federais e demais serviços e atividades de uso público.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso de suas competências que lhe são conferidas pelo Art. 21 do Decreto nº 7.515, de 08 de julho de 2011, publicado no Diário Oficial da União de 11 de julho de 2011, e pela Portaria nº 1.080, de 15 de junho de 2016, da Casa Civil da Presidência, publicado no Diário Oficial da União de 16 de junho de 2016, e de acordo com a Portaria ICMBio nº 43, de 30 de setembro de 2015; a Instrução Normativa nº 4, de 15 de setembro de 2014; a Portaria MMA n° 366, de 07 de outubro de 2009; a Portaria nº 340 de 23 de outubro de 2015; a Portaria MMA n° 62, de 20 de março de 2000; a Portaria n° 01, de 14 de agosto de 2003; e com o disposto no processo administrativo nº 02070.012260/2016-03, resolve:

Art. 1º Atualizar a tabela de cobrança de ingressos de acesso às unidades de conservação federais, conforme anexo I e II desta Portaria.

Art. 2º Atualizar os valores dos serviços e atividades de uso público ligados às unidades de conservação federais, conforme anexos II, III, IV e V desta Portaria.

Art. 3º Incluir e atualizar os valores dos serviços de apoio ao uso público previstos na Portaria MMA nº 62/2000 e utilizados pelas unidades de conservação, conforme anexo III e previstos na Portaria 01 de 2003 da Floresta Nacional de Ipanema, conforme anexo IV.

Art. 4º As unidades que utilizam sistemas de agendamento poderão optar em fazer o agendamento sem a cobrança de ingressos.

Art. 5° A concessão do desconto ENTORNO se aplica aos residentes das localidades consideradas e publicadas como entorno, por ato da unidade.

Art. 6° As unidades de conservação deverão iniciar a cobrança dos novos valores instituídos por esta Portaria a partir de 1º de novembro de 2016, devendo providenciar ampla divulgação desses valores para a sociedade.

Art. 7° Os valores dos serviços administrativos, técnicos e outros serviços ligados às unidades de conservação federais que não constam nos anexos desta norma continuam vigorando e serão atualizados em instrumento específico.

Art. 8º Revoga-se a Portaria nº 43, de 30 de setembro de 2015.

Art. 9° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO

ANEXO I

COBRANÇA DE INGRESSO POR GRUPAMENTO

Cód. Receita	Grupo	Unidades	Descrição da Receita	Preço (em R$)
7087	Grupo 1-	Parque Nacional do Iguaçu	Ingresso, público em geral	53,00
			Desconto Brasil (50%)	26,00
			Desconto Mercosul (25%)	40,00
			Desconto Entorno (90%)	5,00
	Grupo 2 -	Parque Nacional da Tijuca	Ingresso Setor Corcovado, público em geral	26,00
			Desconto baixa temporada (50%)	13,00
		Parque Nacional de Brasília	Ingresso, público em geral	26,00
			Desconto Brasil (50%)	13,00
	Grupo 3 -	Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha	Ingresso, público em geral, válido por 10 (dez) dias	198,00
			Ingresso, público em geral, válido por 10 (dez) dias - Desconto Brasil (50%)	99,00
			Moradores, parentes em primeiro grau, pessoas a serviço autorizadas	ISENTO
	Grupo 4 -	Parque Nacional Marinho dos Abrolhos	Ingresso, público em geral	84,00
			Desconto Brasil (50%)	42,00
			Desconto Mercosul (25%)	63,00
			Desconto Entorno (90%)	8,00
	Grupo 5-	Parque Nacional do Caparaó, Parque Nacional da Serra da Capivara, Parque Nacional de Itatiaia	Público em geral	32,00
			Desconto Brasil (50%)	16,00
			Desconto Mercosul (25%)	24,00
			Desconto Entorno (90%)	3,00
		Parque Nacional Serra dos Órgãos, Parque Nacional do Pau Brasil, Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros	Ingresso, público em geral	33,00
			Desconto Brasil (50%)	17,00
			Desconto Mercosul (25%)	25,00
			Desconto Entorno (90%)	3,00
	Grupo 6 -	Parque Nacional de Sete Cidades, Parque Nacional da Serra da Canastra	Ingresso, público em geral	19,00
			Desconto Brasil (50%)	10,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

	Grupo 7 -	Demais unidades de conservação que dispõem de estrutura de cobrança	Ingresso, público em geral	17,00
			Desconto Brasil (50%)	8,00

ANEXO II

SERVIÇOS DO PARQUE NACIONAL SERRA DOS ÓRGÃOS

Grupo	Unidades	Cód. Receita	Descrição da Receita	Preço (em R$)
5	Parque Nacional Serra dos Órgãos	7089	Ingresso travessia (parte alta)	53,00
			Ingresso travessia (parte alta) desconto Brasil	26,00
			Ingresso travessia (parte alta) desconto Mercosul	40,00
		7092	Camping parte baixa	20,00
			Camping parte alta (acampamento selvagem)	10,00
		7093	Estacionamento de Carros	15,00
			Estacionamento de Motos	9,00
		7092	Pernoite Abrigo (beliche)	40,00
			Pernoite Abrigo (bivaque)	25,00
			Banho quente no abrigo	15,00
			Aluguel de barraca	30,00

ANEXO III

SERVIÇOS PREVISTOS NA PORTARIA N° 62 DE MARÇO DE 2000

Cód. Receita	Descrição da Receita	Preço (em R$)
1287	Autorização para filmagem e fotografias para fins comerciais	3.152,00
7092	Acampamento	18,00
	Abrigo coletivo	30,00
7093	Churrasqueira	15,00
7092	Casas/ Apartamentos/ Alojamentos	59,00
7093	Estacionamento de Motocicletas	9,00
	Estacionamento de Carros	15,00
	Estacionamento de Transporte Escolar	ISENTO
	Estacionamento de Ônibus e Micro-ônibus	30,00
1317	Cópias Reprográficas	1,00

ANEXO IV

SERVIÇOS PREVISTOS NA FLORESTA NACIONAL DE IPANEMA

Cód. Receita	Descrição da Receita	2016 Preço (em R$)
7092	Casa de hóspedes (por pessoa)	65,00
1316	Casa da guarda (por dia)	650,00
	Auditório da Administração (por dia)	173,00
	Cozinha industrial (por dia)	173,00
	Casa das armas brancas (por dia)	1.083,00
	Mezanino da fábrica das Armas Brancas (por dia)	260,00
	Espaço externo para oficinas (por dia)	87,00
	Sede Administrativa e Residência Oficial dos Diretores da Real Fábrica de Ferro de Ipanema (dia)	4.765,00
4568	Mudas recém transplantadas, com até 10cm de altura.	1,00
	Mudas com altura de 10cm até 30cm:	2,00
	Mudas com altura de 30cm até 50cm:	3,00
	Mudas com altura acima de 50cm até 70cm:	3,00
	Mudas com altura acima de 70cm:	22,00
1316	Televisor/vídeo (por hora)	65,00
	Retroprojetor com tela (por hora)	65,00
	Datashow (por hora)	217,00
	Flip chart (por hora)	32,00
5029	Vistoria técnica para fins de autorizações e licenciamento ambiental (por vistoria)	626,00

ANEXO V

SERVIÇOS TÉCNICOS E DE VISITAÇÃO

Cód. Receita	Descrição Geral da Receita	Detalhamento da Receita	Preço (em R$)
7092	Hospedagem	Valor Integral	52,00
7088	Mergulho autônomo (por evento)	Valor Integral	17,00
1288	Taxa de Fundeio/Permanência de Embarcações/Navios, Marítimos e fluviais nas Unidades.	Aquicultor - Extrativistas nas Ucs onde são beneficiárias	ISENTO
		Empresas de Aquicultura- (Anual)	2.451,00
		Embarcação de Turismo Internacional: Veleiros - Diária/fração	84,00
		Embarcação de Turismo Internacional: Navio de Turismo	3.270,00
		Embarcação de Turismo Local (acima de 8 metros)	406,00
		Embarcação Comercial: Navio de Cargas/Sonda - (Diária ou fração)	819,00
		Embarcação Comercial: Transporte de pessoas (acima de 8 metros) (Diária ou fração)	84,00
		Embarcação Comercial: Plataforma	8.190,00
		Rebocadores e balsas: Acima de 2 metros a no máximo 20 metros	206,00
		Rebocadores e balsas: Acima de 20 m	406,00
		Esportes Náuticos com embarcações em Unidades de Conservação Local: alugada do extrativista	ISENTO
		Embarcações para Esportes Náuticos: Embarcações de Pesca Esportiva	39,00
		Embarcações para Esportes Náuticos: Visitantes	84,00
		Embarcações para Esportes Náuticos: Embarcação de Mergulho local (anual)	651,00
		Embarcações para Esportes Náuticos: Visitantes (diária)	84,00
		Embarcações para Esportes Náuticos: Banana Boat Comercial Local (Anual)	406,00
		Embarcações para Esportes Náuticos: Banana Boat Comercial Externo (Diária/Fração)	64,00
		Embarcações para Esportes Náuticos: Jet Ski (Diária)	39,00
		Embarcações para Esportes Náuticos: Outras modalidades de esporte aquático e subaquático - (diária/Fração)	39,00
	Permanência no Parque Nacional Marinho de Abrolhos/BA - Diária/fração - Turismo Embarcação Privada (NACIONAL)	Embarcações com até 08 metros de comprimento	19,00
		Embarcações com comprimento de 08 metros a no máximo 15 metros	26,00
		Embarcações com mais de 15 metros de comprimento	39,00
	Permanência no Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha /PE - Diária ou fração e outros	Embarcações com até 20 pessoas	32,00
		Embarcações com mais de 20 pessoas	52,00
		Foto Sub aquática, dia/profissional embarcados	8,00
7088	Permanência na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo/RJ	Atividade de Mergulho	19,00
1288		Aquicultor Extrativistas	ISENTO
		Empresas de Aquicultura- (Anual)	4.901,00
		Embarcações de pesca externa: Até 8m (diária ou fração)	ISENTO
		Embarcações de pesca externa: Acima de 8 metros a no máximo 15 metros (diária ou fração)	32,00
		Embarcações de pesca externa: Acima de 15 metros a no máximo 25 metros (diária ou fração)	52,00
		Embarcações de pesca externa: Acima de 25 metros a no máximo 50 metros (diária ou fração)	84,00
		Embarcações de passeio externa: Comercial - Acima de 8 metros a no máximo de 15 metros (diária ou fração)	32,00
		Embarcações de passeio externa: Comercial - Acima de 15 metros a máximo 25 metros (diária ou fração)	52,00
		Embarcações de passeio externa: Comercial - Acima de 25 metros a no máximo 50 metros (diária ou fração)	84,00
		Embarcações de passeio externa: Particular - Acima de 8 metros a no máximo de 15 metros (diária ou fração)	52,00
		Embarcações de passeio externa: Particular - Acima de 15 metros a máximo 25 metros (diária ou fração)	64,00
		Embarcações de passeio externa: Particular - Acima de 25 metros a no máximo 50 metros (diária ou fração)	97,00
		Embarcação de Turismo Local : Operadoras de mergulho- (Taxa Anual)	3.270,00
		Embarcação de Turismo Local : Embarcações de passeio- (Taxa Anual)	819,00
		Embarcação de Turismo Local : Embarcações acima de 9 metros- (Taxa Anual)	329,00
		Embarcação de Turismo Local : Embarcação de propriedade da população tradicional de até 9 metros, que partirem da praia-	ISENTO
		Rebocadores, Monoboias, Suplyiers, balsas e similares:Monoboias por unidades	245,00
		Rebocadores, Monoboias, Suplyiers, balsas e similares:Acima de 5 metros a no máximo 20 metros	490,00
		Rebocadores, Monoboias, Suplyiers, balsas e similares:Acima de 20 metros	980,00
		Navios diversos e plataformas: Navios transportadores de sal	1.309,00
		Navios diversos e plataformas: Navios de carga geral e sondas	1.632,00
		Navios diversos e plataformas: Navios de cruzeiros marítimos	6.539,00
		Navios diversos e plataformas: Plataformas	16.349,00
		Embarcações para Esportes Náuticos: Banana Boat (Anual)	819,00
		Embarcações para Esportes Náuticos: Jet Ski (Diária)	84,00
		Embarcações para Esportes Náuticos: Campeonatos	ISENTO
		Embarcações para Esportes Náuticos: Pesca esportiva /Fotos sub	ISENTO
		Embarcações para Esportes Náuticos: Alugada de extrativista	ISENTO
		Embarcações para Esportes Náuticos: Turista - (externo)	161,00
	Permanência na Reserva Extrativista Marinha da Baia de Iguapé/BA	Aquicultor Extrativistas	ISENTO
		Empresas de Aquicultura- (Anual)	4.901,00
		Embarcações de Passeio - Turismo Comercial: Com até 8 m de comprimento	32,00
		Embarcações de Passeio - Turismo Comercial: Acima de 8 metros a no máximo 15 metros de comprimento	52,00
		Embarcações de Passeio - Turismo Comercial: Acima de 15 metros	64,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

		Embarcações de Passeio - Turismo Particular: Com até 8 m de comprimento	52,00
		Embarcações de Passeio - Turismo Particular: Acima de 8 metros a no máximo 15 metros de comprimento	64,00
		Embarcações de Passeio - Turismo Particular: Acima de 15 metros	97,00
		Rebocadores, Supliers, Balsas e Monoboias: Acima de 5 metros a no máximo 20 metros	490,00
		Rebocadores, Supliers, Balsas e Monoboias: Acima de 20 metros	980,00
		Navios e Plataformas: Navios de carga e sondas	1.632,00
		Navios e Plataformas: Plataformas	16.349,00
		Embarcação de Transporte de pessoal: Catamaran (diária)	161,00
		Campeonato de Vela (p/embarcação)	52,00
		Observação Geral: As embarcações de turismo engajadas em campeonato e de passeios particulares, pagarão também taxa de visitação por cada pessoa a bordo.	

PORTARIA Nº 92, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016

Aprova o 2º ciclo de implementação do Plano de Ação Nacional para a Conservação do Soldadinho do Araripe - PAN Soldadinho-do-araripe, contemplando 1 táxon ameaçado de extinção, estabelecendo seu objetivo geral, objetivos específicos, prazo de execução, abrangência e formas de implementação e supervisão (Processo nº 02070.002655/2010-02).

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, inciso I, do Anexo I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 7.515, de 08 de julho de 2011, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente e pela Portaria nº 1.080, de 15 de junho de 2016, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União de 16 de junho de 2016.

Considerando a Resolução CONABIO nº 4, de 25 de abril de 2007, que dispõe sobre os ecossistemas mais vulneráveis às mudanças climáticas, ações e medidas para sua proteção;

Considerando a Instrução Normativa ICMBio nº 25, de 12 de abril de 2012, que disciplina os procedimentos para a elaboração, aprovação, publicação, implementação, monitoria, avaliação e revisão de planos de ação nacionais para conservação de espécies ameaçadas de extinção ou do patrimônio espeleológico;

Considerando a Resolução CONABIO nº 6, de 03 de setembro de 2013, que dispõe sobre as Metas Nacionais de Biodiversidade e estabelece que, até 2020, o risco de extinção das espécies ameaçadas terá sido reduzido significativamente, tendendo a zero, e sua situação de conservação, em especial daquelas sofrendo maior declínio, terá sido melhorada;

Considerando a Portaria nº 43, de 21 de janeiro de 2014, do Ministério do Meio Ambiente, que institui o Programa Nacional de Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção - Pró-Espécies;

Considerando a Portaria MMA nº 444, de 17 de dezembro de 2014, que reconhece 698 espécies da fauna brasileira como ameaçadas de extinção, de acordo com seus anexos;

Considerando a Portaria ICMBio nº 16, de 02 de março de 2015, que dispõe sobre a atualização da denominação, da localização e das atribuições dos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação no âmbito do Instituto Chico Mendes e dá outras providências;

Considerando o disposto no Processo nº 02070.002655/2010-02, resolve:

Art. 1º Aprovar o 2º ciclo de implementação do Plano Nacional para a Conservação do Soldadinho-do-araripe - PAN Soldadinho-do-araripe.

Art. 2º O PAN Soldadinho-do-araripe tem o objetivo geral de Promover o aumento populacional do soldadinho-do-araripe nos próximos cinco anos:

§1º O PAN Soldadinho-do-araripe abrange e estabelece estratégias prioritárias de conservação para uma espécie ameaçada de extinção, constante da Lista Nacional (Portaria MMA nº 444/2014), classificada na categoria CR (Criticamente em Perigo) - Antilophi bokermanni.

§2º Para atingir o objetivo previsto no caput, o PAN Soldadinho-do-araripe, com prazo de vigência até xxxx de 2020, estão estabelecidas 38 (trinta e oito) ações distribuídas em 4 (quatro) objetivos específicos, assim discriminados:

I - Reduzir a perda de habitat decorrente da expansão agropecuária e imobiliária na área de ocorrência da espécie.

II - Reduzir a perda de hábitat em decorrência de incêndios florestais na área de ocorrência da espécie.

III - Compatibilizar a gestão dos recursos hídricos com a conservação do soldadinho-do-araripe.

IV - Ampliar o hábitat do soldadinho-do-araripe.

Art. 3º Caberá ao Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres - CEMAVE a coordenação do PAN Soldadinho-do-araripe, com cupervisão da Coordenação Geral de Manejo para Conservação da Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade - CGESP/DIBIO.

Art. 4º O PAN Soldadinho-do-araripe será monitorado anualmente, para revisão e ajuste das ações, com uma avaliação intermediária prevista para o meio da vigência do Plano e avaliação final ao término do ciclo de gestão.

Parágrafo único. O Presidente do Instituto Chico Mendes designará um Grupo de Assessoramento Técnico para auxiliar no acompanhamento da implementação do PAN Soldadinho-do-araripe.

Art. 5º O presente Plano de Ação Nacional deverá ser mantido e atualizado na página eletrônica do Instituto Chico Mendes.

Art. 6º Fica revogada a Portaria ICMBio nº 30, de 27 março de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 60, de 28 de março de 2014, seção 1, pág. 265.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO DE MELLO

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÕES DO TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAL CIVIL
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE ROTINAS DA FOLHA DE PAGAMENTO
COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS INDENIZATÓRIOS

PORTARIA Nº 132, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

O Coordenador de Produção da Folha de Pagamento de Benefícios Indenizatórios da Coordenação-Geral de Gestão de Rotinas da Folha de Pagamento do Departamento de Gestão de Pessoal Civil da Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho No Serviço Público do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, nos termos do inciso II do art. 27 do Decreto nº 8.818, de 21 de julho de 2016, e tendo em vista o que consta no Processo nº 03000.002857/2016-28, resolve:

Transferir a reparação econômica de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, em favor de MARIA LURDES CAMARGO TREVISOL, CPF nº 018.747.109-61, viúva do anistiado político post mortem ÂNGELO TREVISOL, CPF nº 176.381.199-91, com fundamento no artigo 13 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, c/c art. 215 e ss da Lei nº 8.112/90, alterados pela Lei nº 13.135, de 17 de junho de 2015, com efeito financeiro a contar de 24 de setembro de 2015, conforme Portaria MJ nº 818, de 31 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 8 de setembro de 2016.

WILLIAM CLARET TORRES

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA Nº 2, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

Dispõe sobre a classificação orçamentária por natureza de receita para aplicação no âmbito da União.

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ORÇAMENTO FEDERAL, Substituto, responsável pelos assuntos de Gestão Fiscal, no uso das atribuições estabelecidas no art. 11, inciso VII, do Anexo I do Decreto nº 8.818, de 21 de julho de 2016, e tendo em vista o disposto no caput do art. 2º da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 4 de maio de 2001, e a delegação de competência constante do item "1" da alínea "b" do inciso II do art. 2º da Portaria SOF nº 81, de 19 de julho de 2016, e

Considerando que o aprimoramento do processo orçamentário impõe a constante revisão das classificações orçamentárias das receitas da União, resolve:

Art. 1º Incluir, no Anexo da Portaria SOF nº 45, de 26 de agosto de 2015, a seguinte natureza de receita:

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO
1.9.1.0.12.1.0	Multas Previstas na Legislação Antidrogas

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ GUILHERME PINTO HENRIQUES

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 25, DE 14 DE SETEMBRO DE 2016

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SANTA CATARINA, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria MP nº 858, de 07/06/2016, publicada no Diário Oficial da União de 08/06/2016, Seção 2, página 75, e de conformidade com o disposto na Portaria SPU nº 200, de 29/06/2010 da Secretaria do Patrimônio da União, publicada no DOU de 30/06/2010, Seção 2, página 46/47 e, tendo em vista o disposto no art. 31, inciso I e §§ 1º a 3º, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, c/c o art. 17, inciso I, alínea "b", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como nos elementos que integram o Processo nº 04972.003659/2006-85 resolve:

Art. 1º Autorizar a Doação com Encargo, ao Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, do imóvel da União conceituado como terreno rural com a área de 7.000,00 m² (sete mil metros quadrados) e benfeitorias com área de 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados), situado na Rodovia SC 469, na Linha Volta Grande, Município de Pinhalzinho/SC, devidamente transcrito sob matrícula nº 7.085, Livro n° 2 - Registro Geral do Cartório do 1° Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Pinhalzinho, incorporado à União em 02 de agosto de 2001 em decorrência da Extinção da Fundação Legião Brasileira de Assistência - LBA, por força do art. 27 da Lei n° 9.649, de 27 de maio de 1998 (DOU. de 28.05.1998);

Art. 2º A doação a que se refere o art. 1º destina-se `a continuidade do funcionamento de Centro de Conveniência de Idosos.

§ 1º Fica o donatário obrigado a manter no imóvel doado, em local visível, placa de publicidade, de acordo com os termos da Portaria SPU nº 122, de 13 de junho de 2000 e Manual de Uso da Marca do Governo Federal, editado pela Secretaria de Comunicação do Governo da Presidência da República (SECOM) e do Manual de Placas da SPU.

§ 2º Responderá o donatário, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitorias nele existente.

Art. 3º O encargo de que trata o art. 2º desta Portaria será permanente e resolutivo, revertendo automaticamente o imóvel ao Patrimônio da União, sem direito o donatário a qualquer indenização, inclusive por obras realizadas, se:

I - cessarem as razões que justificaram a doação;

II - ao imóvel, no todo ou em qualquer parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista; ou,

III - ocorrer inadimplemento de cláusulas contratuais.

Art. 4º Fica o outorgado donatário obrigado a providenciar o registro na matrícula competente, a doação que faz a União ao Município de Pinhalzinho, na forma da Lei 6.015/73.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

CARLOS JOSÉ BAUER

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

PORTARIA Nº 3, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

Estabelece procedimentos operacionais para verificação de requisitos e vedações dos representantes do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão em conselhos de administração e fiscal de empresas estatais e diretorias de entidades vinculadas a este Ministério.

O SECRETÁRIO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 40, inciso VII, do Anexo I ao Decreto nº 8.818, de 21 de julho de 2016, resolve:

Art. 1º Esta Portaria estabelece procedimentos operacionais para a verificação de requisitos e vedações dos representantes do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão em conselhos de administração e fiscal de empresas estatais e diretorias de entidades vinculadas a este Ministério.

§ 1º Para fins do disposto no caput, deverá o indicado apresentar formulário padronizado por esta Secretaria, devidamente preenchido e acompanhado da documentação pertinente.

§ 2º A divulgação do formulário padronizado dar-se-á a partir do sítio eletrônico do Ministério do Planejamento (www.planejamento.gov.br) e por outros meios que se entender convenientes.

Art. 2º Os requisitos de experiência profissional e formação acadêmica exigidos pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, ou pela Resolução nº 15 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, de 10 de maio de 2016, conforme o caso, deverão ser comprovados documentalmente pelos indicados, na forma exigida pelo formulário padronizado.

§ 1º Os requisitos e vedações da Lei nº 13.303/2016 serão aplicados para as indicações em empresas estatais com receita operacional bruta igual ou superior a R$ 90 milhões.

§ 2º Os requisitos e vedações da Resolução CGPAR nº 15/2016 serão aplicados para as indicações em empresas estatais com receita operacional bruta inferior a R$ 90 milhões e em participações minoritárias em empresas privadas.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

§ 3º A ausência dos documentos comprobatórios referidos no caput implicará a não aceitação imediata do formulário, sendo de responsabilidade do indicado a reapresentação após sanadas as omissões.

Art. 3º A inocorrência das vedações previstas na Lei nº 13.303/2016 ou pela Resolução CGPAR nº 15/2016, conforme o caso, será verificada por meio da autodeclaração apresentada pelo indicado, nos moldes do formulário padronizado.

Art. 4º O formulário deverá ser preenchido, rubricado em todas as suas páginas e assinado pelo próprio indicado, de forma completa e sem rasuras.

Art. 5º O indicado é o único responsável pela veracidade das informações constantes do formulário e dos documentos a ele anexados.

Parágrafo único. Caso seja constatada, durante ou após o processo de indicação, falsidade material ou ideológica no formulário recebido por esta Secretaria ou nos documentos a ele anexados, tal fato será comunicado aos órgãos competentes para a adoção das providências cíveis, administrativas e penais cabíveis.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO ANTÔNIO RIBEIRO SOARES

Ministério do Trabalho

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 19 de setembro de 2016

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 1737/2016/CGRS/SRT/MTb, resolve DEFERIR o Registro de Alteração Estatutária ao SINDPLAST - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Material Plástico de Manaus e do Estado do Amazonas, CNPJ 34.528.737/0001-01, Processo 46202.019084/2012-21, para representar a Categoria Profissional dos Trabalhadores nas indústrias de materiais plásticos (inclusive da produção de laminados plásticos), reciclagem e recuperação de material plástico; trabalhadores nas indústrias de canetas plásticas e material plástico para escritório; trabalhadores nas indústrias de embalagens plásticas; trabalhadores nas indústrias de resinas sintéticas, termoplásticas, termofixas e elastômeros; trabalhadores na industrialização de material plástico, de espumas e de isopor, nos Municípios representados, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos municípios de Manaus, Iranduba, Manacapuru, Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva - AM, nos termos do art. 25, inciso I, da Portaria 326/2013. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve ANOTAR a representação da seguinte entidade: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de Manaus, CNPJ 04.667.879/0001-80, Carta Sindical L089 P052 A1980, excluindo a categoria Profissional dos Trabalhadores nas indústrias de materiais plásticos (inclusive da produção de laminados plásticos), reciclagem e recuperação de material plástico; trabalhadores nas indústrias de canetas plásticas e material plástico para escritório; trabalhadores nas indústrias de embalagens plásticas; trabalhadores nas indústrias de resinas sintéticas, termoplásticas, termofixas e elastômeros; trabalhadores na industrialização de material plástico, de espumas e de isopor, no Município de Manaus - AM, nos termos do art. 30 da Portaria 326/2013.

Em 28 de setembro de 2016

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013, no art. 53 da Lei 9784/99 e na Nota Técnica 259/2016/GAB/SRT/MTb, resolve: ANULAR a NT 1303/2015/CGRS/SRT e todos seus efeitos, publicada no Diário Oficial da União de 17 de novembro de 2015, Seção 1, n.° 219, pág. 59; ARQUIVAR as seguintes impugnações: 46000.004465/2011-00, interposta pelo Sindicato Nacional dos Condutores da Marinha Mercante e Afins - SINCOMAM, CNPJ 33.908.575/0001-66, com fundamento no art. 18, inciso X, da Portaria 326/2013; 46000.004617/2011-66, interposta pelo Sindicato Nacional dos Taifeiros, Culinários e Panificadores Marítimos, CNPJ 34.133.835/0001-31, com fundamento no art. 18, inciso III, da Portaria 326/2013; 46000.004541/2011-79, interposta pelo Sindicato Nacional dos Marinheiros e Moços de Máquinas em Transporte Marítimos e Fluviais, CNPJ 34.114.744/0001-59, com fundamento no art. 18, inciso X, da Portaria 326/2013; 46000.004807/2011-83, interposta pelo Sindicato Nacional dos Mestres de Cabotagem e dos Contramestres em Transportes Marítimos, CNPJ 34.092.544/0001-42, com fundamento no art. 18, inciso III, da Portaria 326/2013 e 46000.004899/2011-00, interposta pelo Sindicato Nacional dos Marinheiros e Moços em Transportes Marítimos, CNPJ 31.935.935/0001-93, com fundamento no art. 18, inciso X, da Portaria 326/2013; e, por conseguinte, DEFERIR o Registro Sindical ao Sindicato dos Trabalhadores Aquaviários do Guarujá e Região - SINTRAQUA, CNPJ 12.227.288/0001-10, Processo 46261.004329/2010-50, para representar a Categoria Profissional dos Trabalhadores Aquaviários, Marinheiro de convés (marítimo e fluviário) Contramestres fluvial, Marinheiros de máquinas; Moços de convés (marítimo e fluviário); Marinheiros fluvial de convés, Moços de máquinas (fluviário e marítimo); Marinheiros de esporte e recreio, todos que exerçam as referidas atividades nos termos da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO 7827, bem como subgrupos, 7827-05, 7827-10, 7827-20, 7827-25, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos municípios de Bertioga, Cananéia, Caraguatatuba, Cubatão, Guarujá, Iguape, Ilha Comprida, Ilhabela, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos, São Sebastião, São Vicente e Ubatuba, Estado de São Paulo/SP, nos termos do art. 25, inciso III, da Portaria 326/2013. Para fins de ANOTAÇÃO no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve EXCLUIR da representação dos sindicatos: (A) Sindicato Nacional dos Condutores da Marinha Mercante e Afins - SINCOMAM, CNPJ 33.908.575/0001-66, Processo 46000.011320/2007-71, a Categoria Profissional dos Marinheiros de máquinas; Moços de máquinas (fluviário e marítimo), nos municípios de Bertioga, Cananéia, Caraguatatuba, Cubatão, Guarujá, Iguape, Ilha Comprida, Ilhabela, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos, São Sebastião, São Vicente e Ubatuba, Estado de São Paulo/SP, nos termos do art. 30 da Portaria 326/2013; (B) Sindicato Nacional dos Marinheiros e Moços de Máquinas em Transporte Marítimos e Fluviais, CNPJ 34.114.744/0001-59, Processo 24000.005114/90-71, a Categoria Profissional dos Marinheiros de máquinas; Moços de máquinas (fluviário e marítimo), nos municípios de Bertioga, Cananéia, Caraguatatuba, Cubatão, Guarujá, Iguape, Ilha Comprida, Ilhabela, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos, São Sebastião, São Vicente e Ubatuba, Estado de São Paulo/SP, nos termos do art. 30 da Portaria 326/2013 e (C) Sindicato Nacional dos Marinheiros e Moços em Transportes Marítimos, CNPJ 31.935.935/0001-93, Carta Sindical L007 P096 A1941, a Categoria Profissional dos Contramestres fluvial; Moços de convés (marítimo e fluviário); Moços de máquinas (fluviário e marítimo), nos municípios de Bertioga, Cananéia, Caraguatatuba, Cubatão, Guarujá, Iguape, Ilha Comprida, Ilhabela, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos, São Sebastião, São Vicente e Ubatuba, Estado de São Paulo/SP, nos termos do art. 30 da Portaria 326/2013.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA

PORTARIAS DE 26 DE SETEMBRO DE 2016

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO SUBSTITUTO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial nº 1.095, de 19/05/2010, publicada no DOU, de 20/05/2010, resolve:

Nº 362 - Conceder autorização á VARGAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS TÊXTEIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.692.354/0001-93, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua Francisco Vicentini, nº 1550, Parque Industrial, na cidade de Botuverá SC, nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº. 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46220.002905/2016-04, protocolado no dia 03/06/2016.

Nº 363 - Conceder autorização á ABRANGE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA / SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.807.234/0001-94, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Avenida Emília Rech, nº 141, Bairro Braço Elza, na cidade de Luiz Alves SC, nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº. 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46220.006185/2016-48, protocolado no dia 19/09/2016.

Nº 364 - Conceder autorização á BLUKIT INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS LTDA / SC, inscrita no CNPJ sob o nº 09.641.520/0001-58, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua Marconi, nº 310, Bairro Itoupavazinha, na cidade de Blumenau SC, nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº. 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46220.006188/2016-81, protocolado no dia 19/09/2016.

Nº 365 - Conceder autorização á BLUKIT INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS LTDA / SC, inscrita no CNPJ sob o nº 09.641.520/0001-58, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua General Osório, nº 4584, Gapões 10, 02, 03, 08, 09, 11, 12, 13, 14 e 15, Bairro Velha, na cidade de Blumenau SC, nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº. 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46220.006189/2016-26, protocolado no dia 19/09/2016.

Nº 366 - Conceder autorização á BLUKIT METALÚRGICA LTDA / SC, inscrita no CNPJ sob o nº 81.604.803/0001-57, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua João Pessoa, nº 2566, Bairro Velha, na cidade de Blumenau SC, nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº. 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46220.006191/2016-03, protocolado no dia 19/09/2016.

Nº 367 - Conceder autorização á BLUKIT METALÚRGICA LTDA / SC, inscrita no CNPJ sob o nº 81.604.803/0002-38, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua Doutor Pedro Zimmermann, nº 7127, Galpões 02, 03, 04 e 05, Bairro Itoupava Central, na cidade de Blumenau SC, nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº. 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46220.006190/2016-51, protocolado no dia 19/09/2016.

Nº 368 - Conceder autorização á CONFECÇÕES DILA LTDA / SC, inscrita no CNPJ sob o nº 79.254.991/0001-99, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua Guilherme Tomelin, nº 3517, Bairro Caixa D Água, na cidade de Guaramirim SC, nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº. 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46220.006315/2016-42, protocolado no dia 22/09/2016.

IVANILDO MOTA DE SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA Nº 185, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL tendo em vista o que consta no processo n.º 46218.012930/2016-37, nos termos do despacho exarado no processo em epígrafe e usando da competência delegada pela Portaria SRT/N.º 02, de 25 de maio de 2006, publicada na Seção II do Diário Oficial da União, de 30 de maio de 2006, alterada pela Portaria N.º 05, de 20 de novembro de 2008 e pela Portaria N.º 06, de 26 de janeiro de 2010, resolve:

Homologa as Alterações no Plano de Cargos e Salários do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul - CREMERS, inscrito no CNPJ sob n.º 91.335.315/0001-54, estabelecido na cidade de Porto Alegre, na Avenida Princesa Isabel, nº 921, Bairro Santana, ficando expresso que qualquer nova alteração a ser feita no Plano dependerá de prévia aprovação desta Superintendência.

ANTONIO CARLOS FONTOURA
Substituto

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 597, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

Altera os prazos previstos nos incisos III a VI do art. 3° da Portaria n.° 273, de 20 de abril de 2016.

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL, no uso das atribuições que lhe confere os artigos 6°, inciso I, o 14 e 18, inciso II, da Medida Provisória n° 726, de 12 de maio de 2016, retificada no Diário Oficial da União de 19 de maio de 2016, Edição Extra, considerando o disposto no artigo 15 da Lei n° 12.815, de 5 de junho de 2013, Portaria n.° 273, de 20 de abril de 2016, da extinta Secretaria de Portos da Presidência da República, e tendo em vista o contido nas Portarias n.° 270, de 21 de julho de 2016, e n.° 490, de 5 de setembro de 2016, do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação, que tratam da revisão da área do porto organizado de Belém, e a necessidade de maior prazo para a análise das contribuições oferecidas ao longo da consulta e da audiência públicas referentes ao processo 00045.004265/2014-74, resolve:

Art. 1° Os prazos previstos nos incisos III a VI do art. 3° da Portaria n.° 273, de 20 de abril de 2016, da extinta Secretaria de Portos da Presidência da República, passam a ser os seguintes:

"Art. 3°.....

...

III - 25/06/2016 a 27/11/2016 - prazo para a Secretaria de Portos sistematizar as contribuições feitas na consulta pública;

IV - 28/11/2016 - divulgação das respostas às contribuições no sítio www.portosdobrasil.gov.br, no link ASSUNTOS-Gestão-Poligonais;

V - 29/11/2016 a 08/12/2016 - prazo para interposição de recurso contra o exame das contribuições, que deverá ser dirigido à Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, por meio do endereço eletrônico poligonais.belem@portosdobrasil.gov.br; e

VI - 09/12/2016 a 07/01/2017 - prazo para avaliação e encaminhamento das respostas aos recursos, podendo ser prorrogado por mais trinta dias, na forma do art. 59 da Lei n.° 9.784/1999." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO QUINTELLA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 5.007, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, observados os incisos IV e V do art. 70 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e o inciso XVII do art. 11 do Decreto nº 4.122, de 13 de fevereiro de 2002, ad referendum da Diretoria Colegiada, resolve:

Art. 1º Aprovar a alteração dos quantitativos e da distribuição dos Cargos Comissionados e dos Cargos Comissionados Técnicos da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, na forma do Anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ADALBERTO TOKARSKI

ANEXO

QUANTITATIVO E DISTRIBUIÇÃO DOS CARGOS COMISSIONADOS E DOS CARGOS COMISSIONADOS TÉCNICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ

CARGO COMISSIONADO		SITUAÇÃO INICIAL Tabela IV da Lei nº 10.233/01		SITUAÇÃO ATUAL	
NÍVEL	VALOR	QUANTIDADE	DESPESA	QUANTIDADE	DESPESA
CD I	R$ 15.166,71	1	R$ 15.166,71	1	R$ 15.166,71
CD II	R$ 14.408,37	2	R$ 28.816,74	2	R$ 28.816,74
CGE I	R$ 13.650,03	2	R$ 27.300,06	5	R$ 68.250,15
CGE II	R$ 12.133,36	7	R$ 84.933,52	5	R$ 60.666,80
CGE III	R$ 11.375,02	21	R$ 238.875,42	20	R$ 227.500,40
CGE IV	R$ 7.583,34	-	R$ 0,00	1	R$ 7.583,34
CA I	R$ 12.133,36	7	R$ 84.933,52	0	R$ 0,00
CA II	R$ 11.375,02	4	R$ 45.500,08	9	R$ 102.375,18
CA III	R$ 3.166,81	2	R$ 6.333,62	1	R$ 3.166,81
CAS I	R$ 2.395,59	15	R$ 35.933,85	0	R$ 0,00
CAS II	R$ 2.076,18	6	R$ 12.457,08	0	R$ 0,00
CCT V	R$ 2.883,58	7	R$ 20.185,06	1	R$ 2.883,58
CCT IV	R$ 2.107,20	10	R$ 21.072,00	58	R$ 122.217,60
CCT III	R$ 1.069,23	15	R$ 16.038,45	16	R$ 17.107,68
CCT II	R$ 942,59	20	R$ 18.851,80	8	R$ 7.540,72
CCT I	R$ 834,62	24	R$ 20.030,88	15	R$ 12.519,30
TOTAL		143	R$ 676.428,79	142	R$ 675.795,01

PORTARIA Nº 189, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do art. 20 do Regimento Interno e tendo em vista o que foi deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 410ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de setembro de 2016, resolve:

Art. 1º Regulamentar o credenciamento de usuário externo e a disponibilização de acesso externo, de que trata o art. 46 da Portaria nº 21/2016-DG, que normatizou o uso do Sistema Eletrônico de Informações - SEI no âmbito da ANTAQ.

Art. 2º Qualquer pessoa poderá ter acesso aos processos e aos documentos no SEI, bem como acompanhar o trâmite dos processos, independentemente de credenciamento ou pedido prévios, ressalvadas as hipóteses legais de restrição de acesso.

§ 1º O acesso aos processos públicos será disponibilizado na página eletrônica da ANTAQ na internet, não se fazendo necessário, para tal finalidade, qualquer credenciamento ou formulação de pedido.

§ 2º O disposto no caput deste artigo não se aplica à restrição de acesso de que trata o art. 20 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.

Art. 3º Os usuários externos, mediante credenciamento prévio, poderão:

I - assinar eletronicamente contrato, convênio, acordo e outros instrumentos congêneres celebrados com a ANTAQ; e

II - peticionar eletronicamente.

Art. 4º O credenciamento de usuário externo é ato pessoal e intransferível e dar-se-á da seguinte forma:

I - Preenchimento do formulário eletrônico denominado "cadastro de usuário externo" disponibilizado no sítio eletrônico da ANTAQ na internet e do Termo de Declaração de Concordância e Veracidade, anexo I;

II - Apresentação, juntamente com o Termo de Declaração de Concordância e Veracidade, de cópia autenticada de documento de identificação oficial, com foto, contendo o número do Cadastro de Pessoa Física (CPF);

III - Verificada a correspondência entre os dados cadastrados e a documentação encaminhada, a ANTAQ autorizará o credenciamento do interessado para acesso ao SEI, em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da documentação prevista no inciso II.

§ 1º Para que o credenciamento seja aprovado o Usuário deve se apresentar pessoalmente na ANTAQ sede ou em uma Unidade Regional da Agência juntamente com os documentos citados nesta Portaria e, alternativamente, poderão ser entregues por terceiro ou enviados por Correios as cópias autenticadas do que trata o inciso II do caput deste artigo e o Termo de Declaração de Concordância e Veracidade com reconhecimento de firma em cartório. A correspondência por Correios deve ser endereçada ao Protocolo Sede da ANTAQ (SEPN, Quadra 514, Bloco E, Asa Norte, Brasília-DF, CEP: 70760-545).

§ 2º As cópias dos documentos poderão ser autenticadas por servidor público da ANTAQ, mediante a apresentação do respectivo original, ou pelo próprio advogado da parte que as apresentar, mediante declaração de se tratar de cópia fiel ao original, sob sua responsabilidade pessoal.

§ 3º O credenciamento está condicionado à aceitação, pelo interessado, das condições regulamentares que disciplinam o SEI, e tem como consequência a responsabilização do usuário externo pelas ações efetuadas, as quais são passíveis de apuração nas esferas administrativa, civil e penal.

Art. 5º Recebida a solicitação para o credenciamento externo, será iniciado processo eletrônico próprio, formado pela documentação pertinente, nos termos desta Portaria, a ser encaminhado para a Coordenadoria de Gestão de Documentos da Secretaria-Geral - CGD/SGE, com vistas à liberação do acesso, observando-se o seguinte:

I - Será iniciado um único processo para cada usuário externo por servidor do Protocolo da ANTAQ sede ou por servidor de suas Unidades Regionais.

II - O processo deverá ser inicialmente instruído pela documentação disposta no Art. 4º.

III - A Secretaria-Geral, através de servidor com perfil administrador do SEI, verificada a conformidade do processo com o disposto nesta Portaria, liberará o acesso externo nos termos solicitados.

IV - O acesso será liberado mediante devido assentamento processual, informando o responsável e data da liberação.

Art. 6º Os editais destinados à contratação de bens, serviços e obras, bem como os contratos administrativos, contratos de adesão, acordos e Termos de Ajuste de Conduta celebrados pela ANTAQ conterão a exigência de cadastramento do representante legal da contraparte no SEI nos termos do Art. 4º, assim como a necessidade de submissão do procedimento às regras do processo eletrônico da ANTAQ.

Parágrafo único. A exigência de credenciamento externo para celebração de contratação de bens, serviços e obras recairá sobre a vencedora do certame, após adjudicação do objeto, ou a contratada por inexigibilidade ou dispensa.

Art. 7º A visualização dos processos de acesso restrito via disponibilização de acesso externo do SEI será concedida mediante solicitação em petição específica, subscrita pelo próprio interessado ou por representante legal, a ser juntada oportunamente no processo correspondente, contendo o endereço eletrônico destinatário do link para o acesso a processo específico, desde que seja comprovadamente parte interessada nos autos.

Parágrafo único. Qualquer servidor, de ofício, independentemente de credenciamento ou pedido prévios, poderá disponibilizar o acesso externo aos legitimados para atuar no respectivo processo, considerando os dados de contato informados em meio legítimo nos autos, como em formulário ou petição, especialmente correio eletrônico, nos termos do Art. 319, inciso II, da Lei 13.105, de 16 de maio de 2015.

Art. 8º A visualização de processos de que trata o Art. 7º poderá ser solicitada via petição específica devidamente protocolada ou sistema e-SIC.

Parágrafo único. A disponibilização de acesso externo na forma do caput ficará ativa por 90 dias.

Art. 9º O peticionamento eletrônico de que trata o Art. 3º, inciso II, encontra-se em desenvolvimento pela Administração Pública, e será disponibilizado futuramente.

Parágrafo único. Enquanto o peticionamento eletrônico não for disponibilizado, o protocolo de documentação dar-se-á em suporte papel, podendo conter mídias eletrônicas anexo, e haverá conversão para o SEI com vistas ao regular trâmite, nos termos dos Arts. 14 a 16 e Arts. 38 a 40 da Portaria nº 21/DG-ANTAQ.

Art. 10. O disposto nesta Portaria não exime o usuário externo de apresentar a devida documentação comprovando a legitimidade de representação de interesses de terceiros ou o exercício de cargo ou função públicas no ato de obter vistas ou atuar em processo, conforme legislação em vigor, tais como procuração pública ou particular com firma reconhecida, estatuto social, termo de posse de cargo público, dentre outros.

§ 1º Poderá ser apresentada no ato do credenciamento do usuário externo documentação referente a comprovação de representação legal, especificamente, quando o objetivo do credenciado é representar interesses de terceiros.

§ 2º O credenciamento valerá pelo prazo de dois anos, caso a procuração de que trata o caput deste artigo tenha prazo indeterminado.

§ 3º Decorrido o prazo do parágrafo anterior, poderá ser renovado o credenciamento nos termos desta Portaria.

§ 4º Havendo renúncia do procurador ou revogação do instrumento de outorga de poderes, a revogação do acesso ao processo deverá ser formal e imediatamente comunicada pelo renunciante ou parte interessada, mediante petição específica, à CGD/SGE.

§ 5º A CGD/SGE procederá à revogação, nos termos do parágrafo anterior, em até vinte e quatro horas.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 11. A ANTAQ poderá requisitar, a qualquer tempo, a apresentação dos documentos originais de que trata esta Portaria, fixando prazo para cumprimento.

Art. 12. Esta Portaria entrará em vigor trinta dias após a data de sua publicação do Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

ANEXO I

TERMO DE DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA E VERACIDADE

Cadastro de Usuários Externos no SEI da ANTAQ

Nome Completo do Usuário:		
Documento de Identidade:	CPF:	
E-mail:	Telefone:	
Endereço	Cidade	CEP

Por meio deste documento e do cadastro como Usuário Externo no SEI da ANTAQ, declaro que aceito as condições que disciplinam o processo eletrônico, com fundamento na legislação pertinente e especialmente no Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, admitindo como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (login e senha), tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas, as quais serão passíveis de apuração de responsabilidade civil, penal e administrativa. Ainda, declaro que são de minha exclusiva responsabilidade:

I - o sigilo da senha de acesso, não sendo oponível, em qualquer hipótese, alegação de uso indevido;

II - a conformidade entre os dados informados no formulário eletrônico de peticionamento e os constantes do documento protocolizado, incluindo o preenchimento dos campos obrigatórios e anexação dos documentos essenciais e complementares;

III - a confecção da petição e dos documentos digitais em conformidade com os requisitos estabelecidos pelo sistema, no que se refere ao formato e ao tamanho dos arquivos transmitidos eletronicamente;

IV - a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados enviados por meio de peticionamento eletrônico até que decaia o direito da Administração de rever os atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados à ANTAQ para qualquer tipo de conferência;

V - as condições de sua rede de comunicação, o acesso a seu provedor de internet e a configuração do computador utilizado nas transmissões eletrônicas;

VI - a observância dos fusos horários existentes no Brasil, para fins de contagem e cumprimento de prazo processual, tendo sempre por referência o horário oficial de Brasília;

Para que o cadastro seja aprovado o Usuário deve se apresentar pessoalmente na ANTAQ sede ou em uma Unidade Regional da Agência (http://www.antaq.gov.br/Portal/UARS_ListaUars.asp) juntamente com os documentos citados nesta Portaria e, alternativamente, poderão ser entregues por terceiro ou enviados por Correios as cópias autenticadas dos documentos acima indicados e o presente Termo com reconhecimento de firma em cartório. A correspondência por Correios deve ser endereçada ao Protocolo Sede da ANTAQ (SEPN, Quadra 514, Bloco E, Asa Norte, Brasília-DF, CEP: 70760-545).

Cidade/UF:	Data por extenso:
Assinatura do Usuário	

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS

PORTARIA Nº 71, DE 26 DE SETEMBRO DE 2016

Desvincula da prestação do serviço público de transporte ferroviário de cargas, concedido à Ferrovia Tereza Cristina - FTC, o bem móvel de NBP 6460986 (Ford F-100), bem como autorizar sua desincorporação do Contrato de Arrendamento nº 002/97.

O Superintendente de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, com base no inciso VI, do art. 1°, da Deliberação ANTT n° 158/2010, e no que consta no Processo nº 50500.319580/2016-19, resolve:

Art. 1º Desvincular 01 (um) bem móvel arrendado, veículo rodoviário de NBP 6460986 (Ford F-100), da prestação de serviço público de transporte ferroviário de cargas concedido à Ferrovia Tereza Cristina - FTC.

Art. 2° Autorizar a desincorporação do bem móvel mencionado no Art. 1º desta Portaria, do Anexo II do Contrato de Arrendamento nº 002/97, celebrado em 28/01/1997, entre a FTC e a extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA.

Parágrafo Único - A desincorporação somente se efetivará mediante Termo Aditivo a ser celebrado entre o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e a FTC, com a interveniência da ANTT, para exclusão do bem no Anexo II do Contrato de Arrendamento nº 002/97.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

COMPANHIA DOCAS DO PARÁ

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 37, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

O DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPANHIA DOCAS DO PARÁ (CDP), EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais, resolve: I- homologar o Pregão Eletrônico nº 08/2016, realizado no dia 14/03/2016 (Processo Licitatório n° 2977/2015), referente à aquisição de Equipamentos de Proteção Individual - EPI's e Equipamentos de Proteção Coletiva - EPC's, para os Portos e Terminais administrados pela Companhia Docas do Pará - CDP, de acordo com as características mínimas estabelecidas no Termo de Referência e demais condições do Edital e seus anexos; II - adjudicar, em consequência, vencedoras do referido Pregão às empresas: 1 - J.E. DE OLIVEIRA RODRIGUES - CNPJ nº 17.142.432/0001-30, para o item 01, pelo valor total de R$-289,50 (duzentos e oitenta e nove reais e cinquenta centavos); 2 - PROTENDI COMÉRCIO DE EPI LTDA - CNPJ n° 09.392.619/0001-34, para o item 02, pelo valor total de R$-3.447,20 (três mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e vinte centavos); 3 - R.O. GOMES - COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO - CNPJ nº 20.338.907/0001-72, para os itens 05, 06, 09, 10 e 11, pelo valor total de R$-71.940,20 (setenta e um mil, novecentos e quarenta reais e vinte centavos); 4 - AMARO & SANTIAGO LTDA - EPP - CNPJ n°10.974.832/0001-62, para o item 07, pelo valor total de R$-76.690,00 (setenta e seis mil, seiscentos e noventa reais); 5 - IRMÃOS LOURENÇO COMERCIO ATACADISTA LTDA - CNPJ n° 20.694.969/0001-17, para o item 08, pelo valor total de R$-9.900,00 (nove mil e novecentos reais); 6 - D&T COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - CNPJ n° 08.599.775/0001-37, para o item 14, pelo valor total de R$-23.390,00 (vinte e três mil, trezentos e noventa reais); III - encaminhar à DIRAFI/SUPMAC para elaboração dos Pedidos de Compra; IV - homologar o cancelamento dos itens 03, 04, 12 e 13, em virtude de terem sido fracassados devido às empresas licitantes desistirem de propostas e não terem cumprido ao disposto no Edital, quanto ao encaminhamento de documentação exigida; V - homologar, ainda, o cancelamento do item 15, em virtude de ter sido inserido equivocadamente no Termo de Referência, não havendo qualquer prejuízo à Administração Pública ou qualquer interessado.

RAIMUNDO RODRIGUES DO E. S. JÚNIOR

Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 1, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

Estabelece as condições para o exercício das funções do representante do Ministério Público Federal junto ao CADE, nos termos dos arts. 5º, II, "c", 6°, § 2°, da Lei Complementar n° 75/1993, combinados com o disposto no art. 20 da Lei nº 12.529/2011, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e dá outras providências.

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, juntamente com o Plenário do CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA (CADE), no uso das atribuições que lhes conferem, respectivamente, os arts. 1°, 2°, 4°, 5°, I, "c" e "h", II, "c", III, "a", V, §§ 1° e 2°, 26, I e XIII, e 49, XXII, todos da Lei Complementar n° 75, de 20 de maio de 1993, e o art. 9°, I e XV, da Lei n° 12.529, de 30 de novembro de 2011,

CONSIDERANDO:

I - o múnus público do Ministério Público Federal e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) de defender os valores da livre-iniciativa e da livre concorrência, a bem do interesse do consumidor, nos termos da Constituição e da Lei;

II - o propósito do MPF e do CADE de fortalecer o serviço de proteção e de defesa da livre concorrência, nos termos da Lei n° 12.529, de 30 de novembro de 2011;

III - o compromisso de desenvolver esforço comum com a finalidade de diminuir o tempo de análise do processo decisório no CADE, com vistas a aprimorar os trâmites processuais e a eliminar a repetição desnecessária de atos na relação entre o Ministério Público Federal e o CADE;

IV - o que consta no Procedimento CADE n° 08700.001461/2016-90; resolvem:

Art. 1° A atuação do representante do Ministério Público Federal junto ao CADE, designado na forma do art. 20 da Lei n° 12.529, de 30 de novembro de 2011, obedece às condições estabelecidas neste ato.

Art. 2° O representante do MPF exerce função essencial à política administrativa mantida pela União de defesa e proteção da concorrência, cabendo-lhe:

I - atuar no controle das condutas anticoncorrenciais e na prevenção da concentração de mercado;

II - contribuir com soluções eficientes e equitativas na promoção da concorrência.

Art. 3° Fica assegurado ao representante do MPF as seguintes prerrogativas ou instrumentos de atuação:

I - ter um gabinete compatível com a dignidade do cargo, nas dependências do edifício-sede do CADE, para si e sua assessoria;

II - participar das sessões de julgamento do Plenário do Tribunal Administrativo de Defesa Econômica, com assento à mesa e direito a sustentação oral, a qual deverá ser feita após a manifestação das partes e antes do início da leitura do voto pelo Conselheiro Relator, nos termos do art. 6°, § 2°, da Lei Complementar n° 75, de 20 de maio de 1993;

III - receber, com a mesma prioridade devida aos Conselheiros, toda assistência que solicitar ao CADE;

IV - divulgar os compromissos vinculados ao ofício na agenda pública do CADE;

V - solicitar ao Presidente do CADE, até o dia 31 de janeiro, a inclusão de relatório de suas atividades na publicação do balanço final do CADE, referente ao ano anterior;

VI - manifestar-se, de ofício ou por provocação, a qualquer tempo, em todas as espécies de procedimentos, inquéritos e processos administrativos instaurados para prevenção, apuração e repressão de infrações à ordem econômica, bem como nos atos de concentração econômica, previstos na Lei n° 12.529, de 30 de novembro de 2011, e no Regimento Interno do CADE;

VII - propor ao Plenário do Tribunal a adoção de medida cautelar ou medida preventiva em procedimentos, inquéritos e processos administrativos para prevenção, apuração e repressão de infrações contra a ordem econômica;

VIII - interpor recurso ao Plenário do Tribunal contra decisão da Superintendência-Geral que aprovar ato de concentração econômica, nos termos do art. 65, I, da Lei n° 12.529, de 30 de novembro de 2011;

IX - requerer ao Plenário do Tribunal a adoção de medidas de sua competência;

X - ser intimado ou cientificado nos casos previstos no art. 4° desta Resolução;

XI - propor a produção de provas nos procedimentos, inquéritos e processos administrativos destinados à imposição de sanções administrativas por infração à ordem econômica, podendo requerer as diligências que entender necessárias à apuração dos fatos;

XII - receber da Procuradoria Federal Especializada junto ao CADE, ordinariamente ao fim de cada semestre e extraordinariamente sempre que solicitado, relatório circunstanciado contendo informações sobre o cumprimento das decisões do CADE, que deverão ser discriminadas sobre o objeto e a situação das ações judiciais eventualmente ajuizadas, bem como as providências administrativas para sua execução, tais como inscrições no Registro de Dívida Ativa (RDA) e no Cadastro de Inadimplentes (CADIN);

XIII - manifestar-se sobre questões administrativas que lhe forem submetidas pelo Presidente do CADE, relativas à implementação ou observância da Lei n° 12.529, de 30 de novembro de 2011;

XIV - emitir parecer, nos termos do art. 20 da Lei n° 12.529/2011, após a manifestação da Procuradoria Federal Especializada junto ao CADE, em prazo de até 30 dias;

XV - propor à Presidência do CADE ou à Superintendência-Geral as medidas que entender necessárias visando à melhoria do serviço ou do desempenho da autarquia, inclusive sobre:

a) aspectos referentes à promoção da concorrência;

b) elaboração de estudos setoriais ou de avaliação de situação concorrencial;

c) análise de impacto concorrencial de política pública.

§ 1° As intimações ou cientificações do representante do Ministério Público Federal junto ao CADE serão sempre feitas pessoalmente, via processo eletrônico.

§ 2° As manifestações do representante do Ministério Público Federal junto ao CADE poderão ser feitas por escrito e/ou oralmente, durante a sessão de julgamento, sendo que, neste último caso, será observado o quanto previsto no inciso II deste artigo.

§ 3° O representante do Ministério Público Federal junto ao CADE terá acesso à rede informatizada do CADE e vista dos autos digitalizados nas mesmas condições que os Conselheiros do Tribunal.

§ 4° O representante do Ministério Público Federal junto ao CADE deve eximir-se de fazer qualquer espécie de comentário público ou conceder acesso a terceiros não autorizados aos autos, documentos, objetos, dados e informações de que tenha conhecimento e sobre os quais haja sido deferido tratamento sigiloso ou confidencial pelo Superintendente-Geral, pelo Conselheiro Relator ou pelo Presidente.

§ 5° O representante do Ministério Público Federal junto ao CADE atuará em colaboração com os órgãos do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência no desenvolvimento de estudos e pesquisas objetivando orientar a política de prevenção de infrações contra a ordem econômica e instruir o público sobre as diversas formas de infração da ordem econômica e os modos de sua prevenção e repressão.

Art. 4° O representante do Ministério Público Federal junto ao CADE será intimado ou cientificado, nos termos do art. 3°, § 1°, desta Resolução, nos seguintes casos:

I - instauração e arquivamento de inquérito administrativo não sigiloso para apuração de infrações à ordem econômica, pela Superintendência-Geral (art. 13, III, da Lei n° 12.529, de 30 de novembro de 2011);

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

II - instauração de processo administrativo para imposição de sanções administrativas por infrações à ordem econômica, pela Superintendência-Geral (art. 13, V, da Lei n° 12.529, de 30 de novembro de 2011);

III - remessa ao Tribunal, pela Superintendência-Geral, dos processos administrativos que instaurar (art. 13, VIII, da Lei n° 12.529, de 30 de novembro de 2011);

IV - adoção de medida preventiva, pela Superintendência-Geral (art. 13, XI, da Lei n° 12.529, de 30 de novembro de 2011) ou pelos Conselheiros do Tribunal (art. 11, IV, da Lei n° 12.529, de 30 de novembro de 2011);

V - adoção de medida cautelar necessária à proteção de direito suscetível de grave dano de incerta reparação, ou ainda destinada a garantir a eficácia de ulterior decisão processual pelo Conselheiro Relator (art. 20, X, do Regimento Interno do CADE);

VI - decisões da Superintendência-Geral de aprovação ou impugnação de atos de concentração, incluindo os que contenham proposta de Acordo em Ato de Concentração (arts. 54, I, e 57 da Lei n° 12.529, de 30 de novembro de 2011);

VII - propostas de termo de compromisso de cessação incluídos em pauta de julgamento para homologação (art. 85 da Lei n° 12.529, de 30 de novembro de 2011).

Art. 5° O representante do MPF junto ao CADE terá ciência da celebração de acordo de leniência pela Superintendência-Geral do CADE, quando da instauração do respectivo inquérito administrativo não sigiloso ou processo administrativo para imposição de sanções administrativas por infrações à ordem econômica ou, antes disso, caso o acordo seja publicizado pela Superintendência-Geral.

Parágrafo único. O representante do MPF junto ao CADE terá ciência do acordo de leniência de modo pessoal e reservado, ficando transferido o sigilo correspondente, sob pena de responsabilidade.

Art. 6° No exercício das suas funções junto ao CADE, o representante do Ministério Público Federal observará os deveres, as vedações e as diretrizes previstas na Lei Complementar n° 75, de 20 de maio de 1993.

Art. 7° As disposições previstas nesta Resolução aplicam-se igualmente aos Procedimentos, Processos Administrativos ou Atos de Concentração que estejam sendo regidos pela Lei n° 8.884, de 11 de junho de 1994.

Art. 8° Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, revogadas as disposições anteriores.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Procurador-Geral da República

MÁRCIO DE OLIVEIRA JÚNIOR
Presidente do Conselho Administrativo
de Defesa Econômica
Interino

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CONSELHO SUPERIOR

RETIFICAÇÃO

Na Resolução nº 223, de 22 de setembro de 2016, publicada no DOU nº 187, Seção 1, páginas 117 a 121, de 28 de setembro de 2016, retifique-se o texto da seguinte maneira:

Onde se lê:

(...)

Art. 105. O Corregedor-Geral regulamentará, por atos internos, os demais procedimentos necessários a aplicação deste Provimento.

Art. 106. Os prazos dos artigos 77 e 82 deste Provimento poderão ser prorrogados por prazo superior, desde que justificadamente.

(...)

Leia-se:

(...)

Art. 105. O Corregedor-Geral regulamentará, por atos internos, os demais procedimentos necessários a aplicação desta Resolução.

Art. 106. Os prazos dos artigos 85 e 90 desta Resolução poderão ser prorrogados por prazo superior, desde que justificadamente.

(...)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

PORTARIA Nº 55, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

O Promotor de Justiça do Distrito Federal e Territórios em exercício na 3ª PRODEP, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75/1993, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no SIS-PROWEB sob nº 08190.041603/16-23, que tem como interessados: Secretaria de Estado de Economia, Desenvolvimento Sustentável e Turismo para apurar a ocorrência de irregularidades ocorridas na expedição, por parte da TERRACAP, de escritura definitiva à empresa Lara Contabilidade e Assessoria Ltda. -ME, em contrariedade às disposições expressas dos artigos 25 da Lei nº 3.196/03 e do artigo 4º §8º da Lei nº 3.266/03.

ALI TALEB FARES

PORTARIA Nº 56, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016

O Promotor de Justiça do Distrito Federal e Territórios em exercício na 3ª PRODEP, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75/1993, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no SIS-PROWEB sob nº 08190.041602/16-62, que tem como interessados: Alexandre Paniago, Anderson Paniago, Asi Company e Link Data para apurar possíveis irregularidades na criação de novas pessoas jurídicas com vistas à contratação com a Administração do Distrito Federal, compostas pelos mesmos sócios da empresa Link Data Ltda., já condenada judicialmente por dano ao erário em ação de improbidade

ALI TALEB FARES

Tribunal de Contas da União

PORTARIA Nº 251, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016

Delega competência ao Secretário de Controle Externo no Estado do Amazonas para assinar o Primeiro Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica celebrado para formação da Rede de Controle da Gestão Pública do Amazonas.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o disposto no §2º do art. 4º da Resolução-TCU nº 211, de 18 de junho de 2008, e considerando as informações constantes do TC 027.962/2014-8, resolve:

Art. 1º Fica delegada competência ao titular da Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas para assinar, em nome do Tribunal de Contas da União, o Primeiro Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica com diversos órgãos públicos e entidades para formação da Rede de Controle da Gestão Pública do Amazonas.

Art. 2º Fica designado o titular da Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas para zelar pelo acompanhamento da execução do acordo a que se refere o artigo anterior.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AROLDO CEDRAZ DE OLIVEIRA

PLENÁRIO

EXTRATO DE PAUTA
Sessão Contas do Governo de Plenário,
prevista para 05/10/2016, às 10h30

PROCESSOS UNITÁRIOS

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

008.389/2016-0
Natureza: Contas da Presidente da República
Exercício: 2015
Responsável: Dilma Vana Rousseff
Representação legal: Ricardo Lodi Ribeiro (OAB/RJ 1.268-B) e outros

Em 30 de setembro de 2016
MARCIA PAULA SARTORI
Subsecretária do Plenário

EXTRATO DE PAUTA (EXTRAORDINÁRIA RESERVADA)
Sessão em 5/10/2016, às 14h30

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

015.942/2016-3
Natureza: Levantamento
Representação legal: não há

016.338/2016-2
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

Ministro RAIMUNDO CARREIRO

009.557/2013-0
Natureza: Auditoria
Representação legal: Alcione Leite Tomaz (OAB/DF 39378) e outros

012.393/2016-9
Natureza: Representação
Representação legal: não há

Ministro BRUNO DANTAS

008.390/2015-0
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

021.069/2016-6
Natureza: Denúncia
Representação legal: Alberto Murray Neto (OAB/SP 104.300), com substabelecimento; Paulo Maurício Braz Siqueira (OAB/DF 18.114), com substabelecimento; Marcelo Lindoso Baumann das Neves (OAB/DF 33.079), com substabelecimento

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

001.021/2016-8
Natureza: Denúncia
Representação legal: Wilson da Silva Vicentino (OAB/CE 12844) e outros

PROCESSOS UNITÁRIOS

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

016.531/2016-7
Natureza: Auditoria
Representação legal: não há

021.074/2016-0
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

026.610/2016-7
Natureza: Administrativo
Representação legal: não há

Em 30 de setembro de 2016
LUIZ HENRIQUE POCHYLY DA COSTA
Secretário das Sessões

EXTRATO DE PAUTA (ORDINÁRIA)
Sessão em 5/10/2016, às 14h30

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

005.857/2004-2
Natureza: Tomada de Contas - Exercício: 2003
Órgãos/Entidades/Unidades: Fundo Nacional de Assistência Social e Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
Responsáveis: Antonio Jose Goncalves Henriques; Cicera Bezerra de Morais; Ciro Cormack Junior; Claudio da Rocha Roquete; Eliel Ferreira Pires; Ellen de Fátima Sampaio; Fundação Getúlio Vargas; Ilza de Fatima Caixeta Salviano; Jose Pereira da Silva; José Menezes Neto; José Pereira da Silva; Maria Albanita Roberta de Lima; Milda Lourdes Pala Moraes; Ricardo Manuel dos Santos Henriques; Romeu Rodrigues da Silva; Therezinha de Jesus Bastos Freitas; Tiago Pereira Lima; Wanda Engel Aduan
Representação legal: Wandressa Silva Leite (OAB/DF 50245) e outros, representando Fundação Getúlio Vargas; André Pereira Roquete (OAB/RJ 153045), representando Claudio da Rocha Roquete; Regino Francisco de Sousa (OAB/DF 24659) e outros, representando José Pereira da Silva

007.325/2016-9
Natureza: Solicitação do Congresso Nacional
Interessado: Senado Federal
Representação legal: não há

018.250/2015-7
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional da Conab na Bahia e Sergipe
Representação legal: não há

021.303/2016-9
Natureza: Solicitação
Solicitante: Ministério da Defesa
Representação legal: não há

025.443/2016-0
Natureza: Solicitação
Solicitante: Procuradoria da República no Distrito Federal
Órgão/Entidade/Unidade: Imprensa Nacional
Representação legal: não há

025.853/2016-3
Natureza: Solicitação
Solicitante: Procuradoria da República/CE
Representação legal: não há

030.981/2011-5
Natureza: Pedido de Reexame (Representação)
Recorrentes: Abdon Cavalcanti Itapá e outros.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério dos Transportes
Representação legal: Alexandre Silveira Marinho Falcao (OAB/PE 23.478), representando Bartolomeu Nery da Silva; José Vigilato da Cunha Neto (OAB/DF 1475) e outros, representando Marcos Pagnoncelli, Euler Costa Sampaio, Aldo Antonio Borotto, Ana Maria Cavalcante Vidal, Hulmes Franca Lessa, Eliana de Freitas Martins Fonseca, Antonia Atarciza F. Nunes, Antonio Augusto da

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Fonseca Alecrim, Antonio Pugas Neto, Aricenilda Silva, Aristeu Bernardes de Assis Neto, Benetida Favacho Modesto, Bernardo Lucìdio de Caldas Brito, Cássia Luiza Gomes e Silva de Moraes, Carlos Alberto Bandeira de Mello, Edileuza de Jesus Costa Padilha, Elisa Beatriz do Rêgo Luna, Eliza Maria Luna da Costa, Elza Pereira Ramos, Elza Therezinha do Carmo, Adair Nunes, Adanilo Alves Ramos, Afonso Celso Rios dos Reis, Emi Carvalho Machado, Eneus Trindade Barreto, Eustáquio da Cruz Carneiro, Euvaldo José Zanatta, Evandro Luiz de Souza, Fábio Cézar Condé Rocha, Fernando Macedo Dreer, Francisco Antonio Martins, Francisco das Chagas Domingues Pereira, Frederico José Malhado Porto, Patricia Teixeira Goulart, Paulo de Alguquerque Sá, Paulo Roberto de Lima, Paulo Roberto Kozlowski Tannenbaum, Rita de Cássia Chaves Dias da Silva, Rita de Cássia Furtado, Roberto Curcio dos Santos, Roberto Tavares Petterlle, Roldão de Oliveira Sabino, Ronaldo Lopes Beltrame, Abel Dario Galeano Nunez, Abismael Rodrigues de Souza, Admilson de Menezes, Afranio dos Reis de Souza, Abismael Rodrigues de Souza, Clélia Rodrigues, Clineu Lázaro Moreira, Damásio Dantas Luiz, Deana da Conceição, Dirlei Ramos da Silva, Diva Helena Mota de Abreu Iwasa, João Baptista Rodrigues da Motta Rezende, João Raimundo Marques Torres, Joaquim Carlos Soutinho Neto, Jorge Alcides Cruz, Jorge Leandro Lamb, Lilia de Moura Neves Pereira, Lorena das Graças Lins Silveira, Luciana Pereira de Paula Rodrigues, Luiz Claudio Ferraz Amaral, Manoel Hilário Neto, Mara Lucia Pacheco Lopes, Antonio Machado Rocha, José Luiz de Amorim Carrão, José Pires Martins, José Soares de Paiva, Josemary Felix Monteiro, Juarez Barbosa da Cunha, Julio César dos Santos Ferreira, Maria Nogueira, Maria Normélia Alves Nogueira, Maria Therezinha Pena Folly, Marinês Denck, Marcio Jjustiniano Ribeiro, Mario Ferreira Vianna, Mario Sampson Pinto, Marta de Lima Macedo, Martelene das Dores Albernaz, Martha Dayse Guerra Mascarenhas, Masao Nasuno, Neide Maria de Maura Miranda Castro, Neuri Machado da Silva, Neusa Clarice Collato, Odeize Alves Couto, Orlando Figueiredo Filho, Oscar Hyperson Portilho Chaiarelli, Amadeu Martins, Maria de Jesus Monteiro, Maria Eliane da Costa, Maria Helena Pena Mata Machado, Maria Isabel Bezerra Pinheiro, Maria Lais Moura de Sá, Maria Nazaré Klein da Cruz, Milton Bogossian, Milton Massahide Arakaki, Miriam Fátima de Souza, Mirsa Teresinha de Galvão Rocque de Souza, Mônica Maria Arruda Aragão, Nair Ercília Cardoso, João Baptisa Rodrigues da Mota Rezende, Marcos Cordeiro de Souza Bandeira, Marcos Guimaraes Silveira, Maria Auxiliadora de Oliveira Santos, Maria Aparecida Silveira Torres, Maria do Carmo Silveira Quevedo, Maria Célia Siqueira Rolla Silva, Raimunda Brito Pereira Roussos, Raul Moura de Sá, Renato Zimmer Pinto, Ricardo Nelson Ribeiro Freire, Ricardson Flavio dos Reis, Raimunda Bento Vieira Filho, Ronaldo Lopes Leandro, Rosana Rio Preto Vieira Machado, Rosangela Lima Machado, Rubem Pereira de Lima, Sarita Inês Milde, Sheila Maria de Andrade Parente, Sylvia Maria Fleming, Tania Maria Rozendo Pinto Maranhão, Telma Azevedo de Souza Leão, Tereza Cristina Sodré Regis dos Reis, Terezinha de Jesus Barbosa Jansen Ferreira, Tereza Dolores Silva de Carvalho, Valdevaldo Silva dos Santos, Wagner de Lima Oliveira, Yêda Rios dos Reis Targino Alves, Amaury Carvalho de Oliveira, Alexandre Antonio de Cstro Reche, Valéria Goulart Crosara, Vanda Thosi Cavalcante, Vera Cruz de Carvalho Melo, Vilma Lopez Medeiros de Souza, Virginia Sobreira Sasse, Vilson Soares Veloso, Wanzanir Chaves Edler, Jorge Luiz Zuma e Maia, Jorge Luiz do Amaral, Jorge Manoel da Purificação, José Carlos Colens Meziat, José Luciano Rocha Studart, José Airton de Almeida, Maria Clemilda Pereira Xavier, Maria Cristina Ribeiro Barreto Sampaio, Maria da Gloria de Araujo Pacheco, Maria de Fátima de Araujo Muniz, Maria Francisca da Silva Cruvinel, Maria Guiomar Fuks, Carlos Alberto Gomes de Jesus, Carlos Eduardo Behrensdorf, Carlos Henrique Rodrigues, Carlos Vicente Ramos Gomes, Carmen Lúcia Sá de Souza, César Travassos de Brito, Charles Mansur, Claiton Pimentel, Clarisse Duarte Ribeiro Teston, Claudia Maria Firmo Gonçalves, Claúdio José Madeira Basto Menezes, Germano Travasso Moreira e Silva, Geraldina Barbosa, Helena Ester Alves Lapagesse, Haroldo Alves de Melo, Haroldo Barbosa Filho, Helen Kátia Sá de Souza, Lauro de Souza Vasconcelos, Lélia Moreira da Frota, Lenimar de Oliveira Almeida Ferraz, Henry Christopher Curley, Jaci Rosa Sena de Lima, Iolanda Pereira de Souza Ramalho, Ivan Baddo Rodrigues, Jésse Brauner de Moraes, Joana Guimarães Filha, Klycia Costa Vinhaes Noraes, Laerte Corrêa Marques, Laura Bareggi, Laurito Martins da Costa, Sérgio Netto de Oliveira, Angela Maria Barbosa Parente, Antonio Mauricio Ferreira Neto, Augusto Galvão Rogério de Souza, Claudia Maria Richmond, Domingos Marques Junior, Ernesto Mainardi, Eunice Nessi Papaleo, Fleuripes Oliveira Sabino, Fernando Lima Barbosa Vianna, Gustavo Henrique Lontra Neto, Hilton César Falcone, João Luiz Correa Burigo, Roberto Zaidan, Salomé Eliasquevitch Mantovani, Sergio Gandon da Rosa, Sonia Espindola, Deoclécio Britto Hagel e Paulo Sérgio Roquette Camargos; Sandra Klepacz e outros.

Representando Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

Ministro BENJAMIN ZYMLER

026.372/2016-9
Natureza: Representação
Representante: Açoforte Segurança e Vigilância Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Procuradoria Regional do Trabalho - 15ª Região/SP
Representação legal: não há

028.948/2013-0
Natureza: Representação
Representante: Procuradoria da República/SP
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Representação legal: Maury Izidoro (OAB/SP 135.372), André Rampazzo de Freitas (OAB/SP 292.912) e outros, representando Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

029.418/2014-3
Natureza: Auditoria
Responsáveis: Aristides Jose Ortiz e Edson Giroto
Órgãos/Entidades/Unidades: Fundação Nacional de Saúde; Prefeitura Municipal de Corguinho/MS; Prefeitura Municipal de Itaquiraí/MS; Prefeitura Municipal de Ribas do Rio Pardo/MS; Prefeitura Municipal de Tacuru/MS; Prefeitura Municipal de Terenos/MS; Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Mato Grosso do Sul
Representação legal: não há

Ministro AUGUSTO NARDES

012.355/2016-0
Natureza: Representação
Representante: Connectcom Teleinformática Comércio e Serviços Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Senado Federal
Representação legal: Pedro Henrique Pereira

016.194/2011-0
Natureza: Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Josué Medeiros Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Serrano do Maranhão/MA
Representantes legais: Ângelo Pedro Nunes de Miranda (OAB/PA 6.616) e Bento de Sena Lopes (OAB/PA 6.294), representando o Sr. Josué Medeiros Rodrigues; Janelson Moucherek Soares do Nascimento (OAB/MA 6.499), Andréa Saraiva Cardoso Reis (OAB/MA 5.677)

019.161/2016-6
Natureza: Representação
Representante: Prominas Brasil Equipamento Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Representação legal: não há

022.260/2010-2
Natureza: Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial)
Recorrentes: Evandro Silva Rosa e João Paulo Barcellos Esteves
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Dourados/MS
Representantes legais: Rogério Castro Santana (OAB/MS 15.751) e Andréa de Liz Santana (OAB/MS 13.159), representando os Srs. João Paulo Barcellos Esteves e Evandro Silva Rosa

022.406/2016-6
Natureza: Representação
Representante: Vênus World Comércio de Equipamentos e Material para Escritório Ltda. EPP
Órgão/Entidade/Unidade: Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.
Representação legal: Silvia Regina Schmitt (OAB/DF 38.717 e OAB/RS 58.372), Maurício Santo Matar (OAB/SP 322.216) e Isabela Félix de Sousa (OAB/GO 28.481), representando Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.; Gevaldo Lopes Silva (OAB/RJ 69.560), representando Vênus World Comércio de Equipamentos e Material para Escritório Ltda. EPP

026.316/2016-1
Natureza: Representação
Representante: Visan Segurança Privada Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura Terrestre em Goiás e Distrito Federal
Representação legal: não há

Ministro RAIMUNDO CARREIRO

007.144/2016-4
Natureza: Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Integração Nacional
Responsável: Osvaldo Garcia
Representação legal: não há

009.774/2009-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Ministério do Trabalho e Emprego
Responsáveis: Fernando Vasco Leca do Nascimento; Gilson Matos Moreira; José Roberto Escórcio; João Barizon Sobrinho; Mauro Farias Dutra; Maximino Antonio Boschi; Nassim Gabriel Mehedff; Secretaria do Emprego e Relaçoes do Trabalho/SP; Ágora - Associação Para Projetos de Combate À Fome
Representação legal: Guilherme Siqueira Coelho de Paula (OAB/DF 48.370); David Grunbaum Ambrogri (OAB/DF 25.055); Gabriela de Cerqueira Lima Gastal Dutra (OAB/DF 17.411); Alcimira Aparecida dos Reis Gomes (OAB/DF 13.710); João Geraldo Piquet Carneiro (OAB/DF 800-A); Arthur Lima Guedes (OAB/DF 18.073); Flávia Bicudo César (OAB/DF 35.257)

015.390/2016-0
Natureza: Acompanhamento
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Saúde de Mato Grosso
Responsável: João Batista Pereira da Silva
Representação legal: não há

020.169/2016-7
Natureza: Representação
Representante: Coenco Construções Empreendimentos e Comércio Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Camalaú/PB
Representação legal: não há

021.420/2016-5
Natureza: Representação
Representante: Casa e Bar Nordeste Comércio de Utilidades do Lar Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Nacional de Justiça
Representação legal: Reinner Ferreira Campos e outros, representando Casa e Bar Nordeste Comercio de Utilidades do Lar Ltda.

021.693/2016-1
Natureza: Representação
Representante: Centurion Serviços Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Sorocaba/SP
Representação legal: Vinicius Azevedo Coelho (OAB/MG 151.247) e outros

021.820/2016-3
Natureza: Representação
Representante: S&B Comércio de Produtos e Limpeza, Descartáveis e Informática Ltda. e Clik Limp Comercial de Material de Limpeza e Higiene Ltda. - EPP
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A., por intermédio da Diretoria de Suprimentos Corporativos e Patrimônio
Representação legal: Patrícia Aparecida Hayashi (OAB/SP 145422) e outros, Fernanda Massad de Aguiar Fabretti (OAB/SP 261.232) e outros

023.595/2016-7
Natureza: Representação
Representante: MFC Avaliação e Gestão de Ativos Ltda. - EPP
Órgão/Entidade/Unidade: Centrais Elétricas de Carazinho S.A.
Representação legal: Camila Borges Bassani e outros, representando MFC Avaliação e Gestão de Ativos Ltda.

025.391/2014-3
Natureza: Representação
Representante: Grandseg Segurança e Vigilância Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Representação legal: José Dias Dantas

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

009.737/2015-4
Natureza: Representação
Representante: Rogério Negreiros Knust Grassini
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: Adriano Marques Manso (OAB/RJ 114.483) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A.; Carlos Roberto de Siqueira Castro (OAB/DF 20.015) e outros, representando Marco Túlio Pereira Machado

020.449/2009-4
Natureza: Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: João Alves Cordeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de São Luís do Quitunde/AL
Representação legal: Marcela Augusta Acioli do Carmo de Oliveira (OAB/AL 10.408), Ivo Marcelo Spínola da Rosa (OAB/MT 13.731) e outros

030.153/2015-8
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2014
Órgão/Entidade/Unidade: Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
Responsáveis: Deoclécio Pereira de Souza e José Luis Guerra Conceição Silva
Representação legal: não há

Ministro BRUNO DANTAS

020.054/2010-6
Natureza: Agravo (Tomada de Contas Especial)
Agravante: Márcia Maria da Fonseca Assunção
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Jaraguá/GO
Representação legal: Hyulley Aquino Machado (OAB/GO 18.481) e outros, representando Márcia Maria da Fonseca Assunção

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

025.461/2016-8
Natureza: Representação
Representação: FX-Enge Pavimentação e Obras Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Pirajuí/SP
Representação legal: Houbery Kurtis de Magalhaes e outros, representando FX-Enge Pavimentação e Obras Ltda.

025.464/2016-7
Natureza: Representação
Representante: FX-Enge Pavimentação e Obras Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Pirajuí/SP
Representação legal: Eloa Fratic Bacic (OAB/SP 275459) e outros, representando FX-Enge Pavimentação e Obras Ltda.

026.371/2016-2
Natureza: Representação
Representante: Masan Serviços Especializados Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia
Representação legal: não há

Ministro VITAL DO RÊGO

010.290/2008-8
Natureza: Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Aplauso Organização de Eventos Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional do Índio
Representação legal: Alessandra Rodrigues Bernardes Oshiro (OAB/DF 16.069); Andréia Corbucci da Costa Pereira e Max Robert Melo (OAB/DF 30.598)

016.090/2009-2
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrentes: R M Construções Ltda. - ME - EPP; Marcos Wagno Gomes Bradão; Aurea Maria Matos Rodrigues; Rodolfo Costa Botelho; Vilmar Francisco da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Divinópolis do Tocantin/TO
Representação legal: Braulino Ribeiro de Oliveira Junior; Aurea Maria Matos Rodrigues (OAB/TO 1.227)

018.754/2016-3
Natureza: Representação
Representante: A.A.B Unidade de Serviços de Campo Grande de Eireli - ME
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Rio Brilhante/MS
Representação legal: não há

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

008.505/2016-0
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Representação legal: não há

014.033/2013-5
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Estado de Saúde do Estado do Acre
Representação legal: não há

026.500/2016-7
Natureza: Solicitação
Solicitante: Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle
Representação legal: não há

032.051/2015-8
Natureza: Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
Responsáveis: Maria Lucia Cavalli Neder; Valéria Calmon Cerisara; Dalila Batista Queiroz; e João Carlos de Souza Maia
Representação legal: não há

034.365/2014-1
Natureza: Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Responsável: Luciano Galvão Coutinho
Representação legal: Marcos Elias Akaoni de Souza Santos Alves e outros, representando Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e Luciano Galvão Coutinho

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

000.338/2010-9
Natureza: Auditoria
Órgãos/Entidades/Unidades: Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal, Governo do Estado da Paraíba e Companhia de Água e Esgotos da Paraíba
Responsáveis: Aldo Cavalcanti Prestes; Alfredo Nogueira Filho; Ariosto Ferraz da Nóbrega; Evaldo de Almeida Fernandes; Luciano da Nóbrega Pereira; Maria Fernanda Ramos Coelho; Paulo Roberto Diniz de Oliveira; Ricardo Cabral Leal; Rodrigo José Pereira Leite Figueiredo; Ruben Bezerra Paiva; Rubens Falcão da Silva Neto; Írio Dantas da Nóbrega
Representação legal: Jailton Zanon da Silveira (OAB/RJ 77.366) e outros, representando Caixa Econômica Federal; Alvaro Figueiredo Maia de Mendonça Junior (OAB/PE 14265) representando Rubens Falcão da Silva Neto; Allisson Carlos Vitalino (OAB/PB 11.215) e outros, representando Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

002.491/2014-1
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Representação legal: não há

023.968/2015-0
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Representação legal: não há

025.733/2006-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Federal de Enfermagem
Responsáveis: Afford Distribuidora Ltda. ME; Alba Regina Capozzi; Alexandre Costa Valente; Amaury Luz Netto; Ampliar Engenharia Planejamento Construções e Reformas Ltda.; An Papelaria Ltda. ME; Associação Federal de Polícia; Cléa Pereira de Brito; Compuexport Informática do Brasil Ltda.; Compumeier Equipamentos Ltda.; Data Office Suprimentos Ltda.; Demir Pinto de Castro; Editora Beto Brito Som Dados e Imagem Ltda.; Enterprise do Meier Eletrônico Ltda.; Ernesto Alejandro Zabotinsky; Fernando Antônio de Lima Cananea; Flag Line Indústria e Comércio Ltda. Epp; Germano Luis Delgado de Vasconcelos; Gilberto Linhares Teixeira; Gráfica e Editora Regis Aló Ltda.; Hegel Editora Ltda.; Helena Pimenta Moreira; Hélio Artes Gráficas Ltda.; Hélio Ventura de Assunção; Hercília Jorgete Lopes de Souza; High Level Serviços Ltda.; Hildeberto Trindade de Brito; Hildebrando Trindade de Brito; Hildecley Trindade de Brito; Hiperativa Comunicações e Artes Gráficas; Hortência Maria de Santana Linhares; Infoplan Informática e Planejamento Ltda.; Iva Maria Barros Ferreira; Jorge Eduardo de Freitas Teixeira; José Manoel Pazos Antelo; José Ronaldo Silva de Souza; Josetonio Pedro da Silva; João Batista Vieira; Kbk Serviços Técnicos Ltda.; Kirios Gráfica Editora Ltda. ME; Lauro Caldeira Constantino; Louise Maria Holtz Santos de Oliveira; Manoel Alves Correa; Maria Lúcia Martins Tavares; Marilanda Lopes de Lima; Mario Reis Xavier Júnior; Murilo Kubrusly Aranha; Neomísia Silva de Souza de Carvalho; New Pel Papelaria Ltda. ME; O & C Distribuidora Ltda.; Panther Comércio, Importação e Exportação Ltda.; Papelaria Bom Astral Ltda. ME; Papelaria Van Mex Ltda. ME; Papelaria Vilca Ltda. ME; Paulo Roberto Costa Rosa; Politec Revestimentos e Polimentos Ltda.; R.S. Brito Gráfica Ltda.; Renato Lopes; Roberto Carlos de Freitas Teixeira; Roberto José Carneiro Mattos; Robson Pinheiro Leitão; Romo Data Suprimentos e Papelaria Ltda.; Rosa Maria Rodrigues Pereira; Rosângela Alo Pinto; S.M.R. 25 Informática Ltda.; Salomão Jacob Roffe Levy; Samuel Alves da Silva Neto; Samuel de Oliveira Goulart; Selma Aquino Lins Antelo; Sercon Bazar e Papelaria Ltda. ME; Sérgio Antônio Kubrusly Aranha; Silvana Conceição de Lima di Santo; Skilo Artes Gráficas Ltda. ME; Sônia Lebeis Pires; Supricomp Distribuidora de Produtos Eletrônicos Ltda.; Sylditour Viagens e Turismo Ltda.; Ubirajara Pereira de Souza; Valter Leal Teixeira; Walter Rangel de Souza; Zélio Medeiros dos Santos
Representação legal: Katia Vieira do Vale (OAB 11737)e outros, representando Germano Luis Delgado de Vasconcelos; Lucas Mesquita Moreyra (OAB/DF 34351) e outros, representando Jose Manoel Pazos Antelo e Sylditour Viagens e Turismo Ltda; Rayssa França da Fonseca e outros, representando Fernando Antonio de Lima Cananea; Cláudio Thurler de Lima Júnior (OAB/RJ 147.556) e outros, representando Mario Reis Xavier Junior; Luis Felipe Estol (OAB/RJ 166.998) e outros, representando Salomão Jacob Roffe Levy; Luiz Gustavo Barreira Muglia (OAB/DF 20.412) e outros, representando Conselho Federal de Enfermagem e Samuel de Oliveira Goulart; Eduardo Duilio Lopes Piragibe, representando Samuel Alves da Silva Neto; Daniela Correa Jacques Brauner, representando Alba Regina Capozzi; Nelson Ribeiro Alves Filho (OAB/RJ 12686) e outros, representando Silvana Conceição de Lima Di Santo e New Pel Papelaria Ltda Me; José Roberto de Albuquerque Sampaio (OAB/RJ 69747) e outros, representando Compuexport Informatica do Brasil Ltda, Fernando Antonio de Lima Cananea e Fernando Antonio de Lima Cananea; Tatiana Barbosa Duarte (OAB/DF 14459) e outros, representando Selma Aquino Lins Antelo, Sylditour Viagens e Turismo Ltda e Jose Manoel Pazos Antelo

028.795/2015-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Axixá do Tocantins/TO
Responsáveis: Morema Construções Pavim. e Incorp. Ltda; Ruidiard de Sousa Brito; Ubirajara Arrais Maia
Representação legal: não há

040.359/2012-3
Natureza: Acompanhamento
Órgão/Entidade/Unidade: Comitê Paralímpico Brasileiro
Representação legal: Luiz Fernando de Moraes, (OAB/DF 27.437)

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

006.903/2016-9
Natureza: Acompanhamento
Órgão/Entidade/Unidade: Comissão Nacional de Energia Nuclear
Representação legal: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS

SUSTENTAÇÃO ORAL

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

005.314/2011-9
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Responsáveis: Ademar Kiyoshi Itakussu, José Paulo Assis e Paulo Ruiz
Representação legal: Nilton Antonio de Almeida Maia (OAB/RJ 67.460), Nelson Sá Gomes Ramalho (OAB/RJ 37.506), Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250), Ésio Costa Junior (OAB/RJ 59.121) e outros, representando a Petróleo Brasileiro S.A. e Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB/DF 20.015), Fernando Villela de Andrade Vianna (OAB/RJ 134.601), Renato Otto Kloss (OAB/RJ 117.110), Marina de Araújo Lopes (OAB/DF 43.327), Polyanna Ferreira Silva (OAB/DF 19.273) e outros, representando Ademar Kiyoshi Itakussu, José Paulo Assis e Paulo Ruiz
Interessada em sustentação oral:
- Marina de Araujo Lopes (OAB/DF 43.327), em nome de José Paulo Assis, Paulo Ruiz e Ademar Kiyoshi Itakussu.

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Ministro RAIMUNDO CARREIRO

011.161/2010-8
Natureza: Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Responsáveis: Antônio Péricles Ferreira Lobo, Francisco Carlos Santos, Álvaro Campos de Carvalho, José Barros Júnior, Hugo Sternick, João Bosco Gariglio, Marília Fernandes Zaza Von Dollinger, Consórcio Conserva/Egesa, Consórcio Pavotec/Triunfo/Estacon e Consórcio Fidens/CBM/Aterpa
Representação legal: Alexandre Aroeira Salles (OAB/DF 28108) e outros
Revisor: Ministro Walton Alencar Rodrigues (45/2014)

DEMAIS PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Ministro BENJAMIN ZYMLER

000.630/2012-8
Natureza: Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)
Embargantes: José Ribamar da Cruz Oliveira; Emanuel Leite Borges; Júlio Augusto Miranda Filho; e Mauro Ernesto Campos Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Superintendência Regional do Dnit Nos Estados de Rondônia e Acre
Representação legal: Washington Ferreira Mendonça (1946/OAB-RO) e outros, representando José Ribamar da Cruz Oliveira; Richard Campanari (2889/OAB-RO) e outros, representando Emanuel Leite Borges; Gustavo Felipe Costa e Silva (105.657/OAB-MG), Elísio de Azevedo Freitas (18.596/OAB-DF) e outros, representando Luís Munhoz Prosel Junior; Luiz Carlos Braga de Figueiredo (16010/OAB-DF) e outros, representando Júlio Augusto Miranda Filho; Felipe Furtado Morais (142.387/OAB-RJ) e outros, representando Mauro Ernesto Campos Lima; Edgard Hermelino Leite Junior (OAB/SP 92.114 e OAB/PR 38.422), Maria Beatriz Picarelli Gonçalves Johonsom Di Salvo e outros, representando Camter Construções e Empreendimentos S.A.

004.820/2011-8
Natureza: Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)
Embargante: Evandro Eurico Faustino Dias
Órgãos/Entidades/Unidades: Ministério da Integração Nacional, Estado do Mato Grosso do Sul e Secretaria de Estado de Obras Públicas, Habitação e Desenvolvimento Urbano do Mato Grosso do Sul
Representação legal: Gustavo Arthur Coelho Lobo de Carvalho (OAB/DF 15.641) e outros, representando Evandro Eurico Faustino Dias

008.937/2016-8
Natureza: Auditoria
Órgãos/Entidades/Unidades: Fundo Nacional de Saúde; Secretaria de Estado de Obras do Estado do Rio de Janeiro; e Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

014.980/2010-0
Natureza: Embargos de Declaração (Auditoria)
Embargante: Josidan Gois Cunha
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Representação legal: João Victor Duarte Moreira (OAB/CE 30457), representando Josidan Gois Cunha; Ediel Lopes Frazão (OAB/PE 13.497) e outros, representando Delta Construções S. A.; Clauver Renne Luciano Barreto (OAB/CE 16.641) e outros, representando Deusimar Bezerra Lima; Marco Antonio Prandini e outros, representando Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

Ministro RAIMUNDO CARREIRO

008.411/2016-6
Natureza: Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Palmeira das Missões/RS
Responsáveis: Ariele Nogueira da Cunha; Artemio Antonio Sarturi; Carlos Hermínio Aguirre Superti; Eduardo Russomano Freire; Elton Ardenghi Miranda; Ignez D'ávila; Joel Alexandrerubert; Nelson da Conceição Bueno; Plinio Simas; Silvestre Becker
Representação legal: não há

013.714/2011-2
Natureza: Pedido de Reexame (Representação)
Recorrente: Francisco Valdeci de Sousa Cavalcante
Órgão/Entidade/Unidade: Administração Regional do Serviço Social do Comércio no Estado do Piauí
Representação legal: Márcio Augusto Ramos Tinôco (OAB/PI 3.447)

017.488/2016-8
Natureza: Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério das Cidades
Responsáveis: Luciano Oliva Patrício e Pedro de Souza Bisch Neto
Representação legal: não há

020.613/2013-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva do INSS em Curitiba/PR
Responsáveis: Alceu Silva; Ana Delzira dos Santos Schereiber; Atamiro de Assis; Beatriz Fátima da Silva; Cacilda Bernardino; Clayton Fernando de Lira; Cleusir de Assis; Guilhermina de Assis Pinto; José Raimundo; Karla Melisa Aguiar Alves; Lauri de Lima; Maria Conceição da Silva; Maria Ivorema Viadroski; Maria de Fátima Gonçalves; Marlene Silva; Marlene de Oliveira; Marli Ondina Cirello; Mateus dos Santos Oliveira; Neuza Pinto; Renato dos Santos Oliveira; Rosemary do Rocio Oliveira; Salete da Silva; Sidal Elias Estevo Comparin; Terezinha Maria de Jesus Domingos; Vera Lúcia Diniz Portella de Assis
Representação legal: Elizangela Negreiros de Abreu, representando Maria Ivorema Viadroski; Luiz Alberto Glaser Junior (12.222/OAB-PR), representando Ana Delzira dos Santos Schereiber; Paulo Afonso Zaina (19829/OAB-PR), representando Cacilda Bernardino e Lidia Rodrigues

021.103/2016-0
Natureza: Acompanhamento
Órgãos/Entidades/Unidades: Governo do Estado do Rio Grande do Sul; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Representação legal: não há

024.796/2014-0
Natureza: Pedido de Reexame (Representação)
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério das Cidades
Recorrente: Inês da Silva Magalhães
Representação legal: Rodrigo Numeriano Duborcq Dantas (OAB/PE 31920); Luiz Henrique Pandolfi Miranda (OAB/DF 21994)

025.244/2015-9
Natureza: Administrativo
Interessado: Tribunal de Contas da União
Representação legal: não há

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

021.643/2014-8
Natureza: Representação
Representante: Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União
Órgãos/Entidades/Unidades: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Banco Central do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil S.A., Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério das Cidades e Instituto Nacional do Seguro Social
Responsáveis: Guido Mantega, Nelson Henrique Barbosa Filho, Dyogo Henrique de Oliveira, Arno Hugo Augustin Filho, Marcus Pereira Aucélio, Marcelo Pereira de Amorim, Adriano Pereira de Paula, Alexandre Antônio Tombini, Tulio José Lenti Maciel, Jorge Fontes Hereda, Aldemir Bendine, Luciano Galvão Coutinho, Manoel Dias, Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello, Gilberto Magalhães Occhi, Carlos Antonio Vieira Fernandes e Laércio Roberto Lemos de Souza
Representação legal: Alexandre Kaiser Rauber (OAB/DF 37.815), Aline Crivelari (OAB/SP 230.844), André Carvalho Teixeira (OAB/DF 18.135), André Ávila (OAB/DF 24.383), Antonio Pedro da Silva Machado (OAB/DF 1.739-A e OAB/SC 7459), Cristiana Muraro Tarsia (OAB/DF 48.254), Eric Sarmanho de Albuquerque (OAB/DF 17.406), Erika C. Frageti Santoro (OAB/SP 128.776), Guilherme Lopes Mair (OAB/DF 32.261), Jailton Zanon da Silveira (77.366/OAB-RJ), Jaques Fernando Reolon (OAB/DF 22.885), Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546), Liana Claudia Hentges Cajal (OAB/DF 50.920), Lucinéia Possar (OAB/DF 40.297), Luís Fernando Belém Peres (OAB/DF 22.162), Mara Rocha Aguilar (OAB/RJ 52.897), Mario Renato Balardim Borges (OAB/RS 50.627), Meire Aparecida de Amorim (OAB/DF 19.673), Murilo Fracari Roberto (OAB/DF 22.934); Vilmon Malcorra Villagran (OAB/DF 43.181)

Ministra ANA ARRAES

010.022/2012-0
Natureza: Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Liberalino Ribeiro de Almeida Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu /PA
Representação legal: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546), Ana Carolina Mazoni (OAB/DF 31.606) e outros, representando Liberalino Ribeiro de Almeida Neto.

Ministro BRUNO DANTAS

015.351/2016-5
Natureza: Auditoria
Órgãos/Entidades/Unidades: Caixa Econômica Federal e Ministério das Cidades
Responsáveis: Gilberto Magalhaes Occhi; Luciano Oliva Patricio; e Roberto Nami Garibe Filho
Representação legal: Rodrigo Numeriano Duborcq Dantas (OAB/PE 31920), representando Ministério das Cidades

030.129/2015-0
Natureza: Embargos de Declaração (Consulta)
Embargantes: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; e Advocacia-Geral da União
Representação legal: José Barreto de Arruda Neto (OAB/PB 9.426) e outros, representando a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; Annalina Cavicchiolo Trigo, Camilla Araujo Soares, Rafael Ribeiro Rosa, Ana Flávia Lopes Braga e Valdemar Carvalho Junior, representando a Advocacia-Geral da União

030.283/2012-4
Natureza: Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Seguros Privados
Representação legal: Leonardo Capistrano (OAB/CE 19.407, OAB/DF 29.510) e outros, representando a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT

031.777/2010-4
Natureza: Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)
Embargante: Gilberto Schwarz de Mello
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães/MT
Representação legal: Fábio Luiz Palhari (OAB/MT 19.255-O) e outros, representando Gilberto Schwarz de Mello

033.413/2015-0
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Telecomunicações
Representação legal: Mariana Félix Gonçalves de Mateus e outros, representando Agência Nacional de Telecomunicações; Augusto Alcântara Vago (OAB/DF 35891) e outros, representando Oi S.A.

035.699/2015-9
Natureza: Administrativo
Interessado: Tecnolínea Injetados Plásticos Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Contas da União
Representação legal: Raimundo Nonato Monteiro, representando Tecnolínea Injetados Plásticos Ltda.

Ministro VITAL DO RÊGO

002.998/2014-9
Natureza: Pedido de Reexame (Representação)
Recorrente: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo
Representação legal: Ricardo Campos (OAB/SP 176.819), Renata Valéria Pinho Casale Cohen (OAB/SP 225.847); Felipe Carvalho de Oliveira Lima (OAB/SP 280.437); Demétrio Rodrigo Ferronato (OAB/DF 36.077) e outros

003.346/2015-3
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Energia Elétrica; Centrais Elétricas Brasileiras S.A.; Ministério da Fazenda; Ministério de Minas e Energia; e Secretaria do Tesouro Nacional
Representação legal: Maria Cristina Lopes Girão Moreira

006.166/2012-1
Natureza: Pedido de Reexame (Auditoria)
Recorrentes: Hideraldo Luiz Caron; Julio Cesar Ferreira Pereira; Luís Munhoz Prosel Junior; Mauro Barbosa da Silva; Nilson Alves de Castro e Prudêncio Alves da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Representação legal: João Marcos Amaral (OAB/DF 25.113); André Alencar Porto (OAB/DF 25.103); Bruno Silva Campos (OAB/DF 17.509); Alexandre Aroeira Salles (OAB/DF 28.108) e outros

008.786/2011-9
Natureza: Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Responsáveis: Construtora Sanches Tripoloni Ltda.; Deise Silva Torres Souza; Delta Construções S.A.; Fernando Antônio Valério Pereira; Laércio Coelho Pina; Luiz Antonio Pagot; Luiz Antônio Ehret Garcia; Marcelo Costa Sortica de Souza; Nilton de Brito; Orlando Fanaia Machado; Rui Barbosa Egual e Silvio Figueiredo Mourão
Representação legal: Eduardo Stênio Silva Sousa (OAB/DF 20.327); Gustavo do Vale Rocha (OAB/DF 13.422) e outros

014.264/2016-1
Natureza: Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Eletrosul Centrais Elétricas S.A.
Responsável: Marcio Pereira Zimmermann
Representação legal: Fabiano Marcos Zwicker (OAB/SC 16.035) e outros

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

004.596/2010-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Estado da Saúde de Goiás
Responsáveis: Adriano Kennen de Barros; Antônio Durval de Oliveira Borges; Cairo Alberto de Freitas; Fernando Passos Cupertino de Barros; Hospfar Ind. e Com. de Produtos Hospitalares Ltda.
Representação Legal: Antônio Augusto Rosa Gilberti (OAB/GO 11.703); Georges Louis Hage Humbert, (OAB/BA 21.872); Márcio Pacheco Magalhães (OAB/GO 5.795) e outros

008.286/2016-7
Natureza: Representação
Representante: Peigon Produções Culturais Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Representação legal: Fabrício Correa de Aquino (OAB/DF 18.486) e Augusto Gomes Pereira (OAB/DF 31.291), representando Peigon Produções Culturais Ltda.; e Dalmo Rogério Souza de Albuquerque (OAB/DF 10.010), Raphael Rabelo Cunha Melo (OAB/DF 21.429); Roseli Dias Valentin (OAB/DF 24.068), e outros à peça 43, representando Premier Eventos Ltda.

019.348/2014-2
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - Indústrias Nucleares do Brasil S.A.
Responsáveis: Bank Log do Brasil Ltda. e Sétima do Brasil Ltda.
Representação Legal: Leonardo Barbosa Rocha (OAB 20.876/GO); Valter Nogueira da Silva e outros, representando Sétima do Brasil Ltda.; Willer Reggys Vilela e Silva e outros, representando Bank Log., e Carlos Fernando Correia da Costa e outros, representando Indústrias Nucleares do Brasil S.A

026.298/2015-5
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Comitê Olímpico Brasileiro
Representação legal: não há

046.095/2012-8
Natureza: Auditoria
Órgãos/Entidades/Unidades: Prefeitura Municipal de Fortaleza/CE; Caixa Econômica Federal; Ministério do Turismo
Responsáveis: Geraldo Bandeira Accioly; Francisco Humberto de Carvalho Júnior
Representação legal: Rafael Klautau Borba Costa (OAB/DF 38871) e outros, representando Caixa Econômica Federal; Alanna Castelo Branco Alencar (OAB/CE 6854) e outros, representando Geraldo Bandeira Accioly e Francisco Humberto de Carvalho Júnior

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

010.399/2016-0
Natureza: Auditoria
Órgãos/Entidades/Unidades: Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal e Secretaria Municipal de Infraestrutura de Fortaleza
Representação legal: não há

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

014.541/2016-5
Natureza: Monitoramento
Órgãos/Entidades/Unidades: Tribunais Regionais Eleitorais dos Estados da Bahia, Paraíba, Alagoas, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Acre, Amapá, Amazonas, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Sergipe e Tocantins
Responsáveis: Antonio Carlos Alves da Silva; Antonio Jayme Boente; Antônio Abelardo Benevides Moraes; Carlos Augusto Tork de Oliveira; Cesar Augusto Mimoso Ruiz Abreu; Divoncir Schreiner Maran; Joaquim Dias de Santana Filho; José Aurélio da Cruz; Kisleu Dias Maciel; Lourival de Jesus Serejo Sousa; Luiz Felipe Brasil Santos; Luiz Fernando Tomasi Keppen; Maria Helena Gargaglione Povoas; Maria Zeneide Bezerra; Mauro Jose do Nascimento Campello; Mário Alberto Simões Hirs; Mário Devienne Ferraz; Osório de Araújo Ramos Filho; Paulo Cézar Dias; Raimundo Holanda Reis; Roberto Barros dos Santos; Romeu Gonzaga Neiva; Rowilson Teixeira; Sebastião Costa Filho; Sergio Luiz Teixeira Gama; Yedo Simões de Oliveira; Ângela Maria Ribeiro Prudente
Representação legal: não há

027.360/2012-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgãos/Entidades/Unidades: Ministério do Trabalho e Emprego e Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais
Responsáveis: Walter Antônio Adão; Deivson Oliveira Vidal; Marcel Pereira Maues de Faria; Leonardo Muller de Campos Futuro; Rafael Galvão Oliveira; José Geraldo Machado Júnior, Renato Ludwig de Souza, Ezequiel Sousa do Nascimento, Carlo Roberto Simi, Instituto Mineiro de Desenvolvimento e da Cidadania
Representação legal: Luciana Lage Costa (OAB/DF 19.951); Sandra Elisabeth Lage Costa (OAB/DF 7.840); Nancylaura Cardoso Leite (OAB/DF 29.385); Tácito Avelar e Silva (OAB/MG 57.426); Ariadne Elloise Coelho (OAB/MG 131.145); Sabrina Paula de Oliveira Perpétuo (OAB/MG 138.303); João Batista de Oliveira Filho (OAB/MG 20.180); Thiago Naves (AB/MG 96.182); Igor Bruno Silva de Oliveira (OAB/MG 98.899); Bruno de Mendonça Pereira Cunha, (OAB/MG 103.584)

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

002.099/2014-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Ararendá/CE
Responsáveis: Tânia Paiva Nibon Mourao; Construtora Gaivota Ltda. e MA Engenharia Ltda.
Representação legal: Vicente Martins Prata Braga (OAB/CE 19.309) e outros, representando Construtora Gaivota Ltda. e Eugênio Aguiar Camurça (OAB/CE 8.196), representando Tania Paiva Nibon Mourão

010.546/2009-4
Natureza: Levantamento
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Responsáveis: Abb Ltda.; Ademar Kiyoshi Itakussu; Agnello A. Simões de Almeida; Alexandre Siqueira; Antonio Lourival Marques de Oliveira; Armando Silva Almeida; Asley Monteiro de Barros; Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.; Bueno Engenharia e Construção Ltda.; Camargo Corrêa Equipamentos e Sistemas S.A.; Carlos Roberto Ertel; CBC Indústrias Pesadas S.A.; Cegelec; Chicago Engenharia, Const. e Com. Ltda.; Cid Mello Maciel; Clarice Regina Czarnik Coelho Martins; Cláudio Roberto Lima do Rego; Clóvis de Almeida Júnior; Conenge Construções e Engenharia Ltda.; Confab Industrial S.A.; Confab Montagens Ltda.; Construtora Norberto Odebrecht S.A.; Construtora OAS Ltda.; Construtora Passarelli Ltda.; Construções e Comércio Camargo Correa S.A.; Consórcio ABB/Cegelec/MHA; Consórcio Camargo Correa/Weg/Sênior; Consórcio CBC/MIP; Consórcio Conenge/Elco; Consórcio Conpar; Consórcio Interpar; Consórcio Montcalm/Slovenské Enegeticé Strojárne; Consórcio Passarelli/Gel; Consórcio Skanska/Engevix; Consórcio Vwsb/Enfil; Contreras Engenharia e Construções Ltda.; César Arantes Sobral; David Eduardo Bastos de Sousa; Denise Barros Souto; Edgar Yoshio Kuwabara; Eduardo Luiz Silvério Guardalbem; Elco Engenharia de Obras Ltda.; Emerson de Souza Telles; Enfil S.A. Controle Ambiental; Estefano Lapkousky Neto; Fabio de Moura Villela; Fabrício dos Santos Benazzi; Fernando Almeida Biato; Francisco Fernandes Filho; George Wilson Melco; Gerson Baggio; Goetze Lobato Engenharia Ltda.; Grazziella Muziol Morosko Granemann; Guilherme Saber de Assis; Ilson Paulo Castelo de Barros; Ivan Llia Baltoski; James Hahnemann; Jaraguá Eng. e Inst. Industriais S.A.; Jefferson de Alencar Ponciano Ramos; Jorge Assis da Cruz; José Airton de Oliveira; José Filipe Silveira; José Francisco Martins; José Paulo Assis; José Ricardo Ribeiro da Silva; José Sérgio Gabrielli de Azevedo; João Bosco Santini Pereira; João Carlos Loss; Júlio Hedilberto Ludwig Júnior; Luis Alberto Spagnolo; Luiz Alberto Martins de Miranda; Luiz Alberto de Oliveira Miranda; Luiz Antônio Scavazza; Marcello Lima Galvão; Marcelo Joecil da Rosa; Marco Tullio Jennings; Maria Carmela Nadai de Almeida; Maria Emilia Guimarães Lovato Santos; Maurício de Freitas Costa; Mendes Junior Trading e Engenharia S.A.; MHA Engenharia Ltda.; MIP Engenharia S.A.; MPE Montagens e Projetos Especiais S.A.; Mário Márcio Castrillon de Aquino; Nayef Jamil El Borni Zeina; Nilson Ferreira Duarte; Normatel Engenharia Ltda.; Paulo César Messina Fragoso; Paulo Ruiz; Pedro José Barusco Filho; Petrobras S.A.; Reginaldo Miras Bueno; Renato de Souza Duque; Reynaldo do Nascimento Pereira; Ricardo Zorron Cavalcanti; Rodrigo Avelino Mesquita dos Santos; Rodrigo Ricetti Cochoa; Rogério Ferreira de Araújo; Rogério Ferreira de Araújo; Rosa Akie Stankewitz; Rosecléa Kasczeszen; Sandoval Dias Aragão; Setal Óleo & Gás S.A.; Silvio Linhares Filho; Sérgio de Araújo Costa; Sérgio dos Santos Arantes; Sênior Engenharia e Serviços Ltda.; Tadeu Elieser Bezerra Freitas; Tarcisio Secioso de Sá; Tarcisio Taraszkiewicz; UTC Engenharia S.A.; VWS Brasil Ltda. - Veólia; Vinicius Felipe May; Vinicius de Souza Melo; Waldemir Correa Terra Júnior; Weg Equipamentos Elétricos S.A. e Willians Marlon de Jesus
Representação legal: Carlos Roberto de Siqueira Castro (OAB/DF 20.015), Thiago Senna Leônidas Gomes (OAB/DF 34.269), Maria Angela Hebisz Catani (OAB/SP 131.763), Vitor Nunes Lima (OAB/SP 328.041), Eduardo Luiz Ferreira Araújo de Souza (OAB/RJ 140.563), Bruno Henrique de Oliveira Ferreira (OAB/DF 15.345), Nilton Antônio de Almeida Maia (OAB/RJ 67.460), Wiliam Simoes Cerqueira (OAB/SP 243.780), Rodrigo Centeno Suzano (OAB/SP 202.286), Ésio Costa Júnior (OAB/RJ 59.121), Anapaula Catani Brodella Nichols (OAB/SP 87.362), Adriano Daleffe (OAB/PR 20.619), Natasha Pereira Wiedmann (OAB/DF 38.544), Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/DF 27.154), Nilton Antônio de Almeida Maia (OAB/RJ 67.460), Carlos da Silva Fontes Filho (OAB/RJ 59.712), Polyanna Ferreira Silva Vilanova (OAB/DF 19.273), Taísa Oliveira Maciel (OAB/RJ 118.488), Hélio Siqueira Júnior (OAB/RJ 62.929), Ésio Costa Júnior, Antonio Carneiro Maia Neto (OAB/RJ 138.278), Jean Guilherme Arnoud Deon (OAB/DF 44.764) e outros

011.182/2015-6
Natureza: Auditoria
Órgãos/Entidades/Unidades: Amazonas Distribuidora de Energia S.A.; Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. e Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
Responsáveis: Antônio Carlos Faria de Paiva; Construtora Andrade Gutierrez S.A.; Edvaldo Luís Risso; Francisco Paulo Almeida da Rocha; Joaquim Antônio de Carvalho Brito; José Roberto de Moraes Rego Paiva Fernandes Júnior; José da Costa Carvalho Neto; Luís Hiroshi Sakamoto; Luiz Armando Crestana; Marcos Aurélio Madureira da Silva; Marcos Vinícius de Almeida Nogueira; Pedro Mateus de Oliveira; Radyr Gomes de Oliveira; Ronaldo Ferreira Braga e Tarcísio Estefano Rosa
Representação legal: Edgard Trompczynski Schimmelpfeng, representando Centrais Elétricas Brasileiras S.A.; Luciana Cristina Rodrigues (OAB/AM 3.671), representando Amazonas Distribuidora de Energia S.A.; José Mauricio Balbi Sollero (OAB/MG 30.851) e outros, representando Construtora Andrade Gutierrez S.A. e Murilo Queiroz Melo Jacoby Fernandes (OAB/DF 41.796) e outros, representando José da Costa Carvalho Neto e Marcos Aurélio Madureira da Silva

Em 30 setenbro de 2016
MARCIA PAULA SARTORI
Subsecretária do Plenário

RETIFICAÇÃO

Na Ata nº 29, de 14/09/2016-Plenário, Sessão Extraordinária Reservada, publicada no D.O.U. nº 182 de 21/09/2016, Seção 1, p. 102,

Onde se lê:

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta os processos nºs:

TC-021.381/2016-0, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes; e

TC-011.480/2016-5, cujo relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Tribunal Pleno aprovou as relações de processos apresentadas pelos relatores e proferiu os seguintes acórdãos:

Acórdão nº 2384, adotado no processo nº TC-024.688/2016-9, constante da Relação nº 30 do Ministro José Múcio Monteiro;
Acórdão nº 2385, adotado no processo nº TC-007.031/2016-5, constante da Relação nº 30 da Ministra Ana Arraes;
Acórdão nº 2386, adotado no processo nº TC-015.123/2016-2, constante da Relação nº 40 do Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti;
Acórdão nº 2387, adotado no processo nº TC-020.597/2004-6, constante da Relação nº 41 do Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti;
Acórdão nº 2388, adotado no processo nº TC-020.701/2016-0, constante da Relação nº 30 do Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa;
Acórdão nº 2389, adotado no processo nº TC-007.119/2013-5, constante da Relação nº 30 do Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa;
Acórdão nº 2390, adotado no processo nº TC-010.127/2014-3, constante da Relação nº 41 do Ministro-Substituto André Luís de Carvalho;

Acórdão nº 2391, adotado no processo nº TC-017.400/2016-3, constante da Relação nº 41 do Ministro-Substituto André Luís de Carvalho;
Acórdão nº 2392, adotado no processo nº TC-020.063/2015-6, constante da Relação nº 41 do Ministro-Substituto André Luís de Carvalho; e
Acórdão nº 2393, adotado no processo nº TC-009.797/2016-5, constante da Relação nº 41 do Ministro-Substituto André Luís de Carvalho;
Acórdão nº 2394, adotado no processo nº TC-010.361/2016-2, constante da Relação nº 41 do Ministro-Substituto André Luís de Carvalho;
Acórdão nº 2395, adotado no processo nº TC-010.365/2016-8, constante da Relação nº 41 do Ministro-Substituto André Luís de Carvalho;
Acórdão nº 2396, adotado no processo nº TC-010.564/2016-0, constante da Relação nº 41 do Ministro-Substituto André Luís de Carvalho;
Acórdão nº 2397, adotado no processo nº TC-011.480/2016-5, constante da Relação nº 41 do Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária, o Plenário examinou os processos listados a seguir e aprovou os seguintes acórdãos:
Acórdão nº 2397, adotado no processo nº TC-005.629/2013-6, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo;
Acórdão nº 2398, adotado no processo nº TC-020.791/2016-0, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes;
Acórdão nº 2399, adotado no processo nº TC-000.798/2014-2, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti;
Acórdão nº 2400, adotado no processo nº TC-024.990/2013-2, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti; e
Acórdão nº 2401, adotado no processo nº TC-029.165/2014-8, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

Leia-se:

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta os processos nºs:

TC-021.381/2016-0, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes; e

TC-011.480/2016-5, cujo relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Tribunal Pleno aprovou as relações de processos apresentadas pelos relatores e proferiu os seguintes acórdãos:
Acórdão nº 2384, adotado no processo nº TC-024.688/2016-9, constante da Relação nº 30 do Ministro José Múcio Monteiro;
Acórdão nº 2385, adotado no processo nº TC-007.031/2016-5, constante da Relação nº 30 da Ministra Ana Arraes;
Acórdão nº 2386, adotado no processo nº TC-015.123/2016-2, constante da Relação nº 40 do Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti;
Acórdão nº 2387, adotado no processo nº TC-020.597/2004-6, constante da Relação nº 41 do Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti;
Acórdão nº 2388, adotado no processo nº TC-020.701/2016-0, constante da Relação nº 30 do Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa;
Acórdão nº 2389, adotado no processo nº TC-007.119/2013-5, constante da Relação nº 30 do Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa;
Acórdão nº 2390, adotado no processo nº TC-010.127/2014-3, constante da Relação nº 41 do Ministro-Substituto André Luís de Carvalho;
Acórdão nº 2391, adotado no processo nº TC-017.400/2016-3, constante da Relação nº 41 do Ministro-Substituto André Luís de Carvalho;
Acórdão nº 2392, adotado no processo nº TC-020.063/2015-6, constante da Relação nº 41 do Ministro-Substituto André Luís de Carvalho; e
Acórdão nº 2393, adotado no processo nº TC-009.797/2016-5, constante da Relação nº 41 do Ministro-Substituto André Luís de Carvalho;
Acórdão nº 2394, adotado no processo nº TC-010.361/2016-2, constante da Relação nº 41 do Ministro-Substituto André Luís de Carvalho;
Acórdão nº 2395, adotado no processo nº TC-010.365/2016-8, constante da Relação nº 41 do Ministro-Substituto André Luís de Carvalho;
Acórdão nº 2396, adotado no processo nº TC-010.564/2016-0, constante da Relação nº 41 do Ministro-Substituto André Luís de Carvalho;

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária, o Plenário examinou os processos listados a seguir e aprovou os seguintes acórdãos:
Acórdão nº 2397, adotado no processo nº TC-005.629/2013-6, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo;
Acórdão nº 2398, adotado no processo nº TC-020.791/2016-0, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes;
Acórdão nº 2399, adotado no processo nº TC-000.798/2014-2, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti;
Acórdão nº 2400, adotado no processo nº TC-024.990/2013-2, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti; e
Acórdão nº 2401, adotado no processo nº TC-029.165/2014-8, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Poder Legislativo

SENADO FEDERAL
DIRETORIA-GERAL
DIRETORIA-GERAL ADJUNTA DE CONTRATAÇÕES

PORTARIA Nº 134, DE 30 DE MAIO DE 2016

O DIRETOR-GERAL ADJUNTO DE CONTRATAÇÕES DO SENADO FEDERAL, no exercício da competência estabelecida no inciso VI do artigo 10 do anexo V, do Ato da Comissão Diretora nº 12/2014, com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, no item 17.3 do Edital do Pregão Eletrônico nº 131/2015, bem como com base no art. 2º, parágrafo único, VI, da Lei nº 9.784/1999 e pelos fundamentos expostos nos autos do Processo nº 00200.001803/2016-09, aplica à empresa ENGELCON ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 11.272.397/0001-97, com endereço na SHA, Conj. 05, Chac. 57, Lote 03, Loja 04, Águas Claras, Brasília - DF, CEP 71.993-500, penalidade de MULTA, no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), cumulada com a pena de impedimento de licitar e contratar por 30 (trinta) dias no âmbito da UNIÃO, por não responder aos questionamentos encaminhados pelo Pregoeiro e por adotar comportamento inidôneo no curso da sessão do Pregão Eletrônico nº 131/2015, em descumprimento aos itens 5.3 e 11.2 do Edital do referido certame.

WANDERLEY RABELO DA SILVA

Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PORTARIA Nº 252, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016

Comunica indisponibilidade para empenho e movimentação de valor da dotação orçamentária do Conselho Nacional de Justiça.

A PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições e com base no artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, no artigo 55, caput, e parágrafos 1º e 3º da Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015 e na Mensagem nº 499, de 22 de setembro de 2016, resolve:

Art. 1º Fica indisponível para empenho e movimentação financeira o valor de R$ 8.437.116,00 (oito milhões, quatrocentos e trinta e sete mil, cento e dezesseis reais), da dotação consignada ao Conselho Nacional de Justiça na Lei n° 13.255, de 14 de janeiro de 2016.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 172, de 5 de agosto de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. CÁRMEN LÚCIA

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROCESSO N. CJF-EOF-2016/00023
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheira LAURITA VAZ
RELATORA: Apresentado em mesa pela Conselheira LAURITA VAZ
INTERESSADOS: CJF e Justiça Federal de primeiro e segundo graus
DATA DA SESSÃO: 26/9/2016
ASSUNTO: SOLICITAÇÕES DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES DAS UNIDADES DA JUSTIÇA FEDERAL REFERENTES AO MÊS DE SETEMBRO DE 2016 E REFERENDO DAS RESOLUÇÕES N. CJF-RES-2016/00411, 412 E 413.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, aprovou as solicitações de créditos adicionais suplementares e referendou as Resoluções n. CJF-RES-2016/00411, 412 e 413."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Laurita Vaz, Humberto Martins, Mauro Campbell Marques, Benedito Gonçalves, Raul Araújo, Hilton Queiroz, Poul Erik Dyrlund, Cecília Marcondes, Luiz Fernando Wowk Penteado e Rogério Fialho Moreira (membros efetivos).

Presentes, também, o Juiz Federal Roberto Carvalho Veloso (Presidente da Ajufe), e o Dr. Ibaneis Rocha (representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto.

JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS
SECRETÁRIO-GERAL

MINISTRA LAURITA VAZ
PRESIDENTE

CERTIDÃO DE JULGAMENTO
PROCESSO N. CJF-PPN-2014/00047
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheira LAURITA VAZ
RELATOR: Conselheiro HUMBERTO MARTINS
INTERESSADO: Tribunal Regional Federal da 2ª Região
DATA DA SESSÃO: 26/9/2016
ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO PARA QUE SEJA VERIFICADA A POSSIBILIDADE DE FIXAR O VALOR MÍNIMO DO AUXÍLIO-SAÚDE EM PATAMAR MENOR DO QUE AQUELE ESTABELECIDO PELA LEI ORÇAMENTÁRIA OU, ALTERNATIVAMENTE, QUE OS TRIBUNAIS SEJAM AUTORIZADOS A ESTIPULAR QUANTIA INFERIOR, OBSERVADAS AS NECESSIDADES DE CADA REGIÃO.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"Após o voto do relator pelo indeferimento do pedido, pediu vista antecipada o Conselheiro Hilton Queiroz, aguardando os demais para votar."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Laurita Vaz, Humberto Martins, Mauro Campbell Marques, Benedito Gonçalves, Raul Araújo, Hilton Queiroz, Poul Erik Dyrlund, Cecília Marcondes, Luiz Fernando Wowk Penteado e Rogério Fialho Moreira (membros efetivos).

Presentes, também, o Juiz Federal Roberto Carvalho Veloso (Presidente da Ajufe), e o Dr. Ibaneis Rocha (representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto.

JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS
SECRETÁRIO-GERAL

MINISTRA LAURITA VAZ
PRESIDENTE

CERTIDÃO DE JULGAMENTO
PROCESSO N. CJF-PPN-2013/00029
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheira LAURITA VAZ
RELATOR: Conselheiro FÁBIO PRIETO
PROPONENTE (Questão de Ordem): Corregedor-Geral da Justiça Federal
INTERESSADOS: Magistrados da Justiça Federal e Associação dos Juízes Federais do Brasil - Ajufe
DATA DA SESSÃO: 26/9/2016
ASSUNTO: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA RESOLUÇÃO N. 130, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010, QUE DISCIPLINA A CONCESSÃO DE FÉRIAS A MAGISTRADOS NO ÂMBITO DO CONSELHO E DA JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, acolheu a questão de ordem apresentada pelo Corregedor-Geral da Justiça Federal no sentido de sobrestar os autos."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Laurita Vaz, Humberto Martins, Mauro Campbell Marques, Benedito Gonçalves, Raul Araújo, Hilton Queiroz, Poul Erik Dyrlund, Cecília Marcondes, Luiz Fernando Wowk Penteado e Rogério Fialho Moreira (membros efetivos).

Presentes, também, o Juiz Federal Roberto Carvalho Veloso (Presidente da Ajufe), e o Dr. Ibaneis Rocha (representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto.

JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS
SECRETÁRIO-GERAL

MINISTRA LAURITA VAZ
PRESIDENTE

CERTIDÃO DE JULGAMENTO
PROCESSO N. CJF-PCO-2016/00038
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheira LAURITA VAZ
RELATOR: Em mesa pelo Corregedor-Geral da Justiça Federal
INTERESSADO: Tribunal Regional Federal da 2ª Região
DATA DA SESSÃO: 26/9/2016
ASSUNTO: RELATÓRIO DA CORREIÇÃO REALIZADA NO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, aprovou o relatório, nos termos do voto do relator."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Laurita Vaz, Humberto Martins, Mauro Campbell Marques, Benedito Gonçalves, Raul Araújo, Hilton Queiroz, Poul Erik Dyrlund, Cecília Marcondes, Luiz Fernando Wowk Penteado e Rogério Fialho Moreira (membros efetivos).

Presentes, também, o Juiz Federal Roberto Carvalho Veloso (Presidente da Ajufe), e o Dr. Ibaneis Rocha (representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto.

JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS
SECRETÁRIO-GERAL

MINISTRA LAURITA VAZ
PRESIDENTE

CERTIDÃO DE JULGAMENTO
PROCESSO N. CJF-PCO-2016/00026
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheira LAURITA VAZ
RELATOR: Em mesa pelo Corregedor-Geral da Justiça Federal
INTERESSADO: Tribunal Regional Federal da 3ª Região
DATA DA SESSÃO: 26/9/2016
ASSUNTO: RELATÓRIO DA INSPEÇÃO REALIZADA NO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, aprovou o relatório, nos termos do voto do relator."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Laurita Vaz, Humberto Martins, Mauro Campbell Marques, Benedito Gonçalves, Raul Araújo, Hilton Queiroz, Poul Erik Dyrlund, Cecília Marcondes, Luiz Fernando Wowk Penteado e Rogério Fialho Moreira (membros efetivos).

Presentes, também, o Juiz Federal Roberto Carvalho Veloso (Presidente da Ajufe), e o Dr. Ibaneis Rocha (representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto.

JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS
SECRETÁRIO-GERAL

MINISTRA LAURITA VAZ
PRESIDENTE

CERTIDÃO DE JULGAMENTO
PROCESSO N. CJF-ADM-2016/00040
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheira LAURITA VAZ
RELATOR: Conselheiro BENEDITO GONÇALVES
INTERESSADO: Juiz Federal aposentado Luiz Calixto de Bastos
DATA DA SESSÃO: 26/9/2016
ASSUNTO: REQUERIMENTO DO JUIZ FEDERAL APOSENTADO LUIZ CALIXTO DE BASTOS, DA 3ª REGIÃO, SOLICITANDO O PAGAMENTO DAS DIFERENÇAS COM OS ACRÉSCIMOS LEGAIS QUE DEIXOU DE PERCEBER, NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS, DA ORDEM DE 44% DE SEUS PROVENTOS (PARIDADE COM OS JUÍZES DA ATIVA) MÊS A MÊS.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, não conheceu do pedido, nos termos do voto do relator."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Laurita Vaz, Humberto Martins, Mauro Campbell Marques, Benedito Gonçalves, Raul Araújo, Hilton Queiroz, Poul Erik Dyrlund, Cecília Marcondes, Luiz Fernando Wowk Penteado e Rogério Fialho Moreira (membros efetivos).

Presentes, também, o Juiz Federal Roberto Carvalho Veloso (Presidente da Ajufe), e o Dr. Ibaneis Rocha (representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto.

JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS
SECRETÁRIO-GERAL

MINISTRA LAURITA VAZ
PRESIDENTE

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CERTIDÃO DE JULGAMENTO
PROCESSO N. CJF-ADM-2016/00153
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheira LAURITA VAZ
RELATOR: Conselheiro BENEDITO GONÇALVES
INTERESSADA: Associação dos Juízes Federais do Brasil - Ajufe
DATA DA SESSÃO: 26/9/2016
ASSUNTO: REQUERIMENTO DA ASSOCIAÇÃO DOS JUÍZES FEDERAIS DO BRASIL - AJUFE, NO QUAL SOLICITA O PAGAMENTO DOS VALORES DEVIDOS AOS SEUS ASSOCIADOS NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS, RELATIVOS À DIFERENÇA DO PERCENTUAL DE ATÉ 44%, QUE TERIA DEIXADO DE PERCEBER POR FORÇA DE DISPOSITOS ESTABELECIDOS PELA LEI N. 11.143, DE 26 DE JULHO DE 2005, LIMITANDO O PAGAMENTO AO SUBSÍDIO DOS MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.
Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:
"O Conselho, por unanimidade, não conheceu do pedido, nos termos do voto do relator."
Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Laurita Vaz, Humberto Martins, Mauro Campbell Marques, Benedito Gonçalves, Raul Araújo, Hilton Queiroz, Poul Erik Dyrlund, Cecília Marcondes, Luiz Fernando Wowk Penteado e Rogério Fialho Moreira (membros efetivos).
Presentes, também, o Juiz Federal Roberto Carvalho Veloso (Presidente da Ajufe), e o Dr. Ibaneis Rocha (representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto.

JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS
SECRETÁRIO-GERAL

MINISTRA LAURITA VAZ
PRESIDENTE

CERTIDÃO DE JULGAMENTO
PROCESSO N. CJF-ADM-2016/00125
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheira LAURITA VAZ
RELATOR: Conselheiro POUL ERIK DYRLUND
INTERESSADOS: Tribunal Regional Federal da 1ª Região e servidora Tatiana Lopes de Lucena Ribeiro
DATA DA SESSÃO: 26/9/2016
ASSUNTO: DECISÃO ADMINISTRATIVA DO TRF DA 1ª REGIÃO QUE DETERMINOU A REMESSA AO CJF DE RECURSO NÃO CONHECIDO DE SERVIDORA DAQUELE TRIBUNAL, TENDO EM VISTA QUE A RECORRENTE SE INSURGE CONTRA DISPOSIÇÕES DA RESOLUÇÃO N. 5, DE 14 DE MARÇO DE 2008, A QUAL REGULAMENTA, DENTRE OUTRAS QUESTÕES, A CONCESSÃO DE HORÁRIO ESPECIAL PREVISTA NA LEI N. 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990.
Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:
"O Conselho, por unanimidade, não conheceu do recurso, nos termos do voto do relator."
Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Laurita Vaz, Humberto Martins, Mauro Campbell Marques, Benedito Gonçalves, Raul Araújo, Hilton Queiroz, Poul Erik Dyrlund, Cecília Marcondes, Luiz Fernando Wowk Penteado e Rogério Fialho Moreira (membros efetivos).
Presentes, também, o Juiz Federal Roberto Carvalho Veloso (Presidente da Ajufe), e o Dr. Ibaneis Rocha (representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto.

JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS
SECRETÁRIO-GERAL

MINISTRA LAURITA VAZ
PRESIDENTE

CERTIDÃO DE JULGAMENTO
PROCESSO N. CJF-PES-2014/00132
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheira LAURITA VAZ
RELATOR: Conselheiro HILTON QUEIROZ
PEDIDO DE VISTA: Conselheira CECÍLIA MARCONDES
INTERESSADOS: CJF e servidora aposentada Zenaide Guerra Ziller
DATA DA SESSÃO: 26/9/2016
ASSUNTO: REVISÃO DA VANTAGEM PECUNIÁRIA INDIVIDUAL - VPI RECEBIDA INTEGRALMENTE POR ZENAIDE GUERRA ZILLER, SERVIDORA DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, APOSENTADA COM PROVENTOS PROPORCIONAIS.
Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:
"Prosseguindo o julgamento, o Conselho, por unanimidade, deliberou pela extinção do processo, reconhecendo a decadência, nos termos do voto do relator."
Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Laurita Vaz, Humberto Martins, Mauro Campbell Marques, Benedito Gonçalves, Raul Araújo, Hilton Queiroz, Poul Erik Dyrlund, Cecília Marcondes, Luiz Fernando Wowk Penteado e Rogério Fialho Moreira (membros efetivos).
Presentes, também, o Juiz Federal Roberto Carvalho Veloso (Presidente da Ajufe), e o Dr. Ibaneis Rocha (representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto.

JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS
SECRETÁRIO-GERAL

MINISTRA LAURITA VAZ
PRESIDENTE

CERTIDÃO DE JULGAMENTO
PROCESSO N. CJF-PES-2014/00133
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheira LAURITA VAZ
RELATOR: Conselheiro HILTON QUEIROZ
PEDIDO DE VISTA: Conselheira CECÍLIA MARCONDES
INTERESSADOS: CJF e servidor aposentado Mário Lino de Oliveira
DATA DA SESSÃO: 26/9/2016
ASSUNTO: REVISÃO DA VANTAGEM PECUNIÁRIA INDIVIDUAL - VPI RECEBIDA INTEGRALMENTE POR MÁRIO LINO DE OLIVEIRA, SERVIDOR DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, APOSENTADO COM PROVENTOS PROPORCIONAIS.
Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:
"Prosseguindo o julgamento, o Conselho, por unanimidade, deliberou pela extinção do processo, reconhecendo a decadência, nos termos do voto do relator."
Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Laurita Vaz, Humberto Martins, Mauro Campbell Marques, Benedito Gonçalves, Raul Araújo, Hilton Queiroz, Poul Erik Dyrlund, Cecília Marcondes, Luiz Fernando Wowk Penteado e Rogério Fialho Moreira (membros efetivos).
Presentes, também, o Juiz Federal Roberto Carvalho Veloso (Presidente da Ajufe), e o Dr. Ibaneis Rocha (representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto.

JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS
SECRETÁRIO-GERAL

MINISTRA LAURITA VAZ
PRESIDENTE

CERTIDÃO DE JULGAMENTO
PROCESSO N. CJF-PES-2014/00134
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheira LAURITA VAZ
RELATOR: Conselheiro HILTON QUEIROZ
PEDIDO DE VISTA: Conselheira CECÍLIA MARCONDES
INTERESSADOS: CJF e servidora aposentada Maria das Graças de Almeida Souza
DATA DA SESSÃO: 26/9/2016
ASSUNTO: REVISÃO DA VANTAGEM PECUNIÁRIA INDIVIDUAL - VPI RECEBIDA INTEGRALMENTE POR MARIA DAS GRAÇAS DE ALMEIDA SOUZA, SERVIDORA DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, APOSENTADA COM PROVENTOS PROPORCIONAIS.
Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:
"Prosseguindo o julgamento, o Conselho, por unanimidade, deliberou pela extinção do processo, reconhecendo a decadência, nos termos do voto do relator."
Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Laurita Vaz, Humberto Martins, Mauro Campbell Marques, Benedito Gonçalves, Raul Araújo, Hilton Queiroz, Poul Erik Dyrlund, Cecília Marcondes, Luiz Fernando Wowk Penteado e Rogério Fialho Moreira (membros efetivos).
Presentes, também, o Juiz Federal Roberto Carvalho Veloso (Presidente da Ajufe), e o Dr. Ibaneis Rocha (representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto.

JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS
SECRETÁRIO-GERAL

MINISTRA LAURITA VAZ
PRESIDENTE

CERTIDÃO DE JULGAMENTO
PROCESSO N. CJF-PES-2014/00135
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheira LAURITA VAZ
RELATOR: Conselheiro HILTON QUEIROZ
PEDIDO DE VISTA: Conselheira CECÍLIA MARCONDES
INTERESSADOS: CJF e servidora aposentada Maria Helena Toscano e Hermida
DATA DA SESSÃO: 26/9/2016
ASSUNTO: REVISÃO DA VANTAGEM PECUNIÁRIA INDIVIDUAL - VPI RECEBIDA INTEGRALMENTE POR MARIA HELENA TOSCANO E HERMIDA, SERVIDORA DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, APOSENTADA COM PROVENTOS PROPORCIONAIS.
Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:
"Prosseguindo o julgamento, o Conselho, por unanimidade, deliberou pela extinção do processo, reconhecendo a decadência, nos termos do voto do relator."
Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Laurita Vaz, Humberto Martins, Mauro Campbell Marques, Benedito Gonçalves, Raul Araújo, Hilton Queiroz, Poul Erik Dyrlund, Cecília Marcondes, Luiz Fernando Wowk Penteado e Rogério Fialho Moreira (membros efetivos).
Presentes, também, o Juiz Federal Roberto Carvalho Veloso (Presidente da Ajufe), e o Dr. Ibaneis Rocha (representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto.

JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS
SECRETÁRIO-GERAL

MINISTRA LAURITA VAZ
PRESIDENTE

CERTIDÃO DE JULGAMENTO
PROCESSO N. CJF-PES-2014/00136
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheira LAURITA VAZ
RELATOR: Conselheiro HILTON QUEIROZ
PEDIDO DE VISTA: Conselheira CECÍLIA MARCONDES
INTERESSADOS: CJF e servidor aposentado Yukio Tsukada
DATA DA SESSÃO: 26/9/2016
ASSUNTO: REVISÃO DA VANTAGEM PECUNIÁRIA INDIVIDUAL - VPI RECEBIDA INTEGRALMENTE POR YUKIO TSUKADA, SERVIDOR DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, APOSENTADO COM PROVENTOS PROPORCIONAIS.
Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:
"Prosseguindo o julgamento, o Conselho, por unanimidade, deliberou pela extinção do processo, reconhecendo a decadência, nos termos do voto do relator."
Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Laurita Vaz, Humberto Martins, Mauro Campbell Marques, Benedito Gonçalves, Raul Araújo, Hilton Queiroz, Poul Erik Dyrlund, Cecilia Marcondes, Luiz Fernando Wowk Penteado e Rogério Fialho Moreira (membros efetivos).
Presentes, também, o Juiz Federal Roberto Carvalho Veloso (Presidente da Ajufe), e o Dr. Ibaneis Rocha (representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto.

JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS
SECRETÁRIO-GERAL

MINISTRA LAURITA VAZ
PRESIDENTE

CERTIDÃO DE JULGAMENTO
PROCESSO N. CF-ADM-2012/00426
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheira LAURITA VAZ
RELATOR: Conselheiro ROGÉRIO FIALHO MOREIRA
PEDIDO DE VISTA: Conselheiro LUIZ FERNANDO WOWK PENTEADO
INTERESSADO: Tribunal Regional Federal da 1ª Região
DATA DA SESSÃO: 26/9/2016

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ASSUNTO: CONSULTA FORMULADA PELO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO ACERCA DA POSSIBILIDADE DE SE UTILIZAR PARTE DO SALDO DE NOTA DE EMPENHO, INSCRITO EM RESTOS A PAGAR NAQUELA UNIDADE, PARA PAGAMENTO DE PASSIVOS TRABALHISTAS A DESEMBARGADORES DAQUELA CORTE EGRESSOS DA MAGISTRATURA DE PRIMEIRO GRAU.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"Após o voto do Conselheiro Luiz Fernando Wowk Penteado acompanhando o relator no sentido de responder negativamente à consulta, pediu vista antecipada o Conselheiro Mauro Campbell Marques, aguardando os demais para votar."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Laurita Vaz, Humberto Martins, Mauro Campbell Marques, Benedito Gonçalves, Raul Araújo, Hilton Queiroz, Poul Erik Dyrlund, Cecília Marcondes, Luiz Fernando Wowk Penteado e Rogério Fialho Moreira (membros efetivos).

Presentes, também, o Juiz Federal Roberto Carvalho Veloso (Presidente da Ajufe), e o Dr. Ibaneis Rocha (representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto.

JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS
SECRETÁRIO-GERAL

MINISTRA LAURITA VAZ
PRESIDENTE

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL

ACÓRDÃO Nº 497, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

Os Conselheiros do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO), reunidos na 268ª Reunião Plenária Ordinária, no uso de suas atribuições e disposições regulamentares, conferidas pela Lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975, e pela Resolução-COFFITO nº 413, de 13 de fevereiro de 2012,

ACORDAM por unanimidade que:

O treinamento funcional é reconhecido como uma ferramenta para desenvolvimento de capacidades, podendo, portanto, ser considerado como uma competência do profissional fisioterapeuta.

O profissional fisioterapeuta, utilizando métodos tais como o treinamento funcional, exercendo suas habilidades e competências, previstas na legislação, atua também em indivíduos saudáveis no sentido de prevenir lesões e desiquilíbrios corporais, corrigindo padrões de movimento e postura. A mesma ferramenta pode ser utilizada para restaurar lesões e disfunções, atos privativos do fisioterapeuta.

Neste sentido, o Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional colheu manifestações das Associações Científicas de reconhecimento nacional da Fisioterapia que reconhecem o treinamento funcional como técnica própria, mas não exclusiva, do profissional fisioterapeuta. Vejamos:

"ASSOCIAÇÃO DOS FISIOTERAPEUTAS DO BRASIL (AFB):

Conceitualmente o treinamento funcional tem como objetivo o restabelecimento total ou parcial de uma determinada função, ou seja, no ambiente ambulatorial, clínico hospitalar, ou em academias, tem o foco na funcionalidade que é um termo que engloba todas as funções do corpo, atividades e participação, sendo certa a importância do acompanhamento do fisioterapeuta e do terapeuta ocupacional em qualquer fase de treinamento.

POSICIONAMENTO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM FISIOTERAPIA (ABRAPG-FT - BJPT):

Considerando que o treinamento funcional visa ao equilíbrio das estruturas musculares e à prevenção de lesões e melhora do controle e desempenho motor, objetivos também da cinesioterapia, uma das principais estratégias terapêuticas na Fisioterapia, é nosso parecer que esta técnica faz parte do arsenal preventivo e terapêutico também da profissão de Fisioterapia.

POSICIONAMENTO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE FISIOTERAPIA CARDIORRESPIRATÓRIA E FISIOTERAPIA EM TERAPIA INTENSIVA (ASSOBRAFIR):

O Treinamento Funcional, baseado nos princípios de cinesiologia, cinesioterapia, biomecânica e fisiologia do exercício, pode e deve ser aplicado na prevenção ou tratamento fisioterapêutico de pacientes que apresentam qualquer tipo de disfunção funcional. Desta forma, a ASSOBRAFIR, entende que o treinamento funcional com foco terapêutico é um recurso do fisioterapeuta.

POSICIONAMENTO DA SOCIEDADE NACIONAL DE FISIOTERAPIA ESPORTIVA (SONAFE):

Sendo o treinamento (funcional ou não) uma ferramenta ou metodologia para desenvolvimento de capacidades (sejam elas físicas, intelectuais, ocupacionais, etc.), o treinamento funcional pode ser considerado como uma competência do profissional fisioterapeuta. Mas podendo atuar em indivíduos saudáveis, visando à prevenção de lesões e de desequilíbrios corporais, corrigindo padrões de movimento e obviamente de reabilitação."

Quanto à legitimidade da técnica, tem-se que, do ponto de vista normativo, não se encontra esta vinculada, de forma exclusiva, a outra profissão regulamentada, não sendo crível, também, admitir que o Conselho Federal reconhecesse a técnica como prática exclusiva do profissional fisioterapeuta.

Destaca-se também que a atuação do profissional fisioterapeuta se dá na prevenção a lesões, como requer o próprio Decreto-Lei nº 938/1969, em que a norma de conteúdo aberto permite que o profissional fisioterapeuta restaure, bem como desenvolva e conserve, a capacidade física do paciente, nos termos do art. 3º do decreto supra, a saber: "É atividade privativa do fisioterapeuta executar métodos e técnicas fisioterápicos com a finalidade de restaurar, desenvolver e conservar a capacidade física do cliente."

Ante todo o exposto, ACORDAM os Conselheiros Federais em reconhecer o treinamento funcional como técnica a ser utilizada pelos profissionais fisioterapeutas.

QUÓRUM: DRA. PATRÍCIA LUCIANE S. DE LIMA - Vice-Presidente do COFFITO (no exercício da Presidência); DR. CÁSSIO FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA - Diretor-Secretário do COFFITO; DR. WILEN HEIL E SILVA - Diretor-Tesoureiro do COFFITO; DRA. LUZIANA CARVALHO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO - Conselheira Efetiva; DRA. ANA RITA COSTA DE SOUZA LOBO - Conselheira Efetiva; DR. MARCELO R. MASSAHUD JUNIOR - Conselheiro Efetivo; DRA. DANIELA LOBATO NAZARÉ MUNIZ - Conselheira Efetiva; e DRA. ELINETH DA CONCEIÇÃO BRAGA VALENTE (Conselheira Convocada).

Brasília, 30 de setembro de 2016
CÁSSIO FERNANDO O. DA SILVA
Diretor-Secretário

PATRÍCIA LUCIANE S. DE LIMA
Vice-Presidente

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

RESOLUÇÃO Nº 1.119, DE 23 DE SETEMBRO DE 2016

Altera as Resoluções CFMV nº 647, de 22 de abril de 1998, e nº 844, de 20 de setembro de 2006.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV -, no uso da atribuição que lhe confere a alínea "f", artigo 16, da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968,

considerando as discussões e deliberações ocorridas por ocasião da 289ª Sessão Plenária Ordinária; resolve:

Art. 1º Alterar os §§2º e 3º e caput do artigo 3º da Resolução CFMV nº 647, publicada no DOU de 19/6/1998 (S.1, p.86), que passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 3º A empresa de serviços de Plano de Saúde Animal, além de atender o disposto na Resolução CFMV nº 1041, de 13 de dezembro de 2013, e demais que a complementem ou substituam, deverá apresentar, no ato do seu registro, cópias dos seguintes documentos, devidamente registrados em cartório de título e documentos:

(...)

§ 2º As empresas de serviços de Planos de Saúde Animal, e seus credenciados, devem obedecer o disposto na Resolução CFMV nº 1041, de 13 de dezembro de 2013, e demais que a complementem ou substituam, no tocante a pessoa jurídica, inclusive registro, responsabilidade técnica, certificado de regularidade, cancelamento e movimentação.

§ 3º Quando constar do Plano de Saúde Animal prestação de serviços cirúrgicos, com consequente hospitalização, o estabelecimento credenciado para prestação desse serviço deve estar obrigatoriamente classificado, no mínimo, na categoria de Clínica Veterinária com internamento e devidamente adequado aos ditames da Resolução nº 1015, de 9 de novembro de 2012, e demais que a complementem ou substituam".

Art. 2º Alterar o §6º do artigo 4º da Resolução CFMV nº 844, publicado no DOU de 11/7/2016 (S.1, p.197), que passa a vigorar com a seguinte redação:

"§6º A vacinação de pequenos animais e a emissão da carteira de vacinação só podem ser realizadas em domicílio ou em estabelecimentos médico-veterinários de atendimento a pequenos animais, conforme Resolução CFMV nº 1015, de 2012, e outras normas que a complementem ou substituam".

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

BENEDITO FORTES DE ARRUDA
Presidente do Conselho

MARCELLO RODRIGUES DA ROZA
Secretário-Geral

RESOLUÇÃO Nº 1.120, DE 23 DE SETEMBRO DE 2016

Normatiza procedimentos para recuperação de créditos resultantes de anuidades, multas, taxas, emolumentos e demais créditos das pessoas físicas e jurídicas, e altera a Resolução CFMV nº 1005, de 2012.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV -, no uso das atribuições e competências estabelecidas na alínea "f", artigo 16, da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, combinado com a alínea "f", artigo 22, do Decreto nº 64.704, de 17 de junho de 1969;

considerando as limitações contidas no artigo 8º da Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011;

considerando a autorização contida no art. 6º, §2º, da citada Lei nº 12.514, de 2011; resolve:

Art. 1º Os Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária ficam autorizados a realizar acordos para recebimento de débitos referentes a anuidades, multas, taxas, emolumentos e demais débitos de pessoas físicas ou jurídicas.

§1º Para realização do acordo, todos os débitos vencidos existentes em nome do optante, inscritos ou não em dívida ativa e inclusive os ajuizados, serão consolidados na data da concessão do parcelamento.

§2º O acordo será feito mediante assinatura do Termo de Confissão Irretratável e Reconhecimento de Dívida.

§3º A exatidão do valor constante do Termo de Confissão Irretratável e Reconhecimento de Dívida poderá ser objeto de verificação pelo Conselho.

Art. 2º O acordo será realizado mediante concessão de redução progressiva dos encargos moratórios de acordo com o número de parcelas, na seguinte proporção:

Quantidade de Parcelas	Desconto Multa	Desconto Juros
1	90%	90%
2 a 6	80%	80%
7 a 12	70%	70%
13 a 18	60%	60%
19 a 24	50%	50%

§1º Observado o número máximo de 24 parcelas, cada Conselho poderá definir, em Resolução específica, valor mínimo para cada parcela, desde que não inferior a R$ 50,00 (cinquenta reais).

§2º O valor objeto do acordo será corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA, até a adesão ao parcelamento.

§3º No caso de o parcelamento contemplar débito ajuizado, o devedor pagará as respectivas custas judiciais, emolumentos e honorários advocatícios de 10% (dez por cento), advindo a suspensão da respectiva execução fiscal.

§4º No caso de o parcelamento contemplar débito protestado, o devedor pagará as respectivas taxas cartoriais e emolumentos.

Art. 3º Firmado o acordo para pagamento parcelado da dívida, as respectivas condições serão inseridas no sistema gerenciador do parcelamento eletrônico, que gerará automaticamente os boletos, para impressão no próprio sítio eletrônico, com vencimento na(s) data(s) definida(s).

Art. 4º No caso de vencimento de parcela, incidirão sobre o seu valor:

I - multa, de acordo com as Resoluções que disciplinam o pagamento das anuidades de Pessoas Físicas e Jurídicas;

II - juros de mora de 1% (um por cento) ao mês;

III - correção monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA, para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento;

Parágrafo único. A correção monetária e os juros de mora serão calculados após acréscimo do valor da multa.

Art. 5º Decorridos 45 (quarenta e cinco) dias do vencimento de qualquer parcela, o acordo será rompido, do qual resultará:

I - ajuizamento da execução fiscal dos débitos não ajuizados;

II - prosseguimento das execuções fiscais dos débitos ajuizados e que tiveram sua tramitação suspensa.

Parágrafo único. Em quaisquer das situações previstas neste artigo, a execução considerará o valor reconhecido no Termo, com o acréscimo dos encargos moratórios e dedução dos valores eventualmente pagos.

Art. 6º Rompido o acordo, fica vedada nova negociação.

Art. 7º Permanecem válidas as disposições dos artigos 4º a 6º da Resolução CFMV nº 867, de 19 de novembro de 2007, e a Resolução CFMV nº 1005, de 17 de agosto de 2012.

Art. 8º O §1º, artigo 4º, da Resolução CFMV nº 1005, de 2012 (publicada no DOU de 24/9/2012, S.1, p.127), passa a vigorar com a seguinte redação:

"§1º Observado o número máximo de 24 parcelas, cada Conselho poderá definir, em Resolução específica, valor mínimo para cada parcela, desde que não inferior a R$ 50,00 (cinquenta reais)".

Art. 9º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BENEDITO FORTES DE ARRUDA
Presidente do Conselho

MARCELLO RODRIGUES DA ROZA
Secretário-Geral

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO AMAPÁ

DESPACHOS

Justificativa n° 01/2016
Processo nº 22/2016
Interessado: Conselho Regional de Administração
CIP Nº 0-00003 CRA/AP

I - Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL DE NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO - INTELIGÊNCIA DO ART. 25, INCISO II DA LEI Nº 8.666/93 II

Contratado: Newton Lins

II - Caracterização da Situação que Justifica a Dispensa: a Dispensa de licitação para a contratação dos referidos serviços se funda no inciso II do art. 25 da Lei 8.666/93, por tratar-se de contratação de profissional de notória especialização.

IV- Razão da Escolha do Fornecedor: O profissional é advogado, mestrando em direito ambiental internacional. Foi secretário de Estado de assuntos Estratégicos e possui várias publicações e cursos na área de estratégia, sendo, portanto, qualificado a conduzir a palestra no VII ENAAP.

V - Justificativa do Preço: o preço contratado de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais) a realizar no dia 31 de agosto de 2016.

Macapá-AP, 24 de agosto de 2016.
JANETE FREITAS DOS SANTOS
Presidente da CPL

Ratifico em 24/08/2016

EDILJANE MARIA CAMPOS DA FONSECA
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA DA 2ª REGIÃO

PORTARIA Nº 23, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

A Presidente do Conselho Regional de Fonoaudiologia 2ª Região, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº. 6.965/81, o Decreto nº. 87.218/82 e o Regimento Interno; Considerando o Quadro de Carreiras do Corpo Administrativo do Pessoal do Conselho Regional de Fonoaudiologia - 2ª Região, aprovado em 21/12/2015; Considerando os termos da Portaria CRFa 2ª Região nº 016/2015 que instituiu o Quadro de Carreiras do Corpo Administrativo do Pessoal do Conselho Regional de Fonoaudiologia - 2ª Região; Considerando o decidido na 420ª sessão Plenária Ordinária, realizada em 12 de agosto de 2016, referente à necessidade de contratação de assessor de imprensa para o Conselho Regional de Fonoaudiologia 2ª Região; Considerando a necessidade de normatizar o cargo de assessor de imprensa no Quadro de Carreiras do Corpo Administrativo do Pessoal do Conselho Regional de Fonoaudiologia - 2ª Região; Considerando o decidido na 527ª reunião de diretoria, realizada em 28 de setembro de 2016, resolve:

Art. 1º - Reconhecer, aprovar e tornar público a inclusão do cargo de assessor de imprensa no Quadro de Carreiras do Corpo Administrativo do Pessoal do Conselho Regional de Fonoaudiologia - 2ª Região.

Art. 2º - O cargo assessor de imprensa está discriminado na descrição e pontuação de cargos administrativos, bem como nas Tabelas salariais do Quadro de Carreira do Corpo Administrativo do Pessoal do Conselho Regional de Fonoaudiologia - 2ª Região.

Art. 3º - Ratificam-se as demais cláusulas da Portaria CRFa 2ª Região nº 016/2015.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

MARCIA CRISTIANE DE FREITAS M. CIVITELLA

CONSELHO FEDERAL DE EDUCADORES E PEDAGOGOS

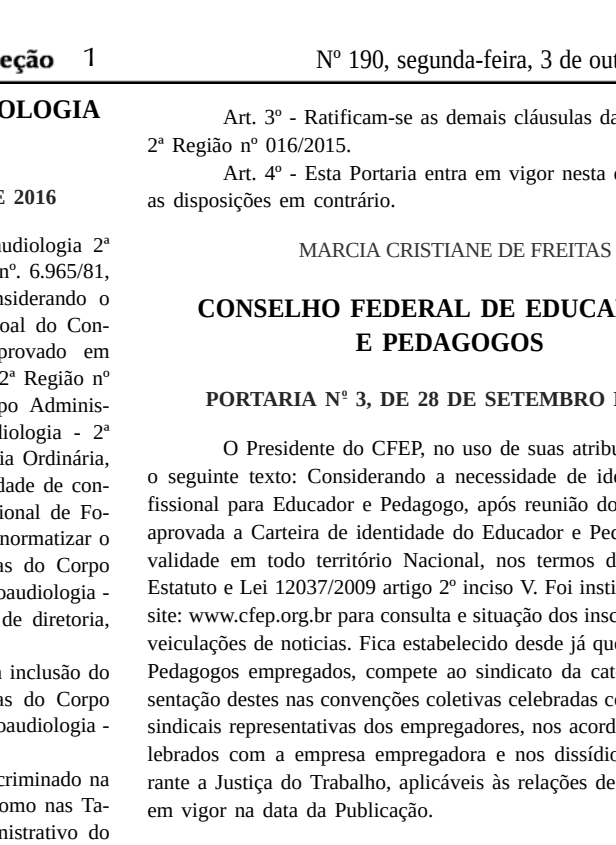
PORTARIA Nº 3, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

O Presidente do CFEP, no uso de suas atribuições faz saber o seguinte texto: Considerando a necessidade de identificação profissional para Educador e Pedagogo, após reunião do Conselho, fica aprovada a Carteira de identidade do Educador e Pedagogo que terá validade em todo território Nacional, nos termos do artigo 19 do Estatuto e Lei 12037/2009 artigo 2º inciso V. Foi instituído também o site: www.cfep.org.br para consulta e situação dos inscritos bem como veiculações de noticias. Fica estabelecido desde já que: Educadores e Pedagogos empregados, compete ao sindicato da categoria, a representação destes nas convenções coletivas celebradas com as entidades sindicais representativas dos empregadores, nos acordos coletivos celebrados com a empresa empregadora e nos dissídios coletivos perante a Justiça do Trabalho, aplicáveis às relações de trabalho. Entra em vigor na data da Publicação.

GERALDO DE PAIVA GONÇALVES

MUSEU DA IMPRENSA

Uma viagem no tempo, registrando a informação oficial



SIG, Quadra 6, Lote 800, Brasília - DF, CEP 70610-460, fone: (0 XX 61)3441 9618

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016100300088

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.